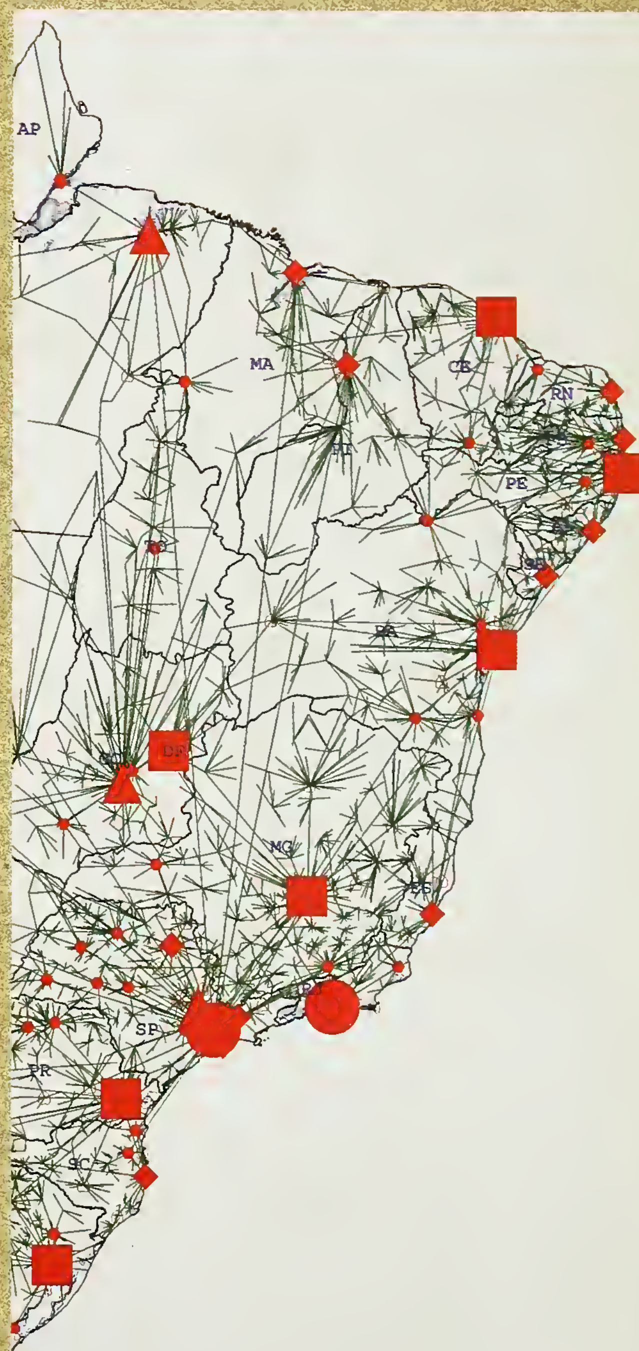
1

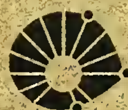
Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana



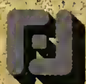
ipea

IBGE



POUPANÇA DA CAIXA
poupança da caixa
CAIXA

FINEP



FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur)
Coordenação Geral de Política Urbana (CGPUR)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Diretoria de Geociências (DGC)
Departamento de Geografia (Degeo)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Instituto de Economia (IE)
Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur)

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL

Volume 1

Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana

Brasília

2002

ipea

IBGE



UNICAMP

FINEP

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

POUPANÇA DA CAIXA

CAIXA

AGRADECIMENTOS

A Coordenação-Geral da Pesquisa agradece as instituições, consultores e colaboradores que participaram deste estudo, bem como todos aqueles que contribuíram para sua publicação.

Diana Meirelles da Motta
Organizadora da Publicação

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

A pesquisa que deu origem a esta série foi financiada pelo Banco Mundial, por intermédio do Contrato de Empréstimo Bird 3442-BR, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Projeto PNUD BRA/92/028, e também pelo Projeto de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), o qual ainda financiou parte dos trabalhos editoriais, juntamente com o Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Rede IPEA, Projeto PNUD BRA 97/013.

O PMSS é dirigido pelo Comitê de Direção do Projeto (CDP), integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu) e executado pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), vinculada ao Ipea.

Os estudos e pesquisas do Ipea, no âmbito do componente institucional do PMSS, são de responsabilidade da Coordenação-Geral de Política Urbana e da Coordenação-Geral de Política Regional, que compõem a Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur).

O IBGE, mediante acordo de cooperação técnica com o Ipea, participou da pesquisa ao longo de todas as suas etapas.

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 3º andar, sala 327, Brasília, DF,
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Home page: http://www.ipea.gov.br
Coordenação Editorial: SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 10º andar, Brasília, DF.
CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br
Serviço Editorial: Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar, Rio de Janeiro, RJ,
CEP 20020-010, fone: (21) 212-1140; fax: (21) 220-5533; e-mail: editrj@ipea.gov.br

CRÉDITOS EDITORIAIS

Supervisão editorial
Diana Meirelles da Motta

Coordenação editorial
Gislaine Maria da Silva
João Batista Vaz

Projeto gráfico
Celso Carramenha Linck (capa)
Hamilton Marcos Fernandes (miolo)

Preparação de texto
João Batista Vaz

Revisão técnica
Manoel Seabra e Odette Carvalho de Lima Seabra
Professores-doutores do departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo

Revisão de texto
Antônio Carlos Marques
Carla Cristina C. de Melo Moreira
Luicy Caetano
Mônica Elaine Glasser

Revisão cartográfica
Celso Donizetti Talamoni
Teresa Cabral Jahnel

Editoração eletrônica
Globaltec Produções Gráficas

Produção de mapas e tratamento de imagens
Maps World Produções Gráficas
Mapa da Rede Urbana (capa) elaborado por Cláudio Egler

Apoio
Coordenação Editorial do Ipea
Alessandra Souza Cardoso (estagiária – Ipea)
Fernando Luiz Araújo Sobrinho (assistente de pesquisa – Ipea)
Renata de Cássia Almeida Custódio (estagiária – Ipea)
Tatiana Rodrigues da Cunha (estagiária – Ipea)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenação de Documentação e Biblioteca – Codob do Ipea, DF, Brasil)

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil : configurações atuais e tendências da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília : IPEA, 2001.

v. 1: gráfs., mapas, tabs. ; 396 p.

Série de 6 volumes.

ISBN: 85-86170-36-4

1. Cidades 2. Rede urbana 3. Urbanização 4. Economia urbana 5. Política urbana
6. Aglomerações urbanas 7. Desenvolvimento urbano 8. Desenvolvimento regional
9. Municípios 10. Brasil I. IPEA II. IBGE III. UNICAMP

CDD 307.76
20ª ed.

Apresentação

Ao cumprir sua função de promover a realização de estudos e apoiar o governo brasileiro na formulação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas, o Ipea coordenou, em parceria com o IBGE e o Nesur/IE da Unicamp, a execução de um amplo trabalho de pesquisa sobre a rede urbana do Brasil.

Este trabalho contou com a cooperação de várias outras entidades devidamente referidas no Prefácio deste volume. Trata-se de uma contribuição respaldada em extensivo esforço de pesquisa que, certamente, será utilizada na formulação de políticas urbanas, setoriais e territoriais, não somente do Governo Federal mas também dos Estados e Municípios.

Resgata-se, assim, um tema da maior relevância para a área urbana e regional. O Ipea, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), em estreita cooperação, divulgam a série que reúne os estudos sobre a rede urbana e cumprimenta todos os participantes deste trabalho.

Roberto Borges Martins
Presidente do Ipea

Valdery Frota de Albuquerque
Presidente da CEF

Mauro Marcondes Rodrigues
Presidente da Finep

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil
Volume 1
Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação-Geral

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Coordenadora-Geral da Pesquisa - *Diana Meirelles da Motta*
Coordenadora-Geral de Política Urbana - *Diana Meirelles da Motta*
Diretor de Estudos Regionais e Urbanos - *Gustavo Maia Gomes*
Diretor-Adjunto - *Ricardo R. de Araújo Lima*
Consultores - *Hamilton Tolosa; Cláudio Egler*

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Coordenador da Pesquisa - *Cesar Ajara*

Regiões de Influência das Cidades
Marília Carvalho Carneiro; Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill, Viviane Narducci Ferraz

Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos
Maria Luisa Gomes Castello Branco

Tipologia dos Municípios Brasileiros
Vera Maria D'Ávila Cavalcanti Bezerra
Colaboradores:
Ana Maria Fernandes da Costa; Aurélia Lopes da Silva; Cleber de Azevedo Fernandes; Eliane Ribeiro da Silva; Geraldo Simões Souto; João Batista Ferreira de Mello; Luís Cavalcanti da Cunha Bahiana; Luiz Alberto do Reis Gonçalves; Luiz Carlos de Carvalho Ferreira; Maria Helena Palmer Lima; Rogério Botelho de Mattos; Solange Cardoso Barros.

Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur/IE/Unicamp)

Coordenador do Nesur - *Rinaldo Barcia Fonseca*
Coordenador da Pesquisa - *Carlos Américo Pacheco*
Coordenadora da Pesquisa - *Áurea M. Queiroz Davanzo*

Estudo Região Norte
Mário José de Lima (Coordenador)
Elionete Garzoni
Marcelo Carpintéro
Marina Piazon Teixeira

Estudo Região Nordeste
Ana Cristina Fernandes (Coordenadora-Geral)
Augusto César (Estagiário)
Lúcia Leitão
Maria do Livramento Clementino (Colaboradora)
Maria do Socorro
Norma Lacerda (Coordenadora Regional)
Rossine Chagas Cruz

Estudo Região Centro-oeste
Eduardo Guimarães
Heládio de Campos Leme
Paulo Sérgio Rais (Colaborador)
Rosana Baeninger (Coordenadora)
Zoraide Amarante I. Miranda (Coordenadora)

Estudo Região Sudeste (exclusive Estado de São Paulo)

Aurílio Sérgio Costa Caiado (Coordenador)
Sarah Maria Monteiro dos Santos (Coordenadora)
Bernardo Lanza
Tânia Braga

Apoio Técnico
Patrícia Segatto
Simone Pereira Alcântara

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade)

Diretor Executivo - *Flavio Fava de Moraes*
Diretor-Adjunto de Produção de Dados - *Luiz Henrique Proença Soares*
Gerente de Base de Dados e Produção de Indicadores - *Maria de Fátima Infante Araujo*

Estudo Estado de São Paulo (Seade)

Maria de Fátima Infante Araujo (Coordenadora)
Sarah Maria Monteiro dos Santos
Aurílio Sérgio Costa Caiado

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)

Diretor-Presidente - *Paulo Mello Garcias*
Diretora do Centro de Pesquisa - *Sieglinde Kindl da Cunha*

Estudo Região Sul (Ipardes)

Rovena Negreiros (Coordenadora pelo Nesur)
Rosa Moura (Ipardes)
Maria de Lourdes Urban Kleinke (Ipardes)
José Antonio Fialho Alonso (FEE)
Rosetta Mammarella (FEE)

Colaboração
Gabriel Vieira Ferrari (SDE-SC)
Gilmar Mendes Lourenço (Ipardes)

Assessoria Técnica
Maria Lúcia de Paula Urban (Ipardes)
Idaulo José Cunha (UFSC)

Apoio Técnico
Carlos Eduardo Previdi (Ipardes)
Débora Zlotnik Werneck (Ipardes)

Geoprocessamento
Renate Winz (Ipardes)
Lucrécia Zaninelli (Ipardes)

Apoio

Cláudia Di Donato Salvador (Secretária); Rui Lyu Komi (Estudos Estatíscos); Elionete Garzoni, Marcelo Carpintéro e Marina Piazon Teixeira (Auxiliares de Pesquisa)

Consolidação dos Resultados Finais do Estudo
Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Ipea: *Diana Meirelles da Motta; Hamilton Tolosa (Cousnltor)*
IBGE: *Cesar Ajara; Maria Luiza Gomes Castello Branco*
Nesur: *Áurea M. Queiroz Davanzo; Rovena C. Negreiros; Ana Cristina Fernandes; Zoraide Amarante I. Miranda*
Seade: *Maria de Fátima Infante Araújo; Aurílio Sérgio Costa Caiado; Sarah Maria Monteiro dos Santos*

Instituições Colaboradoras do Estudo
Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG) (MG); Fundação João Pinheiro (FJP) (MG); Fundação Joaquim Nabuco (FJN) (PE); Fundação de Economia e Estatística (FEE) (RS); Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES) (ES); Instituto de Desenvolvimento Econômico e Industrial (Ideis) (ES); Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi) (MG); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) (PR); Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul (SC); Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)/Grupo de Contas Regionais (PE); Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Depto. de Economia (Uerj); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (SP); Universidade Federal de Uberlândia/Centro de Pesquisa e Documentação (UFU/Cepes) (MG).

Prefácio

Nas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional, destacando-se: a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; a periferização dos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas. Esses fenômenos são resultantes do processo de reestruturação econômica em curso no país.

A elaboração de um quadro de referência baseado na compreensão da rede urbana brasileira, aqui entendida como "armadura" da estrutura socioespacial contemporânea, constitui importante subsídio à formulação de políticas territoriais de âmbito nacional, regional e municipal.

Ciente da necessidade de se formar uma base analítica para a formulação de políticas urbanas, a Coordenação-geral de Política Urbana do Ipea propôs a realização e coordenou o estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, desenvolvido em rede nacional de instituições de pesquisa, em parceria com o Departamento de Geografia (Degeo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas (Unicamp), e com o apoio de diversas instituições.

O trabalho apresenta valiosa contribuição para o conhecimento da atual rede urbana do país, uma vez que o último estudo abrangente sobre esse tema data de 1984, tendo sido realizado, naquela ocasião, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

No estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, buscou-se analisar a atual configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

A urbanização e o sistema urbano são considerados, no estudo, "síntese" de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor, entendendo-se a urbanização como parte integrante dessas determinações.

A hipótese central do estudo é a de que as tendências da urbanização brasileira e o sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia. Para tanto, procedeu-se à análise das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, explorando suas relações com a urbanização e a dinâmica demográfica do período recente, qualificando, dessa forma, os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro.

A caracterização da economia regional evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões. A caracterização da rede urbana regional identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional.

Tratou-se, também, das características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária, nas décadas de 80 e 90, uma vez que são essas as atividades que, em grande parte, determinam as distintas trajetórias econômicas e urbanas regionais recentes, bem como as alterações nas formas de articulação comercial das regiões entre si e com o exterior. O argumento central desenvolvido é o de que, na década de 80, no contexto da crise econômica, o maior grau de abertura da economia brasileira estimulou uma forma distinta de articulação das economias regionais, com rebatimentos importantes sobre a urbanização e o sistema de cidades.

Além disso, as análises identificam as mudanças ocorridas na rede urbana do país, em especial nas redes urbanas regionais, nas décadas de 80 e 90. Tais análises incorporaram os seguintes estudos do IBGE: *Regiões de influência das cidades (Regic)*; *Tipologia dos municípios brasilei-*

ros; e *Aglomerações urbanas para fins estatísticos*. As análises também se valeram do estudo *A dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais no Brasil*, do consultor Cláudio Egler.

O estudo abrangeu três vertentes de análise. A primeira considera os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil. A segunda leva em conta os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país. A terceira refere-se à manifestação de processos característicos da tipologia da rede urbana – o tamanho, a função e a forma urbana –, enfocando essas manifestações seja para o país como um todo, seja para cada uma das grandes regiões geográficas.

Essas três vertentes de análise resultaram em quatro produtos referenciais básicos, que configuram a rede urbana do Brasil:

- as redes urbanas das grandes regiões;
- a hierarquia da rede urbana;
- os sistemas urbano-regionais; e
- o quadro de composição das aglomerações urbanas.

Realizado no período de dois anos e meio, o estudo foi desenvolvido em cinco etapas: referencial conceitual e metodológico; estudos preliminares de caracterização da rede urbana; estudos de caracterização da rede urbana; análise das transformações e tendências na configuração da rede urbana; e configuração atual e tendências da rede urbana.

O Nesur encarregou-se do conjunto de estudos sobre as transformações da rede urbana do Brasil, procedendo a uma análise atualizada das principais mudanças espaciais ocorridas na economia do país e das mudanças decorrentes na dinâmica das economias regionais, estudos esses que procuraram apreender os impactos dessas transformações sobre a configuração e as tendências da rede urbana brasileira.

O IBGE/Degeo desenvolveu o conjunto de estudos que inclui a atualização do trabalho sobre hierarquia urbana, rede de influências das cidades, aglomerações urbanas para fins estatísticos e tipologia dos municípios brasileiros.

Tais estudos compõem os seguintes relatórios parciais da pesquisa:

- relatório I: Metodologias e enfoques do estudo da rede urbana;
- relatório III: Hierarquização dos sistemas urbanos e de categorização de cidades;
- relatório V: Tipologia dos municípios brasileiros;
- relatório VII: Identificação dos sistemas urbano-regionais.

O consultor Cláudio Egler realizou os estudos referentes à configuração e à dinâmica atual da rede urbana, os quais integram os seguintes relatórios:

- relatório I: Mudanças recentes e perspectivas da urbanização em nível mundial e no Brasil;
- relatório II: Principais características da urbanização brasileira;
- relatório III: Dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais do Brasil.

O consultor Hamilton Tolosa, da Universidade Cândido Mendes, prestou inestimável apoio técnico ao Ipea durante todo o desenvolvimento dos trabalhos e elaborou, juntamente com Maria de Fátima Araújo, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), os trabalhos sobre as metrópoles globais.

Os estudos desenvolvidos pelo Nesur apoiaram-se na organização de seis equipes de pesquisa, encarregadas da análise das economias regionais e da configuração e dinâmica das redes urbanas das grandes regiões geográficas brasileiras. Essas equipes mobilizaram especialistas em desenvolvimento urbano e regional, e também contaram com a colaboração de órgãos governamentais, universidades e instituições regionais de pesquisa[1].

O conjunto de estudos elaborados pelo Nesur compõe os seguintes relatórios:

- relatório II: Referencial conceitual e metodológico, e principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações no sistema urbano do país;
- relatório IV: Evolução da rede urbana segundo metodologias e critérios econômicos de agregação dos espaços regionais;
- relatório VI: Caracterização da rede urbana (estudos regionais);
- relatório VIII: Síntese sobre a caracterização das redes urbanas regionais.

Cabe mencionar, ainda, a valiosa colaboração de instituições como o Seade, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), dentre outras, na realização deste trabalho[2].

Os resultados da pesquisa estão reunidos em seis volumes que integram a série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*.

[1] A composição da equipe técnica e a relação das instituições colaboradoras constam das páginas de crédito dos livros desta série.

[2] Participaram também dos trabalhos a Fundação de Economia e Estatística (RS), a Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul (SC), a Universidade Federal de São Carlos (SP), a Universidade Federal do Espírito Santo (ES), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN), a Fundação Joaquim Nabuco (PE), o Centro de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal de Uberlândia (MG) e o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (ES).

O volume 1 – *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana do Brasil* – apresenta os resultados finais dos estudos sobre a rede urbana brasileira. São discutidas as transformações recentes na rede urbana nas décadas de 80 e 90, enfocando, como ponto de partida, as principais transformações espaciais da economia e seus impactos no processo de urbanização e na própria rede urbana. São apresentados os resultados do trabalho, que consistem na classificação da rede urbana do Brasil, na identificação das aglomerações urbanas brasileiras e na configuração da dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais e, por fim, uma discussão sumária sobre São Paulo e Rio de Janeiro como metrópoles globais. É também apresentada uma síntese das tendências de desenvolvimento regional e as implicações para a formulação de políticas públicas.

O volume 2 – *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana* – reúne os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE sobre as regiões de influência das cidades, as aglomerações urbanas e a tipologia dos municípios brasileiros, bem como os estudos elaborados pelo consultor Cláudio Egler sobre a configuração e a dinâmica atual da rede urbana brasileira, incluindo as mudanças recentes, as perspectivas e as características da urbanização, e os sistemas urbano-regionais.

O volume 3 – *Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana* –, traz o referencial conceitual e metodológico do projeto. Nele são explicitadas as hipóteses sobre as principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações para a estruturação do sistema urbano do país, com ênfase nas transformações ocorridas nos anos 80 e início da década de 90. São apresentados os termos de referências estabelecidos para o estudo das redes urbanas regionais, abrangendo as cinco regiões geográficas brasileiras. Esses estudos estiveram a cargo do Nesur/IE/Unicamp.

O volume 4 – *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se aos relatórios que precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil. O volume é introduzido pelas bases teóricas dos estudos regionais e contempla a seguinte orientação metodológica:

- Caracterização da economia regional – análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana, explicitando, ainda, os desdobramentos decorrentes e apresentando as áreas dinâmicas, as áreas estagnadas e as tendências de evolução econômica e espacial, com base nas intenções de investimento futuro;
- Caracterização da rede urbana regional – identificação das mudanças ocorridas na conformação urbana no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas transformações às principais tendências do desenvolvimento econômico regional, e procedendo à classificação da rede urbana regional, segundo categorias definidas com base na descrição do perfil da rede, na caracterização das funções desempenhadas por seus principais centros urbanos e na indicação, prioritariamente para os níveis superiores, da qualificação da urbanização; e
- Mudanças econômicas e impactos sobre a rede urbana – identificação e análise das principais tendências da dinâmica regional e dos desdobramentos espaciais decorrentes do desempenho econômico recente, com ênfase nas novas espacialidades/territorialidades do processo de urbanização, considerando as tendências locacionais da atividade produtiva; dos processos de desconcentração e aglomeração induzidos pelas transformações espaciais da atividade produtiva; dos projetos de expansão da infra-estrutura e do balanço dos novos investimentos privados; e dos traços contemporâneos da urbanização.

O volume 4 trata, ainda, das questões relativas às transformações das redes urbanas regionais e aponta as principais implicações para as políticas de desenvolvimento urbano.

O volume 5 – *Redes Urbanas Regionais: Sudeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se, como o volume anterior, aos relatórios da pesquisa, os quais precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil, e contempla as mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

O volume 6 – *Redes Urbanas Regionais: Sul* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se ao relatório da pesquisa, que precedeu e fundamentou a classificação da rede urbana do Brasil, obedecendo às mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das demais regiões pesquisadas.

Vale ressaltar ainda que a classificação da rede urbana das grandes regiões (volumes 4, 5 e 6) diz respeito aos estudos que subsidiaram a classificação da rede urbana do país. Na seqüência dos trabalhos, ao tomar as redes urbanas de cada uma das grandes regiões em seu conjunto, foram feitos os ajustes pertinentes nessa classificação, alterando-se a denominação das categorias urbanas e apresentando outra classificação para os centros urbanos. No entanto, os estudos sobre as redes urbanas das grandes regiões constituem produtos acabados, úteis para as grandes regiões e para os estados, uma vez que mostram a configuração e as tendências das redes urbanas regionais.

Acrescente-se que o estudo como um todo foi realizado no período 1997-99 e que as informações estão atualizadas, sempre que possível, em nota de rodapé, até a data desta publicação.

Este volume, elaborado em conjunto pelo Ipea, Degeo/IBGE e Nesur/Unicamp, apresenta os resultados finais dos estudos realizados no âmbito da pesquisa sobre

a rede urbana brasileira e está organizado em quatro capítulos e um Apêndice. Nesta primeira parte, o livro contém a configuração da rede urbana do país com os referenciais básicos, que compreendem a classificação da rede urbana, os sistemas urbano-regionais e as aglomerações urbanas. No capítulo I são discutidas as transformações recentes na rede urbana do Brasil, nas décadas de 80 e 90, enfocando as principais transformações espaciais da economia e seus impactos no processo de urbanização e na rede urbana. No capítulo II são apresentadas as orientações metodológicas do estudo, detalhando-se suas diretrizes e os critérios que orientam a classificação das aglomerações urbanas, bem como a classificação da rede urbana do Brasil. O capítulo III reúne os resultados do trabalho, que consistem na classificação da rede urbana do Brasil, na identificação das aglomerações urbanas brasileiras e dos sistemas urbano-regionais. Nessa parte se inclui, ainda, o estudo específico sobre a dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais no Brasil e, por fim, uma discussão sumária sobre o papel desempenhado por São Paulo e pelo Rio de Janeiro como metrópoles globais. No capítulo IV é apresentada uma síntese das tendências de desenvolvimento regional, que discute, a partir das principais conclusões do estudo, algumas implicações para a formulação de políticas públicas.

No Apêndice são apresentados indicadores, tratamentos estatísticos e estudos que fundamentaram os trabalhos da rede urbana brasileira. Quais sejam:

- critérios e indicadores de classificação da rede urbana;
- quadros e cartogramas das aglomerações urbanas;
- tratamentos estatísticos e tabulações especiais (incluindo a análise discriminante utilizada para testar a classificação da rede urbana, a tipologia ocupacional utilizada como *proxy* para a definição das funções dos centros urbanos, e a análise de agrupamento de municípios segundo o porte populacional, para o Brasil e para as grandes regiões geográficas);
- uma síntese da metodologia dos estudos elaborados pelo IBGE: Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos, Regiões de Influência das Cidades, e Tipologia dos Municípios Brasileiros;
- as bases teóricas dos estudos sobre as redes urbanas regionais; e
- a síntese dos estudos sobre as redes urbanas regionais, ou seja, das grandes regiões geográficas brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul.

Trabalhou-se com dados fornecidos pelo IBGE, Ipea, Nesur/Unicamp e outras fontes, valendo-se ainda, de informações estaduais, na busca de melhor qualificar as análises.

É preciso destacar ainda que os resultados do estudo sobre a rede urbana do Brasil já vêm fundamentando a formulação e a implementação de políticas e programas urbanos e regionais no país e têm fornecido valiosa contribuição a trabalhos da agenda governamental e dos demais setores da sociedade. Este estudo deverá continuar sendo útil para o setor público, na definição de políticas; para as instituições de ensino, na ampliação do conhecimento sobre o processo de urbanização do país; e para muitos outros setores da sociedade, na tomada de decisões.

Diana Meirelles da Motta
Coordenadora-Geral de Política Urbana — CGPUR/Ipea

Ricardo Lima
Diretor-Adjunto da DIRUR/Ipea

Sumário

Região Centro-oeste

Região Sudeste

Região Sul

Lista de Tabelas

Lista de Tabelas do Apêndice

Lista de Quadros e Figura

Quadros

Figura

Lista de Quadros do Apêndice

Lista de Figuras do Apêndice

Lista de Mapas

Lista de Mapas do Apêndice

Lista de Siglas

Agrária – Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.

AIR – Aglomeração(ões) Industrial(is) Relevante(s)

AM – Área Metropolitana

AUM – Aglomeração Urbana Metropolitana

AUNM – Aglomeração Urbana Não-metropolitana

AURNe – Aglomeração Urbana da Região Nordeste do Rio Grande do Sul

Auva – Aglomeração Urbana do Vale do Aço

Badep – Banco de Desenvolvimento do Paraná

Batavo – Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda.

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BM&F – Bolsa de Futuros e Opções de *Commodities*

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo

Caged – Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho e Identificação Profissional

Camilas – Cooperativa Agropecuária Mista de Laranjeiras do Sul Ltda.

CAMP – Cooperativa Agrícola Mista de Prudentópolis Ltda.

Capal – Cooperativa Agropecuária Arapoti Ltda.

Capeg – Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda.

Castrolanda – Sociedade Cooperativa Castrolanda Ltda.

Cati – Centro Integrado de Assistência Técnica Integrada

CCLPL – Cooperativa Central de Lacticínios do Paraná Ltda.

Cefet – Centro Federal de Educação Tecnológica

Centralpar – Cooperativa Central de Alimentos do Paraná Ltda.

Cesp – Companhia Energética do Estado de São Paulo

Chesf – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CIA – Centro Industrial de Aratu

CIAR – Cidade Industrial de Araucária

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

CIS – Centro Industrial do Subaé

CLAC – Cooperativa de Laticínios Curitiba Ltda.

CNDU – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano

Coabil – Cooperativa Agrícola Mista Bituruna Ltda.

Coagro – Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda.
Coamo – Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda.
Cocamar – Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá Ltda.
Codesa – Companhia de Docas do Espírito Santo
Codetec – Companhia de Desenvolvimento Tecnológico
Cofavi – Companhia Ferro e Aço de Vitória
Cofiex – Comissão de Financiamento Externo
Cohab – Companhia de Habitação
Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná
Comec – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
Coopavel – Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda.
Cooperati – Cooperativa Agrícola Irati Ltda.
Copacol – Cooperativa Agrícola Consolata Ltda.
Copec – Complexo Petroquímico de Camaçari
Coperalfa – Cooperativa Regional Alfa Ltda.
Copercampo – Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos Ltda.
Copercentral – Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.
Cosipa – Companhia Siderúrgica Paulista
Cotrefal – Cooperativa Agropecuária Três Fronteiras
Cotriguaçu – Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda.
CPqD – Telebrás Centro de Pesquisa e Desenvolvimento
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CSR-1 – Centro Sub-regional 1
CSR-2 – Centro Sub-regional 2
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CTI – Fundação Centro Tecnológico para a Informática
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DAER – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
Degeo – Departamento de Geografia (IBGE)
Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Dipam – Declaração de Informações de Participações Municipais (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo)
Diter – Divisão de Estudos Territoriais (IBGE)
Eadi – Estações Aduaneiras do Interior
Ecib – Estudo de Competitividade da Indústria Brasileira
Emater – Empresa Brasileira de Extensão Rural
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Esalq – Escola Superior de Arquitetura Luiz de Queiroz

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
Fepasa – Ferrovia Paulista S.A.
Fiesc – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
Finor – Fundo de Investimento do Nordeste
FJP – Fundação João Pinheiro
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
Fundopem – Fundo de Operação Empresa do Rio Grande do Sul
FURB – Universidade Regional de Blumenau
Geipot – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
Granfpolis – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IAC – Instituto Agronômico de Campinas
IB – Instituto Biológico
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Ideies – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Industrial do Espírito Santo
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IE – Instituto de Economia (Unicamp)
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Indi – Instituto de Desenvolvimento Industrial do Estado de Minas Gerais
Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Ipardes – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ippuc – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
Ipuf – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
ISS – Imposto sobre Serviços
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
Ital – Instituto Tecnológico de Alimentos
Lactec – Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento
Lactisul – Cooperativa de Produtores de Leite de Irati Ltda.
LNLS – Laboratório Nacional de Luz Sincroton
Mercosul – Mercado Comum do Cone Sul
MICT – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Mtb/Rais – Ministério do Trabalho/Relatório de Informações Sociais
Nedru – Núcleo de Desenvolvimento Regional
Nesur – Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional
OCDE – Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)
PCV – Pesquisa de Condições de Vida (Fundação Seade)

PEA – População Economicamente Ativa
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (Dieese/Seade)
PIA – População em Idade Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PIC – Programas Integrados de Colonização
PIM/PF – Pesquisa Industrial Mensal/Produção Física (IBGE)
Pimes – Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco
PIN – Plano de Integração Nacional
PMU – Pesquisa Municipal Unificada (Fundação Seade)
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
Poltec – Pólo Tecnológico de Campinas
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)
Proálcool – Programa Nacional do Álcool
Prodec – Programa de Desenvolvimento de Empresas de Santa Catarina
Profir – Programa de Financiamento de Irrigação
Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial
RA – Região Administrativa
Rais – Relação Anual de Informações Sociais (do Ministério do Trabalho)
Regic – Estudo Regiões de Influência das Cidades (IBGE)
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A.
RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista
RMC – Região Metropolitana de Curitiba
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória
RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre
RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
ROU – República Oriental do Uruguai
SDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul (SC)
Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Sefa – Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná
SEP – Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo
Seplan – Secretaria de Planejamento
Sercomtel – Serviços de Comunicações Telefônicas de Londrina
SF/RS – Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul
SF/SC – Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina
Sine – Serviço Nacional de Emprego
Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-oeste
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Ufla – Universidade Federal de Lavras
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Unimar – Universidade de Marília
Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba
Unital – Universidade de Taubaté
UPF – Universidade Passo Fundo
URE – Universidade Regional Integrada
VA – Valor Adicionado
VAF – Valor Adicionado Fiscal
VTE – Vetor Tecno-ecológico
VTI – Valor de Transformação Industrial
Witmarsum – Cooperativa Agropecuária Witmarsum Ltda.



CAPÍTULO I

Transformações Recentes da Rede Urbana do Brasil

1 Introdução

O estudo das transformações da rede urbana do Brasil, nas décadas de 80 e 90, objeto central desta pesquisa, abrangeu três vertentes principais. A primeira delas leva em conta os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil. A segunda enfoca os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências de transformações da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país. E, finalmente, a terceira refere-se à manifestação de processos característicos da hierarquia da rede urbana, ligando-se às distintas categorias que a compõem e enfocando essas manifestações seja para o país como um todo, seja para cada uma de suas distintas regiões.

Ressalta-se, de início, que um dos principais desafios metodológicos enfrentados no desenvolvimento do trabalho dizia respeito à apreensão da articulação entre os fenômenos do desenvolvimento econômico e da urbanização, sem incorrer em determinismos que levassem à dedução das tendências de transformação do sistema urbano diretamente dos padrões de distribuição da atividade econômica no espaço. Ou seja, tratava-se de superar os limites do economicismo, realizando um esforço de apreensão da natureza das determinações que a dinâmica econômica coloca para a expansão e diferenciação da rede urbana do Brasil.

Assim, a investigação realizada concebe a urbanização e o sistema urbano como sínteses de um longo processo de mudança territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização da atividade econômica têm importante papel indutor, entendendo-se a urbanização, contudo, não como resultado, mas, antes, como parte constitutiva dessas determinações.

Portanto, a análise do desenvolvimento econômico centra-se nos desdobramentos espaciais do desenvolvimento recente, abrangendo especialmente:

- a identificação de áreas urbanas dinâmicas ou estagnadas, existentes em cada uma das grandes regiões geográficas brasileiras; e
- as alterações significativas na estrutura econômica dessas áreas e mudanças relevantes na base produtiva, com impactos relativos às transformações na rede urbana.

Nos estudos desenvolvidos sobre as tendências recentes das economias regionais, que compõem a pesquisa, o objetivo era compreender as características da urbanização e da conformação dos sistemas regionais de cidades. E, apesar das limitações dos dados disponíveis, enfocaram-se especificamente aspectos relacionados às tendências locacionais da atividade produtiva, aos fenômenos da concentração e desconcentração da atividade econômica, à diversificação do setor de serviços e a mudanças ocupacionais relacionadas a essa diversificação (em especial para as aglomerações urbanas e para os principais centros urbanos integrantes da rede urbana brasileira), às transformações nas estruturas ocupacionais, segundo a hierarquia da rede urbana e o tamanho dos centros urbanos, e, finalmente, a aspectos ligados à expansão da infra-estrutura urbana, quando a mesma conformou-se como um vetor de expansão e/ou de remodelação do sistema de cidades, ou em fator de indução da ocupação de novas áreas, ou mesmo enquanto elemento de reestruturação nos tipos de relações interurbanas de regiões determinadas.

Trabalhou-se com esses fatores como mediação para o entendimento da articulação entre as tendências recentes de desenvolvimento das economias regionais, as ca-

racterísticas da urbanização e a configuração do sistema urbano, procurando-se verificar em que medida as transformações ocorridas resultaram na conformação de espacialidades novas e na emergência de impactos territoriais de natureza distinta daqueles que tradicionalmente se faziam presentes no passado.

Os estudos pautaram-se pela hipótese de que o desempenho econômico regional do período recente caracterizou-se por um aumento da heterogeneidade econômica e social inter e intra-regional, com o surgimento de áreas e pólos dinâmicos, as chamadas *ilhas de produtividade,* independentemente do desempenho agregado da economia regional e do grau de articulação das áreas dinâmicas com a economia do resto do país.

Essa hipótese central desdobrou-se em quatro questões específicas, consideradas pelo estudo:

- a emergência de novos padrões de localização da atividade produtiva, decorrentes, em parte, de elementos de desempenho econômico derivados do comércio exterior (exportação e, nos anos 90, principalmente importação), ou resultado de novos condicionantes da atividade produtiva;
- a necessidade de adoção de novos critérios e de modos distintos de apreensão dos fenômenos de homogeneidade, hierarquia e polarização. Na realidade, os processos econômicos recentes fizeram com que se estruturassem, nas distintas regiões brasileiras, novos espaços que, por sua vez, contribuíram para redesenhar a configuração territorial do país. Houve um aumento da heterogeneidade econômica e social intra-regional, e o sistema de cidades modificou-se com o surgimento e/ou a consolidação de aglomerações urbanas nas várias regiões do país. Assim, o exame da rede urbana brasileira foi feito a partir da incorporação de critérios que pudessem dar conta dessa complexidade;
- o surgimento de novas espacialidades da economia brasileira, as quais exigem a adoção de categorias analíticas distintas das tradicionalmente conferidas às análises do território brasileiro, incluindo conceitos como: aglomerações de fronteira territorial; fronteiras econômicas internas; pólos dinâmicos; áreas estagnadas; novos espaços rurais; novas centralidades; cidades globais etc.;
- a radical alteração nos padrões de mobilidade espacial da população, ou no padrão migratório do país, com o aparecimento de fenômenos tais como: maior migração intra-regional e de curta distância; redução dos fluxos em direção às fronteiras econômicas e às áreas metropolitanas do Sudeste; maior seletividade nos fluxos migratórios, baseada em requisitos de escolaridade, renda, idade etc.; maior circularidade dos movimentos migratórios, com migração de retorno e vários estágios migratórios; baixo dinamismo dos mercados urbanos de trabalho, com o surgimento de novas formas de marginalidade urbana.

Além disso, as análises feitas aqui buscam identificar as mudanças ocorridas na rede urbana do país, sobretudo nas redes urbanas regionais, nas décadas de 80 e 90, incorporando dados e informações que derivam dos estudos de hierarquia urbana – atualizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela pesquisa *Regiões de influência das cidades* – bem como elementos relativos aos estudos de *Tipologia dos municípios brasileiros* e de composição das *Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas.* As análises valeram-se, também, do estudo *A Dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais no Brasil*, elaborado especialmente para a pesquisa. Foram utilizados seus resultados em termos de forma, hierarquia e composição[1].

Por fim, convém ressaltar mais dois aspectos: o primeiro diz respeito à periodização do projeto de pesquisa; e o segundo, às questões relativas à hierarquia do sistema de cidades.

Neste estudo, o objetivo central era, como já mencionado, analisar processos estruturais de mudança da rede urbana brasileira nas décadas de 80 e 90. Contudo, havia uma grande dificuldade: como avaliar tendências estruturais num quadro de instabilidade crônica da economia nesse período. Na realidade, a despeito das orientações gerais adotadas como ponto de partida da pesquisa, os estudos lidaram com realidades extremamente cambiantes e, por isso mesmo, tiveram de incorporar essas transformações em seus quadros de análise. Para tanto, adotou-se uma periodização que levou em conta as características do conjunto do período 1980-90, mas que também procurou incorporar as diversas conjunturas macroeconômicas, considerando recortes temporais que distinguem os períodos econômicos que caracterizam os anos 80 e 90 (recuperação em virtude das exportações e do Plano Cruzado; inflação crônica e tentativas de estabilização da economia; recessão e Plano Collor; Plano Real). Ademais, nesses estudos, também foram incorporados recortes temporais que, a partir dessa periodização geral, contemplam especificidades das dinâmicas econômicas e urbanas regionais.

No que diz respeito à hierarquia do sistema urbano, os estudos tratam das transformações da rede urbana do Brasil e das redes regionais de cidades com base na análise do tamanho e das funções dos centros urbanos.

[1] A respeito, ver Capítulo III deste volume.

2 Transformações Espaciais da Economia

Com base nessas orientações metodológicas, pressupôs-se que as tendências da urbanização brasileira e o próprio desenho do sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia. Para elucidar algumas das articulações entre esses processos, nesta seção faz-se uma síntese das transformações ocorridas na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, explorando suas relações com a urbanização e a dinâmica demográfica do período recente, qualificando, dessa forma, os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro.

Pontuam-se, assim, algumas características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária, nas décadas de 80 e 90, já que são essas as atividades que, em grande parte, determinam as distintas trajetórias econômicas e urbanas regionais recentes, bem como as alterações nas formas de articulação comercial das regiões entre si e com o exterior. Finaliza-se a seção com um balanço dos impactos e conseqüências dessas alterações para a urbanização e a rede urbana do país[2].

O argumento central desenvolvido é o de que, na década de 80, no contexto da crise econômica e da paralisia do investimento industrial, o maior grau de abertura da economia brasileira estimulou uma forma distinta de articulação das economias regionais, com rebatimentos importantes sobre a urbanização e o sistema de cidades. Longe de um crescimento econômico articulado, centrado na integração do mercado nacional, e comandado a partir de São Paulo, onde se concentra a maior parte da indústria e também o maior mercado intra-industrial, tal como ocorrera nos anos 70, houve nos anos 80 um relativo descolamento das economias regionais[3], com o surgimento de *ilhas de produtividade*, muitas voltadas para o comércio exterior, o que estimulou maior heterogeneidade interna da estrutura produtiva nacional, aprofundando as desigualdades inter e intra-regionais do país.

O desempenho do comércio exterior ajuda a entender melhor o movimento das economias regionais. O esforço exportador da década de 80 possibilitou alternativas localizadas de dinamismo econômico, as quais, apesar de incapazes de ancorar um novo padrão de crescimento para o conjunto da economia, foram extremamente importantes para algumas regiões do país, a exemplo dos investimentos em papel e celulose, extrativa mineral ou siderurgia, em que os maiores beneficiários foram os estados do Espírito Santo, Pará e Maranhão.

O aumento das exportações no pós-80 foi um fenômeno generalizado para as distintas atividades econômicas. Quase todas as regiões do país apresentaram crescimento absoluto, com pequena queda relativa da participação de São Paulo, sobretudo pelo aumento das exportações originárias do Centro-oeste (produtos básicos), do Maranhão (semimanufaturados), da Bahia (petroquímica), da região Norte (básicos e semimanufaturados) e de Minas Gerais (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados). A partir de 1985, os coeficientes de exportação de diversas regiões brasileiras foram bastante distintos e, em geral, declinantes. Os estados da região Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Pará e Maranhão, ao contrário, apresentaram crescimento das exportações acima da média brasileira. O esforço exportador, de setores muitas vezes situados próximos às fontes de recursos naturais, conviveu com o aprofundamento da tendência de novas atividades industriais localizarem-se fora das áreas metropolitanas, fugindo das deseconomias de aglomeração, dentre outros fatores. Com efeito, abriram-se alternativas localizadas de dinamismo, mesmo no contexto da crise. Muitos desses empreendimentos situaram-se no próprio interior de São Paulo e outros foram direcionados a regiões de fronteiras.

Os impactos da trajetória econômica da década de 80 foram, como se sabe, extremamente negativos, sobretudo nas metrópoles mais industrializadas do país, como São Paulo, onde foi baixo o crescimento dos níveis de emprego formal na indústria de transformação. Contudo, esses efeitos não foram menos dramáticos nas áreas metropolitanas que já apresentavam problemas econômicos crônicos, como Recife ou Rio de Janeiro[4].

Porém, o melhor desempenho da agricultura e dos grandes complexos minerais – ou de produtos como papel e celulose – resultou no crescimento das áreas de fronteira, ainda que incorporando menos terras que na década de 70, das regiões voltadas para o processamento de recursos naturais para exportação e daquelas áreas, como o interior de São Paulo, que ampliaram as exportações de manufaturados.

Diante dessas transformações, o quadro regional do início da década de 90 é muito distinto daquele herdado dos anos 70, uma vez que o crescimento da agroindústria, a urbanização na fronteira, a agricultura irrigada e os empre-

[2] Análise detalhada das principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações para a estruturação do sistema urbano do país encontram-se em Ipea (1997).

[3] A versão detalhada da argumentação aqui exposta encontra-se em Pacheco (1991).

[4] Acerca desses contrastes, ver Pacheco (1992).

endimentos voltados para a exploração de recursos naturais criaram alternativas de dinamismo à crise das metrópoles industrializadas. Muitas cidades de pequeno ou médio porte apresentaram melhor desempenho nesse período.

Esses fatos parecem ter implicado intensificação da migração de curta distância, ou de caráter intra-regional, e redução da migração em direção às metrópoles do Sudeste, sobretudo São Paulo.

O próprio desempenho das atividades agrícolas no período 1980-90 pode ter contribuído para maior retenção da população nas pequenas cidades. Isso é especialmente válido para o Sudeste, onde, ao lado do menor crescimento das aglomerações urbanas metropolitanas, e em particular de suas cidades centrais, ocorreu um crescimento da população dos pequenos municípios bem superior ao esperado. E ainda que essa tendência não possa ser generalizada para o país, em virtude do ritmo elevado do incremento populacional das aglomerações urbanas metropolitanas e das capitais estaduais do Nordeste, à exceção de Recife, assim mesmo é válido concluir que se reforçou, ainda mais, a natureza relativamente desconcentrada do sistema urbano brasileiro.

De acordo com a pesquisa, estruturou-se no país, em razão de suas origens históricas, uma rede dispersa de cidades, em comparação com outras experiências latino-americanas[5]. Esse processo parece ter sido crescentemente influenciado pelas tendências de desconcentração da atividade econômica do país.

Ainda que os determinantes não possam ser imputados apenas à desconcentração econômica recente, os novos rumos da Região Metropolitana de São Paulo sintetizam com clareza essa questão. A metrópole, como se demonstrou, perde importância em termos industriais e, paulatinamente, desacelera-se seu crescimento demográfico. Trajetória semelhante verifica-se também nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e de Belo Horizonte, embora nesta em menor grau, além do baixo crescimento do Rio de Janeiro, do Recife e da Baixada Santista. Mesmo na Região Metropolitana de Salvador parece ocorrer rápida inflexão do crescimento demográfico no período 1991-96.

Com efeito, a redução da migração rumo às metrópoles do Sudeste conferiu maior importância ao conjunto da rede urbana brasileira, considerando o próprio interior do estado de São Paulo, as capitais regionais, em especial as do Norte, Nordeste e Centro-oeste, as cidades médias e as aglomerações urbanas não-metropolitanas. Em algumas regiões, localizadas em áreas de fronteira agrícola, ou no próprio estado de São Paulo, também não foi desprezível o crescimento dos pequenos municípios.

No que diz respeito especificamente ao desempenho regional da indústria, vale chamar a atenção para aspectos espaciais que auxiliam na compreensão de novas dimensões da urbanização das grandes regiões geográficas, bem como para os que ajudam no entendimento da conformação atual dos seus sistemas de cidades, aspecto que será enfocado mais adiante.

O desempenho regional da indústria de transformação mostra que a desconcentração industrial a partir do Sudeste teve dois sentidos principais: de um lado, as regiões Norte e Centro-oeste, e os estados da Bahia, Paraná e Minas Gerais; de outro lado, o interior do estado de São Paulo. A contrapartida da maior participação dessas regiões no total da indústria nacional foi a queda ocorrida na participação da Região Metropolitana de São Paulo e na do estado do Rio de Janeiro.

Registra-se, também, que os investimentos do final da década de 70, com significativo componente de desconcentração, repercutiram sobre as bases regionais da indústria brasileira a partir do início dos anos 80. Esse fato é especialmente válido para a indústria de bens intermediários, herdada do II PND, incluindo-se uma série de segmentos voltados para a base de recursos naturais, que atualmente respondem por grande parte das exportações de várias regiões do país. Esse é o caso do ramo de papel e celulose, que avançou muito no Espírito Santo e, também, no Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia; da indústria de plásticos, com crescimento expressivo da participação do Sul do país, Nordeste e Minas Gerais; do ramo de couros, em que se destacam o Rio Grande do Sul e o Nordeste; da transformação mineral, que cresceu em praticamente todas as regiões brasileiras, inclusive no Centro-oeste e no Norte; da química, em que o estado da Bahia lidera, no conjunto da produção brasileira, sendo seguido pelo Paraná e por Minas Gerais; e da metalurgia, em que o programa siderúrgico fez ampliar a participação dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

Ressalta, ainda, que a tendência de novas atividades industriais localizarem-se fora das áreas metropolitanas guarda forte sintonia com o perfil setorial do investimento ocorrido na década de 80: investimento de pequena monta e alocado, na maioria das vezes, em setores intensivos em recursos naturais[6]. Por outro lado, é preciso notar que a tendência à desconcentração evidencia-se tanto em

[5] Sobre esse aspecto, consultar Tolosa (1973) e Faria (1976).

[6] Dados censitários da indústria de transformação das metrópoles nacionais e respectivas unidades da Federação revelam que, com exceção de Curitiba e Belém (cuja "metrópole" reúne apenas dois municípios), em todas as demais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre) a evolução do VTI e do pessoal ocupado, entre 1980 e 1985, foi sempre mais favorável ao interior dos estados que à respectiva metrópole.

certas especializações regionais, como as acima discriminadas, quanto numa dispersão acentuada da indústria de bens de consumo leve.

De todo modo, continuam concentrados em São Paulo os segmentos mais dinâmicos da indústria, que se encadeiam com toda estrutura industrial do estado e com a maior parte das indústrias regionais. Além disso, há também outra manifestação do fenômeno de desconcentração, de dimensão igual ou até mesmo mais importante do que a descrita acima, configurada pelo rearranjo espacial da indústria interno ao estado de São Paulo[7]. De fato, simultaneamente à redução do peso da indústria do Rio de Janeiro e de São Paulo em favor da indústria do restante do país, no espaço paulista ocorreu acentuado processo de desconcentração da indústria metropolitana, com a queda da participação da Grande São Paulo no VTI estadual. O resultado foi o aumento da participação do interior no VTI nacional, entre 1970 e 1985, transformando esse espaço econômico no segundo maior aglomerado industrial do país, atrás apenas da Grande São Paulo. Esse processo, conhecido como *interiorização da indústria paulista*, ocorreu principalmente nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos, com desdobramentos importantes no processo de urbanização e de conformação da rede de cidades.

Registra-se, também, a importância de outro componente do processo de desconcentração recente: o impacto diferenciado da crise sobre as estruturas econômicas regionais, acentuando aspectos problemáticos exatamente nas áreas de maior densidade industrial. De fato, nas regiões mais industrializadas, a produção corrente tendeu a cair, em termos relativos, mais rapidamente, em razão da dependência da demanda intra-industrial. As chamadas *periferias*, por sua vez, sobretudo aquelas assentadas sobre a agroindústria e a indústria de bens intermediários, situaram-se em melhor posição relativa, ou porque a produção primária detinha expressivo peso no produto total, ou porque a indústria de bens intermediários, cuja implantação se deu no final da década de 70, conseguiu, por isso mesmo, ampliar as exportações regionais[8].

Esse efeito diferenciado da crise nas áreas mais industrializadas foi reforçado pelo maior impacto da abertura comercial, já nos anos 90 nessas regiões, notadamente São Paulo, levando a uma redução relativa da participação do estado no produto industrial do país.

Assim, pode-se concluir que o ajuste que vem ocorrendo na Grande São Paulo traz, em termos de localização espacial da atividade econômica, inúmeras conseqüências relevantes, em especial no caso de empresas que também contam com unidades fabris fora da metrópole. De maneira geral, a tendência é manter na Região Metropolitana de São Paulo exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico, ou que, por diversas razões, demandem mão-de-obra de maior qualificação. Além disso, a tentativa de reduzir custos e redefinir atividades, componentes que integram os processos de reestruturação da grande empresa, vem igualmente induzindo a relocação dos próprios centros administrativos ou das atividades de pesquisa e controle de qualidade, as quais tendem a ser deslocadas do município de São Paulo para o entorno metropolitano[9].

À medida que os programas de investimento patrocinados pelo Estado maturam e não são substituídos por políticas ativas e a privatização e a crise fiscal reduzem o grau de intervenção pública, a desconcentração industrial perde fôlego e abrangência. Isso é particularmente visível no caso da economia nordestina, que passa a ser cada vez menos beneficiada pela desconcentração econômica seletiva, que tem efeitos maiores no Sul, no próprio Sudeste (Minas Gerais e Espírito Santo) e no Centro-oeste.

Nos anos 90, há um impacto locacional nada desprezível, que tem origem na maneira como as empresas empreendem seus programas de ajuste no plano microeconômico, cujos efeitos nem sempre são captados pelas estatísticas da produção corrente. Em especial, é preciso salientar o exemplo da automobilística, com tendência a reforçar a relação entre fornecedores e montadora, bem como o rearranjo do *mix* de produto e linhas de produção nos segmentos multiplantas.

Por fim, é necessário ter em vista que os novos padrões locacionais tendem a ser setorialmente distintos e não uniformes para o conjunto da indústria. Não se identifica uma tendência geral de reaglomeração, nem de desconcentração. Por outro lado, não se deve deixar de levar em conta certa tendência para a localização, no Nordeste brasileiro, de parte da indústria intensiva em mão-de-obra, especialmente calçados, têxtil e vestuário. Os segmentos mais complexos da metalomecânica tendem a desconcentrar-se a partir de São Paulo, provavelmente, sem extrapolar, contudo, o Sul e o Sudeste.

A evolução da agricultura também contribuiu para o quadro de desconcentração da economia, quer por apresentar taxas de crescimento superiores à média da indústria, quer pelo seu menor crescimento em São Paulo. De

[7] Sobre a interiorização do desenvolvimento industrial de São Paulo, ver Negri (1996).

[8] Esse aspecto é salientado por Cano (1995), referindo-se ao período 1980-92.

[9] A justificativa dada por várias empresas para instalar no ABC seus centros de pesquisas, desenvolvimento ou controle de qualidade é, em geral, relacionada à qualificação da mão-de-obra. Ao mesmo tempo, várias empresas nacionais do segmento de autopeças justificam seu intuito de sair do ABC pela questão sindical. Sobre isso, ver *Exame* (1992, pp. 34-38).

fato, em que pese a retração do crédito subsidiado, no contexto da crise fiscal da década, a agricultura cresceu a taxas mais elevadas que a média do PIB, atenuando os efeitos da crise industrial. Esse comportamento decorreu do programa do álcool, mas foi resultado, sobretudo, da ampliação das lavouras de exportação, favorecidas pelo aumento da participação dos produtos nacionais em vários mercados internacionais.

O aumento da área cultivada das principais lavouras concentrou-se no Centro-oeste, nos cerrados nordestinos da Bahia especialmente, do Maranhão e do Piauí e na região Norte, sobretudo Rondônia. A expansão da área cultivada em São Paulo foi devida quase exclusivamente ao Proálcool e ao cultivo da laranja.

De acordo com o levantamento censitário de 1985, alterou-se a tendência de evolução da situação agrária do país. Os censos agropecuários da década anterior haviam evidenciado uma dinâmica de modernização do campo, com concentração fundiária, incorporação de progresso técnico, maior intensidade do trabalho, elevada migração rural-urbana e avanço da fronteira agrícola. Os dados de 1985, por sua vez, apontam para uma aparente desconcentração da propriedade, com uma incorporação reduzida de novas áreas, sobretudo de lavouras. Sem dúvida, entre o primeiro qüinqüênio da década de 80 e os períodos anteriores, ocorreram mudanças significativas. De início, cabe ressaltar a redução do dinamismo agrícola, retratada, por exemplo, na menor variação das áreas de lavouras, menor ritmo de mecanização, menor aumento dos rebanhos[10].

A evolução da área de lavouras reforça a tese de menor dinamismo da agricultura. De 1970 a 1980, a área cultivada foi acrescida de 15 milhões de hectares, enquanto no primeiro qüinqüênio da década de 80 o aumento foi de apenas 3,2 milhões de hectares, sendo 1,5 milhão de hectares no Sudeste e 1,3 milhão no Centro-oeste. Dentre os estados nordestinos, destaca-se apenas a Bahia, onde as áreas de lavoura aumentam no período em cerca de 800 mil hectares[11].

Os indicadores de mecanização são coerentes com o desempenho menos dinâmico da agricultura. O número de tratores incorporados caiu pela metade entre o último qüinqüênio da década de 70 e o primeiro da década de 80. Em termos regionais, a incorporação de novos tratores concentrou-se no Sul, Sudeste e Centro-oeste, com reduções absolutas no número de tratores no Norte e Nordeste, exceto no estado da Bahia.

Quanto à pecuária, o Censo revela que, embora tenha continuado a substituição de pastagens naturais por plantadas[12], o aumento do rebanho de bovinos foi sensivelmente menor. Em termos regionais, o efetivo de bovinos esteve concentrado no Centro-oeste e, secundariamente, na região Norte. O mesmo ocorre na evolução das áreas de pastagens: os acréscimos significativos de área ficam por conta do Centro-oeste e da região Norte. Na região Nordeste, as alterações mais significativas decorrem do aumento de pastagens plantadas na Bahia e no Maranhão.

A evolução da área global dos estabelecimentos serve para indicar, regionalmente, o avanço da fronteira agrícola. Nos cinco anos iniciais da década de 80, foram ocupados 11,4 milhões de hectares, localizados, fundamentalmente, no Pará (3,1 milhões), Bahia (3,5 milhões), Mato Grosso (3,4 milhões) e, secundariamente, em Rondônia (870 mil) e Paraná (1,1 milhão). Torna-se evidente que a expansão da fronteira está circunscrita principalmente a um trecho da região Norte e ao Mato Grosso, ao que se soma o cerrado baiano.

Uma leitura apressada do Censo Agropecuário de 1985 poderia indicar uma ruptura no processo e tendências anteriores. No entanto, num exame mais detalhado dos resultados do primeiro qüinqüênio da década de 80, verifica-se a existência de um processo de *minifundização*, resultante de parcelamento dos pequenos estabelecimentos[13], sem diminuição da desigualdade, e marcado pelo agravamento das condições de pobreza. O que está em curso nesses anos é, na verdade, um processo de deterioração da situação dos pequenos estabelecimentos, mais do que uma aparente desconcentração da propriedade rural. Embora presente em outras regiões, esse fenômeno centra-se no Nordeste.

A aparente desaceleração do crescimento da agropecuária no primeiro qüinqüênio dos anos 80 não corresponde a uma efetiva ruptura do padrão de modernização do setor. A principal mudança estrutural ocorrida nesse período foi a passagem de um padrão extensivo de crescimento para um padrão mais intensivo, com relevantes ganhos de produtividade.

---

[10] Sobre a mudança de orientação na política agrícola e a alteração dos volumes de créditos agrícolas subsidiados, consultar Fonseca e Salles Filho (1992, v. 2, p. 47).

[11] As estatísticas mencionadas têm por base o "Diagnóstico do Setor Agropecuário", realizado no âmbito da pesquisa "São Paulo no Limiar do Século XXI". A respeito, ver Cano (1992).

[12] Entre 1970 e 1980, para o conjunto do país, as áreas de pastagens naturais reduzem em 10,5 milhões de hectares, enquanto aumentam as áreas de pastagens plantadas (30,1 milhões de hectares). Para o qüinqüênio 1980-85, esse processo continua, com redução de 8,4 milhões de hectares das pastagens naturais e aumento de 13,9 milhões de hectares das áreas de pastagens plantadas.

[13] Este é o sentido da conclusão apontada por Hoffmann (1987, p. 14-16), ao analisar a evolução regional das áreas, em confronto com o número de estabelecimentos.

O desempenho regional da agropecuária após 1985 mostra uma recuperação da produção, com início já em 1983, que iria expressar-se nas supersafras dos anos seguintes, no contexto de uma política setorial distinta da que havia prevalecido até então, e que foi substituída pela política cambial e por ações setoriais compensatórias. À medida que a restrição do crédito ficava mais severa, desenvolvia-se um padrão de autofinanciamento da atividade agropecuária, tornando a produção cada vez mais sensível às decisões dos grandes e médios produtores[14].

Contribuiu muito para esse melhor desempenho o *boom* agrícola ocorrido na segunda metade da década de 80, na vigência do Plano Cruzado, o que permitiu aos produtores refazer seu capital fixo (máquinas e instalações) e, assim, crescer no restante do período[15]. A política de preços mínimos teve papel central, ao substituir o crédito como principal instrumento de incentivo à agricultura. Com isso, cresceram os cultivos para exportação, e o desempenho para o mercado interno foi cada vez mais dinâmico.

Ainda que não se tenha verificado um retorno ao padrão de modernização da década anterior, os indicadores disponíveis permitem inferir que o período de maior estagnação da agricultura brasileira restringiu-se aos anos de 1981 a 1983. O próprio produto agrícola retrata esse fato, invertendo a tendência dos anos 70 e crescendo acima do produto industrial.

Em termos gerais, de acordo com dados da produção agropecuária da década de 80, houve aumentos significativos de produtividade, sem aumento correspondente em áreas. Contudo, diferentemente do final da década de 70, esse aumento, em termos médios, resultou mais do incremento da produção por área do que de uma evolução da relação entre área e pessoal ocupado[16]. Problemática é, sobretudo, a forma desigual com que se distribui esse aumento da produtividade e da ocupação: as regiões que seguem incorporando progresso técnico tendem a fazê-lo sem ganhos em termos de emprego; o aumento da ocupação, ao contrário, parece reproduzir relações de trabalho precárias, em condições de baixa produtividade. De resto – e de grande relevância para a presente pesquisa –, há que se levar em conta que novas ocupações do campo brasileiro, muito especialmente no estado de São Paulo, já não têm mais relação com a atividade agropecuária, mas são ocupações tipicamente urbanas[17].

No que se refere às transformações regionais da agricultura, chama a atenção, no período em análise, o crescimento da participação das culturas mais dinâmicas no Centro-oeste e no conjunto dos cerrados (Bahia e Minas Gerais, inclusive), com sua crescente integração ao modo moderno de produção agrícola, embora fique evidente a concentração do valor da produção em culturas dinâmicas também na região Sudeste. No caso da soja, por exemplo, a participação do Centro-oeste no total da produção nacional é muito expressiva, uma vez que a região concentra, atualmente, quase 40% do total. Entre 1974 e 1976, essa participação atingia menos de 4% do total.

As condições de produção de soja nas áreas de cerrado, com a maior produtividade física e menor umidade, condicionaram o próprio deslocamento não apenas da lavoura rumo à região, mas também a alocação da agroindústria processadora, sobretudo dos grandes grupos nacionais. A década de 80 foi, assim, singularmente importante para a região, que teve, nesse período, a oportunidade de afirmar sua vocação agroindustrial. O deslocamento, durante pouco mais de uma década, de 40% da capacidade de produção de soja do país para as terras agriculturáveis de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi acompanhado, com defasagem de alguns anos, por grandes grupos voltados para a atuação no mercado de *commodities*, os quais investiram na implantação de uma base de armazenamento, logo seguida por inversões em atividades de esmagamento (Castro e Fonseca, 1995, p. 84).

No início de 1992, a capacidade de esmagamento de soja para produção de óleo bruto do país girava em torno de 100 mil toneladas/dia, com mais de 100 plantas industriais, a maioria em São Paulo (18), Paraná (32) e Rio Grande do Sul (26)[18]. Já naquele ano, como resultado de investimentos feitos no final dos anos 80 e início dos 90, a capacidade de esmagamento do Centro-oeste, incluindo a parte dos cerrados de Minas Gerais e Bahia, alcançava cerca de 19,5 mil toneladas/dia, quase 20% do total nacional.

De fato, o complexo soja foi o único que passou por significativa reestruturação produtiva, envolvendo exatamente esse deslocamento progressivo da produção de matéria-prima e de plantas esmagadoras do Centro-sul para a região Centro-oeste. O deslocamento em direção ao Centro-oeste tem outras implicações, derivadas da própria in-

[14] Para detalhes, consultar Buainain e Rezende (1995, p. 40).

[15] Consultar Goldin e Rezende (1993).

[16] Exame dos dados da produção agrícola do período 1991-92, comparativamente aos anos 1979-80, mostra que esses ganhos de produtividade física estiveram particularmente concentrados em cultivos de trigo, arroz, soja, cana-de-açúcar e milho. A respeito, ver Dias (1990).

[17] Para detalhes, consultar Silva (1996).

[18] A produção de óleo refinado mantém-se bastante concentrada em São Paulo e, em menor grau, no Paraná e Rio Grande do Sul: das 66 unidades produtivas listadas por Castro e Fonseca (1995, p. 85), 33 estariam em São Paulo, 14 no Paraná e seis no Rio Grande do Sul, sendo responsáveis, respectivamente, por 50%, 17% e 14% da capacidade nominal de produção de óleo refinado do país.

serção do "complexo soja" brasileiro em termos internacionais. Como o desempenho exportador do complexo tem sido menos dinâmico, exatamente nos segmentos de farelo e óleo em relação a grãos, as grandes empresas nacionais do setor têm avançado nas estratégias de integração da cadeia de soja e de carnes, enquanto as empresas multinacionais têm concentrado suas atividades na cadeia grãos-óleos-derivados. Com isso, tende também a avançar a integração com o segmento de carnes no próprio Centro-oeste, sendo este mais um vetor de crescimento de sua agroindústria[19].

Ainda assim, é conveniente ter em vista que o complexo avícola está basicamente concentrado no Sul, responsável por mais de 70% da produção nacional e pela quase totalidade das exportações. A concentração da produção nos estados do Sul, combinada com novos investimentos nos cerrados, deverá, provavelmente, gerar uma divisão regional da produção nacional: os frigoríficos do Sul especializando-se nas exportações e no abastecimento dos principais centros consumidores do Centro-sul e a região dos cerrados orientando-se para o mercado local e, eventualmente, para as regiões Nordeste e Norte[20].

Para finalizar esse quadro da evolução regional recente da agropecuária e da agroindústria associada, é importante avaliar o impacto do crescimento da atividade sucro-alcooleira e da indústria de sucos concentrados de laranja em São Paulo, uma vez que estas foram duas das atividades mais dinâmicas da década de 80, tendo dado grande contribuição para a sustentação da renda agrícola do estado.

O Proálcool teve grande parte de seu impacto centrado em São Paulo, não só por ser o estado o principal mercado consumidor de combustíveis, mas também pela competitividade de sua produção. Embora a fabricação de açúcar não tenha tido o mesmo dinamismo, dado que as exportações passam a crescer apenas nos anos 90, em virtude da forte elevação dos preços internacionais[21], o estado preservou sua liderança em termos nacionais, respondendo por cerca de 45% da produção brasileira no início dos anos 90. Mesmo assim, esse processo convive com relativa desconcentração produtiva tanto da produção de açúcar, como de álcool, comparativamente aos anos iniciais da implantação do Proálcool.

Outro segmento com excelente desempenho na agricultura paulista foi o cultivo de cítricos, estimulado pela produção de suco concentrado de laranja, que apresentou volumes crescentes de exportação durante a década de 80. A produção brasileira está basicamente localizada em São Paulo, que detém 90% da capacidade de esmagamento. Mas, até pela quase exclusividade paulista, a tendência recente é de desconcentração, com a implantação de novos projetos, sobretudo no Paraná[22].

Apesar do bom desempenho da agricultura paulista na década de 80 e mesmo nos anos 90, o movimento agregado do conjunto da atividade tendeu a reforçar a desconcentração espacial que já se verificava nas décadas anteriores, mantendo-se, como já ocorria, elevada participação da renda agrícola do estado no total nacional.

Cabe, ainda, uma última observação sobre o desempenho da agropecuária brasileira e o sentido de sua crescente inserção internacional. Ainda que os impactos maiores desse processo tenham-se concentrado no Sul, Sudeste e Centro-oeste, ele, gradativamente, disseminou-se pelo país, levando, inclusive, à modernização de parte da agricultura do Nordeste. Neste caso, deve-se registrar a existência dos grandes projetos de irrigação na região, implantados a partir dos anos 70, os quais vêm apresentando elevados índices de crescimento. Os exemplos principais são o pólo de fruticultura do Vale do Açu (RN), assentado na produção de frutas para exportação, e o complexo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro (PE/BA), apoiado em culturas de irrigação e apresentando plantas industriais diversificadas, como, por exemplo, processamento de alimentos, bens de capital, embalagens, fertilizantes, equipamentos para irrigação e material de construção[23].

Em ambos os casos, a principal fonte de dinamismo é a agricultura irrigada, que vem tornando-se cada vez mais capitalizada e tecnologicamente atualizada. Esse dinamismo deve-se a dois fatores fundamentais: o papel desempenhado pelo setor público, que vem garantindo de forma subsidiada não apenas os investimentos em infra-estrutura básica, mas também a infra-estrutura de irrigação; e o clima favorável da região, que permite maior número de safras por ano.

As principais transformações espaciais da economia decorrentes dos novos padrões de localização da ati-

[19] Sobre isso, ver Castro e Fonseca (1995, p. 86) e também pesquisa realizada pela Unicamp/IE (1993).

[20] Convém ressaltar as repercussões desse processo sobre o segmento de carne bovina. A estratégia das grandes empresas tem sido a de aproveitar sua inserção externa no mercado de carnes brancas, para diversificar as exportações de industrializados de carne bovina, estando a atividade de exportação ainda muito concentrada em São Paulo.

[21] As exportações paulistas de açúcar saltam de cerca de US$ 85 milhões, em 1991, para US$ 480 milhões, em 1993, retardando a crise que se abateria no setor pela queda da demanda de álcool combustível.

[22] Tal tendência é geral para a indústria de sucos de fruta, pelo crescimento da produção de sucos de laranja, limão, tangerina, abacaxi e maracujá, no estado de Sergipe, e novos projetos produtivos no estado do Paraná e no sul de Goiás. A respeito, ver Unicamp/IE (1993).

[23] Para mais detalhes, consultar Katz e Lima (1992) e Lima (1993).

vidade produtiva analisadas (desconcentração industrial, agroindustrialização, modernização da agricultura, expansão da fronteira agrícola) geraram áreas de dinamismo econômico, com novas espacialidades, que configuram as modificações mais relevantes verificadas no processo de urbanização.

A desconcentração industrial acabou fortalecendo as cidades médias, sobretudo na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo, e contribuiu para consolidar as aglomerações urbanas, cujas articulações e espacialidades concretizam-se segundo especificidades locais.

Com efeito, a localização da indústria no interior de São Paulo tendeu a favorecer municípios de porte médio, dotados de infra-estrutura, próximos à malha viária, e mais distantes dos problemas crônicos das grandes cidades. Na verdade, muitos desses municípios de São Paulo já vinham crescendo em ritmo superior ao da área metropolitana. Esse fenômeno intensificou-se na década, em razão do saldo migratório negativo da Capital, tendência que também se manifestou em outras regiões do país.

O impacto do desempenho da agropecuária e da agroindústria associada, principalmente da atividade sucro-alcooleira e da indústria de sucos concentrados, contribuiu para o fortalecimento das cidades médias do interior do estado de São Paulo, como Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos, dentre outras.

Por outro lado, o desenvolvimento da agroindústria, ao aumentar a participação de culturas mais dinâmicas no Centro-oeste e nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e de Minas Gerais, engendrou, quase sempre, um reforço da espacialização que já existia, com fortalecimento do papel polarizador e aumento da abrangência da área de influência dos principais centros urbanos preexistentes. Cidades como Barreiras (BA), Balsas (MA) e Floriano (PI), insignificantes até então, sofreram importantes transformações.

Em Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, vê-se o aumento da importância do papel de Uberlândia enquanto principal centro urbano regional, estendendo-se sua área de influência a municípios do estado de Goiás e do Mato Grosso. Na região Centro-oeste, é também o caso das aglomerações de Brasília e de Goiânia, que em 1996 compreendiam mais da metade da população urbana da região, exercendo funções de maior centralidade na rede urbana. A polarização desses centros extrapola os limites regionais, abarcando o noroeste mineiro, incorporado pela expansão da fronteira agrícola, e mesmo o sudoeste baiano, onde a estrada Barreiras-Brasília contribuiu para aumentar o fluxo nessa direção.

Como já mencionado, a expressão mais clara da modernização da agricultura no Nordeste está na agricultura irrigada, principalmente a fruticultura, destinada ao mercado nacional e internacional, cujo dinamismo contribuiu para consolidar a aglomeração urbana de Petrolina e Juazeiro, e para fortalecer o papel de centros urbanos como Mossoró, no Vale do Açu.

Os impactos da expansão da fronteira agrícola foram sentidos sobretudo na região Norte, cuja estrutura da rede urbana modifica-se com o surgimento de novos municípios, ocorrendo redução do papel de Belém e Manaus em benefício de uma redistribuição da função de centro regional entre outras cidades, principalmente as capitais estaduais.

A essas transformações espaciais da economia, como já salientado, estão articuladas transformações no processo de urbanização e na rede urbana do Brasil, nas décadas de 80 e 90, as quais se tornam parte constitutiva das determinações do processo de mudança econômica, realimentando-o.

3 Processo de Urbanização

A trajetória de desconcentração econômica acima explicitada aumenta a heterogeneidade econômica e social no desenvolvimento das regiões e cidades brasileiras, com as seguintes características:

- crescimento populacional mais elevado das *antigas periferias* econômicas nacionais, provocando a intensificação do fenômeno da formação de aglomerações urbanas;
- padrões relativamente baixos de crescimento das regiões metropolitanas, sobretudo de suas sedes; e
- peso crescente do conjunto das cidades de porte médio.

Com exceção do Nordeste, onde o crescimento de algumas áreas metropolitanas ainda é elevado e as capitais estaduais estão entre as cidades com maior crescimento, pode-se dizer que as cidades de porte médio brasileiras apresentaram taxas médias de crescimento mais elevadas que as metrópoles.

A maior gravidade da crise nas áreas metropolitanas condicionou de maneira significativa o fenômeno migratório na década. Talvez o colapso do estilo de crescimento rápido, que caracterizou a economia brasileira por várias décadas, seja a marca mais importante desses anos. Como se sabe, a permanente revolução da estrutura ocupacional, movida por esse crescimento, sustentou uma mobilidade social vertiginosa. A reprodução desse processo, pela geração reiterada de volumes elevados de novas ocupações urbanas, absorvia contingentes expressivos de novos trabalhadores, muitos dos quais migrantes, e amparava um processo de mobilida-

de estrutural que fazia da lógica da incorporação o traço fundamental do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro.

Essa lógica rompe-se na década de 80, quando se estabelece um período de *mobilidade travada*[24]. Em termos dos mercados de trabalho metropolitanos, esse processo refletiu-se numa intensa terciarização da estrutura ocupacional, que foi acompanhada pela deterioração dos indicadores disponíveis: queda dos rendimentos reais; redução relativa do assalariamento e da cobertura dos vínculos jurídico-institucionais de trabalho; e tendência à deterioração das relações de trabalho. Os exemplos mais emblemáticos desses processos são as aglomerações de São Paulo, onde o movimento da década significou a regressão da base industrial, e do Rio de Janeiro, que apresenta situação ainda mais grave.

O bloqueio à mobilidade, decorrente da redução do crescimento econômico, pode ter incentivado menor migração rumo às principais metrópoles e, também, ter favorecido a migração de retorno. Muito provavelmente, a migração de curta distância ganhou peso maior, dentro de padrões de mobilidade mais intra-regionais do que inter-regionais.

Nesse sentido, o conjunto da rede urbana brasileira passou a ter papel mais significativo do que as grandes metrópoles, servindo de amortecedor desses movimentos, fato que reforçou a característica relativamente desconcentrada do sistema urbano brasileiro, como já se enfatizou aqui.

Esse processo parece crescentemente influenciado pelas tendências de desconcentração da atividade econômica. Os novos rumos da aglomeração urbana de São Paulo sintetizam com clareza essa questão. A metrópole perde importância em termos industriais e, paulatinamente, reduz o ritmo de seu crescimento demográfico. Trajetória semelhante ocorre nas aglomerações de Porto Alegre e Belo Horizonte (em menor grau), além do baixo crescimento do Rio de Janeiro, de Recife e da Baixada Santista, cujos determinantes não se restringem à desconcentração recente.

Em síntese, são estes os impactos mais significativos dos processos de alteração na dimensão espacial do desenvolvimento em termos da urbanização e da conformação da rede urbana do Brasil[25]:

- resguardadas as especificidades da região Norte, onde Belém perde primazia, nas demais regiões do país estão ocorrendo mudanças no formato das redes urbanas regionais, com peso crescente das aglomerações urbanas metropolitanas e dos centros urbanos médios, e com espraiamento do fenômeno de consolidação de aglomerações urbanas não-metropolitanas;
- no conjunto do país, as aglomerações urbanas metropolitanas continuam concentrando população e apresentando peso crescente, distinguindo-se a especificidade da região Sudeste, onde as antigas metrópoles – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte –, em que pese o fato de continuarem concentrando volumes expressivos de população, perdem peso para algumas aglomerações urbanas, como Campinas e Vitória, e também para os centros urbanos com mais de 100 mil habitantes (ver Tabela A.1 do Apêndice);
- as doze aglomerações urbanas metropolitanas identificadas na pesquisa[26] reúnem 201 municípios e o Distrito Federal e exibem percentuais crescentes do conjunto da população brasileira (32,3% do total da população brasileira em 1980; 33,0% em 1991 e 33,6% em 1996), atingindo 52,7 milhões de habitantes em 1996;
- as 37 aglomerações urbanas não-metropolitanas, que reúnem 178 municípios, vêm aumentando de forma expressiva sua participação no total da população do país (11,1% em 1980; 12,7% em 1991; e 13,1% em 1996), abarcando, em 1996, um total de 20,6 milhões de habitantes;
- em conjunto, as aglomerações urbanas concentram, de acordo com os dados da Contagem Populacional de 1996, 47% do total da população do país, atingindo a cifra de 74,3 milhões de habitantes em 1996;
- no período 1991-96, os 62 centros urbanos de mais de 100 mil habitantes, localizados fora das aglomerações urbanas, aumentaram sua participação no total da população nacional de 7,2% em 1980 para 8,5% em 1996, abrigando um total de 13,3 milhões de habitantes;
- no período 1991-96, as aglomerações urbanas, bem como os centros urbanos de mais de 100 mil habitantes que não constituem aglomeração urbana, apresentaram taxas de crescimento da população total acima da média nacional;
- dentre essas categorias que apresentam taxas de crescimento acima da média nacional (1,36%), destacam-se: as aglomerações de Brasília[27] (3,7%), Curitiba (3,4%), Goiânia (3,3%) e, num outro patamar, Belém (2,4%), Fortaleza e Campinas (2,3%); as aglomerações de Cabo

[24] A respeito, consultar Faria (1992).

[25] Para mais detalhes, ver Capítulo III deste volume.

[26] Foram identificadas como aglomerações urbanas metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Brasília, Goiânia, Curitiba e Porto Alegre.

[27] Região metropolitana criada por lei federal com a denominação de "Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal".

Frio (4,6%), Itajaí (4,5%), Petrolina/Juazeiro (4,3%) e, num segundo patamar, Joinville (2,9%), São Luís e São José do Rio Preto (2,8%), e Aracaju (2,7%); e os centros urbanos de Macapá (5,8%), Rio Branco (4,3%), Barreiras (4,2%), Foz de Iguaçu (4,0%), com taxas de crescimento três a quatro vezes maiores que a nacional;

- em praticamente todas as regiões brasileiras, as pequenas cidades apresentam saldos migratórios negativos, retratados pelo crescimento abaixo da média nacional, e muito próximo do crescimento vegetativo do país.



CAPÍTULO II

Metodologia

1 Diretrizes Metodológicas

A compatibilização das informações territoriais utilizadas nos diferentes períodos analisados nos *Estudos regionais* constituiu a primeira etapa dos trabalhos de pesquisa. Com vistas a assegurar uma base estatística homogênea para a análise do desempenho das regiões econômicas, sem utilizar a divisão político-administrativa municipal, optou-se por adotar a escala das mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE[28]. Para as principais aglomerações urbanas do país, a análise recebeu tratamento especial, desenvolvendo-se um estudo comparativo do comportamento dos municípios-sede (núcleos), em relação ao dos demais municípios integrantes dessas aglomerações (periferia).

Sempre remetidas à escala das mesorregiões, foram estudadas as características da população, dos domicílios, renda e ocupações, a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e dados da Rais. Para as informações sobre a atividade produtiva, utilizaram-se, basicamente, dados dos Censos Econômicos de 1980, de 1985 e do Censo Agropecuário de 1996, para as regiões Nordeste e Centro-oeste; dados de Valor Adicionado Fiscal para as regiões Sudeste e Sul, e sobre o PIB municipal para a região Norte.

A partir da revisão bibliográfica sobre a urbanização e a rede urbana do Brasil e sobre a formação histórica, econômica e social de cada região brasileira, bem como após análise dos bancos de dados da pesquisa, procurou-se, no desenvolvimento do trabalho, verificar em que medida as transformações das economias regionais implicaram a configuração de espacialidades novas e a emergência de impactos territoriais de natureza distinta daqueles que se faziam presentes no passado, como parece sugerir a idéia de *fragmentação do território*, que hoje se discute e é contraposta à idéia de integração produtiva das décadas recentes[29].

Essa preocupação esteve presente no desenvolvimento da pesquisa, especificamente na identificação e na qualificação dos seguintes processos:

- *novos padrões de articulação das economias regionais* do país em função do grau de abertura comercial: historicamente, prevaleceu no país do pós-guerra, até o fim dos anos 80, um arranjo econômico fundado na complementaridade inter-regional das estruturas produtivas e na integração do mercado nacional, com funcionalidades e recortes relativamente claros, a exemplo do padrão de localização industrial, das regiões de fronteira e da dinâmica migratória, que conformou, em termos estruturais, áreas de atração e expulsão de população. Nos anos 90, esse padrão não foi plenamente extinto, mas sofreu mudanças significativas, decorrentes em parte da abertura comercial ou como resultado dos novos condicionantes da localização da atividade produtiva, provocando a quebra da tendência de convergência de renda

[28] Consultar IBGE (1991).

[29] A idéia de "fragmentação do território" empregada para o exame dos rebatimentos espaciais da dinâmica econômica da década de 90 é contraposta à idéia de "integração do mercado nacional", utilizada para a análise de décadas anteriores, sugerindo-se a necessidade de pensar, para os anos 90, em impactos territoriais do desenvolvimento distintos de um período para o outro. Na década de 90, conforme estudos disponíveis, dada a abertura do mercado nacional e o engate independente de regiões do país e/ou localidades com o comércio exterior, rompe-se a solidariedade econômica anterior entre as regiões do país, derivando-se daí a tese de "fragmentação do território". Sobre isso, consultar Pacheco (1998).

entre as grandes regiões brasileiras e aumento das disparidades intra-regionais, o que afetou os contornos anteriores das grandes regiões do país;

- *novos recortes territoriais*: grande parte do entendimento acerca da dinâmica regional brasileira se fez sobre uma divisão regional fundada na concepção de que os recortes relevantes para a análise deveriam enfatizar as características de homogeneidade (econômicas, sociais e físicas) de certos espaços. Contudo, os processos econômicos recentes e a extensão da infra-estrutura e do próprio comércio inter-regional fizeram com que os graus de articulação interna e externa das regiões se dessem a partir de alguns pontos no território, definidos com base em uma complexidade muito maior que a imagem de áreas economicamente homogêneas permite conceber. Tais pontos podem estar passando por uma reestruturação através dos investimentos associados aos chamados *eixos de desenvolvimento*, influenciados por centros ou áreas polarizadoras, ou, ainda, pelos diferentes níveis de hierarquia urbana;
- o surgimento de *novas espacialidades* para a economia brasileira – um desdobramento dessa problemática –, as quais, por sua vez, passam a requerer a produção de categorias analíticas distintas do tratamento tradicionalmente conferido ao estudo do território brasileiro. São elas: fronteiras internas; novos espaços rurais; ecossistemas; novas centralidades e cidades globais, fenômenos esses ainda difíceis de serem apreendidos, até porque as diferentes abordagens propostas para identificá-los têm pressupostos teóricos os mais variados; e
- *novos padrões de mobilidade espacial da população*: em linhas gerais, até a década de 70, os grandes movimentos migratórios do país tinham como traços fundamentais a existência de regiões de expulsão – no Nordeste e Minas Gerais – a que se somavam as antigas áreas de fronteira agrícola, sujeitas a processos de intensa modernização. Tais regiões de expulsão tinham em comum o destino de seus fluxos emigratórios: os grandes centros urbanos do Sudeste, sobretudo as metrópoles e, em escala menor, as áreas de fronteira agrícola. Eram movimentos que ocorriam em contextos que favoreciam a absorção do contingente de migrantes no mercado de trabalho urbano e que legaram a imagem de forte mobilidade estrutural ascendente, mesmo que esta fosse marcada por traços ainda mais acentuados de desigualdade. Entretanto, nos últimos quinze anos, mesmo mantendo-se os volumes surpreendentemente elevados de migrantes, houve uma mudança radical no destino desses fluxos: maior migração intra-regional e de curta distância; redução dos fluxos em direção às fronteiras agrícolas e às áreas metropolitanas do Sudeste e maior seletividade nos fluxos de migrantes (requisitos novos de escolaridade, renda, idade etc.). No que se refere à integração social, verifica-se que os mercados urbanos de trabalho vêm apresentando baixo dinamismo, com surgimento de novas formas de marginalidade. Possivelmente, também vem ocorrendo maior circularidade dos movimentos populacionais, com migração de retorno e vários estágios migratórios. O certo é que as grandes metrópoles brasileiras deixaram de ser o destino da migração e o processo migratório parece ter adquirido complexidade bem maior.

A natureza geral e relativamente abstrata dessas questões dificultou a produção de indicadores e metodologias específicas de análise para tais questionamentos. Foi possível realizar algumas tabulações específicas dos fluxos migratórios entre estados e regiões, estruturadas de forma a identificar eventuais seletividades na absorção e/ou expulsão de população, que, comparadas com os dados econômicos já mencionados (tabulações por mesorregiões), puderam auxiliar a identificar espacialidades novas (áreas dinâmicas, fronteiras internas, novas formas de aglomeração, novas relações urbano-rurais etc.).

Em que pese a periodização do trabalho focalizar o período pós-1980, adotou-se nos *Estudos regionais* um ponto de vista histórico, ao desenvolver a análise da evolução urbana de cada uma das grandes regiões brasileiras. Procurou-se, assim, contrapor a formação histórica ao papel desempenhado pelos principais centros urbanos nos diversos períodos recentes da economia, notadamente no que se refere à distribuição da população por classes de tamanho de cidade e à caracterização das funções urbanas desempenhadas pelas metrópoles, principais aglomerações urbanas e subsistemas de cidades articulados em função de centros regionais.

Somente a partir dessa análise histórica e da incorporação das características de cada região, foi possível identificar as atuais estruturas produtivas regionais, a divisão regional do trabalho, as ligações existentes entre os diversos centros urbanos articulados em rede e o papel desempenhado pelos distintos centros urbanos que integram a rede urbana do país.

No que diz respeito à hierarquia do sistema urbano, destaca-se que nos *Estudos regionais* a evolução das redes de cidades foi abordada segundo o tamanho e as funções das cidades. Isso implicou um esforço analítico, direcionado por uma concepção ampla de hierarquia de rede urbana, o que permitiu reconhecer as diversas espacialidades presentes em cada realidade regional e apreender os distintos tipos de articulação existentes e os papéis desempenhados pelos centros urbanos de diferentes níveis. Com isso, foi possível identificar várias conformações espaciais diferenciadas, não só por seus distintos tamanhos e formas espaciais, mas também pelo tipo de articulação e integração existentes.

No tocante à distribuição das cidades por classes de tamanho, em cada uma das regiões brasileiras e para o país como um todo, considerou-se, além do porte populacional, como já mencionado, um conjunto de indicadores agrupados a partir da técnica estatística de análise multivariada (análise de agrupamento ou *cluster analysis*), cuja metodologia e descrição encontram-se detalhadas no Apêndice, ao final deste trabalho.

Finalmente, no que se refere à função dos centros urbanos, foram incorporadas nos *Estudos regionais* análises de tipologias ocupacionais, compostas como *proxies* de função, e sua metodologia e descrição também encontram-se detalhadas no Apêndice, ao final.

2 Critérios de Classificação das Aglomerações Urbanas

O contínuo processo de crescimento de algumas cidades, ou conjunto de cidades, tem provocado a formação de grandes áreas urbanas contínuas, englobando diferentes núcleos. São essas as aglomerações urbanas. A identificação de áreas onde o processo de urbanização deu origem a aglomerações tem sido objeto de estudo sistemático no Brasil desde a década de 60, quando foram realizados estudos para identificação dos grandes conjuntos metropolitanos (Galvão *et alii*, 1969).

As aglomerações urbanas podem ser identificadas nos seus mais diferentes estágios em consonância com a escala que o processo de urbanização assume em determinado local. Em sua manifestação mais completa, as aglomerações atingem a escala metropolitana, constituindo nós de diferentes tipos de redes, apresentando grande complexidade de funções e, principalmente, grande concentração populacional. Podem ser identificadas, também, aglomerações urbanas onde a escala do processo de urbanização não atingiu o nível metropolitano, podendo ser até mesmo local em função do sítio geográfico, a exemplo das aglomerações constituídas por dois pequenos centros urbanos separados por um rio, com funções complementares, englobando em seu conjunto população total pouco significativa no quadro nacional.

Os estudos para identificação de aglomerações urbanas, em qualquer escala do processo de urbanização, levam em consideração alguns aspectos fundamentais de natureza demográfica, de estrutura ocupacional e de integração entre os seus núcleos.

Assim, os critérios demográficos consistem no tamanho da cidade central (ou cidades centrais) e na densidade demográfica do núcleo e do seu entorno; os critérios relativos à estrutura referem-se ao caráter urbano das atividades econômicas desempenhadas pela população; e os critérios de integração referem-se ao deslocamento diário de população entre o(s) núcleo(s) e a periferia da aglomeração.

A presente identificação baseou-se em estudo inédito realizado pelo IBGE (Castello Branco, 1996), no qual foram consideradas as aglomerações urbanas constituídas por espaço urbanizado contínuo e classificadas em três categorias: as decorrentes da expansão de um núcleo urbano central; as decorrentes da expansão de dois ou mais núcleos urbanos simultaneamente; e as decorrentes da integração resultante do sítio geográfico[30].

A identificação desses conjuntos urbanos baseou-se nos seguintes critérios:

- para definição dos núcleos urbanos centrais, o tamanho populacional mínimo estabelecido foi de 200 mil habitantes em 1991, o que corresponderia aproximadamente a 2% da população urbana do país. No caso das aglomerações decorrentes da expansão de dois ou mais núcleos urbanos, a população mínima para o conjunto foi de 150 mil habitantes em 1991. No caso dos núcleos metropolitanos, considerando-se a aceleração do processo de urbanização a partir dessa década e o próprio aumento da população total do país, adotou-se o valor de 800 mil habitantes; e
- para delimitação do entorno das aglomerações, foram utilizados um indicador de concentração populacional – densidade mínima exigida de 60 habitantes por quilômetro quadrado – e um indicador de predominância de atividades urbanas, exigindo-se um mínimo de 65% da População Economicamente Ativa (PEA) do município nos setores secundário e terciário.

Esse conjunto de indicadores constitui os critérios adotados tradicionalmente na identificação de aglomerações urbanas.

O quadro de referência obtido pela aplicação desses critérios é um quadro preliminar, pois o grau de integração entre os municípios selecionados não pode ser mensurado, dada a ausência de informação sobre o movimento pendular de população. Cabe observar ainda que, para obtenção do quadro preliminar, foram consideradas integralmente tanto as aglomerações urbanas metropolitanas, definidas por legislação específica, como as de nível não-metropolitano, identificadas na década de 70, a fim de estudar o entorno que as constitui. O estudo das aglomerações urbanas metropolitanas definidas por legislação

[30] Essas categorias seguem o estudo realizado por Davidovich e Lima (1975, p. 51).

específica contemplou a análise do núcleo da aglomeração e do seu entorno, segundo os critérios acima definidos. Essa análise permitiu identificar não só as aglomerações cujo núcleo ainda não apresenta nível metropolitano, mas também aquelas cujo entorno apresenta centros que não atingem os critérios necessários para constituir a periferia da aglomeração.

Com base nesse quadro preliminar identificado pelo IBGE, foram incorporadas aqui, neste estudo, as especificidades identificadas nos *Estudos regionais* referentes às grandes regiões geográficas, realizadas pelo Nesur/ Unicamp, com o objetivo de minimizar os efeitos resultantes da falta de informações relativas à integração entre os centros que constituem as aglomerações.

O quadro definitivo de aglomerações urbanas resulta dos seguintes ajustes incorporados ao quadro preliminar:

- inclusão de municípios situados no entorno de algumas aglomerações, os quais, embora não preencham os critérios estabelecidos acima, podem ser incorporados ao conjunto da aglomeração, considerando o princípio de integração; e
- junção de aglomerações urbanas vizinhas, resultando num conjunto maior, a exemplo da aglomeração de Campinas, que incorporou a de Santa Bárbara d'Oeste/ Americana.

No que diz respeito à classificação das aglomerações urbanas, os critérios adotados foram distintos. Neste caso, foram consideradas: a centralidade; a existência de processos de conurbação e/ou de intensa inter-relação; e integração de atividades e funções. Esses critérios foram adotados na investigação feita pelas equipes regionais, aos quais se somaram informações quantitativas extraídas do banco de dados sobre densidade, PEA ocupada em atividades urbanas, tamanho populacional e grau de urbanização. A definição de metrópole também tem por pressuposto uma escala máxima de centralidade e de diferenciação econômica, especialmente do setor de serviços.

Assim, partiu-se de uma definição inicial de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas, incluindo arranjos territoriais que permitissem realizar investigações complementares, buscando superar a limitação atual dos dados disponíveis, particularmente no que se refere à ausência de informações sobre fluxos de bens e serviços entre o núcleo metropolitano e sua periferia, de um lado, e a existência de regiões metropolitanas estabelecidas com critérios bastante variados pelos governos estaduais desde a Constituição federal de 1988, de outro lado.

É importante destacar que o trabalho de reconhecimento e definição das aglomerações urbanas metropolitanas ou não-metropolitanas foi desenvolvido antes da definição final das classes de tamanho de cidade, pois os municípios integrantes deveriam ser retirados da base de dados no momento do processamento da análise de agrupamento.

3 Critérios de Classificação da Rede Urbana

A análise histórica da evolução das economias regionais foi cotejada, como já visto, com os estudos sobre o sistema urbano, buscando apreender aspectos como hierarquia, tipologia e funções dos centros urbanos na rede urbana do Brasil. As especificidades das metodologias empregadas para esse tipo de enfoque e a realização simultânea dos estudos desenvolvidos e disponibilizados pelo IBGE para o presente trabalho permitiram maximizar os esforços empreendidos com vistas a definir, como resultado dos estudos analíticos, a classificação do sistema urbano brasileiro.

A definição da classificação da rede urbana do Brasil baseou-se, então, na incorporação de amplo conjunto de critérios de análise e de indicadores selecionados, abrangendo principalmente os seguintes aspectos:

- impactos espaciais das transformações das economias regionais;
- evolução do perfil da rede urbana do Brasil;
- hierarquia do sistema urbano do Brasil;
- tipologia de cidades; e
- caracterização das funções urbanas dos principais centros e aglomerações urbanas, nos respectivos subsistemas regionais e para o conjunto do sistema de cidades do país.

Com relação às funções específicas desempenhadas por centros urbanos determinados, a exemplo dos chamados centros de serviços, centros financeiros, centros administrativos, cidades-dormitórios, cidades industriais etc., é importante ressaltar que esse tipo de categorização pode não se aplicar, de forma direta, para a análise de um dado centro ou aglomeração urbana. Na realidade, as principais cidades brasileiras respondem, simultaneamente, por várias funções, até mesmo como resultado da consolidação de sua posição no sistema urbano do país e do longo processo histórico de sua conformação.

Assim, nos estudos realizados, buscou-se evidenciar os elementos fundamentais, capazes de indicar as funções dos principais centros urbanos do país, bem como as alterações que sinalizassem os processos de transformação em curso nos anos 80 e 90. Para tanto, foram utilizadas análises das *tipologias ocupacionais*, construídas com base em agregações de variáveis do setor de atividade e da ocupação dos inquéritos censitários, tipologias essas que

permitiram estimar o peso do emprego urbano na PEA, considerando as atividades de gestão no setor financeiro, as atividades públicas federais estaduais e municipais e, ainda, o percentual de ocupações relacionadas à execução de serviços médicos e educacionais, dentre outras.

Para a análise de algumas regiões brasileiras, como foi o caso do Centro-oeste, foram utilizados dados específicos de migração (emigração e imigração, segundo tempo de residência do migrante), que permitiram construir indicadores (índices de eficácia migratória[31]) sobre a intensidade dos fluxos migratórios entre regiões e municípios brasileiros, ao estilo de matrizes de dependência recíproca, que são uma *proxy* da hierarquia urbana.

A classificação da rede urbana do Brasil foi, assim, definida com base em um rol de critérios, sintetizados nos quadros a seguir (Quadros 1 e 2), associados a indicadores selecionados, principais e complementares[32], que levaram em conta dois aspectos preponderantes: a intensidade relativa de cinco características que qualificam a posição dos centros urbanos na rede urbana brasileira; e as distintas formas espaciais que configuram a rede urbana (aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas não-metropolitanas e centros urbanos que não constituem aglomerações urbanas).

Os cinco critérios e seus significados estão apresentados abaixo:

- centralidade: mostra a intensidade e a dimensão com que determinado centro urbano estrutura, no contexto da rede de cidades, uma área de influência, através da abrangência regional do fluxo de bens e serviços originário nesse centro urbano;
- centros decisórios/relações internacionais: reflete a presença, em maior ou menor escala, de centros decisórios do processo de acumulação de capital (centros financeiros, sedes de grandes corporações, redes complexas de serviços modernos) e a intensidade do intercâmbio de informações entre esses centros urbanos e o conjunto da rede urbana brasileira, bem como suas relações com uma rede mundial de cidades;
- escala da urbanização: salienta a dimensão do processo de urbanização tanto em relação ao conjunto da rede urbana brasileira, como no que se refere aos diversos níveis regionais, sendo identificada pelo tamanho populacional dos centros urbanos;
- complexidade e diversificação da economia urbana: identifica a presença, nos centros urbanos, de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intra-setorial; e
- diversificação do terciário/funcionalidade: retrata o grau de diversificação das atividades de serviços dos centros urbanos e a presença de atividades terciárias complexas e sofisticadas, bem como salienta funções urbanas específicas (centro administrativo, educacional, hospitalar, comercial etc.), por meio do perfil ocupacional da população empregada no setor terciário.

Para identificação das diferentes espacialidades presentes na rede urbana do Brasil, foram utilizados os seguintes elementos:

- dados de população total, urbana e rural;
- taxas de crescimento populacional dos períodos 1980-91 e 1991-96;
- densidade demográfica de 1996. Os dados populacionais da Contagem de 1996 foram compatibilizados com a divisão territorial básica de 1991;
- percentual da PEA em atividades urbanas[33] (Censo de 1991);
- renda média familiar *per capita* (Censo de 1991);
- estrutura ocupacional (Censo de 1991)[34];
- índice de condições de domicílio[35];
- posição no Estudo Região de Influência de Cidades (Regic, 1993); e
- outros indicadores da especificidade regional.

No Quadro 1 estão definidos os valores de corte dos indicadores selecionados, com base nos quais se procedeu ao enquadramento dos centros urbanos nas diferentes categorias de classificação da rede urbana do Brasil.

---

[31] Mede o grau de retenção da migração (imigração – emigração/imigração + emigração): quanto mais próximo de zero, menor é a capacidade de absorção migratória; quanto mais próximo de um, maior é a capacidade de atração migratória; se negativo, está ocorrendo evasão populacional.

[32] Ver dados ao final, nos Anexos.

[33] A porcentagem da PEA em atividades urbanas foi calculada retirando-se da PEA total aquela alocada no setor agropecuário.

[34] Porcentagem da população em idade ativa (PIA) ocupada na indústria de transformação, da construção civil, em serviços de utilidade pública, bancos, serviços técnicos profissionais, serviços públicos federais, estaduais e municipais, e em estabelecimentos de saúde e ensino.

[35] Dados do Censo de 1991 relativos à porcentagem de domicílio com abastecimento de água, rede de esgoto, coleta de lixo e energia elétrica.

QUADRO 1
BRASIL – RESUMO DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA

Critérios	Indicador Principal	Indicadores Complementares
Centralidade: área de influência de centros urbanos	Estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic – IBGE/1993)	PEA ocupada em atividades urbanas
Centros decisórios/relações internacionais: presença de centros decisórios e fluxos de relações com a rede urbana brasileira e com a rede mundial de cidades	Sedes das principais empresas/grupos econômicos Embarque/desembarque de passageiros e cargas Agências bancárias/valor médio dos depósitos bancários	PEA ocupada em atividades selecionadas
Escala da urbanização: dimensão do processo de urbanização	Participação da população urbana na população total	Grau de urbanização Taxas de crescimento da população total, urbana e rural Densidade demográfica Nível de oferta de serviços urbanos Nível de consumo de bens determinados Anos de estudo da população
Complexidade/ diversificação da economia urbana: presença e articulação de setores econômicos	Participação da PEA em atividades urbanas	Valor Adicionado Fiscal (VAF) PIB municipais Investimentos realizados e previstos
Diversificação do terciário: grau de diversificação/complexidade das atividades de serviço	Estrutura ocupacional	Presença de equipamentos de comércio e serviços de cobertura regional

QUADRO 2
BRASIL – RESUMO DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA

Critério	Gradação			
	Muito Alta	Alta	Média	Baixa
Centralidade	Metrópoles globais Metrópoles nacionais	MR	Centros regionais	Centros sub-regionais 1
Centros decisórios/ Relações internacionais(*)	Metrópoles globais	Metrópoles nacionais	MR	Centros regionais
Escala da urbanização	Metrópoles globais Metrópoles nacionais	MR	Centros regionais	Centros sub-regionais 1 Centros sub-regionais 2
Complexidade/diversificação da economia urbana	Metrópoles globais Metrópoles nacionais	MR	Centros regionais	Centros sub-regionais 1 Centros sub-regionais 2
Diversificação do terciário	Metrópoles globais Metrópoles nacionais	MR	Centros regionais Centros sub-regionais 1	Centros sub-regionais 2

Nota (*) Critério aplicado para a hierarquização das metrópoles.

TABELA 1
BRASIL – VALORES DE CORTE DOS INDICADORES DA CLASSIFICAÇÃO DA REDE URBANA (1998)

Critérios	Indicad. Utilizados	Muito Alta Categoria Rede	Muito Alta Valor Indic.	Alta Categ. Rede	Alta Valor Indic.	Média Categ. Rede	Média Valor Indic.	Baixa Categ. Rede	Baixa Valor Indic.
Centralidade	Regic	MG	8	MR	7 a 8	CR	5 a 7	CSR1	3 a 7
		MN	7 a 8					CSR2	1 a 5
Centros Decisórios Relações Internacionais	Nº de Empresas	MG	170 a 40	MN	1 a 24	MR	1 a 15	CR	1 a 8
	Nº de Agênc. Bancár.		1.113 a 2.157		129 a 407		67 a 267		13 a 144
	Depós. Bancários (R$)		34,5 a 166 bilh.		3,8 a 32,8 bilh.		1 a 3,2 bilhões		0,2 a 2,4 bilh.
	Mov. Aerop. (nº passag.)		4 a 10 milh.		0,8 a 2 milh.		0,2 a 0,6 milhão		0,025 a 0,5 milh.
	Mov. Aerop. (carga)		88 a 195 milh.		25 a 8,7 milh.		3 a 110 milhões		0,5 a 5 milh.
Escala de Urbanização	Pop. Total (mil hab.)	MG	0,53 a 16,66 mil	MR	1,15 a 1,63 mil	CR	0,64 a 1,18 mil	CSR1	86 a 889
	1996	MN	2,78 a 3,83 mil					CSR2	95 a 637
	% da Pop. Urbana/	MG	96,47 a 99,04		60,44 a 98,38		76,89 a 99,6	CSR1	73,92 a 98,76
	Pop. Total 1996 (%)	MN	92,62 a 97,03					CSR2	61,88 a 98,57
	Taxa cresc.	MG	0,77 a 1,45		2,29 a 3,3		1,42 a 4,3	CSR1	(-)0,17 a 28,72
	Pop. Tot. 1991-96 (% a.a.)	MN	1,1 a 3,69					CSR2	(-)0,69 a 4,62
	Índice Infra-estrutura	MG	55 a 80		34 a 78		19 a 93	CSR1	0 a 94
	Urbana – IIEU (%)	MN	21 a 75					CSR2	0 a 96
	Índice de Consumo	MG	0,19 a 0,51		0,04 a 0,77		0 a 1,43	CSR1	0 a 2,25
	de Bens – ICB (%)	MN	0,01 a 0,73					CSR2	0 a 1,36
Complexidade diversific.econ.	% PEA Urbana	MG	99,3 a 99,3		97,6 a 98,7	CR	86,4 a 99,5	CSR1	74,9 a 92,2
	sobre a PEA Total	MN	97,9 a 99,3					CSR2	48,9 a 98,8
Diversificação do Terciário (estrutura ocupacional)	% PIA Ocupada	MG	0,57 a 0,8	MR	0,52 a 1,28	CR	0,01 a 1,29	CSR1	0,06 a 1,71
	em Bancos	MN	0,57 a 0,97			CSR	0,21 a 1,81		
	% PIA Ocup. Serviços	MG	1,7 a 1,93		0,82 a 1,52	CR	0,01 a 1,29		0,23 a 1,54
	Téc. Profissionais	MN	0,82 a 1,7			CSR	0,4 a 1,53		
	% PIA Ocup. Serviços	MG	1,18 a 1,24		1,5 a 2,4	CR	0,02 a 6,57		0,97 a 2,38
	Públ. Fed. Est. Munic.	MN	1,62 a 4,86			CSR	0,78 a 5,09		
	% PIA Ocup. Serviços	MG	1,9 a 2,48		1,34 a 2,25	CR	0,05 a 3,14		0,67 a 4,26
	de aúde	MN	1,75 a 2,33			CSR	0,7 a 2,6		

Fontes: Tabulações Especiais Nesur/Ipea/IBGE (1998).
Dados de População, PIA e Condições de domicílios: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996). Aeroportos: DOOP/ Rede Infraero – janeiro a junho de 1998.
Bancos: Banco Central, dados acumulados de 1998.
Empresas: *Revista Exame – 500 Maiores Empresas do Brasil* (1997) (período 1995-96).
Obs.: a) ICB – percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com telefone, automóveis, rádio, geladeira, TV colorido, freezer e máquina de lavar roupa dividido pelo número de domicílios particulares permanentes elevado à sétima potência. IIEU – percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com rede geral de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica, lixo coletado e energia elétrica dividido pelo número de domicílios permanentes particulares elevado à quarta potência.
b) MG - Metrópoles globais; MN - Metrópoles nacionais; MR - Metrópoles regionais; CR - Centros regionais; CSR - Centros sub-regionais; CSR1 - Centros sub-regionais 1; CSR2 - Centros sub-regionais 2.

Considerando-se o contexto de intensificação das relações de produção e integração financeira em escala internacional que marca, para alguns autores, a emergência de um novo padrão de acumulação e de um novo sistema urbano global, foram feitas algumas ressalvas específicas para identificação e qualificação das metrópoles. Convencionou-se que os centros urbanos que ocupam o topo da rede urbana do país definem-se como tal por centralizar parcelas importantes da gestão do capital, por concentrar a intermediação, em território nacional, de fluxos financeiros internacionalizados e por deter um segmento específico do terciário, voltado para a alta administração de empresas, além dos demais serviços de apoio a empreendimentos[36].

Para apreender fenômenos dessa natureza, organizou-se um banco de dados com os seguintes indicadores econômicos: sistema financeiro (número de agências e volume de depósitos); dados de empresas (localização das 500 maiores empresas, volume de vendas, número de empregados e valor patrimonial); e movimento dos aeroportos (número de passageiros, volume de cargas, nacionais e internacionais).

Com base nesses critérios, foram selecionados os 111 principais centros urbanos do país. Especialmente para as aglomerações urbanas, metropolitanas e não-metropolitanas, consideraram-se os seguintes valores básicos de corte:

- tamanho da população total em 1996 (acima de 100 mil habitantes);
- densidade demográfica em 1996 (acima de 60 habitantes por quilômetro quadrado);
- porcentagem da PEA em atividades urbanas em 1991 (acima de 65%);
- posição no estudo *Regiões de Influência das Cidades* (Regic) em 1993 (cinco ou mais); para as aglomerações, esses dados referem-se ao núcleo das aglomerações.

Esses critérios também nortearam a seleção dos demais centros urbanos que não constituem aglomerações urbanas. Os demais centros urbanos não incluídos na classificação da rede urbana brasileira definida neste estudo, mas que exercem papel significativo nas respectivas redes urbanas regionais, foram tratados no âmbito dos *Estudos regionais*.

[36] Ver Rochefort (1998).



CAPÍTULO III

Caracterização da Rede Urbana do Brasil

1 Impactos Espaciais da Transformação na Estrutura Produtiva

O estudo da rede urbana do Brasil partiu da identificação dos processos econômicos ocorridos no país nas duas últimas décadas, procurando-se entender o impacto desses processos sobre a estruturação e a dinâmica das redes urbanas regionais e sobre as funções desempenhadas pelos seus centros urbanos mais importantes. Pressupôs-se que a complexidade da estrutura produtiva brasileira privilegiou algumas regiões e/ou centros urbanos, a partir dos quais foi comandado o processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente, com desdobramentos importantes sobre sua dinâmica urbana.

No que diz respeito à dicotomia histórica entre cidade e campo, ou entre atividades rurais e atividades urbanas, considerou-se que, a partir dos anos 70, a divisão territorial do trabalho vem passando por fortes alterações nas diversas regiões brasileiras. Essas alterações, contudo, são ainda restritas a algumas frações da economia e da sociedade, ocorrendo, sobretudo, nas áreas economicamente mais dinâmicas do país e atingindo, principalmente, as grandes aglomerações urbanas e os centros urbanos mais importantes.

O processo de desconcentração da economia, iniciado na década de 70, reforçou a integração da rede urbana nacional e engendrou uma nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõem. Os novos processos de integração produtiva e de articulação funcional entre regiões e/ou centros urbanos conformaram a existência de dois movimentos distintos, porém complementares. Por um lado, ampliaram-se e diversificaram-se as funções desempenhadas pelos centros urbanos, tornando mais complexas suas atividades. Por outro lado, ampliaram-se os requerimentos de articulação e integração entre eles. Esses movimentos configuram-se, simultaneamente, como reflexo *da* e *como* suporte à desconcentração das atividades econômicas e da interiorização do desenvolvimento, com um padrão de urbanização restrito até então aos maiores centros urbanos nacionais. Assim, não só ocorreu um crescimento populacional mais elevado nas antigas periferias econômicas nacionais e nos centros urbanos médios, ocasionando o espraiamento da urbanização, especialmente em direção ao oeste, fenômeno esse contraposto à tendência anterior de localização da urbanização na faixa litorânea do território nacional, mas também surgiram e ampliaram seu papel na rede de cidades do país diversas aglomerações urbanas, tornando mais complexa a configuração da rede urbana nacional.

A interiorização da urbanização também se deve ao surgimento de uma nova dinâmica da agricultura, que emergiu em meados da década de 60, em alguns espaços rurais do país, com a internalização do setor produtor de meios de produção e a industrialização da agricultura. O marco do novo padrão agrícola foi a constituição do complexo agroindustrial brasileiro, como momento mais avançado da modernização da agricultura, que teve como efeito relevante a intensificação da urbanização nas regiões de agricultura moderna, integrada a complexos agroindustriais, particularmente no Sudeste e Sul, bem como as transformações ocorridas no processo de ocupação das regiões Centro-oeste e Norte (Silva, 1996, p. 24).

A crise econômica dos anos 80 não se abateu homogeneamente sobre todas as regiões brasileiras, além do que a desconcentração produtiva criou espaços dinâmicos em pontos localizados do território nacional, reforçando as tendências à heterogeneidade inter-regional, num contexto de convergência da renda *per capita*. Esse proces-

so vem intensificando-se pela forma como o país se insere no mundo globalizado, uma vez que essa inserção vem ocorrendo pela integração de alguns setores de atividade e de localidades específicas, o que tem contribuído para reforçar as desigualdades regionais e romper os nexos econômicos de complementaridade – que foram fundamentais no padrão de crescimento das últimas décadas –, colocando riscos de maior fragmentação da estrutura produtiva, com forte impacto sobre o desenvolvimento regional. Essa inserção subordinada no mercado global, num contexto de crise do Estado nacional, e de inexistência de políticas industriais e regionais estruturantes, pode levar a um novo ciclo de reconcentração das atividades econômicas, ou de especialização de espaços determinados, segundo fatores e vantagens já construídos, ali presentes, conforme proposto por Pacheco (1996).

Por outro lado, as áreas rurais também têm mudado de feição, com o surgimento, ou a ampliação, em regiões mais dinâmicas, especialmente no caso de São Paulo e alguns estados do Sul e do Sudeste, de um conjunto de atividades e ocupações não agrícolas, como pesqueiros, hotéis-fazenda, parques aquáticos e temáticos, sítios de recreio etc. Isso coloca os espaços rurais em outro patamar de articulação com os centros urbanos, em que o rural não mais pode ser visto simplesmente como fornecedor de produtos primários para os centros urbanos (Silva, 1999; Santos, 1996).

Encontra-se, assim, mesmo em pequenos núcleos urbanos, bem como no meio rural, uma parcela da população residente totalmente integrada, através dos circuitos de produção, de comunicações e transportes, ao mais avançado padrão de consumo ofertado pelos grandes centros, ao mesmo tempo que, nos grandes e médios centros, existem significativos contingentes populacionais marginalizados do processo de modernização e geração de renda. Verifica-se, dessa forma, uma expressão nova do atual ciclo da acumulação, que produz uma face moderna e de alta renda e complexidade, e outra de características opostas.

Vale ainda mencionar a formação de espacialidades novas em todas as regiões brasileiras, especialmente na região Nordeste, associadas ao crescimento do setor de turismo, com localização principalmente no litoral. As novas atividades propiciadas pela expansão do turismo naquela região têm substituído, ou proporcionado alternativas, antigas especializações econômicas, o que se verifica sobretudo no litoral sul da Bahia. Em vista dos requisitos de urbanização exigidos pelas novas atividades, as cidades envolvidas com o turismo tendem a apresentar altas taxas de crescimento, contribuindo para o adensamento da rede urbana regional.

Além disso, a integração econômica ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), com a conseqüente intensificação das relações comerciais do Brasil com países vizinhos, tem ampliado o papel de algumas cidades da fronteira, as quais têm passado por forte crescimento urbano. Hoje, algumas delas já se encontram conurbadas com cidades de países vizinhos, gerando aglomerações urbanas de caráter internacional[37].

Embora bem distantes da configuração verificada na estrutura da rede urbana do Sudeste e do Sul, pode-se afirmar que, em todas as regiões do país, existem evidências de que as transformações econômicas recentes levaram a rede urbana brasileira a perder lentamente sua forma essencialmente concentrada no litoral.

No caso do Centro-oeste, a atual ocupação ainda mantém a estrutura desigual da antiga ocupação, apesar da desconcentração econômica ocorrida, com vastas extensões territoriais ainda não integradas ao processo de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que expressivos contingentes populacionais continuam mantidos à margem do novo padrão de urbanização.

Refletem-se, portanto, na atual estrutura da rede urbana brasileira as especificidades e diferenças de renda e produtividade características das regiões e dos estados do país, assim como a dicotomia do processo de desenvolvimento que caracteriza historicamente a sociedade brasileira. Verifica-se uma rede urbana ainda desarticulada, tanto inter como intra-regionalmente, encabeçada por um número significativo de aglomerações e centros urbanos, dotados de equipamentos, infra-estruturas e serviços modernos e complexos, porém com periferias extremamente pobres. Isso sem falar nas áreas de concentração de pobreza, que vêm marcando o perfil de crescimento especialmente das metrópoles nacionais, ao mesmo tempo em que nelas se concentram agentes e atividades de alta qualificação, rendimento e integração a circuitos globalizados de acumulação, realçando, assim, o grave desequilíbrio do processo de urbanização da sociedade brasileira.

2 A Rede Urbana do Brasil

A classificação da rede urbana do Brasil apresentada aqui foi desenvolvida com base num conjunto de critérios e procedimentos articulados fundamentalmente aos seguintes aspectos:

- tipologia de tamanho dos centros urbanos;
- tipologia ocupacional e dependência funcional dos centros urbanos;
- tipologia da forma urbana assumida pelos centros urbanos que constituem aglomerações urbanas.

[37] Quanto ao debate sobre as áreas de fronteira, ver Castello *et al.* (1997).

A utilização dos critérios definidos e dos indicadores selecionados para a abordagem desses aspectos foi realizada em quatro etapas. Na primeira, os critérios e indicadores foram utilizados para o desenvolvimento dos procedimentos de classificação dos centros urbanos adotados no âmbito dos *Estudos regionais*.

O passo seguinte foi a composição do Quadro de Classificação da Rede Urbana do Brasil. Essa composição tomou por base a classificação dos centros urbanos nas grandes regiões geográficas, bem como os resultados derivados do aprofundamento dos estudos analíticos elaborados para o conjunto da rede urbana do país. Além disso, foram incorporados novos critérios de discriminação da posição hierárquica ocupada pelos centros urbanos na rede urbana nacional.

Na terceira etapa do trabalho, desenvolveu-se estudo específico que envolveu a caracterização e a análise da dinâmica espacial da rede urbana nacional, produzindo-se elementos sobre a conformação de estruturas urbanas que, com base no fluxo de pessoas, mercadorias e informações, se articulam em sistemas urbano-regionais, encabeçados pelas metrópoles e centros regionais componentes da rede urbana do Brasil.

Finalmente, na quarta etapa do trabalho, e também com base num conjunto de critérios selecionados, foi definido o quadro de composição das aglomerações urbanas do Brasil.

Os critérios e indicadores utilizados na classificação da rede urbana do Brasil, nas diversas etapas do trabalho, estão apresentados a seguir:

Fase I: Classificação dos centros urbanos das regiões, incluindo tipologia de tamanho e tipologia funcional dos centros urbanos, considerando os seguintes indicadores:

- posição dos centros urbanos no Regic;
- porcentagem da PEA urbana;
- total da população em 1980, 1991 e 1996;
- taxa de crescimento da população no período 1991-96;
- porcentagem de acréscimo da população nos períodos 1980-91 e 1991-96;
- densidade demográfica dos centros urbanos em 1996; e
- análise de agrupamento dos centros urbanos das regiões brasileiras.

Fase II: Quadro de classificação da rede urbana do Brasil, incluindo os seguintes critérios:

- posição dos centros urbanos no Regic;
- localização das sedes das 500 maiores empresas do Brasil;
- número de passageiros domésticos e internacionais, e volume de carga dos aeroportos domésticos e internacionais da rede Infraero;
- localização das agências bancárias e valor total dos depósitos bancários;
- taxa de urbanização de 1996;
- taxa de crescimento populacional do período 1991-96;
- densidade populacional do período 1991-96;
- PEA urbana; e
- estrutura ocupacional.

Fase III: Estrutura urbana e sistemas urbano-regionais, incluindo:

- identificação dos espaços territoriais submetidos à influência dos centros urbanos, segundo a classificação do IBGE;
- identificação dos sistemas urbano-regionais definidos com base em critérios de contigüidade espacial e dependência funcional; e
- diferenciação das estruturas urbanas, segundo as seguintes características espaciais: ritmo da urbanização; nível de adensamento da rede de cidades; grau de complementaridade entre núcleos urbanos componentes.

Fase IV: Tipologia da forma urbana, incluindo os seguintes critérios:

- identificação da presença de processo de conurbação entre centros urbanos;
- identificação de espaços urbanos descontínuos com presença de centros urbanos com articulação econômica e urbana;
- porte populacional dos centros urbanos em 1991 e 1996;
- densidade populacional de 1991;
- taxa de crescimento do núcleo nos períodos 1980-91 e 1991-96;
- taxa de crescimento da periferia nos períodos 1980-91 e 1991-96; e
- indicadores de peculiaridades regionais indicativas de articulação entre centros urbanos.

A aplicação desses critérios permitiu a montagem dos quadros de composição das aglomerações urbanas, que estão integrados nos Anexos ao final deste trabalho. Esses quadros estão acompanhados de cartogramas ilustrativos de tal composição.

2.1 Classificação da Rede Urbana

A seguir, apresentam-se os resultados da aplicação desse conjunto de critérios e indicadores utilizados nos estudos, nas suas diversas fases.

A rede urbana do Brasil é composta de seis categorias espaciais, a saber:

- Metrópoles globais, nacionais e regionais. Estes três estratos superiores da rede são constituídos por treze centros urbanos, que, à exceção de Manaus, estão localizados em aglomerações urbanas. A maioria deles se desenvolveu a partir de um núcleo, uma capital de estado (exceto Campinas). Para esses estratos da rede urbana, identificou-se, ainda, a ocorrência de complementaridade funcional entre os centros e as periferias,

exercendo tais centros fortes funções polarizadoras. Além disso, as aglomerações articulam-se espacialmente, sempre com algum grau de contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários.

- Centros regionais. Este estrato intermediário da rede urbana abrange 16 centros urbanos, dos quais 13 são centros de aglomerações urbanas não-metropolitanas e três não constituem aglomerações urbanas. Algumas aglomerações urbanas são constituídas por centros que, em alguns casos, dividem as funções polarizadoras com subcentros da própria aglomeração. A maioria das aglomerações urbanas nucleadas por centros regionais possui contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas.
- Centros sub-regionais 1 e 2. Estes dois estratos da rede somam 82 centros urbanos; os centros sub-regionais 1 representam 31 centros e os centros sub-regionais 2, 51 centros. Estes centros sub-regionais polarizam apenas os municípios de seu entorno, desempenhando o papel de centros locais.

Essa classificação encontra-se descrita nas Tabelas 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

Em especial nas regiões mais dinâmicas economicamente e com maior número de centros urbanos, as relações socioeconômicas de subordinação, ou de complementaridade, podem ocorrer segundo vários vetores, fazendo com que as articulações funcionais não se resumam às relações núcleo principal/periferia, mas também ocorram entre centros urbanos de aglomerações distintas. O exemplo mais evidente dessa situação é a relação da metrópole de São Paulo com as demais metrópoles nacionais, bem como com centros urbanos situados num raio de 150 km de distância.

Com efeito, cada centro urbano participa de diferentes processos de articulação ou redes[38], nacionais e mesmo internacionais, segundo os múltiplos papéis que possuem. Esse fato faz com que a leitura e a análise dos processos espaciais urbanos, presentes em cada região, devam ser realizadas de forma cautelosa, considerando os fatores socioeconômicos que os estruturam.

Por outro lado, é importante ressaltar que a classificação da rede urbana do Brasil, definida neste trabalho, não inclui os centros urbanos com menos de 100 mil habitantes, os quais, de todo modo, foram considerados nas análises dos *Estudos regionais*. A Tabela 9 inclui todos os centros urbanos considerados na classificação da rede urbana do Brasil, distinguindo a população do núcleo e de sua periferia.

Na classificação da rede urbana do Brasil, o conjunto das aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas (e os principais centros urbanos brasileiros que não constituem aglomerações urbanas) compreende 111 centros urbanos e 440 municípios e o Distrito Federal, e reúne mais da metade da população brasileira (56%, de acordo com os dados da Contagem de 1996).

As duas metrópoles globais, Rio de Janeiro e São Paulo, abrangem 17,3% da população total do país, distribuída por sessenta municípios. Nas sete metrópoles nacionais, residem 13% do total da população brasileira, em 113 municípios e o Distrito Federal. As quatro metrópoles regionais abrigam 4,7% da população total do país em 28 municípios. Os dezesseis centros regionais abarcam 7,7% da população total em 72 municípios. Nos 31 centros sub-regionais 1, residem 7,2% da população brasileira em 85 municípios e, finalmente, 5,7% do total da população reside nos 51 centros sub-regionais 2, em 82 municípios.

A distribuição espacial dos 111 principais centros urbanos brasileiros (Tabelas 10 e 11) mostra que existe uma concentração em duas das cinco grandes regiões brasileiras (Sudeste, 39,6%; e Nordeste, 23,4%). No Sul, estão concentrados 18,9% dos centros urbanos brasileiros; no Norte, 10,8%; e no Centro-oeste, 7,2%.

Boa parte das aglomerações urbanas situa-se no entorno da metrópole paulista e ao longo de dois eixos viários principais, a partir da capital: o eixo formado pelas rodovias Carvalho Pinto/Presidente Dutra, que liga São Paulo ao vale do Paraíba e ao Rio de Janeiro, e o eixo Anhangüera/Bandeirantes, em direção à Campinas, indo até Ribeirão Preto. A distribuição dos centros urbanos segundo as macrorregiões é a seguinte: na macrorregião Sudeste, encontram-se as metrópoles globais São Paulo e Rio de Janeiro. As sete metrópoles nacionais estão assim distribuídas: duas na região Sul (Curitiba e Porto Alegre), uma na região Sudeste (Belo Horizonte), três na região Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador) e uma na região Centro-oeste (Brasília). As quatro metrópoles regionais têm a seguinte distribuição: uma na região Sudeste (Campinas), uma na região Centro-oeste (Goiânia) e duas na região Norte (Manaus e Belém).

Os dezesseis centros regionais distribuem-se da seguinte forma: dois no Norte (Rio Branco e Porto Velho), dois no Sul (Londrina e Florianópolis), dois no Centro-oeste (Campo Grande e Cuiabá), quatro no Sudeste (Vitória, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Santos) e, finalmente, seis no Nordeste (Aracaju, João Pessoa, Teresina, Maceió, Natal e São Luís).

Os demais centros sub-regionais (82) têm a seguinte distribuição: oito no Norte, 17 no Nordeste, 36 no Sudeste, 17 no Sul e 4 no Centro-oeste.

Para subsidiar a classificação da rede urbana do Brasil[39], foram procedidas análises estatísticas de correla-

[38] Sobre esse ponto, consultar Corrêa (1996, p. 94-106).

[39] A respeito, ver no Apêndice a descrição dos indicadores e dos tratamentos estatísticos adotados.

ção e discriminante de um conjunto de 17 indicadores. Para as aglomerações urbanas, trabalhou-se com os dados agregados do conjunto dos municípios considerados pela pesquisa como pertencentes a essa espacialidade.

Para tanto, selecionou-se uma primeira *cesta* com 13 indicadores básicos para os 111 centros urbanos, incluindo: população total de 1996; porcentagem da PEA em atividades urbanas de 1991; renda média familiar *per capita* de 1991[40]; indicador de movimentação financeira[41]; taxa de crescimento populacional do período 1991-96; porcentagem da população em idade ativa ocupada na indústria de transformação, da construção civil, em serviços de utilidade pública, bancos, serviços técnicos profissionais, serviços públicos federais, estaduais e municipais, e em estabelecimentos de saúde e ensino; índice de infra-estrutura urbana; e índice de consumo de bens[42]. Na seqüência, foi selecionada uma segunda *cesta* com quatro indicadores, somente para 23 dos principais centros que compõem a rede urbana do Brasil, a maioria pertencente aos seus estratos superiores, abrangendo: número de empresas e valor do patrimônio das 500 maiores empresas do país e movimentação de passageiros e cargas dos aeroportos.

No processo de classificação dos centros urbanos nas seis categorias que compõem a rede urbana do Brasil, além dos indicadores quantitativos, também foram consideradas as análises qualitativas realizadas regionalmente. Ao se considerar somente o comportamento dos indicadores quantitativos na análise discriminante, surgiram situações de centros urbanos que deveriam estar classificados em categorias distintas daquela proposta pelo estudo. Contudo, a inclusão (ou exclusão) de um centro urbano em uma dada categoria da rede urbana passou também pelo crivo qualitativo, o qual contribuiu para definir a classificação da rede urbana do Brasil apresentada neste trabalho.

Além dos quadros da classificação da rede urbana do Brasil, também foram produzidas listagens dos centros urbanos brasileiros, ordenados de forma decrescente, de acordo com a população total do município-núcleo (ver Quadro 3).

TABELA 2
BRASIL – RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA(*) (1998)

Categoria	Aglomerações Urbanas		Centros Urbanos que não Constituem Aglomeração Urbana		Total		
	Nº	População	Nº	População	Nº	População	% no Brasil
Metrópole Global (MG)	2	27.199.368	–	–	2	27.199.368	17,32
Metrópole Nacional (MN)	7	20.513.855	–	–	7	20.513.855	13,05
Metrópole Regional (MR)	3	6.195.202	1	1.157.357	4	7.352.559	4,68
Centro Regional (CR)	13	11.025.037	3	1.168.430	16	12.193.467	7,76
Centro Sub-regional 1 (CSR1)	16	7.226.167	15	4.191.409	31	11.417.576	7,27
Centro Sub-regional 2 (CSR2)	8	2.191.729	43	6.874.941	51	9.066.670	5,77
Total	**49**	**74.351.358**	**62**	**13.392.137**	**111**	**87.743.495**	**55,85**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).
Notas: (*) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.
(–) fenômeno inexistente.

[40] A renda média familiar *per capita* foi calculada da seguinte forma: para cada família do município, foi obtida a renda *per capita* familiar (renda mensal familiar dividida pelo número de pessoas da família), para aquelas famílias que declararam o rendimento.

[41] Obteve-se esse indicador por meio da ponderação do volume de depósitos bancários de 1998 (expresso em reais) pela população total das aglomerações e/ou centros de 1996.

[42] Para o cálculo desses índices, foram considerados somente domicílios particulares permanentes urbanos. Para obtenção do Índice de Consumo de Bens, calculou-se a média geométrica das seguintes proporções de bens: telefone, automóvel, rádio, geladeira, televisor em cores, freezer e máquina de lavar roupa. Para a obtenção do Índice de Infra-Estrutura Urbana, calculou-se a média geométrica das seguintes proporções de domicílios, com as seguintes infra-estruturas: rede geral de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica, lixo coletado e energia elétrica.

TABELA 3
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] – METRÓPOLES (1998)

Centro Urbano	UF	Classificação Ipea/Nesur/ IBGE	Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Forma Espacial[b]			Forma Institucional	
					Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
São Paulo	SP	MG	x		39	16.666.986	10,61	x	39
Rio de Janeiro	RJ	MG	x		21	10.532.382	6,71	x	19
Total					**60**	**27.199.368**	**17,32**		**58**
Salvador	BA	MN	x		11	2.776.217	1,77	x	10
Belo Horizonte	MG	MN	x		25	3.829.042	2,44	x	30
Fortaleza	CE	MN	x		11	2.639.180	1,68	x	10
Brasília	DF	MN	x		11[c]	2.368.069	1,51	x	22[d]
Curitiba	PR	MN	x		16	2.348.559	1,50	x	24
Recife	PE	MN	x		16	3.258.388	2,07	x	14
Porto Alegre	RS	MN	x		24	3.291.680	2,10	x	26
Total					**114**	**20.511.135**	**13,05**		**96**
Manaus	AM	MR		x	1	1.157.357	0,74		
Belém	PA	MR	x		4	1.628.746	1,04	x	5
Goiânia	GO	MR	x		6	1.416.942	0,90		
Campinas	SP	MR	x		17	1.992.157	1,27		
Total					**28**	**6.195.202**	**3,94**		**5**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) A aglomeração urbana metropolitana de Brasília é constituída pelo DF e mais 10 municípios.

(d) A região integrada de desenvolvimento do DF e entorno é constituída pelo DF e mais 21 municípios.

TABELA 4
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA(*) – AGLOMERAÇÕES URBANAS (1988)

Categoria	Número de Aglomerações	Total de Municípios	População Total	% no Brasil
Metrópole Global (MG)	2	60	27.199.368	17,32
Metrópole Nacional (MN)	7	114	20.513.855	13,05
Metrópole Regional (MR)	3	27	6.195.202	3,94
Centro Regional (CR)	13	69	11.025.037	7,02
Centro Sub-regional 1 (CSR1)	16	70	7.226.167	4,60
Centro Sub-regional 2 (CSR 2)	8	39	2.191.729	1,40
Total	**49**	**379**	**74.351.358**	**47,32**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Nota: (*)A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios com mais de 100 mil habitantes que não estão nomeados na classificação ou fazem parte da configuração de alguma aglomeração urbana, ou não atendem os critérios de inclusão definidos no estudo.

TABELA 5

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA(*) – CENTROS URBANOS QUE NÃO CONSTITUEM AGLOMERAÇÃO URBANA (1998)

Categoria	Número de Centros Urbanos	Total de Municípios	População Total	% no Brasil
Metrópole Global (MG)	–	–	–	–
Metrópole Nacional (MN)	–	–	–	–
Metrópole Regional (MR)	1	1	1.157.357	0,74
CR (CR)	3	3	1.168.430	0,74
Centro CSR1 (CSR1)	15	15	4.191.409	2,67
Centro CSR2 (CSR2)	43	43	6.874.941	4,38
Total	**62**	**62**	**13.392.137**	**8,53**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Nota: (*)A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios com mais de 100 mil habitantes que não estão nomeados na classificação ou fazem parte da configuração de alguma aglomeração urbana, ou não atendem os critérios de inclusão definidos no estudo.

TABELA 6

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA(a) – CENTROS REGIONAIS (1998)

Centro Urbano	UF	Forma Espacial(b)					Forma Institucional	
		Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
São Luís	MA	x		3	941.431	0,60		
Maceió	AL	x		6	803.869	0,51		
Natal	RN	x		6	921.491	0,59	x	6
Teresina	PI	x		2	773.901	0,49		
Campo Grande	MS		x	1	600.069	0,38		
João Pessoa	PB	x		4	773.847	0,49		
São José dos Campos	SP	x		6	1.088.597	0,69		
Ribeirão Preto	SP	x		8	640.715	0,41		
Cuiabá	MT	x		2	626.756	0,40		
Aracaju	SE	x		6	643.435	0,41		
Londrina	PR	x		8	775.850	0,49	x	6
Santos	SP	x		9	1.309.263	0,83	x	9
Porto Velho	RO		x	1	324.737	0,21		
Florianópolis	SC	x		4	543.528	0,35	x	22
Vitória	ES	x		5	1.182.354	0,75	x	5
Rio Branco	AC		x	1	243.624	0,16		
Total				**72**	**12.193.467**	**7,76**		**48**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

TABELA 7
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] – CENTROS SUB-REGIONAIS 1 (1998)

Centro Urbano	UF	Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Forma Espacial[b]			Forma Institucional	
				Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil	Reg.Metr. Institucion.	Nº Mun. Oficial
Feira de Santana	BA		x	1	450.487	0,29		
Uberlândia	MG		x	1	438.986	0,28		
Sorocaba	SP	x		9	889.538	0,57		
Juiz de Fora	MG		x	1	424.479	0,27		
Campos dos Goitacazes	RJ		x	1	401.487	0,26		
Joinville	SC	x		6	570.403	0,36	x	20
Campina Grande	PB		x	1	344.730	0,22		
São José do Rio Preto	SP	x		3	378.328	0,24		
Caxias do Sul	RS	x		10	554.403	0,35		
Pelotas/Rio Grande[c]	RS	x		2	485.923	0,31		
Jundiaí	SP	x		5	462.497	0,29		
Bauru	SP		x	1	292.566	0,19		
Imperatriz	MA		x	1	274.104	0,17		
Maringá	PR	x		4	380.527	0,24	x	8
Anápolis	GO		x	1	264.975	0,17		
Ilhéus/Itabuna[c]	BA	x		2	425.848	0,27		
Vitória da Conquista	BA		x	1	242.155	0,15		
Macapá	AP		x	1	237.815	0,15		
Uberaba	MG		x	1	237.433	0,15		
V. Redonda/B. Mansa[c]	RJ	x		5	637.142	0,41		
Blumenau	SC	x		7	433.108	0,28	x	16
Limeira	SP	x		6	383.737	0,24		
Cascavel	PR	x		2	317.391	0,20		
Caruaru	PE	x		2	250.444	0,16		
Petrolina/Juazeiro[c]	PE/BA	x		2	376.555	0,24		
Juaz. Norte/Crato[c]	CE	x		3	328.240	0,21		
Presidente Prudente	SP		x	1	177.367	0,11		
Araraquara/S. Carlos[c]	SP	x		2	352.083	0,22		
Boa Vista	RR		x	1	165.518	0,11		
Dourados	MS		x	1	153.191	0,10		
Palmas	TO		x	1	86.116	0,05		
Total				**85**	**11.417.576**	**7,27**		**44**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem da Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) Aglomeração urbana formada por centros urbanos de mesmo porte demográfico.

TABELA 8

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO FINAL DA REDE URBANA[a] – CENTROS SUB-REGIONAIS 2 (1998)

Centro Urbano	UF	Aglomeração Urbana	Não Constitui Aglomeração	Forma Espacial[b]		
				Nº Munic. IPEA/Rede	Pop. Total das Aglomerações	% no Brasil
Piracicaba	SP		x	1	308.147	0,20
Montes Claros	MG		x	1	271.608	0,17
Franca	SP		x	1	267.235	0,17
Santarém	PA		x	1	263.468	0,17
Ponta Grossa	PR		x	1	256.302	0,16
Santa Maria	RS		x	1	236.498	0,15
Foz do Iguaçu	PR		x	1	231.627	0,15
Governador Valadares	MG		x	1	231.242	0,15
Mossoró	RN		x	1	205.822	0,13
Ipatinga	MG	x		4	372.366	0,24
Marília	SP		x	1	177.632	0,11
Guarapuava	PR		x	1	174.713	0,11
Arapiraca	AL		x	1	173.339	0,11
Divinópolis	MG		x	1	171.565	0,11
Araçatuba	SP	x		2	254.736	0,16
Nova Friburgo	RJ		x	1	169.246	0,11
Sete Lagoas	MG		x	1	167.340	0,11
Jequié	BA		x	1	165.345	0,11
Passo Fundo	RS		x	1	161.880	0,10
Criciúma	SC	x		8	317.025	0,20
Cachoeiro de Itapemirim	ES		x	1	150.359	0,10
Marabá	PA		x	1	150.095	0,10
Lages	SC		x	1	148.860	0,09
Caxias	MA		x	1	146.045	0,09
Rondonópolis	MT		x	1	145.615	0,09
Chapecó	SC		x	1	142.880	0,09
Sobral	CE		x	1	138.565	0,09
Teófilo Otoni	MG		x	1	136.044	0,09
Parnaíba	PI		x	1	135.687	0,09
Itajaí	SC	x		6	291.252	0,19
Santa Cruz do Sul	RS		x	1	126.154	0,08
Linhares	ES		x	1	125.297	0,08
Paranaguá	PR		x	1	124.920	0,08
Uruguaiana	RS		x	1	124.881	0,08
Alagoinhas	BA		x	1	122.838	0,08
Poços de Caldas	MG		x	1	121.831	0,08
Bragança Paulista	SP		x	1	120.811	0,08
Araguaína	TO		x	1	120.559	0,08
Castanhal	PA		x	1	117.380	0,07
Cabo Frio	RJ	x		6	268.602	0,17
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim[c]	SP	x		4	258.748	0,16
Barreiras	BA		x	1	113.695	0,07
Garanhuns	PE		x	1	110.084	0,07
Rio Verde	GO		x	1	108.178	0,07
Barbacena	MG		x	1	107.810	0,07
Jaú	SP		x	1	103.601	0,07
Catanduva	SP		x	1	103.511	0,07
Botucatu	SP		x	1	100.876	0,06
Guaratinguetá/Aparecida[c]	SP	x		6	261.962	0,17
Ji-Paraná	RO		x	1	95.356	0,06
Itabira	MG	x		3	167.038	0,11
Total				**82**	**9.066.670**	**5,77**

Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998); IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Notas: (a) A classificação abrange os municípios com mais de 100 mil habitantes. Os municípios nessa faixa populacional, não nomeados na classificação, ou fazem parte de alguma aglomeração urbana, ou não atendem aos critérios de inclusão definidos no estudo.

(b) As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas estão identificadas pelo município-núcleo.

(c) Aglomeração urbana formada por centros urbanos de mesmo porte demográfico.

TABELA 9

BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS – NÚCLEO E PERIFERIA (1988)

Aglomerações Urbanas	UF	Classificação Ipea/Nesur/ IBGE	População Total			Taxa de Crescimento (%)	
			1980	1991	1996	1991/80	1996/91
São Paulo	SP	MG	**12.630.258**	**15.511.236**	**16.666.986**	**1,89**	**1,45**
Núcleo			8.493.217	9.646.185	9.839.436	1,16	0,40
Periferia			4.137.041	5.865.051	6.827.550	3,22	3,09
Rio de Janeiro	RJ	MG	**9.056.184**	**10.135.166**	**10.532.382**	**1,03**	**0,77**
Núcleo			5.090.723	5.480.768	5.551.538	0,67	0,26
Periferia			3.965.461	4.654.398	4.980.844	1,47	1,36
Salvador	BA	MN	**1.835.801**	**2.565.370**	**2.776.217**	**3,09**	**1,59**
Núcleo			1.493.717	2.075.273	2.211.539	3,03	1,28
Periferia			342.084	490.097	564.678	3,32	2,87
Belo Horizonte	MG	MN	**2.633.632**	**3.467.720**	**3.829.042**	**2,53**	**2,00**
Núcleo			1.780.839	2.020.161	2.091.448	1,15	0,70
Periferia			852.793	1.447.559	1.737.594	4,93	3,72
Fortaleza	CE	MN	**1.608.197**	**2.349.729**	**2.639.180**	**3,51**	**2,35**
Núcleo			1.307.608	1.768.637	1.965.513	2,78	2,13
Periferia			300.589	581.092	673.667	6,18	3,00
Brasília	DF	MN	**1.337.419**	**1.980.432**	**2.368.069**	**3,63**	**3,64**
Núcleo			1.176.908	1.601.094	1.821.946	2,84	2,62
Periferia			160.511	379.338	546.123	8,13	7,56
Curitiba	PR	MN	**1.427.782**	**1.984.349**	**2.348.559**	**3,04**	**3,43**
Núcleo			1.024.980	1.315.035	1.476.253	2,29	2,34
Periferia			402.802	669.314	872.306	4,72	5,44
Recife	PE	MN	**2.534.780**	**3.085.161**	**3.258.388**	**1,80**	**1,10**
Núcleo			1.200.378	1.298.229	1.346.045	0,71	0,73
Periferia			1.334.402	1.786.932	1.912.343	2,69	1,37
Porto Alegre	RS	MN	**2.314.091**	**3.066.420**	**3.291.680**	**2,59**	**1,43**
Núcleo			1.125.478	1.263.403	1.288.879	1,06	0,40
Periferia			1.188.613	1.803.017	2.002.801	3,86	2,12
Belém	PA	MR	**1.041.488**	**1.447.251**	**1.628.741**	**3,04**	**2,39**
Núcleo			933.280	1.244.689	1.144.312	2,65	-1,67
Periferia			108.208	202.562	484.429	5,87	19,05
Goiânia	GO	MR	**810.487**	**1.204.565**	**1.416.942**	**3,67**	**3,30**
Núcleo			714.167	922.222	1.004.098	2,35	1,72
Periferia			96.320	282.343	412.844	10,27	7,90
Campinas	SP	MR	**1.221.151**	**1.778.821**	**1.992.157**	**3,48**	**2,29**
Núcleo			664.566	847.595	908.906	2,24	1,41
Periferia			556.585	931.226	1.083.251	4,79	3,07
São Luís	MA	CR	**498.958**	**820.137**	**941.431**	**4,62**	**2,80**
Núcleo			449.433	696.371	780.833	4,06	2,32
Periferia			49.525	123.766	160.598	8,68	5,35
Maceió	AL	CR	**456.091**	**702.731**	**803.869**	**4,01**	**2,73**
Núcleo			399.300	629.041	723.230	4,22	2,83
Periferia			56.791	73.690	80.639	2,40	1,82
Natal	RN	CR	**554.223**	**826.208**	**921.491**	**3,70**	**2,21**
Núcleo			416.892	606.887	656.037	3,47	1,57
Periferia			137.331	219.321	265.454	4,35	3,89

Continua

TABELA 9
BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS – NÚCLEO E PERIFERIA (1988)

Continuação

Aglomerações Urbanas	UF	Classificação Ipea/Nesur/ IBGE	População Total			Taxa de Crescimento (%)	
			1980	1991	1996	1991/80	1996/91
Teresina	PI	CR	**452.170**	**706.711**	**773.901**	**4,14**	**1,83**
Núcleo			377.771	599.272	655.473	4,28	1,81
Periferia			74.399	107.439	118.428	3,40	1,97
João Pessoa	PB	CR	**476.066**	**698.556**	**773.847**	**3,55**	**2,07**
Núcleo			329.945	497.600	549.363	3,81	2,00
Periferia			146.121	200.956	224.484	2,94	2,24
S. José dos Campos	SP	CR	**711.529**	**1.008.897**	**1.088.597**	**3,23**	**1,53**
Núcleo			287.513	442.370	486.467	3,99	1,92
Periferia			424.016	566.527	602.130	2,67	1,23
Ribeirão Preto	SP	CR	**425.103**	**594.941**	**640.715**	**3,10**	**1,49**
Núcleo			318.544	436.682	462.351	2,91	1,15
Periferia			106.559	158.259	178.364	3,66	2,42
Cuiabá	MT	CR	**286.227**	**564.771**	**626.756**	**6,37**	**2,10**
Núcleo			209.549	402.813	433.355	6,12	1,47
Periferia			76.678	161.958	193.401	7,03	3,61
Aracajú	SE	CR	**363.551**	**563.827**	**643.435**	**4,07**	**2,68**
Núcleo			293.119	402.341	428.194	2,92	1,25
Periferia			70.432	161.486	215.241	7,84	5,92
Santos	SP	CR	**961.243**	**1.220.249**	**1.309.263**	**2,19**	**1,42**
Núcleo			416.677	428.923	429.245[a]	0,26	0,02
Periferia			544.566	791.326	880.018	3,46	2,15
Florianópolis	SC	CR	**335.166**	**497.376**	**543.528**	**3,65**	**1,79**
Núcleo			187.880	255.390	271.281	2,83	1,21
Periferia			147.286	241.986	272.247	4,62	2,38
Vitória	ES	CR	**706.244**	**1.064.919**	**1.182.354**	**3,80**	**2,11**
Núcleo			207.736	258.777	265.874	2,02	0,54
Periferia			498.508	806.142	916.480	4,47	2,60
Sorocaba	SP	CSR1	**541.298**	**782.405**	**889.538**	**3,41**	**2,60**
Núcleo			269.888	379.006	431.561	3,13	2,63
Periferia			271.410	403.399	457.977	3,67	2,57
Londrina	PR	CR	**569.092**	**712.934**	**775.850**	**2,07**	**1,71**
Núcleo			301.696	390.100	421.343	2,36	1,55
Periferia			267.396	322.834	354.507	1,73	1,89
Joinville	SC	CSR1	**329.471**	**493.957**	**570.403**	**3,75**	**2,92**
Núcleo			235.803	347.151	397.951	3,58	2,77
Periferia			93.668	146.806	172.452	4,17	3,27
S. José do Rio Preto	SP	CSR1	**219.742**	**328.764**	**378.328**	**3,73**	**2,85**
Núcleo			188.599	283.761	326.315	3,78	2,83
Periferia			31.143	45.003	52.013	3,40	2,94
Caxias do Sul	RS	CSR1	**369.918**	**492.505**	**554.403**	**2,64**	**2,40**
Núcleo			220.553	290.925	325.694	2,55	2,31
Periferia			149.365	201.580	228.317	2,76	2,52
Pelotas/Rio Grande	RS	CSR1	**387.224**	**463.522**	**485.923**	**1,65**	**0,95**
Núcleo			387.224	463.522	485.923	1,65	0,95
Periferia			–	–	–	–	–

Continua

TABELA 9
BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS – NÚCLEO E PERIFERIA (1988)

Continuação

Aglomerações Urbanas	UF	Classificação Ipea/Nesur/ IBGE	População Total			Taxa de Crescimento (%)	
			1980	1991	1996	1991/80	1996/91
Jundiaí	**SP**	**CSR1**	**335.029**	**437.978**	**462.497**	**2,47**	**1,10**
Núcleo			258.809	289.269	293.373	1,02	0,28
Periferia			76.220	148.709	169.124	6,26	2,61
Maringá	**PR**	**CSR1**	**222.569**	**333.095**	**380.527**	**3,73**	**2,70**
Núcleo			168.232	240.292	267.942	3,29	2,20
Periferia			54.337	92.803	112.585	4,99	3,94
Ilhéus/Itabuna	**BA**	**CSR1**	**275.657**	**409.027**	**425.848**	**3,65**	**0,81**
Núcleo			275.657	409.027	425.848	3,65	0,81
Periferia			–	–	–	–	–
Caruaru	**PE**	**CSR1**	**181.148**	**228.604**	**250.444**	**2,14**	**1,84**
Núcleo			172.532	213.697	231.989	1,96	1,66
Periferia			8.616	14.907	18.455	5,11	4,36
Blumenau	**SC**	**CSR1**	**283.616**	**388.250**	**433.108**	**2,90**	**2,21**
Núcleo			157.251	212.025	231.401	2,75	1,76
Periferia			126.365	176.225	201.707	3,07	2,74
Limeira	**SP**	**CSR1**	**260.763**	**346.013**	**383.737**	**2,60**	**2,09**
Núcleo			150.561	207.770	230.348	2,97	2,08
Periferia			110.202	138.243	153.389	2,08	2,10
Cascavel	**PR**	**CSR1**	**212.980**	**287.869**	**317.391**	**2,78**	**1,97**
Núcleo			141.224	192.990	219.652	2,88	2,62
Periferia			71.756	94.879	97.739	2,57	0,60
Juazeiro do Norte/Crato	**CE**	**CSR1**	**247.250**	**302.515**	**328.240**	**1,85**	**1,65**
Núcleo			216.295	264.085	284.944	1,83	1,53
Periferia			30.955	38.430	43.296	1,99	2,41
Petrolina/Juazeiro	**PE/BA**	**CSR1**	**198.696**	**304.173**	**376.555**	**3,95**	**4,36**
Núcleo			198.696	304.173	376.555	3,95	4,36
Periferia			–	–	–	–	–
Volta Redonda/Barra Mansa	**RJ**	**CSR1**	**514.290**	**597.259**	**637.142**	**1,37**	**1,30**
Núcleo			338.339	392.521	408.898	1,36	0,82
Periferia			175.951	204.738	228.244	1,39	2,20
Ipatinga	**MG**	**CSR2**	**289.250**	**342.524**	**372.366**	**1,55**	**1,68**
Núcleo			150.318	180.069	195.793	1,66	1,69
Periferia			138.932	162.455	176.573	1,43	1,68
Araraquara/São Carlos	**SP**	**CSR1**	**247.657**	**324.952**	**352.083**	**2,50**	**1,62**
Núcleo			247.657	324.952	352.083	2,50	1,62
Periferia			–	–	–	–	–
Araçatuba	**SP**	**CSR2**	**180.200**	**234.682**	**254.736**	**2,43**	**1,65**
Núcleo			129.307	159.557	169.309	1,93	1,19
Periferia			50.893	75.125	85.427	–	–
Criciúma	**SC**	**CSR2**	**195.094**	**286.157**	**317.025**	**3,54**	**2,07**
Núcleo			102.835	146.320	159.101	3,26	1,69
Periferia			92.259	139.837	157.924	3,85	2,46
Itajaí	**SC**	**CSR2**	**150.884**	**233.272**	**291.252**	**4,04**	**4,54**
Núcleo			86.456	119.631	134.942	3,00	2,44
Periferia			64.428	113.641	156.310	5,29	6,58

Continua

TABELA 9
BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS – NÚCLEO E PERIFERIA (1988)

Conclusão

Aglomerações Urbanas	UF	Classificação Ipea/Nesur/ IBGE	População Total			Taxa de Crescimento (%)	
			1980	1991	1996	1991/80	1996/91
Cabo Frio	**RJ**	**CSR2**	**158.296**	**214.279**	**268.602**	**2,79**	**4,62**
Núcleo			55.599	84.915	115.759	3,92	6,39
Periferia			102.697	129.364	152.843	2,12	3,39
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	**SP**	**CSR2**	**172.126**	**228.793**	**258.748**	**2,62**	**2,49**
Núcleo[b]			124.203	172.207	197.957	3,02	2,83
Periferia			47.923	56.586	60.791	1,52	1,44
Guaratinguetá/Aparecida	**SP**	**CSR2**	**206.498**	**246.426**	**261.962**	**1,62**	**1,23**
Núcleo			114.208	135.319	145.046	1,55	1,40
Periferia			92.290	111.107	116.916	1,70	1,02
Itabira	**MG**	**CSR2**	**129.227**	**154.540**	**167.038**	**1,64**	**1,57**
Núcleo			71.114	85.606	95.205	1,70	2,15
Periferia			58.113	68.934	71.833	1,56	0,83

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Notas: (a) Foi considerado o município de Bertioga, desmembrado de Santos em 1991.
(b) Considera a população do município de Estiva Gerbi, posteriormente desmembrado de Mogi-Guaçu.
Obs.: (–) fenômeno inexistente.

TABELA 10
BRASIL, REGIÕES E ESTADOS – REDE URBANA (1998)

Região/Estado	Classificação da Rede Urbana							% do Total
	MG	MN	MR	CR	CSR1	CSR2	Total	
Brasil	**2**	**7**	**4**	**16**	**31**	**51**	**111**	**100,00**
Região Norte	**–**	**–**	**2**	**2**	**3**	**5**	**12**	**10,81**
Rondônia	–	–	–	1	–	1	2	1,80
Acre	–	–	–	1	–	–	1	0,90
Amazonas	–	–	1	–	–	–	1	0,90
Roraima	–	–	–	–	1	–	1	0,90
Pará	–	–	1	–	–	3	4	3,60
Amapá	–	–	–	–	1	–	1	0,90
Tocantins	–	–	–	–	1	1	2	1,80
Região Nordeste	**–**	**3**	**–**	**6**	**8**	**9**	**26**	**23,42**
Maranhão	–	–	–	1	1	1	3	2,70
Piauí	–	–	–	1	–	1	2	1,80
Ceará	–	1	–	–	1	1	3	2,70
Rio Grande do Norte	–	–	–	1	–	1	2	1,80
Paraíba	–	–	–	1	1	–	2	1,80
Pernambuco	–	1	–	–	2(*)	1	2	1,80
Alagoas	–	–	–	1	–	1	2	1,80
Sergipe	–	–	–	1	–	–	1	0,90
Bahia	–	1	–	–	3	3	7	6,31
Região Sudeste	**2**	**1**	**1**	**4**	**12**	**24**	**44**	**39,64**
Minas Gerais	–	1	–	–	3	9	13	11,71
Espírito Santo	–	–	–	1	–	2	3	2,70
Rio de Janeiro	1	–	–	–	2	2	5	4,50
São Paulo	1	–	1	3	7	11	23	20,72
Região Sul	**–**	**2**	**–**	**2**	**6**	**11**	**21**	**18,92**
Paraná	–	1	–	1	2	4	8	7,21
Santa Catarina	–	–	–	1	2	4	7	6,31
Rio Grande do Sul	–	1	–	–	2	3	6	5,41
Região Centro-oeste	**–**	**1**	**1**	**2**	**2**	**2**	**8**	**7,21**
Mato Grosso do Sul	–	–	–	1	1	–	2	1,80
Mato Grosso	–	–	–	1	–	1	2	1,80
Goiás	–	–	1	–	1	1	3	2,70
Distrito Federal	–	1	–	–	–	–	1	0,90

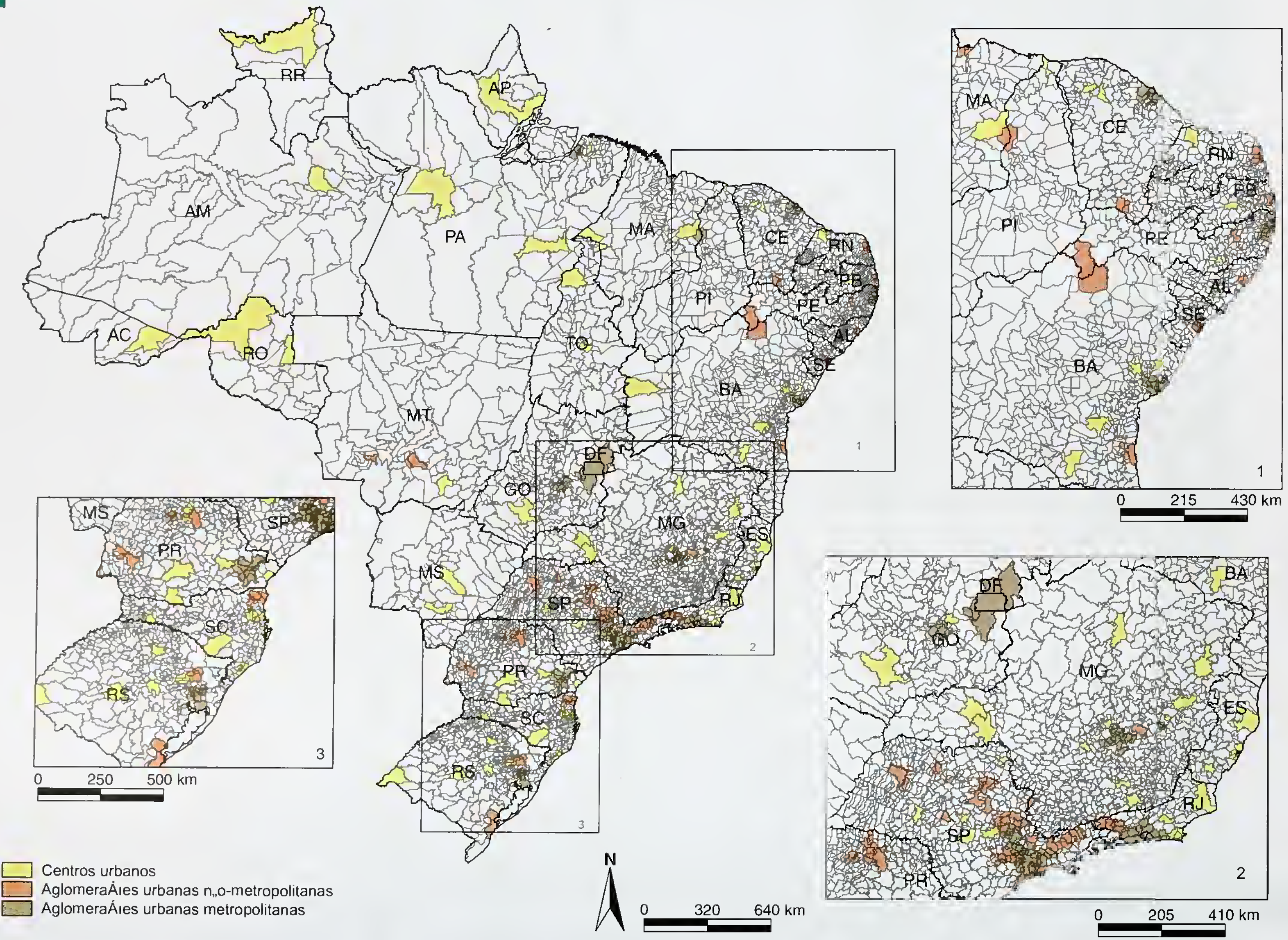
Fonte: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1999).
Nota: (*) O CSR1 Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) foi considerado em Pernambuco.
Obs.: (–) fenômeno inexistente.

TABELA 11
BRASIL – REDE URBANA – FORMAS ESPACIAIS (1998)

Região/Estado	Aglomerações Urbanas Metropolitanas	Aglomerações Urbanas Não-Metropolitanas	Centros Urbanos que não Constituem Aglomerações Urbanas	Total
Brasil	**12**	**37**	**62**	**111**
Região Norte	**1**	**–**	**11**	**12**
Rondônia	–	–	2	2
Acre	–	–	1	1
Amazonas	–	–	1	1
Roraima	–	–	1	1
Pará	1	–	3	4
Amapá	–	–	1	1
Tocantins	–	–	2	2
Região Nordeste	**3**	**10**	**13**	**26**
Maranhão	–	1	2	3
Piauí	–	1	1	2
Ceará	1	1	1	3
Rio Grande do Norte	–	1	1	2
Paraíba	–	1	1	2
Pernambuco	1	2(*)	1	4
Alagoas	–	1	1	2
Sergipe	–	1	–	1
Bahia	1	1	5	7
Região Sudeste	**4**	**16**	**23**	**43**
Minas Gerais	1	2	10	13
Espírito Santo	–	1	2	3
Rio de Janeiro	1	2	2	5
São Paulo	2	11	9	22
Região Sul	**2**	**10**	**10**	**22**
Paraná	1	3	4	8
Santa Catarina	–	5	2	7
Rio Grande do Sul	1	2	4	7
Região Centro-oeste	**2**	**1**	**5**	**8**
Mato Grosso do Sul	–	–	2	2
Mato Grosso	–	1	1	2
Goiás	1	–	2	3
Distrito Federal	1	–	–	1

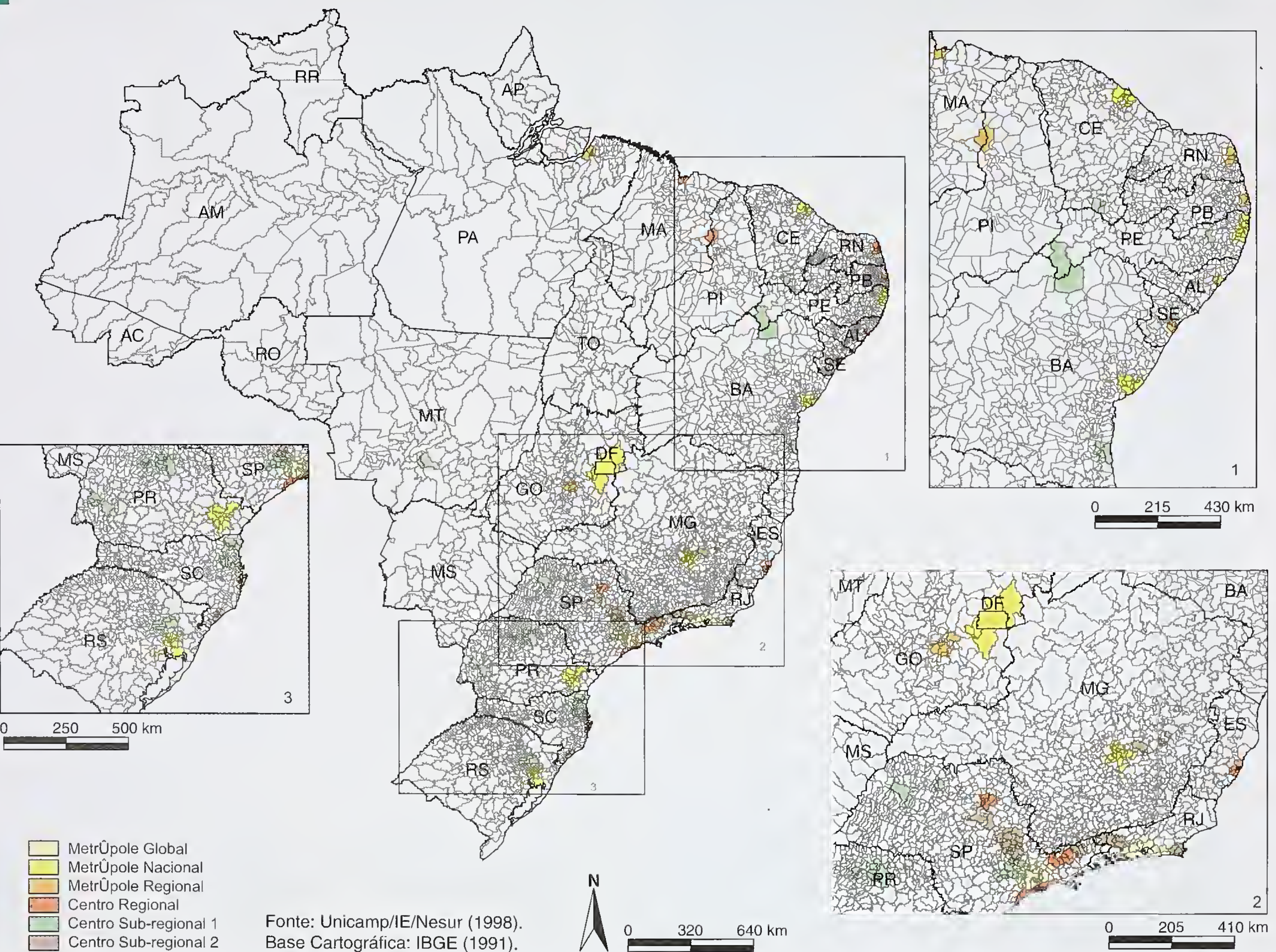
Fonte: Ipea/Nesur/IBGE (1999).
Nota: (*) A AUNM Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) foi considerada em Pernambuco.
Obs.: (–) fenômeno inexistente.

MAPA 1
BRASIL – REDE URBANA 1 (1999)

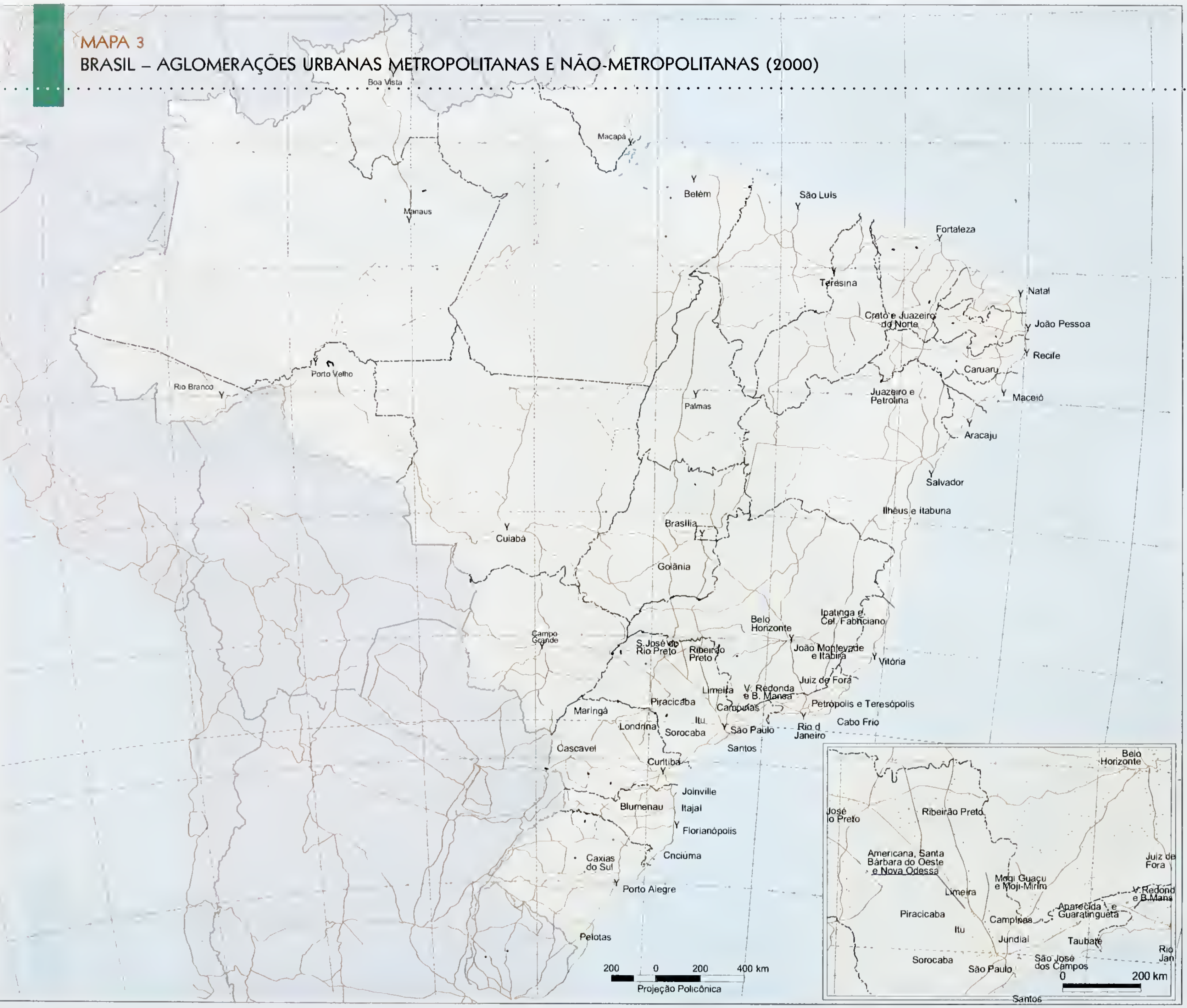


Fonte: Unicamp/IE/Nesur (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

MAPA 2
BRASIL – REDE URBANA 2 (1999)



MAPA 3
BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS METROPOLITANAS E NÃO-METROPOLITANAS (2000)



Fonte: Organizado por M. L. G. Castello Branco e elaborado por Cleber Fernandes, IBGE.

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

I – AGLOMERAÇÕES URBANAS METROPOLITANAS

1 São Paulo (SP) 39 Municípios

São Paulo
Arujá
Atibaia
Barueri
Cabreúva
Caieiras
Cajamar
Carapicuíba
Cotia
Diadema
Embu
Embu-Guaçu
Ferraz de Vasconcelos
Francisco Morato
Franco da Rocha
Guararema
Guarulhos
Itapecerica da Serra
Itapevi
Itaquaquecetuba
Jandira
Mairiporã
Mauá
Mogi das Cruzes
Osasco
Pirapora do Bom Jesus
Poá
Ribeirão Pires
Rio Grande da Serra
Santa Branca
Santa Isabel
Santana de Parnaíba
Santo André
São Bernardo do Campo
São Caetano do Sul
São Lourenço da Serra
Suzano
Taboão da Serra
Vargem Grande Paulista

2 Rio de Janeiro (RJ) 21 Municípios

Rio de Janeiro
Belford Roxo
Duque de Caxias
Guapimirim
Itaboraí
Itaguaí
Japeri
Magé
Maricá
Nilópolis
Niterói
Nova Iguaçu
Paracambi
Petrópolis
Queimados
Rio Bonito
São Gonçalo
São João de Meriti
Saquarema
Seropédica
Tanguá

3 Salvador (BA) 11 Municípios

Salvador
Camaçari
Candeias
Dias D'Ávila
Itaparica
Lauro de Freitas
Madre de Deus
Santo Amaro
São Francisco do Conde
São Sebastião do Passé
Simões Filho

Continua

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

Continuação - Aglom.Urb. Metrop.

4 Belo Horizonte (MG) 25 Municípios

Belo Horizonte
Barão de Cocais
Betim
Caeté
Capim Branco
Confins
Contagem
Ibirité
Igarapé
Itabirito
Juatuba
Lagoa Santa
Mário Campos
Mateus Leme
Matozinhos
Nova Lima
Pedro Leopoldo
Raposos
Ribeirão das Neves
Sabará
Santa Luzia
São Joaquim de Bicas
São José da Lapa
Sarzedo
Vespasiano

5 Fortaleza (CE) 11 Municípios

Fortaleza
Acarape
Aquiraz
Caucaia
Eusébio
Horizonte
Itaitinga
Maracanaú
Maranguape
Pacajus
Pacatuba

6 Brasília (DF) +10 Municípios

Brasília
Águas Lindas de Goiás
Alexânia
Cidade Ocidental
Formosa
Luziânia
Novo Gama
Padre Bernardo
Planaltina
Santo Antonio do Descoberto
Valparaíso de Goiás

7 Curitiba (PR) 16 Municípios

Curitiba
Almirante Tamandaré
Araucária
Bocaiúva do Sul
Campina Grande do Sul
Campo Largo
Campo Magro
Colombo
Fazenda Rio Grande
Itaperucu
Mandirituba
Pinhais
Piraquara
Quatro Barras
Rio Branco do Sul
São José Dos Pinhais

Continua

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

Continuação - Aglom.Urb. Metrop.

8 Recife (PE) 16 Municípios

Recife
Abreu e Lima
Araçoiaba
Cabo de Santo Agostinho
Camaragibe
Goiana
Igarassu
Itamaracá
Itapissuma
Jaboatão dos Guararapes
Moreno
Olinda
Pau D'Álho
Paulista
São Lourenço da Mata
Vitória de Santo Antão

9 Porto Alegre (RS) 24 Municípios

Porto Alegre
Alvorada
Araricá
Cachoeirinha
Campo Bom
Canoas
Dois Irmãos
Estância Velha
Esteio
Gravataí
Guaíba
Igrejinha
Ivoti
Nova Hartz
Nova Santa Rita
Novo Hamburgo
Parobé
Portão
São Leopoldo
São Sebastião do Caí
Sapiranga
Sapucaia do Sul
Taquara
Viamão

10 Belém (PA) 4 Municípios

Belém
Ananindeua
Barcarena
Benevides

11 Goiânia (GO) 6 Municípios

Goiânia
Aparecida de Goiânia
Goianira
Nerópolis
Senador Canedo
Trindade

12 Campinas (SP) 17 Municípios

Campinas
Americana
Artur Nogueira
Cosmópolis
Engenheiro Coelho
Holambra
Hortolândia
Indaiatuba
Jaguariuna
Nova Odessa
Paulínia
Pedreira
Santa Bárbara D'Oeste
Santo Antônio de Posse
Sumaré
Valinhos
Vinhedo

Continua

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

Continuação - Aglom.Urb. Não-metrop.

II – AGLOMERAÇÕES URBANAS NÃO-METROPOLITANAS

13 São Luís (MA) 3 Municípios

São Luís
Paço do Lumiar
São José de Ribamar

14 Maceió (AL) 6 Municípios

Maceió
Coqueiro Seco
Paripueira
Rio Largo
Santa Luzia do Norte
Satuba

15 Natal (RN) 6 Municípios

Natal
Ceará-Mirim
Extremoz
Macaíba
Parnamirim
São Gonçalo do Amarante

16 Teresina (PI) 2 Municípios

Teresina
Timon

17 João Pessoa (PB) 4 Municípios

João Pessoa
Bayeux
Cabedelo
Santa Rita

18 São José dos Campos (SP) 6 Municípios

São José dos Campos
Caçapava
Jacareí
Pindamonhangaba
Taubaté
Tremembé

19 Ribeirão Preto (SP) 8 Municípios

Ribeirão Preto
Barrinha
Cravinhos
Dumont
Guatapará
Pradópolis
Serrana
Sertãozinho

20 Cuiabá (MT) 2 Municípios

Cuiabá
Varzea Grande

21 Sorocaba (SP) 9 Municípios

Sorocaba
Alumínio
Iperó
Itu
Mairinque
Salto
Salto de Pirapora
São Roque
Votorantim

Continua

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

Continuação - Aglom.Urb. Não-metrop.

22 Aracajú (SE) 6 Municípios

Aracajú
Barra dos Coqueiros
Laranjeiras
Maruín
Nossa Senhora do Socorro
São Cristovão

23 Londrina (PR) 8 Municípios

Londrina
Apucarana
Arapongas
Cambé
Ibiporã
Jataizinho
Rolândia
Tamarana

24 Santos (SP) 9 Municípios

Santos
Bertioga
Cubatão
Guarujá
Itanhaém
Mongaguá
Peruíbe
Praia Grande
São Vicente

24 Santos (SP) 9 Municípios

Santos
Bertioga
Cubatão
Guarujá
Itanhaém
Mongaguá
Peruíbe
Praia Grande
São Vicente

25 Joinville (SC) 6 Municípios

Joinville
Araquari
Guaramirim
Jaraguá do Sul
São Francisco do Sul
Schroeder

26 São José do Rio Preto (SP) 3 Municípios

São José do Rio Preto
Bady Bassit
Mirassol

27 Caxias do Sul (RS) 10 Municípios

Caxias do Sul
Bento Gonçalves
Carlos Barbosa
Farroupilha
Flores da Cunha
Garibaldi
Monte Belo do Sul
Nova Pádua
Santa Tereza
São Marcos

28 Pelotas/Rio Grande (RS) 2 Municípios

Pelotas
Rio Grande

Continua

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

Continuação - Aglom.Urb. Não-metrop.

29 Jundiaí (SP) 5 Municípios

Jundiaí
Campo Limpo Paulista
Itupeva
Louveira
Várzea Paulista

30 Florianópolis (SC) 4 Municípios

Florianópolis
Biguaçu
Palhoça
São José

31 Maringá (PR) 4 Municípios

Maringá
Marialva
Paiçandu
Sarandi

32 Vitória (ES) 5 Municípios

Vitória
Cariacica
Serra
Viana
Vila Velha

33 Ilhéus/Itabuna (BA) 2 Municípios

Ilhéus
Itabuna

34 Volta Redonda/Barramansa (RJ) 5 Municípios

Volta Redonda
Barra Mansa
Barra do Piraí
Piraí
Resende

35 Blumenau (SC) 7 Municípios

Blumenau
Brusque
Gaspar
Guabiruba
Indaial
Pomerode
Timbó

36 Limeira (SP) 6 Municípios

Limeira
Rio Claro
Araras
Cordeirópolis
Iracemápolis
Leme

37 Cascavel (PR) 2 Municípios

Cascavel
Toledo

38 Caruaru (PE) 2 Municípios

Caruaru
Toritama

39 Ipatinga (MG) 4 Municípios

Ipatinga
Belo Oriente
Coronel Fabriciano
Timóteo

Continua

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

Continuação - Aglom.Urb. Não-metrop.

40 Petrolina(PE)/Juazeiro(BA) 2 Municípios

Petrolina
Juazeiro

41 Juazeiro do Norte/Crato (CE) 3 Municípios

Juazeiro do Norte
Crato
Barbalha

42 Araraquara/São Carlos (SP) 2 Municípios

Araraquara
São Carlos

43 Araçatuba (SB) 2 Municípios

Araçatuba
Birigüi

44 Criciúma (SC) 8 Municípios

Criciúma
Araranguá
Cocal do Sul
Forquilhinha
Içara
Maracajá
Morro da Fumaça
Sombrio

45 Itajaí (SC) 6 Municípios

Itajaí
Balneario Camboriú
Camboriú
Itapema
Navegantes
Porto Belo

46 Cabo Frio (RJ) 6 Municípios

Cabo Frio
Araruama
Armação de Búzios
Arraial do Cabo
Iguabá Grande
São Pedro da Aldeia

47 Mogi-guaçu/Mogi-mirim(SP) 4 Municípios

Mogi-Guaçu
Mogi-Mirim
Estiva Gerbi
Itapira

48 Guaratinguetá/Aparecida (SP) 6 Municípios

Guaratinguetá
Aparecida
Cachoeira Paulista
Canas
Lorena
Piquete

49 Itabira (MG) 3 Municípios

Itabira
Bela Vista de Minas
João Monlevade

Continua

QUADRO 3
BRASIL – LISTAGEM DOS CENTROS URBANOS (1998)

Conclusão

III – CENTRO URBANOS QUE NÃO CONSTITUEM AGLOMERAÇÕES URBANAS

1 Manaus (AM)
2 Campo Grande (MS)
3 Feira de Santana (BA)
4 Uberlândia (MG)
5 Juiz de Fora (MG)
6 Campos dos Goytacazes (RJ)
7 Campina Grande (PB)
8 Porto Velho (RO)
9 Piracicaba (SP)
10 Bauru (SP)
11 Imperatriz (MA)
12 Montes Claros (MG)
13 Franca (SP)
14 Anápolis (GO)
15 Santarém (PA)
16 Ponta Grossa (PR)
17 Rio Branco (AC)
18 Vitória da Conquista (BA)
19 Macapá (AP)
20 Uberaba (MG)
21 Santa Maria (RS)
22 Foz do Iguaçu (PR)
23 Governador Valadares (MG)
24 Mossoró (RN)
25 Marília (SP)
26 Presidente Prudente (SP)
27 Guarapuava (PR)
28 Arapiraca (AL)
29 Divinópolis (MG)
30 Nova Friburgo (RJ)
31 Sete Lagoas (MG)
32 Boa Vista (RR)
33 Jequié (BA)
34 Passo Fundo (RS)
35 Dourados (MS)
36 Cachoeiro de Itapemirim (ES)
37 Marabá (PA)
38 Lages (SC)
39 Caxias (MA)
40 Rondonópolis (MT)
41 Chapecó (SC)
42 Sobral (CE)
43 Teófilo Otoni (MG)
44 Parnaíba (PI)
45 Santa Cruz do Sul (RS)
46 Linhares (ES)
47 Paranaguá (PR)
48 Uruguaiana (RS)
49 Alagoinhas (BA)
50 Poços de Caldas (MG)
51 Bragança Paulista (SP)
52 Araguaína (TO)
53 Castanhal (PA)
54 Barreiras (BA)
55 Garanhuns (PE)
56 Rio Verde (GO)
57 Barbacena (MG)
58 Jaú (SP)
59 Catanduva (SP)
60 Botucatu (SP)
61 Ji-Paraná (RO)
62 Palmas (TO)

QUADRO 4
BRASIL – ORDENAÇÃO DOS CENTROS URBANOS (1996)

	Aglomerações Urbanas	UF	Pop. Total Núcleo 1996
1	São Paulo	SP	9.839.436
2	Rio de Janeiro	RJ	5.551.538
3	Salvador	BA	2.211.539
4	Belo Horizonte	MG	2.091.448
5	Fortaleza	CE	1.965.513
6	Brasília	DF	1.821.946
7	Curitiba	PR	1.476.253
8	Recife	PE	1.346.045
9	Porto Alegre	RS	1.288.879
10	Belém	PA	1.144.312
11	Goiânia	GO	1.004.098
12	Campinas	SP	908.906
13	São Luís	MA	780.833
14	Maceió	AL	723.230
15	Natal	RN	656.037
16	Teresina	PI	655.473
17	João Pessoa	PB	549.363
18	São José dos Campos	SP	486.467
19	Ribeirão Preto	SP	456.252
20	Cuiabá	MT	433.355
21	Sorocaba	SP	431.561
22	Aracaju	SE	428.194
23	Londrina	PR	421.343
24	Santos	SP	412.243
25	Joinville	SC	397.951
26	São José do Rio Preto	SP	326.315
27	Caxias do Sul	RS	325.694
28	Pelotas/Rio Grande	RS	307.667
29	Jundiaí	SP	293.373
30	Florianópolis	SC	271.281
31	Maringá	PR	267.942
32	Vitória	ES	265.874
33	Ilhéus/Itabuna	BA	242.445
34	Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	232.287
35	Blumenau	SC	231.401
36	Limeira	SP	230.348
37	Cascavel	PR	219.652
38	Caruaru	PE	213.697
39	Ipatinga	MG	195.793
40	Petrolina/Juazeiro	PE/BA	191.238
41	Juazeiro do Norte/Crato	CE	189.423
42	Araraquara/São Carlos	SP	176.566
43	Araçatuba	SP	169.309
44	Criciúma	SC	159.101
45	Itajaí	SC	134.942
46	Cabo Frio	RJ	115.759
47	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	114.546
48	Guaratinguetá/Aparecida	SP	98.265
49	Itabira	MG	95.205

	Centros Regionais	UF	Pop. Total Núcleo 1996
1	São Luis	MA	780.833
2	Maceió	AL	723.230
3	Natal	RN	656.037
4	Teresina	PI	655.473
5	Campo Grande	MS	600.069
6	João Pessoa	PB	549.363
7	São José dos Campos	SP	486.467
8	Ribeirão Preto	SP	456.252
9	Cuiabá	MT	433.355
10	Aracaju	SE	428.194
11	Londrina	PR	421.343
12	Santos	SP	412.243
13	Porto Velho	RO	324.737
14	Florianópolis	SC	271.281
15	Vitória	ES	265.874
16	Rio Branco	AC	243.624

	Centros Sub-regionais 1	UF	Pop. Total Núcleo 1996
1	Feira de Santana	BA	450.487
2	Uberlândia	MG	438.986
3	Sorocaba	SP	431.561
4	Juiz de Fora	MG	424.479
5	Campos dos Goytacazes	RJ	401.487
6	Joinville	SC	397.951
7	Campina Grande	PB	344.730
8	São José do Rio Preto	SP	326.315
9	Caxias do Sul	RS	325.694
10	Pelotas/Rio Grande	RS	307.667
11	Jundiaí	SP	293.373
12	Bauru	SP	292.566
13	Imperatriz	MA	274.104
14	Maringá	PR	267.942
15	Anápolis	GO	264.975
16	Ilhéus/Itabuna	BA	242.445
17	Vitória da Conquista	BA	242.155
18	Macapá	AP	237.815
19	Uberaba	MG	237.433
20	Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	232.287
21	Blumenau	SC	231.401
22	Limeira	SP	230.348

Continua

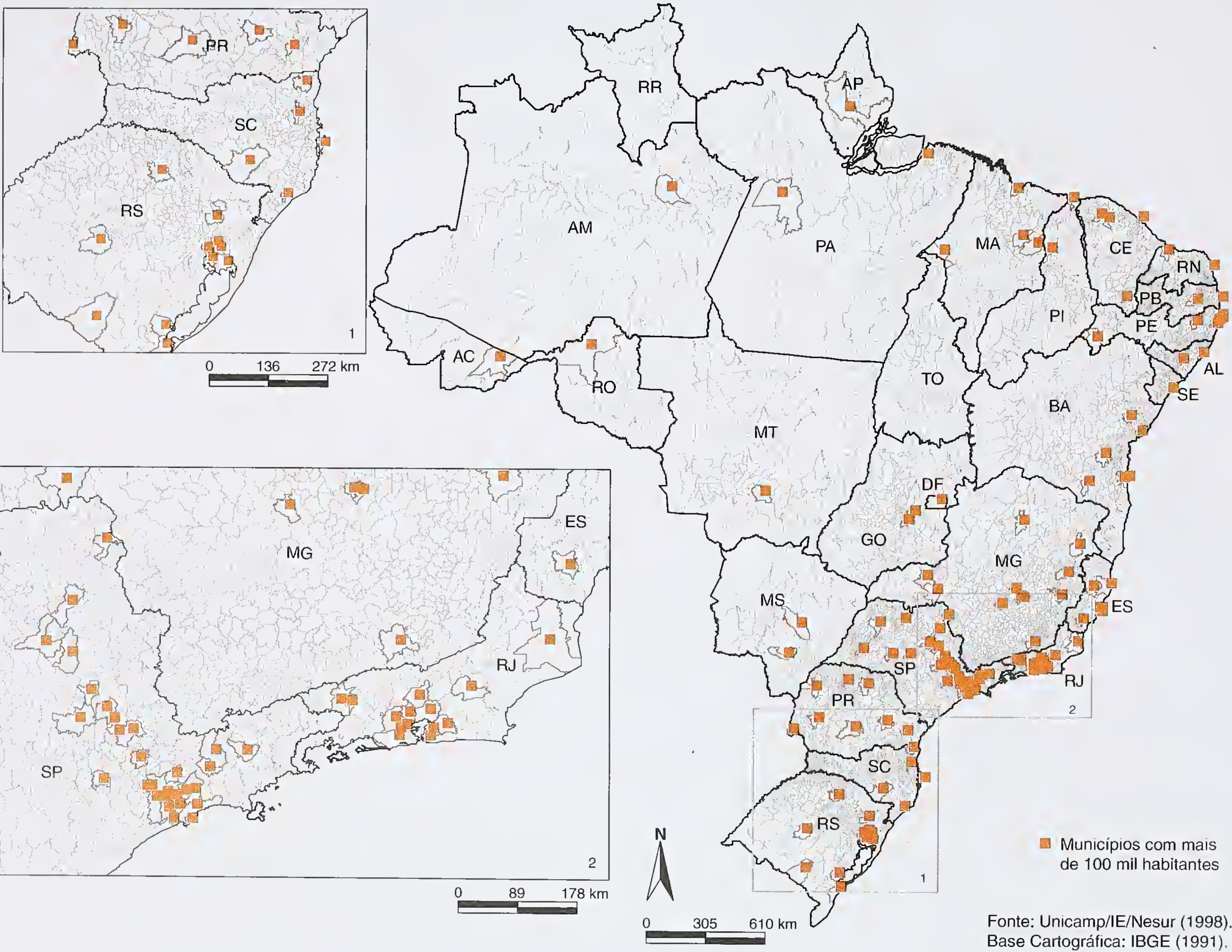
QUADRO 4
BRASIL – ORDENAÇÃO DOS CENTROS URBANOS (1996)

Conclusão

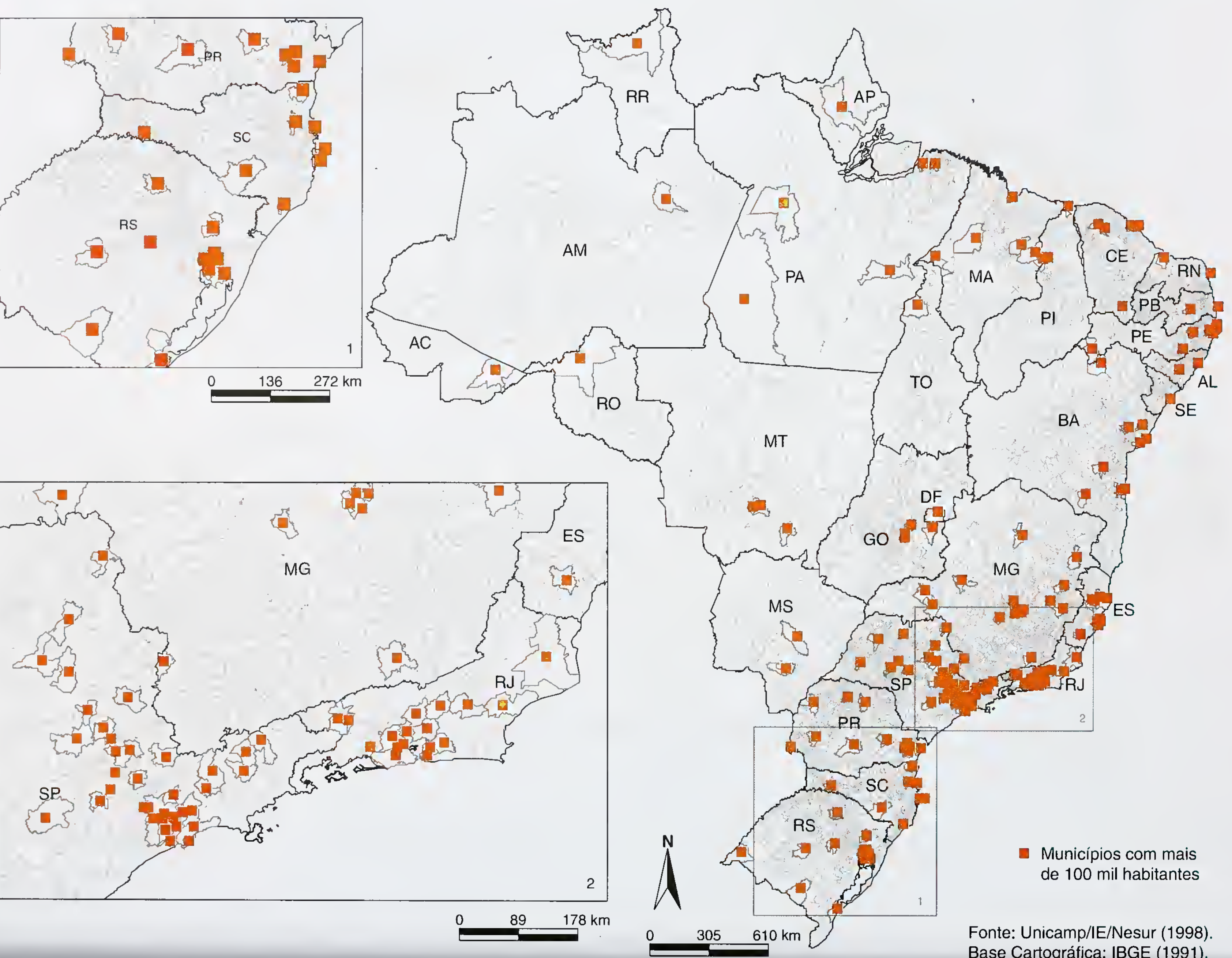
Centros Sub-regionais 1		UF	Pop. Total Núcleo 1996
23	Cascavel	PR	219.652
24	Caruaru	PE	213.697
25	Petrolina/Juazeiro	PE/BA	191.238
26	Juazeiro do Norte/Crato	CE	189.423
27	Presidente Prudente	SP	177.367
28	Araraquara/São Carlos	SP	176.566
29	Boa Vista	RR	165.518
30	Dourados	MS	153.191
31	Palmas	TO	86.116

Centros Sub-regionais 2		UF	Pop. Total Núcleo 1996
1	Piracicaba	SP	308.147
2	Montes Claros	MG	271.608
3	Franca	SP	267.235
4	Santarém	PA	263.468
5	Ponta Grossa	PR	256.302
6	Santa Maria	RS	236.498
7	Foz do Iguaçu	PR	231.627
8	Governador Valadares	MG	231.242
9	Mossoró	RN	205.822
10	Ipatinga	MG	195.793
11	Marília	SP	177.632
12	Guarapuava	PR	174.713
13	Arapiraca	AL	173.339
14	Divinópolis	MG	171.565
15	Araçatuba	SP	169.309
16	Nova Friburgo	RJ	169.246
17	Sete Lagoas	MG	167.340
18	Jequié	BA	165.345
19	Passo Fundo	RS	161.880
20	Criciúma	SC	159.101
21	Cachoeiro de Itapemirim	ES	150.359
22	Marabá	PA	150.095
23	Lages	SC	148.860
24	Caxias	MA	146.045
25	Rondonópolis	MT	145.615
26	Chapecó	SC	142.880
27	Sobral	CE	138.565
28	Teófilo Otoni	MG	136.044
29	Parnaíba	PI	135.687
30	Itajaí	SC	134.942
31	Santa Cruz do Sul	RS	126.154
32	Linhares	ES	125.297
33	Paranaguá	PR	124.920
34	Uruguaiana	RS	124.881
35	Alagoinhas	BA	122.838
36	Poços de Caldas	MG	121.831
37	Bragança Paulista	SP	120.811
38	Araguaína	TO	120.559
39	Castanhal	PA	117.380
40	Cabo Frio	RJ	115.759
41	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	114.546
42	Barreiras	BA	113.695
43	Garanhuns	PE	110.084
44	Rio Verde	GO	108.178
45	Barbacena	MG	107.810
46	Jaú	SP	103.601
47	Catanduva	SP	103.511
48	Botucatu	SP	100.876
49	Guaratinguetá/Aparecida	SP	98.265
50	Ji-Paraná	RO	95.356
51	Itabira	MG	95.205

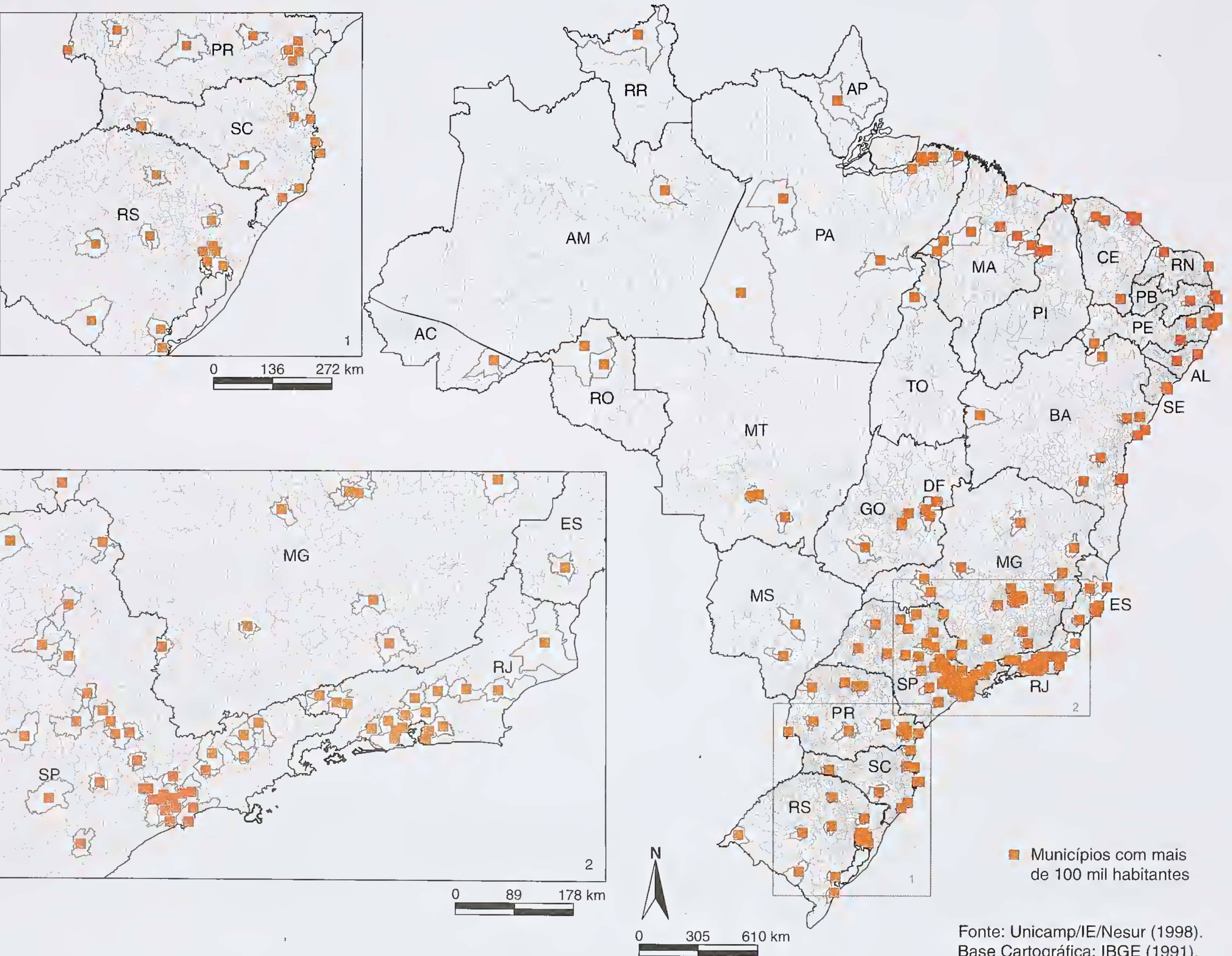
MAPA 4
BRASIL – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES (1980)



MAPA 5
BRASIL – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES (1991)



MAPA 6
BRASIL – MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES (1996)



Fonte: Unicamp/IE/Nesur (1998).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

2.2 Aglomerações Urbanas[43]

Nesta pesquisa foram identificadas 49 aglomerações urbanas, distribuídas em doze aglomerações em nível metropolitano, doze centros regionais, quinze centros sub-regionais de nível 1 e os demais centros sub-regionais de nível 2.

Essas 49 aglomerações urbanas abrigam um total de 73.380.310 habitantes, concentrando 60,39% da população urbana e 47,32% da população total do país. As aglomerações em nível metropolitano concentram 53.891.546 habitantes, correspondendo a 43,78% da população urbana e a 34,31% da população total do país. No caso das metrópoles globais, São Paulo e Rio de Janeiro, essa concentração é de 22,10% e 17,32% para a população urbana e total do país, respectivamente. Esses índices traduzem o peso do processo de metropolização ocorrido nas últimas décadas e a importância que as aglomerações urbanas adquiriram no cenário nacional.

A análise da dimensão do núcleo e da periferia da aglomeração permite identificar aglomerações de quatro tipos:

- aglomerações urbanas cuja população do núcleo é superior à da periferia. É o caso da maioria das aglomerações (31);
- aglomerações cuja população do núcleo é aproximadamente a da periferia (oito);
- aglomerações cuja população da periferia é superior à do núcleo (seis);
- aglomerações constituídas por dois ou mais núcleos, porém sem periferia (quatro);

A distribuição territorial desse conjunto de aglomerações está intimamente relacionada ao processo de ocupação territorial do país, adensando-se no Centro-sul e no Nordeste. Tal distribuição, de maneira geral, acompanha a faixa litorânea, apresenta maior interiorização no Centro-sul e torna-se menos compacta à medida que se avança para o Oeste do país, deixando de existir a partir do meridiano que corta a aglomeração de Cuiabá.

A análise do quadro evolutivo de aglomerações urbanas no país está limitada à existência de estudos para a sua identificação. Esses estudos foram iniciados na década de 60, contemplando apenas o nível metropolitano. Dessa forma, constata-se, para essa categoria, que o grande salto no processo de evolução metropolitana deu-se no período 1960-80, como pode ser visto na Tabela 12, pois na década seguinte o número de aglomerações nessa categoria passou de treze para doze, o que deve ser atribuído não a uma perda de *status* metropolitano, por parte de uma das metrópoles consideradas nos estudos realizados em meados da década de 70, mas a diferentes processos classificatórios utilizados na identificação dessa categoria nas décadas de 70 e 90.

TABELA 12
BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS METROPOLITANAS – EVOLUÇÃO POR DÉCADA (1960/70/80/90)

Década	1960	1970	1980	1990
Aglomerações Urbanas	9	13	–	12

Fontes: Para 1960, Grupo de Áreas Metropolitanas (Gam) – Degeo/IBGE; para 1970, Degeo/IBGE; para 1990, Ipea/IBGE/Nesur/Unicamp.

O estudo sobre a evolução da formação de aglomerações urbanas em nível não-metropolitano baseia-se em trabalhos realizados nas décadas de 70 e 90[44]. Para este período, houve maior intensidade do processo nas regiões Sul e Sudeste. Na região Nordeste, esse processo dá-se de forma menos acentuada; e na região Centro-oeste, registra-se apenas a formação da aglomeração de Cuiabá (identificada em estudos parciais realizados em fins da década de 70), como parte do processo de densificação da ocupação territorial rumo a oeste do país. O ainda incipiente processo de urbanização da região Norte não ensejou a formação de aglomerações desse nível.

TABELA 13
BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS NÃO-METROPOLITANAS (1970/90)

Região	1970	1980	1990
Norte	–	–	–
Nordeste	8	9	10
Sudeste	10	11	16
Sul	3	4	10
Centro-oeste	–	3	1(*)
Brasil	**21**	**27**	**37**

Fontes: Para 1970, Degeo/IBGE; para 1980, *Evolução da Rede Urbana do Brasil 1970-1980, CNDU-Minter* (1985); para 1990, Ipea/IBGE/Nesur/Unicamp.
Nota: (*) Brasília e Goiânia, consideradas aglomerações urbanas não-metropolitanas na década de 80, tornaram-se metropolitanas nos anos 90.

[43] No Apêndice, apresenta-se um conjunto de quadros descritivos da configuração territorial das aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas que integram a rede urbana do Brasil e identificam-se os conjuntos de municípios que as compõem, de acordo com os critérios definidos neste trabalho.

[44] Na década de 80, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano realizou o estudo *Evolução da Rede Urbana no Brasil* – período 1970-80, no qual foram identificadas 27 aglomerações urbanas em nível não-metropolitano.

A intensificação no processo de formação de aglomerações urbanas, mesmo nas áreas de ocupação mais antiga no país, está estreitamente ligada ao dinamismo econômico. Assim, São Paulo, como a metrópole mais dinâmica do país, ensejou o aparecimento de um grande número de aglomerações na área do seu entorno, ao longo de dois eixos rodoviários principais, constituídos pelas rodovias Carvalho Pinto/Presidente Dutra, rumo ao Vale do Paraíba e ao Rio de Janeiro, e pelas rodovias Anhangüera/Bandeirantes, em direção a Campinas e Ribeirão Preto. Em menor escala, o mesmo processo ocorreu no Rio de Janeiro, nos eixos rodoviários rumo à região dos Lagos, em direção a São Paulo e, também, a Santos.

2.3 Dinâmica Espacial dos Sistemas Urbano-regionais do Brasil

2.3.1 O processo de urbanização no Brasil

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, pólos de crescimento industrial e *nós* das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro. Tais formações podem ser esquematicamente divididas em:

- Formação territorial escravista atlântica. Estendia-se, *grosso modo*, no Continente americano do sul dos Estados Unidos até os limites da então capitania de São Paulo e compreendia também as áreas de captura e comercialização de escravos no Continente africano. A lógica de funcionamento do comércio triangular atlântico já foi longamente descrita em vários textos clássicos, cabendo explicitar um pouco mais o papel desempenhado pelas relações entre cidade e campo em uma economia submetida ao monopólio mercantil e ao controle metropolitano, durante a fase colonial, ou de estruturas de poder oligárquicas e latifundiárias, durante o período de formação dos Estados nacionais. No caso do Brasil, essas duas fases são evidentes, correspondendo ao período Colonial (de 1500-34 até 1808-22) e ao do Império nacional (1808-22 até 1870-89). Na primeira fase, cidade e campo eram verso e reverso do estabelecimento mercantil e, na verdade, não havia separação explícita de funções entre essas duas áreas, as quais desempenhavam atividades complementares que operacionalizavam o funcionamento da exploração agrária ou mineradora colonial. Na fase de formação e consolidação dos Estados nacionais, que no caso brasileiro corresponde ao Império escravista-mercantil, as cidades começam a adquirir funções urbanas, dentre as quais se destaca a capacidade de acumulação do capital mercantil, o que lhes confere capacidade financeira, até certo ponto endógena, para alimentar o processo de expansão da produção no campo. O exemplo das casas comissárias no Rio de Janeiro é bem ilustrativo desse aspecto. Entretanto, a base escravista do processo produtivo limitava, por dentro, as possibilidades de expansão e acumulação ampliada da economia nacional, limitando sua organização espacial às *bacias urbanas* comandadas pelos principais portos litorâneos, conformando o célebre arquipélago mercantil, já descrito e analisado por vários autores[45].
- Formação territorial agromercantil nacional. Compreende o período entre 1870-89 e 1930-45, em que as condições de controle do processo de acumulação consolidam-se no território nacional, com o campo constituindo-se na principal fonte de riqueza e a cidade seu *locus* de comercialização, seja para o mercado mundial, seja para o mercado doméstico, que começa a expandir-se. O trabalho assalariado era dominante nas áreas produtoras do complexo cafeeiro paulista, enquanto no Nordeste predominavam relações de parceria e, no Sul, o trabalho familiar, nas pequenas propriedades. Os interesses urbanos estavam, predominantemente, representados pelos comerciantes e funcionários do Estado.
- Formação territorial urbano-industrial nacional. Consolida-se a partir da década de 30 e caracteriza-se pelo processo de industrialização que passa a determinar a lógica da acumulação endógena. Na consolidação dessa formação, pode-se distinguir três fases:

a) fase da industrialização restringida (1930-45 a 1956-60), quando a lógica da acumulação ainda dependia visceralmente da capacidade de exportar bens agrícolas, em conseqüência da dependência da importação de bens de produção do mercado mundial;
b) fase da industrialização pesada (1956-60 a 1975-79). O Plano de Metas e a industrialização pesada, comandada pelo Estado, que se estende até o II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram responsáveis por expressiva aceleração no ritmo de crescimento do mercado doméstico, que se expressa em novas relações cidade/campo, iniciando o processo de constituição da rede urba-

[45] Ver, por exemplo, Becker e Egler (1994).

na integrada em nível nacional. Essa rede era a expressão do dinamismo do mercado doméstico, que deu sustentação ao processo de industrialização;

c) fase de internacionalização financeira (1975-79 a 1991-95), caracterizada por crise e esgotamento fiscal e financeiro do Estado nacional, cuja capacidade de comandar o processo de industrialização foi seriamente comprometida pelo endividamento interno e externo. A lógica do investimento passou a ser diretamente comandada por empresas transnacionais e pela presença do capital privado a elas associado. O período caracteriza-se pela redução do ritmo de crescimento das grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) e pela emergência de novos centros dinâmicos fora do eixo consolidado (Fortaleza, Manaus, Brasília-Goiânia, dentre outros). A partir de 1991-95, a orientação do processo de industrialização passa a responder à dinâmica de uma estrutura de mercado que não está mais restrita às dimensões do território nacional, mas orienta-se para a consolidação de cadeias produtivas transfronteiras, principalmente no Cone Sul da América, destinadas a ocupar o mercado sul-americano e a competir em escala mundial. Nesse sentido, embora prematuramente, seria possível definir a emergência de uma nova formação territorial, cuja delimitação sugere dimensões transfronteiriças e cujo ritmo de acumulação está determinado pela capacidade de conquistar fundos privados, seja no mercado doméstico, seja no mundial, viabilizada, em grande parte, pelas políticas cambiais e monetárias do Estado-nação, que passa a cooperar e/ou a competir com outros Estados-nações pela captura desses fundos privados. A título provisório, pode-se denominá-la de "formação territorial urbano-financeira supranacional".

Nos cartogramas apresentados ao final deste trabalho, pode-se visualizar o processo de urbanização brasileiro em suas diversas fases. O Cartograma 1 mostra que, no período colonial e durante o Império escravista, as cidades distribuíam-se na franja costeira, com adensamentos em áreas selecionadas como o Saliente Nordestino e os Recôncavos das Baías de Todos os Santos e da Guanabara, e em estuários e baixadas costeiras, como é o exemplo da Santista. A mineração de metais e pedras preciosas foi responsável pela interiorização do fato urbano nas Minas Gerais e Goiás, e a extração das drogas do sertão pelo esporádico assentamento urbano na Bacia Amazônica e no Golfão Maranhense.

O Vale do Paraíba fluminense respondeu pela principal atividade econômica do Império – a *plantation* escravista de café – e a geopolítica imperial foi responsável pelos avanços na fronteira meridional e na Bacia do Prata, levando o assentamento urbano ao interior do estado de Mato Grosso, ao longo da bacia do rio Paraguai.

Ainda no Cartograma 1 é possível visualizar o avanço do complexo cafeeiro paulista como o principal motor do processo de interiorização do crescimento urbano, que avança pelo Planalto Paulista ao longo do traçado das ferrovias que abriam terras e escoavam o café para o Porto de Santos. A conformação do leque de cidades a partir da cidade de São Paulo guarda fortes semelhanças com o desenho da *bacia urbana* que se conformou no Pampa Úmido, a partir de Buenos Aires, e demonstra o dinamismo que possuem essas formações territoriais durante o período agrário-mercantil com trabalho assalariado alimentado pela imigração.

No Cartograma 2, pode-se ver os impactos da industrialização nacional sobre a configuração da rede urbana brasileira. Verifica-se que o grande adensamento urbano deu-se entre as décadas de 30 e 60, período que pode ser descrito como de avanço das frentes pioneiras e da "marcha para o Oeste", que formou grande arco entre o norte do Paraná e a porção central de Goiás. Os centros urbanos implantados no período 1960-80 estão bastante marcados pelo viés político e refletem, em grande parte, os desmembramentos com vistas a aumentar as cotas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o que é particularmente significativo no Sertão nordestino, embora já sejam visíveis os novos assentamentos ao longo dos grandes eixos que avançam na Amazônia, em que pese a conformação de um padrão de ocupação completamente diferente do que prevaleceu no final do século passado em São Paulo, pois a densidade demográfica da Amazônia é muito menor devido à alta "tecnificação" da agropecuária.

Por final, no período 1980-93, consolidam-se novas áreas de *semeadura urbana* nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Tocantins, em um arco de grandes dimensões e muito espaçado entre os principais adensamentos urbanos, conformando um padrão de ocupação completamente distinto das frentes pioneiras dos anos 30, quando o processo de criação de cidades dava-se de modo muito mais adensado devido à importância que assumia o povoamento rural.

Cumpre ressaltar, ainda, a importância do *arco urbano* que acompanha a fronteira meridional, desde o Rio Grande do Sul até o Mato Grosso do Sul. Este expressivo adensamento urbano ao longo da fronteira reflete antigas preocupações geopolíticas e novas tendências geoeconômicas em virtude da integração econômica no Cone Sul da América.

2.4 Os Sistemas Urbano-regionais

Os cartogramas e análises apresentados a seguir possibilitam uma primeira aproximação aos sistemas urbano-regionais presentes na rede urbana brasileira, vistos como circuitos dessa rede que possuem características es-

truturais e dinâmicas próprias e diferenciadas entre si.

A caracterização e a análise da dinâmica espacial da rede urbana nacional são os objetivos principais deste trabalho, uma vez que há mais de quinze anos não se realizam trabalhos dessa natureza. Nesse período, o processo de urbanização no Brasil não apenas manteve-se acelerado, mas, principalmente, passou a apresentar diversidade e heterogeneidade de situações que é singular nos países em desenvolvimento. Tal diversidade obriga a realizar novos procedimentos metodológicos que compreendam o mosaico de tempos e espaços presentes neste final de século no território nacional. Para tratar dessa situação complexa, foram utilizadas as seguintes categorias analíticas fundamentais:

- Regiões de influência de cidades: porções do espaço submetidas à influência de centros urbanos, cujos fluxos de pessoas, mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo. Segundo a classificação adotada pelo IBGE, podem ser identificadas 33 regiões de influência de cidades, classificadas segundo as grandes regiões adotadas pelo Instituto, a saber:

a) região Norte (2): Manaus e Belém;
b) região Nordeste (9): São Luís, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande, Recife, Caruaru, Salvador e Feira de Santana;
c) região Sudeste (12): Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto e Presidente Prudente;
d) região Sul (8): Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo;
e) região Centro-oeste (2): Brasília e Goiânia.

- Sistemas urbano-regionais: definidos com base na agregação das regiões de influência das cidades, que foram grupadas segundo os critérios de contigüidade espacial e de dependência funcional. Compreendem sistemas territoriais organizados a partir de metrópoles (globais, nacionais ou regionais) e centros regionais, que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores. Foram identificados doze sistemas urbano-regionais no Brasil, nomeados a partir das cidades que o encabeçam ou, quando esta ainda não está claramente definida, a partir do território polarizado pelo sistema. As regiões de influência das cidades que compõem tais sistemas urbanos são as seguintes:

a) Cuiabá (1): área de influência de Cuiabá;
b) Norte (2): Belém e Manaus;
c) Meio Norte (2): São Luís e Teresina;
d) Fortaleza (1): Fortaleza;
e) Recife (4): Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru;
f) Salvador (2): Salvador e Feira de Santana;
g) Belo Horizonte (1): Belo Horizonte;
h) Rio de Janeiro (3): Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória;
i) São Paulo (8): São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia;
j) Curitiba (4): Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis;
l) Porto Alegre (4): Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo;
m) Brasília-Goiânia (2) : Brasília e Goiânia.

São necessários, antes, alguns esclarecimentos sobre a nomenclatura utilizada para os sistemas urbano-regionais. Como padrão, adotou-se o nome da metrópole que encabeça o sistema. As exceções ocorreram em áreas onde a hierarquia não está definida claramente, como no Norte (Belém e Manaus) e Meio Norte (São Luís e Teresina), ou onde dois núcleos urbanos importantes, relativamente próximos, exercem funções complementares e não devem ser tratados separadamente, como é o caso de Brasília e Goiânia, onde existe uma relação peculiar entre a massa populacional (Brasília e seu entorno) e a potência de polarização (Goiânia). Essa particular forma espacial foi denominada de Complexo Territorial de Brasília-Goiânia.

- Estruturas urbanas: formam a armadura da rede urbana brasileira e refletem os distintos tempos presentes no processo de urbanização nacional, isto é, suas dinâmicas diferenciadas. A estrutura urbana não constitui uma região, ou qualquer outra dimensão territorial em si, mas procura expressar a coexistência de tempos diferenciados em um mesmo espaço territorial integrado. As estruturas urbanas diferenciam-se segundo três características espaciais básicas: a) o ritmo da urbanização; b) o nível de adensamento da rede de cidades; e c) o grau de complementaridade entre centros urbanos que a compõem. Outro aspecto fundamental que ajuda a diferenciar essas estruturas urbanas são os níveis de desenvolvimento humano atingido pelos habitantes das cidades que as integram, expressos nos indicadores de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos básicos.

  Nesse sentido, foram definidas três grandes estruturas urbanas articuladas e diferenciadas: o Centro-sul; o Nordeste e o Centro-norte, compostas pelos seguintes sistemas urbanos:

a) Centro-sul (5): Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte;
b) Nordeste (4): Salvador, Recife, Fortaleza e Meio Norte;
c) Centro-norte (3): Norte, Cuiabá e Brasília-Goiânia.

- Rede urbana nacional. Compreende o conjunto das cidades que polarizam o território nacional e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas e

com as respectivas áreas rurais. Em uma visão simplificada, é formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si, como campos de forças de diferentes magnitudes que interagem no decorrer do tempo. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento.

2.4.1 A rede urbana nacional e suas estruturas urbanas

Em uma breve descrição, pode-se visualizar a configuração atual e as perspectivas dinâmicas da rede de cidades no Brasil a partir das três estruturas urbanas que a constituem. Para a análise que se segue, foram elaboradas as tabelas e mapas apresentados a partir da página 71.

O Centro-sul compreende os sistemas urbano-regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, os quais se caracterizam pela concentração de sua população em cidades, com elevados índices de urbanização e de metropolização. A densa rede de cidades que recobre seu território é responsável pela projeção de sua influência em nível nacional e supranacional, avançando no processo de integração sul-americana.

O Centro-sul corresponde ao cinturão urbano-industrial do território nacional e seus prolongamentos. É onde se situam as duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro) e toda uma constelação de metrópoles consolidadas, como Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte, e de metrópoles emergentes, como Florianópolis, Maringá, Londrina, Baixada Santista, Campinas e Vitória, que funcionam como centros de conexão do mercado doméstico aos circuitos internacionais da economia mundial. Seu potencial de desenvolvimento é elevado, devido a dois processos básicos: continuidade do processo de metropolização nas metrópoles emergentes e crescimento urbano das cidades de porte médio.

Embora estruturados a partir de metrópoles globais, os sistemas urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro possuem diferenças marcantes, no que se refere tanto à sua configuração, como aos seus aspectos dinâmicos. A rede urbana paulista é núcleo denso desse sistema, cujas ramificações estendem-se além das fronteiras estaduais, incorporando o subsistema urbano-regional de Campo Grande (MS) e projetando sua influência sobre o Triângulo Mineiro e sul de Minas Gerais, onde disputa território com a área polarizada por Belo Horizonte. São Paulo apresenta uma rede de cidades com alta densidade, topologia diferenciada e uma estrutura hierárquica consolidada.

O sistema urbano do Rio de Janeiro é, por sua vez, marcadamente litorâneo e manifesta uma projeção espacial que reflete o dinamismo do passado e não tendências expansivas atuais. Projetando sua influência, *grosso modo*, sobre a sua antiga região mercantil, isto é, a Zona da Mata Mineira e o sul do estado do Espírito Santo, o Rio de Janeiro não conseguiu consolidar uma rede hierarquizada em sua área de influência, apresentando elevada *macrocefalia urbana* que restringe a propagação das inovações sobre o território por ele polarizado.

A segunda estrutura urbana diferenciada na rede brasileira é a do Nordeste, formada pelos sistemas urbano-regionais de Salvador, Recife, Fortaleza e Meio Norte, cujo processo de transição para uma economia urbano-industrial ainda está completando-se, com verdadeiras *bacias urbanas* ainda em processo de consolidação, a partir de suas relações com outros sistemas urbanos e com o exterior.

Esse processo manifesta-se no expressivo contingente de população ainda residindo em núcleos rurais de pequenas dimensões, elevadas taxas de incremento da população urbana e, particularmente no caso de Fortaleza, significativo indicador de primazia urbana.

Os quatro sistemas urbano-regionais que compõem essa estrutura possuem características que os diferenciam. Nota-se que Recife possui a configuração mais densa e consolidada do Nordeste, contando com as regiões de influência de Recife, Caruaru, Campina Grande e João Pessoa, bem como com os centros regionais de Natal e Maceió. Assim, a metrópole pernambucana organiza o território de todo o Saliente nordestino.

Por outro lado, Salvador apresenta uma rede menos densa e marcadamente orientada para o litoral. Além do centro regional de Aracaju, destacam-se, por sua importância na estruturação do sistema urbano, os centros sub-regionais de Feira de Santana e Vitória da Conquista; e, por seu papel no Além São Francisco, Barreiras.

Fortaleza apresenta as mais altas taxas de crescimento urbano do Nordeste, bem como a mais elevada primazia urbana, evidenciando o caráter ainda incompleto da urbanização desse sistema urbano do Nordeste Setentrional. Com tendências semelhantes, no que diz respeito ao ritmo de crescimento urbano, o sistema urbano do Meio Norte, formado pelos centros regionais de São Luís e Teresina, ainda se encontra pouco diferenciado e muito instável, sujeito a bruscas mudanças em virtude de suas relações com os demais sistemas urbanos, tanto do Nordeste, como do Centro-norte.

Em resumo, o Nordeste apresenta crescimento dos pequenos núcleos rurais, forte migração campo-cidade, elevada primazia e uma topologia pouco estruturada. Essa situação é característica importante dessa estrutura urbana, onde as marcas do passado ainda constituem lastros que dificultam o avanço de relações de produção moder-

nas. Tal situação é flagrante quando se consideram os indicadores sociais de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos, que se apresentam como os mais críticos de toda a rede urbana nacional.

A terceira estrutura urbana a ser destacada foi denominada de Centro-norte, que compreende os sistemas urbano-regionais de Brasília-Goiânia, de Cuiabá e do Norte, onde o processo de urbanização está acelerando-se nas últimas décadas e a cidade desempenha papel fundamental na abertura de novas áreas à exploração econômica. Destaca-se pelo seu dinamismo e pela emergência de novos centros em distintos níveis da hierarquia urbana.

Do ponto de vista da configuração espacial, integram os sistemas urbanos do Centro-norte aquelas regiões de influência de cidades cujo nível mais elevado da hierarquia é ocupado por São Paulo, como é o caso das regiões de influência das cidades de Manaus e Belém, que podem ser classificadas como redes emergentes e não consolidadas, bem como das regiões de influência das cidades de Goiânia e Brasília, que configuram uma forma espacial distinta, onde estão presentes uma cidade do nível mais alto de polarização, como é o caso de Goiânia, relativamente próxima a uma região metropolitana, cujo nível de polarização pode ser considerado médio, como é o caso de Brasília e seu entorno.

Dessa maneira, o Complexo Territorial Brasília-Goiânia constitui uma forma espacial inovadora, que apresenta um deslocamento do centro de gravidade populacional do sistema (Brasília e seu entorno) em relação ao seu principal núcleo de polarização (Goiânia). Aparentemente, essa forma espacial potencializa o dinamismo espacial do sistema, embora apresente problemas bastante complexos de gestão urbana.

TABELA 14
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – INDICADORES BÁSICOS (1991-96)

Sistema/Aglom. Centro	Número de Cidades	Tamanho Médio (Habitantes) 1996	Área Média de de Influência (km^2 por cidade)	Índice de Urbanização (1996) (%)	Primazia Urbana (1996) (%)[a]	Incremento Urbano 1991-96 (%)
Centro-sul						
Belo Horizonte	452	19.612	830	77,8	81,4	2,00
Rio de Janeiro	278	59.184	489	90,9	82,5	1,25
São Paulo	864	41.607	899	91,7	79,2	1,71
Curitiba	638	16.629	471	76,1	55,5	2,35
Porto Alegre	409	18.405	638	79,0	72,0	1,60
Nordeste						
Meio Norte[b]	268	14.862	2.233	54,5	47,2	2,60
Fortaleza	178	25.728	791	69,7	82,8	2,51
Recife	599	19.266	525	70,1	56,5	1,93
Salvador	466	18.477	1.042	64,3	64,6	2,19
Centro-norte						
Norte	259	23.828	13.651	61,6	48,5	3,13
Cuiabá	91	16.773	7.040	81,3	69,6	2,36
Brasília Goiânia	382	17.946	2.574	77,6	54,6	3,41
Brasil	**4.884**	**25.117**	**1.750**	**78,5**	**48,6**	**2,00**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993).

Notas: (a) Calculado a partir da população total das regiões metropolitanas, aglomerados e centros urbanos por sistema urbano, considerado o percentual entre a população do aglomerado mais populoso e o total das quatro maiores cidades, incluída a mais populosa.

(b) Utilizou-se a população total como urbana no município de São Luís para evitar distorções devido à redefinição do perímetro urbano entre 1991 e 1996.

Obs.: Dados calculados com base em informações do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem Populacional de 1996. Sobre o tratamento metodológico, ver Anexos.

TABELA 15

BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – INDICADORES SOCIAIS (1991)

Em %

Sistema/Aglom. Centro	Taxa de Analfabetismo	Chefes até 2 SM	Domicílios ligados à rede de água	Domicílios com coleta de lixo	Domicílios ligados à rede de esgoto
Centro-sul					
Belo Horizonte	19,7	54,1	84,8	69,4	65,0
Rio de Janeiro	8,9	34,9	84,3	79,1	71,3
São Paulo	10,9	30,3	93,6	94,8	79,0
Curitiba	13,0	44,2	86,0	86,2	56,1
Porto Alegre	10,1	43,1	87,7	88,5	69,0
Nordeste					
Meio Norte (*)	41,8	79,1	48,0	32,9	32,5
Fortaleza	37,0	71,5	54,5	64,2	28,0
Recife	38,1	67,0	70,9	70,3	34,2
Salvador	35,0	66,7	68,8	66,8	38,0
Centro-norte					
Norte	24,5	53,9	54,8	57,0	36,7
Cuiabá	19,2	47,8	61,0	67,5	32,7
Brasília/Goiânia	19,9	47,5	64,2	70,1	43,1
Brasil	**18,6**	**44,2**	**81,2**	**80,0**	**60,9**

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

Nota: (*) Utilizou-se a população total como urbana no município de São Luís, para evitar distorções devido à redefinição do perímetro urbano entre 1991 e 1996.

TABELA 16

BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR TIPO E POR SISTEMA URBANO-REGIONAL

Em %

Sistema/Aglom./Centro	RM	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Centro-sul									
Belo Horizonte	4,9	0,2	4,7	13,3	0,7	32,7	1,1	42,4	**100,0**
Rio de Janeiro	6,5	1,2	8,4	13,4	1,9	31,3	0,0	37,4	**100,0**
São Paulo	5,9	1,2	8,9	31,2	0,3	37,4	0,0	15,1	**100,0**
Curitiba	7,2	0,2	4,1	11,9	0,9	29,8	0,4	45,6	**100,0**
Porto Alegre	3,8	0,6	6,1	8,0	1,3	21,0	0,6	58,6	**100,0**
Nordeste									
Salvador	2,2	0,4	3,0	4,7	1,7	20,4	1,3	66,2	**100,0**
Recife	2,2	0,5	2,3	6,0	3,2	27,1	0,7	58,1	**100,0**
Fortaleza	5,2	0,0	1,7	0,6	1,7	17,2	3,5	70,1	**100,0**
Meio Norte	0,0	0,8	2,1	1,2	2,9	13,6	4,5	74,9	**100,0**
Centro-norte									
Brasília/Goiânia	6,0	0,6	2,8	16,7	0,3	39,0	0,6	34,0	**100,0**
Cuiabá	0,0	1,3	2,6	18,2	2,6	40,3	0,0	35,1	**100,0**
Norte	1,9	0,9	3,7	2,8	7,0	16,8	3,7	63,1	**100,0**

Fontes: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).

TABELA 17

BRASIL – PORCENTAGEM DE POPULAÇÃO URBANA POR TIPO E POR SISTEMA URBANO-REGIONAL

Em %

Sistema/Aglom./Centro	RM	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Centro-sul									
Belo Horizonte	39,9	2,8	20,7	11,2	2,4	13,0	1,4	8,6	**100,0**
Rio de Janeiro	66,5	6,7	13,1	3,7	2,1	4,9	0,0	3,0	**100,0**
São Paulo	48,6	12,3	19,7	12,2	0,3	5,6	0,0	1,4	**100,0**
Curitiba	33,0	3,8	23,8	12,0	2,9	14,9	0,5	9,2	**100,0**
Porto Alegre	41,6	7,8	21,7	7,6	2,8	10,4	0,6	7,5	**100,0**
Nordeste									
Salvador	30,4	9,5	15,0	4,7	5,9	13,2	1,7	19,5	**100,0**
Recife	27,2	14,4	12,5	5,1	8,4	14,3	1,0	17,1	**100,0**
Fortaleza	55,2	0,0	8,2	0,9	3,1	10,1	4,0	18,6	**100,0**
Meio Norte	0,0	35,0	9,2	1,4	9,9	8,8	6,6	29,1	**100,0**
Centro-Norte									
Brasília/Goiânia	34,1	17,9	14,8	13,9	0,5	11,2	0,5	7,2	**100,0**
Cuiabá	0,0	28,4	20,5	15,2	6,3	21,0	0,0	8,7	**100,0**
Norte	15,9	23,0	16,3	2,0	14,7	8,2	3,8	16,2	**100,0**

Fontes: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).

Tipologia	**Municípios**
RM	Integrantes de Região Metropolitana
Tipo 1	Urbanos de Grandes Dimensões
Tipo 2	Urbanos de Médias Dimensões
Tipo 3	Urbanos de Pequenas Dimensões
Tipo 4	Transição de Médias Dimensões
Tipo 5	Transição de Pequenas Dimensões
Tipo 6	Rural de Médias Dimensões
Tipo 7	Rural de Pequenas Dimensões

TABELA 18
BRASIL – AGLOMERAÇÕES E CENTROS POR SISTEMA URBANO (1996)

Estrutura	Sistema/Aglomeração/Centro	População Total (1996)	Hierarquia[a]	Tipo de Assentamento
CENTRO-SUL				
	Belo Horizonte			
	Belo Horizonte	3.829.042	5	1
	Ipatinga/Cel. Fabriciano	372.366	1	2
	Montes Claros	271.608	1	3
	Governador Valadares	231.242	1	3
	Divinópolis	171.565	1	3
	Sete Lagoas	167.340	1	3
	Itabira	167.038	1	2
	Teófilo Otoni	136.044	1	3
	Rio de Janeiro			
	Rio de Janeiro	10.532.382	6	1
	Vitória	1.182.354	3	2
	Juiz de Fora	424.479	2	3
	Campos dos Goytacazes	389.547	2	3
	Volta Redonda/Barra Mansa	627.276	1	2
	Cabo Frio	268.602	1	2
	Cachoeiro de Itapemirim	150.359	1	3
	Linhares	125.297	1	3
	Barbacena	107.810	1	3
	Nova Friburgo	169.246	1	3
	São Paulo			
	São Paulo	16.666.986	6	1
	Campinas	1.992.157	4	1
	Santos	1.309.263	3	2
	São José dos Campos	1.088.597	3	2
	Ribeirão Preto	640.715	3	2
	Campo Grande	600.069	3	3
	Sorocaba	880.026	2	2
	Uberaba/Uberlândia	676.419	2	2
	Jundiaí	462.497	2	2
	São José do Rio Preto	378.328	2	2
	Bauru	292.566	2	3
	Araçatuba/Birigüi	248.004	2	2
	Marília	177.632	2	3
	Presidente Prudente	177.367	2	3
	Dourados	153.191	2	3
	Limeira/Rio Claro	586.927	1	2
	Araraquara/São Carlos	348.438	1	2
	Piracicaba	302.886	1	3
	Franca	267.235	1	3
	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	258.748	1	2
	Guaratinguetá/Aparecida	249.499	1	2
	Poços de Caldas	121.831	1	3

Continua

TABELA 18
BRASIL – AGLOMERAÇÕES E CENTROS POR SISTEMA URBANO (1996)

Continuação

Estrutura	Sistema/Aglomeração/Centro	População Total (1996)	Hierarquia[a]	Tipo de Assentamento
CENTRO-SUL				
	Curitiba			
	Curitiba	2.345.133	5	1
	Florianópolis	543.528	3	2
	Londrina	773.604	2	2
	Joinville	566.511	2	2
	Blumenau	433.108	2	2
	Maringá	380.527	2	2
	Cascavel	310.069	2	2
	Criciúma	329.511	1	2
	Itajaí	285.375	1	2
	Ponta Grossa	256.302	1	3
	Foz do Iguaçu	231.627	1	3
	Guarapuava	155.835	1	3
	Lages	148.860	1	3
	Chapecó	131.014	1	3
	Paranaguá	124.920	1	3
	Porto Alegre			
	Porto Alegre	3.276.239	5	1
	Caxias do Sul	554.041	2	2
	Pelotas/Rio Grande	485.923	2	2
	Santa Maria	233.351	1	3
	Passo Fundo	156.333	1	3
	Uruguaiana	124.881	1	3
NORDESTE				
	Salvador			
	Salvador	2.776.217	5	1
	Aracaju	643.435	3	2
	Feira de Santana	450.487	2	3
	Ilhéus/Itabuna	425.848	2	2
	Vitória da Conquista	242.155	2	3
	Jequié	165.345	1	3
	Alagoinhas	122.838	1	3
	Barreiras	113.695	1	3
	Recife			
	Recife	3.258.388	5	1
	Natal	921.491	3	2
	Maceió	810.990	3	2
	João Pessoa	773.847	3	2
	Petrolina/Juazeiro	363.303	2	2
	Campina Grande	344.730	2	3
	Caruaru	250.444	2	2

Continua

TABELA 18
BRASIL – AGLOMERAÇÕES E CENTROS POR SISTEMA URBANO (1996)

Conclusão

Estrutura	Sistema/Aglomeração/Centro	População Total (1996)	Hierarquia[a]	Tipo de Assentamento
NORDESTE				
	Mossoró	205.822	2	3
	Arapiraca	173.339	1	3
	Garanhuns	110.084	1	3
	Fortaleza			
	Fortaleza	2.639.180	5	1
	Juazeiro do Norte / Crato	328.240	2	2
	Sobral	138.565	1	3
	Meio Norte			
	São Luís	941.431	3	2
	Teresina	773.901	3	2
	Caxias	146.045	1	3
	Parnaíba	131.885	1	3
CENTRO-NORTE				
	Norte			
	Belém	1.617.197	4	1
	Manaus	1.157.357	4	3
	Porto Velho	294.334	3	3
	Rio Branco	228.990	3	3
	Macapá	220.962	2	3
	Boa Vista	165.518	2	3
	Santarém	263.468	1	3
	Marabá	150.095	1	3
	Ji-Paraná	95.356	1	3
	Castanhal	117.380	1	3
	Cuiabá			
	Cuiabá	626.756	3	2
	Rondonópolis	142.524	2	3
	Brasília/Goiânia			
	Brasília	2.351.190	5	1
	Goiânia	1.414.505	4	1
	Imperatriz	274.104	2	3
	Anápolis	264.975	2	3
	Rio Verde	100.586	2	3
	Palmas	86.116	2	3
	Araguaína	105.019	1	3

Fontes: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991 e Censo Demográfico de 1996).
Notas: (a) Hierarquia: (6) Metrópole Global; (5) Metrópole Nacional; (4) Metrópole Regional; (3) Centro Regional; (2) Centro Sub-regional 1; (1) Centro Sub-regional 2.
(b) Tipo de Assentamento: (1) Aglomeração Metropolitana; (2) Aglomeração Não-metropolitana; (3) Centro Urbano.

TABELA 19
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO DE BELO HORIZONTE (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana 1991	População Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	399	2.722.912	3.181.165	3,16
2	10	224.798	243.073	1,58
3	20	798.128	912.007	2,70
4	9	870.312	934.246	1,43
5	10	1.106.395	1.191.950	1,50
6	3	293.720	322.044	1,86
7	–	–	–	–
8	1	2.013.257	2.080.145	0,66
Total	**452**	**8.029.522**	**8.864.630**	**2,00**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 20
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO DO RIO DE JANEIRO (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana 1991	População Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	219	2.150.400	3.005.028	6,92
2	9	953.681	1.045.748	1,86
3	19	2.003.170	2.213.625	2,02
4	13	2.254.378	1.883.600	-3,53
5	14	1.935.126	2.015.928	0,82
6	1	46.456	52.647	2,53
7	2	639.026	685.100	1,40
8	1	5.480.768	5.551.538	0,26
Total	**278**	**15.463.005**	**16.453.214**	**1,25**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 21
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO DE SÃO PAULO (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	698	6.467.055	7.588.083	3,25
2	60	3.382.829	3.810.896	2,41
3	32	1.517.005	1.708.615	2,41
4	35	3.170.985	3.554.284	2,31
5	24	4.644.684	4.995.168	1,47
6	7	1.981.004	2.217.037	2,28
7	7	2.451.774	2.682.723	1,82
8	1	9.412.894	9.391.482	-0,05
Total	**864**	**33.028.230**	**35.948.288**	**1,71**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 22
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO DE CURITIBA (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	541	3.114.151	3.671.334	3,35
2	26	369.851	403.848	1,77
3	24	584.699	625.672	1,36
4	21	781.467	852.337	1,75
5	18	1.755.504	1.905.221	1,65
6	5	916.594	1.023.495	2,23
7	2	606.672	650.949	1,42
8	1	1.315.035	1.476.253	2,34
Total	**638**	**9.443.973**	**10.609.109**	**2,35**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 23
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO DE PORTO ALEGRE (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	337	1.653.111	1.916.908	3,01
2	20	429.927	455.866	1,18
3	20	785.650	860.583	1,84
4	14	788.153	820.651	0,81
5	11	964.701	1.035.618	1,43
6	3	485.992	536.123	1,98
7	3	598.822	646.983	1,56
8	1	1.247.529	1.255.054	0,12
Total	**409**	**6.953.885**	**7.527.786**	**1,60**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 24
NORDESTE – SISTEMA URBANO DE SALVADOR (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	410	2.530.178	2.886.260	2,67
2	14	346.050	420.352	3,97
3	18	553.038	638.248	2,91
4	11	453.018	504.404	2,17
5	8	653.707	746.946	2,70
6	3	768.253	810.433	1,07
7	1	349.557	393.943	2,42
8	1	2.073.510	2.209.464	1,28
Total	**466**	**7.727.311**	**8.610.050**	**2,19**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 25
NORDESTE – SISTEMA URBANO DE RECIFE (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	521	3.373.055	3.857.328	2,72
2	29	745.523	816.949	1,85
3	16	656.417	708.650	1,54
4	14	1.230.110	1.309.446	1,26
5	12	880.596	960.814	1,76
6	3	1.315.503	1.466.384	2,20
7	3	987.080	1.074.588	1,71
8	1	1.298.229	1.346.045	0,73
Total	**599**	**10.486.513**	**11.540.204**	**1,93**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 26
NORDESTE – SISTEMA URBANO DE FORTALEZA (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	151	1.213.677	1.449.685	3,62
2	10	380.766	412.532	1,62
3	8	163.062	183.690	2,41
4	4	126.993	139.269	1,86
5	2	123.403	132.685	1,46
6	2	268.790	296.287	1,97
7	–	–	–	–
8	1	1.768.637	1.965.513	2,13
Total	**178**	**4.045.328**	**4.579.661**	**2,51**

Fonte. IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 27
NORDESTE – SISTEMA URBANO DO MEIO NORTE (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	231	1.138.016	1.365.248	3,71
2	17	423.180	473.901	2,29
3	10	232.095	254.881	1,89
4	3	113.362	129.478	2,69
5	5	343.320	364.902	1,23
6	–	–	–	–
7(*)	2	1.253.282	1.394.600	2,16
8	–	–	–	–
Total	**268**	**3.503.255**	**3.983.010**	**2,60**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Nota: (*) A taxa de incremento das capitais foi calculada pela população total para evitar a distorção introduzida com a redefinição do perímetro urbano de São Luís entre 1991 e 1996, que praticamente duplicou a população urbana no período.
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 28
CENTRO-NORTE – SISTEMA URBANO DO NORTE (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	204	1.119.226	1.508.300	6,15
2	32	676.596	791.142	3,18
3	9	344.213	388.373	2,44
4	6	580.487	684.268	3,34
5	5	483.471	559.117	2,95
6	1	229.788	238.421	0,74
7	2	1.855.772	2.001.898	1,53
8	–	–	–	–
Total	**259**	**5.289.553**	**6.171.519**	**3,13**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 29
CENTRO-NORTE – SISTEMA URBANO DE CUIABÁ (1991-96)

Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	76	405.144	471.351	3,07
2	7	119.255	121.649	0,40
3	2	50.060	47.483	-1,05
4	4	275.148	329.072	3,64
5	1	113.032	129.894	2,82
6	1	395.662	426.903	1,53
7	–	–	–	–
8	–	–	–	–
Total	**91**	**1.358.301**	**1.526.352**	**2,36**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

TABELA 30
CENTRO-NORTE – SISTEMA URBANO DE BRASÍLIA/GOIÂNIA (1991-96)

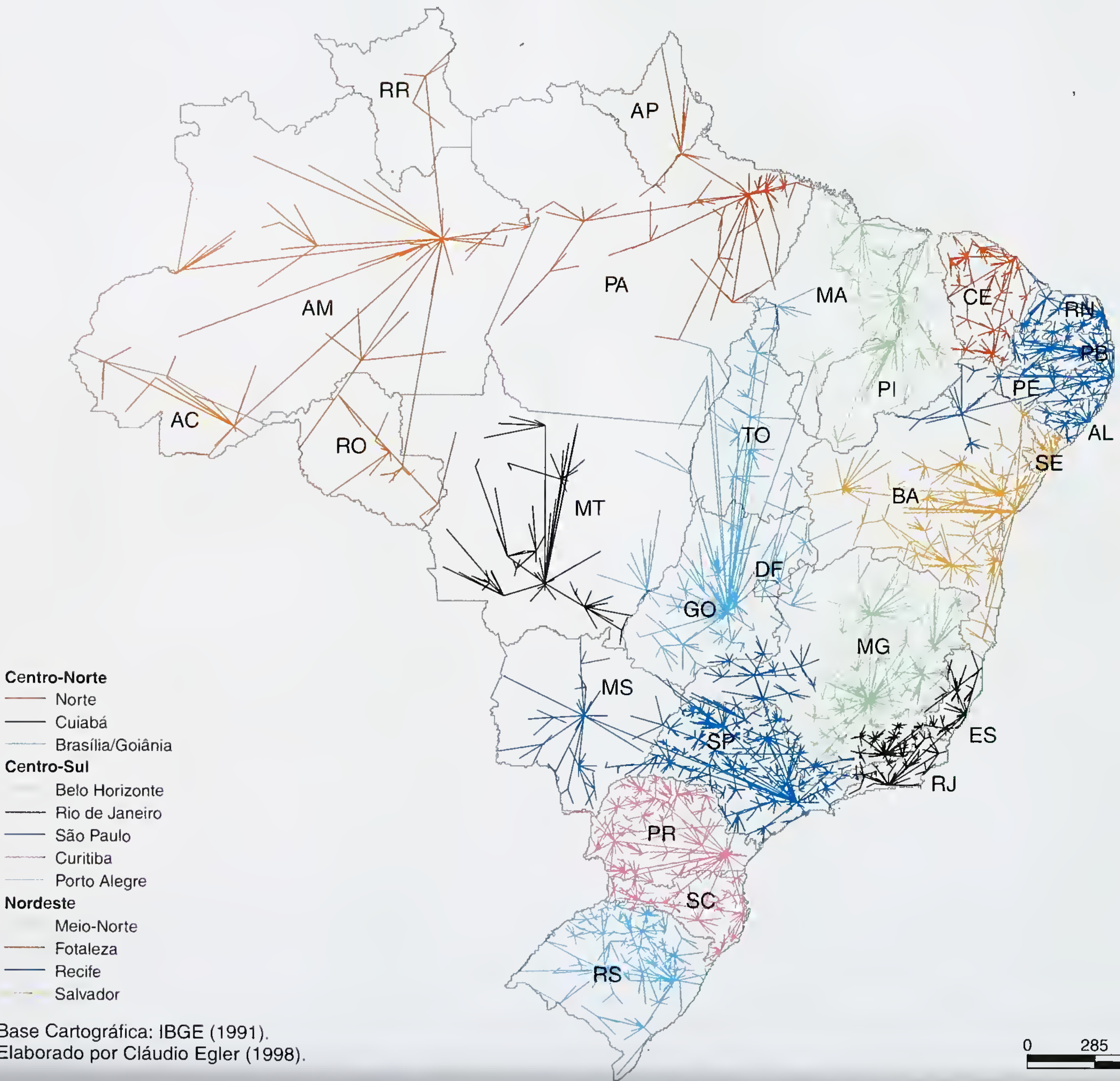
Nível Regional	Número de Cidades	População Urbana		Incremento 1991-96
		1991	1996	
1	335	1.740.733	2.307.284	5,80
2	17	384.312	439.447	2,72
3	18	451.779	561.085	4,43
4	6	216.071	235.604	1,75
5	1	52.523	62.972	3,70
6	4	2.037.479	2.250.682	2,01
7	–	–	–	–
8	1	913.485	998.121	1,79
Total	**382**	**5.796.382**	**6.855.195**	**3,41**

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).
Obs.: 1) Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2) e Muito fraco (1).
2) Os dados foram calculados a partir dos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem da População de 1996, processados em banco de dados Microsoft Access.

MAPA 7
BRASIL – REDE URBANA

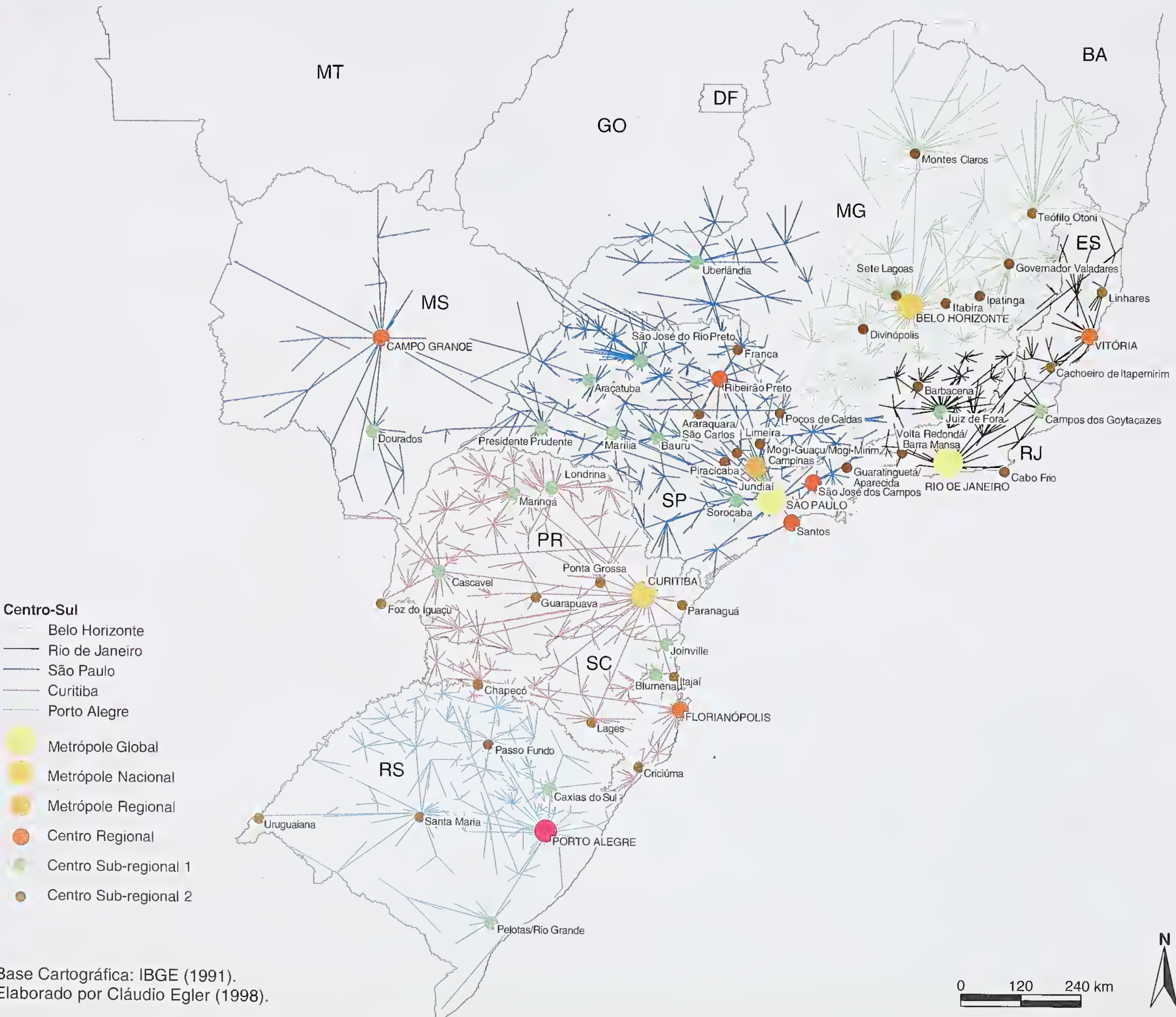


MAPA 8
BRASIL – SISTEMAS URBANOS (1998)

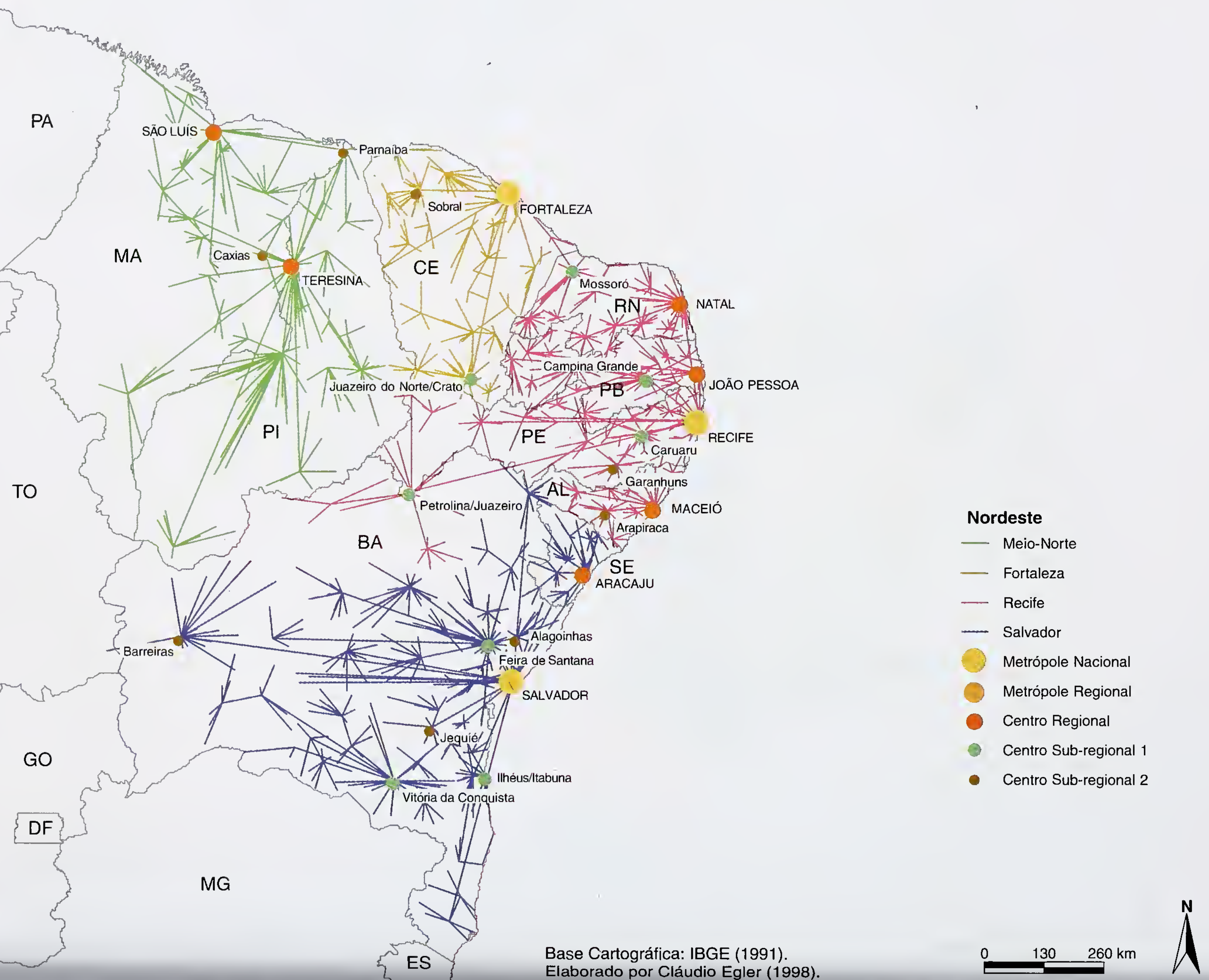


Base Cartográfica: IBGE (1991).
Elaborado por Cláudio Egler (1998).

MAPA 9
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO (1998)

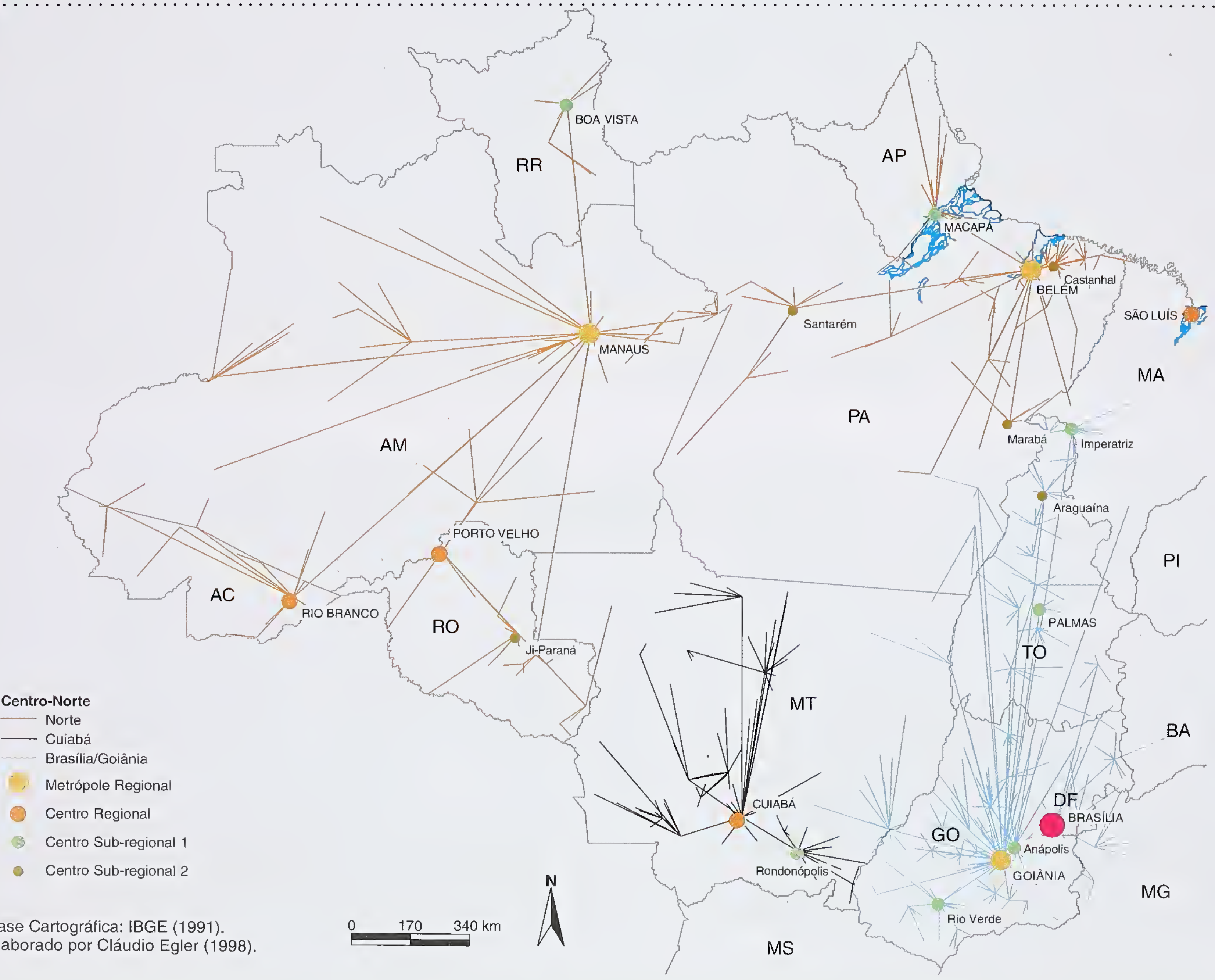


MAPA 10
NORDESTE – SISTEMA URBANO (1998)



Base Cartográfica: IBGE (1991).
Elaborado por Cláudio Egler (1998).

MAPA 11
CENTRO-NORTE – SISTEMA URBANO (1998)



2.5 São Paulo e Rio de Janeiro: Metrópoles Globais

Os sistemas urbanos caracterizam-se por um conjunto de cidades hierarquizadas e por fluxos de bens, serviços e informações que definem as relações de dependência estabelecidas entre as cidades componentes do sistema.

Com base nessa concepção, identificou-se uma nova hierarquia de cidades na composição da rede urbana brasileira, com destaque para dois centros principais, configurados a partir de fortes relações internas com os demais centros urbanos nacionais e das relações que esses centros estabelecem com o sistema mundial de cidades: as metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Assim, considerando as transformações recentes nas relações externas brasileiras, derivadas principalmente da abertura comercial do início da década de 90, novos critérios foram agregados à análise da rede urbana brasileira. O entendimento essencial advém do fato de que, em economias relativamente fechadas, a hierarquia entre cidades é definida, quase exclusivamente, em função da importância relativa dos centros urbanos no cenário nacional. Contudo, à medida que as economias abrem-se, passa a haver crescente interação entre os vários sistemas nacionais, o que significa dizer que, no limite, os vários sistemas nacionais tendem a transformar-se em um único sistema em escala mundial.

Nesse caso, os centros situados no topo da hierarquia são denominados cidades globais, cuja característica principal consiste em atuar como foco de irradiação das decisões tomadas em escala global para as demais cidades do sistema.

A crescente internacionalização dos fluxos de bens, serviços e informações dá origem à formação de uma rede mundial de metrópoles onde são geradas e por onde transitam as decisões financeiras, mercadológicas e tecnológicas, capazes de moldar os destinos da economia mundial no próximo século.

O critério utilizado por Friedmann (1986)[46] para ordenar esses centros, ou *nós*, dentro de uma hierarquia de cidades mundiais combina vários aspectos, tais como:

- sediar importantes empresas multinacionais, transnacionais ou grandes empresas nacionais;
- ser um centro financeiro moderno e de grande porte, dotado de atividades terciárias e quaternárias de ponta; e
- dispor de um parque manufatureiro inovador e com escala internacional.

Friedmann (1986) conclui que praticamente todas as cidades mundiais de primeira ordem estão localizadas nos países do primeiro mundo, sendo as duas únicas exceções Cingapura, que articula o conjunto de países do Sudeste Asiático, e São Paulo, que exerce função similar na América Latina. Na hierarquia do sistema de cidades mundiais, o Rio de Janeiro vem logo a seguir, ou seja, é uma cidade de segunda ordem, tal como Buenos Aires e Cidade do México, na América Latina; Johannesburg, na África; Hong Kong, Taipé, Manila, Bangcoc e Seul, na Ásia.

As metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se no cenário das cidades mundiais não apenas devido à sua proximidade geográfica, mas também, e principalmente, pelo fato de, juntas, representarem um mercado com dimensão e grau de diversificação produtiva comparável às mais importantes metrópoles do primeiro mundo.

As metrópoles globais brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro – constituem-se em *loci* especiais onde são geradas e por onde transitam as decisões financeiras, mercadológicas e tecnológicas, capazes de moldar os destinos da economia nacional e suas articulações com fluxos internacionais de comércio, informação e conhecimento.

São Paulo e Rio possuem estruturas produtivas densas e diversificadas, com um parque manufatureiro parcialmente inovador, com grandes escalas de produção e com dinamismo em suas relações internacionais recentes, o que lhes confere importante nível de competitividade e, ao mesmo tempo, importante capacidade de atração de novos investimentos.

A metrópole paulista, topo da hierarquia do sistema urbano brasileiro, vem consolidando-se, nos últimos vinte anos, no contexto do desenvolvimento econômico nacional, como centro urbano de importância internacional.

Com profundas transformações estruturais, a metrópole de São Paulo permanece densamente industrial, convivendo com profundas transformações técnico-produtivas e gerenciais em seu aparato produtivo.

O fenômeno da *terciarização* da economia metropolitana não se dá à expensa da base industrial da região. Na realidade, esse fenômeno expressa a mudança do papel desempenhado pela Região Metropolitana de São Paulo dentro do sistema urbano-industrial brasileiro, na medida em que a crise dos anos 80 "(...) acelerou e concentrou em seu território parte significativa das transformações mais dinâmicas do terciário. A economia da metrópole não mais reflete apenas sua base industrial imediata. Ao contrário, recebe, inclusive, o estímulo do crescimento da periferia e do interior do estado de São Paulo" (Araújo e Pacheco, 1992, p. 55). Foi a partir dessa expansão e diversificação do setor terciário que a Região Metropolitana de São Paulo assumiu a posição de principal metrópole nacional e ganhou contornos de metrópole internacional, chegando a ser incluída no rol das chamadas cidades globais.

A abertura comercial do início da década de 90, a estabilização econômica e a sobrevalorização monetária

[46] A respeito, ver também Tolosa (1995).

constituíram-se em elementos fundamentais para a nova inserção da economia brasileira no comércio internacional. A estrutura produtiva da metrópole de São Paulo respondeu a esses condicionantes macroeconômicos rapidamente, com incrementos de produtividade e estratégias de competitividade no conjunto dos principais gêneros componentes do seu parque industrial, os quais constituem os segmentos mais dinâmicos da indústria nacional: o complexo metalomecânico; a indústria de material elétrico e de comunicações; borracha e material plástico.

Nos anos 90, a dimensão da produção concentrada na metrópole apresentou redução em sua participação no total do estado (de 58% em 1990 para 52% em 1995), embora permaneça altamente concentrada nos setores de produção de bens de consumo duráveis e bens de capital, com mais de 50% do valor da produção nos principais gêneros do setor.

A interiorização do desenvolvimento, em consonância com o que já vinha acontecendo nas décadas anteriores, não se dá de forma espacialmente homogênea, pois se localiza sobretudo num círculo de, aproximadamente, 150 quilômetros de raio, a partir do centro da Região Metropolitana de São Paulo, abrangendo as regiões administrativas de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba.

Essa tendência locacional nas regiões administrativas mais próximas da Região Metropolitana de São Paulo deve-se, dentre outros fatores, à densidade da malha urbana e da infra-estrutura viária, associada à redução nos custos de transporte, propiciada pela grande aglomeração intermetropolitana, fatores esses que ampliam o acesso ao grande mercado consumidor constituído pela Região Metropolitana de São Paulo[47].

Com base no mapeamento das intenções de investimentos diretos externos, verifica-se no estado de São Paulo um movimento de *desconcentração concentrada* da atividade industrial, beneficiando, inclusive, diversos municípios do entorno metropolitano, principalmente Guarulhos, São Bernardo, São Caetano e Barueri.

A perda de participação industrial da cidade de São Paulo, entre 1980 e 1995 (de 35,91% para 21,94%), evidencia tão-somente as profundas transformações na estrutura produtiva da capital e, ao mesmo tempo, aponta para a desconcentração da atividade industrial no espaço intrametropolitano.

As estratégias competitivas dos grandes grupos estrangeiros vislumbraram no mercado consumidor brasileiro e paulista, ampliado pelo Mercosul, novas oportunidades de investimentos, aportando para a Região Metropolitana de São Paulo, e seu entorno próximo, importantes recursos para expansão e/ou implantação de novas unidades produtivas, tanto no setor primário (industrial), como no setor terciário (comércio e serviços).

Uma das repercussões importantes do processo de reestruturação econômica da Região Metropolitana de São Paulo recaiu sobre o mercado de trabalho. Nas duas últimas décadas, processaram-se profundas transformações na estrutura ocupacional na metrópole paulista, resultando no crescimento dos serviços, setor em que prevalecem as ocupações do trabalho principal, com a progressiva informalização das relações de trabalho.

O assalariamento, por outro lado, que representava 72,1% dos ocupados em 1989, sofreu redução acelerada na década de 90, passando a representar apenas 61,6% dos ocupados no ano de 1997. Já a participação dos assalariados com registro em carteira caiu de 53% para 41,3%, no mesmo período. Como contrapartida, houve aumento dos ocupados sem registro em carteira, com maior intensida-

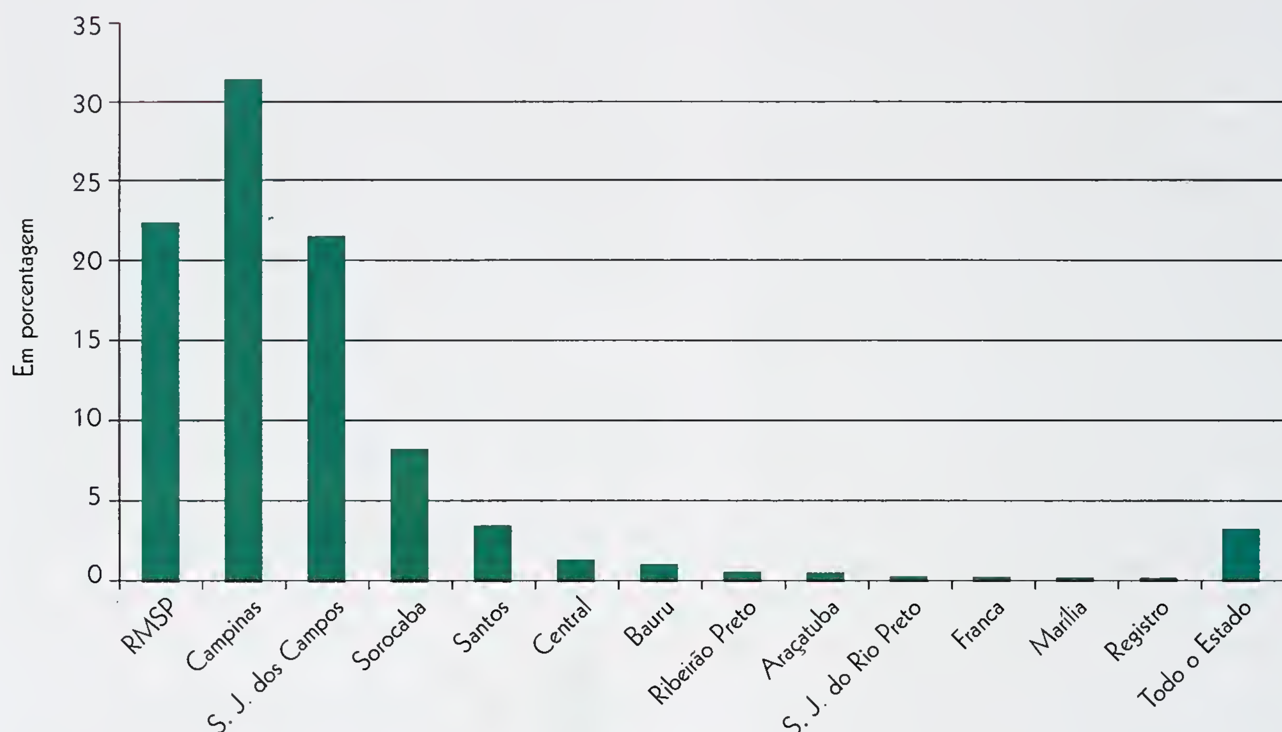
TABELA 31
ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS SELECIONADAS – DECISÕES DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA(*) (1995-2000)

Estado e RA Selecionada	Valor (US$ Milhões)	%
RMSP	5.399	22,38
Campinas	7.567	31,37
S. J. dos Campos	5.188	21,50
Sorocaba	1.993	8,26
Santos	829	3,44
Central	295	1,22
Bauru	235	0,97
Ribeirão Preto	113	0,47
Araçatuba	93	0,39
S. J. do Rio Preto	34	0,14
Franca	22	0,09
Marília	20	0,08
Registro	7	0,03
Todo o Estado	710	2,94
Não Definido	1.620	6,72
Total	**24.125**	**100,00**

Fonte: Paulino (1998). Dados Básicos: Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.
Nota: (*) Posição em março de 1998.

[47] Sobre isso, Paulino (1998, p. 17-18) afirma: "Com 10,6% da população nacional, ali se realizam, em média, 20% das vendas de varejo no Brasil. Dos 631.501 pontos-de-vendas existentes no Brasil, em 1996/97, 9,2% encontram-se na região. (...) As empresas têm procurado não ficar tão perto para fugir dos problemas inerentes às grandes metrópoles mundiais, mas não tão longe a ponto de se distanciar em demasia de seu grande mercado consumidor".

FIGURA: ESTADO DE SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS SELECIONADAS – DECISÕES DE INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA(*) (1995-2000)



de do número de trabalhadores autônomos, que passaram de 15,6%, em 1989, para 20,5% no final do período considerado (1997).

As taxas de desemprego elevaram-se expressivamente durante os anos 90, devido às oscilações bruscas no nível de atividade econômica e aos ganhos de produtividade que acompanharam a reestruturação da indústria metropolitana, problematizando ainda mais as condições de vida na metrópole.

Os níveis de pobreza e desigualdades sociais, que já eram altos, aumentaram ainda mais em virtude das transformações nas estruturas de produção, dos baixos índices de crescimento do produto e da renda nacional e da crise fiscal e financeira do setor público, em suas várias instâncias de atuação. Esses fatores potencializaram as dificuldades para a reversão de processos de desigualdade social nas metrópoles globais brasileiras. Nelas prevalece a existência de crescentes contingentes de excluídos, ao lado dos incluídos no mercado de trabalho em condições de acirrada competição.

Esse cenário de precárias condições sociais é semelhante na metrópole global do Rio de Janeiro, porém agravado pelas suas condições econômicas.

Historicamente, a condição de capital federal e de cidade primaz do Brasil (até a década de 60) conferiu ao Rio de Janeiro grandes vantagens locacionais, tanto pelo diferencial de infra-estrutura instalada, como pela qualificação da mão-de-obra disponível. Por outro lado, a presença de grande contingente de trabalhadores com rendimentos altos e estáveis ampliava essas vantagens locacionais, dado o potencial do mercado consumidor. Além de pouco integrada, a economia do estado do Rio de Janeiro, que se caracterizava pela grande dependência dos investimentos públicos federais, sofre com a redução de investimentos, decorrente da mudança da capital para Brasília. Nas últimas décadas, os investimentos realizados – notadamente a ampliação da refinaria de Duque de Caxias, a modernização do Porto do Rio de Janeiro e a construção da usina atômica de Angra dos Reis, além do incentivo à indústria naval – não foram suficientes para manter uma trajetória de ampliação da participação do estado na produção industrial nacional, configurando-se um período de redução da participação fluminense na produção brasileira, quando a indústria de outros estados passou a crescer a taxas mais expressivas.

A exploração de petróleo na bacia de Campos, no norte fluminense, contribuiu para aumentar a participação da indústria extrativa mineral na estrutura industrial regional e foi o ramo industrial que apresentou maior crescimento no período, contribuindo para a recente interrupção da trajetória de queda da participação do estado na produção da indústria nacional. Entre 1985 e 1994, o Rio

de Janeiro reverte sua trajetória de queda e recupera a participação ascendente na renda nacional.

Em que pese ter havido forte redução da participação da produção industrial, no período 1970-94 a concentração populacional na metrópole, associada à existência de grande número de sedes de empresas públicas e instituições da administração pública federal, e também ao desenvolvimento do setor de turismo, contribuiu para a expressiva e ascendente participação do setor de serviços carioca na composição do PIB setorial nacional (passou de 13,8% para 15,9% entre 1985 e 1994).

O emprego formal na indústria no estado do Rio de Janeiro tem decrescido ao longo dos últimos dez anos em todos os gêneros. No conjunto, o setor industrial, que em 1986 respondia por 610 mil postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, passou a empregar 413 mil pessoas em 1996. Uma redução, portanto, de quase 200 mil postos de trabalho.

A reestruturação produtiva e a necessidade de ampliação da competitividade, com a introdução de ganhos de produtividade, determinaram a redução do número de postos de trabalho no conjunto da indústria nacional. Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, essa redução foi mais drástica que em outras regiões do país, ocasionando forte retração da participação do estado no número de empregados industriais do Brasil. A redução da participação do número de empregados na indústria fluminense sobre o total dos empregados na indústria nacional só não está ocorrendo na indústria metalúrgica e na indústria extrativa mineral. Mas, mesmo nesses gêneros, houve queda absoluta no número de empregados.

Apesar das alterações na estrutura industrial regional (historicamente concentrada na cidade do Rio de Janeiro e em alguns municípios da Baixada Fluminense), os impactos sobre a configuração espacial foram muito modestos. Estima-se que ainda hoje a Região Metropolitana do Rio de Janeiro seja responsável por cerca de 80% do produto estadual.

A metrópole do Rio de Janeiro reúne três quartos da população do estado, concentração sem similar no país. Dentre os nove municípios fluminenses com população superior a 250 mil habitantes, apenas dois não pertencem à metrópole. Entretanto, essa tendência à concentração pode vir a ser alterada, em virtude da localização dos novos investimentos previstos. Quase a metade dos novos investimentos industriais aprovados está localizada fora do Grande Rio. No conjunto desses investimentos, destaca-se aquele voltado para a extração de petróleo e serviços correlatos, localizado no Norte Fluminense e no Sul Fluminense (região do Vale do Paraíba). Esta região, que já era a segunda área mais industrializada do estado, também vem sendo alvo de investimentos no setor automobilístico.

A metrópole do Rio de Janeiro polariza uma área muito maior que o próprio estado do Rio de Janeiro, abrangendo inclusive Juiz de Fora, em Minas Gerais.

No seu rebatimento espacial, a globalização tende a privilegiar as regiões e áreas urbanas dotadas de vantagens comparativas na produção de bens e serviços exportáveis e com fortes vínculos com o exterior. De acordo com essa concepção, as vantagens comparativas regionais e metropolitanas, derivadas das atividades exportadoras, deverão constituir-se no principal foco de dinamismo para as grandes metrópoles e cidades globais, em especial as atividades ligadas à indústria intensiva em tecnologia e aos serviços típicos de cidades mundiais, tais como telemática, pesquisa e desenvolvimento (P&D), consultoria de negócios, gestão empresarial e financeira, e serviços de transportes internacionais.

O impacto das transformações nas estruturas produtivas das metrópoles globais brasileiras, advindas das inovações técnico-gerenciais, principalmente as inovações informacionais aplicadas à produção, aumentou o grau de centralização das decisões empresariais nos núcleos dessas metrópoles. São Paulo, em primeiro lugar, e Rio de Janeiro transformaram-se em grandes centros de negócios no Brasil, de escala nacional e internacional. A opção das grandes empresas e dos grandes grupos econômicos em sediar seus centros decisórios e de pesquisa nessas metrópoles é confirmada pelo volume de investimentos declarados e/ou dirigidos para as duas Regiões Metropolitanas e pela concentração das sedes das maiores empresas privadas e estatais nas cidades-núcleos dessas metrópoles.

Em São Paulo, encontram-se 17% das cinqüenta maiores empresas estatais do Brasil (incluindo-se a Cesp, a Eletropaulo, a Sabesp e a Telesp, dentre outras), que empregavam, em 1996, cerca de 25% do total de trabalhadores desse universo. No Rio de Janeiro, essa presença é ainda maior: 19% das maiores empresas estatais (dentre outras, Petrobrás, Petrobrás Distribuidora, Embratel e Furnas), que empregavam cerca de 30% dos trabalhadores.

De acordo com dados de 1996, de cerca de 350 das 500 maiores empresas privadas em atividade nas Regiões Metropolitanas e nas aglomerações urbanas no Brasil, 49% encontravam-se na Região Metropolitana de São Paulo e ocupavam 49% do total dos trabalhadores. Ainda em 1996, tais empresas estavam distribuídas em praticamente todos os setores de atividade (indústria, comércio e serviços) e respondiam por 53% do volume de vendas desse universo.

No Rio de Janeiro, a participação era mais reduzida (12%), muito embora tal cifra represente um pouco menos que o dobro da participação de Porto Alegre e um pouco mais que o dobro da participação de Belo Horizonte.

Outra atividade relevante para a função de centro de decisão e gestão dos negócios é a realização de

congressos, feiras e exposições, tanto de caráter cultural como de natureza comercial e/ou regional. No Rio e em São Paulo, as agendas para eventos e os espaços destinados para tal finalidade estão comprometidos até 2001, sendo crescente o desenvolvimento de novas atividades de serviços, inclusive de turismo, derivados desses eventos.

Os aeroportos de São Paulo e do Rio de Janeiro concentram cerca de 50% do movimento de passageiros e 46,5% do movimento de carga dos 23 maiores aeroportos do país. Essa concentração aumenta quando os fluxos são internacionais: 66,7% do movimento de passageiros no aeroporto de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo, e 21% no aeroporto internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro. Quanto ao movimento de carga aérea internacional, 41,6% são realizados a partir de Guarulhos, 18,5% a partir do Tom Jobim e 29% a partir de Viracopos, em Campinas (SP).

A metrópole paulista é, como visto, o principal centro financeiro do país e isso a posiciona no contexto internacional como um dos lugares de onde se realiza a gestão dos fluxos de capitais.

O Rio de Janeiro perdeu, nas duas últimas décadas, várias sedes de bancos, que se transferiram para São Paulo. Além disso, aparentemente, deixou de ser opção de localização do corpo diretivo para os grupos e empresas bancárias, nacionais e, principalmente, internacionais. Das agências bancárias espalhadas pelos centros urbanos brasileiros, cerca de 15% estão localizadas em São Paulo e perto de 8% no Rio de Janeiro. Em São Paulo se realizam 49% dos depósitos bancários; no Rio de Janeiro, cerca de 10% dos depósitos.

A adesão do Brasil à estratégia de integração competitiva à economia mundial, a partir de 1990, deu início a um processo de reestruturação das economias metropolitanas, semelhante àquele experimentado por outras grandes metrópoles internacionais.

As *cidades globais* da atualidade vêm passando por processos de reestruturação social e econômica, pautados, dentre outros fatores, pela expansão das relações de subcontratação entre empresas, pelo crescimento das atividades de serviços mais sofisticadas (ligadas principalmente às áreas de gestão e de apoio à produção), pela terciarização da estrutura ocupacional, pelo aumento da informalidade nas relações de trabalho e pelo fenômeno da polarização do mercado de trabalho, que acompanha os processos de informalização das relações trabalhistas e de terciarização da estrutura ocupacional.

Nesse sentido, a trajetória de desenvolvimento das metrópoles globais brasileiras, São Paulo e Rio, resulta da articulação de determinantes políticos, econômicos e territoriais que convergem, nos últimos anos, para uma trajetória de reestruturação socioeconômica dessas regiões semelhante à de outras grandes metrópoles internacionais. Dentre esses determinantes, figuram como os mais importantes a adesão do Brasil ao modelo econômico de integração competitiva, a reestruturação da indústria nacional, a operação de fatores de concentração e de desconcentração da atividade econômica, e as novas funções econômicas desempenhadas pelas regiões metropolitanas em âmbito internacional.

O mais grave problema originário dessas transformações, que são as marcas da especificidade da situação brasileira, é a crescente desigualdade social das metrópoles globais brasileiras, desigualdade essa fortemente assentada nos padrões regressivos de distribuição da renda, característica do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira deste século.

Nessas condições, parece lícito afirmar que, do ponto de vista da economia brasileira, o sucesso da integração do país na divisão internacional do trabalho dependerá, fundamentalmente, da capacidade de as duas metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo, integrarem as suas economias, a fim de exercerem, eficientemente, o papel de cidades globais no sistema urbano mundial. Em termos normativos, a palavra de ordem é, portanto, implementar políticas cooperativas capazes de explorar ao máximo as complementaridades e as externalidades entre as duas metrópoles, com vistas a superar "gargalos" e "entraves" ao desenvolvimento social de sua população.

Tal atitude cooperativa representa uma experiência inteiramente nova no cenário brasileiro, uma vez que abrange políticas econômicas e sociais, bem como práticas de gestão urbana em escala e condições nunca antes implementadas no Brasil.



CAPÍTULO IV

Tendências da Rede Urbana e do Desenvolvimento Regional: Implicações para Formulação de Políticas Públicas

1 Introdução

O estágio atual da urbanização no Brasil é retratado pela interiorização da rede urbana, disseminação do fenômeno das aglomerações urbanas e existência de três grandes estruturas urbanas – Centro-sul, Nordeste e Centro-norte. Essas grandes estruturas urbanas são constituídas por doze subsistemas regionais comandados por treze metrópoles.

Na classificação dos sistemas urbano-regionais, destacam-se, do ponto de vista estrutural, três aspectos fundamentais, a saber: a densidade, a topologia e a configuração hierárquica da rede de cidades. A densidade expressa a relação entre o número de centros urbanos e o território definido pelo sistema urbano-regional. Como indicador simples da topologia, foi utilizada a relação entre o número de ligações, representando o fluxo de bens e serviços entre as cidades que o formam; e, por final, a hierarquia mostra o ordenamento espacial das funções urbanas. Do ponto de vista da dinâmica espacial, o principal aspecto a ser considerado é o seu potencial de desenvolvimento, isto é, a sua capacidade de adensamento e expansão futura.

Com base nessa concepção geral da dinâmica espacial da rede urbana, realiza-se a seguir uma análise dos sistemas urbano-regionais que a compõem, procurando destacar seus aspectos mais importantes, do ponto de vista tanto de sua configuração espacial, como também de suas tendências de evolução.

2 Sistema Urbano Centro-sul

2.1 Belo Horizonte

Caracteriza-se por ser um sistema de transição entre o Centro-sul, o Nordeste e o Centro-norte, o que ajuda a compreender suas principais características, isto é, elevados indicadores de primazia e de crescimento urbano (ver Tabela 1 da Parte III).

O tamanho médio das cidades que o formam situa-se abaixo de 20 mil habitantes, o que significa o predomínio de pequenos e médios centros urbanos relativamente dispersos.

Sua área de influência projeta-se na porção centro-oriental do estado de Minas Gerais, restringida pela influência de São Paulo sobre o Triângulo Mineiro, através do subsistema urbano de Uberlândia, e do Rio de Janeiro sobre a Zona da Mata, através do subsistema urbano de Juiz de Fora (ver Cartogramas dos Sistemas Urbanos).

Em termos gerais, é um sistema com potencial de expansão, não apenas pelo adensamento de sua malha urbana, mas também pela sua expansão territorial, principalmente sobre as áreas de influência do Rio de Janeiro e Salvador.

2.2 Rio de Janeiro

Caracteriza-se pelo expressivo tamanho médio das cidades que formam o sistema e forte primazia urbana com

os indicadores mais elevados do Centro-sul, o que indica um processo de urbanização fortemente concentrado. Esse sistema, que compreende as regiões de influência do Rio de Janeiro, Vitória e Juiz de Fora, apresenta baixa taxa de incremento da população urbana, a menor do Centro-sul, o que indica uma tendência à estabilização do processo de urbanização e de concentração urbana.

A área de influência do Rio de Janeiro é praticamente a mesma desde o apogeu de sua região cafeeira, sem grandes transformações no período recente. Dada essa característica, a tendência dominante é de estabilização e mesmo regressão, em grande parte devido ao dinamismo de Belo Horizonte, que tende a ampliar sua área de atuação sobre a Zona da Mata Mineira.

2.3 São Paulo

É o *hardcore* da rede urbana nacional, compreendendo as regiões de influência das cidades de São Paulo, Bauru, Campinas, Marília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia (MG), além da área de influência do centro regional de Campo Grande.

Apresenta um tamanho médio de cidades de cerca de 40 mil habitantes e uma área média de influência de 899 quilômetros quadrados, em grande parte devido à sua projeção além das fronteiras do estado de São Paulo. Embora apresente o mais elevado índice de urbanização do Brasil, seu indicador de primazia urbana[48] é inferior ao do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o que revela melhor distribuição nos diversos níveis da hierarquia urbana.

Seu dinamismo projeta-se sobre o território nacional, embora sua área de influência direta tenda a reduzir-se pela emergência de novos centros regionais nas franjas do território por ele polarizado.

2.4 Curitiba

Apresenta configuração densa e regularmente distribuída, com um padrão espacial bastante semelhante ao de São Paulo. Destaca-se, também, por apresentar o mais elevado indicador de crescimento urbano do Centro-sul.

O tamanho médio das cidades que pertencem ao sistema é de 16.629 habitantes, em grande parte devido às características do próprio processo de urbanização dos estados do Paraná e Santa Catarina, onde os pequenos centros urbanos desempenharam – e desempenham – papel fundamental, o que pode ser também avaliado pela menor área média de influência por centro urbano verificada no Centro-sul e, mesmo, na rede urbana nacional.

2.5 Porto Alegre

Compreende as regiões de influência de Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas. É relativamente concentrada na região serrana e dispersa na porção meridional, refletindo os processos históricos de ocupação do território, onde a Campanha e a Serra gaúchas desempenharam funções pouco complementares no desenvolvimento da economia regional.

Trata-se de um subsistema relativamente estabilizado, com reduzido indicador de crescimento urbano, embora esteja sujeito, por sua posição quanto aos principais eixos de circulação do Mercosul, a mudanças decorrentes da aceleração do processo de integração territorial transfronteiriço.

3 Sistema Urbano Nordeste

3.1 Salvador

Organizado a partir de Salvador, a metrópole do Nordeste meridional compreende as regiões de influência de Salvador e Feira de Santana, recobrindo os estados da Bahia e Sergipe. Apresenta maior concentração na área costeira e rarefação no além São Francisco. O tamanho médio dos núcleos urbanos que formam o sistema é inferior a 20 mil habitantes, e o grau de urbanização é de 64,3%, inferior à média nacional (78,5%), como ocorre em todos os sistemas urbanos do Nordeste.

Suas características dinâmicas são de um processo de urbanização ainda incompleto, com elevada taxa de incremento da população urbana (2,19%) e indicadores sociais bastante críticos, como é o traço dominante da região Nordeste, embora dentro desse conjunto apresente os menores indicadores: 35% de analfabetismo; 66,7% de chefes de domicílio com renda inferior a dois salários mínimos; e 68,8% e 66,8%, respectivamente, dos domicílios ligados à rede de água e com coleta de lixo. Todos esses indicadores são inferiores à média nacional. Portanto, uma situação que poderia ser denominada de extrema carência no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos básicos.

A situação mais dramática, no entanto, está na porcentagem dos domicílios urbanos ligados à rede de esgotos, dado o fato de que apenas quatro em cada dez domicílios estão ligados à rede de esgotos, cifra bem inferior à média nacional, que já é crítica (de seis em cada dez).

[48] A respeito, ver Correia (1998).

Salvador, embora tenha acelerado seu processo de crescimento urbano no período recente, adensando seu sistema de cidades e concentrando sua população nos núcleos maiores, ainda apresenta indicadores sociais bastante deficitários, denotando claramente a situação de pobreza da população que habita as cidades nordestinas.

3.2 Recife

Formada a partir de Recife, a metrópole do Nordeste oriental compreende as regiões de influência de Recife, Caruaru, João Pessoa, Campina Grande e Natal. Abrange uma área de influência que se estende desde a Bahia até o Rio Grande do Norte, constituindo-se no sistema urbano mais denso (525 quilômetros quadrados por centro urbano) e mais abrangente dessa estrutura urbana.

O sistema urbano de Recife apresenta o mais elevado grau de urbanização do Nordeste (70%), o que ainda é inferior à média nacional, demonstrando que esse é um processo incompleto. Seus indicadores sociais reproduzem os elevados índices de pobreza e a carência de serviços básicos característicos dessa porção do território nacional (ver Tabela 2 da Parte III).

Ao contrário dos sistemas urbanos de Salvador e Fortaleza, cujos processos de metropolização e expansão urbana acentuaram-se no período recente, o sistema urbano de Recife apresenta-se mais consolidado, refletindo mais o tradicional papel polarizador de Recife sobre as capitais nordestinas no passado do que aspectos dinâmicos no presente, com a ressalva do potencial de expansão que apresenta a área polarizada pelo aglomerado urbano de Petrolina e Juazeiro do Norte, no Médio e Submédio São Francisco.

3.3 Fortaleza

Sistema estruturado a partir da região de influência de Fortaleza, a metrópole do Nordeste setentrional. Sua área de influência está restrita ao estado do Ceará, embora manifeste sua presença disputando com Recife, na porção ocidental dos estados do Nordeste oriental, principalmente no vizinho Rio Grande do Norte, e com Teresina, no Meio Norte.

Duas características são marcantes em sua dinâmica atual: elevado ritmo de crescimento urbano (2,51% a.a.) e elevada primazia urbana (82,8%), o maior índice apresentado na rede urbana brasileira. Isso revela o forte processo de *macrocefalia urbana* por que passa Fortaleza.

Os indicadores sociais revelam os problemas já apontados para os demais sistemas urbanos nordestinos, tais como elevados índices de analfabetismo e pobreza da população e acentuada carência de serviços urbanos básicos. Dentre estes, é particularmente crítica a situação do esgotamento de resíduos domésticos. Neste caso, o sistema urbano de Fortaleza apresenta o pior indicador de toda a rede urbana brasileira.

A conjunção de um rápido crescimento com fortes carências de serviços urbanos aponta para uma situação particularmente crítica no que diz respeito à sustentabilidade do desenvolvimento urbano deste sistema: podem ser previstas fortes pressões sobre a oferta, já muito deficitária, de serviços urbanos.

3.4 Meio Norte

Corresponde às regiões de influência de Teresina e São Luís, e pode ser descrito como um sistema de transição entre o Nordeste e o Centro-norte. Apresenta indicadores sociais bastante críticos, bem como estrutura espacial em que predominam pequenas cidades dispersas, polarizando fracamente vastas extensões territoriais. É o sistema de menor grau de urbanização da rede urbana nacional (54,5%), o que revela que esse processo ainda está em suas fases iniciais e o sistema está ainda fracamente polarizado, com os centros urbanos de São Luís e Teresina disputando a consolidação de suas respectivas áreas de influência.

Os indicadores sociais deste sistema urbano são os mais críticos do Nordeste e da rede urbana nacional, demonstrando que as carências sociais e urbanas são a tônica dessa porção do território nacional, cujo povoamento e urbanização se ligam às correntes migratórias oriundas dos demais estados nordestinos.

A posição deste sistema no contexto nacional está sofrendo mudanças aceleradas em virtude da expansão dos cultivos de grãos nos Cerrados e dos investimentos na mineração em Carajás. Seu papel de corredor logístico ferroviário e hidroviário, acentuado com a proposta do Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento do Araguaia-Tocantins, deve ser considerado por sua incidência sobre esse sistema urbano com fortes carências sociais e, ainda, em processo de consolidação.

4 Sistema Urbano Centro-Norte

4.1 Norte

Compreende as regiões de influência de Belém e Manaus, que polarizam as grandes extensões territoriais da região Norte, projetando sua área de influência através dos centros regionais de Porto Velho e Rio Branco. A orientação espacial do sistema mostra que ainda se encontra no

estágio de *bacia urbana*, com os fluxos de mercadorias convergindo para as metrópoles regionais.

Os indicadores básicos do sistema Norte revelam a predominância de pequenos e médios centros, apresentando grau de urbanização bastante inferior à média nacional e baixo índice de primazia, devido à presença das metrópoles regionais de Manaus, que organiza o espaço na Amazônia ocidental, e Belém, que desempenha tal função na Amazônia oriental.

É ainda um sistema em consolidação e expansão, com elevados indicadores de crescimento urbano, podendo ter sua área redefinida pela expansão da área de influência de Cuiabá e, principalmente, de Brasília/Goiânia, cuja projeção sobre a Amazônia meridional e oriental tende a acentuar-se no futuro.

4.2 Cuiabá

Compreende a área de influência de Cuiabá, obtida por desmembramento da região de influência de São Paulo. Sua projeção rumo ao noroeste da região Centro-oeste avança em direção a Rondônia na região Norte, disputando com a área de influência de Manaus.

Devido às características do povoamento e do desenvolvimento recente da fronteira de recursos, o sistema urbano de Cuiabá polariza uma área cuja organização espacial já se formou em bases urbanas, isto é, na forma de uma fronteira urbanizada. Assim, verifica-se que mais de 80% da população da área de influência de Cuiabá vive em cidades, e o processo de crescimento urbano realimenta-se no próprio processo de expansão da fronteira de recursos.

Seus indicadores sociais são característicos do Centro-norte e ocupam posição intermediária entre o Centro-sul e o Nordeste, embora mais próximo do primeiro, de onde partiram os principais vetores de povoamento do espaço regional.

4.3 Brasília/Goiânia

Compreende as regiões de influência de Brasília e Goiânia, que polarizam vasta porção do Brasil central. O complexo territorial de Brasília-Goiânia projeta sua área de influência em direção ao norte, avançando sobre o território que anteriormente era polarizado por Belém. É inegável que sua projeção no cenário nacional já extrapola os limites regionais.

Apresenta forte dinamismo tanto no processo de adensamento dos núcleos urbanos situados entre Brasília e Goiânia, como no de expansão, principalmente para o Norte e Meio Norte. Registrou a mais elevada taxa de crescimento da rede urbana nacional, tendendo a consolidar um núcleo importante de polarização no Brasil central, apesar de ainda apresentar alguns sinais de fragilidade, principalmente no que diz respeito à falta de encadeamento de sua estrutura produtiva e à carência de serviços urbanos básicos, pois, embora não exiba uma situação de extrema carência, ainda está muito distante dos padrões do Centro-sul.

O desenvolvimento futuro da região Centro-oeste, quando considerado do ponto de vista espacial, depende da capacidade de 'soldar' uma rede urbana nas dimensões da economia regional, o que, em poucas palavras, significa solidificar os laços que unem os quatro grandes centros urbanos que comandam a região e suas áreas de influência imediata. Nesse aspecto, deve-se considerar o papel de cidades que se situam nas interfaces dos respectivos sistemas urbanos, como é o caso de Rondonópolis, localizada na interface entre Brasília/Goiânia e Cuiabá, cujo papel estratégico será fundamental para consolidar o tecido urbano regional.

5 Conclusões

A dinâmica da rede urbana nacional apresenta aspectos fundamentais para a proposição de políticas públicas, tais como:

- *diferenciação* tanto na configuração espacial, como nos ritmos de desenvolvimento, entre os diversos sistemas que compõem a rede urbana nacional. Na rede urbana do país, estão presentes desde redes de cidades densas e consolidadas, com uma distribuição espacial estabilizada e hierarquias bem definidas, até verdadeiras *bacias urbanas*, ainda em processo de consolidação, com fluxos predominantemente orientados para as metrópoles regionais, que encabeçam o sistema urbano;
- *disparidades* nas condições de vida e de acesso aos serviços públicos, que se manifestam na própria estruturação do sistema urbano a que pertencem as cidades brasileiras. Isso significa que o próprio padrão de urbanização reflete tais carências e expressa, em sua dinâmica, os problemas que se originam nas cidades que os formam. Esse fato possui implicações fundamentais para a compreensão das múltiplas faces da questão urbana nacional;
- *adensamento* no entorno dos núcleos metropolitanos ou centros urbanos de grande porte que encabeçam e *expansão* de suas áreas de influência para além dos limites político-administrativos das unidades federativas originais. Destaca-se, também, a tendência à conformação de novos sistemas a partir da consolidação de centros de polarização emergente, principalmente nas áreas de povoamento recente, como é o caso de Cuiabá;

- *metropolização*, processo que hoje ocorre em praticamente todo o território nacional, com diferenciações regionais importantes, considerando os diversos sistemas urbanos que formam a rede urbana nacional. Por exemplo, nas duas metrópoles globais, São Paulo e Rio de Janeiro, os indicadores mais elementares da conformação do sistema apresentam nítidas diferenças, dentre elas se destaca a primazia urbana, pois, enquanto o Rio de Janeiro apresenta-se como uma metrópole *macrocefálica*[49], São Paulo está articulada a um cinturão de centros regionais, que contribuem para ampliar os efeitos de sua influência sobre o território nacional. O mesmo se reproduz também em nível das metrópoles nacionais, pois, quando se comparam as configurações espaciais e os indicadores sociais de Curitiba e Fortaleza, verifica-se que, aparentemente, se trata de metrópoles pertencentes a distintos conjuntos nacionais; e
- *dispersão* espacial de pequenos centros urbanos (a contraface do processo de metropolização), o que ainda é uma manifestação importante da dinâmica dos sistemas urbanos brasileiros. Tomado no contexto nacional, esse processo de dispersão ainda assume importância fundamental no Centro-norte e é o principal responsável tanto pela organização do espaço nas áreas abertas recentemente na *fronteira de recursos*, como pelo adensamento resultante do próprio crescimento urbano de vilas que assumiram *status* político de município, sobretudo a partir do início da década de 90. Esta última característica é particularmente importante no estado de Tocantins, no Maranhão e no Piauí, cujas estruturas territoriais ainda estão em construção.

As disparidades e as diversidades apresentadas pelos diversos sistemas urbanos demandam a adequação das políticas públicas às suas especificidades, visto que um conjunto de medidas pode, de um lado, ser eficaz para sistemas urbanos mais densos e estáveis, mas pode também, de outro lado, gerar efeitos negativos naqueles ainda em consolidação e instáveis, como é o exemplo do Meio Norte.

Os graus de instabilidade presentes nos diversos sistemas urbanos também devem ser considerados na formulação de políticas públicas. No que se refere aos *eixos de desenvolvimento*, embora sua implementação obedeça a algumas metas básicas, nem sempre as redes logísticas desses eixos consideram o conjunto de relações interurbanas presentes nos diversos sistemas que compõem a rede urbana nacional. Nesse sentido, devem-se avaliar também suas tendências dinâmicas, visando a minimizar os possíveis impactos negativos e, mesmo, regressivos que poderiam representar suas externalidades sobre as áreas afetadas.

Com base nos estudos elaborados, três conjuntos de problemas articulados a desenvolvimento e configuração da rede urbana do Brasil impõem-se como fundamentais:

- o agravamento das disparidades inter e intra-regionais do país e das disparidades sociais nas cidades, num quadro de baixo crescimento econômico, com desemprego e aumento dos níveis de concentração de renda e com a conseqüente ampliação da escala dos problemas e carências sociais e urbanas;
- o aumento das demandas associadas à urbanização, ampliando a incapacidade dos diferentes níveis de governo de atendê-las, o que, em geral, contribui para a deterioração das condições de vida; e
- o padrão de intervenção do poder público, em especial nas aglomerações urbanas e nos centros urbanos de grande e médio porte, em relação ao aumento das demandas e à crise fiscal-financeira do setor público.

Nos anos 80 e 90, como resultado da crise econômica e da crise de financiamento do setor público, aprofundam-se os problemas sociais, urbanos e ambientais das áreas urbanas que concentram a população brasileira, em simultâneo ao progressivo esvaziamento das estruturas institucionais e financeiras do Estado, voltadas para a formulação e a implementação das políticas públicas, culminando, no final da década de 80, com a desestruturação de grande parte das instituições voltadas para o planejamento e a gestão urbana, nos diferentes níveis de governo.

Hoje, o acúmulo de demandas nas aglomerações urbanas e nos grandes centros urbanos brasileiros exige profunda reformulação no desenho das políticas de intervenção que visam a seu equacionamento. Nessa reformulação, assume importância estratégica o planejamento do desenvolvimento regional e urbano, que deve ser o eixo estruturador das demais políticas públicas, especialmente as políticas territoriais.

Tendo em vista esses condicionantes, são explicitados nesta seção elementos a serem incorporados na formulação de políticas públicas de impacto no meio urbano, identificando sugestões de medidas prioritárias a serem implementadas.

Para tanto, apresenta-se, inicialmente, uma síntese dos principais impactos sobre a estruturação da rede urbana do Brasil, decorrentes do desenvolvimento regional recente, bem como dos investimentos em infra-estrutura incluídos no programa **Brasil em Ação**. Também é feita uma identificação dos novos investimentos previstos naquele programa governamental, na tentativa de antecipar seus possíveis desdobramentos na configuração da rede urbana do país.

[49] Expressão de primazia urbana.

6 Tendências do Desenvolvimento Regional

Considerando-se as grandes regiões do país, verificou-se um conjunto de subáreas da região Norte em condições de manter relações dinâmicas com a economia nacional, com possíveis reflexos sobre sua rede urbana. As áreas de maior dinamismo estão localizadas no estado do Pará, tendo em vista a base econômica preexistente, bem como as possibilidades abertas pela exploração dos recursos minerais ali disponíveis e, ainda, o desenvolvimento da produção agropecuária e agroindustrial. As áreas ao sul e sudeste do estado constituem importantes espaços de integração à dinâmica econômica nacional, dadas as potencialidades de articulação com áreas dinâmicas de Mato Grosso, Rondônia e Goiás, com o Sudeste e com as demais regiões do país.

Mesmo considerando a relativa desconcentração da economia nacional, as possibilidades da região Norte na disputa por novos investimentos são menores do que as verificadas, em especial, nas regiões Sudeste e Sul do país. O adensamento das relações com o Mercosul também poderá *funcionar* em detrimento da região Norte, devendo-se confirmar a tendência de que os investimentos produtivos destinados à região orientem-se, de forma seletiva, preponderantemente para a exploração dos recursos naturais.

Vale salientar que as intenções de investimentos apontam para forte preferência pela Zona Franca de Manaus e para Belém. Assim, no caso de Manaus, poderá efetivar-se a tendência de níveis elevados de migração das cidades do interior para a capital, movimento que tende a aprofundar a disparidade na distribuição da população do estado (atualmente, 50% já localizada em Manaus), gerando o esvaziamento de núcleos urbanos pioneiros e a estagnação produtiva de algumas áreas.

Há dois vetores de transformação que possivelmente influenciarão nesse quadro regional: os investimentos em infra-estrutura, que podem viabilizar o aproveitamento econômico dos recursos naturais, e as políticas de assentamento rural conduzidas pelo setor público, que podem contribuir para intensificar o ritmo das transformações tanto no quadro populacional, como no econômico.

Considerando o programa **Brasil em Ação**, verifica-se que, do conjunto de *eixos de desenvolvimento* do país, dois estão localizados na região Norte: o eixo de saída para o Caribe/Rodovia BR-174; e o eixo de saída para o Atlântico-Hidrovias do Madeira e do Amazonas. Há, ainda, um terceiro, o eixo Araguaia-Tocantins/Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia Carajás, que, uma vez implementado, propiciará ligações com outros espaços regionais.

O eixo de saída para o Caribe tem por referência principal a Zona Franca de Manaus, e as obras previstas incluem investimentos em energia elétrica e o aproveitamento de reservas de gás natural da bacia do Solimões. Neste eixo, os investimentos associados à exploração mineral visam, principalmente, à exploração de nióbio, existente em Seis Lagos (Alto Rio Negro), e cassiterita, na província de Mapuera-Pitinga. Além disso, há perspectivas de ampliação da produção de grãos, através da introdução de novas técnicas produtivas e do melhoramento de cultivos adaptados.

O eixo de saída para o Atlântico articula os estados do Acre, Rondônia e Amazonas e o Centro-oeste com o oceano Atlântico. A área de influência do sistema multimodal de transporte, espinha dorsal do eixo, compreende, no sentido sul-norte, os Campos Novos dos Parecis, em Mato Grosso, os trechos da estrada de terra MT-235 e da rodovia BR-364, até Porto Velho, e as margens do rio Madeira, até a cidade de Itacoatiara (AM), próxima da confluência com o rio Amazonas. A partir desse ponto, a produção regional seguirá via rio Amazonas e oceano Atlântico.

O eixo Araguaia-Tocantins/Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia Carajás tem por finalidade a implantação de um sistema multimodal de transportes (rodovia, ferrovia e hidrovia). Sua área de abrangência compreende os espaços de produção agropecuária e agroindustrial do cerrado, do semi-árido e de produção mineral no estado do Pará, utilizando o porto de Itaqui, no Maranhão.

Dessa estratégia derivam, como conseqüência, implicações importantes sobre a definição das políticas territoriais. Destaca-se que os enclaves tipo Carajás e Zona Franca de Manaus não são necessariamente benéficos, pois, do ponto de vista do equilíbrio da rede urbana, promovem resultados desestruturadores, notadamente em termos de distribuição populacional, podendo contribuir para o fortalecimento da tendência à urbanização sem, contudo, promover a integração urbana mediante o adensamento da rede.

Com relação às possíveis repercussões da implantação de assentamentos rurais sobre a rede urbana regional, sobretudo o adensamento dos fluxos e o fortalecimento das ligações entre as cidades, constata-se que os impactos dependerão, em larga medida, das possibilidades econômicas desses assentamentos, dependentes da concessão de crédito agrícola. Considerada a atual situação, verifica-se escassa capacidade de os assentamentos contribuírem para o fortalecimento e o adensamento da rede urbana da região Norte.

No caso da região Nordeste, os dados sobre intenções de investimentos refletem a tendência de manutenção do padrão de distribuição dos investimentos privados nas regiões de maior dinamismo tradicional. No que concerne aos investimentos das estatais, a Bahia também

se destaca, respondendo por 43,2% do total de investimentos previstos no Nordeste, em 1995, o que decorre, basicamente, da ação da Petrobrás e da Telebahia.

Com relação à natureza dos projetos em execução, ou aprovados pela Cofiex, verifica-se que os investimentos dirigidos ao Nordeste concentram-se nos chamados projetos sociais ou compensatórios.

No programa **Brasil em Ação**, estão definidos dezesseis projetos de infra-estrutura econômica com capacidade de estabelecer articulações econômicas regionais e inter-regionais e, portanto, de influenciar a organização territorial do Nordeste.

A distribuição espacial dos investimentos federais contempla a região Nordeste com cinco projetos: hidrovia do São Francisco, novo modelo de irrigação, Prodetur, porto de Pecém e de Suape.

O Prodetur destina-se ao incremento da infra-estrutura turística do litoral. O turismo é considerado uma das vocações da região, e os investimentos em infra-estrutura econômica a ele associados provocam impactos sobre as cidades de função turística, o que vem conformando algumas das novas territorialidades da região e definindo um eixo que vai descontinuadamente de São Luís até Porto Seguro.

A hidrovia do São Francisco – juntamente com a Transnordestina – conforma o *eixo de desenvolvimento* do Nordeste. No entanto, esta última não consta do programa **Brasil em Ação**, a despeito de a construção de uma estrada de ferro na região semi-árida representar um estímulo ao desenvolvimento regional – pois corresponde a importante trecho que viabilizaria o escoamento da produção regional em direção aos grandes mercados –, além de significar uma empreitada capaz de gerar expressivo número de empregos.

O porto de Pecém, juntamente com outros investimentos (aeroporto, siderurgia), causará impactos na estrutura econômica da aglomeração urbana de Fortaleza e, em extensão, no perfil ocupacional de sua população.

A complementação do porto de Suape, por outro lado, é estratégica em termos da dinamização do setor exportador polarizado pela economia da Região Metropolitana do Recife, devendo, ainda, propiciar a implantação de novos investimentos industriais.

Embora não conste do programa **Brasil em Ação**, há, ainda, uma proposta da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) de complementação do sistema ferroviário regional, através da Transversal Nordeste, que ligará Salgueiro a Açailândia, o que permitiria o escoamento da produção nas direções leste-oeste (Transversal Nordestina) e norte-sul (Estrada de ferro Carajás e Ferrovia Norte-Sul).

Considerando esse conjunto de investimentos, aponta-se mais uma vez para o fato de que algumas regiões são mais favorecidas que outras, resultando numa tendência à concentração naquelas áreas detentoras de mais vantagens locacionais associadas ao perfil do investimento dirigido à região.

Chama a atenção, também, o fato de os investimentos previstos desenharem uma nova geografia na região, dada a sua não-concentração nas metrópoles regionais, mas em eixos de desenvolvimento localizados, em grande parte, em territórios de expansão de fronteira, de exploração de recursos naturais ou de mercados com crescimento acima da média. Por outro lado, verifica-se uma tendência de desorganização da economia urbana de alguns centros da Zona da Mata, determinada pela economia açucareira regional, que se encontra em processo de estagnação.

No que se refere a investimentos privados, tendências de distribuição espacial desses investimentos revelam nitidamente um caráter seletivo, cuja maior conseqüência, em termos do conjunto da rede urbana regional, é o reforço de um sistema de eixos e, como resultado, a desconfiguração de um sistema baseado em polarizações. Como resultado desse processo, as cidades não incorporadas aos eixos de desenvolvimento, ou que não venham a desenvolver suas infra-estruturas econômicas e sociais, provavelmente não constituirão alternativas locacionais aos investimentos privados.

Em resumo, as intenções de investimento industrial deverão localizar-se naquelas áreas consideradas prioritárias pelo governo federal para o desenvolvimento do país, caso sejam implantados os investimentos em infra-estrutura econômica, conforme visto anteriormente. Na região Nordeste, verifica-se uma tensão entre as áreas dinâmicas e estagnadas. Os eixos dinâmicos compreendem as zonas de expansão recente da fronteira agrícola, as áreas de irrigação, e os pólos e complexos industriais e centros turísticos. Esses eixos convivem com áreas estagnadas, correspondentes preponderantemente ao semi-árido, com exceção das áreas de irrigação, e às áreas agroexportadoras tradicionais. Essa tensão reflete-se na disputa pelos investimentos futuros, o que implica, por sua vez, conflito entre dinamizar as áreas estagnadas e dar sustentabilidade às áreas dinâmicas.

Na região Centro-oeste, as áreas de maior dinamismo são o centro e o sul de Goiás, com o desenvolvimento da agricultura e pecuária, tendo como centros de maior destaque os municípios de Goiânia, Brasília, Anápolis, Rio Verde e Itumbiara; o sudoeste de Mato Grosso, com Cuiabá, Rondonópolis e Cáceres, e o centro-sul de Mato Grosso do Sul, com duas áreas distintas, polarizadas pelas cidades de Campo Grande e Dourados, além de Corumbá, que exerce funções específicas de pólo industrial (siderurgia, moinho de trigo, fiação, cimento, extração de ferro e manganês), turismo e entreposto de fronteira internacional.

Com a abertura econômica dos anos 90, surgem novas alternativas de articulação econômica regional, possibilitando aos distintos sistemas produtivos internos uma ligação direta com o exterior e enfraquecendo, portanto, a amarração territorial presidida pela lógica de estruturação do mercado interno.

Em termos espaciais, pode-se dizer que, como resultado do processo em curso nos últimos anos, consolidaram-se as áreas mais dinâmicas e capitalizadas, nas quais a atividade produtiva privada foi mais beneficiada, firmando-se como dinâmicas as áreas de produção de *commodities*, com crescente inserção no mercado internacional.

Do ponto de vista ambiental, os efeitos sobre o ecossistema dos cerrados são preocupantes, principalmente pela contaminação química das águas, o empobrecimento genético e a erosão do solo. Os sucessivos investimentos em insumos químicos, para aumento da produtividade, bem como a produção mecanizada, foram fundamentais para a enorme competitividade obtida pelas modernas áreas de cultivo agrícola regional. O custo ambiental, entretanto, ainda está por ser avaliado, já que os estudos existentes são pontuais e ainda não-conclusivos.

Dessa perspectiva, de agravamento das heterogeneidades inter e intra-regionais, de reestruturação dos sistemas produtivos e de necessária incorporação da problemática ambiental, devem ser analisados os novos investimentos, públicos e privados, programados para o Centro-oeste. Em particular, cabe examinar o conjunto de investimentos do programa **Brasil em Ação**, dado que várias intervenções previstas afetarão diretamente a região Centro-oeste, com destaque para as seguintes:

- a recuperação da BR 364/163, através da restauração de cerca de 700 quilômetros, nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, melhorando as condições de tráfego desse que é o principal eixo rodoviário do Centro-oeste;
- a implantação da hidrovia Tocantins-Araguaia e a recuperação da BR 153, que devem compor, juntamente com a ferrovia Norte-Sul, um corredor intermodal com vistas a favorecer a produção de grãos em parte do Centro-oeste e no estado do Maranhão, com saída para o Atlântico;
- a construção da Ferronorte, que objetiva o estabelecimento de um sistema ferroviário de transporte de carga e engloba a construção, exploração e conservação das estradas de ferro que ligam as cidades de Porto Velho, Santarém e Cuiabá a Aparecida do Taboado, em Mato Grosso do Sul, unindo seus trilhos à malha ferroviária paulista, através da ponte rodoferroviária sobre o rio Paraná, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, recentemente inaugurada;
- a implementação da hidrovia do Madeira, visando a assegurar a navegabilidade permanente de comboios de grande porte (até 6 mil toneladas) no rio Madeira, entre Porto Velho e Itacoatiara (AM), integrando ao rio Amazonas os sistemas rodoviários dos estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, para baratear o escoamento de grãos de Mato Grosso e Rondônia na direção do Eixo Norte. Esse sistema hidroviário, já em operação, deverá ser complementado pela navegação do rio Teles-Pires, interligando o norte de Mato Grosso a Santarém (PA);
- a ampliação e o término das obras da hidrovia Tietê-Paraná aumentarão o suporte da infra-estrutura física para o sul, com a conexão dessa hidrovia com a BR 364. A partir de São Simão, o Centro-oeste conecta-se com a hidrovia, com mais de mil quilômetros navegáveis entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Goiás;
- a construção do ramal ferroviário ligando o Distrito Federal a Unaí e Pirapora, no noroeste de Minas Gerais, e a modernização da ferrovia Pirapora-Belo Horizonte-Vitória, propiciando uma alternativa de escoamento da produção agrícola do Centro-oeste, favorecendo a integração de Goiás e Tocantins à região Sudeste, através da malha ferroviária;
- a implantação da hidrovia do Paraguai, navegável numa extensão de cerca de 2.260 quilômetros, entre Cáceres (MT) e a foz do rio do mesmo nome, em território uruguaio, para a qual o projeto governamental prevê serviços regulares de dragagem, manutenção, desobstrução e sinalização. Em território mato-grossense, entre Cáceres e Corumbá, seu calado é de 1,5 metro, o que suporta comboios de 1.200 toneladas e, nos últimos anos, tem transportado uma média de 10 mil toneladas/ano. No trecho sul, saindo de Corumbá em direção ao Paraguai, vêm sendo movimentados quase 6 milhões de toneladas/ano, com comboios de até 20 mil toneladas, levando minérios e grãos; e
- a construção de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia, que tem traçado previsto para cruzar o estado de Goiás, através da cidade de Serranópolis, em direção a Jataí. Acoplado a esse projeto, está projetada a implantação de duas usinas termelétricas de 200 megawatts, nas cidades de Goiânia e Brasília, utilizando o gás boliviano. Outro projeto na área de energia é o aproveitamento do gás natural de Urucu e Juruá, na bacia do Solimões, no Amazonas, o qual deverá aumentar o abastecimento energético de Porto Velho. Para atender Cuiabá, está em construção a usina hidroelétrica do rio Manso, com capacidade projetada de 210 MW, visando a solucionar o estrangulamento energético da capital mato-grossense.

Além dos investimentos públicos, cujos impactos, por sua própria natureza, são mais relevantes, há que se considerar ainda as previsões de investimentos privados no Centro-oeste. Na área de processamento de alimentos, destacam-se os projetos para comercialização de soja, bem

como os de instalação de abatedouros e frigoríficos, nos estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, na cidade de Rio Verde. No setor têxtil, destacam-se os investimentos para o aproveitamento de algodão do cerrado. Na área de veículos automotores e aviões agrícolas, há previsões de investimento em Catalão (GO) e em Anápolis (GO).

Dentre os empreendimentos de infra-estrutura, pode-se afirmar que a hidrovia do Madeira, com a construção do terminal flutuante de embarcação de grãos para o rio Amazonas, e a Ferronorte, já parcialmente executada, trarão as mudanças mais significativas na infra-estrutura do Centro-oeste. A hidrovia altera o fluxo de transporte de grãos nos estados de Mato Grosso e Rondônia, abrindo nova rota de escoamento da produção para exportação. A importância desse projeto reside na inversão dos fluxos que promove, com potencial para transformar a capital de Rondônia no centro polarizador de uma área que abrange os estados do Acre, Rondônia e a porção noroeste de Mato Grosso. Ou seja, situado no extremo norte da interligação de Rondônia com São Paulo, Porto Velho pode vir a assumir papel catalisador da produção do norte centroestino, centralizando diretamente o intercâmbio com o mercado externo.

A Ferronorte, por sua vez, deve aumentar a atratividade do Mato Grosso do Sul, uma vez que faz a articulação ferroviária com São Paulo e, assim, abre a possibilidade de escoamento da produção pela hidrovia Tietê-Paraná. Embora essa ferrovia tenda a reforçar os nexos com a economia paulista e a polarização de São Paulo sobre o território sul-mato-grossense, alguns impactos deverão ocorrer na porção nordeste do território de Mato Grosso do Sul, com a possível implantação de centros de armazenagem e ativação do comércio atacadista nas cidades de influência da ferrovia.

A construção do ramal ferroviário Unaí-Pirapora – e sua extensão posterior até Brasília – possibilitará o fortalecimento do Distrito Federal e seu entorno goiano, enquanto áreas com real poder de integração aos mercados.

Assim, Porto Velho poderá transformar-se em centro de processamento e escoamento da produção de Rondônia e Mato Grosso; o pólo de Cáceres poderá transformar-se em *porta de saída* estratégica dos produtos do sudoeste mato-grossense para o Mercosul; o pólo do Alto Taquari, como ponto terminal da Ferronorte, apresenta potencial de acesso tanto à economia do sudeste, através do porto de Santos, como ao Mercosul, pela hidrovia do Paraná.

Com base nesse quadro descrito, pode-se dizer que prevalece no planejamento dos investimentos não mais a concepção de desenvolvimento e integração regional, mas a idéia de eixos estruturantes, definidos pela racionalidade do investimento, sem que sejam consideradas as articulações e os desdobramentos intra-regionais. Daí o caráter seletivo do investimento e a tendência de ele concentrar-se em áreas mais dinâmicas e já integradas.

A desatenção para com o fomento de centros urbanos deve aprofundar as heterogeneidades regionais, dado que, nas decisões alocativas, são considerados tão-somente imperativos das oportunidades de investimento. Dessa forma, num cenário de concentração territorial e seletividade da atividade econômica, pouco se pode esperar em termos do equacionamento dos problemas das áreas estagnadas ou deprimidas do Centro-oeste, que ficarão à margem do processo, sobretudo se considerada a fragilização dos organismos regionais de planejamento e o drástico estreitamento do espaço institucional para a formulação de políticas regionais de desenvolvimento.

Os resultados da pesquisa demonstram que, no caso da região Sudeste, as heterogeneidades internas presentes nos estados estão longe de ser sanadas, posto que a localização dos novos investimentos continua concentrada nas regiões estrategicamente localizadas e mais equipadas em termos de infra-estrutura.

Destacam-se, como aspecto central, as vantagens locacionais do estado de São Paulo em relação às demais regiões brasileiras, dados os parques produtivos já instalados, o mercado de trabalho consolidado, a infra-estrutura existente, principalmente as modernas rodovias e aeroportos, a grande concentração de instituições de ensino e pesquisa de alto nível, e extensa gama de serviços de apoio à produção. Essas vantagens estão substituindo os antigos requisitos de mão-de-obra barata e matéria-prima abundante.

A rede urbana estruturada a partir dos processos econômicos e espaciais tende a manter a forte concentração das atividades e da população nas aglomerações urbanas e nos centros urbanos mais importantes, com pequenas alterações, notadamente no que diz respeito ao fortalecimento das estruturas urbanas surgidas nas regiões mais dinâmicas.

Verifica-se na região Sudeste uma tendência à descentralização relativa da capacidade de produção de São Paulo em favor dos outros três estados. Por outro lado, nota-se, ainda, a concentração dos investimentos em poucos segmentos produtivos: produtos químicos, metalurgia básica e veículos automotores. A localização desses investimentos continua privilegiando as regiões mais desenvolvidas.

No Espírito Santo, a concentração dos novos investimentos ocorre na aglomeração urbana de Vitória. A região da capital mantém-se como centro de decisões, de informações e como *locus* de retenção dos excedentes vinculados ao comércio exterior. As exceções ficam por conta dos investimentos em celulose e papel e produtos químicos, em Aracruz/São Mateus, ao norte da capital. No Rio de Janeiro, destaca-se o investimento na extração

de petróleo e serviços correlatos, localizados no norte fluminense. O sul fluminense (Vale do Paraíba), a segunda área mais industrializada do estado, vem sendo alvo de investimentos no setor automobilístico. Em Minas Gerais, a mesorregião central, seguida pelo sul do Estado, detém a liderança em número de novos investimentos previstos. Isso ocorre pois essas áreas já possuem uma infra-estrutura urbana montada, podem fornecer mão-de-obra qualificada para as empresas e têm localização privilegiada no estado e no país. Tais áreas foram beneficiadas pelo processo de espraiamento industrial da Região Metropolitana de São Paulo.

No caso do estado de São Paulo, chama a atenção o fato de que os novos fluxos de investimento privilegiam o interior do estado, num processo de continuação da *interiorização do desenvolvimento*, iniciado em meados dos anos 70. A localização da indústria automobilística é um bom indicativo dessa tendência. As novas alternativas locacionais estão concentradas na aglomeração urbana de São Paulo (ABCD/São Paulo/Mogi das Cruzes/Guarulhos), na aglomeração urbana de Campinas (com investimentos em Sumaré e Indaiatuba), na aglomeração urbana do Vale do Paraíba (com investimentos em Taubaté/São José dos Campos/Pindamonhangaba), na aglomeração urbana de Araraquara/São Carlos (com investimentos em São Carlos) e, também, na aglomeração urbana de Sorocaba.

Todos esses fatos parecem indicar a ineficiência das políticas de incentivo em favor das regiões menos desenvolvidas em comparação às vantagens locacionais das regiões mais desenvolvidas.

No conjunto das vantagens locacionais de determinadas regiões, a infra-estrutura instalada destaca-se como fator determinante para a decisão de localização de empreendimentos. As necessidades de infra-estrutura exigidas pelo crescimento da economia brasileira são imensas, o que demanda um nível crescente de investimentos, posto que se somam, à necessidade de modernização dos sistemas, as carências acumuladas de vários setores. Os estados do Sudeste, muito embora estejam em situação privilegiada no conjunto do país, encontram-se em estágios distintos no que toca às diferentes infra-estruturas instaladas, apresentando, ademais, significativas diferenças intra-estaduais.

No caso de São Paulo, destaca-se o papel da hidrovia Tietê-Paraná e do gasoduto Bolívia-Brasil. A hidrovia Tietê-Paraná afigura-se como um dos principais vetores de desenvolvimento regional do estado de São Paulo, configurando-se como a via de integração do Mercosul. Cortando todo o interior do estado de São Paulo em direção ao oeste e margeando os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, sua área de influência abrange 220 municípios só em São Paulo. Além disso, está prevista a instalação de diversos pólos hidroindustriais e pólos turísticos nos municípios ribeirinhos.

A instalação do gasoduto Bolívia-Brasil, nessa mesma região, possibilitará a utilização de gás natural e de energia termelétrica pelas indústrias a serem instaladas. O gasoduto percorrerá 2.593 quilômetros no lado brasileiro, cortando 122 municípios nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Há grande expectativa de que esses municípios venham a adquirir competitividade na localização de novos investimentos produtivos.

No contexto do programa **Brasil em Ação**, importantes investimentos em infra-estrutura vêm sendo feitos nos estados da região Sudeste, contribuindo para diminuir os estrangulamentos existentes, a exemplo da duplicação da rodovia Fernão Dias, com impacto significativo, ao assegurar a expansão dos investimentos no eixo São Paulo/Belo Horizonte. Outros exemplos são a modernização do porto de Sepetiba, a implantação de um teleporto no estado do Rio de Janeiro e a ligação ferroviária Unaí-Pirapora, que complementará o corredor de exportação de grãos, unindo o Centro-oeste ao porto de Tubarão, no Espírito Santo.

A evolução recente da rede urbana acompanhou os processos econômicos em curso nos estados da região Sudeste, processos esses que, em muitos casos, extrapolam os limites administrativos dos estados. Com efeito, ao examinar o conjunto da região, identificam-se áreas estagnadas e/ou de baixo dinamismo econômico, tais como o norte e nordeste de Minas Gerais, o noroeste do Espírito Santo, o norte do estado do Rio de Janeiro e o sudoeste do estado de São Paulo, áreas onde a rede de cidades não sofreu grandes alterações. Identificam-se, também, áreas economicamente dinâmicas, que apresentaram as principais transformações dos processos espaciais urbanos (consolidação de aglomerações urbanas e de centros médios, e o surgimento de sistemas de cidades articuladas, muitos deles ao longo de importantes eixos viários).

As seguintes áreas passaram por significativas transformações urbanas, as quais tendem a aprofundar-se:

- aglomeração urbana metropolitana de São Paulo; centros industriais já consolidados de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos, e seus respectivos entornos; quatro grandes eixos de ligação à capital (rodovias Bandeirantes e Anhangüera, com uma derivação para a Washington Luiz – Ribeirão Preto/São Carlos/Araraquara/Limeira/Piracicaba/Rio Claro; rodovias Presidente Dutra e Carvalho Pinto – Jacareí/Taubaté/Lorena/Guaratinguetá; eixo Castelo Branco/Marechal Rondon – Bauru/Botucatu; e o eixo formado pela rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, surgindo um novo implante industrial, locali-

zado em território mineiro, principalmente nos municípios de Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas);

- aglomeração urbana metropolitana do Rio de Janeiro, que domina em todos os aspectos o estado, polarizando, inclusive, a região de influência de Juiz de Fora, em Minas Gerais;
- mesorregião central de Minas Gerais, capitaneada pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, que se encontra entre as mais beneficiadas pela desconcentração relativa das atividades industriais de São Paulo;
- aglomeração urbana de Vitória, que polariza todo o estado do Espírito Santo e se constitui na "porta de saída" do corredor Centro leste;
- sul de Minas/Vale do Paraíba, que apresenta uma rede de cidades de porte médio, articuladas entre si, com grande dinamismo econômico e com estreitas articulações com o estado de São Paulo;
- Triângulo Mineiro, com altas taxas de crescimento e fortes articulações com o norte paulista e com os estados vizinhos do Centro-oeste.

Dentre as espacialidades da rede urbana da região Sudeste, destaca-se a forte presença das aglomerações urbanas, extremamente concentradoras das atividades econômicas e da população, trazendo, como conseqüência, dificuldades no provimento de infra-estrutura, carência de habitações populares e altos índices de pobreza nas suas periferias. A reversão dessa situação está fora das perspectivas atuais, visto que os investimentos continuam privilegiando em grande medida essas regiões.

Nota-se também crescimento ou fortalecimento de centros de médio porte, que, reunindo condições favoráveis de infra-estrutura e de qualidade de vida, passam a ter competitividade na atração de novos investimentos. Esses centros foram afetados pelo investimento produtivo e produziram sinergias com outras cidades próximas, conformando regiões de grande dinamismo.

As demais áreas da região Sudeste sofrem muitas dificuldades, em vista do fraco dinamismo econômico, com redes urbanas marcadas por pequeno número de centros urbanos isolados, de médio porte, com pouca capacidade de polarização e com baixo nível de articulação aos demais centros.

A região Sul, por sua vez, vem passando por várias transformações nos últimos anos, cujos efeitos são sensíveis na dimensão social e nos arranjos espaciais, exigindo novos mecanismos institucionais de planejamento e gestão.

A inserção dos estados do Sul na dinâmica dos segmentos modernos da indústria metalomecânica, até agora mais restritos ao Sudeste brasileiro, favorece o eixo que se estende da aglomeração metropolitana de Curitiba, leste catarinense, envolvendo as aglomerações de Joinville, Blumenau, Itajaí, Florianópolis e Criciúma, até a aglomeração urbana metropolitana de Porto Alegre, incorporando a aglomeração urbana de Caxias do Sul.

Ao longo desse eixo, situam-se os municípios que constituem extensa área de forte concentração econômica e demográfica. Suas vantagens comparativas fazem com que para lá se dirijam os principais investimentos em curso, ou previstos, para o Sul. Assim, esse eixo seguramente configurará um complexo econômico e social de grandes proporções no cenário da urbanização brasileira.

Contudo, paralelamente ao processo de concentração, o esvaziamento também terá curso na região Sul, movido pela continuidade da modernização do setor agropecuário, persistindo em áreas antigas e incorporando novas áreas.

Os investimentos da indústria metalomecânica destinam-se à aglomeração urbana metropolitana de Curitiba, mais precisamente aos municípios de São José dos Pinhais, Campo Largo, Araucária, Curitiba e Quatro Barras.

Em Santa Catarina, o maior montante de investimento está destinado à aglomeração de Joinville, e volumes de recursos um pouco menores para a aglomeração de Blumenau e para o oeste catarinense.

No Rio Grande do Sul, diferentemente de suposta desconcentração, ocorre um processo de incorporação de territórios do entorno metropolitano ao espaço econômico da aglomeração urbana metropolitana de Porto Alegre, configurando-se, como resultado, uma *área perimetropolitana*. Outra área de concentração que se acentua é a aglomeração urbana do nordeste gaúcho, que tem como centros as cidades de Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

O eixo Pelotas-Rio Grande também envolve certo grau de concentração urbano-industrial.

Outras áreas do estado demonstram também sinais evidentes de formação de eixos de desenvolvimento, ou novos aglomerados urbanos, como é o caso do espaço constituído pelas cidades de Erechim, Passo Fundo e Carazinho, e de diversos pequenos centros localizados entre e no entorno deles. Da mesma forma, o espaço de influência das cidades de Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina constitui as áreas dinâmicas de produção de grãos no estado. As demais áreas do estado apresentam baixíssima capacidade de crescimento, consolidando tendências de esvaziamento, já ocorrido em décadas anteriores.

A concentração dos investimentos privilegia apenas três aglomerados urbanos do estado: aglomeração urbana metropolitana de Porto Alegre, aglomeração urbana de Caxias do Sul, aglomeração urbana de Pelotas/Rio Grande.

O espaço regional aqui tratado como *área perimetropolitana* está situado no entorno da Região Metropolitana de Porto Alegre, parte dela unindo, territorialmente, a aglomeração urbana metropolitana de Porto Alegre

com a aglomeração urbana de Caxias. Esta área está recebendo expressivo volume de investimentos, distribuídos entre cidades que vão desde Santa Cruz do Sul/Venâncio Aires, Lageado/Estrela/Teutônia e Taquari, todas a oeste da aglomeração urbana metropolitana, até Três Coroas, ao norte, Osório e Mostardas, a leste, e Camaquã e Barra do Ribeiro, ao sul. Na verdade, o espaço perimetropolitano é uma expansão do campo aglomerativo da própria Região Metropolitana de Porto Alegre. Alguns centros localizados nessa área acabam atraindo investimentos industriais e, assim, credenciando-se a ser incorporados à aglomeração urbana metropolitana ou a constituir aglomerado urbano não-metropolitano. Estes são os casos de Santa Cruz do Sul/Vera Cruz/Venâncio Aires e Lageado/Estrela/Teutônia, e respectivos municípios mais próximos. Está nessa mesma condição, mas em situação relativamente isolada, o município de Montenegro.

A aglomeração urbana de Pelotas/Rio Grande é outro pólo que está recebendo expressivo volume dos novos investimentos industriais.

A região do planalto deverá receber o maior volume de investimentos, distribuídos em dois eixos de desenvolvimento: o primeiro é constituído pelos municípios de Erechim, Passo Fundo e Carazinho, e alguns municípios localizados no entorno desses centros; o segundo é formado pelos municípios de Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina, mais o município de Espumoso, igualmente privilegiado como local para sediar investimento novo no setor industrial.

É possível que esses eixos venham a formar, no futuro próximo, uma nova aglomeração urbana no estado, dado que tais centros dispõem de infra-estrutura urbana e de grande oferta de serviços.

Em síntese, o crescimento diferenciado, em grande parte influenciado pela localização de oportunidades econômicas, provocará uma distribuição espacial da população centrada na urbanização e na concentração em aglomerações e eixos dinâmicos. O movimento de expansão das aglomerações metropolitanas do Sul, com a incorporação de áreas adjacentes na mesma dinâmica, exercerá importante papel nesse processo. Verdadeiros complexos urbanos passarão a contrastar com regiões que terão como característica uma dinâmica lenta, ou até de esvaziamento e estagnação. No entanto, as atividades tradicionais ainda exercem peso fundamental na possibilidade de retenção populacional no interior dos estados, até mesmo provocando a configuração de eixos de intenso crescimento e de aglomeração.

De modo geral, os processos migratórios inter-regionais e interestaduais devem continuar ocorrendo, porém com diferenciações de ritmo e de sentido. É de se esperar um arrefecimento contínuo da evasão populacional para fora da região. Passam a ser perceptíveis, em maior escala no Rio Grande do Sul, os movimentos intra-urbanos das aglomerações metropolitanas, com fluxos de partida dos pólos no sentido dos municípios periféricos e de aglomerações adjacentes. Os fluxos de migração de retorno que começam a ser vislumbrados, e embora se intensifiquem, não chegarão a compensar o volume de perdas que a região tende a sofrer.

7 Subsídios para Formulação de Políticas Públicas

A rede urbana brasileira tem-se tornado mais complexa com a configuração de diversas espacialidades, reflexo de distintas articulações socioespaciais formadas entre as cidades. Essa complexidade, que expressa a desconcentração das atividades produtivas e o surgimento de novos espaços economicamente dinâmicos, configura-se em função das peculiaridades da estrutura produtiva e de especificidades físico-espaciais que modelam distintamente o território construído.

As aglomerações urbanas metropolitanas do Sudeste/Sul do país, onde a produção industrial tem peso significativo na estrutura produtiva, têm mudado suas feições, com redução da participação da indústria e ampliação das funções de alta gestão na participação do setor de serviços. Seus territórios têm-se diversificado, com a incorporação, ou crescimento, de novos segmentos e atividades que requerem ampliação das articulações entre os centros metropolitanos, considerando, inclusive, suas conexões internacionais.

Isso é expresso fisicamente por um padrão de urbanização que incorpora novas áreas às cidades e implanta novas estruturas de habitação e consumo, como condomínios fechados, *flats*, *apart* hotéis, *shopping-centers*, centros de convivência e outras.

Por outro lado, os efeitos da reestruturação produtiva, aliada à queda na oferta de novos postos formais de trabalho para trabalhadores sem qualificação, ampliam as disparidades sociais e elevam o desemprego, expondo novas questões urbanas ligadas à marginalidade e à falta de segurança. Essas questões ampliam a agenda dos problemas urbanos, em relação ao passado recente, uma vez que surge, além das tradicionais demandas ligadas à luta por moradia, transportes, infra-estrutura urbana e equipamentos sociais, nova demanda por emprego e segurança. Isso se expressa no lado perverso do padrão de urbanização dos grandes centros, que tem sido denominado de *arrebentação do padrão de urbanização* (Cano, 1988).

Nas aglomerações urbanas metropolitanas do Nordeste, essa face perversa do padrão de urbanização é exacerbada na medida em que a estrutura produtiva é menos diversificada e, portanto, mais exposta aos ciclos econômicos conjunturais.

Nas aglomerações urbanas não-metropolitanas, a complexidade da rede urbana pode ser reconhecida por distintos processos, genericamente agrupados em dois grandes blocos: de um lado, figuram as capitais e regiões de localização industrial tradicional, onde a queda da participação da produção industrial, aliada à redução do emprego público e do investimento dos governos estaduais, tende a aproximar o padrão de urbanização ao das grandes metrópoles nacionais; de outro lado, figuram as áreas que têm sido privilegiadas pela nova localização industrial, as quais estão, em geral, inseridas em regiões de agricultura moderna, integrada em complexos agroindustriais. Beneficiaram-se, portanto, da renda gerada no setor agroindustrial e tiveram a possibilidade de internalizar várias atividades e equipamentos de maior complexidade, voltados para a população de poder aquisitivo acima da média. Esses fatos foram responsáveis pela geração de condições prévias para a atração de novos investimentos produtivos, o que tende a ampliar a face do padrão de urbanização articulada ao grande capital.

É importante ressaltar que, em menor ou maior escala, as duas faces do padrão de urbanização estão presentes em todos os centros urbanos. Assim, nos pequenos centros urbanos, localizados em áreas cuja atividade econômica principal é a agropecuária tradicional, e nos centros urbanos localizados em área de fronteira agrícola, a face preponderante do padrão de urbanização assemelha-se àquela das carências clássicas das áreas metropolitanas, pelo predomínio de habitações rudimentares e pela necessidade de expansão dos serviços públicos e de implantação de equipamentos de uso coletivo.

Em síntese, os diversos tipos de articulação e integração espacial existente entre os centros urbanos, ao mesmo tempo que expressam sua inserção e o papel desempenhado na estrutura produtiva, refletem os vários arranjos possíveis entre as duas faces do padrão de urbanização e engendram uma configuração espacial peculiar para cada segmento da rede urbana.

No que diz respeito ao processo de conformação da rede urbana do Brasil, esta apresenta nítidos sinais de transição, evoluindo para o desenvolvimento espacial em forma de *eixos*. Deve-se considerar ainda que essa estrutura sofrerá impactos importantes decorrentes dos investimentos programados por *eixos de desenvolvimento*, que poderão contribuir para redesenhar a configuração territorial do país e redefinir o sistema de cidades.

A característica principal dos investimentos recentes no país é dada pelo seu caráter seletivo, privilegiando espaços dinâmicos e desconhecendo as áreas de baixo dinamismo, ou estagnadas economicamente. Isso pode acentuar as tendências de concentração da população nas aglomerações urbanas do país, aumentando seus problemas sociais, urbanos e ambientais.

Outro elemento central para implementação de políticas urbanas diz respeito à necessidade de revitalização dos grandes centros urbanos do país, mediante o investimento em atividades que reduzam os custos de produção em geral e, particularmente, os de bens e serviços urbanos.

O aumento da competitividade dos centros urbanos pressupõe também novas possibilidades de cooperação entre União, estados e municípios, o que pode resultar em maior dinamismo da rede urbana.

No caso das metrópoles globais de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam mercado com dimensão e grau de diversificação produtiva significativo, vale ressaltar que potencializar sua inserção no sistema mundial de cidades depende da adoção de políticas públicas com financiamento público e privado, desenvolvimento de ciência e tecnologia, e treinamento de mão-de-obra.

7.1 Recomendações

Dada a atual configuração da rede urbana brasileira, bem como o quadro das tendências do desenvolvimento regional, são apresentadas a seguir algumas recomendações com vistas a orientar a formulação de políticas públicas. São elas:

- definir e implementar planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano orientados com base no planejamento regional, explorando estratégias e vantagens comparativas que possam beneficiar centros urbanos articulados em uma sub-região;
- estabelecer e institucionalizar políticas dirigidas, prioritariamente, à gestão das aglomerações urbanas metropolitanas e centros urbanos de grande e médio porte, pautadas nos critérios de sustentabilidade do desenvolvimento, bem como na constituição de canais de representação que amenizem os conflitos entre a autonomia municipal, os interesses nacionais, regionais e os da pluralidade dos segmentos sociais;
- buscar integração e articulação setorial e institucional das políticas e ações voltadas para o desenvolvimento urbano, notadamente na gestão das aglomerações urbanas;
- criar e fortalecer os mecanismos de gestão compartilhada, facilitando a construção de parcerias entre os setores público e privado e a comunidade envolvida, visando a convergências de ações, cooperação, participação comunitária e atuação de longo prazo;
- aumentar a eficiência dos centros urbanos, tornando-

os mais competitivos por meio de: políticas que definam estratégias de desenvolvimento; incentivo à estruturação de novas atividades, com vistas à reconversão de seu perfil econômico; e aumento de sua capacidade de atrair investimentos;

- considerar nas políticas públicas as peculiaridades espaciais e funcionais dos sistemas urbano-regionais, das diferentes categorias da rede urbana e das aglomerações urbanas do país;
- buscar nas ações voltadas para os centros urbanos, nas diferentes esferas de governo, eficiência, "focalização" precisa e seletividade na gestão pública, evitando a "pulverização" de recursos;
- aumentar a competitividade das metrópoles brasileiras mediante investimentos em infra-estrutura e na produção eficaz de bens e serviços urbanos;
- formular projetos e programas que considerem a complexidade dos problemas nos grandes centros urbanos do país e que sejam orientados para diminuir o número de excluídos e marginalizados, bem como para reduzir os problemas de segurança e desemprego, que se somam às questões relacionadas à infra-estrutura urbana e social;
- adotar políticas compensatórias dirigidas aos *municípios periféricos*, preteridos pelos investimentos econômicos, porém absorvedores de grande contingente de população e pressionados por crescente demanda, já que fragilizados em sua capacidade financeira e onerados pelos compromissos da descentralização das políticas sociais;
- implementar um processo de planejamento que defina prioridades setoriais e locacionais para os grandes investimentos de forma articulada às políticas territoriais e inclua os vários agentes do governo e da sociedade;
- controlar os impactos territoriais dos investimentos programados e, em especial, os efeitos de degradação dos recursos ambientais;
- definir políticas de incorporação das chamadas áreas de baixo dinamismo, ou estagnadas, no processo de desenvolvimento regional, permitindo, inclusive, reverter os indicadores sociais negativos. E mesmo nas áreas economicamente dinâmicas, urge incorporar mecanismos que garantam a integração social, bem como a distribuição da riqueza gerada;
- minimizar os efeitos da *guerra dos lugares*, através da regulamentação das políticas de incentivos como estratégias de fortalecimento das centralidades, sem desconsiderar o atendimento às demandas sociais e sem comprometer a coesão regional/nacional; e
- intensificar o processo de construção da cidadania, mediante o envolvimento dos atores sociais na formulação e na implementação das políticas públicas.

Portanto, os sistemas urbanos do país apresentam diferentes estágios de desenvolvimento. Por um lado, a tendência de concentração da população e de atividades nas grandes aglomerações urbanas ocasiona maior pressão na infra-estrutura existente. Por outro lado, o aprofundamento das disparidades de renda tem contribuído para a precariedade das condições de vida nos grandes centros urbanos, bem como para a insuficiência de oportunidades de emprego e de oferta de serviços.

Nesse sentido, além de orientar-se para as aglomerações urbanas, a ação das políticas públicas deve direcionar-se às áreas de baixo dinamismo, a fim de buscar reduzir as heterogeneidades.

APÊNDICE

I Anexo Estatístico

1 – Critérios e Indicadores de Classificação da Rede Urbana

TABELA A.1

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/ESCALA DE URBANIZAÇÃO

POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO, PERCENTUAL NA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL E GRAU DE URBANIZAÇÃO (1998)

Centros Urbanos	UF	Nível de Central.	Classificação	População							Taxa de Crescimento (%)				Percentual da Pop. Total do Brasil			Grau de Urbanização (%)	
				1980	1991			1996			1996		Urbana	Rural					
				Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	1980-91	1991-96	1980-91	1991-96	1980	1991	1996	1991	1996
Brasil				119.003.540	110.990.990	35.834.485	146.825.475	123.082.167	33.997.409	157.079.572	1,93	1,36	2,09	-1,05	100	100	100	75,59	78,36
Aglomerações Urbanas Metropolitanas																			
São Paulo	SP	1	MG	12.630.258	15.168.229	343.007	15.511 236	16.079 153	587.833	16 666 986	1,89	1,45	1,17	11,38	10,61	10,56	10,61	97,79	96,47
Rio de Janeiro	RJ	1	MG	9.056.184	10.032.439	102.727	10 135 166	10.431.144	101 238	10.532 382	1,03	0,77	0,78	-0,29	7,61	6,90	6,71	98,99	99,04
Salvador	BA	2	MN	1 835.801	2 467.732	97.638	2.565.370	2.660.590	115.627	2.776 217	3,09	1,59	1,52	3,44	1,54	1,75	1,77	96,19	95,84
Belo Horizonte	MG	2	MN	2.633.632	3.307.743	159 977	3 467 720	3.627.405	201.637	3.829 042	2,53	2,00	1,86	4,74	2,21	2,36	2,44	95,39	94,73
Fortaleza	CE	2	MN	1.608 197	2 278.229	71.500	2.349.729	2.560.733	78.447	2.639 180	3,51	2,35	2,37	1,87	1,35	1,60	1,68	96,96	97,03
Brasília	DF	2	MN	1.337 419	1.835 498	128 434	1.963 932	2.180.117	173 793	2.368.069	3,55	3,69	3,50	6,24	1,12	1,34	1,50	93,46	92,62
Curitiba	PR	2	MN	1 427 782	1.869.979	114 370	1.984.349	2.206.405	142 154	2.348.559	3,04	3,43	3,36	4,45	1,20	1,35	1,50	94,24	93,95
Recife	PE	2	MN	2.534.780	2.888.149	197.012	3.085 161	3.060.854	197.534	3.258.388	1,80	1,10	1,17	0,05	2,13	2,10	2,07	93,61	93,94
Porto Alegre	RS	2	MN	2.314.091	2.957.172	109 248	3.066.420	3.127.984	163.697	3 291.680	2,59	1,43	1,13	8,42	1,94	2,09	2,10	96,44	95,03
Belém	PA	3	MR	1.041 488	953.228	494.023	1 447 251	984.385	644 361	1 628 746	3,04	2,39	0,65	5,46	0,88	0,99	1,04	65,86	60,44
Goiânia	GO	3	MR	810 487	1.168.161	36.404	1 204 565	1.400.630	16.312	1 416.942	3,67	3,30	3,70	-14,83	0,68	0,82	0,90	96,98	98,85
Campinas	SP	3	MR	1.221.151	1.698.435	80.386	1 778 821	1.914 455	77.701	1.992 157	3,48	2,29	2,42	-0,68	1,03	1,21	1,27	95,48	96,10
Total				38.451.270	46.624.994	1.934.726	48.559.720	50.233.855	2.500.334	52.748.348	2,14	1,66	1,50	5,26	32,31	33,07	33,58	96,02	95,26
Aglomerações Urbanas Não-Metropolitanas																			
São Luís	MA	4	CR	498.958	477.318	342.819	820.137	789.992	151.439	941.431	4,62	2,80	10,60	-15,08	0,42	0,56	0,60	58,20	83,91
Maceió	AL	4	CR	456.091	636.944	65 787	702.731	722 809	81.060	803.869	4,01	2,73	2,56	4,26	0,38	0,48	0,51	90,64	89,92
Natal	RN	4	CR	554.223	726.911	99 297	826.208	814 797	106.694	921 491	3,70	2,21	2,31	1,45	0,47	0,56	0,59	87,98	88,42
Teresina	PI	4	CR	452.170	647.725	58.986	706.711	714.471	59.430	773.901	4,14	1,83	1,98	0,15	0,38	0,48	0,49	91,65	92,32
João Pessoa	PB	4	CR	476.066	680.354	18 202	698.556	753.616	20.231	773.847	3,55	2,07	2,07	2,14	0,40	0,48	0,49	97,39	97,39
São José dos Campos	SP	4	CR	711.529	958.586	50.311	1.008.897	1 026.701	61.896	1.088.597	3,23	1,53	1,38	4,23	0,60	0,69	0,69	95,01	94,31
Ribeirão Preto	SP	4	CR	425.103	574.693	20 248	594.941	626.596	14 119	640.715	3,10	1,49	1,74	-6,96	0,36	0,41	0,41	96,60	97,80
Cuiabá	MT	4	CR	286.227	550.969	13 802	564 771	605.022	21.734	626.756	6,37	2,10	1,89	9,51	0,24	0,38	0,40	97,56	96,53
Aracaju	SE	4	CR	363 551	550.657	13 170	563 827	627.482	15 953	643 435	4,07	2,68	2,65	3,91	0,31	0,38	0,41	97,66	97,52
Santos	SP	4	CR	961 243	1.215.004	5.245	1.220.249	1.304.031	5.232	1 309 263	2,19	1,42	1,42	-0,05	0,81	0,83	0,83	99,57	99,60
Florianópolis	SC	4	CR	335.166	462.369	35.007	497.376	502.036	41.492	543.528	3,65	1,79	1,66	3,46	0,28	0,34	0,35	92,96	92,37
Vitória	ES	4	CR	706.244	1.044.600	20.319	1.064 919	1.164.545	17.809	1.182.354	3,80	2,11	2,20	-2,60	0,59	0,73	0,75	98,09	98,49
Sorocaba	SP	5	CSR1	541.298	733.834	48.571	782.405	837 404	52.134	889.538	3,41	2,60	2,68	1,43	0,45	0,53	0,57	93,79	94,14
Londrina	PR	5	CR	569.092	653.991	58.943	712.934	723.164	52.686	775.850	2,07	1,71	2,03	-2,22	0,48	0,49	0,49	91,73	93,21
Joinville	SC	5	CSR1	329 471	455.608	38.349	493.957	507.715	62.688	570 403	3,75	2,92	2,19	10,33	0,28	0,34	0,36	92,24	89,01
São José do Rio Preto	SP	5	CSR1	219 742	316.018	12 746	328.764	353.709	24 619	378 328	3,73	2,85	2,28	14,07	0,18	0,22	0,24	96,12	93,49
Caxias do Sul	RS	5	CSR1	369.918	409.254	83 251	492 505	455 496	98.906	554 403	2,64	2,40	2,16	3,51	0,31	0,34	0,35	83,10	82,16
Pelotas/Rio Grande	RS	5	CSR1	387.224	430.217	33 305	463 522	454 133	31.790	485 923	1,65	0,95	1,09	-0,93	0,33	0,32	0,31	92,81	93,46
Jundiaí	SP	5	CSR1	335 029	404 471	33 507	437.978	436.525	25 972	462 497	2,47	1,10	1,54	-4,97	0,28	0,30	0,29	92,35	94,38
Maringá	PR	5	CSR1	222.569	317.461	15.634	333.095	363.721	16.806	380.527	3,73	2,70	2,76	1,46	0,19	0,23	0,24	95,31	95,58
Ilhéus/Itabuna	BA	5	CSR1	275.657	321.793	87 234	409 027	350.571	75.277	425.848	3,65	0,81	1,73	-2,91	0,23	0,28	0,27	78,67	82,32
Caruaru	PE	5	CSR1	181.148	195.763	32.841	228.604	216.388	34 056	250.444	2,14	1,84	2,02	0,73	0,15	0,16	0,16	85,63	86,40
Blumenau	SC	5	CSR1	283 616	330.156	58 094	388.250	362.844	70.264	433.108	2,90	2,21	1,91	3,88	0,24	0,26	0,28	85,04	83,78
Limeira	SP	6	CSR1	389 688	474.986	51.791	526.777	532.375	54 552	586.927	2,78	2,19	2,31	1,04	0,33	0,36	0,37	90,17	90,71
Cascavel	PR	5	CSR1	212 980	250.168	37.701	287 869	283.854	33 537	317 391	2,78	1,97	2,56	-2,31	0,18	0,20	0,20	86,90	89,43
Juazeiro do Norte/Crato	CE	5	CSR1	247.250	259.504	43.011	302 515	285 920	42.320	328 240	1,85	1,65	1,96	-0,32	0,21	0,21	0,21	85,78	87,11
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	5	CSR1	198 696	227.539	76.634	304 173	278.361	98 194	376.555	3,95	4,36	4,11	5,08	0,17	0,21	0,24	74,81	73,92
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	6	CSR1	514 290	562.882	34.377	597.259	601.314	35.828	637.142	1,37	1,30	1,33	0,83	0,43	0,41	0,41	94,24	94,38
Ipatinga	MG	6	CSR2	289.250	332.059	10.465	342.524	356.765	15.601	372.366	1,55	1,68	1,45	8,31	0,24	0,23	0,24	96,94	95,81
Araraquara/São Carlos	SP	6	CSR1	247.657	304 873	20.079	324 952	326.559	25.524	352.083	2,50	1,62	1,38	4,92	0,21	0,22	0,22	93,82	92,75
Araçatuba	SP	5	CSR2	180.200	221 472	13.210	234.682	243.579	11.157	254.736	2,43	1,65	1,92	-3,32	0,15	0,16	0,16	94,37	95,62
Criciúma	SC	6	CSR2	195.094	229 900	56 257	286.157	254.540	62.485	317 025	3,54	2,07	2,06	2,12	0,16	0,19	0,20	80,34	80,29
Itajaí	SC	6	CSR2	150.884	220.763	12.509	233 272	277.095	14 157	291.252	4,04	4,54	4,65	2,51	0,13	0,16	0,19	94,64	95,14
Cabo Frio	RJ	6	CSR2	158.296	184 600	29.679	214 279	229 514	39.088	268.602	2,79	4,62	4,45	5,66	0,13	0,15	0,17	86,15	85,45
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	6	CSR2	172 126	208.481	20 312	228 793	235 577	23 171	258.748	2,62	2,49	2,47	2,67	0,14	0,16	0,16	91,12	91,04
Guaratinguetá/Aparecida	SP	6	CSR2	206 498	229.177	17 249	246.426	245 163	16.799	261.962	1,62	1,23	1,36	-0,53	0,17	0,17	0,17	93,00	93,59
Itabira	MG	6	CSR2	129.227	139.271	15 269	154.540	150.362	16.676	167.038	1,64	1,57	1,54	1,78	0,11	0,11	0,11	90,12	90,02
Total				13.233.471	16.940.371	1.684.211	18.624.582	19.014.746	1.631.376	20.646.123	3,16	2,08	2,34	-0,64	11,12	12,68	13,14	90,96	92,10
Não-Aglomerações																			
Manaus	AM	3	MR	618.025	1.006.585	4.916	1.011.501	1 150.193	7.164	1.157.357	4,58	2,73	2,70	7,82	0,52	0,69	0,74	99,51	99,38
Campo Grande	MS	4	CR	291.777	518.687	7.439	526.126	592.007	8.062	600.069	5,51	2,66	2,68	1,62	0,25	0,36	0,38	98,59	98,66

Continua

TABELA A.1
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/ESCALA DE URBANIZAÇÃO
POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO, PERCENTUAL NA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL E GRAU DE URBANIZAÇÃO (1998)

Continuação

Centros Urbanos	UF	Nível de Central.	Classificação	População 1980	1991			1996			Taxa de Crescimento (%) 1996		Urbana	Rural	Percentual da Pop. Total do Brasil			Grau de Urbanização (%)	
				Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	1980-91	1991-96	1980-91	1991-96	1980	1991	1996	1991	1996
Feira de Santana	BA	5	CSR1	291 506	349 557	56 890	406 447	393 943	56.544	450 487	3,07	2,08	2,42	-0,12	0,24	0,28	0,29	86,00	87,45
Uberlândia	MG	5	CSR1	240 967	358 165	8 896	367 061	430 439	8.547	438 986	3,90	3,64	3,74	-0,80	0,20	0,25	0,28	97,58	98,05
Juiz de Fora	MG	5	CSR1	307 534	380 249	5 747	385 996	419 226	5 253	424 479	2,09	1,92	1,97	-1,78	0,26	0,26	0,27	98,51	98,76
Campos dos Goytacazes	RJ	5	CSR1	335 857	324 667	64 442	389 109	340 402	61 085	401 487	1,35	0,63	0,95	-1,06	0,28	0,27	0,26	83,44	84,79
Campina Grande	PB	5	CSR1	247 827	307 468	18 839	326 307	326.016	18 714	344 730	2,53	1,10	1,18	-0,13	0,21	0,22	0,22	94,23	94,57
Porto Velho	RO	4	CR	133 882	229 788	57 746	287 534	249 675	75 062	324 737	7,20	2,46	1,67	5,39	0,11	0,20	0,21	79,92	76,89
Piracicaba	SP	6	CSR2	214 307	269 961	13 872	283 833	295 112	13 035	308 147	2,59	1,66	1,80	-1,24	0,18	0,19	0,20	95,11	95,77
Bauru	SP	5	CSR1	186 659	255 669	5 443	261.112	287 530	5 036	292 566	3,10	2,30	2,38	-1,54	0,16	0,18	0,19	97,92	98,28
Imperatriz	MA	5	CSR1	169 788	210 051	66 451	276 502	215 218	58 886	274 104	4,53	-0,17	0,49	-2,39	0,14	0,19	0,17	75,97	78,52
Montes Claros	MG	6	CSR2	177 302	227.759	22 303	250 062	253 082	18 526	271.608	3,18	1,67	2,13	-3,64	0,15	0,17	0,17	91,08	93,18
Franca	SP	6	CSR2	148 990	227 854	5 244	233 098	261 327	5 908	267 235	4,15	2,77	2,78	2,41	0,13	0,16	0,17	97,75	97,79
Anápolis	GO	5	CSR1	180 012	226 925	12 453	239 378	244 670	20 305	264 975	2,62	2,05	1,52	10,27	0,15	0,16	0,17	94,80	92,34
Santarém	PA	6	CSR2	191 945	180.018	85 044	265 062	180 189	83 279	263 468	2,98	-0,12	0,02	-0,42	0,16	0,18	0,17	67,92	68,39
Ponta Grossa	PR	6	CSR2	186 656	221 671	12 313	233 984	244 298	12 004	256.302	2,08	1,84	1,96	-0,51	0,16	0,16	0,16	94,74	95,32
Rio Branco	AC	4	CR	117 101	168 679	28 697	197 376	204 211	39 413	243.624	4,86	4,30	3,90	6,55	0,10	0,13	0,16	85,46	83,82
Vitória da Conquista	BA	5	CSR1	170 619	188 351	36 740	225 091	204 295	37 860	242 155	2,55	1,47	1,64	0,60	0,14	0,15	0,15	83,68	84,37
Macapá	AP	5	CSR1	111 062	154 063	25 714	179 777	218 414	19 401	237 815	4,48	5,76	7,23	-5,48	0,09	0,12	0,15	85,70	91,84
Uberaba	MG	5	CSR1	199 208	200 705	11 119	211 824	229 031	8 402	237 433	0,56	2,31	2,68	-5,45	0,17	0,14	0,15	94,75	96,46
Santa Maria	RS	6	CSR2	178 940	196 342	21 250	217.592	214.652	21.846	236 498	1,79	1,68	1,80	0,55	0,15	0,15	0,15	90,23	90,76
Foz do Iguaçu	PR	6	CSR2	124 820	186 385	3 738	190 123	228 326	3 301	231 627	3,90	4,03	4,14	-2,46	0,10	0,13	0,15	98,03	98,57
Governador Valadares	MG	6	CSR2	196 117	215 098	15 426	230.524	220 839	10 403	231 242	1,48	0,06	0,53	-7,58	0,16	0,16	0,15	93,31	95,50
Mossoró	RN	5	CSR2	130 942	177 331	14 936	192 267	190.045	15 777	205 822	3,55	1,37	1,39	1,10	0,11	0,13	0,13	92,23	92,33
Marília	SP	5	CSR2	121 768	150 520	10 629	161.149	170 746	6.886	177.632	2,58	1,97	2,55	-8,32	0,10	0,11	0,11	93,40	96,12
Presidente Prudente	SP	5	CSR1	136 849	160 227	5 257	165.484	162 339	15.028	177 367	1,74	1,40	0,26	23,38	0,11	0,11	0,11	96,82	91,53
Guarapuava	PR	6	CSR2	125 755	116 210	43 424	159 634	136 240	38.473	174 713	2,19	1,82	3,23	-2,39	0,11	0,11	0,11	72,80	77,98
Arapiraca	AL	6	CSR2	124 476	130 963	33 958	164 921	138 243	35 096	173 339	2,59	1,00	1,09	0,66	0,10	0,11	0,11	79,41	79,75
Divinópolis	MG	6	CSR2	117 333	144 429	7 033	151 462	164 600	6 965	171 565	2,35	2,52	2,65	-0,19	0,10	0,10	0,11	95,36	95,94
Nova Friburgo	RJ	5	CSR2	123 383	144 354	22 727	167 081	146 779	22 467	169 246	2,79	0,26	0,33	-0,23	0,10	0,11	0,11	86,40	86,73
Sete Lagoas	MG	6	CSR2	100 618	140 125	3 889	144 014	163 292	4 048	167 340	3,31	3,05	3,11	0,80	0,08	0,10	0,11	97,30	97,58
Boa Vista	RR	5	CSR1	51 662	120 157	24 092	144 249	150 442	15.076	165.518	9,78	2,79	4,60	-8,95	0,04	0,10	0,11	83,30	90,89
Jequié	BA	6	CSR2	116 867	116 885	27 887	144 772	134 910	30 435	165 345	1,97	2,69	2,91	1,76	0,10	0,10	0,11	80,74	81,59
Passo Fundo	RS	6	CSR2	116 533	137 288	10.030	147 318	151 863	10 017	161 880	2,15	1,90	2,04	-0,03	0,10	0,10	0,10	93,19	93,81
Dourados	MS	5	CSR1	100 994	122 856	13 128	135.984	139 695	13 496	153 191	2,74	2,41	2,60	0,55	0,08	0,09	0,10	90,35	91,19
Cachoeiro de Itapemirim	ES	6	CSR2	113 277	117 119	26.330	143 449	127 450	22 909	150.359	2,17	0,95	1,71	-2,75	0,10	0,10	0,10	81,65	84,76
Marabá	PA	6	CSR2	37 679	102 435	21 233	123.668	123.378	26.717	150 095	11,41	3,95	3,79	4,70	0,03	0,08	0,10	82,83	82,20
Lages	SC	6	CSR2	129 687	138 575	12 660	151 235	138 669	10.191	148 860	1,41	-0,32	0,01	-4,25	0,11	0,10	0,09	91,63	93,15
Caxias	MA	6	CSR2	125 509	84 331	61 394	145 725	90.369	55 676	146 045	1,37	0,04	1,39	-1,94	0,11	0,10	0,09	57,87	61,88
Rondonópolis	MT	5	CSR2	81 375	113 032	13 595	126 627	131 432	14 183	145 615	4,10	2,83	3,06	0,85	0,07	0,09	0,09	89,26	90,26
Chapecó	SC	6	CSR2	83 772	96 751	26 299	123 050	115 247	27 633	142 880	3,56	3,03	3,56	0,99	0,07	0,08	0,09	78,63	80,66
Sobral	CE	6	CSR2	103 770	103 868	23 621	127 489	115 883	22 682	138.565	1,89	1,68	2,21	-0,81	0,09	0,09	0,09	81,47	83,63
Teófilo Otoni	MG	6	CSR2	128 826	101 966	38 867	140 833	103 220	32.824	136.044	0,81	-0,69	0,24	-3,32	0,11	0,10	0,09	72,40	75,87
Parnaíba	PI	6	CSR2	102 174	105 104	22 825	127 929	113 400	22 287	135 687	2,06	1,18	1,53	-0,48	0,09	0,09	0,09	82,16	83,57
Santa Cruz do Sul	RS	5	CSR2	98 129	78 955	38 818	117 773	85 617	40 537	126 154	1,67	1,38	1,63	0,87	0,08	0,08	0,08	67,04	67,87
Linhares	ES	6	CSR2	106 202	86 005	33 685	119 690	91 930	33 367	125 297	1,09	0,92	1,34	-0,19	0,09	0,08	0,08	71,86	73,37
Paranaguá	PR	6	CSR2	81 971	94 689	12 986	107 675	108 032	16 888	124 920	2,51	3,02	2,67	5,40	0,07	0,07	0,08	87,94	86,48
Uruguaiana	RS	6	CSR2	91 498	105 822	11 634	117 456	113 258	11 623	124 881	2,30	1,23	1,37	-0,02	0,08	0,08	0,08	90,10	90,69
Alagoinhas	BA	6	CSR2	96 530	99 508	17 386	116 894	103 578	19 260	122 838	1,76	1,00	0,80	2,07	0,08	0,08	0,08	85,13	84,32
Poços de Caldas	MG	6	CSR2	86 971	105 205	4 918	110 123	117 094	4.737	121 831	2,17	2,04	2,16	-0,75	0,07	0,08	0,08	95,53	96,11
Bragança Paulista	SP	5	CSR2	84 050	92 409	16 571	108 980	102 953	17 858	120 811	2,39	2,08	2,18	1,51	0,07	0,07	0,08	84,79	85,22
Araguaína	TO	6	CSR2	71 560	84 614	18 701	103 315	109 523	11 036	120 559	3,39	3,14	5,30	-10,01	0,06	0,07	0,08	81,90	90,85

Continua

TABELA A.1
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/ESCALA DE URBANIZAÇÃO
POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO, PERCENTUAL NA POPULAÇÃO TOTAL DO BRASIL E GRAU DE URBANIZAÇÃO (1998)

Conclusão

Centros Urbanos	UF	Nível de Central.	Classificação	População							Taxa de Crescimento (%)				Percentual da Pop. Total do Brasil			Grau de Urbanização (%)	
				1980		1991			1996		1996		Urbana	Rural					
				Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	1980-91	1991-96	1980-91	1991-96	1980	1991	1996	1991	1996
Castanhal	PA	5	CSR2	65 246	92.852	9.219	102.071	106.665	10.715	117.380	4,15	2,83	2,81	3,05	0,05	0,07	0,07	90,97	90,87
Barreiras	BA	6	CSR2	41.454	70.870	21.770	92.640	87 455	26 240	113.695	7,58	4,18	4,30	3,81	0,03	0,06	0,07	76,50	76,92
Garanhuns	PE	6	CSR2	87.038	89.206	14.135	103.341	96.443	13.641	110.084	1,57	1,27	1,57	-0,71	0,07	0,07	0,07	86,32	87,61
Rio Verde	GO	5	CSR2	69.907	84 142	12.167	96.309	96.988	11.190	108.178	2,96	2,35	2,88	-1,66	0,06	0,07	0,07	87,37	89,66
Barbacena	MG	6	CSR2	86.391	83.319	16.635	99.954	88.336	19 474	107.810	1,33	1,52	1,18	3,20	0,07	0,07	0,07	83,36	81,94
Jaú	SP	6	CSR2	74.012	86 823	7 293	94 116	97.088	6.513	103.601	2,21	1,94	2,26	-2,24	0,06	0,06	0,07	92,25	93,71
Catanduva	SP	5	CSR2	72 865	89 905	3.412	93.317	100 936	2.575	103.511	2,27	2,10	2,34	-5,47	0,06	0,06	0,07	96,34	97,51
Botucatu	SP	5	CSR2	64 545	84.853	5.908	90.761	95.215	5.661	100.876	3,15	2,14	2,33	-0,85	0,05	0,06	0,06	93,49	94,39
Ji-Paraná	RO	6	CSR2	54.566	75.414	22.385	97.799	80.783	14.573	95.356	5,45	-0,50	1,38	-8,23	0,05	0,07	0,06	77,11	84,72
Palmas	TO	5	CSR1	3.288	19.246	5.088	24.334	82.535	3.581	86.116	19,96	28,76	33,80	-6,78	0,00	0,02	0,05	79,09	95,84
Total				**8.630.373**	**10.753.060**	**1.327.247**	**12.080.307**	**12.075.766**	**1.316.371**	**13.392.137**	**3,10**	**2,08**	**2,35**	**-0,16**	**7,25**	**8,23**	**8,53**	**89,01**	**90,17**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; Contagem Populacional de 1996; e Regic 1993 – Níveis de Centralidade). Indicadores: Elaboração Ipea/Nesur/IBGE (1998).

TABELA A.2
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/ESCALA DE URBANIZAÇÃO
ÍNDICE DE INFRA-ESTRUTURA URBANA (IIEU) E ÍNDICE DE CONSUMO DE BENS (ICB) (1988)

Centros Urbanos que Constituem Aglomerações	UF	Classificação	IIEU	ICB
São Paulo	SP	MG	0,80	0,005123
Rio de Janeiro	RJ	MG	0,55	0,001886
Salvador	BA	MN	0,42	0,000301
Belo Horizonte	MG	MN	0,56	0,001612
Fortaleza	CE	MN	0,21	0,000051
Brasília	DF	MN	0,61	0,007284
Curitiba	PR	MN	0,68	0,005454
Recife	PE	MN	0,29	0,000098
Porto Alegre	RS	MN	0,75	0,002694
Belém	PA	MR	0,41	0,000370
Goiânia	GO	MR	0,36	0,002524
Campinas	SP	MR	0,78	0,007738
São Luís	MA	CR	0,32	0,000034
Maceió	AL	CR	0,28	0,000150
Natal	RN	CR	0,63	0,000250
Teresina	PI	CR	0,37	0,000064
João Pessoa	PB	CR	0,51	0,000106
São José dos Campos	SP	CR	0,81	0,003103
Ribeirão Preto	SP	CR	0,93	0,014302
Cuiabá	MT	CR	0,41	0,001049
Sorocaba	SP	CSR1	0,85	0,002242
Aracaju	SE	CR	0,46	0,000214
Londrina	PR	CR	0,53	0,002950
Santos	SP	CR	0,73	0,003647
Joinville	SC	CSR1	0,65	0,007183
São José do Rio Preto	SP	CSR1	0,94	0,009948
Caxias do Sul	RS	CSR1	0,74	0,009363
Pelotas/Rio Grande	RS	CSR1	0,69	0,001459
Jundiaí	SP	CSR1	0,76	0,006310
Florianópolis	SC	CR	0,66	0,014141
Maringá	PR	CSR1	0,32	0,003848
Vitória	ES	CR	0,46	0,001016
Ilhéus/Itabuna	BA	CSR1	0,07	0,000031
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	CSR1	0,60	0,000577
Blumenau	SC	CSR1	0,62	0,022487
Limeira	SP	CSR1	0,96	0,007050
Cascavel	PR	CSR1	0,29	0,002291
Caruaru	PE	CSR1	0,55	0,000016
Ipatinga	MG	CSR2	0,55	0,000830
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	CSR1	0,26	0,000012
Juazeiro do Norte/Crato	CE	CSR1	0,05	0,000001
Araraquara/São Carlos	SP	CSR1	0,93	0,013602
Araçatuba	SP	CSR2	0,88	0,006364
Criciúma	SC	CSR2	0,57	0,001760
Itajaí	SC	CSR2	0,73	0,003339

Continua

TABELA A.2
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/ESCALA DE URBANIZAÇÃO
ÍNDICE DE INFRA-ESTRUTURA URBANA (IIEU) E ÍNDICE DE CONSUMO DE BENS (ICB) (1988)

Continuação

Centros Urbanos que Constituem Aglomerações	UF	Classificação	IIEU	ICB
Cabo Frio	RJ	CSR2	0,38	0,000133
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	CSR2	0,93	0,002994
Guaratinguetá/Aparecida	SP	CSR2	0,79	0,001041
Itabira	MG	CSR2	0,63	0,001036
Centros Urbanos que não Constituem Aglomerações	**UF**	**Classificação**	**IIEU**	**ICB**
Manaus	AM	MR	0,34	0,000612
Campo Grande	MS	CR	0,19	0,003004
Feira de Santana	BA	CSR1	0,33	0,000028
Uberlândia	MG	CSR1	0,86	0,005895
Juiz de Fora	MG	CSR1	0,80	0,002087
Campos dos Goytacazes	RJ	CSR1	0,30	0,000199
Campina Grande	PB	CSR1	0,48	0,000025
Porto Velho	RO	CR	0,25	0,000446
Piracicaba	SP	CSR2	0,89	0,010625
Bauru	SP	CSR1	0,76	0,008101
Imperatriz	MA	CSR1	0,11	0,000009
Montes Claros	MG	CSR2	0,52	0,000083
Franca	SP	CSR2	0,96	0,009058
Anápolis	GO	CSR1	0,18	0,000689
Santarém	PA	CSR2	0,10	0,000019
Ponta Grossa	PR	CSR2	0,54	0,000978
Rio Branco	AC	CR	0,22	0,000097
Vitória da Conquista	BA	CSR1	0,36	0,000017
Macapá	AP	CSR1	0,14	0,000404
Uberaba	MG	CSR1	0,84	0,006146
Santa Maria	RS	CSR2	0,63	0,004366
Foz do Iguaçu	PR	CSR2	0,33	0,001684
Governador Valadares	MG	CSR2	0,46	0,000496
Mossoró	RN	CSR2	0,24	0,000007
Marília	SP	CSR2	0,86	0,004793
Presidente Prudente	SP	CSR1	0,73	0,004548
Guarapuava	PR	CSR2	0,28	0,000268
Arapiraca	AL	CSR2	0,02	0,000002
Divinópolis	MG	CSR2	0,62	0,001358
Nova Friburgo	RJ	CSR2	0,05	0,000562
Sete Lagoas	MG	CSR2	0,43	0,000510
Boa Vista	RR	CSR1	0,33	0,000768
Jequié	BA	CSR2	0,23	0,000002
Passo Fundo	RS	CSR2	0,20	0,002432
Dourados	MS	CSR1	0,08	0,001576
Cachoeiro de Itapemirim	ES	CSR2	0,64	0,000839
Marabá	PA	CSR2	0,05	0,000004
Lages	SC	CSR2	0,50	0,001127

Continua

TABELA A.2

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/ESCALA DE URBANIZAÇÃO ÍNDICE DE INFRA-ESTRUTURA URBANA (IIEU) E ÍNDICE DE CONSUMO DE BENS (ICB) (1988)

Conclusão

Centros Urbanos que não Constituem Aglomerações	UF	Classificação	IIEU	ICB
Caxias	MA	CSR2	0,03	0,000000
Rondonópolis	MT	CSR2	0,47	0,000577
Chapecó	SC	CSR2	0,34	0,002245
Sobral	CE	CSR2	0,05	0,000002
Teófilo Otoni	MG	CSR2	0,38	0,000077
Parnaíba	PI	CSR2	0,32	0,000004
Santa Cruz do Sul	RS	CSR2	0,62	0,004112
Linhares	ES	CSR2	0,27	0,000107
Paranaguá	PR	CSR2	0,53	0,001060
Uruguaiana	RS	CSR2	0,55	0,000510
Alagoinhas	BA	CSR2	0,34	0,000015
Poços de Caldas	MG	CSR2	0,84	0,003428
Bragança Paulista	SP	CSR2	0,70	0,002761
Araguaína	TO	CSR2	0,00	0,000079
Castanhal	PA	CSR2	0,09	0,000002
Barreiras	BA	CSR2	0,01	0,000030
Garanhuns	PE	CSR2	0,02	0,000010
Rio Verde	GO	CSR2	0,21	0,000898
Barbacena	MG	CSR2	0,59	0,000530
Jaú	SP	CSR2	0,96	0,006215
Catanduva	SP	CSR2	0,88	0,008958
Botucatu	SP	CSR2	0,85	0,007011
Ji-Paraná	RO	CSR2	0,11	0,000094
Palmas	TO	CSR1	0,00	0,000005

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991). Tabulações Especiais: Unicamp/Nesur (1998).

Obs.: ICB – percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com telefone, automóveis, rádio, geladeira, TV colorido, freezer e máquina de lavar roupa dividido pelo número de domicílios particulares permanentes elevado à sétima potência.

IIEU – percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com rede geral de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica, lixo coletado e energia elétrica dividido pelo número de domicílios permanentes particulares elevado à quarta potência.

MG – Metrópole Global
MN – Metrópole Nacional
MR – Metrópole Regional
CR – Centro Regional
CSR1 – Centro Sub-regional 1
CSR2 – Centro Sub-regional 2

TABELA A.3
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E DO TERCIÁRIO
ESTRUTURA OCUPACIONAL/PERCENTUAL NA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1998)

Centros Urbanos	UF	Classificação	Renda Familiar *Per Capita*		% PEA Urbana (1991)	Ind. Transf./Constr. Civil/Serv.Ind. Util. Pública	Bancos	Estrutura Ocupacional (% na PIA)			
			Valor Absoluto	% no Brasil				Serv. Téc. Profissionais	Serv. Públicos Fed./Est./Mun.	Saúde	Educação
Aglomerações											
São Paulo	SP	MG	107.782,18	21,49	99,58	19,19	0,80	1,93	1,18	1,90	2,13
Salvador	BA	MN	62.792,67	1,88	99,29	11,00	0,61	1,00	1,95	2,00	2,91
Rio de Janeiro	RJ	MG	82.601,03	11,57	99,30	11,20	0,57	1,70	1,24	2,48	2,72
Belo Horizonte	MG	MN	74.418,06	3,15	99,34	15,15	0,88	1,61	1,62	2,08	2,70
Fortaleza	CE	MN	44.678,98	1,20	98,43	12,41	0,57	0,82	1,77	1,75	2,72
Brasília	DF	MN	99.175,51	2,36	98,43	7,97	0,74	1,29	4,86	2,33	3,41
Curitiba	PR	MN	84.147,30	2,17	98,33	15,45	0,97	1,70	1,81	1,76	2,45
Recife	PE	MN	51.097,64	1,90	97,87	9,84	0,69	0,82	1,87	1,92	2,56
Porto Alegre	RS	MN	84.987,56	3,73	99,22	18,35	0,91	1,66	1,78	2,10	2,51
Belém	PA	MR	57.075,52	0,93	98,72	8,54	0,55	0,82	2,04	1,45	2,98
Goiânia	GO	MR	68.084,62	1,04	98,50	12,80	1,28	1,52	2,40	2,25	2,84
Campinas	SP	MR	94.202,60	2,18	98,29	22,15	0,75	1,14	1,50	1,82	2,72
São Luís	MA	CR	39.822,07	0,35	98,53	8,52	0,49	0,64	3,29	2,10	3,80
Maceió	AL	CR	49.565,37	0,41	98,37	8,52	0,63	0,62	3,50	2,51	3,36
Natal	RN	CR	49.624,50	0,45	98,16	9,60	0,60	0,62	2,32	2,43	4,14
Teresina	PI	CR	38.104,80	0,24	98,22	0,09	0,01	0,01	0,02	0,05	0,04
João Pessoa	PB	CR	45.297,07	0,37	98,84	9,18	0,45	0,66	4,27	2,33	4,30
São José dos Campos	SP	CR	79.371,25	1,00	98,75	18,53	0,56	0,98	1,76	1,49	2,37
Ribeirão Preto	SP	CR	95.758,32	0,73	97,09	14,77	1,29	1,55	1,53	2,86	2,40
Cuiabá	MT	CR	65.678,10	0,44	98,43	10,39	1,16	1,24	3,60	1,50	3,65
Sorocaba	SP	CSR1	69.790,67	0,75	98,81	21,22	0,56	0,88	1,38	1,53	1,98
Aracaju	SE	CR	50.229,48	0,32	98,64	8,99	0,59	0,71	3,48	2,38	3,98
Londrina	PR	CR	62.156,20	0,58	94,98	15,16	1,08	1,20	1,49	1,68	2,58
Santos	SP	CR	86.056,67	1,42	99,48	12,51	0,60	1,39	1,70	1,62	2,17
Joinville	SC	CSR1	67.932,75	0,43	97,44	26,48	0,58	0,96	1,06	1,16	1,86
São José do Rio Preto	SP	CSR1	85.662,11	0,39	98,20	15,88	1,46	1,53	1,62	2,52	2,41
Caxias do Sul	RS	CSR1	79.468,18	0,54	94,51	27,66	0,86	1,13	1,18	1,44	2,25
Pelotas/Rio Grande	RS	CSR1	58.215,40	0,39	95,70	11,31	0,65	0,93	1,54	1,62	3,21
Jundiaí	SP	CSR1	81.165,17	0,45	98,06	24,14	0,57	1,07	1,24	1,66	1,80
Florianópolis	SC	CR	86.714,97	0,57	98,74	10,70	0,88	1,59	3,28	3,14	4,26
Maringá	PR	CSR1	62.725,32	0,27	96,80	14,70	1,30	1,27	1,81	1,31	3,04
Vitória	ES	CR	63.234,18	0,84	99,16	13,66	0,81	1,24	2,15	1,95	2,77
Ilhéus/Itabuna	BA	CSR1	32.406,96	0,15	92,93	6,15	0,44	0,91	1,40	1,17	1,84
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	CSR1	51.902,93	0,40	98,67	15,37	0,52	0,86	1,43	1,52	2,67
Blumenau	SC	CSR1	73.752,65	0,38	98,59	30,31	0,84	1,15	0,98	0,94	1,91
Limeira	SP	CSR1	70.625,42	0,42	95,57	20,72	0,84	0,83	1,66	1,31	2,23
Cascavel	PR	CSR1	57.529,68	0,21	93,82	12,20	1,52	0,97	1,36	1,35	2,33
Caruaru	PE	CSR1	35.252,48	0,10	95,76	11,21	0,56	0,93	1,41	1,16	2,06

Continua

TABELA A.3
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E DO TERCIÁRIO
ESTRUTURA OCUPACIONAL/PERCENTUAL NA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1998)

Continuação

Centros Urbanos	UF	Classificação	Renda Familiar *Per Capita*		% PEA Urbana (1991)	Ind. Transf./Constr. Civil/Serv.Ind. Util. Pública	Estrutura Ocupacional (% na PIA)				
			Valor Absoluto	% no Brasil			Bancos	Serv. Téc. Profissionais	Serv. Públicos Fed./Est./Mun.	Saúde	Educação
Ipatinga/Coronel Fabriciano	MG	CSR2	47.957,51	0,19	98,83	18,99	0,55	0,65	1,84	1,50	2,46
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	CSR1	31.134,98	0,10	89,82	7,82	0,54	0,40	1,61	1,11	2,36
Juazeiro do Norte/Crato	CE	CSR1	26.340,54	0,09	94,56	9,71	0,34	0,66	1,10	1,41	2,85
Araraquara/São Carlos	SP	CSR1	84.661,56	0,37	96,79	17,86	1,01	1,01	1,59	1,81	3,37
Araçatuba	SP	CSR2	71.156,42	0,22	96,39	20,28	0,82	1,42	2,09	1,52	2,33
Criciúma	SC	CSR2	52.203,31	0,19	95,81	19,00	0,88	0,72	1,08	1,10	2,05
Itajaí	SC	CSR2	64.664,91	0,20	96,83	14,22	0,72	1,08	1,07	0,96	2,47
Cabo Frio	RJ	CSR2	44.218,74	0,12	96,83	10,90	0,26	0,83	1,97	1,03	2,84
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	CSR2	65.484,30	0,19	94,18	20,80	0,75	0,83	1,51	2,02	1,91
Guaratinguetá/Aparecida	SP	CSR2	73.868,61	0,23	97,79	12,67	0,45	0,94	1,71	1,47	2,48
Itabira	MG	CSR2	44.264,98	0,08	97,69	12,20	0,49	0,70	1,66	1,20	2,47
Não-aglomerações											
Manaus	AM	MR	65.462,83	0,73	97,6	14,3	0,5	0,9	2,1	1,3	2,4
Campo Grande	MS	CR	74.399,22	0,51	95,2	10,6	1,2	1,8	3,3	2,0	3,0
Feira de Santana	BA	CSR1	36.367,84	0,16	89,9	10,1	0,9	0,8	0,9	1,1	2,5
Uberlândia	MG	CSR1	69.786,05	0,34	94,4	13,3	1,3	1,3	1,3	1,7	3,1
Juiz de Fora	MG	CSR1	72.619,66	0,38	97,3	14,4	0,7	1,3	1,4	2,3	2,8
Campos dos Goytacazes	RJ	CSR1	43.564,04	0,21	85,7	9,4	0,6	0,7	1,1	1,8	3,8
Campina Grande	PB	CSR1	35.321,69	0,14	93,2	10,1	0,7	0,8	2,1	2,1	3,9
Porto Velho	RO	CR	61.953,37	0,21	90,4	8,0	0,7	0,9	4,7	1,9	3,2
Piracicaba	SP	CSR2	85.018,57	0,31	95,8	19,5	1,1	1,0	1,3	1,6	2,9
Bauru	SP	CSR1	84.549,22	0,30	97,5	14,8	1,2	1,1	2,1	2,2	2,8
Imperatriz	MA	CSR1	29.203,02	0,08	79,7	7,8	0,9	0,6	0,8	0,8	2,2
Montes Claros	MG	CSR2	39.288,60	0,11	88,9	12,2	1,2	0,9	1,6	1,5	3,1
Franca	SP	CSR2	75.472,02	0,23	96,0	32,6	0,6	1,2	1,0	1,6	2,1
Anápolis	GO	CSR1	50.869,14	0,15	93,1	12,4	1,2	1,1	1,6	1,7	2,4
Santarém	PA	CSR2	25.663,98	0,07	68,7	5,2	0,2	0,5	1,0	0,7	2,2
Ponta Grossa	PR	CSR2	52.538,99	0,16	94,2	13,1	1,2	0,9	1,5	1,0	2,6
Rio Branco	AC	CR	51.597,53	0,12	86,4	8,0	0,6	0,9	6,6	1,6	4,6
Vitória da Conquista	BA	CSR1	32.456,09	0,08	81,5	8,6	0,7	0,8	1,3	1,2	2,4
Macapá	AP	CSR1	56.087,22	0,10	91,4	8,3	0,2	0,6	4,7	1,6	4,1
Uberaba	MG	CSR1	62.733,68	0,18	90,9	13,3	1,0	1,4	1,4	2,0	2,6
Santa Maria	RS	CSR2	71.325,02	0,22	91,9	7,7	1,0	1,1	1,3	2,3	5,1
Foz do Iguaçu	PR	CSR2	65.454,17	0,15	97,2	11,6	1,7	0,8	1,1	0,9	1,8
Governador Valadares	MG	CSR2	50.093,22	0,14	92,6	12,2	1,0	1,0	1,1	1,3	2,4
Mossoró	RN	CSR1	30.007,05	0,07	92,2	9,5	0,4	0,4	1,2	1,5	5,4
Marília	SP	CSR1	76.896,02	0,16	92,9	15,1	1,1	1,1	2,2	2,6	3,2

Continua

TABELA A.3

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA E DO TERCIÁRIO
ESTRUTURA OCUPACIONAL/PERCENTUAL NA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1998)

Conclusão

Centros Urbanos	UF	Classificação	Renda Familiar *Per Capita*		% PEA Urbana (1991)	Ind. Transf./Constr. Civil/Serv.Ind. Util. Pública	Estrutura Ocupacional (% na PIA)				
			Valor Absoluto	% no Brasil			Bancos	Serv. Téc. Profissionais	Serv. Públicos Fed./Est./Mun.	Saúde	Educação
Presidente Prudente	SP	CSR1	83.139,48	0,18	94,7	11,1	1,8	1,2	2,0	2,2	3,0
Guarapuava	PR	CSR2	42.650,03	0,08	75,7	13,0	0,6	0,8	1,3	0,9	1,8
Arapiraca	AL	CSR2	25.607,14	0,04	69,1	6,1	0,4	0,5	1,4	1,3	2,7
Divinópolis	MG	CSR2	49.179,39	0,09	95,2	17,8	0,8	1,3	1,8	1,5	2,4
Nova Friburgo	RJ	CSR2	62.184,37	0,14	91,3	17,8	0,4	1,1	1,5	1,7	2,8
Sete Lagoas	MG	CSR2	46.390,46	0,08	96,5	18,3	0,8	1,0	1,7	1,8	2,4
Boa Vista	RR	CSR1	103.129,26	0,18	93,1	7,3	0,5	0,7	4,3	1,6	3,7
Jequié	BA	CSR2	24.152,02	0,04	76,4	7,6	0,3	0,6	1,0	1,2	1,9
Passo Fundo	RS	CSR2	63.751,22	0,13	91,9	10,7	1,3	1,3	1,5	2,3	3,7
Dourados	MS	CSR1	52.040,89	0,09	86,6	9,5	1,2	1,2	1,9	1,9	2,8
Cachoeiro de Itapemirim	ES	CSR2	47.462,56	0,09	90,1	13,5	0,9	1,0	1,4	1,6	2,4
Marabá	PA	CSR2	34.724,14	0,05	81,1	8,1	0,7	0,6	1,0	1,0	2,4
Lages	SC	CSR2	47.911,53	0,09	90,8	12,7	1,1	1,2	1,4	1,3	2,4
Caxias	MA	CSR2	15.807,98	0,03	48,9	5,4	0,1	0,2	1,1	0,9	2,4
Rondonópolis	MT	CSR1	50.827,10	0,08	81,7	9,0	1,0	1,2	1,1	1,2	3,6
Chapecó	SC	CSR2	50.184,71	0,08	77,2	13,9	1,2	1,1	1,9	1,1	2,1
Sobral	CE	CSR2	23.411,58	0,03	83,6	11,8	0,4	0,5	1,1	1,6	3,0
Teófilo Otoni	MG	CSR2	33.943,74	0,06	79,4	8,5	0,7	0,5	1,3	1,4	2,5
Parnaíba	PI	CSR2	22.566,44	0,03	85,4	7,5	0,4	0,3	1,1	0,9	3,6
Santa Cruz do Sul	RS	CSR2	56.513,25	0,09	64,7	20,3	0,8	0,7	1,2	1,0	2,0
Linhares	ES	CSR2	35.970,73	0,05	65,2	9,2	1,0	0,5	1,2	1,0	1,8
Paranaguá	PR	CSR2	53.262,08	0,07	94,4	8,5	0,4	0,7	1,9	1,0	2,6
Uruguaiana	RS	CSR2	57.244,30	0,09	85,7	7,4	0,9	1,1	1,6	1,1	2,5
Alagoinhas	BA	CSR2	34.928,71	0,04	87,1	8,0	0,3	0,5	1,2	0,9	2,6
Poços de Caldas	MG	CSR2	67.490,35	0,10	92,6	16,1	0,7	1,5	1,8	1,4	2,3
Bragança Paulista	SP	CSR2	74.070,61	0,10	87,6	17,6	0,7	1,2	1,3	1,5	3,1
Araguaína	TO	CSR2	40.333,06	0,05	79,6	8,4	1,0	0,5	2,0	1,7	2,8
Castanhal	PA	CSR2	32.162,55	0,03	87,7	9,3	0,5	0,6	1,7	0,8	2,3
Barreiras	BA	CSR2	41.201,71	0,04	77,2	8,8	1,0	0,9	1,2	1,0	1,7
Garanhuns	PE	CSR2	33.634,85	0,04	82,2	8,2	0,5	0,3	1,5	1,6	2,6
Rio Verde	GO	CSR1	46.768,57	0,06	74,9	8,1	0,7	0,8	1,5	1,4	2,5
Barbacena	MG	CSR2	42.929,73	0,06	88,6	11,4	0,7	0,9	1,2	2,6	2,9
Jaú	SP	CSR2	65.611,17	0,08	92,9	21,9	1,2	0,9	1,5	2,6	2,1
Catanduva	SP	CSR2	73.222,81	0,10	91,3	15,3	1,3	1,3	2,0	2,2	2,0
Botucatu	SP	CSR2	82.291,12	0,10	92,1	14,1	0,6	0,9	1,8	4,3	4,1
Ji-Paraná	RO	CSR2	40.709,07	0,04	78,2	7,6	0,8	0,9	2,4	1,3	2,9
Palmas	TO	CSR1	38.856,50	0,02	82,9	13,6	0,3	0,9	5,1	0,7	2,1

Fonte: Censo Demográfico de1991. Tabulações Especiais NESUR,1998.

Obs.: MG – Metrópole Global; MN – Metrópole Nacional; MR – Metrópole Regional; CR – Centro Regional; CSR1 – Centro Sub-regional 1; CSR2 – Centro Sub-regional 2

TABELA A.4
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E TOTAL DE DEPÓSITOS (1998)

Centros Urbanos	UF	Classificação	Sistema Financeiro			
			Agências Bancárias		Depósitos Bancários	
			Nº	% no Brasil	Total (R$ mil)	% no Brasil
Aglomerações						
São Paulo	SP	MG	2.157	14,83	165.892.721	49,26
Rio de Janeiro	RJ	MG	1.113	7,65	34.592.469	10,27
Salvador	BA	MN	238	1,64	6.271.276	1,86
Belo Horizonte	MG	MN	407	2,80	10.176.620	3,02
Fortaleza	CE	MN	129	0,89	4.326.261	1,28
Brasília	DF	MN	213	1,46	32.810.133	9,74
Curitiba	PR	MN	246	1,69	6.131.535	1,82
Recife	PE	MN	235	1,62	3.878.937	1,15
Porto Alegre	RS	MN	371	2,55	6.451.798	1,92
Belém	PA	MR	87	0,60	1.625.195	0,48
Goiânia	GO	MR	119	0,82	1.442.247	0,43
Campinas	SP	MR	262	1,80	3.236.345	0,96
São Luís	MA	CR	46	0,32	615.743	0,18
Maceió	AL	CR	45	0,31	734.494	0,22
Natal	RN	CR	51	0,35	915.805	0,27
Teresina	PI	CR	35	0,24	504.067	0,15
João Pessoa	PB	CR	55	0,38	633.733	0,19
São José dos Campos	SP	CR	105	0,72	1.429.092	0,42
Ribeirão Preto	SP	CR	107	0,74	1.258.928	0,37
Cuiabá	MT	CR	56	0,39	569.551	0,17
Sorocaba	SP	CSR1	93	0,64	1.113.709	0,33
Aracaju	SE	CR	56	0,39	874.067	0,26
Londrina	PR	CR	85	0,58	855.313	0,25
Santos	SP	CR	144	0,99	2.316.979	0,69
Joinville	SC	CSR1	106	0,73	817.941	0,24
São José do Rio Preto	SP	CSR1	57	0,39	576.231	0,17
Caxias do Sul	RS	CSR1	69	0,47	1.044.742	0,31
Pelotas/Rio Grande	RS	CSR1	35	0,24	440.630	0,13
Jundiaí	SP	CSR1	67	0,46	777.025	0,23
Florianópolis	SC	CR	114	0,78	2.408.713	0,72
Maringá	PR	CSR1	49	0,34	361.505	0,11
Vitória	ES	CR	88	0,61	1.909.432	0,57
Ilhéus/Itabuna	BA	CSR1	21	0,14	178.694	0,05
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	CSR1	54	0,37	608.370	0,18
Blumenau	SC	CSR1	95	0,65	729.933	0,22
Limeira	SP	CSR1	68	0,47	769.006	0,23
Cascavel	PR	CSR1	29	0,20	284.322	0,08
Caruaru	PE	CSR1	12	0,08	110.870	0,03
Ipatinga	MG	CSR2	31	0,21	239.117	0,07
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	CSR1	19	0,13	122.985	0,04
Juazeiro do Norte/Crato	CE	CSR1	14	0,10	74.241	0,02
Araraquara/São Carlos	SP	CSR1	53	0,36	594.015	0,18
Araçatuba	SP	CSR2	32	0,22	329.348	0,10
Criciúma	SC	CSR2	41	0,28	262.788	0,08
Itajaí	SC	CSR2	32	0,22	220.248	0,07
Cabo Frio	RJ	CSR2	26	0,18	137.019	0,04
Guaratinguetá/Aparecida	SP	CSR2	37	0,25	224.184	0,07
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	CSR2	21	0,14	207.456	0,06
Itabira	MG	CSR2	13	0,09	110.418	0,03

Continua

TABELA A.4
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E TOTAL DE DEPÓSITOS (1998)

Continuação

Centros Urbanos	UF	Classificação	Sistema Financeiro			
			Agências Bancárias		Depósitos Bancários	
			Nº	% no Brasil	Total (R$ mil)	% no Brasil
Não-aglomerações						
Manaus	AM	MR	67	0,46	1.021.468	0,30
Campo Grande	MS	CR	66	0,45	572.532	0,17
Feira de Santana	BA	CSR1	21	0,14	190.665	0,06
Uberlândia	MG	CSR1	48	0,33	626.293	0,19
Juiz de Fora	MG	CSR1	41	0,28	738.127	0,22
Campos dos Goytacazes	RJ	CSR1	18	0,12	292.121	0,09
Campina Grande	PB	CSR1	18	0,12	196.092	0,06
Porto Velho	RO	CR	23	0,16	209.987	0,06
Piracicaba	SP	CSR2	38	0,26	503.626	0,15
Bauru	SP	CSR1	37	0,25	505.586	0,15
Imperatriz	MA	CSR1	13	0,09	62.396	0,02
Montes Claros	MG	CSR2	15	0,10	129.853	0,04
Franca	SP	CSR2	29	0,20	244.291	0,07
Anápolis	GO	CSR1	20	0,14	143.604	0,04
Santarém	PA	CSR2	6	0,04	43.429	0,01
Ponta Grossa	PR	CSR2	21	0,14	210.571	0,06
Rio Branco	AC	CR	13	0,09	254.624	0,08
Vitória da Conquista	BA	CSR1	11	0,08	132.233	0,04
Macapá	AP	CSR1	10	0,07	100.052	0,03
Uberaba	MG	CSR1	25	0,17	315.163	0,09
Santa Maria	RS	CSR2	18	0,12	261.260	0,08
Foz do Iguaçu	PR	CSR2	19	0,13	163.411	0,05
Governador Valadares	MG	CSR2	15	0,10	129.343	0,04
Mossoró	RN	CSR2	9	0,06	102.187	0,03
Marília	SP	CSR2	22	0,15	234.385	0,07
Presidente Prudente	SP	CSR1	25	0,17	268.213	0,08
Guarapuava	PR	CSR2	12	0,08	81.648	0,02
Arapiraca	AL	CSR2	6	0,04	43.752	0,01
Divinópolis	MG	CSR2	12	0,08	156.517	0,05
Nova Friburgo	RJ	CSR2	15	0,10	175.184	0,05
Sete Lagoas	MG	CSR2	13	0,09	104.553	0,03
Boa Vista	RR	CSR1	10	0,07	88.367	0,03
Jequié	BA	CSR2	6	0,04	46.495	0,01
Passo Fundo	RS	CSR2	14	0,10	171.995	0,05
Dourados	MS	CSR1	14	0,10	103.656	0,03
Cachoeiro de Itapemirim	ES	CSR2	9	0,06	116.010	0,03
Marabá	PA	CSR2	10	0,07	55.460	0,02
Lages	SC	CSR2	16	0,11	99.172	0,03
Caxias	MA	CSR2	5	0,03	18.167	0,01
Rondonópolis	MT	CSR2	12	0,08	73.774	0,02
Chapecó	SC	CSR2	14	0,10	114.352	0,03
Sobral	CE	CSR2	5	0,03	57.875	0,02
Teófilo Otoni	MG	CSR2	10	0,07	60.185	0,02
Parnaíba	PI	CSR2	6	0,04	39.638	0,01
Santa Cruz do Sul	RS	CSR2	10	0,07	136.380	0,04
Linhares	ES	CSR2	6	0,04	43.141	0,01
Paranaguá	PR	CSR2	9	0,06	100.852	0,03
Uruguaiana	RS	CSR2	9	0,06	80.846	0,02
Alagoinhas	BA	CSR2	8	0,06	63.135	0,02

Continua

TABELA A.4

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS – NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E TOTAL DE DEPÓSITOS (1998)

Conclusão

Centros Urbanos	UF	Classificação	Sistema Financeiro			
			Agências Bancárias		Depósitos Bancários	
			Nº	% no Brasil	Total (R$ mil)	% no Brasil
Poços de Caldas	MG	CSR2	14	0,10	246.742	0,07
Bragança Paulista	SP	CSR2	13	0,09	144.317	0,04
Araguaína	TO	CSR2	8	0,06	39.380	0,01
Castanhal	PA	CSR2	6	0,04	30.021	0,01
Barreiras	BA	CSR2	12	0,08	47.195	0,01
Garanhuns	PE	CSR2	8	0,06	51.960	0,02
Rio Verde	GO	CSR2	8	0,06	53.558	0,02
Barbacena	MG	CSR2	9	0,06	109.766	0,03
Jaú	SP	CSR2	15	0,10	156.673	0,05
Catanduva	SP	CSR2	16	0,11	182.602	0,05
Botucatu	SP	CSR2	11	0,08	171.678	0,05
Ji-Paraná	RO	CSR2	6	0,04	39.284	0,01
Palmas	TO	CSR1	9	0,06	215.965	0,06
Brasil			**14.540**	**100,00**	**336.750.636**	**100,00**

Fonte: Banco Central (1998).

Obs.: MG – Metrópole Global
MN – Metrópole Nacional
MR – Metrópole Regional
CR – Centro Regional
CSR1 – Centro Sub-regional 1
CSR2 – Centro Sub-regional 2

TABELA A.5
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TOTAL DE EMPRESAS, VENDAS, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E NÚMERO DE EMPREGADOS DAS 500 MAIORES EMPRESAS PRIVADAS (1998)

Centros Urbanos	UF	Classificação	Empresas		Vendas		Patrimônio Líquido		Empregados	
			Nº	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	Nº	% no Brasil
Brasil			**500**	**100,00**	**280.370,6**	**100,00**	**128.927,7**	**100,00**	**1.275.786**	**100,00**
Aglomerações										
São Paulo	SP	MG	172	34,40	119.105,4	42,48	41.687,4	32,33	481.144	37,71
Rio de Janeiro	RJ	MG	41	8,20	44.875,1	16,01	35.502,0	27,54	129.532	10,15
Salvador	BA	MN	16	3,20	6.721,2	2,40	6.752,2	5,24	31.647	2,48
Belo Horizonte	MG	MN	16	3,20	13.379,9	4,77	14.183,5	11,00	78.060	6,12
Fortaleza	CE	MN	3	0,60	1.310,5	0,47	725,5	0,56	11.275	0,88
Brasília	DF	MN	1	0,20	751,9	0,27	-85,5	–	4.590	0,36
Curitiba	PR	MN	7	1,40	2.207,2	0,79	2.697,9	2,09	11.878	0,93
Recife	PE	MN	1	0,20	1.238,4	0,44	236,1	0,18	10.389	0,81
Porto Alegre	RS	MN	24	4,80	11.276,3	4,02	5.094,3	3,95	67.232	5,27
Belém	PA	MR	–	–	–	–	–	–	–	–
Goiânia	GO	MR	1	0,20	ND	ND	ND	ND	ND	ND
Campinas	SP	MR	15	3,00	5.488,0	1,96	1.838,1	1,43	35.087	2,75
São Luís	MA	CR	1	0,20	156,2	0,06	16,2	0,01	1.713	0,13
Maceió	AL	CR	–	–	–	–	–	–	–	–
Natal	RN	CR	1	0,20	165,0	0,06	180,9	0,14	1.537	0,12
Teresina	PI	CR	1	0,20	206,1	0,07	160,3	0,12	ND	ND
João Pessoa	PB	CR	1	0,20	179,7	0,06	ND	ND	698	0,05
São José dos Campos	SP	CR	–	–	–	–	–	–	–	–
Ribeirão Preto	SP	CR	4	0,80	1.032,1	0,37	292,8	0,23	6.870	0,54
Cuiabá	MT	CR	2	0,40	398,1	0,14	53,4	0,04	2.463	0,19
Sorocaba	SP	CSR1	3	0,60	853,5	0,30	614,1	0,48	4.218	0,33
Aracaju	SE	CR	1	0,20	302,2	0,11	ND	ND	3.315	0,26
Londrina	PR	CR	1	0,20	233,0	0,08	50,3	0,04	712	0,06
Santos	SP	CR	1	0,20	303,8	0,11	412,6	0,32	ND	ND
Joinville	SC	CSR1	6	1,20	1.794,6	0,64	1.112,9	0,86	24.111	1,89
São José do Rio Preto	SP	CSR1	2	0,40	682,7	0,24	141,6	0,11	3.526	0,28
Caxias do Sul	RS	CSR1	5	1,00	1.687,5	0,60	662,1	0,51	16.649	1,30
Pelotas/Rio Grande	RS	CSR1	1	0,20	148,3	0,05	218,5	0,17	465	0,04

Continua

TABELA A.5
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TOTAL DE EMPRESAS, VENDAS, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E NÚMERO DE EMPREGADOS DAS 500 MAIORES EMPRESAS PRIVADAS (1998)

Continuação

Centros Urbanos	UF	Classificação	Empresas		Vendas		Patrimônio Líquido		Empregados	
			Nº	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	Nº	% no Brasil
Jundiaí	SP	CSR1	2	0,40	332,1	0,12	-47,4	–	3.465	0,27
Florianópolis	SC	CR	1	0,20	175,5	0,06	94,9	0,07	1.426	0,11
Maringá	PR	CSR1	1	0,20	304,0	0,11	ND	ND	2.954	0,23
Vitória	ES	CR	8	1,60	4.792,8	1,71	4.316,7	3,35	10.691	0,84
Ilhéus/Itabuna	BA	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	CSR1	2	0,40	340,3	0,12	279,3	0,22	1.853	0,15
Blumenau	SC	CSR1	4	0,80	2.605,3	0,93	1.142,2	0,89	27.948	2,19
Limeira	SP	CSR1	2	0,40	434,2	0,15	308,3	0,24	3.128	0,25
Cascavel	PR	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Caruaru	PE	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Ipatinga	MG	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Juazeiro do Norte/Crato	CE	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Araraquara/São Carlos	SP	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Araçatuba	SP	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Criciúma	SC	CSR2	2	0,40	438,5	0,16	300,4	0,23	4.136	0,32
Itajaí	SC	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Cabo Frio	RJ	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	CSR2	1	0,20	436,0	0,16	644,5	0,50	2.132	0,17
Guaratinguetá/Aparecida	SP	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Itabira	MG	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Não-aglomerações										
Manaus	AM	MR	11	2,20	5.580,4	1,99	2.434,1	1,89	17.289	1,36
Campo Grande	MS	CR	–	–	–	–	–	–	–	–
Feira de Santana	BA	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Uberlândia	MG	CSR1	4	0,80	2.650,5	0,95	542,9	0,42	8.709	0,68
Juiz de Fora	MG	CSR1	1	0,20	150,4	0,05	22,8	0,02	1.186	0,09
Campos dos Goytacazes	RJ	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Campina Grande	PB	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Porto Velho	RO	CR	–	–	–	–	–	–	–	–
Piracicaba	SP	CSR2	2	0,40	576,6	0,21	63,3	0,05	2.855	0,22

Continua

TABELA A.5
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TOTAL DE EMPRESAS, VENDAS, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E NÚMERO DE EMPREGADOS DAS 500 MAIORES EMPRESAS PRIVADAS (1998)

Continuação

Centros Urbanos	UF	Classificação	Empresas		Vendas		Patrimônio Líquido		Empregados	
			Nº	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	Nº	% no Brasil
Bauru	SP	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Imperatriz	MA	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Montes Claros	MG	CSR2	2	0,40	481,7	0,17	433,5	0,34	2.796	0,22
Franca	SP	CSR2	1	0,20	342,6	0,12	19,7	0,02	2.245	0,18
Anápolis	GO	CSR1	1	0,20	142,8	0,05	53,0	0,04	256	0,02
Santarém	PA	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Ponta Grossa	PR	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Rio Branco	AC	CR	–	–	–	–	–	–	–	–
Vitória da Conquista	BA	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Macapá	AP	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Uberaba	MG	CSR1	1	0,20	282,5	0,10	451,8	0,35	1.151	0,09
Santa Maria	RS	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Foz do Iguaçu	PR	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Governador Valadares	MG	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Mossoró	RN	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Marília	SP	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Presidente Prudente	SP	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Guarapuava	PR	CSR2	1	0,20	221,4	0,08	91,7	0,07	908	0,07
Arapiraca	AL	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Divinópolis	MG	CSR2	1	0,20	200,2	0,07	124,6	0,10	641	0,05
Nova Friburgo	RJ	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Sete Lagoas	MG	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Boa Vista	RR	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Jequié	BA	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Passo Fundo	RS	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Dourados	MS	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–
Cachoeiro de Itapemirim	ES	CSR2	2	0,40	442,9	0,16	47,1	0,04	7.410	0,58
Marabá	PA	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Lages	SC	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Caxias	MA	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Rondonópolis	MT	CSR2	1	0,20	161,9	0,06	128,2	0,10	228	0,02

Continua

TABELA A.5

BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
TOTAL DE EMPRESAS, VENDAS, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E NÚMERO DE EMPREGADOS DAS 500 MAIORES EMPRESAS PRIVADAS (1998)

Conclusão

Centros Urbanos	UF	Classificação	Empresas		Vendas		Patrimônio Líquido		Empregados	
			Nº	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil	US$ milhões	% no Brasil
Chapecó	SC	CSR2	3	0,60	945,2	0,34	141,1	0,11	10.775	0,84
Sobral	CE	CSR2	1	0,20	290,3	0,10	117,6	0,09	4.081	0,32
Teófilo Otoni	MG	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Parnaíba	PI	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Santa Cruz do Sul	RS	CSR2	1	0,20	364,2	0,13	ND	ND	893	0,07
Linhares	ES	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Paranaguá	PR	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Uruguaiana	RS	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Alagoinhas	BA	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Poços de Caldas	MG	CSR2	2	0,40	1.575,2	0,56	886,8	0,69	9.297	0,73
Bragança Paulista	SP	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Araguaína	TO	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Castanhal	PA	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Barreiras	BA	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Garanhuns	PE	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Rio Verde	GO	CSR2	1	0,20	174,5	0,06	84,2	0,07	1.108	0,09
Barbacena	MG	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Jaú	SP	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Catanduva	SP	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Botucatu	SP	CSR2	1	0,20	152,0	0,05	38,3	0,03	1.823	0,14
Ji-Paraná	RO	CSR2	–	–	–	–	–	–	–	–
Palmas	TO	CSR1	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Revista *Exame* (1997).

Obs.: (–) Fenômeno Inexistente
ND – Dados Não-disponíveis
MG – Metrópole Global
MN – Metrópole Nacional
MR – Metrópole Regional
CR – Centro Regional
Centro Sub-regionais 1
Centro Sub-regionais 2

TABELA A.6
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MOVIMENTO DOS AEROPORTOS (1998)

Centros Urbanos	UF	Classificação	Número de Passageiros				Carga Aérea (kg)			
			Domésticos	Internacionais	Total	% no Total	Domésticos	Internacionais	Total	% no Total
São Paulo	SP	MG	7.087.515	3.481.080	10.568.595	36,06	78.708.234	116.969.762	195.677.996	32,15
Rio de Janeiro	RJ	MG	3.099.138	1.101.610	4.200.748	14,33	36.095.473	51.889.278	87.984.751	14,45
Salvador	BA	MN	1.236.484	139.310	1.375.794	4,69	15.124.774	3.424.995	18.549.769	3,05
Belo Horizonte	MG	MN	1.196.186	24.091	1.220.277	4,16	6.017.748	3.224.563	9.242.311	1,52
Fortaleza	CE	MN	773.987	19.823	793.810	2,71	13.164.505	847.914	14.012.419	2,30
Brasília	DF	MN	2.114.469	14.422	2.128.891	7,26	22.880.607	754.781	23.635.388	3,88
Curitiba	PR	MN	929.219	29.457	958.676	3,27	6.810.005	1.875.097	8.685.102	1,43
Recife	PE	MN	1.056.082	68.233	1.124.315	3,84	18.995.728	3.902.185	22.897.913	3,76
Porto Alegre	RS	MN	1.077.566	114.078	1.191.644	4,07	17.520.121	7.568.846	25.088.967	4,12
Belém	PA	MR	441.778	21.500	463.278	1,58	8.905.893	444.676	9.350.569	1,54
Goiânia	GO	MR	370.258	226	370.484	1,26	2.923.136	–	2.923.136	0,48
Campinas	SP	MR	197.441	–	197.441	0,67	28.725.782	81.332.419	110.058.201	18,08
São Luís	MA	CR	183.661	44	183.705	0,63	4.098.510	–	4.098.510	0,67
Maceió	AL	CR	212.062	6.734	218.796	0,75	1.359.156	919	1.360.075	0,22
Natal	RN	CR	366.295	5.184	371.479	1,27	3.401.077	–	3.401.077	0,56
Teresina	PI	CR	111.070	–	111.070	0,38	2.751.804	–	2.751.804	0,45
João Pessoa	PB	CR	92.691	–	92.691	0,32	890.578	–	890.578	0,15
S. J. dos Campos	SP	CR	24.739	–	24.739	0,08	149.267	–	149.267	0,02
Cuiabá	MT	CR	249.544	3.275	252.819	0,86	2.268.870	1.673	2.270.543	0,37
Aracaju	SE	CR	133.089	107	133.196	0,45	1.424.077	–	1.424.077	0,23
Londrina	PR	CR	160.344	78	160.422	0,55	1.053.014	–	1.053.014	0,17
Joinville	SC	CSR1	88.194	19	88.213	0,30	927.151	204	927.355	0,15
Pelotas/Rio Grande	RS	CSR1	2.941	7	2.948	0,01	89.217	–	89.217	0,01
Florianópolis	SC	CR	304.236	117.477	421.713	1,44	2.838.958	2.317.061	5.156.019	0,85
Vitória	ES	CR	350.783	–	350.783	1,20	1.678.375	–	1.678.375	0,28
Ilhéus/Itabuna	BA	CSR1	92.782	316	93.098	0,32	628.418	–	628.418	0,10
Petrolina/Juazeiro	PE/BA	CSR1	34.269	–	34.269	0,12	541.957	–	541.957	0,09
Juazeiro do Norte/Crato	CE	CSR1	16.653	–	16.653	0,06	52.455	–	52.455	0,01
Itajaí	SC	CSR2	149.529	28	149.557	0,51	1.165.409	–	1.165.409	0,19
Manaus	AM	MR	576.294	22.522	598.816	2,04	31.671.576	5.769.243	37.440.819	6,15
Campo Grande	MS	CR	175.086	2.747	177.833	0,61	17.205	31.987	49.192	0,01

Continua

TABELA A.6
BRASIL – CLASSIFICAÇÃO E INDICADORES DA REDE URBANA/CENTROS DECISÓRIOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MOVIMENTO DOS AEROPORTOS (1998)

Conclusão

Centros Urbanos	UF	Classificação	Número de Passageiros				Carga Aérea (kg)			
			Domésticos	Internacionais	Total	% no Total	Domésticos	Internacionais	Total	% no Total
Uberlândia	MG	CSR1	93.996	40	94.036	0,32	797.503	–	797.503	0,13
Juiz de Fora	MG	CSR1	19.411	–	19.411	0,07	73.603	–	73.603	0,01
Campos dos Goytacazes	RJ	CSR1	6.551	27	6.578	0,02	109.916	–	109.916	0,02
Campina Grande	PB	CSR1	10.999	–	10.999	0,04	410.455	–	410.455	0,07
Porto Velho	RO	CR	108.430	–	108.430	0,37	2.042.231	–	2.042.231	0,34
Imperatriz	MA	CSR1	38.558	–	38.558	0,13	374.513	–	374.513	0,06
Santarém	PA	CSR2	79.964	5	79.969	0,27	792.482	1.200	793.682	0,13
Rio Branco	AC	CR	64.473	136	64.609	0,22	1.851.273	7.700	1.858.973	0,31
Macapá	AP	CSR1	104.155	3.119	107.274	0,37	1.005.751	11.871	1.017.622	0,17
Uberaba	MG	CSR1	28.670	66	28.736	0,10	155.015	–	155.015	0,03
Foz do Iguaçu	PR	CSR2	208.772	2.576	211.348	0,72	263.551	70.242	333.793	0,05
Boa Vista	RR	CSR1	58.022	251	58.273	0,20	752.257	453	752.710	0,12
Marabá	PA	CSR2	28.125	–	28.125	0,10	316.607	–	316.607	0,05
Uruguaiana	RS	CSR2	3.281	3	3.284	0,01	33.365	–	33.365	0,01
Palmas	TO	CSR1	13.466	–	13.466	0,05	111.714	–	111.714	0,02
Total			**24.090.012**	**5.221.688**	**29.311.700**	**100**	**327.810.664**	**280.886.648**	**608.697.312**	**100**

Fonte: Doop/Rede Infraero (janeiro a junho de 1998).
Obs.: (–) Fenômeno Inexistente
ND – Dados Não-disponíveis
MG – Metrópole Global
MN – Metrópole Nacional
MR – Metrópole Regional
CR – Centro Regional
Centro Sub-regionais 1
Centro Sub-regionais 2

2 – Tabelas e Cartogramas de Composição das Aglomerações Urbanas

TABELA A.7
BRASIL – AGLOMERAÇÕES URBANAS(*) (1996)

Aglomerações Urbanas		UF	Pop. Total Núcleo	Classificação
1	São Paulo	SP	9.839.436	Metrópole Global
2	Rio de Janeiro	RJ	5.551.538	
3	Salvador	BA	2.211.539	Metrópole Nacional
4	Belo Horizonte	MG	2.091.448	
5	Fortaleza	CE	1.965.513	
6	Brasília	DF	1.821.946	
7	Curitiba	PR	1.476.253	
8	Recife	PE	1.346.045	
9	Porto Alegre	RS	1.288.879	
10	Belém	PA	1.144.312	Metrópole Regional
11	Goiânia	GO	1.004.098	
12	Campinas	SP	908.906	
13	São Luis	MA	780.833	Centro Regional
14	Maceió	AL	723.230	
15	Natal	RN	656.037	
16	Teresina	PI	655.473	
17	João Pessoa	PB	549.363	
18	São José dos Campos	SP	486.467	
19	Ribeirão Preto	SP	456.252	
20	Cuiabá	MT	433.355	
21	Aracaju	SE	428.194	
22	Londrina	PR	421.343	
23	Santos	SP	412.243	
24	Florianópolis	SC	271.281	
25	Vitória	ES	265.874	
26	Sorocaba	SP	431.561	Centro Sub-regional 1
27	Joinville	SC	397.951	
28	São José do Rio Preto	SP	326.315	
29	Caxias do Sul	RS	325.694	
30	Pelotas/Rio Grande	RS	307.667	
31	Jundiaí	SP	293.373	
32	Maringá	PR	267.942	
33	Ilhéus/Itabuna	BA	242.445	
34	Volta Redonda/Barra Mansa	RJ	232.287	
35	Caruaru	PE	231.989	
36	Blumenau	SC	231.401	
37	Limeira	SP	230.348	
38	Cascavel	PR	219.652	
39	Petrolina/Juazeiro	PE/BA	191.238	
40	Juazeiro do Norte/Crato	CE	189.423	
41	Araraquara/São Carlos	SP	176.566	
42	Ipatinga	MG	195.793	Centro Sub-regional 2
43	Araçatuba	SP	169.309	
44	Criciúma	SC	159.101	
45	Itajaí	SC	134.942	
46	Cabo Frio	RJ	115.759	
47	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	SP	114.546	
48	Guaratinguetá/Aparecida	SP	98.265	
49	Itabira	MG	95.205	

Nota: (*) Classificação conforme a categoria de classificação do centro urbano e da população do núcleo da aglomeração.

TABELA A.8
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO[(a)] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
São Paulo	**9.646.185**	**9.839.436**	**13,58**	**6.435,2**	**4.160.676**	**99,30**
Arujá	37.622	50.739	115,14	517,7	13.005	94,35
Barueri	130.799	177.256	73,62	2.769,6	50.395	99,10
Biritiba-Mirim[(c)]	17.833	20.083	33,34	63,2	6.639	64,38
Caieiras	39.069	57.512	55,31	599,1	15.442	99,53
Cajamar	33.736	42.464	53,75	329,2	12.121	97,87
Carapicuíba	283.661	327.882	52,65	9.368,1	113.125	99,64
Cotia	107.453	126.956	102,07	390,6	43.192	96,75
Diadema	305.287	323.116	33,51	10.423,1	124.220	99,55
Embu	155.990	195.628	62,83	2.794,7	61.311	98,67
Embu-Guaçu	36.277	42.261	72,44	270,9	13.971	94,75
Ferraz de Vasconcelos	96.166	121.970	74,70	4.205,9	36.184	99,44
Francisco Morato	83.885	106.215	193,95	2.167,7	29.314	99,21
Franco da Rocha	85.535	98.310	68,40	733,7	30.533	99,09
Guararema	17.961	17.995	18,91	66,4	7.006	84,11
Guarulhos	787.866	972.384	47,89	3.057,8	313.292	99,16
Itapecerica da Serra	93.146	110.196	54,03	725,0	34.261	96,41
Itapevi	107.976	133.523	102,04	1.451,3	34.808	98,94
Itaquaquecetuba	164 .957	228.344	125,76	2.784,7	59.538	98,33
Jandira	62.697	75.352	73,95	4.186,2	23.326	99,59
Juquitiba[(c)]	19.969	21.850	59,79	41,8	7.041	93,17
Mairiporã	39.937	49.893	45,01	154,9	16.832	97,81
Mauá	294.998	342.909	43,39	5.443,0	108.882	99,43
Mogi das Cruzes	273.175	312.685	38,01	430,1	102.239	93,78
Osasco	568.225	622.912	19,74	9.583,3	228.781	99,31
Pirapora do Bom Jesus	7.956	10.499	65,27	94,6	2.840	97,75
Poá	76.302	84.777	44,55	4.986,9	27.541	99,00
Ribeirão Pires	85.085	97.550	50,51	985,4	31.103	99,06
Rio Grande da Serra	29.901	34.736	48,83	938,8	10.950	99,00
Salesópolis[(c)]	11.359	13.276	6,59	31,1	3.908	67,35
Santa Isabel	37.975	41.367	30,89	114,3	15.617	92,33
Santana de Parnaíba	37.762	57.299	273,96	314,8	12.451	97,99
Santo André	616.991	625.564	11,56	3.574,7	250.217	99,57
São Bernardo do Campo	566.893	660.396	33,20	1.622,6	230.847	99,66
São Caetano do Sul	149.519	139.825	-8,32	9.321,7	64.563	99,52
São Lourenço da Serra[(d)]	–	10.139	–	54,2	–	–
Suzano	158.839	180.740	57,18	926,9	58.887	95,89
Taboão da Serra	160.084	182.506	63,93	8.690,8	68.123	99,66
Vargem Grande Paulista	15.870	26.689	62,32	785,0	6.554	94,46
Atibaia[(b)]	86.336	95.342	49,32	199,0	37.028	84,45
Cabreúva[(b)]	18.814	23.572	60,58	90,7	8.025	82,90
Santa Branca[(b)]	10.306	20.047	21,23	72,6	3.998	82,97

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pelas leis complementares n° 14, de 8/6/1973, e n° 332, de 21/11/1983.

(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.

(c) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

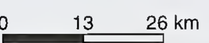
(d) Município criado depois de 1991, desmembrado de Itapecerica da Serra.

MAPA A.1

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)







Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

Obs: Município criado após 1991: São Lourenço da Serra.

TABELA A.9

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Rio de Janeiro	**5.480.768**	**5.551.538**	**7,66**	**4.392,0**	**2.229.296**	**99,35**
Belford Roxo[d]	–	399.319	–	5.396,2	–	–
Duque de Caxias	667.821	715.089	15,98	1.534,5	253.977	99,21
Guapamirim[d]	–	32.614	–	91,1	–	–
Itaboraí	162.742	184.560	42,08	322,7	59.493	93,49
Itaguaí	113.057	125.063	25,44	229,1	39.034	90,58
Japeri[d]	–	73.130	–	881,1	–	–
Magé	191.734	183.113	15,08	468,3	65.652	95,08
Mangaratiba[c]	17.925	19.896	29,51	55,1	7.322	89,55
Maricá	46.545	60.286	42,70	166,1	18.582	93,07
Nilópolis	158.092	155.272	4,29	8.172,2	61.806	99,82
Niterói	436.155	450.364	9,83	3.411,8	182.641	99,20
Nova Iguaçu	1.297.704	826.188	18,53	1.457,1	457.472	98,91
Paracambi	36.427	39.441	20,18	220,3	11.981	95,84
Queimados[d]	–	108.522	–	1.391,3	–	–
São Gonçalo	779.832	833.379	26,73	3.320,2	300.828	98,85
São João de Meriti	425.772	434.323	6,76	12.409,2	159.209	99,54
Seropédica[d]	–	–	–	–	–	–
Tanguá[d]	–	–	–	–	–	–
Petrópolis[b]	255.468	269.669	11,31	347,1	108.322	97,50
Rio Bonito[b]	45.161	46.495	12,80	100,4	17.649	81,72
Saquarema[b]	37.888	44.017	34,35	123,6	14.456	90,30

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementares n° 20, de 1/7/1974, e pela Lei complementar estadual n° 64, de 2/9/1990.

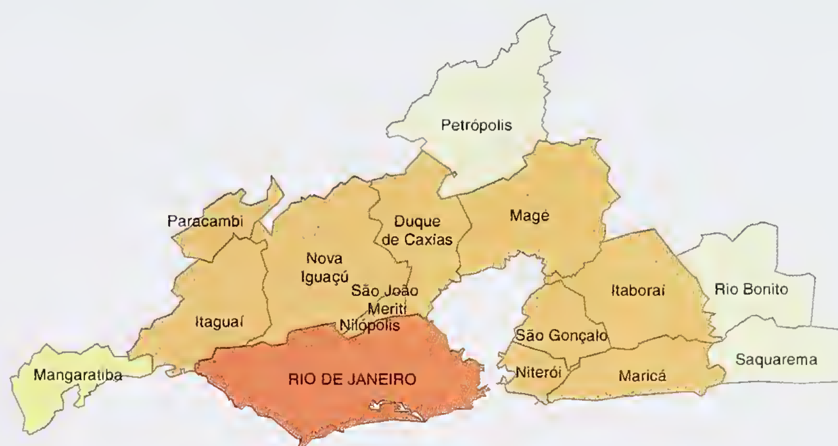
(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.

(c) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(d) Município criado depois de 1991(Belfort Roxo, Japeri e Queimados desmembrados de Nova Iguaçu; Guapamirim desmembrado de Magé).

MAPA A.2

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

- Município-núcleo da aglomeração urbana metropolitana
- Municípios da aglomeração urbana metropolitana
- Municípios que integram a Região Metropolitana oficial, mas que não preenche os critérios selecionados
- Municípios que não integram a Região Metropolitana oficial, mas com tendências à integração

0 18 36 km



Obs: Municípios criados após 1991: Belfort Roxo, Guapamirim, Japeri, Oueimados, Seropédica e Tanguá.

TABELA A.10
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR)[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total 1991	População Total 1996	Variação Relativa (%) 1980-91	Densidade Demográfica 1996	PEA Total 1991	% PEA em Atividades Urbanas
Salvador	**2.075.273**	**2.211.539**	**38,93**	**3.114,8**	**771.057**	**99,17**
Camaçari	113.639	134.901	63,62	176,8	36.051	96,26
Candeias	67.941	69.503	25,63	261,3	19.495	95,23
Dias D'Ávila	31.260	37.916	58,46	182,3	9.110	97,19
Itaparica	15.055	17.975	38,41	155,0	4.333	90,68
Lauro de Freitas	69.270	97.219	95,51	1.620,3	24.528	97,47
Madre de Deus	9.183	9.961	10,69	905,5	2.484	98,83
São Francisco do Conde	20.238	24.213	13,45	90,3	4.730	82,43
Simões Filho	72.526	78.229	66,45	405,3	21.694	93,48
Vera Cruz[c]	22.136	27.628	61,00	58,3	7.317	77,09
São Sebastião do Passé[b]	36.825	38.422	13,97	69,5	11.068	76,73
Santo Amaro[b]	54.160	56.339	7,25	107,5	14.225	76,71

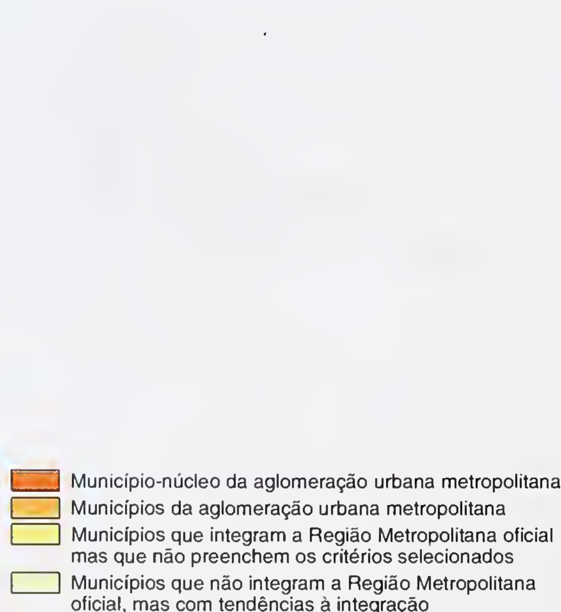
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar n° 14, de 8/6/1973.

(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.

(c) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

MAPA A.3
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).



0 14 28 km

TABELA A.11
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE)[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Belo Horizonte	**2.020.161**	**2.091.448**	**13,44**	**6.299,5**	**885.349**	**99,51**
Betim	170.934	249.451	103,03	718,9	58.537	97,69
Brumadinho[c]	19.308	24.336	7,16	38,4	6.815	83,95
Caeté	33.251	34.869	8,56	64,2	10.744	89,87
Confins[d]	–	–	–	–	–	–
Contagem	449.588	492.350	60,30	2.524,9	181.903	99,14
Esmeraldas[c]	24.298	33.934	49,85	37,2	9.158	80,37
Florestal[c]	5.053	5.363	5,07	27,5	2.083	62,99
Ibirité	92.675	126.627	131,88	740,5	33.894	94,66
Igarapé	27.400	31.063	65,45	169,7	9.974	78,88
Juatuba[d]	–	12.306	–	126,9	–	–
Lagoa Santa	29.824	35.026	52,95	128,8	10.726	91,29
Mário Campos[d]	–	–	–	–	–	–
Mateus Leme	27.033	20.720	44,88	68,4	10.187	73,53
Nova Lima	52.400	56.960	27,13	132,5	19.461	99,32
Pedro Leopoldo	41.594	47.342	38,61	160,5	16.418	94,48
Raposos	14.242	14.630	20,68	203,2	4.672	99,21
Ribeirão das Neves	143.853	197.025	113,91	1.271,1	51.187	97,72
Rio Acima[c]	7.066	7.556	39,29	33,0	1.999	97,20
Rio Manso[c]	4.461	4.276	0,36	18,4	1.705	31,85
Sabará	89.740	100.539	39,76	330,7	34.636	97,81
Santa Luzia	137.825	153.914	130,12	657,8	51.523	97,38
São Joaquim de Bicas[d]	–	–	–	–	–	–
São José da Lapa[d]	–	12.201	–	249,0	–	–
Sarzedo[d]	–	–	–	–	–	–
Vespasiano	54.868	60.952	119,07	870,7	19.718	96,33
Barão de Cocais[b]	20.291	22.595	32,68	66,1	7.128	92,06
Capim Branco[b]	6.344	7.070	28,68	74,4	2.459	76,98
Itabirito[b]	32.091	35.232	19,00	64,4	11.648	97,93
Matozinhos[b]	23.606	26.722	45,71	105,2	8.669	92,73

Fonte:IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

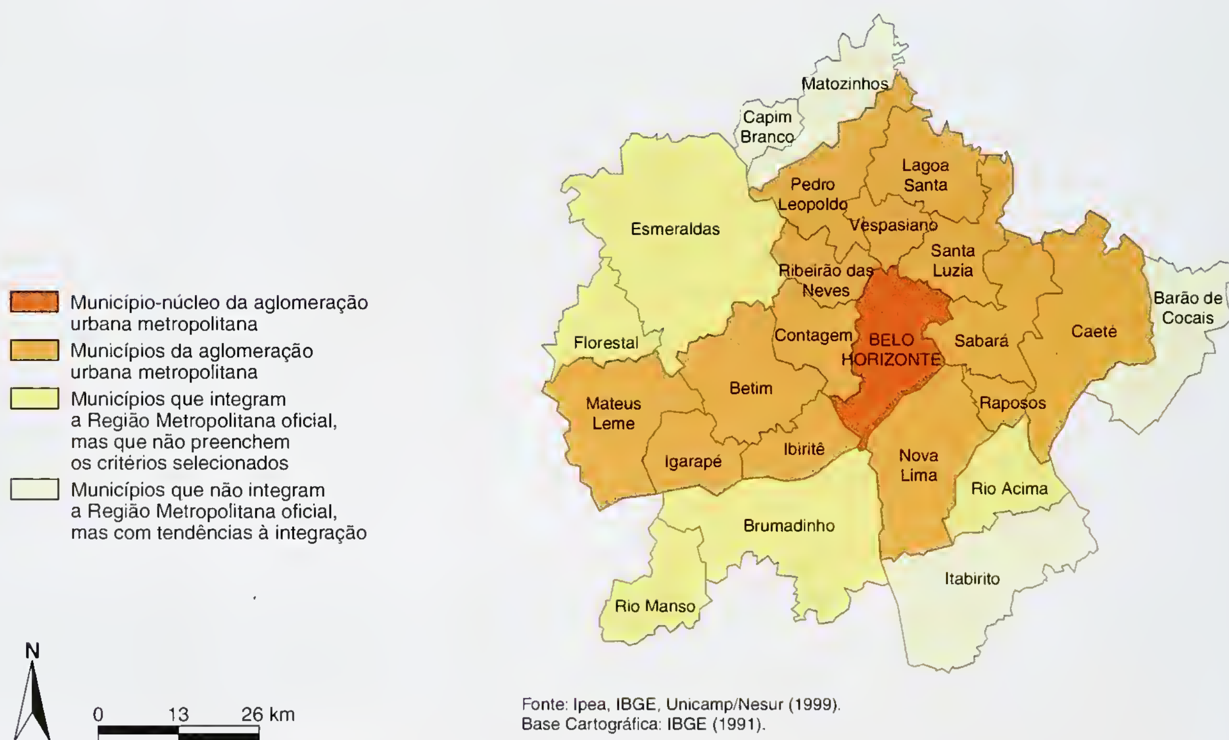
Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar n° 14, de 8/6/1973, pela Constituição federal de 21/9/1989 e pela Lei complementar estadual n° 26, de 14/1/1993.

(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.

(c) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(d) Município criado depois de 1991 (São José da Lapa desmembrado de Vespaziano).

MAPA A.4
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

Obs: Municípios criados após 1991: Confins, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa e Sarzedo.

TABELA A.12
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA)[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Fortaleza	**1.768.637**	**1.965.513**	**35,26**	**6.259,6**	**658.865**	**98,42**
Aquiraz	46.305	52.282	40,25	108,2	17.267	74,91
Caucaia	165.099	209.150	75,44	174,9	53.788	90,53
Eusébio	20.410	27.206	68,75	348,8	6.521	83,13
Guaiúba[c]	17.562	17.060	29,64	63,0	5.668	56,44
Itaitinga[d]	–	25.886	–	167,0	–	–
Maracanaú	157.151	160.065	314,71	1.616,8	48.066	97,44
Maranguape	71.705	82.064	34,67	125,3	23.851	73,10
Pacatuba	60.148	43.594	110,61	315,9	18.658	88,46
Acarapé[b]	10.191	10.962	9,85	80,0	3.147	72,83
Horizonte[b]	18.283	25.382	45,15	132,2	6.399	69,17
Pacajus[b]	31.800	37.076	60,59	153,2	11.582	72,41

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Notas: (a)Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar n° 14, de 8/6/1973, pela Constituição federal de 21/9/1989 e pela Lei complementar estadual n° 26, de 14/1/1993.

(b)Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.

(c)Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

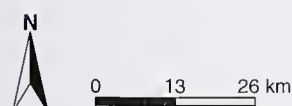
(d)Município criado depois de 1991, desmembrado de Pacatuba.

MAPA A.5
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana metropolitana
Municípios da aglomeração urbana metropolitana
Município que integra a Região Metropolitana oficial, mas que não preenche os critérios selecionados
Municípios que não integram a Região Metropolitana oficial, mas com tendências à integração

Obs: Município criado após 1991: Itaitinga

Caucaia
FORTALEZA
Maracanaú
Eusébio
Pacatuba
Aquiraz
Maranguape
Horizonte
Guaiba
Pacajus
Acarapé



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.13

REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Brasília	**1.601.094**	**1.821.946**	**36,04**	**312,9**	**665.351**	**97,75**
Abadiania[b]	9.402	10.144	4,12	9,7	3.599	58,66
Água Fria de Goiás[b]	3.976	3.771	2,03	1,9	1.341	29,68
Águas Lindas de Goiás[c]	–	–	–	–	–	–
Alexania	16.472	18.623	35,95	21,9	5.235	63,76
Buritis[b]	18.417	19.796	19,37	3,8	6.580	46,55
Cabeceiras[b]	6.464	5.973	29,46	5,3	2.132	41,14
Cidade Ocidental[c]	–	33.147	–	85,0	–	–
Cocalzinho de Goiás[b][c]	–	12.780	–	7,1	–	–
Corumbá de Goiás[b]	19.663	8.643	-2,72	8,1	6.463	47,01
Cristalina[b]	24.937	28.262	56,08	4,6	9.384	68,13
Formosa	62.982	68.704	45,47	11,8	22.884	72,26
Luziânia	207.674	242.522	162,61	57,4	74.334	93,06
Mimoso de Goiás[b]	3.750	2.584	-7,32	1,9	1.179	15,10
Novo Gama[c]	–	–	–	–	–	–
Padre Bernardo	16.500	16.879	39,72	5,4	5.191	55,98
Pirenópolis[b]	25.056	24.717	-14,57	5,6	9.213	48,42
Planaltina	40.201	58.576	227,34	23,0	12.341	89,52
Santo Antônio do Descoberto	35.509	107.672	158,53	94,9	11.671	89,15
Unaí[b]	69.612	73.664	2,54	7,3	27.825	59,89
Valparaíso de Goiás[c]	–	–	–	–	–	–
Vila Boa[b][c]	–	2.720	–	2,6	–	–

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar n° 94, de 19/2/1998.

(b) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(c) Município criado depois de 1991 (Cidade Ocidental desmembrado de Luziânia; Cocalzinho de Goiás desmembrado de Corumbá de Goiás; Vila Boa desmembrado de Formosa).

MAPA A.6

REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA DE BRASÍLIA



Município-núcleo da aglomeração urbana metropolitana

Municípios da aglomeração urbana metropolitana

Municípios que integram a Região Metropolitana oficial, mas que não preenchem os critérios selecionados

Obs: Municípios criados após 1991: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Vila Boa.



0 36 72 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.14
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Curitiba	**1.315.035**	**1.476.253**	**28,30**	**3.425,2**	**570.769**	**99,06**
Adrianópolis[b]	8.935	7.339	-19,66	5,5	2.868	50,66
Almirante Tamandaré	66.159	89.410	93,69	167,4	23.774	91,24
Araucária	61.889	76.684	77,90	162,8	22.247	84,29
Balsa Nova[b]	7.515	8.745	41,98	25,2	2.588	71,56
Bocaiúva do Sul	10.657	8.583	-12,03	10,5	3.594	36,56
Campina Grande do Sul	19.343	31.444	97,38	58,0	6.293	85,32
Campo Largo	72.523	82.972	32,26	66,1	28.816	84,37
Campo Magro[c]	–	–	–	–	–	–
Cerro Azul[b]	21.073	17.107	5,33	12,7	6.827	21,94
Colombo	117.767	153.698	87,28	966,7	46.492	96,20
Contenda[c]	8.941	12.332	18,30	60,7	3.638	51,15
Doutor Ulysses[b][c]	–	5.662	–	7,3	–	–
Fazenda Rio Grande[c]	–	45.299	–	374,4	–	–
Itaperuçu[c]	–	17.603	–	58,7	–	–
Mandirituba	38.336	15.218	148,23	37,9	12.839	77,16
Pinhais[c]	–	89.335	–	1.464,5	–	–
Piraquara	106.882	52.486	51,30	230,2	40.587	97,52
Quatro Barras	10.007	13.901	75,04	77,2	4.324	89,57
Quitandinha[b]	14.418	14.058	16,32	32,7	4.737	24,40
Rio Branco do Sul	38.296	23.212	20,50	28,2	13.668	66,42
São José dos Pinhais	127.455	169.035	80,42	181,4	51.047	92,55
Tijucas do Sul[b]	10.224	11.559	27,78	17,3	3.473	41,64
Tunas do Paraná[b][c]	–	3.426	–	5,0	–	–

Fonte:IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar nº 14, de 8/6/1973.
(b) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.
(c) Município criado depois de 1991 (Doutor Ulisses desmembrado de Cerro Azul; Fazenda Rio Grande desmembrado de Mandirituba; Itaperuçu desmembrado de Rio Branco do Sul; Pinhais desmembrado de Piraquara; Tunas do Paraná desmembrado de Bocaiúva do Sul).

MAPA A.7
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA



- Município-núcleo da aglomeração urbana metropolitana
- Municípios da aglomeração urbana metropolitana
- Municípios que integram a Região Metropolitana oficial, mas que não preenchem os critérios selecionados

Obs: Municípios criados após 1991: Campo Magro, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais e Tunas do Paraná.



0 17 34 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.15
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Recife	**1.298.229**	**1.346.045**	**8,15**	**6.146,3**	**457.700**	**99,03**
Abreu e Lima[a]	77.035	80.828	63,02	626,6	22.781	96,72
Araçoiaba[d]	–	–	–	–	–	–
Cabo de Santo Agostinho[a]	127.036	140.764	21,97	314,2	37.235	84,80
Camaragibe[a]	99.407	111.119	6,56	2.315,0	30.279	97,85
Igarassu[a]	79.837	85.051	31,46	212,1	22.044	79,72
Ipojuca[e]	45.424	48.479	15,14	94,1	14.508	57,97
Ilha de Itamaracá[a]	11.606	13.799	40,61	212,3	3.326	85,78
Itapissuma[a]	16.408	19.186	31,11	259,3	4.883	77,21
Jaboatão dos Guararapes	487.119	529.966	47,43	2.062,1	155.923	97,78
Moreno	39.132	39.962	11,99	208,1	10.673	79,93
Olinda	341.394	349.380	20,97	9.194,2	118.372	99,04
Paulista	211.491	233.634	78,27	2.290,5	70.649	98,73
São Lourenço da Mata	85.861	89.754	57,90	340,0	24.289	86,71
Goiana[b]	64.150	67.242	10,99	136,1	18.502	77,40
Pau D'Alho[b]	39.608	40.770	8,12	151,0	12.222	76,50
Vitória de Santo Antão[b]	106.848	110.888	14,65	320,5	32.924	78,50

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar nº 14, de 8/6/1973 e pela Lei complementar estadual nº 10, de 6/1/1994.

(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.

(c) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(d) Município criado depois de 1991.

(e) Conforme dados do Censo de 1991, o município de Ipojuca não integraria a AUM do Recife. No entanto, a inclusão desse município pode ser justificada especialmente pela implantação do porto de Suape.

MAPA A.8
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA



- Município-núcleo da aglomeração urbana metropolitana
- Municípios da aglomeração urbana metropolitana
- Município da aglomeração urbana não-metropolitana
- Municípios que não integram a Região Metropolitana oficial, mas com tendências à integração

Obs: Município criado após 1991: Araçoiaba.



0 14 28 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.16
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Porto Alegre	**1.263.403**	**1.288.879**	**12,25**	**2.562,4**	**557.546**	**99,21**
Alvorada	142.046	162.005	55,44	2.219,2	56.465	99,48
Cachoeirinha	88.195	96.238	39,56	2.187,2	36.867	99,57
Campo Bom	47.876	50.843	41,71	847,4	23.709	99,36
Canoas	279.127	284.059	26,63	2.168,4	111.556	98,82
Charqueadas[c]	24.756	27.231	21,10	363,1	8.705	96,55
Dois Irmãos	18.951	17.997	70,61	246,5	10.279	85,83
Eldorado do Sul[c]	17.703	22.852	72,75	34,6	6.601	92,24
Estância Velha	28.190	31.374	98,12	603,3	14.267	98,35
Esteio	70.547	75.233	38,43	2.686,9	28.902	99,37
Glorinha[c]	4.587	4.718	11,42	14,0	1.909	48,98
Gravataí	181.035	206.023	75,22	430,1	68.034	97,76
Guaíba	83.102	85.969	85,52	228,0	31.857	94,02
Ivoti	16.326	13.199	83,89	203,1	8.777	85,74
Nova Hartz	10.013	12.917	166,66	218,9	5.203	94,75
Novo Hamburgo	205.668	226.070	50,68	1.046,6	97.056	98,96
Parobé	31.995	40.480	211,90	364,7	15.701	97,16
Portão	19.489	22.460	82,70	141,3	8.111	90,32
São Leopoldo	167.907	180.617	70,31	1.688,0	72.540	99,22
Sapiranga	58.675	65.909	78,93	387,7	29.770	97,63
Sapucaia do Sul	104.885	114.012	32,16	1.965,7	40.950	99,34
Triunfo[c]	17.923	19.536	29,37	23,7	6.768	71,00
Viamão	169.176	196.685	44,08	132,2	67.955	95,76
Araricá[b][d]	–	–	–	–	–	–
Igrejinha[b]	20.514	24.503	70,57	169,0	10.554	93,47
Nova Santa Rita[b][d]	–	12.467	–	57,2	–	–
São Sebastião do Caí[b]	16.833	19.163	26,41	149,7	7.207	80,92
Taquara[b]	42.467	47.574	33,30	106,7	18.581	89,17

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

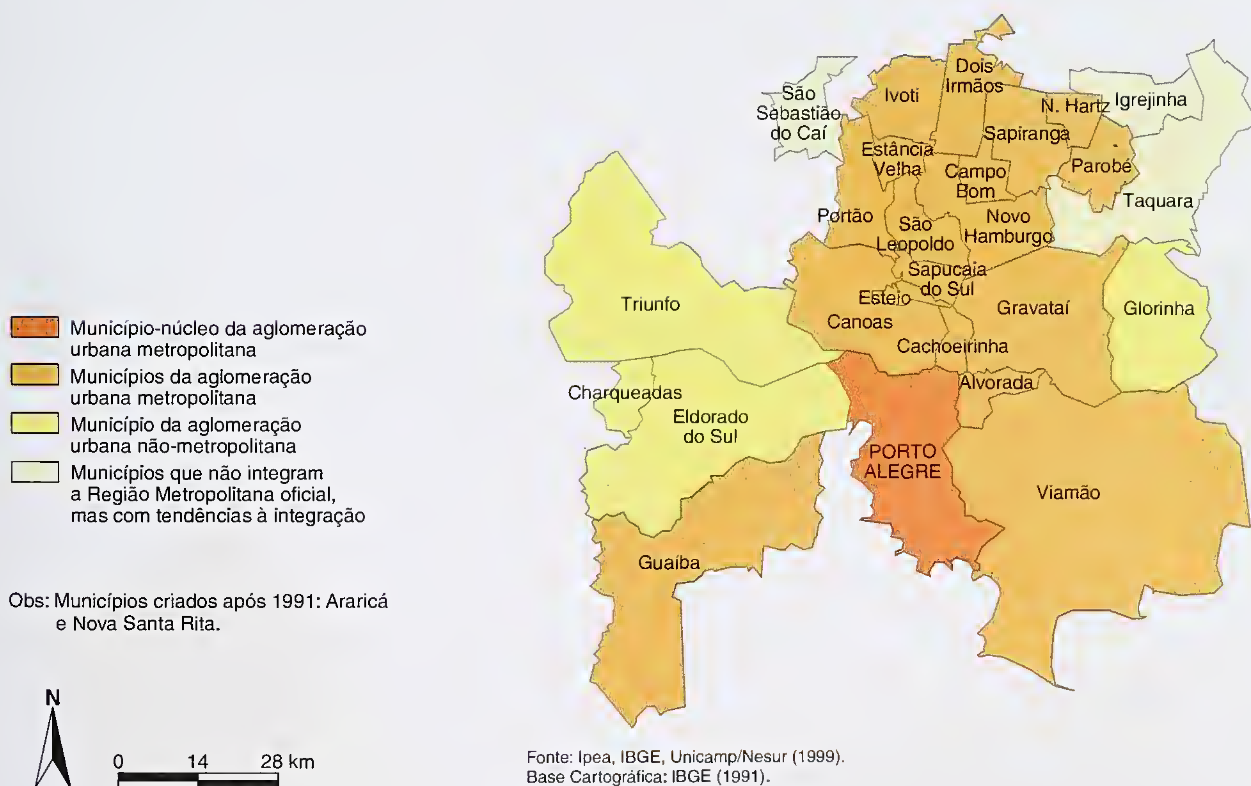
Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar nº 14, de 8/6/1973 e pela Lei complementar estadual nº 10, de 6/1/1994.

(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.

(c) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(d) Município criado depois de 1991 (Nova Santa Rita desmembrado de Canoas).

MAPA A.9
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.17
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Belém	**1.244.689**	**1.144.312**	**33,37**	**1.050,8**	**421.815**	**97,26**
Ananindeua	88.151	341.257	33,81	1.984,1	30.068	96,33
Barcarena[b]	45.946	54.254	18,08	41,2	13.253	72,60
Benevides	68.465	77.369	206,81	269,6	17.511	87,57
Marituba[c][d]	–	–	–	–	–	–
Santa Bárbara do Pará[c][d]	–	11.549	–	41,4	–	–

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar n° 14, de 8/6/1973 e pela Lei complementar estadual n° 27, de 19/10/1995.
(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.
(c) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.
(d) Município criado depois de 1991 (Santa Bárbara do Pará desmembrado de Benevides).

MAPA A.10
REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.18
GOIÂNIA (GO) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Goiânia	**922.222**	**1.004.098**	**29,13**	**1.271,0**	**402.055**	**97,67**
Aparecida de Goiânia	178.483	265.868	319,05	916,8	70.692	97,60
Goianira	12.896	15.194	72,22	75,6	4.711	74,36
Nerópolis	12.987	15.241	38,63	74,3	5.308	65,64
Senador Canedo	23.905	44.266	281,69	179,9	8.452	88,49
Trindade	54.072	69.838	76,65	89,4	19.923	85,21

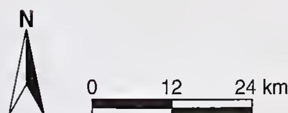
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Obs.: RM institucionalizada após o término da pesquisa. Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 27, de 30/12/1999. Abadânia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antonio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

MAPA A.11
GOIÂNIA (GO) – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana metropolitana
Municípios da aglomeração urbana metropolitana

Nerópolis
Goianira
Trindade
GOIÂNIA
Senador Canedo
Aparecida de Goiânia



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.19
CAMPINAS (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Campinas	**847.595**	**908.906**	**27,54**	**1.136,1**	**376.074**	**98,10**
Americana	153.840	167.945	26,10	1.253,3	70.994	98,55
Artur Nogueira	28.053	37.520	76,08	79,7	13.267	65,90
Cosmópolis	36.684	39.880	57,83	257,3	15.149	89,58
Engenheiro Coelho(*)	–	8.736	–	67,9	–	–
Holambra(*)	–	6.653	–	104,0	–	–
Hortolândia(*)	–	115.720	–	1.866,5	–	–
Indaiatuba	100.948	121.906	79,49	392,0	42.700	94,05
Jaguariuna	24.999	25.399	64,33	177,6	11.293	85,92
Nova Odessa	34.063	37.424	55,60	505,7	14.698	97,16
Paulínia	36.706	44.431	76,87	324,3	16.011	94,26
Pedreira	27.972	31.890	30,83	93,9	13.149	94,70
Santa Bárbara D'Oeste	145.266	161.060	89,57	592,1	60.945	97,00
Santo Antônio de Posse	14.327	14.994	31,72	80,9	6.554	62,30
Sumaré	226.870	168.058	122,75	1.098,4	88.473	97,13
Valinhos	67.886	74.608	38,75	500,7	30.777	92,33
Vinhedo	33.612	38.625	55,27	471,0	15.223	95,14

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Nota: (*) RM institucionalizada após o término da pesquisa. Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar n° 870/2000: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Município criado depois de 1991 (Holambra desmembrado de Artur Nogueira, de Cosmópolis, de Santo Antônio de Posse e de Jaguariúna; Hortolândia desmembrado de Sumaré; Engenheiro Coelho desmembrado de Artur Nogueira).

MAPA A.12
CAMPINAS (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA METROPOLITANA



TABELA A.20
SÃO LUÍS (MA) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
São Luís	**696.371**	**780.833**	**54,94**	**938,5**	**223.305**	**97,13**
Paço do Lumiar	53.195	70.804	208,99	382,7	15.241	81,53
São José de Ribamar	70.571	89.794	118,43	205,9	18.264	84,43

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Obs.: Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 38, de 12/1/1998: São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Raposa.

MAPA A.13
SÃO LUÍS (MA) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



0 10 20 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

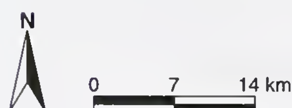
TABELA A.21
MACEIÓ (AL) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Maceió	**629.041**	**723.230**	**57,54**	**1.409,80**	**221.161**	**96,56**
Coqueiro Seco	4.784	5.084	25,93	127,10	1.420	66,20
Paripueira(*)	–	7.121	–	76,60	–	–
Rio Largo	53.924	58.244	24,12	187,30	15.005	84,79
Santa Luzia do Norte	5.796	6.357	74,63	219,20	1.788	81,99
Satuba	9.186	10.954	47,50	254,70	2.818	72,96

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Município criado depois de 1991 (Paripueira desmembrado de Barra de Santo Antonio).
Obs.: RM institucionalizado após o término da pesquisa. Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 18, de 19/11/1998: Maceió, Coqueiro Seco, Paripueira, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, Satuba, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Marechal Deodoro, Messias e Pilar.

MAPA A.14
MACEIÓ (AL) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA





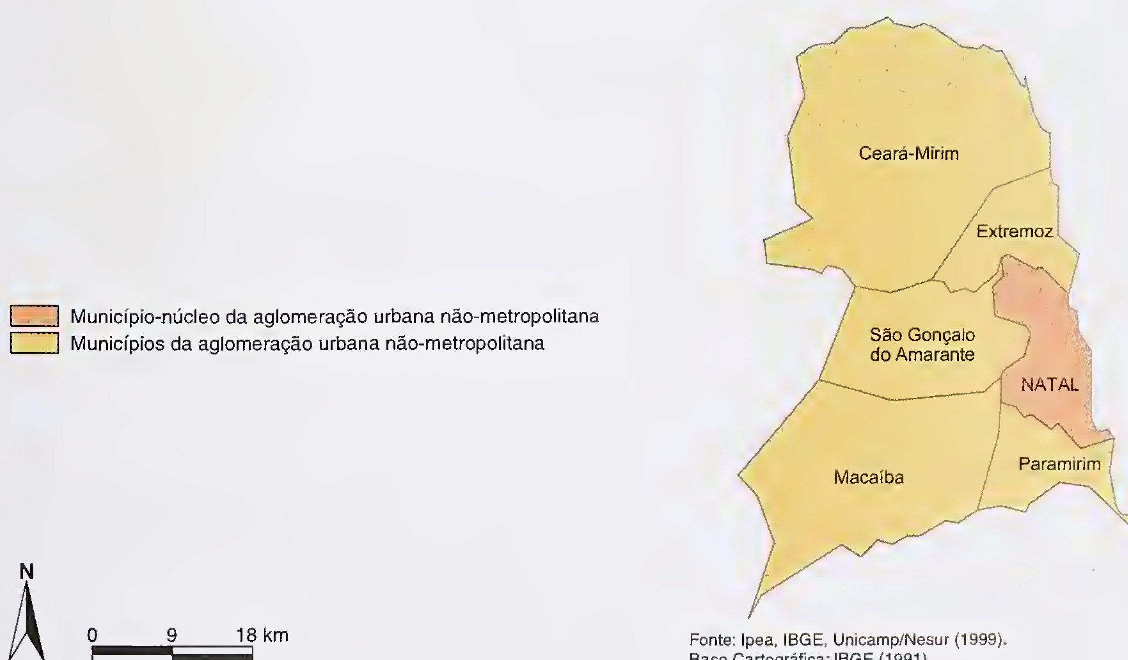
Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.22
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL(*) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Natal	**606.887**	**656.037**	**45,57**	**3.859,0**	**219.104**	**98,62**
Ceará-Mirim	52.157	57.983	30,05	79,4	14.758	72,06
Extremoz	14.941	17.814	69,86	132,0	4.123	64,08
Macaíba	43.450	46.655	38,95	94,8	13.333	75,99
Parnamirim	63.312	86.177	140,16	678,6	20.538	95,29
São Gonçalo do Amarante	45.461	56.825	47,62	216,9	13.925	84,17

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 152, de 16/1/1997.

MAPA A.15
REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

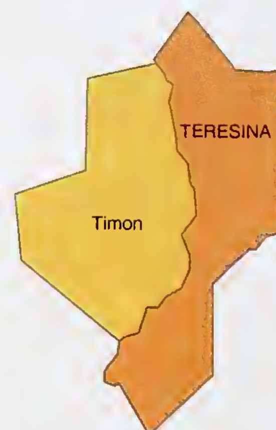
TABELA A.23
TERESINA (PI) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Teresina	**599.272**	**655.473**	**58,63**	**363,3**	**207.244**	**94,86**
Timon	107.439	118.428	44,41	68,8	32.253	82,59

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.16
TERESINA (PI) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Município da aglomeração urbana não-metropolitana



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

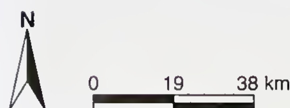


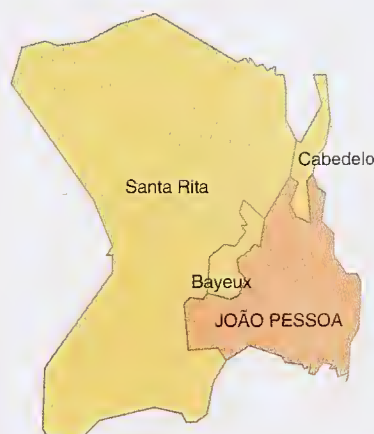
TABELA A.24
JOÃO PESSOA (PB) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

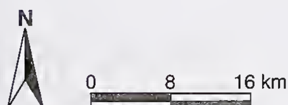
Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
João Pessoa	**497.600**	**549.363**	**50,81**	**2.603,6**	**181.171**	**98,22**
Bayeux	77.491	84.169	31,52	3.006,0	21.560	97,75
Cabedelo	29.052	34.690	53,12	1.119,0	8.644	94,53
Santa Rita	94.413	105.625	38,38	137,9	27.979	86,04

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.17
JOÃO PESSOA (PB) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana





Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.25
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
São José dos Campos	**442.370**	**486.467**	**53,86**	**441,4**	**173.639**	**98,13**
Caçapava	66.058	68.117	28,64	183,6	24.461	94,30
Jacareí	163.869	167.751	41,59	363,9	59.981	96,45
Pindamonhangaba	102.063	113.937	46,71	155,7	35.124	92,58
Taubaté	206.965	220.230	22,28	351,2	75.179	96,47
Tremembé	27.572	32.095	52,35	166,3	9.249	93,25

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.18
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.26
RIBEIRÃO PRETO (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Ribeirão Preto	**436.682**	**456.252**	**37,09**	**699,8**	**189.227**	**97,03**
Barrinha	18.853	21.905	50,06	97,6	7.345	76,00
Cravinhos	22.561	23.984	33,22	76,9	9.322	74,88
Dumont	4.980	5.495	50,41	89,0	2.130	58,30
Guatapará(*)	–	6.099	–	61,3	–	–
Pradópolis	9.870	11.854	26,10	90,1	4.201	79,70
Serrana	23.219	26.581	61,48	211,0	9.802	77,26
Sertãozinho	78.776	88.545	52,84	219,2	33.427	89,11

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Município criado depois de 1991 (Guatapará desmembrado de Ribeirão Preto).

MAPA A.19
RIBEIRÃO PRETO (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.27

CUIABÁ (MT) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Cuiabá	**402.813**	**433.355**	**92,23**	**108,7**	**157.456**	**96,64**
Várzea Grande	161.958	193.401	111,22	213,7	58.688	93,88

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.20

CUIABÁ (MT) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana

Município da aglomeração urbana não-metropolitana





0 18 36 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.28
ARACAJU (SE) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Aracaju	**402.341**	**428.194**	**37,26**	**2.352,7**	**149 792**	**98,26**
Barra dos Coqueiros	12.727	16.155	60,05	183,6	4 012	85,04
Laranjeiras	18.944	21.310	–	90,3	5 380	79,07
Maruim	14.683	14.499	–	75,0	3 544	78,41
Nossa Sra. do Socorro	67.574	105.724	392,88	673,4	19 508	96,94
São Cristóvão	47.558	57.553	97,10	133,2	13 071	84,81

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Obs.: Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 25, de 29/12/1995: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

MAPA A.21
ARACAJU (SE) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



N
0 10 20 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.29
REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA[(a)] (PR) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Londrina	**390.100**	**421.343**	**29,30**	**197,1**	**174.298**	**91,56**
Cambé	73.842	80.867	37,11	162,7	31.940	89,56
Ibiporã	35.168	38.798	27,32	129,8	14.573	86,18
Jataizinho	10.428	12.096	9,18	72,0	4.467	73,18
Rolândia	43.776	44.379	5,61	96,5	19.642	74,45
Tamarana[(c)]	–	–	–	–	–	–
Apucarana[(b)]	95.064	101.083	18,47	92,6	42.639	86,2
Arapongas[(b)]	54.670	75.038	18,08	92,8	29.186	87,5

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar n° 81/1998.
(b) Município que não faz parte da RM oficial mas que tem tendências à integração urbana por apresentar continuidade ou contigüidade de mancha urbana e por obedecer a critérios selecionados: tamanho populacional (população total em 1991 e 1996 igual ou superior a 200 mil habitantes nas aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo; nas aglomerações urbanas constituídas por mais de um núcleo, população total igual ou superior a 150 mil habitantes para o conjunto de municípios); densidade demográfica igual ou superior a 60 hab./km² (1996); taxa de crescimento populacional no período 1980-91 igual ou superior a 45%; proporção da PEA em atividades urbanas igual ou superior a 65% (1991); integração econômica com fluxos identificáveis de bens e serviços.
(c) Município criado depois de 1991.

MAPA A.22
REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA (PR) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

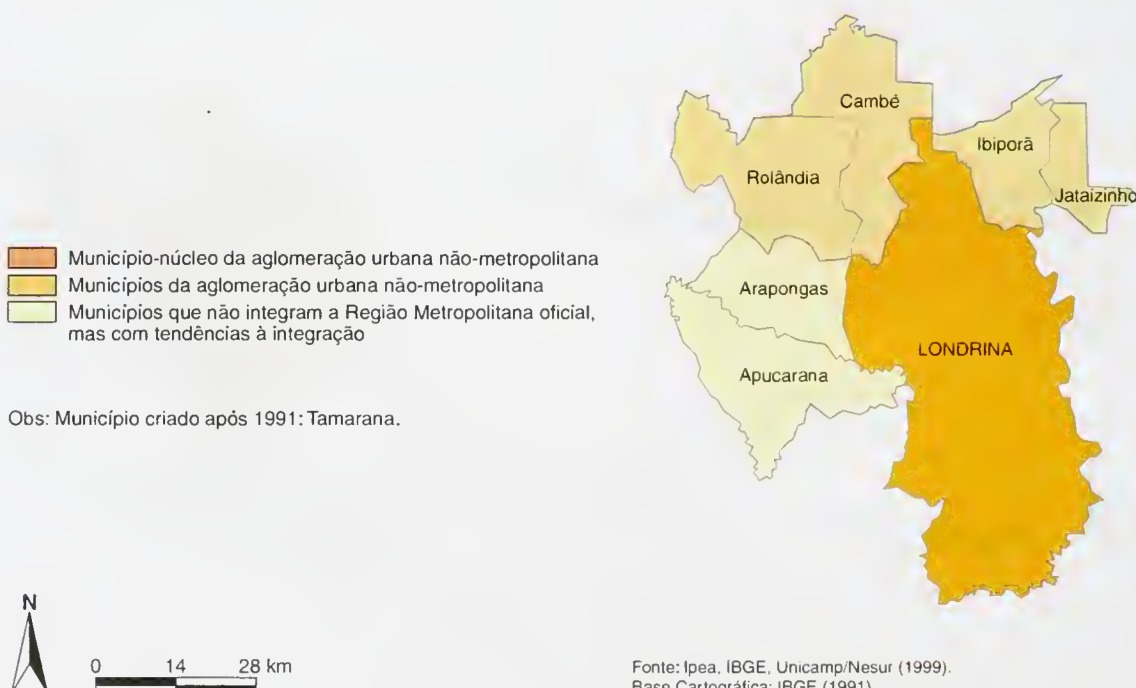


TABELA A.30
REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA[a] (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA DE SANTOS (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Santos	**428.923**	**412.243**	**2,94**	**1.467,1**	**178.329**	**99,11**
Bertioga[b]		17.002		34,6		
Cubatão	91.136	97.257	15,90	680,1	34.741	98,99
Guarujá	210.207	226.365	39,10	1.583,0	82.443	98,03
Itanhaém	46.074	58.017	67,76	99,9	17.759	95,52
Mongaguá	19.026	27.065	91,64	188,0	6.902	95,35
Peruíbe	32.773	41.398	78,01	115,6	12.796	94,09
Praia Grande	123.492	150.388	87,10	976,5	44.861	99,27
São Vicente	268.618	279.528	39,17	1.876,0	105.034	99,43

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 815, de 30/7/1996.
(b) Município criado depois de 1991, desmembrado de Santos.

MAPA A.23
REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA DE SANTOS





Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.31
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS[a] – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Florianópolis[d]	**255.390**	**271.281**	**35,93**	**620,8**	**108.930**	**97,85**
Águas Mornas[b][d]	4.611	4.840	-0,32	14,8	1.677	44,42
Antônio Carlos[b][d]	5.613	6.007	3,71	24,7	2.459	45,51
Biguaçu[d]	34.063	40.047	58,87	132,2	12.541	89,69
Governador Celso Ramos[b][d]	9.629	10.864	23,23	103,5	3.571	49,40
Palhoça[d]	68.430	81.176	79,97	251,3	25.905	95,06
Santo Amaro da Imperatriz[b][d]	13.392	14.569	18,35	41,3	5.333	84,10
São José[d]	139.493	151.024	58,84	589,9	57.154	97,66
São Pedro de Alcântara[b][c][d]	–	–	–	–	–	–
Alfredo Wagner[b]	9.795	9.187	3,19	12,5	5.461	17,63
Angelina[b]	6.268	6.051	-6,01	11,5	2.347	43,80
Anitápolis[b]	3.564	3.345	-22,49	5,8	1.568	25,13
Canelinha[b]	8.165	8.209	14,10	54,4	3.431	81,35
Garopaba[b]	9.918	11.718	20,39	108,5	3.755	74,75
Leoberto Leal[b]	4.268	4.120	0,73	13,8	2.385	12,41
Major Gercino[b]	3.785	3.534	-1,59	12,7	1.014	36,88
Nova Trento[b]	9.122	9.369	0,13	23,5	4.017	69,73
Paulo Lopes[b]	5.530	5.589	0,73	12,5	2.006	68,74
Rancho Queimado[b]	2.359	2.443	-6,17	9,0	902	44,35
São Bonifácio[b]	3.373	3.109	-4,56	6,9	1.480	38,31
São João Batista[b]	12.765	13.637	19,38	62,0	5.392	87,89
Tijucas[b]	19.650	20.160	34,52	72,3	7.383	81,11

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 162/1998. Incluem-se os municípios do núcleo metropolitano e da área de expansão metropolitana.

(b) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(c) Município criado depois de 1991.

(d) Municípios pertencentes ao núcleo metropolitano, de acordo com a Lei complementar n° 162/1998. Os demais são caracterizados pela lei como pertencentes à área de expansão.

MAPA A.24
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios que integram a Região Metropolitana oficial, mas que não preenchem os critérios selecionados



Obs: Município criado após 1991: São Pedro de Alcântara.



0 17 34 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.32

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA(*) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Vitória	**258.777**	**265.874**	**24,57**	**2.987,3**	**110.829**	**98,54**
Cariacica	274.532	301.183	45,18	1.053,1	100.917	97,52
Serra	222.158	270.373	169,06	488,9	82.782	97,52
Viana	43.866	47.494	87,14	161,0	15.174	91,54
Vila Velha	265.586	297.430	30,57	1.358,1	110.783	98,63

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Nota: (*) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 58, de 21/2/1995.

MAPA A.25

REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana

Serra
VITÓRIA
Cariacica
Viana
Vila Velha



0 9 18 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.33

SOROCABA (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total 1991	População Total 1996	Variação Relativa (%) 1980-91	Densidade Demográfica 1996	PEA Total 1991	% PEA em Atividades Urbanas
Sorocaba	**379.006**	**431.561**	**40,43**	**959,0**	**140.785**	**98,44**
Alumínio(*)	–	13.260	–	157,9	–	–
Iperó	10.575	14.283	60,08	76,0	3.567	89,20
Itu	107.314	122.528	44,62	190,9	45.459	94,88
Mairinque	43.205	32.345	40,15	154,0	15.502	94,33
Salto	72.333	86.928	70,68	643,9	28.671	97,32
Salto de Pirapora	25.344	30.480	72,55	108,5	8.264	85,67
São Roque	63.900	70.962	28,97	72,8	24.286	94,30
Votorantim	80.728	87.191	51,86	473,9	27.427	99,24

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Município criado depois de 1991 (Alumínio desmembrado de Mairinque).

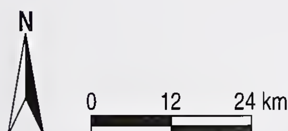
MAPA A.26

SOROCABA (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana

Obs: Municípios criados após 1991: Alumínio.



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.34
REGIÃO METROPOLITANA DO NORTE/NORDESTE CATARINENSE[a] (SC) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA DE JOINVILLE (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Joinville[d]	**347.151**	**397.951**	**47,22**	**367,8**	**137.457**	**98,30**
Araquari[d]	15.998	17.573	65,37	43,6	5.394	73,01
Balneário Barra do Sul[b][c]	–	3.892	–	35,1	–	–
Barra Velha[b]	13.231	13.204	12,88	93,0	4.351	75,68
Campo Alegre[b]	10.074	10.549	21,21	21,0	4.371	50,74
Corupá[b]	10.389	11.073	18,29	27,1	4.582	73,51
Garuva[b]	8.771	10.285	57,24	20,6	3.074	71,70
Guaramirim	17.640	20.830	62,33	85,7	7.848	85,50
Itaiópolis[b]	26.240	18.568	6,94	14,9	9.572	36,88
Itapoá[b]	4.007	5.830	66,40	22,8	1.280	70,86
Jaraguá do Sul	76.968	93.076	58,57	172,4	36.664	94,18
Mafra[b]	47.042	49.479	15,76	27,7	17.024	76,69
Massaranduba[b]	11.168	11.788	-6,82	29,8	5.051	63,22
Monte Castelo[b]	8.600	8.135	11,98	14,4	2.718	50,07
Papanduva[b]	16.232	16.184	20,62	20,8	6.134	42,63
Rio Negrinho[b]	28.460	31.611	35,47	53,7	12.174	92,77
São Bento do Sul[b]	50.328	57.098	42,95	117,0	21.194	95,69
São Francisco do Sul	29.593	27.787	43,66	51,3	9.745	91,55
São João do Itaperiú[b][c]	–	3.092	–	20,5	–	–
Schroeder	6.607	9.294	65,59	62,4	3.223	87,53

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

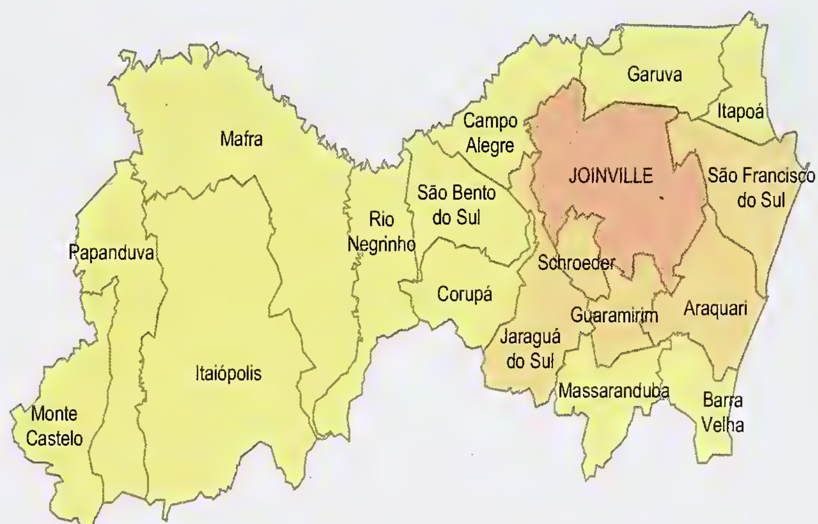
Notas: (a) Municípios integrantes da RMJ, denominada oficialmente de Norte/Nordeste Catarinense, instituída pela Lei complementar estadual n° 162/98. Incluem-se os municípios do núcleo metropolitano e da área de expansão metropolitana.

(b) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(c) Município criado depois de 1991 (Balneário Barra do Sul desmembrado de São Francisco do Sul; São João do Itaperiú desmembrado de Barra Velha).

(d) Municípios pertencentes ao núcleo metropolitano, de acordo com a Lei complementar n° 162/1998. Os demais são caracterizados pela lei como pertencentes à área de expansão.

MAPA A.27
REGIÃO METROPOLITANA DO NORTE/NORDESTE CATARINENSE (SC) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA DE JOINVILLE



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios que integram a Região Metropolitana oficial, mas que não preenchem os critérios selecionados

Obs: Municípios criados após 1991: Balneário Barra do Sul e São João do Itaperiú.



0 19 38 km

TABELA A.35
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
São José do Rio Preto	**283.761**	**326.315**	**50,46**	**573,5**	**131.967**	**96,92**
Bady Bassitt	5.717	8.162	101,73	74,2	2.509	80,03
Mirassol	39.286	43.851	38,78	179,0	18.762	92,76

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.28
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



0 9 18 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.36

CAXIAS DO SUL (RS) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Caxias do Sul	**290.925**	**325.694**	**31,91**	**205,1**	**138.910**	**94,59**
Bento Gonçalves	78.643	83.201	33,44	217,8	40.461	85,21
Carlos Barbosa	15.921	18.955	32,23	96,2	8.627	76,94
Farroupilha	45.364	52.821	56,43	134,1	24.305	84,46
Flores da Cunha	19.869	22.932	28,30	70,2	11.022	61,90
Garibaldi	25.926	28.296	17,37	84,0	11.798	78,84
Monte Belo do Sul(*)	–	2.818	–	41,4	–	–
Nova Pádua(*)	–	2.373	–	23,0	–	–
Santa Tereza(*)	–	1.965	–	25,2	–	–
São Marcos	15.857	17.359	34,23	65,8	7.902	86,36

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Nota: (*) Município criado depois de 1991 (Monte Belo do Sul desmembrado de Bento Gonçalves; Nova Pádua desmembrado de Flores da Cunha; Santa Tereza desmembrado de Bento Gonçalves, de Garibaldi e de Roca Sales).

MAPA A.29

CAXIAS DO SUL (RS) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Obs: Municípios criados após 1991: Monte Belo do Sul, Nova Pádua e Santa Tereza.

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

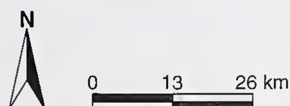
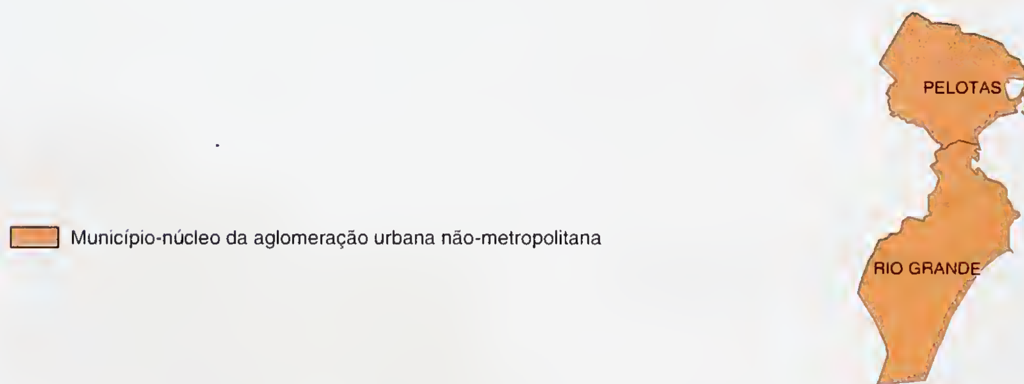


TABELA A.37
PELOTAS/RIO GRANDE (RS) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Pelotas	291.100	307.667	20,73	160,1	117.881	88,77
Rio Grande	172.422	178.256	18,01	62,9	66.519	89,94

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.30
PELOTAS/RIO GRANDE (RS) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



N
0 33 66 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

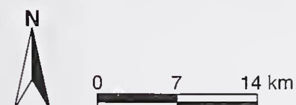
TABELA A.38
JUNDIAÍ (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Jundiaí	**289.269**	**293.373**	**11,77**	**677,5**	**119.493**	**96,75**
Campo Limpo Paulista	45.387	52.294	107,33	653,7	16.592	98,47
Itupeva	18.142	20.605	78,05	102,5	8.326	68,45
Louveira	16.259	18.069	57,52	328,5	7.495	81,33
Várzea Paulista	68.921	78.156	103,80	100,0	26.694	98,70

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.31
JUNDIAÍ (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA





Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.39
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ[a] (PR) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Maringá	**240.292**	**267.942**	**42,83**	**545,7**	**111.318**	**95,72**
Ângulo[b][c]		2.635		24,9		
Iguaraçu[b]	5.691	3.404	-12,81	20,5	2.138	47,47
Mandaguaçu[b]	14.697	16.219	4,86	55,2	6.528	69,52
Mandaguari[b]	28.086	28.537	14,75	84,9	12.824	78,44
Marialva	22.625	25.254	9,99	53,1	9.870	65,66
Paiçandu	22.197	27.119	85,44	158,6	9.289	86,12
Sarandi	47.981	60.212	120,13	579,0	20.387	94,04

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Notas: (a) Municípios integrantes da RM instituída oficialmente pela Lei complementar estadual n° 83/98.
(b) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.
(c) Município criado depois de 1991(Ângulo desmembrado de Iguaraçu).

MAPA A.32
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ (PR) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana
Município que intrega a Região Metropolitana oficial, mas que não preenche os critérios selecionados

Obs: Município criado após 1991: Ângulo.





0 11 22 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.40

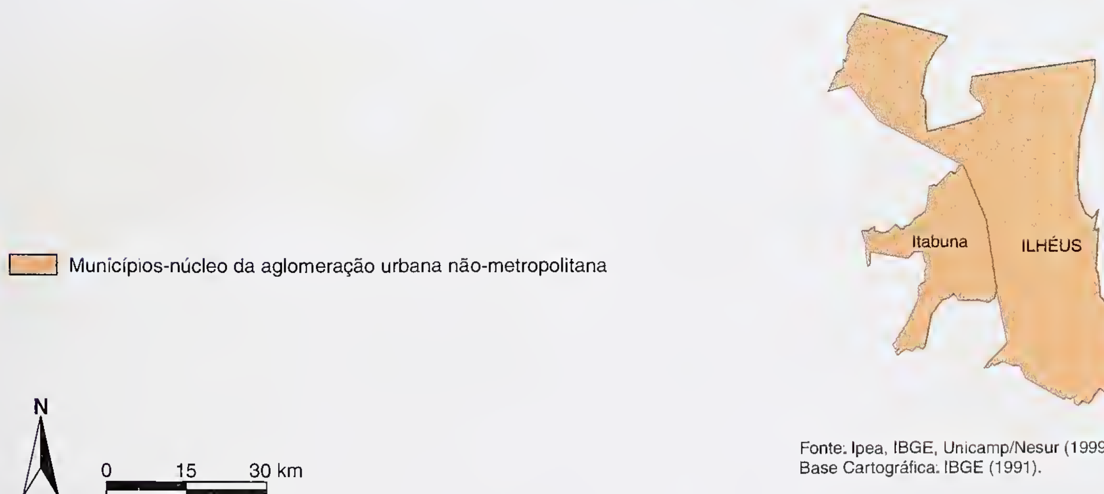
ILHÉUS/ITABUNA (BA) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Ilhéus	**223.750**	**242.445**	**70,21**	**131,2**	**66.334**	**64,77**
Itabuna	185.277	183.403	28,49	412,1	62.578	91,10

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.33

ILHÉUS/ITABUNA (BA) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.41
VOLTA REDONDA/BARRA MANSA (RJ) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Volta Redonda	**220.305**	**232.287**	**19,98**	**1.269,3**	**78.303**	**99,15**
Barra Mansa	**172.216**	**166.745**	**11,31**	**303,7**	**60.712**	**96,11**
Barra do Piraí	79.199	85.391	10,11	147,2	28.485	94,68
Piraí	33.782	40.228	17,34	68,9	11.166	89,29
Resende	91.757	102.625	21,97	87,9	35.077	93,73

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.34
VOLTA REDONDA/BARRA MANSA (RJ) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

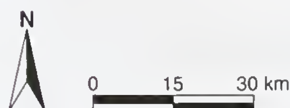
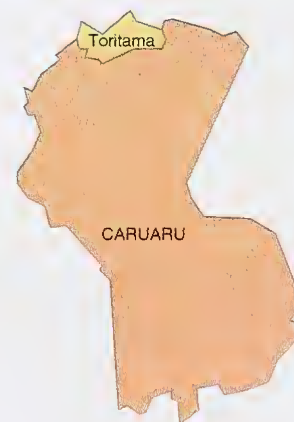


TABELA A.42
CARUARU (PE) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Caruaru	**213.697**	**231.989**	**8,56**	**248,9**	**81.506**	**88,68**
Toritama	14.907	18.455	23,80	527,3	6.939	93,40

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.35
CARUARU (PE) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Município da aglomeração urbana não-metropolitana



0 9 18 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.43

REGIÃO METROPOLITANA DE BLUMENAU)[a] (SC) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total 1991	População Total 1996	Variação Relativa (%) 1980-91	Densidade Demográfica 1996	PEA Total 1991	% PEA em Atividades Urbanas
Blumenau[c]	**212.025**	**231.401**	**34,83**	**453,7**	**96.628**	**98,53**
Gaspar[c]	35.614	40.584	39,07	109,7	16.240	92,83
Indaial[c]	30.158	35.340	50,23	82,2	13.763	94,44
Pomerode[c]	18.771	21.189	30,56	97,2	8.524	93,01
Timbó[c]	23.806	26.497	32,79	203,8	12.227	92,43
Apiuna[b]	7.731	8.425	- 9,15	17,2	3.100	65,45
Ascurra[b]	6.162	6.836	13,69	57,4	2.673	87,43
Benedito Novo[b]	8.385	8.677	6,90	22,5	4.037	69,85
Botuvera[b]	4.287	4.032	19,51	12,7	1.770	57,12
Brusque	57.971	66.558	40,61	236,9	26.752	98,44
Doutor Pedrinho[b]	2.997	2.981	4,43	7,9	1.477	58,63
Guabiruba	9.905	11.539	38,53	66,7	4.325	95,26
Ilhota[b]	9.448	10.023	17,32	40,9	3.402	83,45
Luiz Alves[b]	6.440	7.203	- 0,62	27,6	2.946	57,47
Rio dos Cedros[b]	8.642	8.812	2,08	15,8	3.554	78,42
Rodeio[b]	9.371	9.623	17,55	71,8	4.312	84,58

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

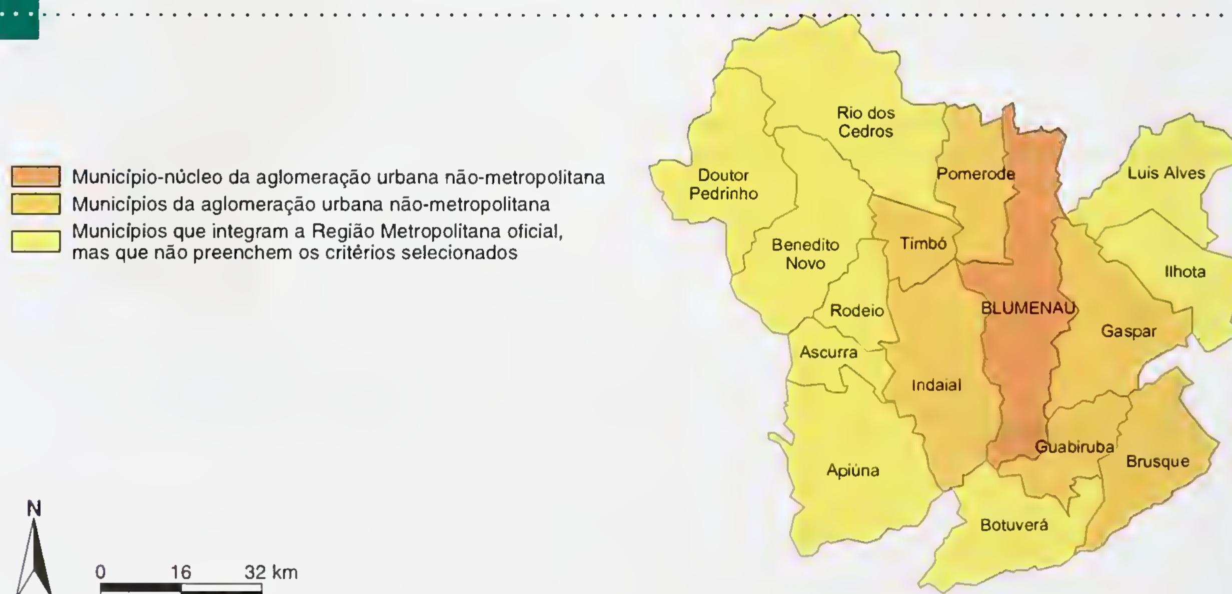
Notas: (a) Municípios integrantes da RM, denominada oficialmente Região Metropolitana do Vale do Itajaí, instituída pela Lei complementar estudual n° 162/98. Incluem-se os municípios do núcleo metropolitano e da área de expansão metropolitana.

(b) Município que integra a RM oficial mas que não preenche os critérios selecionados.

(c) Municípios pertencentes ao núcleo metropolitano, de acordo com a Lei complementar n° 162/98. Os demais são caracterizados pela lei como pertencentes à área de expansão.

MAPA A.36

REGIÃO METROPOLITANA DE BLUMENAU (SC) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA DE BLUMENAU



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.44
LIMEIRA (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

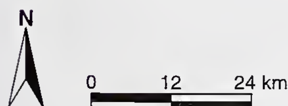
Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Limeira	**207.770**	**230.348**	**38,00**	**395,8**	**88.038**	**93,97**
Araras	87.459	95.997	34,53	93,1	37.423	88,40
Cordeirópolis	13.338	15.344	42,21	111,2	5.941	89,72
Iracemápolis	11.752	14.024	41,88	120,9	5.036	80,80
Leme	68.215	77.825	47,48	95,9	30.387	68,30
Rio Claro	138.243	153.389	25,45	96,9	57.454	95,70

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.37
LIMEIRA (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.45
CASCAVEL (PR) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Cascavel	192.990	219.652	36,66	106,3	82.445	90,32
Toledo	94.879	90.417	32,22	75,2	39.960	75,44

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.38
CASCAVEL (PR) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana

Obs: Município criado após 1991: São Pedro do Iguaçu.



0 27 54 km

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.46
PETROLINA (PE)/JUAZEIRO (BA) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Petrolina	175.406	191.238	68,18	40,2	61.810	68,14
Juazeiro	128.767	172.065	36,41	26,8	43.045	73,78

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.39
PETROLINA (PE)/JUAZEIRO (BA) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Municípios-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).



0 37 74 km

TABELA A.47
JUAZEIRO DO NORTE/CRATO (CE) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Juazeiro do Norte	**173.566**	**189.423**	**27,98**	**806,1**	**57.651**	**91,13**
Crato	**90.519**	**95.521**	**12,20**	**85,4**	**31.249**	**75,62**
Barbalha	38.430	43.296	24,15	95,8	12.773	70,89

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.40
JUAZEIRO DO NORTE/CRATO (CE) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.48
ARARAQUARA/SÃO CARLOS (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Araraquara(*)	166.731	176.566	30,13	138,01	69.520	92,20
São Carlos	158.221	175.517	32,36	153,42	69.003	92,80

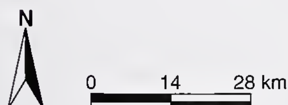
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Na Contagem Populacional de 1996 pode ocorrer, de acordo com a tabulação dos dados, uma pequena diferença na população total do município.

MAPA A.41
ARARAQUARA/SÃO CARLOS (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



Obs: Município criado após 1991: Gavião Peixoto.



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.49
COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA DE IPATINGA (MG) (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Ipatinga	**180.069**	**195.793**	**19,79**	**1.179,5**	**65.599**	**98,40**
Belo Oriente	16.718	18.060	32,37	53,6	5.413	69,20
Coronel Fabriciano	87.439	93.012	15,51	419,0	32.904	97,14
Timóteo	58.298	65.501	15,21	448,6	21.562	98,44

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Obs.: RM institucionalizada após o término da pesquisa. A Região Metropolitana do Vale do Aço foi criada pela Lei complementar n° 51, de 30/12/1998. Constituída pelo municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso e Timóteo, essa lei considera também os municípios integrantes do colar metropolitano: Açucena, Antônio Dias, Belo Oriente, Braúnas, Bugre, Córrego Novo, Dom Cavati, Dionísio, Entre-Folhas, Iapu, Ipaba, Jaguaraçu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Pingo D'Água, São José do Goiabal, São João do Oriente, Sobrália e Vargem Alegre.

MAPA A.42
AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA DE IPATINGA (MG)



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

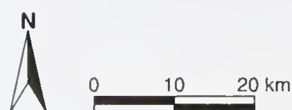


TABELA A.50
ARAÇATUBA (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Araçatuba(*)	**159.557**	**169.309**	**23,39**	**138,84**	**71.907**	**91,6**
Birigui	75.125	85.427	47,61	160,58	36.945	93,5

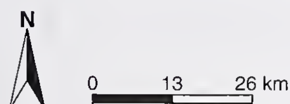
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Na Contagem Populacional de 1996 pode ocorrer, de acordo com a tabulação dos dados, uma pequena diferença na população total do município.

MAPA A.43
ARAÇATUBA (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



Obs: Município criado após 1991: Santo Antônio do Aracanguá.



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.51
CRICIÚMA (SC) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Criciúma	**146.320**	**159.101**	**42,29**	**757,6**	**57.149**	**97,31**
Ararangua	48.415	55.449	43,75	141,5	18.888	85,91
Cocal do Sul(*)	–	12.486	–	158,1	–	–
Forquilhinha	14.059	16.106	52,40	87,5	5.318	75,55
Içara	38.095	42.096	55,53	133,2	14.434	77,26
Maracajá	4.642	5.352	11,45	75,4	1.671	72,89
Morro da Fumaça	12.373	13.389	36,40	161,3	4.916	87,86
Sombrio	22.253	25.532	91,41	84,5	9.001	75,80

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Município criado depois de 1991(Cocal do Sul desmembrado de Urussanga). A soma total dos municípios integrantes da aglomeração urbana não-metropolitana de Criciúma (Tabelas 8 e 9) guarda pequena diferença devida ao município de Cocal do Sul.

MAPA A.44
CRICIÚMA (SC) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.52
ITAJAÍ (SC) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

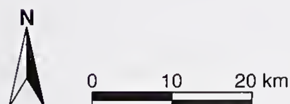
Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Itajaí	**119.631**	**134.942**	**38,37**	**443,9**	**46.214**	**94,12**
Balneário Camboriú	40.308	58.188	84,44	1.265,0	17.033	97,31
Camboriú	25.806	34.054	83,83	160,6	9.642	92,19
Itapema	12.176	18.222	84,91	308,8	4.356	91,23
Navegantes	23.662	32.363	74,86	272,0	8.480	78,20
Porto Belo	11.689	7.606	38,84	80,9	4.323	71,25

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.45
ITAJAÍ (SC) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana





Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

TABELA A.53
CABO FRIO (RJ) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total 1991	População Total 1996	Variação Relativa (%) 1980-91	Densidade Demográfica 1996	PEA Total 1991	% PEA em Atividades Urbanas
Cabo Frio	**84.915**	**115.759**	**52,73**	**244,2**	**32.468**	**94,89**
Araruama	59.024	66.148	18,46	104,2	20.7B7	85,90
Armação de Búzios(*)	–	–	–	–	–	–
Arraial do Cabo	19.866	21.548	29,32	136,4	7.420	92,72
Iguabá Grande(*)	–	–	–	–	–	–
São Pedro da Aldeia	50.474	65.147	34,57	165,3	17.091	90,37

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Município criado depois de 1991.

MAPA A.46
CABO FRIO (RJ) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



Obs: Municípios criados após 1991: Armação de Búzios e Iguabá Grande.

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).



0 12 24 km

TABELA A.54
MOGI-GUAÇU/MOGI-MIRIM (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Mogi-Guaçu	107.454	114.546	46,06	140,5	43.116	84,41
Mogi-Mirim	64.753	75.337	27,89	150,7	27.935	90,65
Estiva Gerbi(*)	–	8.074	–	86,4	–	–
Itapira	56.586	60.791	18,08	90,3	25.702	84,50

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).
Nota: (*) Município criado depois de 1991 (Estiva Gerbi desmembrado de Mogi-Guaçu).

MAPA A.47
MOGI-GUAÇU/MOGI-MIRIM (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA



Municípios-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Município da aglomeração urbana não-metropolitana

Obs: Município criado após 1991: Estiva Gerbi.

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).

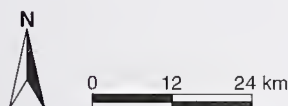


TABELA A.55
GUARATINGUETÁ/APARECIDA (SP) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Guaratinguetá	**102.072**	**98.265**	**20,28**	**130,5**	**38.725**	**94,06**
Aparecida	**33.247**	**34.318**	**13,30**	**283,6**	**13.397**	**97,97**
Cachoeira Paulista	23.212	25.473	12,92	88,1	8.023	88,43
Canas(*)	–	–	–	–	–	–
Lorena	73.146	76.344	27,50	163,1	26.094	93,92
Piquete	14.749	15.099	2,68	85,8	4.154	91,33

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

Nota: (*) Município criado depois de 1991.

MAPA A.48
GUARATINGUETÁ/APARECIDA (SP) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Municipios-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



Obs: Municípios criados após 1991: Canas e Potim de Guaratinguetá.

Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).



0 11 22 km

TABELA A.56
ITABIRA (MG) – COMPOSIÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA (1998)

Município	População Total		Variação Relativa (%)	Densidade Demográfica	PEA Total	% PEA em Atividades Urbanas
	1991	1996	1980-91	1996	1991	
Itabira	**85.606**	**95.205**	**20,38**	**75,6**	**29.837**	**90,10**
Bela Vista de Minas	9.594	10.133	-3,24	93,0	3.150	92,22
João Monlevade	59.340	61.700	23,12	623,2	21.222	98,27

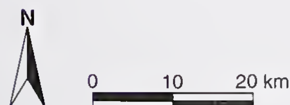
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996/CD Rom).

MAPA A.49
ITABIRA (MG) – AGLOMERAÇÃO URBANA NÃO-METROPOLITANA

Município-núcleo da aglomeração urbana não-metropolitana
Municípios da aglomeração urbana não-metropolitana



Fonte: Ipea, IBGE, Unicamp/Nesur (1999).
Base Cartográfica: IBGE (1991).



3 – Tratamentos Estatísticos e Tabulações Especiais

Introdução

Para a organização das bases de dados e a realização dos tratamentos estatísticos necessários à análise dos indicadores socioeconômicos, realizou-se, inicialmente, um esforço de compatibilização dos desmembramentos municipais ocorridos após 1980, organizando-se os dados em termos de estruturas territoriais comparáveis. Essa tarefa envolveu diversas dificuldades no caso do período 1991-96, em virtude da criação de novos municípios; porém mostrou-se decisiva na estruturação dos bancos de dados municipais e regionais.

De maneira geral, foram organizadas as seguintes tabulações por município e mesorregiões:

- PEA ocupada nos setores de comércio de mercadorias, transporte e comunicação e nos serviços auxiliares de atividade econômica (Censo Demográfico de 1991);
- PEA em ocupações administrativas, técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas (Censo Demográfico de 1991);
- renda média familiar *per capita* (Censo Demográfico de 1991);
- índice de consumo de bens (Censo Demográfico de 1991);
- anos médios de estudo (Censo Demográfico de 1991);
- índice de infra-estrutura urbana (saneamento e energia elétrica — Censo Demográfico de 1991);
- perfil ocupacional (Censo Demográfico de 1991);
- pessoal ocupado (Censos Econômicos de 1985);
- valor da produção (Censos Econômicos de 1985);
- valor da transformação industrial (Censos Econômicos de 1985);
- valor das vendas (Censos Econômicos de 1985);
- pessoal ocupado e valor da produção (Censo Cadastro de 1996);
- valor adicionado fiscal (para as regiões Sudeste e Sul);
- PIB municipal (para as regiões Norte e Nordeste);
- atividade agropecuária (Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1996);
- estatísticas de emprego formal na atividade industrial (Rais/MTb, 1986-96).

A seguir, são apresentadas a metodologia e a descrição dos resultados da análise discriminante, da matriz, da tipologia ocupacional e da análise de classes de tamanho populacional de municípios.

3.1 Análise Discriminante

A proposta desta etapa do trabalho foi avaliar a qualidade do processo classificatório da rede urbana do Brasil, testando-se os grupos estabelecidos, efetivamente distintos entre si, e averiguar quais os indicadores que mais contribuíram para essa classificação. A técnica estatística da análise discriminante (AD) proporciona isso através das funções lineares discriminantes, isto é, combinações lineares dos indicadores iniciais que maximizam a diferenciação entre os grupos.

Em linhas gerais, a AD permite, com o auxílio visual de um espaço discriminante apropriado, descrever as relações entre os grupos preestabelecidos, que devem ser explicados estatisticamente em função das características consideradas relevantes na análise, ou seja, classificar os elementos em grupos com base nas variáveis quantitativas e confrontá-los com aqueles grupos previamente estabelecidos.

Portanto, identificaram-se, dentre os indicadores selecionados, aqueles que mais contribuíram para que se formasse a configuração de grupos (apresentada na Parte II deste volume). Dessa forma, selecionou-se uma primeira cesta com 13 indicadores básicos para os 111 centros urbanos. São eles:

- população total de 1996;
- percentual da PEA em atividades urbanas de 1991;
- renda média familiar *per capita* de 1991[1];
- indicador de movimentação financeira[2];
- taxa de crescimento populacional (1991-96);
- percentual da população em idade ativa (PIA) ocupada na indústria de transformação, construção civil, em serviços de utilidade pública, bancos, serviços técnicos profissionais, serviços públicos federais, estaduais e municipais, e em estabelecimentos de saúde e ensino;
- índice de infra-estrutura urbana; e
- índice de consumo de bens[3].

[1] A renda média familiar *per capita* foi calculada da seguinte forma: para cada família do município, foi obtida a renda *per capita* familiar (renda mensal familiar dividida pelo número de pessoas na família), para aquelas famílias que declararam o rendimento.

[2] Obteve-se esse indicador por meio da ponderação do volume de depósitos bancários de 1998 (expresso em reais) pela população total das aglomerações e/ou centros de 1996.

[3] Para o cálculo desses índices foram considerados somente *domicílios particulares permanentes urbanos*. Para obtenção do Índice de Consumo de Bens, calculou-se a média geométrica das seguintes proporções de bens: telefone, automóvel, rádio, geladeira, televisor em cores, *freezer* e máquina de lavar roupa. Para a obtenção do Índice de Infra-estrutura Urbana, calculou-se a média geométrica das seguintes proporções de domicílios com as seguintes infra-estruturas: rede geral de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica, lixo coletado e energia elétrica.

Depois, selecionou-se uma segunda cesta com os seguintes quatro indicadores, somente para 23 dos principais centros urbanos[4]: número de empresas, valor do patrimônio das 500 maiores empresas do país[5] e movimentação de passageiros e cargas dos aeroportos[6].

3.1.1 Apresentação da técnica

Esta técnica determina uma nova variável, que é a combinação linear das variáveis originais verificadas. Essas combinações, denominadas de funções lineares discriminantes, são obtidas de forma a separar, da melhor forma possível, os grupos entre si. Assim, os valores da função discriminante têm as seguintes características:

- são os mais próximos possíveis para os indivíduos que pertencem a um mesmo grupo; e
- são os mais diferentes para indivíduos que pertencem a grupos distintos.

A seguir, apresenta-se um exemplo para esclarecer essas idéias.

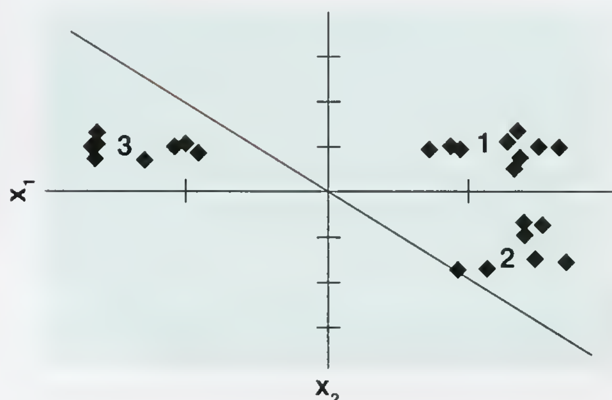
Suponha-se um conjunto de dados divididos inicialmente em três grupos num espaço bidimensional.

Os grupos 1 e 3 confundem-se na variável x_2 e os grupos 1 e 2 na variável x_1. Agora, suponha-se que a reta que passa pela origem tenha a seguinte equação:

$$f(x_1, x_2) = -0{,}6x_1 + 0{,}8x_2$$

Ao se projetarem ortogonalmente todos os pontos nesta reta, é possível verificar que os grupos podem ser mais facilmente identificados em apenas uma única dimensão: os grupos 2 e 3 estão nos extremos, enquanto o grupo 1 está no meio. Assim, essa única função discriminante (no exemplo, pode haver no máximo duas funções) permite explicar as diferenças entre os grupos nas duas variáveis originais. Para saber quais das duas variáveis mais contribui para explicar as diferenças, é preciso analisar seus respectivos coeficientes, em valores absolutos: da equação acima, a variável x_2 tem o maior poder discriminatório de grupos do que a variável x_1, pois seu coeficiente é de 0,8 contra 0,6. Nota-se que é possível reduzir a dimensão (no caso de 2 para 1), sem a perda de muitas informações. Além disso, podem-se identificar, através da função discriminante, quais os elementos que, do ponto de vista quantitativo, estejam mal classificados, ou seja, aqueles que estavam previamente classificados como grupo 2, mas, em virtude das características observadas, se parecem mais com os elementos do grupo 1.

FIGURA A.1: GRÁFICO DE DISPERSÃO



O que se quer buscar nessa aplicação é uma função semelhante num espaço de dezessete dimensões e avaliar os coeficientes associados aos indicadores. Na prática, quando há muitas dimensões, é difícil a discriminação ser explicada por apenas uma única função. Dessa forma, mais de uma função discriminante deve ser considerada para interpretação dos resultados. O número máximo de funções discriminantes é dado por min(k-1, p), onde k é o número de grupos e p é o número de variáveis.

Contudo, como os indicadores selecionados não estão numa mesma escala (os valores dos indicadores têm diferentes ordens de grandeza), um indicador pode ter maior peso na formação de grupos do que outro. Para evitar pesos distintos dos indicadores, ou favorecimento de uns em detrimento de outros, os indicadores foram padronizados, levando todos à mesma escala, atribuindo, dessa forma, o mesmo peso a todos. Para cada um dos dezessete indicadores, foram calculados a média e o desvio-padrão. Em seguida, para cada centro, o valor encontrado foi subtraído pela média e dividido pelo desvio-padrão. Assim, todos os indicadores têm média 0 e variância (desvio-padrão) 1.

3.1.2 Função discriminante

Inicialmente, para obter as funções discriminantes, é preciso calcular a variabilidade (ou dispersão) intragrupo e a variabilidade intergrupos. Suponha-se um conjunto de n indivíduos, de onde se obtêm p medidas acerca de cada um. Suponha-se, ainda, que estes estejam classificados previamente em um dos k grupos. A matriz de dados que armazena todas essas informações é dada por:

---

[4] A maioria desses centros/aglomerações pertence aos estratos superiores da rede. Foram selecionados somente aqueles que possuíam todos os dados para esta cesta de indicadores, a fim de possibilitar a execução do programa estatístico.

[5] Dados da Revista *Exame* (1998), referentes ao período 1996-97.

[6] Dados da Rede Infraero (1998), acumulados de janeiro a junho de 1998.

$$
{}_{n}x_{p} = \begin{pmatrix}
x_{111} & x_{121} & \cdots & x_{1p1} \\
x_{112} & x_{122} & \cdots & x_{1p12} \\
\vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\
x_{11n_1} & x_{12n_1} & \cdots & x_{1pn_1} \\
x_{211} & x_{221} & \cdots & x_{2p1} \\
x_{212} & x_{222} & \cdots & x_{2p2} \\
\vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\
x_{21n_2} & x_{22n_2} & \cdots & x_{2pn_2} \\
\vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\
x_{k11} & x_{k21} & \cdots & x_{kp1} \\
x_{k12} & x_{k22} & \cdots & x_{kp2} \\
\vdots & \vdots & \vdots & \vdots \\
x_{k1n_k} & x_{k2n_k} & \cdots & x_{kpn_k}
\end{pmatrix}
$$

onde $n = n_1 + n_2 + \ldots n_k$.

Os elementos da matriz de dispersão total **T** (soma de quadrados total) podem ser decompostos por T = W + B, onde B representa a matriz de dispersão intergrupos (soma de quadrados entre os grupos) e W a matriz de dispersão intragrupo. A seguir, apresenta-se a forma como foi calculada cada uma dessas matrizes:

$$ {}_{p}\mathbf{B}p = \sum_{l=1}^{k} n_l(\bar{x}_l - \bar{x})(\bar{x}_l - \bar{x})' \text{ ou} $$

$$ b_{uv} = \sum_{l=1}^{k} \sum_{i=1}^{n_1} (\bar{x}_{lu} - \bar{x}_u)(\bar{x}_{lv} - \bar{x}_v) $$

$$ = \sum_{l=1}^{k} n_l(\bar{x}_{lu} - \bar{x}_u)(\bar{x}_{lv} - \bar{x}_v) $$

$$ u = v = 1, 2, \ldots, p $$

Desvio do centróide dos grupos $\bar{x}_{lj}$ ($l = 1, 2, ..., k$ e $j = 1, 2, ..., p$) em relação ao grande centróide $\bar{x}_j$ ($j = 1, 2, ..., p$), no espaço inicial.

$$ {}_{p}\mathbf{W}p = \sum_{l=1}^{k} \sum_{i=1}^{n_l} (\bar{x}_{li} - \bar{x}_j)(\bar{x}_{li} - \bar{x}_j)' \text{ ou} $$

$$ w_{uv} = \sum_{l=1}^{k} \sum_{i=1}^{n_l} (x_{lui} - \bar{x}_{lu})(x_{lvi} - \bar{x}_{lv}) \quad u = v = 1, 2, \ldots, p $$

Desvio dos indivíduos x_{lji} ($l = 1, 2, ..., k; j = 1, 2, ..., p$ e $i = 1, 2, ..., n_l$) em relação aos centróides dos respectivos grupos $\bar{x}_{lj}$($l = 1, 2, ..., k$ e $j = 1, 2, ..., p$), no espaço inicial.

$$ {}_{p}\mathbf{T}_{p} = \sum_{l=1}^{k} \sum_{i=1}^{n_j} (x_{ij} - \bar{x})(x_{ij} - \bar{x})' \text{ ou} $$

$$ t_{uv} = \sum_{l=1}^{k} \sum_{i=1}^{n_j} (x_{lui} - \bar{x}_u)(x_{lvi} - \bar{x}_v) $$

$$ u = v = 1, 2, \ldots, p $$

Desvio dos indivíduos x_{lji} ($l = 1, 2, ..., k; j = 1, 2, ..., p$ e $i = 1, 2, ..., n_l$) em relação ao grande centróide $\bar{x}_j$($j = 1, 2, ..., p$), no espaço inicial.

As funções lineares discriminantes são derivadas em ordem de importância decrescente. A primeira função representa a melhor combinação possível das variáveis iniciais (indicadores), ou seja, é aquela que extrai o máximo possível da variabilidade intragrupo existente no espaço inicial. A segunda função extrai o máximo possível da variabilidade remanescente, com o fato de ter uma primeira restrição ortogonal. Assim, sucessivamente, são extraídos vetores mutuamente ortogonais até esgotar a variabilidade contida na matriz $\mathbf{W}^{-1}\mathbf{B}$.[7] A cada função discriminante, encontra-se associado um par de autovalor e autovetor $\mathbf{W}^{-1}\mathbf{B}$. Autovalor é diretamente proporcional à quantidade da variabilidade intergrupos por ela explicada, constituindo-se numa medida do poder discriminatório da função. Os elementos do autovetor são os coeficientes da função discriminante. Dessa forma, as funções discriminantes definem um novo sistema de coordenadas de tal maneira que a razão dispersão intergrupos/dispersão intragrupos seja máxima.

O número máximo de funções discriminantes que podem ser extraídas é representado por min(k-1, p). Mas nem todas as funções discriminantes possíveis têm um poder discriminatório significativo, e o número de funções que devem ser analisadas, geralmente, é menor. Um critério empírico simples para avaliar a importância relativa de cada função discriminante na diferenciação dos grupos é baseado na proporção do traço da matriz $\mathbf{W}^{-1}\mathbf{B}$ acumulado na função. Em outras palavras, é a proporção do autovalor da função discriminante j.

$$ \frac{\lambda_j}{\sum_{i=1}^{m} \lambda_i} \qquad j = 1, 2, \ldots, m $$

onde m = min(k-1, p). Quanto mais próximo de 1, melhor o poder discriminatório da função discriminante.

[7] Também se utiliza $\mathbf{W}^{-1}\mathbf{T}$.

Por meio dos coeficientes das funções discriminantes, é possível identificar quais, dentre os indicadores, aqueles que mais contribuem para a distinção entre os grupos. O poder discriminatório de uma variável, tomada isoladamente, pode ser avaliado com base na simples observação das funções discriminantes significativas, ou seja, examinando os indicadores que mais contribuem para as funções discriminantes que explicam a maior proporção da variância intergrupos. Por fim, os valores das funções discriminantes identificam os elementos "bem" e mal classificados.

3.1.3 Resultados

De posse da configuração final da rede urbana do Brasil, analisa-se o poder discriminatório para cada indicador e avalia-se a qualidade de um processo classificatório. Os autovalores e os autovetores de $\mathbf{W}^{-1}\mathbf{B}$ são dados nas Tabelas 1 e 2 a seguir. O autovalor determina o poder discriminatório de cada função; o autovetor, os coeficientes da função.

A primeira função discriminante carrega aproximadamente 95% da variabilidade da matriz $\mathbf{W}^{-1}\mathbf{B}$. Assim, podem-se descartar as demais funções e concentrar a análise somente nos coeficientes (autovetor) da primeira. O indicador população total foi aquele que apresentou o maior poder discriminante em todas as classes.

A análise de correlação entre os treze primeiros indicadores revelou que aqueles que mais se correlacionam positivamente são os seguintes[8]: a renda média familiar *per capita* com o percentual da PIA ocupada em serviços técnicos profissionais e com os índices de infra-estrutura urbana e de consumo de bens; depois, o percentual da PIA ocupada na indústria com esses dois índices; e, por fim, o percentual da PEA em atividades urbanas com a renda, e a população com o indicador de movimentação financeira (Tabela 2). A análise de correlação entre os quatro outros indicadores revelou que todos eles são bastante correlacionados.

Quanto ao poder discriminante de tais indicadores, ou seja, quais são aqueles que mais explicam estatisticamente a inclusão dos centros nas diferentes categorias espaciais, tem-se que a combinação dessas duas cestas de indicadores explica, em mais de 95%[9], a ordenação dos centros na classificação proposta (Tabela 5). Para os treze primeiros indicadores, como era de se esperar, o tamanho da população foi o indicador que mais discriminou os centros, tendo apresentado carga ou coeficiente[10] de +4,06 (numa escala que variou de -0,45 a +4,06), seguido, de longe, do percentual da PIA em serviços públicos (0,66), depois do indicador de movimentação financeira (0,30) e do Índice de Consumo de Bens (0,28). Para aqueles indicadores com carga negativa, destacam-se o percentual da PIA ocupada na indústria (-0,45), a renda média familiar *per capita* (-0,19) e o índice de infra-estrutura urbana (-0,23). Para os quatro outros indicadores, numa escala que variou de -4,98 a +4,33, os maiores valores foram alcançados pelo número de passageiros que circulam nos aeroportos e pelo valor do patrimônio das empresas (+4,33) (ver Tabelas 1 e 2).

Os valores negativos obtidos na análise discriminante podem ser explicados pelo fato de um mesmo centro apresentar valores altos para alguns indicadores e baixos para outros. É o caso de Palmas (centro sub-regional 1), capital do estado do Tocantins, por exemplo, que, apesar de ter uma população pequena, para o conjunto dos centros selecionados (86 mil habitantes), apresentou a maior taxa de crescimento populacional do período 1991-96 (28,76% a.a.), ou Boa Vista (centro sub-regional 1), capital do estado de Roraima, que tem 165 mil habitantes e uma renda média familiar *per capita* semelhante a São Paulo ou Teresina (centro regional), capital do Piauí, com 773 mil habitantes, que registrou o menor percentual da PIA ocupada em atividades de ensino, ou Fortaleza (metrópole nacional), capital do estado do Ceará, com 2,6 milhões de habitantes e um índice de infra-estrutura urbana de 21%, menor que Jequié, 23% (centro sub-regional 2), na Bahia. É preciso ressaltar a discrepância entre os anos-base de cada indicador, o que, certamente, acarreta algumas distorções na análise dos dados. De qualquer maneira, trata-se de um conjunto importante de análises estatísticas de dezessete indicadores selecionados, o qual subsidiou a classificação da rede urbana do Brasil proposta por este estudo.

No processo de classificação dos diferentes centros nas seis categorias espaciais, foram considerados, além desses indicadores quantitativos da rede urbana, os conhecimentos regionais dos pesquisadores envolvidos, especialmente nas análises qualitativas. Portanto, ao se considerar somente o comportamento dos indicadores na análise discriminante, surgiram situações de centros que deveri-

[8] Na análise de correlação, foram considerados, por ordem decrescente de intensidade, aqueles indicadores que apresentaram *cargas* entre 0,75 e 0,6, num intervalo de 0 a 1, para um nível de significância de 0,05.

[9] *SAS, Canonical Discriminant Analysis, Eigenvalues of INV (E)*H=CanRsq/(1-CanRsq), proportion of Can 1 = 94%.* A variável CAN 1 é justamente a combinação dos indicadores selecionados. O fato de ela apresentar um valor tão alto significa que o poder discriminante deste conjunto de indicadores é bastante elevado para justificar o enquadramento dos centros nas diferentes categorias espaciais.

[10] *SAS, Total-Sample standardized canonical coefficients.* Para este coeficiente ter significância do ponto de vista do poder discriminante, importam os valores mais acentuados, ou seja, aqueles mais próximos dos limites, tanto máximo como mínimo.

am estar classificados em categorias distintas daquela proposta pelo estudo. É o caso de, por exemplo, Sorocaba (SP), município que foi classificado como centro sub-regional 1, quando, na análise discriminante, este centro apresenta características mais similares à dos centros regionais.

Baseada na técnica estatística multivariada, a AD contribuiu para reavaliar a necessidade de ajustar a classificação, levando em conta critérios analíticos e quantitativos que discriminam a inclusão ou não de centros urbanos nas distintas categorias de classificação. Para evitar distorções nos resultados finais, e considerando o fato de que São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se das demais metrópoles brasileiras, nos procedimentos estatísticos do software SAS, essas duas aglomerações metropolitanas foram retiradas da AD.

Dos resultados da análise quantitativa, para um total de 109 centros e aglomerações, surgiu a indicação de reavaliação da classificação de um conjunto de dezesseis centros (Tabela 6). As informações qualitativas acerca dos dezesseis centros recomendaram a reclassificação de nove deles[11], já incorporada à classificação da rede urbana feita aqui, e a manutenção da classificação proposta para os sete centros[12], resultados esses que serão comentados a seguir.

Para esses sete centros, cujo comportamento dos indicadores sugeriu uma reavaliação da classificação, identificaram-se quais indicadores estariam contribuindo para esses resultados e realizou-se uma avaliação qualitativa da proposta de alteração.

O fato de Manaus ser o único centro urbano classificado como metrópole regional que não constitui uma aglomeração urbana distingue-a dos demais. Apesar disso, dada sua importância econômica regional, optou-se pela sua manutenção enquanto Metrópole Regional. Os indicadores que mais diferenciam Sorocaba (SP) da média dos centros sub-regionais 1 e que mais a aproximam da média dos centros regionais são: população, renda média familiar *per capita*, percentual da PIA ocupada na indústria, em bancos e nos serviços técnicos. Contudo, os dados qualitativos recomendam a sua manutenção enquanto centro sub-regional 1. Já nos casos de Caruaru (PE), Arapiraca (AL), Cabo Frio (RJ), Ji-Paraná (RO) e Santarém (PA), são pouco significativas as diferenças entre o conjunto de indicadores e a média de suas respectivas categorias, optando-se, portanto, pela manutenção do enquadramento inicialmente proposto, ou seja, como centros sub-regionais 1.

TABELA A.57
PODER DISCRIMINANTE – PRIMEIRA CESTA DE INDICADORES

Em %

Autovalor	**18,33**	**0,73**	**0,15**	**0,06**
Poder Discriminante	**95,12**	**3,81**	**0,78**	**0,29**
PEA-URB	-0,05	0,65	0,56	0,31
RMFPC	-0,19	-0,13	0,73	-1,35
SF-POP	0,30	-0,72	-0,38	0,78
POP	4,06	-0,28	-0,02	-0,29
TX 91/96	-0,11	-0,30	0,65	0,23
EO1	-0,45	-0,76	0,06	-0,26
EO2	0,03	-0,27	0,16	0,21
EO3	0,19	0,10	0,07	0,57
EO4	0,66	1,17	-0,69	-0,07
EO5	0,12	0,19	-0,30	-0,06
EO6	-0,16	-0,36	0,47	0,20
IIEU	-0,23	0,08	-0,80	0,24
ICB	0,28	0,74	0,26	0,46

Obs.: POP = população total de 1996;
PEA-URB = percentual da PEA em atividades urbanas de 1991;
RMFPC = renda média familiar *per capita* de 1991;
SF-POP = indicador de movimentação financeira;
TX 91/96 = taxa de crescimento populacional 91/96;
EO1 = percentual da população em idade ativa ocupada na indústria de transformação, na construção civil e em serviços de utilidade pública;
EO2 = % da PIA ocupada em bancos;
EO3 = % PIA ocupada em serviços técnicos profissionais;
EO4 = % PIA ocupada nos serviços públicos federais, estaduais e municipais;
EO5 = % da PIA ocupada em estabelecimentos de saúde;
EO6 = % da PIA ocupada em estabelecimentos de ensino;
IIEU = índice de infra-estrutura urbana;
ICB = índice de consumo de bens.

TABELA A.58
PODER DISCRIMINANTE – SEGUNDA CESTA DE INDICADORES

Em %

Autovalor	**40,12**	**2,44**	**0,25**	**0,00**
Poder Discriminante	**93,72**	**5,70**	**0,58**	**0,00**
Aeroportos (Passageiros)	4,33	-3,12	-3,62	0,63
Aeroportos (Carga)	2,11	3,21	-0,89	-0,16
Nº de Empresas	-4,97	0,36	3,53	1,40
Patrimônio das Empresas	4,32	-0,19	1,17	-1,64

[11] Londrina (PR), município que estava classificado como centro sub-regional 1, foi reclassificado como centro regional. Mossoró (RN), Rondonópolis (MT), Rio Verde (GO), Marília (SP) e Araçatuba/Birigüi (SP), que também estavam classificados como centros sub-regionais 1, foram reclassificados como centros sub-regionais 2. Araraquara/São Carlos (SP), Limeira/Rio Claro (SP) e Volta Redonda/ Barra Mansa (RJ), que estavam classificados como centros sub-regionais 2, foram reclassificados como centros sub-regionais 1.

[12] Manaus, Sorocaba, Caruaru, Arapiraca, Cabo Frio, Ji-Paraná e Santarém.

TABELA A.59
RESULTADO DA ANÁLISE DISCRIMINANTE

Conclusão

Ordem	Centros	Grupo	Can1
1	Franca	6	-3,717
2	Bragança Paulista	6	-3,417
3	Santa Cruz do Sul	6	-3,333
4	Jaú	6	-3,220
5	Parnaíba	6	-2,855
6	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	6	-2,823
7	Mossoró	5	-2,773
8	Alagoinhas	6	-2,746
9	Rondonópolis	5	-2,715
0	Barbacena	6	-2,679
1	Sete Lagoas	6	-2,654
2	Cachoeiro do Itapemirim	6	-2,625
3	Sobral	6	-2,610
4	Itabira	6	-2,595
5	Criciúma	6	-2,546
6	Itajaí	6	-2,484
17	Divinópolis	6	-2,480
8	Nova Friburgo	6	-2,480
9	Botucatu	6	-2,466
0	Paranaguá	6	-2,461
1	Poços de Caldas	6	-2,458
2	Guarapuava	6	-2,444
3	Marabá	6	-2,376
4	Linhares	6	-2,353
5	Lages	6	-2,352
6	Teófilo Otoni	6	-2,348
7	Castanhal	6	-2,345
8	Foz do Iguaçu	6	-2,313
9	Uruguaiana	6	-2,280
0	Garanhuns	6	-2,270
1	Guaratinguetá/Aparecida	6	-2,267
2	Governador Valadares	6	-2,246
3	Barreiras	6	-2,202
4	Rio Verde	5	-2,183
5	Ponta Grossa	6	-2,147
6	Piracicaba	6	-2,123
3	Marília	5	-2,119
8	Jequié	6	-2,117
9	Chapecó	6	-2,024
0	Santa Maria	6	-2,023
1	Catanduva	6	-1,972
2	Caxias	6	-1,967
3	Caruaru	5	-1,962
4	Araçatuba/Birigüi	5	-1,931
5	Araguaína	6	-1,912
6	Montes Claros	6	-1,883
7	Passo Fundo	6	-1,859
8	Ipatinga/Coronel Fabriciano	6	-1,855
9	Cabo Frio	6	-1,786
0	Presidente Prudente	5	-1,753
1	Uberaba	5	-1,743
2	Vitória da Conquista	5	-1,734
3	Imperatriz	5	-1,677
4	Arapiraca	6	-1,667
5	Jundiaí	5	-1,631
6	Ji-Paraná	6	-1,544
7	Anápolis	5	-1,453
58	Santarém	6	-1,441
9	Araraquara/São Carlos	6	-1,440
0	Dourados	5	-1,416
1	Juazeiro do Norte/Crato	5	-1,412
2	Cascavel	5	-1,369
3	Joinville	5	-1,353
4	Blumenau	5	-1,269
5	Caxias do Sul	5	-1,265
6	Bauru	5	-1,187
7	Campos dos Goytacazes	5	-1,186
8	Juiz de Fora	5	-1,144
9	Uberlândia	5	-1,044
0	Feira de Santana	5	-1,044
1	Campina Grande	5	-1,036
2	Boa Vista	5	-1,033
3	Petrolina/Juazeiro	5	-1,026
4	Maringá	5	-0,930
5	Palmas	5	-0,920
6	Pelotas/Rio Grande	5	-0,819
7	São José do Rio Preto	5	-0,810
7	Limeira/Rio Claro	6	-0,763
9	Volta Redonda/Barra Mansa	6	-0,279
0	Macapá	5	-0,155
1	Ilhéus/Itabuna	5	-0,070
2	Sorocaba	5	0,516
3	Teresina	4	0,764
4	Porto Velho	4	0,851
5	Londrina	5	1,001
6	Ribeirão Preto	4	1,137
7	Rio Branco	4	1,416
8	Cuiabá	4	1,557
9	Aracaju	4	1,596
0	Campo Grande	4	1,964
1	Natal	4	2,086
2	São José dos Campos	4	2,122
3	Florianópolis	4	2,556
4	João Pessoa	4	2,619
5	Maceió	4	2,710
6	São Luís	4	3,165
7	Manaus	3	3,168
8	Vitória	4	3,820
99	Santos	4	4,255
00	Goiânia	3	5,589
01	Belém	3	6,189
02	Campinas	3	7,058
03	Curitiba	2	1,036
04	Fortaleza	2	1,187
05	Salvador	2	1,280
06	Porto Alegre	2	1,508
07	Brasília	2	1,516
08	Recife	2	1,551
109	Belo Horizonte	2	1,848

Continua

TABELA A.60
VALORES MÉDIOS, MÍNIMOS E MÁXIMOS, PARA CADA UM DOS 13 INDICADORES, POR CATEGORIA

Variáveis	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Metrópole Global (2)				
PEA-URB	99,44	0,20	99,30	99,58
RMFPC	95.191,60	17.805,76	82.601,03	107.782,18
SF-POP	6,62	4,72	3,28	9,95
POP	13.599.684	4.337.820	10.532.382	16.666.986
TX 91/96	1,11	0,48	0,77	1,45
EO1	15,20	5,65	11,20	19,19
EO2	0,68	0,16	0,57	0,80
EO3	1,81	0,17	1,70	1,93
EO4	1,21	0,04	1,18	1,24
EO5	2,19	0,41	1,90	2,48
EO6	2,42	0,42	2,13	2,72
IIEU	0,68	0,18	0,55	0,80
ICB	0,0035	0,0023	0,0019	0,0051
Metrópole Nacional (7)				
PEA-URB	98,70	0,58	97,87	99,34
RMFPC	71.613,96	19.696,31	44.678,98	99.175,51
SF-POP	3,75	4,52	1,19	13,94
POP	2.928.139	551.525	2.348.559	3.829.042
TX 91/96	2,23	1,00	1,10	3,69
EO1	12,88	3,62	7,97	18,35
EO2	0,77	0,15	0,57	0,97
EO3	1,27	0,39	0,82	1,70
EO4	2,24	1,16	1,62	4,86
EO5	1,99	0,20	1,75	2,33
EO6	2,75	0,33	2,45	3,41
IIEU	0,50	0,20	0,21	0,75
ICB	0,0025	0,0029	0,0001	0,0073
Metrópole Regional (4)				
PEA-URB	9,28	0,48	97,60	98,72
RMFPC	71.206,39	16.033,73	57.075,52	94.202,60
SF-POP	1,13	0,33	0,88	1,62
POP	1.548.801	352.879	1.157.357	1.992.157
TX 91/96	2,68	0,46	2,29	3,30
EO1	14,44	5,69	8,54	22,15
EO2	0,78	0,35	0,52	1,28
EO3	1,09	0,32	0,82	1,52
EO4	2,00	0,37	1,50	2,40
EO5	1,72	0,41	1,34	2,25
EO6	2,73	0,25	2,38	2,98
IIEU	0,47	0,21	0,34	0,78
ICB	0,0028	0,0034	0,0004	0,0077

Continua

TABELA A.60
VALORES MÉDIOS, MÍNIMOS E MÁXIMOS, PARA CADA UM DOS 13 INDICADORES, POR CATEGORIA

Conclusão

Variáveis	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Centro Regional (16)				
PEA-URB	96,84	3,60	86,43	99,48
RMFPC	62.472,69	17.687,17	38.104,80	95.758,32
SF-POP	1,32	0,92	0,65	4,43
POP	762.092	285.615	243.624	1.309.263
TX 91/96	2,24	0,71	1,42	4,30
EO1	10,45	4,10	0,09	18,53
EO2	0,72	0,33	0,01	1,29
EO3	1,00	0,46	0,01	1,77
EO4	2,93	1,55	0,02	6,57
EO5	1,98	0,71	0,05	3,14
EO6	3,16	1,13	0,04	4,59
IIEU	0,48	0,22	0,19	0,93
ICB	0,0028	0,0046	0,0000	0,0143
Centro Sub-regional 1 (31)				
PEA-URB	93,16	5,16	79,71	98,81
RMFPC	58.686,79	20.766,86	26.340,54	103.129,26
SF-POP	1,05	0,60	0,23	2,51
POP	374.863	164.336	86.116	889.538
TX 91/96	2,96	4,92	-0,17	28,76
EO1	14,09	6,31	6,15	30,31
EO2	0,83	0,39	0,21	1,81
EO3	0,97	0,26	0,40	1,53
EO4	1,75	1,04	0,78	5,09
EO5	1,55	0,45	0,70	2,52
EO6	2,66	0,64	1,80	4,11
IIEU	0,50	0,31	0	0,96
ICB	0,0038	0,0051	0,0000	0,0225
Centro Sub-regional 2 (51)				
PEA-URB	86,69	10,54	48,91	98,83
RMFPC	50.091,68	17.260,45	15.807,98	85.018,57
SF-POP	0,76	0,44	0,12	2,03
POP	177.778	68.727	95.356	372.366
TX 91/96	1,87	1,23	-0,69	4,62
EO1	12,75	5,33	5,24	32,65
EO2	0,75	0,33	0,06	1,71
EO3	0,86	0,30	0,23	1,54
EO4	1,47	0,35	0,97	2,38
EO5	1,47	0,62	0,67	4,26
EO6	2,65	0,74	1,68	5,38
IIEU	0,45	0,30	0,00	0,96
ICB	0,0019	0,0027	0,0000	0,0106

Obs. POP = população total de 1996;
PEA-URB = percentual da PEA em atividades urbanas de 1991;
RMFPC = renda média familiar *per capita* de 1991;
SF-POP = indicador de movimentação financeira;
TX 91/96 = taxa de crescimento populacional 91/96;
EO1 = percentual da população em idade ativa ocupada na indústria de transformação, na construção civil e em serviços de utilidade pública;
EO2 = % da PIA ocupada em bancos;
EO3 = % PIA ocupada em serviços técnicos profissionais;
EO4 = % PIA ocupada nos serviços públicos federais, estaduais e municipais;
EO5 = % da PIA ocupada em estabelecimentos de saúde;
EO6 = % da PIA ocupada em estabelecimentos de ensino;
IIEU = índice de infra-estrutura urbana;
ICB = índice de consumo de bens.

TABELA A.61
MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O CONJUNTO DA REDE, POR CATEGORIA

	PEA-URB	RMFPC	SF-POP	POP	TX 91/96	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	IIEU	ICB
Brasil (109)(*)													
PEA-URB	1,00	0,56	0,28	0,41	0,02	0,36	0,17	0,44	0,18	0,39	0,14	0,50	0,31
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,80	0,00	0,07	0,00	0,06	0,00	0,15	0,00	0,00
RMFPC	0,56	1,00	0,50	0,31	0,00	0,53	0,43	0,72	0,21	0,50	0,08	0,70	0,68
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,97	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,41	0,00	0,00
SF-POP	0,28	0,50	1,00	0,42	0,15	0,13	0,11	0,39	0,34	0,34	0,11	0,29	0,39
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,19	0,27	0,00	0,00	0,00	0,25	0,00	0,00
POP	0,41	0,31	0,42	1,00	-0,03	0,08	-0,02	0,30	0,12	0,22	0,01	0,11	0,03
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,74	0,43	0,81	0,00	0,21	0,02	0,88	0,26	0,74
TX 91/96	0,02	0,00	0,15	-0,03	1,00	0,04	-0,10	0,05	0,42	-0,12	-0,05	-0,14	-0,03
(alpha)	0,80	0,97	0,12	0,74	0,00	0,70	0,31	0,64	0,00	0,23	0,64	0,14	0,79
EO1	0,36	0,53	0,13	0,08	0,04	1,00	0,22	0,44	-0,20	0,13	-0,27	0,63	0,62
(alpha)	0,00	0,00	0,19	0,43	0,70	0,00	0,02	0,00	0,04	0,18	0,01	0,00	0,00
EO2	0,17	0,43	0,11	-0,02	-0,10	0,22	1,00	0,59	-0,08	0,29	-0,01	0,30	0,37
(alpha)	0,07	0,00	0,27	0,81	0,31	0,02	0,00	0,00	0,44	0,00	0,94	0,00	0,00
EO3	0,44	0,72	0,39	0,30	0,05	0,44	0,59	1,00	0,13	0,43	0,04	0,50	0,51
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,64	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,68	0,00	0,00
EO4	0,18	0,21	0,34	0,12	0,42	-0,20	-0,08	0,13	1,00	0,31	0,49	-0,13	-0,07
(alpha)	0,06	0,03	0,00	0,21	0,00	0,04	0,44	0,18	0,00	0,00	0,00	0,18	0,50
EO5	0,39	0,50	0,34	0,22	-0,12	0,13	0,29	0,43	0,31	1,00	0,52	0,39	0,33
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,02	0,23	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EO6	0,14	0,08	0,11	0,01	-0,05	-0,27	-0,01	0,04	0,49	0,52	1,00	-0,05	-0,05
(alpha)	0,15	0,41	0,25	0,88	0,64	0,01	0,94	0,68	0,00	0,00	0,00	0,61	0,59
IIEU	0,50	0,70	0,29	0,11	-0,14	0,63	0,30	0,50	-0,13	0,39	-0,05	1,00	0,63
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,26	0,14	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,61	0,00	0,00
ICB	0,31	0,68	0,39	0,03	-0,03	0,62	0,37	0,51	-0,07	0,33	-0,05	0,63	1,00
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,74	0,79	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,59	0,00	0,00

Continua

TABELA A.61

MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O CONJUNTO DA REDE, POR CATEGORIA

Continuação

	PEA-URB	RMFPC	SF-POP	POP	TX 91/96	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	IIEU	ICB
Metrópole Nacional (7)													
PEA-URB	1,00	0,23	-0,14	0,44	-0,25	0,49	0,20	0,43	-0,23	0,34	0,03	0,39	-0,15
(alpha)	0,00	0,62	0,77	0,32	0,58	0,26	0,67	0,34	0,62	0,45	0,94	0,38	0,74
RMFPC	0,23	1,00	0,68	-0,20	0,59	0,16	0,68	0,77	0,60	0,66	0,37	0,90	0,90
(alpha)	0,62	0,00	0,09	0,66	0,16	0,73	0,10	0,04	0,16	0,11	0,41	0,01	0,01
SF-POP	-0,14	0,68	1,00	-0,46	0,69	-0,55	0,00	0,11	0,99	0,73	0,88	0,30	0,78
(alpha)	0,77	0,09	0,00	0,30	0,08	0,21	1,00	0,81	0,00	0,06	0,01	0,51	0,04
POP	0,44	-0,20	-0,46	1,00	-0,71	0,40	0,21	0,16	-0,50	0,15	-0,38	0,01	-0,52
(alpha)	0,32	0,66	0,30	0,00	0,07	0,38	0,65	0,73	0,25	0,74	0,40	0,99	0,23
TX 91/96	-0,25	0,59	0,69	-0,71	1,00	-0,20	0,25	0,33	0,63	0,12	0,47	0,34	0,84
(alpha)	0,58	0,16	0,08	0,07	0,00	0,66	0,59	0,47	0,13	0,80	0,29	0,45	0,02
EO1	0,49	0,16	-0,55	0,40	-0,20	1,00	0,68	0,70	-0,63	-0,25	-0,72	0,53	-0,07
(alpha)	0,26	0,73	0,21	0,38	0,66	0,00	0,09	0,08	0,13	0,58	0,07	0,22	0,88
EO2	0,20	0,68	0,00	0,21	0,25	0,68	1,00	0,95	-0,11	0,11	-0,39	0,86	0,53
(alpha)	0,67	0,10	1,00	0,65	0,59	0,09	0,00	0,00	0,81	0,81	0,39	0,01	0,22
EO3	0,43	0,77	0,11	0,16	0,33	0,70	0,95	1,00	-0,02	0,25	-0,21	0,93	0,58
(alpha)	0,34	0,04	0,81	0,73	0,47	0,08	0,00	0,00	0,97	0,59	0,65	0,00	0,17
EO4	-0,23	0,60	0,99	-0,50	0,63	-0,63	-0,11	-0,02	1,00	0,71	0,89	0,21	0,72
(alpha)	0,62	0,16	0,00	0,25	0,13	0,13	0,81	0,97	0,00	0,07	0,01	0,66	0,07
EO5	0,34	0,66	0,73	0,15	0,12	-0,25	0,11	0,25	0,71	1,00	0,71	0,45	0,45
(alpha)	0,45	0,11	0,06	0,74	0,80	0,58	0,81	0,59	0,07	0,00	0,08	0,31	0,31
EO6	0,03	0,37	0,88	-0,38	0,47	-0,72	-0,39	-0,21	0,89	0,71	1,00	-0,02	0,43
(alpha)	0,94	0,41	0,01	0,40	0,29	0,07	0,39	0,65	0,01	0,08	0,00	0,96	0,33
IIEU	0,39	0,90	0,30	0,01	0,34	0,53	0,86	0,93	0,21	0,45	-0,02	1,00	0,70
(alpha)	0,38	0,01	0,51	0,99	0,45	0,22	0,01	0,00	0,66	0,31	0,96	0,00	0,08
ICB	-0,15	0,90	0,78	-0,52	0,84	-0,07	0,53	0,58	0,72	0,45	0,43	0,70	1,00
(alpha)	0,74	0,01	0,04	0,23	0,02	0,88	0,22	0,17	0,07	0,31	0,33	0,08	0,00

Continua

TABELA A.61
MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O CONJUNTO DA REDE, POR CATEGORIA

Continuação

	PEA-URB	RMFPC	SF-POP	POP	TX 91/96	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	IIEU	ICB
Metrópole Regional (4)													
PEA-URB	1,00	-0,12	0,18	0,54	-0,04	-0,34	0,36	0,27	0,11	0,44	1,00	0,12	0,08
(alpha)	0,00	0,88	0,82	0,46	0,96	0,66	0,64	0,73	0,89	0,56	0,00	0,88	0,92
RMFPC	-0,12	1,00	0,93	0,69	-0,32	0,98	0,15	0,32	-0,76	0,33	-0,17	0,91	0,98
(alpha)	0,88	0,00	0,07	0,31	0,68	0,02	0,85	0,68	0,24	0,67	0,83	0,09	0,02
SF-POP	0,18	0,93	1,00	0,90	-0,52	0,84	0,07	0,21	-0,83	0,28	0,14	0,99	0,97
(alpha)	0,82	0,07	0,00	0,10	0,48	0,16	0,93	0,79	0,17	0,72	0,86	0,01	0,03
POP	0,54	0,69	0,90	1,00	-0,62	0,54	0,01	0,09	-0,75	0,23	0,51	0,90	0,80
(alpha)	0,46	0,31	0,10	0,00	0,38	0,46	0,99	0,91	0,25	0,77	0,49	0,10	0,20
TX 91/96	-0,04	-0,32	-0,52	-0,62	1,00	-0,30	0,78	0,71	0,86	0,62	-0,06	-0,63	-0,32
(alpha)	0,96	0,68	0,48	0,38	0,00	0,70	0,22	0,29	0,14	0,38	0,94	0,37	0,68
EO1	-0,34	0,98	0,84	0,54	-0,30	1,00	0,06	0,25	-0,74	0,21	-0,38	0,84	0,91
(alpha)	0,66	0,02	0,16	0,46	0,70	0,00	0,94	0,75	0,26	0,79	0,62	0,16	0,09
EO2	0,36	0,15	0,07	0,01	0,78	0,06	1,00	0,98	0,49	0,97	0,32	-0,08	0,23
(alpha)	0,64	0,85	0,93	0,99	0,22	0,94	0,00	0,02	0,51	0,03	0,68	0,92	0,77
EO3	0,27	0,32	0,21	0,09	0,71	0,25	0,98	1,00	0,34	0,98	0,22	0,07	0,39
(alpha)	0,73	0,68	0,79	0,91	0,29	0,75	0,02	0,00	0,66	0,02	0,78	0,93	0,61
EO4	0,11	-0,76	0,83	-0,75	0,86	-0,74	0,49	0,34	1,00	0,29	0,12	-0,91	-0,73
(alpha)	0,89	0,24	0,17	0,25	0,14	0,26	0,51	0,66	0,00	0,71	0,88	0,09	0,27
EO5	0,44	0,33	0,28	0,23	0,62	0,21	0,97	0,98	0,29	1,00	0,39	0,14	0,43
(alpha)	0,56	0,67	0,72	0,77	0,38	0,79	0,03	0,02	0,71	0,00	0,61	0,86	0,57
EO6	1,00	-0,17	0,14	0,51	-0,06	-0,38	0,32	0,22	0,12	0,39	1,00	0,09	0,03
(alpha)	0,00	0,83	0,86	0,49	0,94	0,62	0,68	0,78	0,88	0,61	0,00	0,91	0,97
IIEU	0,12	0,91	0,99	0,90	-0,63	0,84	-0,08	0,07	-0,91	0,14	0,09	1,00	0,94
(alpha)	0,88	0,09	0,01	0,10	0,37	0,16	0,92	0,93	0,09	0,86	0,91	0,00	0,06
ICB	0,08	0,98	0,97	0,80	-0,32	0,91	0,23	0,39	-0,73	0,43	0,03	0,94	1,00
(alpha)	0,92	0,02	0,03	0,20	0,68	0,09	0,77	0,61	0,27	0,57	0,97	0,06	0,00

Continua

TABELA A.61
MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O CONJUNTO DA REDE, POR CATEGORIA

Continuação

	PEA-URB	RMFPC	SF-POP	POP	TX 91/96	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	IIEU	ICB
Centro Regional (16)													
PEA-URB	1,00	0,09	0,23	0,73	-0,68	0,16	-0,07	-0,05	-0,63	0,13	-0,23	0,48	0,15
(alpha)	0,00	0,73	0,39	0,00	0,00	0,55	0,79	0,84	0,01	0,64	0,40	0,06	0,58
RMFPC	0,09	1,00	0,63	0,10	-0,51	0,68	0,66	0,85	-0,21	0,35	-0,12	0,63	0,80
(alpha)	0,73	0,00	0,01	0,73	0,05	0,00	0,01	0,00	0,43	0,19	0,67	0,01	0,00
SF-POP	0,23	0,63	1,00	-0,01	-0,32	0,29	0,28	0,54	-0,09	0,52	0,17	0,50	0,82
(alpha)	0,39	0,01	0,00	0,96	0,23	0,27	0,29	0,03	0,75	0,04	0,52	0,05	0,00
POP	0,73	0,10	-0,01	1,00	-0,56	0,37	-0,20	-0,04	-0,63	-0,14	-0,36	0,45	-0,11
(alpha)	0,00	0,73	0,96	0,00	0,02	0,16	0,47	0,88	0,01	0,62	0,17	0,08	0,68
TX 91/96	-0,68	-0,51	-0,32	-0,56	1,00	-0,40	-0,16	-0,20	0,80	0,02	0,53	-0,74	-0,45
(alpha)	0,00	0,05	0,23	0,02	0,00	0,13	0,55	0,45	0,00	0,95	0,03	0,00	0,08
EO1	0,16	0,68	0,29	0,37	-0,40	1,00	0,59	0,65	-0,15	0,38	0,12	0,61	0,39
(alpha)	0,55	0,00	0,27	0,16	0,13	0,00	0,02	0,01	0,58	0,15	0,66	0,01	0,13
EO2	-0,07	0,66	0,28	-0,20	-0,16	0,59	1,00	0,85	0,05	0,48	0,20	0,19	0,52
(alpha)	0,79	0,01	0,29	0,47	0,55	0,02	0,00	0,00	0,86	0,06	0,45	0,49	0,04
EO3	-0,05	0,85	0,54	-0,04	-0,20	0,65	0,85	1,00	0,06	0,45	0,17	0,29	0,64
(alpha)	0,84	0,00	0,03	0,88	0,45	0,01	0,00	0,00	0,82	0,08	0,53	0,28	0,01
EO4	-0,63	-0,21	-0,09	-0,63	0,80	-0,15	0,05	0,06	1,00	0,32	0,80	-0,54	-0,24
(alpha)	0,01	0,43	0,75	0,01	0,00	0,58	0,86	0,82	0,00	0,23	0,00	0,03	0,38
EO5	0,13	0,35	0,52	-0,14	0,02	0,38	0,48	0,45	0,32	1,00	0,68	0,27	0,52
(alpha)	0,64	0,19	0,04	0,62	0,95	0,15	0,06	0,08	0,23	0,00	0,00	0,31	0,04
EO6	-0,23	-0,12	0,17	-0,36	0,53	0,12	0,20	0,17	0,80	0,68	1,00	-0,18	-0,04
(alpha)	0,40	0,67	0,52	0,17	0,03	0,66	0,45	0,53	0,00	0,00	0,00	0,50	0,89
IIEU	0,48	0,63	0,50	0,45	-0,74	0,61	0,19	0,29	-0,54	0,27	-0,18	1,00	0,64
(alpha)	0,06	0,01	0,05	0,08	0,00	0,01	0,49	0,28	0,03	0,31	0,50	0,00	0,01
ICB	0,15	0,80	0,82	-0,11	-0,45	0,39	0,52	0,64	-0,24	0,52	-0,04	0,64	1,00
(alpha)	0,58	0,00	0,00	0,68	0,08	0,13	0,04	0,01	0,38	0,04	0,89	0,01	0,00

Continua

TABELA A.61
MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O CONJUNTO DA REDE, POR CATEGORIA

Continuação

	PEA-URB	RMFPC	SF-POP	POP	TX 91/96	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	IIEU	ICB
Centro Sub-regional 1 (31)													
PEA-URB	1,00	0,59	0,33	0,53	-0,32	0,55	0,16	0,42	-0,19	0,37	-0,07	0,63	0,48
(alpha)	0,00	0,00	0,07	0,00	0,08	0,00	0,39	0,02	0,30	0,04	0,73	0,00	0,01
RMFPC	0,59	1,00	0,61	0,15	-0,12	0,52	0,38	0,54	0,15	0,50	0,11	0,68	0,61
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,42	0,52	0,00	0,04	0,00	0,42	0,00	0,55	0,00	0,00
SF-POP	0,33	0,61	1,00	0,14	0,45	0,68	0,22	0,59	0,14	0,19	-0,24	0,58	0,61
(alpha)	0,07	0,00	0,00	0,46	0,01	0,00	0,25	0,00	0,46	0,31	0,19	0,00	0,00
POP	0,53	0,15	0,14	1,00	-0,32	0,55	-0,17	-0,01	-0,49	-0,07	-0,29	0,49	0,20
(alpha)	0,00	0,42	0,46	0,00	0,08	0,00	0,37	0,95	0,01	0,72	0,11	0,00	0,29
TX 91/96	-0,32	-0,12	0,45	-0,32	1,00	0,00	-0,27	-0,04	0,68	-0,33	-0,13	-0,29	-0,11
(alpha)	0,08	0,52	0,01	0,08	0,00	1,00	0,15	0,84	0,00	0,07	0,49	0,12	0,55
EO1	0,55	0,52	0,68	0,55	0,00	1,00	0,06	0,39	-0,26	-0,07	-0,45	0,59	0,77
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,74	0,03	0,15	0,70	0,01	0,00	0,00
EO2	0,16	0,38	0,22	-0,17	-0,27	0,06	1,00	0,65	-0,30	0,44	0,01	0,32	0,33
(alpha)	0,39	0,04	0,25	0,37	0,15	0,74	0,00	0,00	0,10	0,01	0,96	0,08	0,07
EO3	0,42	0,54	0,59	-0,01	-0,04	0,39	0,65	1,00	-0,18	0,53	-0,13	0,53	0,51
(alpha)	0,02	0,00	0,00	0,95	0,84	0,03	0,00	0,00	0,33	0,00	0,48	0,00	0,00
EO4	-0,19	0,15	0,14	-0,49	0,68	-0,26	-0,30	-0,18	1,00	0,00	0,39	-0,31	-0,22
(alpha)	0,30	0,42	0,46	0,01	0,00	0,15	0,10	0,33	0,00	0,99	0,03	0,09	0,22
EO5	0,37	0,50	0,19	-0,07	-0,33	-0,07	0,44	0,53	0,00	1,00	0,49	0,47	0,11
(alpha)	0,04	0,00	0,31	0,72	0,07	0,70	0,01	0,00	0,99	0,00	0,01	0,01	0,56
EO6	-0,07	0,11	-0,24	-0,29	-0,13	-0,45	0,01	-0,13	0,39	0,49	1,00	-0,07	-0,21
(alpha)	0,73	0,55	0,19	0,11	0,49	0,01	0,96	0,48	0,03	0,01	0,00	0,71	0,26
IIEU	0,63	0,68	0,58	0,49	-0,29	0,59	0,32	0,53	-0,31	0,47	-0,07	1,00	0,59
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12	0,00	0,08	0,00	0,09	0,01	0,71	0,00	0,00
ICB	0,48	0,61	0,61	0,20	-0,11	0,77	0,33	0,51	-0,22	0,11	-0,21	0,59	1,00
(alpha)	0,01	0,00	0,00	0,29	0,55	0,00	0,07	0,00	0,22	0,56	0,26	0,00	0,00

Continua

TABELA A.61
MATRIZ DE CORRELAÇÃO PARA O CONJUNTO DA REDE, POR CATEGORIA

Conclusão

	PEA-URB	RMFPC	SF-POP	POP	TX 91/96	EO1	EO2	EO3	EO4	EO5	EO6	IIEU	ICB
Centro Sub-regional 2 (51)													
PEA-URB	1,00	0,59	0,49	0,43	0,30	0,49	0,26	0,50	0,30	0,33	0,18	0,59	0,35
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,07	0,00	0,03	0,02	0,21	0,00	0,01
RMFPC	0,59	1,00	0,84	0,23	0,22	0,64	0,48	0,76	0,31	0,52	0,06	0,78	0,79
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,10	0,12	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,65	0,00	0,00
SF-POP	0,49	0,84	1,00	0,01	0,08	0,59	0,37	0,70	0,35	0,61	0,10	0,76	0,80
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,96	0,56	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,49	0,00	0,00
POP	0,43	0,23	0,01	1,00	0,12	0,36	0,03	0,09	-0,12	-0,16	0,00	0,30	0,18
(alpha)	0,00	0,10	0,96	0,00	0,39	0,01	0,85	0,51	0,42	0,28	0,99	0,03	0,21
TX 91/96	0,30	0,22	0,08	0,12	1,00	0,17	0,18	0,20	0,04	-0,03	-0,13	0,09	0,14
(alpha)	0,03	0,12	0,56	0,39	0,00	0,24	0,20	0,17	0,79	0,83	0,38	0,52	0,34
EO1	0,49	0,64	0,59	0,36	0,17	1,00	0,22	0,52	0,11	0,30	-0,24	0,69	0,67
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,01	0,24	0,00	0,12	0,00	0,45	0,03	0,09	0,00	0,00
EO2	0,26	0,48	0,37	0,03	0,18	0,22	1,00	0,51	0,17	0,21	-0,08	0,30	0,35
(alpha)	0,07	0,00	0,01	0,85	0,20	0,12	0,00	0,00	0,24	0,14	0,57	0,03	0,01
EO3	0,50	0,76	0,70	0,09	0,20	0,52	0,51	1,00	0,35	0,31	-0,02	0,61	0,54
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,51	0,17	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03	0,88	0,00	0,00
EO4	0,30	0,31	0,35	-0,12	0,04	0,11	0,17	0,35	1,00	0,33	0,04	0,22	0,17
(alpha)	0,03	0,03	0,01	0,42	0,79	0,45	0,24	0,01	0,00	0,02	0,79	0,11	0,24
EO5	0,33	0,52	0,61	-0,16	-0,03	0,30	0,21	0,31	0,33	1,00	0,41	0,44	0,50
(alpha)	0,02	0,00	0,00	0,28	0,83	0,03	0,14	0,03	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
EO6	0,18	0,06	0,10	0,00	-0,13	-0,24	-0,08	-0,02	0,04	0,41	1,00	-0,01	0,02
(alpha)	0,21	0,65	0,49	0,99	0,38	0,09	0,57	0,88	0,79	0,00	0,00	0,92	0,87
IIEU	0,59	0,78	0,76	0,30	0,09	0,69	0,30	0,61	0,22	0,44	-0,01	1,00	0,74
(alpha)	0,00	0,00	0,00	0,03	0,52	0,00	0,03	0,00	0,11	0,00	0,92	0,00	0,00
ICB	0,35	0,79	0,80	0,18	0,14	0,67	0,35	0,54	0,17	0,50	0,02	0,74	1,00
(alpha)	0,01	0,00	0,00	0,21	0,34	0,00	0,01	0,00	0,24	0,00	0,87	0,00	0,00

Nota: (*) Excluem-se as duas metrópoles globais.
Obs.: Alpha: Nível de significância Geralmente, fixa-se em 0,05. Dessa forma, para nível de significância menor que 0,05, o coeficiente de correlação é diferente de 0, ou seja, é significativo.
POP = população total de 1996;
PEA-URB = percentual da PEA em atividades urbanas de 1991;
RMFPC = renda média familiar *per capita* de 1991;
SF-POP = indicador de movimentação financeira;
TX 91/96 = taxa de crescimento populacional 91/96;
EO1 = percentual da população em idade ativa ocupada na indústria de transformação, na construção civil e em serviços de utilidade pública;
EO2 = % da PIA ocupada em bancos;
EO3 = % PIA ocupada em serviços técnicos profissionais;
EO4 = % PIA ocupada nos serviços públicos federais, estaduais e municipais,
EO5 = % da PIA ocupada em estabelecimentos de saúde;
EO6 = % da PIA ocupada em estabelecimentos de ensino;
IIEU = índice de infra-estrutura urbana;
ICB = índice de consumo de bens.

3.2 Tipologia Ocupacional

Com vistas a elaborar uma *proxy* de indicadores das funções urbanas e a avaliar qualitativamente os resultados do estudo *Regiões de influência das cidades* (Regic), desenvolveu-se metodologia específica para o exame da estrutura ocupacional da População em Idade Ativa (PIA), segundo as informações também obtidas dos microdados do Censo Demográfico de 1991. Os objetivos centrais desse procedimento foram, em síntese, os seguintes:

- evidenciar funções urbanas específicas, retratadas em elevados percentuais da PEA ocupada em ocupações/ setores selecionados, que fossem capazes de qualificar as razões da centralidade revelada pelo Regic;
- elaborar uma tipologia ocupacional derivada do agrupamento das ocupações e atividades declaradas no Censo Demográfico;
- trabalhar com percentuais da PEA ocupada na ocupação/atividade selecionada em relação à PIA total, para evitar a distorção dos resultados por especificidades locais, derivadas de elevadas taxas de participação no mercado de trabalho, sobretudo aqueles resultantes de altas taxas de participação de jovens e mulheres;
- avaliar a natureza dos agrupamentos definidos através do exame da correlação entre os percentuais da PEA ocupada na ocupação/atividade selecionada em relação ao grau de centralidade da cidade apontado pelo Regic, à população urbana e à renda familiar *per capita*.

Foi, então, desenvolvida uma metodologia para exame da estrutura ocupacional com base na PIA. Para tanto, foram feitos sucessivos reagrupamentos dos setores de atividades e das ocupações presentes nos microdados do Censo Demográfico de 1991, consolidando-se a estrutura ocupacional apresentada no Quadro 1.

O resultado alcançado aplica-se, fundamentalmente, para a análise das funções dos centros urbanos na rede de cidades das diversas regiões do país. Os resultados analíticos obtidos no exame da estrutura ocupacional foram satisfatórios. Para a utilização das informações, foi feito um exame da Tabela de Correlação, a qual apresentou os dados da correlação entre percentual da PIA ocupada e os seguintes indicadores normalizados: população total, população urbana, renda familiar *per capita*, anos de estudo e posição no Regic. Examinadas as correlações, analisou-se a Tabela Síntese[13], que apresenta os percentuais da PIA, por municípios, segundo a tipologia ocupacional, a população total, a população urbana, a renda familiar *per capita* e os anos médios de escolaridade.

É importante ressaltar que alguns grupos ocupacionais são fortemente correlacionados com o Regic (trabalhadores no comércio, ocupações técnicas e administrativas em serviços de ensino; ocupações técnicas e administrativas em serviços de saúde; ocupações técnicas e administrativas no comércio e ocupações técnicas e administrativas em bancos). Mesmo assim, essa correlação não segue a mesma ordem de hierarquia no que se refere ao tamanho da população ou à renda *per capita*, ou seja, a maior centralidade deriva de outros aspectos que não obrigatoriamente o tamanho da população urbana do município, apesar de as exceções serem poucas, como revela a Tabela 6.

QUADRO A.1
SÍNTESE DA TIPOLOGIA OCUPACIONAL

Cód. Sínt.	Nome
A	Agropecuária e Extrativa Mineral
B	Indústria Transformação e Construção Civil
C	Serviços Industriais de Utilidade Pública
D	Ocupações do Comércio em Geral
E	Ocupações do Comércio de Máquinas e Veículos
F	Ocupações de Lojas de Departamentos e Supermercados
G	Ocupações em Bancos
H	Ocupações nos Transportes e Comum.
I	Ocupações Técnico-administrativas em Serviços Gerais
J	Trabalhadores em Serviços Gerais
K	Serviços Domésticos
L	Ocupações em Serviços Técnico-profissionais
M	Ocupações em Serviços Sociais
N	Ocupações em Serviço Saúde Particular
O	Ocupações em Serviços Ensino Particular
P	Ocupações em Serviço Saúde Público
Q	Ocupações em Serviços Ensino Público
R	Ocupações Técnico-administrativas e em Atividades Públicas Federais e Estaduais
S	Trabalhadores em Ativ. Pub. Fed. e Est.
T	Ocupações em Atividades Públicas Municipais ou Autarquias
U	Ocupações em Atividades Segurança Pública
V	Outros Proprietários
Z	Outras Atividades
X	PIA sem Ocupação

[13] Os resultados foram incorporados nos *Estudos regionais*.

TABELA A.62
CORRELAÇÃO ENTRE TIPOLOGIA OCUPACIONAL, REGIC E POPULAÇÃO URBANA

Tipologia Ocupacional	Regic	Pop. Urb.
Trabalhadores no Comércio de Máquinas e Veículos	0,67	0,21
Comércio de Máquinas e Veículos – Ocupações Técnicas e Administrativas	0,66	0,23
Ocupações Técnicas e Administrativas em Serviço de Ensino Particular	0,57	0,28
Ocupações Técnicas e Administrativas em Serviço de Saúde Particular	0,56	0,23
Trabalhadores do Comércio	0,55	0,19
Comércio – Ocupações Técnicas e Administrativas	0,55	0,24
Ocupações Técnicas e Administrativas em Bancos	0,52	0,28
Trabalhadores em Serviços Gerais	0,47	0,20
Ocupações Técnicas e Administrativas em Transportes e Comunicações	0,45	0,28
Ocupações Técnicas e Administrativas em Serviços Gerais	0,44	0,21
Comércio de Máquinas e Veículos – Proprietários	0,42	0,13
Trabalhadores no Ensino Particular	0,37	0,18
Ocupações Técnicas e Administrativas em Supermercados	0,36	0,18
Trabalhadores em Serviço de Saúde Particular	0,35	0,15
Trabalhadores em Transportes e Comunicações	0,34	0,16
Outros Proprietários	0,33	0,13
Trabalhadores em Supermercados	0,32	0,12
Trabalhadores em Serviços Técnico-profissionais	0,32	0,22
Trabalhadores em Bancos	0,31	0,20
Comércio – Proprietários	0,31	0,07
Ocupações Técnicas e Administrativas em Serviços Técnico-profissionais	0,30	0,16
Trabalhadores em Atividades de Segurança Pública	0,29	0,14
Proprietários em Serviços Gerais	0,28	0,08
Ocupações Técnicas e Administrativas em Atividades Públicas Federais e Estaduais	0,28	0,15
Ocupações Técnicas e Administrativas em Serviços Sociais	0,27	0,12
Serviços Domésticos	0,27	0,09
Ocupações Técnicas e Administrativas em Atividades de Segurança Pública	0,25	0,16
Construção Civil	0,25	0,09
Indústria de Transformação	0,21	0,10
Ocupações Técnicas e Administrativas em Serviço de Saúde Público	0,21	0,12
Trabalhadores em Serviços Sociais	0,18	0,07
Comércio – Feirantes e Ambulantes	0,15	0,07
Trabalhadores em Atividades Públicas Federais e Estaduais	0,13	0,05
Ocupações Técnicas e Administrativas em Instituições Científicas	0,09	0,09
Outras Atividades	0,09	0,06
Serviços Ind. Utilidade Pública	0,08	0,03
Ocupações Técnicas e Administrativas em Atividades Públicas e Autárquicas	0,07	0,04
Trabalhadores em Serviço de Saúde Pública	0,06	0,04
Ocupações Técnicas e Administrativas em Serviço de Ensino Público	0,01	-0,03
Trabalhadores em Institutos Científicos	-0,01	0,01
Trabalhadores em Atividades Públicas Autárquicas	-0,02	0,00
Ocupações Técnicas e Administrativas em Atividades Públicas Municipais	-0,03	-0,02
Trabalhadores em Serviço de Ensino Público	-0,07	-0,04
Trabalhadores em Atividades Públicas Municipais	-0,12	-0,06
Agropecuária e Extração Mineral	-0,45	-0,19

3.3 Análise de Agrupamentos de Municípios: Brasil e Regiões

A comparação da distribuição por classe de tamanho da população em distintos períodos é o mais clássico recurso usado para a identificação de mudanças na rede urbana. Por esse motivo, a interpretação de seus resultados constituiu-se o primeiro passo dos Estudos regionais. Assim, procedeu-se à análise das classes de tamanho de municípios, adotando-se os cortes populacionais convencionais[14], para cada grande região do país.

Num segundo momento, realizou-se a análise de agrupamento, buscando-se qualificar melhor essa classificação. Dois requerimentos principais apontaram para a necessidade de se lançar mão desta metodologia: em primeiro lugar, ao agrupar os municípios exclusivamente pelo tamanho de sua população, parte-se de um tratamento isolado, o que pode prejudicar o reconhecimento de processos de conurbação e constituição de manchas urbanas que incorporam mais de um município, bem como a identificação da articulação funcional entre municípios; em segundo lugar, mesmo que os estratos e/ou grupos de municípios separados pelo porte populacional considerem a existência de aglomerações urbanas – tratando cada uma delas como uma unidade territorial única –, ainda assim, tal classificação convencional não consideraria as diferenças nas estruturas socioespaciais e nas distintas funções urbanas desempenhadas por centros do mesmo tamanho populacional. Em outras palavras, uma cidade, por exemplo, na região Norte, pode exercer o mesmo papel na rede regional que sua similar em outra região do país, mas, devido às características regionais, os tamanhos populacionais das duas cidades podem ser bastante distintos. Esses aspectos, se não incorporados na classificação da rede urbana do país, tendem a mascarar as especificidades regionais e a dissociar a análise da rede urbana segundo o porte do estudo de outros aspectos fundamentais para a compreensão de sua configuração e de sua dinâmica.

Por esse motivo, tendo em vista a necessidade de incorporar essas especificidades e, ainda, considerando o reconhecimento das heterogeneidades, foi realizada a análise de agrupamento de modo a assimilar essa diferenciação e apontar os cortes de tamanho populacional compatíveis para cada região brasileira.

A hipótese central adotada é a de que as classes de tamanho não têm como determinante única a população, mas devem ser construídas com base na identificação de similaridades e/ou diferenças entre as diversas cidades. Estas, sim, são dadas pela estrutura produtiva, pela estrutura urbana e pela condição de vida das famílias.

Foram, então, selecionados os seguintes indicadores, que contribuíram para melhor definição dos distintos estratos de municípios:

- PEA ocupada nos setores de comércio de mercadorias, transporte e comunicação e nos serviços auxiliares de atividade econômica;
- PEA em ocupações administrativas, técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas;
- renda média familiar *per capita;*
- índice de consumo de bens;
- anos médios de estudo; e
- índice de infra-estrutura urbana (saneamento e energia elétrica).

Todos os indicadores foram construídos a partir de tabulações especiais dos microdados do Censo Demográfico de 1991.

Com base nessa cesta de indicadores, adotou-se a metodologia da análise de agrupamento, identificando uma tipologia de municípios que, supõe-se, discrimina as especificidades regionais e nacional de forma mais adequada do que a classificação convencional. Na metodologia adotada, as faixas de tamanho podem diferenciar-se, permitindo a formação de mais estratos, nos conjuntos que concentram muitos municípios, como é o caso dos estratos de municípios de menor população, por exemplo.

A metodologia utilizada no estudo pode ser assim resumida: o tamanho populacional compõe uma restrição de controle à formação dos diferentes estratos (variável exógena); e os demais indicadores participam diretamente da formação de estratos (variáveis endógenas). Como os indicadores foram construídos com os dados do Censo de 1991, não foram considerados os desmembramentos de municípios ocorridos no período 1991-96.

Para evitar distorções nos resultados, duas questões adicionais foram levadas em conta no uso desse recurso analítico: foi excluído um conjunto de aglomerações metropolitanas[15] na composição do agrupamento; e foi considerada a população total na definição de tamanho.

Esse agrupamento de municípios foi feito para cada região – e os resultados obtidos estão incorporados nos Estudos regionais – e, depois, para o país como um todo. Os resultados estão apresentados a seguir.

[14] Municípios com menos de 5 mil habitantes, municípios com população entre 5 mil e 10 mil habitantes, municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes, municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes, municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, municípios com população entre 100 mil e 200 mil habitantes, municípios com população entre 200 mil e 500 mil habitantes, municípios com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes, municípios com população acima de 1 milhão de habitantes.

[15] Excluíram-se as aglomerações metropolitanas porque elas foram consideradas como *grupos naturais*, já previamente definidos.

Para a análise de agrupamento feita para o Brasil, dadas as dificuldades encontradas para executar o programa da análise de agrupamento desenvolvido no *software* estatístico SAS, devido ao grande número de municípios e variáveis, utilizou-se uma alternativa de execução em várias fases, através do método da partição do universo de municípios.

Em termos metodológicos, a definição das classes de tamanho não envolve em si mesma um problema complexo. O atributo analítico do intervalo de tamanho depende, fundamentalmente, de sua capacidade discriminatória no conjunto de um determinado subsistema de cidades. Assim, cidades que, em razão do tamanho populacional, são consideradas pequenas em determinada região, com rede urbana mais densa, poderiam ser consideradas médias em outras regiões, dependendo da capacidade explicativa de cada agregação, bem como de sua capacidade de discriminar funções ou papéis distintos das localidades em suas respectivas redes urbanas.

O exame da classificação por tamanho pautou-se também pela identificação de subsistemas de cidades que se articulassem em função de algum centro regional, buscando identificar arranjos internos do sistema urbano que qualificassem essa leitura. Procedeu-se, assim, a uma hierarquização do sistema urbano, de forma a também caracterizar subsistemas de cidades, avaliando, ainda que de forma qualitativa, o grau de inter-relação entre as diversas localidades que compõem a rede urbana do Brasil.

A seguir, apresenta-se a metodologia adotada para a análise de agrupamentos, bem como os resultados de sua aplicação.

3.3.1 Análise de agrupamento de municípios – Método de Agrupamento Hierárquico "*Ward* restrito"

3.3.1.1 Matriz de similaridades ou distâncias

Para iniciar o processo de agrupamento, é preciso definir uma medida de similaridade (resumo) entre um município e outro, considerando as diferentes características significativas para esse processo. Por ser uma medida simples e também a mais utilizada, foi escolhida a distância euclidiana[16] entre dois municípios, segundo a posição que cada município ocupa nos eixos (coordenadas) do espaço padronizado. Dessa forma, mede-se a similaridade entre dois municípios no espaço p-dimensional. Similares são aqueles municípios cuja distância é pequena. E não similares são aqueles cuja distância é grande. A matriz de similaridades, ou como será chamada daqui em diante, matriz de distâncias, pode ser calculada da seguinte forma, elemento por elemento, através dos elementos da matriz de dados ${}_nx_p$:

$$
\begin{aligned}
d_{ij} &= d(x_i - x_j) = \sqrt{(x_{i1}-x_{j1})^2 + (x_{i2}-x_{j2})^2 + \ldots + (x_{ip}-x_{jp})^2} \\
&= \sqrt{\sum_{k-1}^{p} (x_{ik}-x_{jk})^2} \\
&= \sqrt{(x_i - x_j)'(x_i - x_j)} \qquad (1) \\
& \quad i < j = 1, 2, \ldots, n
\end{aligned}
$$

onde d_{ij} é a distância euclidiana entre o município i e o município j. Matricialmente, podem-se representar todas as distâncias entre quaisquer dois municípios.

$$
{}_nD_n = \begin{bmatrix} 0 & d_{12} & \cdots & d_{1n} \\ d_{12} & 0 & \cdots & d_{2n} \\ \vdots & \vdots & \ddots & \vdots \\ d_{1n} & d_{2n} & \cdots & 0 \end{bmatrix}
$$

Como vimos na equação (1), a distância é calculada em função do conjunto de indicadores selecionados e fornece um grau de proximidade entre os municípios em estudo. A matriz ${}_nD_n$ tem as seguintes propriedades:

- é quadrada e simétrica com elementos da diagonal iguais a 0; e
- as linhas (ou as colunas) representam os municípios a ser agrupados e são ordenadas por porte do município de cima para baixo (ou da esquerda para direita).
- a menor distância indica os dois municípios que devem ser agrupados devido à similaridade.

3.3.1.2 Método hierárquico

Os métodos hierárquicos partem do pressuposto de que todos os municípios são inicialmente diferentes entre si. E através de um processo iterativo, juntam-se pares de municípios com mais alto grau de similaridade (ou menor distância euclidiana). Esse processo segue até que todos os municípios tenham sido agregados a um só grupo. Logicamente, não é o objetivo deste trabalho obter-se uma configuração final com apenas um único grupo, mas um número de grupos de tal maneira que os municípios mais similares, em algum critério especificado, sejam alocados

[16] Para essa medida, o termo dissimilaridade é mais correto. Há outras medidas de distâncias que podem ser encontradas em vários outros estudos, como, por exemplo, Jain e Dubes (1988) e Bussab *et alii* (1990). A utilização das diferentes distâncias depende do objetivo de cada aplicação.

num mesmo grupo. Caso contrário, os municípios menos similares estariam em grupos diferentes. É possível encontrar na literatura diferentes formas de expressar o significado da palavra grupo, mas todos apresentam, em geral, a mesma interpretação. A seguir, são apresentadas algumas dessas interpretações:

- conjunto de elementos contíguos de uma população estatística;
- conjunto de elementos semelhantes, sendo não-semelhantes elementos de diferentes grupos;
- elementos de um grupo são mais similares entre si do que elementos pertencentes a diferentes grupos;
- conjunto de elementos que devem ser tratados como equivalentes; e
- agregado de pontos tal que a distância entre quaisquer dois pontos no grupo é menor que a distância entre quaisquer pontos pertencentes a diferentes grupos.

O que diferencia os métodos hierárquicos de agrupamento é a forma de calcular as distâncias (ou atualizar a matriz de distâncias) entre um grupo formado e os demais municípios em cada iteração. Em outras palavras, em cada iteração juntam-se dois grupos mais similares e, em seguida, calcula-se a distância desse novo grupo aos demais grupos. A forma de calcular essas novas distâncias, ou seja, esse processo de atualização da matriz de distâncias, é que define os diferentes métodos hierárquicos de agrupamento. O programa estatístico SAS dispõe de doze métodos. Para entender melhor como funciona o método hierárquico, apresenta-se um exemplo bem simples de como ocorre o processo de agrupamento utilizando o método de ligação simples ou do vizinho mais próximo[17].

Exemplo 1: Suponha-se a existência de cinco municípios, e a matriz de distâncias é dada por:

$$D_{(0)} = \begin{array}{c} \begin{array}{ccccc} (1) & (2) & (3) & (4) & (5) \end{array} \\ \left[\begin{array}{ccccc} 0 & 2{,}3 & 3{,}4 & 1{,}2 & 3{,}7 \\ & 0 & 2{,}6 & 1{,}8 & 4{,}6 \\ & & 0 & 4{,}2 & 0{,}7 \\ & & & 0 & 4{,}4 \\ & & & & 0 \end{array}\right] \end{array}$$

Inicialmente, toma-se a menor distância. Essa distância refere-se ao par (3,5). O próximo passo é juntar os dois municípios em um grupo e calcular a distância desse novo grupo aos demais grupos, que seriam (1), (2) e (4). Esse cálculo é obtido da seguinte forma:

$$\begin{aligned} d[(1);(3,5)] &= \min\{d[(1);(3)]\ ;\ d[(1);(5)]\} = \min\{3{,}7\ ;\ 3{,}4\} = 3{,}4 \\ d[(2);(3,5)] &= \min\{d[(2);(3)]\ ;\ d[(2);(5)]\} = \min\{2{,}6\ ;\ 4{,}6\} = 2{,}6 \\ d[(4);(3,5)] &= \min\{d[(4);(3)]\ ;\ d[(4);(5)]\} = \min\{4{,}2\ ;\ 4{,}4\} = 4{,}2 \end{aligned} \qquad (2)$$

Assim, a atualização da matriz de distâncias apresenta a seguinte configuração:

$$D_{(1)} = \begin{array}{c} \begin{array}{cccc} (1) & (2) & (3,5) & (4) \end{array} \\ \left[\begin{array}{cccc} 0 & 2{,}3 & 3{,}4 & 1{,}2 \\ & 0 & 2{,}6 & 1{,}8 \\ & & 0 & 4{,}2 \\ & & & 0 \end{array}\right] \end{array}$$

A próxima atualização ocorre pela agregação do par (1, 4), que tem a menor distância.

$$D_{(2)} = \begin{array}{c} \begin{array}{ccc} (1,4) & (2) & (3,5) \end{array} \\ \left[\begin{array}{ccc} 0 & 1{,}8 & 3{,}4 \\ & 0 & 2{,}6 \\ & & 0 \end{array}\right] \end{array}$$

A próxima atualização ocorre pela agregação do par de grupos [(1,4) ; (2)]:

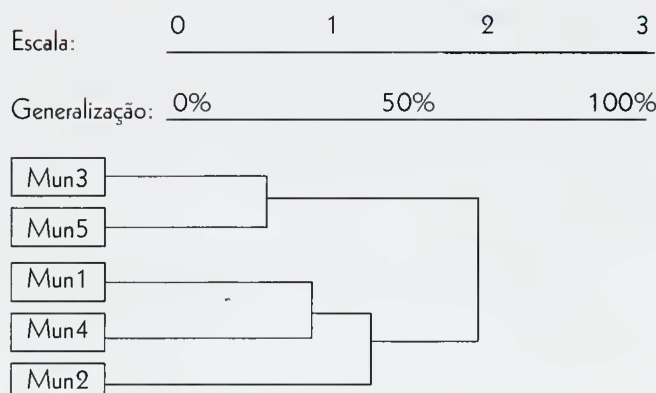
$$D_{(3)} = \begin{array}{c} \begin{array}{cc} (1,2,4) & (3,5) \end{array} \\ \left[\begin{array}{cc} 0 & 2{,}6 \\ & 0 \end{array}\right] \end{array}$$

e finalmente: $D_4 = 2{,}6$.

Uma ferramenta que auxilia na visualização de como o processo de agrupamento ocorre é o dendograma ou diagrama de árvore. Trata-se de uma representação gráfica das ligações existentes entre os municípios. Sendo esse processo de ligação hierárquico, inicia-se com cada município representando um grupo (no início do processo, há tantos grupos quanto o número total de municípios). Esses grupos unitários ligam-se entre si formando uma árvore de ligação na qual todos se unem ao final do processo, constituindo um único grupo. Veja a Figura 1, a seguir, que mostra o dendograma para este exemplo.

[17] Para estudar outros métodos hierárquicos, consultar Jain e Dubes (1988), Johnson e Wichern (1988) e Bussab *et alii* (1990).

FIGURA A.2: DENDOGRAMA



Não interessa a obtenção de um único grupo, e nem é o objetivo da técnica. Assim, para se estabelecerem dois grupos de municípios, traça-se qualquer linha vertical que produza dois ramos no dendograma. Essa linha pode ser traçada em qualquer ponto no intervalo (1,8; 2,6) da escala (que está logo acima do dendograma). Os dois grupos formados são constituídos pelos seguintes municípios:

Grupo 1	Mun3 e Mun5
Grupo 2	Mun1, Mun2 e Mun4

Outro termo utilizado nos métodos hierárquicos é o grau de generalização. No início do processo, tem-se 0% de generalização (todos os municípios são diferentes entre si) e, no final, tem-se 100% de generalização (todos os lugares são semelhantes entre si).

Agrupamento	Distância	Grau de Generalização (%)
(3) e (5)	0,7	26,9
(1) e (4)	1,2	46,2
(1,4) e (2)	1,8	69,2
(1,2,4) e (3,5)	2,6	100,0

Geralmente, essa medida é utilizada fixando-se um grau para se definir o número de grupos quando este não é previamente estabelecido. Dessa forma, para o caso de se fixar 50%, o resultado seria o seguinte:

Grupo 1	Mun3 e Mun5
Grupo 2	Mun1 e Mun4
Grupo 3	Mun2

O método de agrupamento apresentado no exemplo acima é denominado de método de ligação simples ou vizinho mais próximo. Há outros métodos que podem ser utilizados, como, por exemplo, método do centróide, método da ligação completa ou vizinho mais longe, método de *Ward* (ou de mínima variância), dentre outros.

O cálculo da atualização da distância apresentado antes, em (1), pode ser generalizado para alguns métodos através da seguinte equação:

$$d[(r);(p,q)] = \alpha_p d[(r);(p)] + \alpha_q d[(r);(q)] + \beta d[(p);(q)] + \\ + \gamma \left| d[(r);(p)] - d[(r);(q)] \right| \qquad (3)$$

onde p e q são grupos agregados devido à menor distância observada e r é um grupo do qual se quer calcular a distância do novo grupo (p,q).

A seguir são apresentados os coeficientes de alguns métodos hierárquicos.

Método	αp	αq	β	γ
Ligação Simples	1/2	1/2	0	-1/2
Ligação Completa	1/2	1/2	0	1/2
Ward	$\frac{n_r + n_p}{n_r + n_p + n_q}$	$\frac{n_r + n_q}{n_r + n_p + n_q}$	$-\frac{n_r}{n_r + n_p + n_q}$	0

3.3.1.3 O método de *Ward* e a restrição

O objetivo da análise de agrupamento é classificar os municípios de tal maneira que a qualidade da configuração final seja medida pela:

- menor variabilidade (inércia ou dispersão) intragrupo ou homogeneidade dos municípios que pertencem a um mesmo grupo; e
- maior variabilidade intergrupos.

A variabilidade total do conjunto de dados é uma matriz representada por T. Busca-se uma configuração de pontos (agrupamentos) que forneça, após definido o número de grupos, a menor variabilidade intragrupo (W) e a maior variabilidade intergrupos (B), desde que T = W + B, maximiza-se W e minimiza-se B.

Essa pressuposição encontra amparo no método de *Ward*, que proporciona a variância mínima intragrupo. A equação (3) com os coeficientes de alguns métodos hierárquicos proporciona a atualização das distâncias satisfazendo às condições estabelecidas por esse método. Uma boa configuração é aquela em que a variabilidade intergrupos é grande, separando bem os grupos (conseqüentemente, a variabilidade intragrupo é pequena).

Quando se passa de uma configuração de k grupos para (k-1) grupos, agregando-se dois grupos em um só, a variabilidade intragrupos só poderá diminuir – isso se refere ao processo de atualização das matrizes de distância quando dois grupos são reunidos (veja o dendograma da Figura 1). O objetivo do agrupamento é fundir dois grupos para os quais a perda da variabilidade intergrupo seja a menor possível. Em outras palavras, isso equivale a reunir dois grupos mais próximos tomando como distância entre eles a perda da variabilidade em que se incorre ao agrupá-los. A seguir, veja um exemplo que utiliza tal critério.

Exemplo 2: Ilustração do método de *Ward*[18]. Da mesma forma que no Exemplo 1, apresenta-se inicialmente a matriz de distâncias, atualizada através da equação (3) com os fatores do quadro Coeficientes de Alguns Métodos Hierárquicos para o método de *Ward*. Suponha-se que as linhas/colunas sejam municípios e estejam ordenados pelo porte populacional:

$$D_{(0)} = \begin{array}{c} \\ \\ \\ \\ \\ \\ \end{array}\begin{bmatrix} \overset{(1)}{0} & \overset{(2)}{2{,}00} & \overset{(3)}{3{,}00} & \overset{(4)}{9{,}00} & \overset{(5)}{5{,}50} & \overset{(6)}{1{,}50} \\ & 0 & 5{,}00 & 11{,}00 & 12{,}50 & 2{,}50 \\ & & 0 & 18{,}00 & 6{,}50 & 6{,}50 \\ & & & 0 & 11{,}50 & 3{,}50 \\ & & & & 0 & 6{,}00 \\ & & & & & 0 \end{bmatrix}$$

$$D_{(1)} = \begin{bmatrix} \overset{(1,6)}{0} & \overset{(2)}{2{,}50} & \overset{(3)}{5{,}83} & \overset{(4)}{7{,}83} & \overset{(5)}{7{,}17} \\ & 0 & 5{,}00 & 11{,}00 & 12{,}50 \\ & & 0 & 18{,}00 & 6{,}50 \\ & & & 0 & 11{,}50 \\ & & & & 0 \end{bmatrix}$$

$$D_{(2)} = \begin{bmatrix} \overset{(1,2,6)}{0} & \overset{(3)}{6{,}25} & \overset{(4)}{10{,}75} & \overset{(5)}{11{,}00} \\ & 0 & 18{,}00 & 6{,}50 \\ & & 0 & 11{,}50 \\ & & & 0 \end{bmatrix}$$

$$D_{(3)} = \begin{bmatrix} \overset{(1,2,3,6)}{0} & \overset{(4)}{14{,}55} & \overset{(5)}{10{,}15} \\ & 0 & 11{,}50 \\ & & 0 \end{bmatrix}$$

$$D_{(4)} = \begin{bmatrix} \overset{(1,2,3,5,6)}{0} & \overset{(4)}{14{,}27} \\ & 0 \end{bmatrix}$$

e finalmente: $D_{(5)} = 14{,}27$

[18] Ver Jain e Dubes (1988, p. 81).

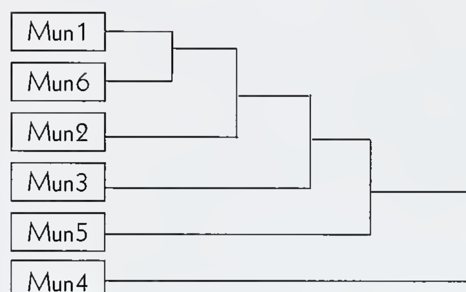
A fim de obter dois grupos, os municípios serão classificados em:

Grupo 1	Mun1, Mun2, Mun3, Mun5, Mun6
Grupo 2	Mun4

FIGURA A.3: DENDOGRAMA

Escala: 0 5 10 15

Generalização: 0% 50% 100%



Agrupamento	Distância	Grau de Generalização (%)
(1) e (6)	1,50	10,5
(1,6) e (2)	2,50	17,5
(1,2,6) e (3)	6,25	43,8
(1,2,3,6) e (5)	10,15	71,1
(1,2,3,5,6) e (4)	14,27	100,0

No Grupo 1, estão reunidos cinco municípios (municípios pequenos e grandes estão classificados num mesmo grupo). O Grupo 2, por sua vez, é composto somente por um município (pelo município 4). Segundo o objetivo deste trabalho, isso não pode ocorrer. Como fazer para resolver esse problema? Isso é explicado através do próximo exemplo:

Exemplo 3: Ilustração do método de *Ward* Restrito.

Os dados deste exemplo são os mesmos do Exemplo 2.

$$D_{(0)} = \begin{bmatrix} \overset{(1)}{0} & \overset{(2)}{2{,}00} & \overset{(3)}{3{,}00} & \overset{(4)}{9{,}00} & \overset{(5)}{5{,}50} & \overset{(6)}{1{,}50} \\ & 0 & 5{,}00 & 11{,}00 & 12{,}50 & 2{,}50 \\ & & 0 & 18{,}00 & 6{,}50 & 6{,}50 \\ & & & 0 & 11{,}50 & 3{,}50 \\ & & & & 0 & 6{,}00 \\ & & & & & 0 \end{bmatrix}$$

$$D_{(1)} = \begin{array}{c} \begin{matrix} (1,2) & (3) & (4) & (5) & (6) \end{matrix} \\ \begin{bmatrix} 0 & 4{,}67 & 12{,}67 & 11{,}33 & 2{,}00 \\ & 0 & 18{,}00 & 6{,}50 & 6{,}50 \\ & & 0 & 11{,}50 & 3{,}50 \\ & & & 0 & 6{,}00 \\ & & & & 0 \end{bmatrix} \end{array}$$

$$D_{(2)} = \begin{array}{c} \begin{matrix} (1,2,3) & (4) & (5) & (6) \end{matrix} \\ \begin{bmatrix} 0 & 17{,}33 & 10{,}58 & 3{,}58 \\ & 0 & 11{,}50 & 3{,}50 \\ & & 0 & 6{,}00 \\ & & & 0 \end{bmatrix} \end{array}$$

$$D_{(3)} = \begin{array}{c} \begin{matrix} (1,2,3) & (4) & (5,6) \end{matrix} \\ \begin{bmatrix} 0 & 17{,}33 & 7{,}73 \\ & 0 & 8{,}00 \\ & & 0 \end{bmatrix} \end{array}$$

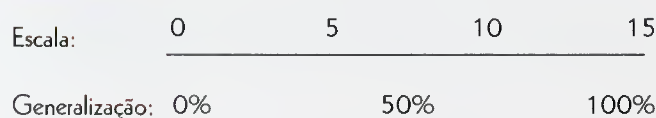
$$D_{(4)} = \begin{array}{c} \begin{matrix} (1,2,3) & (4,5,6) \end{matrix} \\ \begin{bmatrix} 0 & 14{,}00 \\ & 0 \end{bmatrix} \end{array}$$

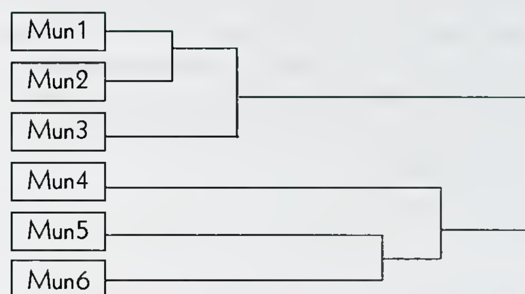
e finalmente: $D_{(5)} = 14{,}00$.

Se for interessante formar dois grupos, os municípios serão classificados da seguinte forma:

Grupo 1	Mun1, Mun2, Mun3
Grupo 2	Mun4, Mun5, Mun6

FIGURA A.4: DENDOGRAMA





Agrupamento	Distância	Grau de Generalização (%)
(1) e (2)	2,00	14,3
(1,2) e (3)	4,67	33,4
(5) e (6)	6,00	42,9
(4) e (5,6)	8,00	57,1
(1,2,3) e (4,5,6)	14,00	100,0

O fato de se impor tal restrição faz com que não se reúnam num mesmo grupo municípios de porte pequeno e grande. Isso pode ser aplicado a qualquer outro método hierárquico. Mas essa é uma restrição que não existe nos programas estatísticos. Portanto, foi necessário programá-la em SAS/IML. Este programa ainda deve ser melhorado, tanto no aspecto de otimização (o tempo de execução do programa é muito longo devido a cálculos e armazenagens desnecessários), como no aspecto da apresentação dos resultados. A apresentação dos resultados por esse programa é uma matriz de distâncias entre os grupos e o número de municípios para cada grupo. Esta última informação deve ser incorporada a uma lista de municípios ordenados por porte, para que seja possível identificar todos os municípios e os grupos em que foram alocados.

3.3.2 Resultados

Adota-se, na metodologia utilizada, o tamanho populacional como uma restrição de controle à formação dos diferentes estratos ou grupos (variável exógena), e os demais indicadores participam diretamente da formação de estratos (variáveis endógenas).

Todos os procedimentos descritos foram realizados em duas etapas, apresentadas a seguir:

- primeiro, para as cinco grandes regiões do país separadamente e para o Brasil como um todo, retirando-se as quinze regiões metropolitanas definidas no início dos estudos[19];

[19] Foram consideradas quinze aglomerações, pois, no início do estudo, trabalhava-se com o conjunto de regiões metropolitanas oficiais (doze) e mais três outras que estavam em estudo: Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Baixada Santista, Curitiba, Porto Alegre, Não Oficial de Brasília, Não Oficial de Goiânia e Não Oficial de Campinas. A composição dessas regiões metropolitanas encontra-se no final deste item.

- segundo, novamente para as cinco grandes regiões e para o Brasil, só que adotando-se a classificação da rede urbana do Brasil proposta neste trabalho, ou seja, retirando-se as doze regiões metropolitanas[20] consideradas e agrupando-se os municípios das 37 aglomerações urbanas aqui classificadas[21].

Nas duas etapas, foram utilizados sempre os mesmos indicadores como variáveis endógenas[22] (PEA ocupada nos setores de comércio de mercadorias, transporte e comunicação e nos serviços auxiliares de atividade econômica; PEA em ocupações administrativas, técnicas, científicas, artísticas e assemelhadas; renda média familiar *per capita*; índice de consumo de bens; anos médios de estudo; e índice de infra-estrutura urbana).

Ressalta-se que, como resultado da técnica utilizada, alguns municípios ficaram isolados em um único grupo, são as denominadas barreiras. Dessa forma, os grupos imediatamente inferior e superior às barreiras são impedidos de se unir, mesmo que sejam muito parecidos. Isso ocorre porque esses municípios apresentam características muito diferentes daqueles que estão reunidos tanto no grupo inferior, como no superior. Exemplo disso é o caso do município de Águas de São Pedro (SP), que, possivelmente por ser estância hidromineral e turística, tem melhores indicadores que outros de mesmo porte.

Esses municípios podem ser identificados como *outliers*, termo em inglês que caracteriza valores aberrantes, muito utilizado na análise de regressão. Após a identificação do *outlier*, ele é isolado e uma nova análise é feita. Dessa forma, procura-se configurar um conjunto de municípios mais homogêneos, de acordo com o porte. Obtida a configuração final dos grupos, em que os municípios estão ordenados pelo tamanho de sua população total, definem-se os cortes, observando a população dos municípios extremos.

Como esse programa encontra-se em fase de implementação, o programa em SAS/IML ainda teve de ser utilizado integrado ao programa Excel, que armazena uma planilha com a lista de municípios ordenada por porte, que depois é transferida para o formato SAS. Cada vez que surge uma barreira, volta-se à planilha para retirá-la e, depois, torna-se a transferir os dados para o formato SAS. Esse procedimento segue até que a configuração final seja obtida.

Adotou-se um procedimento inicial para todas as regiões: os municípios foram reunidos em sete grupos. Para se chegar a essa configuração, todos os municípios considerados barreiras foram retirados. Depois, um procedimento diferenciado e subjetivo foi adotado para cada região devido às características específicas de cada uma delas. Assim, algumas regiões apresentaram uma configuração final com cinco grupos e outras com seis grupos. Os municípios barreiras são reintegrados na configuração final.

3.3.2.1 Resultados da Etapa 1

3.3.2.1.1 Região Norte

Para esta região, retirou-se a Região Metropolitana de Belém, tendo sido considerados 295 municípios no processo de agrupamento. De início, o município de Manaus (AM) (130260) foi retirado da análise, por ser de grande porte, diferenciado dos demais. Devido ao grande distanciamento entre os municípios do estado do Amazonas, Manaus não forma uma aglomeração. Assim, Manaus foi considerado como um grupo à parte, e foram classificados 294 municípios.

- Passo 1: Manaus (130260) [1.011.501 hab.].
- Passo 2: Mucajaí (140030) [13.308 hab.] e Vilhena (110030) [39.263 hab.].
- Passo 3: Presidente Figueiredo (130353) [7.089 hab.], Gurupi (170950) [56.752 hab.] e Boa Vista (140010) [144.249 hab.].
- Passo 4: Alvorada (170070) [9.868 hab.] e Paraíso do Tocantins (171610) [28.825 hab.].
- Passo 5: Caracaraí (140020) [8.899 hab.] e Almeirim (150050) [33.442 hab.].
- Passo 6: Guajará-Mirim (110010) [32.583 hab.].

No Passo 6, são reunidos os grupos (2 e 3) [análise da menor distância] e os grupos (5, 6 e 7) [acomodar os municípios com grande população].

Reintegrando os municípios acima, tem-se a seguinte configuração final:

Grupo	Número de Municípios	Limite Inferior	Limite Superior
1	187	2.103	20.473
2	71	20.815	48.024
3	31	48.759	123.668
4	5	144.249	287.288
5 – Manaus	1	1.011.801	–
Total	295		

Obs.: O município de Boa Vista (140010) foi agregado ao Grupo D, pois no início da análise Boa Vista pertencia a esta classe.

[20] Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Não Oficial de Goiânia e Não Oficial de Campinas.

[21] A respeito, ver a Parte II deste volume.

[22] Todos os indicadores foram construídos com base em tabulações especiais dos microdados do Censo Demográfico de 1991 e, portanto, não se consideram os desmembramentos de municípios ocorridos no período 1991-96.

3.3.2.1.2 Região Nordeste

Sem as regiões metropolitanas da região Nordeste, são classificados 1.475 municípios. Devido a problemas com a variável renda nos microdados do Censo Demográfico de 1991, o município de Santa Helena (PB) foi retirado da análise. As barreiras identificadas foram as seguintes:

- Passo 1: Santa Helena (251330) [6.127 hab.].
- Passo 2: Fernando de Noronha (260545) [1.686 hab.] e Aracaju (280030) [402.341 hab.].

No Passo 2, são reunidos os grupos (2 e 3) [análise da menor distância], os grupos (4 e 5) [análise da menor distância] e os grupos (6 e 7) [acomodar os municípios com grande população]. Reintegrando os municípios acima, tem-se a seguinte configuração final:

Grupo	Número de Municípios	Limite Inferior	Limite Superior
1	1.023	1.254	21.551
2	385	21.570	63.162
3	63	63.312	406.447
4	4	497.600	696.371
Total	1.475		

3.3.2.1.3 Região Sudeste

Nesta região, sem as respectivas regiões metropolitanas, 1.331 municípios são classificados. As barreiras identificadas foram as seguintes:

- Passo 1: nenhum município foi retirado inicialmente.
- Passo 2: Águas de São Pedro (350060) [1.697 hab.] e Cruzália (351330) [5.251 hab.].
- Passo 3: Santa Cruz da Conceição (354620) [2.937 hab.].
- Passo 4: Analândia (350200) [3.020 hab.].
- Passo 5: Cerquilho (351150) [20.048 hab.].

No Passo 5, são reunidos os grupos (2, 3 e 4) [análise da menor distância]. Reintegrando os municípios acima, tem-se a seguinte configuração final:

Grupo	Número de Municípios	Limite Inferior	Limite Superior
1	642	716	9.854
2	426	9.867	26.440
3	147	26.446	56.678
4	89	56.746	151.462
5	22	158.221	442.370
Total	1.326		

3.3.2.1.4 Região Sul

Nesta região, sem as respectivas regiões metropolitanas, 832 municípios são classificados. As barreiras identificadas foram as seguintes:

- Passo 1: nenhum município foi retirado inicialmente.
- Passo 2: Paraí (431400) [5.110 hab.].
- Passo 3: Vista Alegre do Prata (432360) [1.783 hab.].
- Passo 4: Leoberto Leal (420980) [4.268 hab.], Botuverá (420270) [4.287 hab.] e Laurentino (420950) [4.326 hab.].

No Passo 4, juntam-se os grupos (1, 2, 3 e 4) [análise da menor distância]. Reintegrando os municípios acima, tem-se a seguinte configuração final:

Grupo	Número de Municípios	Limite Inferior	Limite Superior
1	574	1.047	16.718
2	127	16.767	27.504
3	98	27.684	76.592
4	33	76.968	390.100
Total	827		

3.3.2.1.5 Região Centro-Oeste

Nesta região, 363 municípios são classificados. As barreiras identificadas foram as seguintes:

- Passo 1: nenhum município foi retirado inicialmente.
- Passo 2: Campo Verde (510267) [5.975 hab.], Sorriso (510792) [16.107 hab.], Cuiabá (510340) [402.813 hab.] e Campo Grande (500270) [526.126 hab.].
- Passo 3: Chapadão do Sul (500295) [5.383 hab.] e São Gabriel do Oeste (500769) [12.034 hab.].
- Passo 4: Nova Mutum (510622) [5.542 hab.] e Lucas do Rio Verde (510525) [6.693 hab.].
- Passo 5: Paranaiguara (521630) [7.479 hab.] e Primavera do Leste (510704) [12.523 hab.].
- Passo 6: Inocência (500440) [6.279 hab.], Campo Novo do Parecis (510263) [6.311 hab.] e Apiacás (510080) [7.361 hab.].
- Passo 7: Paraúna (521640) [9.832 hab.] e Maracaju (500540) [22.999 hab.].
- Passo 8: Canarana (510270) [11.909 hab.] e Amambaí (500060) [25.951 hab.].
- Passo 9: Denise (510345) [4.785 hab.] e Diamantino (510350) [16.620 hab.].

No Passo 9, juntam-se os grupos (1 e 2) [análise da menor distância], os grupos (3 e 4) [análise da menor distância] e os grupos (5 e 6) [análise da menor distância]. Reintegrando os municípios acima, tem-se a seguinte configuração final:

Grupo	Número de Municípios	Limite Inferior	Limite Superior
1	220	837	11.025
2	104	11.057	30.670
3	23	31.144	43.535
4	14	45.651	239.378
5 – Cuiabá/C.Grande	2	402.813	526.126
Total	363		

3.3.2.1.6 *Brasil*

Para o Brasil, foram encontrados 4.296 municípios, excluídos aqueles que fazem parte das quinze regiões metropolitanas consideradas na primeira etapa do trabalho. Devido ao grande volume de dados, o programa desenvolvido especialmente para atender às necessidades do projeto não consegue realizar os cálculos complicados com as matrizes, pois requisita muita memória. Uma das soluções seria a otimização do programa, fazendo com que utilize menos memória. Até o momento, não foi possível minimizar o uso da memória e o tempo de máquina, além daquela última atualização quando se conseguiu diminuir o tempo de aproximadamente 2h para 12 minutos, no caso do Nordeste. No momento, a alternativa encontrada foi a análise por etapa, que condiciona a partição do conjunto de dados. Neste caso, o conjunto dos municípios foi particionado em três grupos apresentados a seguir, não tendo caráter analítico:

- primeiro grupo: composto por 1.500 municípios pequenos, ou seja, aqueles que têm população de 716 habitantes (Borá) a 8.311 habitantes (Palmeirina);
- segundo grupo: composto pelos próximos 1.500 municípios, ou seja, aqueles que têm população de 8.313 habitantes (Neves Paulista) a 19.369 habitantes (Taió);
- terceiro grupo: composto pelos últimos 1.296 municípios, ou seja, aqueles que têm população de 19.373 habitantes (Elói Mendes) a 1.011.501 habitantes (Manaus).

O procedimento para identificação de barreiras foi mantido e feito separadamente para cada grupo acima definido.

No Grupo 1, as barreiras foram:

- Passo 1: Águas de São Pedro (350060) [1.697 hab.] e Paraí (431400) [5.110 hab.].
- Passo 2: Vista Alegre do Prata (432360) [1.783 hab.] e Cruzália (351330) [5.251 hab.].
- Passo 3: Nova Roma do Sul (431335) [2.959 hab.] e São Bonifácio (421590) [3.373 hab.].

No Grupo 2, as barreiras foram:

- Passo 1: Rio dos Cedros (421470) [8.642 hab.] e Pomerode (421320) [18.771 hab.].
- Passo 2: Antônio Prado (430080) [10.989 hab.] e Mucajaí (140030) [13.308 hab.].
- Passo 3: Nova Petrópolis (431320) [16.767 hab.] e Veranópolis (432280) [16.916 hab.].

No Grupo 3, não foi identificada nenhuma barreira.

Note que das doze barreiras identificadas até aqui, nove municípios pertencem à região Sul, dois municípios pertencem à região Sudeste, mais especificamente ao estado de São Paulo, e apenas um pertence à região Norte. Este último, de acordo com os dados do Censo Demográfico, é o município que tem a maior renda *per capita* do país.

Desta primeira etapa, após a exclusão das barreiras, foram identificados quatro grandes grupos de municípios, a saber:

- Borá (350720) [716 hab.] e Sapucaí-Mirim (316540) [4.274 hab.] – 553 municípios.
- Rianópolis (521870) [4.290 hab.] e Roteiro (270780) [7.445 hab.] – 774 municípios.
- Rio Espera (315520) [7.461 hab.] e Cajobi (350930) [11.154 hab.] – 692 municípios.
- Rinópolis (354380) [11.169 hab.] e Rio Verde de Mato Grosso (500740) [15.075 hab.] – 547 municípios.

O procedimento a seguir consiste na redução do número de municípios. Para tanto, cada qual dos quatro grupos de municípios acima identificados transforma-se em um único município, um município artificial que será analisado pelo programa junto com os outros 1.718 municípios. Passa-se a ter, então, um conjunto de 1.722 municípios, que serão agrupados pelo mesmo método utilizado para reunir os municípios nos agrupamentos regionais. Os municípios identificados como barreiras também não participam dessa etapa, ou seja, não estão inclusos nos quatro grupos acima definidos, tampouco no grupo dos 1.718 municípios que ainda não foram agrupados.

Ao analisar esse conjunto de 1.722 municípios pelo método considerado, este trabalho identificou mais uma barreira: Flores da Cunha (430820) [19.869 hab.]. Ao retirar-se tal barreira, a configuração final foi a seguinte:

Grupo (% Pop.)(*)	Nº e % de Municípios	Limite Inferior	Limite Superior
1 (6,53)	1.335 (31,1)	716	7.454
2 (28,50)	1.966 (45,8)	7.461	23.689
3 (18,76)	568 (13,2)	23.757	44.029
4 (14,96)	251 (5,8)	44.106	76.923
5 (19,07)	147 (3,4)	76.968	240.292
6 (12,19)	29 (0,7)	250.062	1.011.501
Total (95.778.523)	4.296		

Nota: (*) Percentual da população de cada grupo, excluída aquela que pertence aos municípios das regiões metropolitanas consideradas.

Devido à diversidade da rede urbana, optou-se por dividi-la em seis grupos — uma divisão diferente daquela feita para as regiões, quando havia quatro ou cinco grupos, dependendo da região.

A seguir, serão apresentadas duas tabelas (7 e 8) comparativas — Brasil e grandes regiões — para esta etapa 1.

TABELA A.63

BRASIL E REGIÕES – ETAPA 1 – COMPARATIVO DAS CLASSES DE TAMANHO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A ANÁLISE DE AGRUPAMENTO (1991)

Regiões	Brasil			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-oeste		
Estratos/ Grupos	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior
1	1.335	716	7.454	183	2.103	20.473	1.023	1 254	21.551	642	716	9854	574	1047	16718	220	837	11.025
2	1 966	7.461	23.689	67	20.815	48.024	385	21.570	63 162	426	9.867	26.440	127	16.767	27.504	104	11.057	30.6703
3	568	23 757	44 029	30	48 759	123.668	63	63.312	406 447	147	26.446	56678	98	27.684	76.592	23	31.144	43.535
4	251	44 106	76.923	5	144.249	287 288	4	497.600	696 371	89	56.746	151.462	33	76.968	390.100	14	45.651	239.378
5	147	76.968	240.292	1	1.011.501	–	–	–	–	22	158.221	442.370	–	–	–	2	402.813	526.126
6	29	250.062	1.011.501	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	4.296	–	–	295	–	–	1.475	–	–	1.331	–	–	827	–	–	363	–	–

Fonte *Análise de Agrupamento – Rede Urbana do Brasil* – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 (Nesur/IE/Unicamp, 1998).

TABELA A.64

BRASIL E REGIÕES – ETAPA 1 – COMPARATIVO DAS CLASSES DE TAMANHO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A ANÁLISE DE AGRUPAMENTO –DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS (1991)

Em %

Regiões	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste	
Estratos/ Grupos	Nº Munic.	Nº Pop.	Nº Munic.	Nº Pop.	Nº Munic.	Nº Pop.	Nº Munic.	Nº Pop.	Nº Munic.	Nº Pop.	Nº Munic.	Nº Pop.
1	31,08	6,53	63,39	23,28	69,36	33,38	48,23	11,09	68,99	26,75	60,61	20,42
2	45,76	28,47	24,07	26,20	26,10	37,93	32,01	22,69	15,26	15,78	28,65	29,73
3	13,22	18,78	10,51	26,35	4,27	21,60	11,04	18,65	11,78	26,01	6,34	13,21
4	5,84	14,96	1,69	12,44	0,27	7,09	6,69	24,60	3,97	31,46	3,86	21,79
5	3,42	18,81	0,34	11,73	–	–	2,03	22,97	–	–	0,55	14,36
6	0,68	12,45	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: *Análise de Agrupamento – Rede Urbana do Brasil* – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 (Nesur/IE/Unicamp, 1998).

Obs.: Percentual da população classificada em cada grupo, excluídos os municípios que pertencem às regiões metropolitanas oficiais e não-oficiais.

QUADRO A.2

BRASIL E REGIÕES – COMPOSIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DA ETAPA 1 DA ANÁLISE DE AGRUPAMENTO

Região Metropolitana de Belém

150140	Belém	150080	Ananindeua
150150	Benevides		Marituba[a]
150635	Santa Bárbara do Pará[a]		

Região Metropolitana de Fortaleza

230440	Fortaleza	230100	Aquiraz
230370	Caucaia	230428	Eusébio
230495	Guaiúba	230625	Itatinga[a]
230765	Maracanaú	230770	Maranguape
230970	Pacatuba		

Região Metropolitana de Natal[b]

240810	Natal	240260	Ceará-Mirim
240360	Extremoz	240710	Macaíba
240325	Parnamirim[a]	241200	São Gonçalo do Amarante

Região Metropolitana de Recife

261160	Recife	260005	Abreu e Lima
260105	Araçoiaba[a]	260290	Cabo de Santo Agostinho[a]
260345	Camaragibe	260680	Igarassu
260720	Ipojuca		Ilha de Itamaracá[a]
260775	Itapissuma	260790	Jaboatão dos Guararapes
260940	Moreno	260960	Olinda
261070	Paulista	261370	São Lourenço da Mata

Região Metropolitana de Salvador

292740	Salvador	290570	Camaçari
290650	Candeias	291005	Dias D'Ávila
291610	Itaparica	291920	Lauro de Freitas
291992	Madre de Deus	292905	São Francisco do Conde
293070	Simões Filho	293320	Vera Cruz

Região Metropolitana de Belo Horizonte

310620	Belo Horizonte	310670	Betim
310900	Brumadinho	311000	Caeté
311787	Confins[a]	311860	Contagem
312410	Esmeraldas	312980	Ibirité
313010	Igarapé	313665	Juatuba[a]
313760	Lagoa Santa	314015	Mário Campos[a]
314070	Mateus Leme	314480	Nova Lima
314930	Pedro Leopoldo	315390	Raposos
315460	Ribeirão das Neves	315480	Rio Acima
315670	Sabará	315780	Santa Luzia
316292	São Joaquim das Bicas[a]	316295	São José da Lapa[a]
316553	Sarzedo[a]	317120	Vespasiano

Continua

QUADRO A.2
BRASIL E REGIÕES – COMPOSIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DA ETAPA 1 DA ANÁLISE DE AGRUPAMENTO

Continuação

Região Metropolitana de Vitória[b]

320530	Vitória	320130	Cariacica
320520	Vila Velha	320500	Serra
320510	Viana		

Região Metropolitana de Rio de Janeiro

330455	Rio de Janeiro	330045	Belfort Roxo[a]
330170	Duque de Caxias	330185	Guapamirim[a]
330190	Itaboraí	330200	Itaguaí
330227	Japeri[a]	330250	Magé
330260	Mangaratiba	330270	Maricá
330320	Nilópolis	330330	Niterói
330350	Nova Iguaçu	330360	Paracambi
330414	Queimados[a]	330490	São Gonçalo
330510	São João do Meriti	330555	Seropédica[a]
330575	Tanguá[a]		

Região Metropolitana de São Paulo

355030	São Paulo	350390	Arujá
350570	Barueri	350660	Biritiba-Mirim
350900	Caieiras	350920	Cajamar
351060	Carapicuíba	351300	Cotia
351380	Diadema	351500	Embu
351510	Embu-Guaçu	351570	Ferraz de Vasconcelos
351630	Francisco Morato	351640	Franco da Rocha
351830	Guararema	351880	Guarulhos
352220	Itapecirica da Serra	352250	Itapevi
352310	Itaquaquecetuba	352500	Jandira
352620	Juquitiba	352850	Mairiporã
352940	Mauá	353060	Mogi das Cruzes
353170	Monteiro Lobato	353440	Osasco
353910	Pirapora do Bom Jesus	353980	Poá
354330	Ribeirão Pires	354410	Rio Grande da Serra
354500	Salesópolis	354680	Santa Isabel
354730	Santana de Parnaíba	354780	Santo André
354870	São Bernardo do Campo	354880	São Caetano do Sul
355250	Suzano	355280	Taboão da Serra
355645	Vargem Grande Paulista		

Região Metropolitana da Baixada Santista

354850	Santos	350635	Bertioga[a]
351350	Cubatão	351870	Guarujá
352210	Itanhaém	353110	Mongaguá
353760	Peruíbe	354100	Praia Grande
355100	São Vicente		

Continua

QUADRO A.2
BRASIL E REGIÕES – COMPOSIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DA ETAPA 1 DA ANÁLISE DE AGRUPAMENTO

Continuação

Região Metropolitana de Curitiba

410690	Curitiba	410020	Adrianópolis
410040	Almirante Tamandaré	410180	Araucária
410230	Balsa Nova	410310	Bocaiúva do Sul
410400	Campina Grande do Sul	410420	Campo Largo
410520	Cerro Azul	410580	Colombo
410620	Contenda		Dr. Ulisses[a]
410765	Fazenda Rio Grande[a]	411430	Mandirituba
411915	Pinhais[a]	411950	Piraquara
412080	Quatro Barras	412120	Quitandinha
412220	Rio Branco do Sul	412550	São José dos Pinhais
412760	Tijucas do Sul	412788	Tunas do Paraná[a]

Região Metropolitana de Porto Alegre

431490	Porto Alegre	430060	Alvorada
430310	Cachoeirinha	430390	Campo Bom
430460	Canoas	430535	Charqueadas
430640	Dois Irmãos	430676	Eldorado do Sul
430760	Estância Velha	430770	Esteio
430905	Glorinha	430920	Gravataí
430930	Guaíba	431080	Ivoti
431306	Nova Hartz	431340	Novo Hamburgo
431405	Parobé	431480	Portão
431870	São Leopoldo	431990	Sapiranga
432000	Sapucaia do Sul	432200	Triunfo
432300	Viamão		

Região Metropolitana Não-Oficial de Brasília[b]

530010	Brasília	520035	Águas Lindas de Goiás[a]
520030	Alexânia	520549	Cidade Ocidental[a]
520800	Formosa	521250	Luziânia
521523	Novo Gama[a]	521560	Padre Bernardo
521760	Planaltina de Goiás[a]	521975	Santo Antônio do Descoberto
522185	Valparaíso de Goiás[a]		

Região Metropolitana Não-Oficial de Goiânia

520870	Goiânia	520140	Aparecida de Goiânia
520180	Aragoiânia	520330	Bela Vista de Goiás
520880	Goianira		Goianópolis[a]
520920	Guapó	521230	Leopoldo Bulhões
521450	Nerópolis	522140	Trindade
520970	Hidrolândia		

Continua

QUADRO A.2
BRASIL E REGIÕES – COMPOSIÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DA ETAPA 1 DA ANÁLISE DE AGRUPAMENTO

Conclusão

Região Metropolitana Não-oficial de Campinas			
350950	Campinas	350160	Americana
350380	Arthur Nogueira	351280	Cosmópolis
351515	Engenheiro Coelho[a]	355730	Estiva Gerbi[a]
351905	Holambra[a]	351907	Hortolândia[a]
352050	Indaiatuba	352260	Itapira
352470	Jaguariúna	353070	Mogi Guaçu
353080	Mogi Mirim	353180	Monte-Mor
353340	Nova Odessa	353650	Paulínia
353710	Pedreira	354580	Santa Bárbara D'Oeste
354800	Santo Antônio da Posse	355240	Sumaré
355620	Valinhos	355670	Vinhedo

Notas: (a) Municípios ou regiões metropolitanas não-existentes à época do Censo Demográfico de 1991.
(b) As RM de Brasília, Vitória e Natal foram institucionalizadas em 1998, após o início da pesquisa.

3.3.2.2 Resultados da Etapa 2

3.3.2.2.1 Região Norte

- Passo 1: Mucajaí (140030) [13.308 hab.] e Vilhena (110030) [39.263 hab.].
- Passo 2: Presidente Figueiredo (130353) [7.089 hab.] e Gurupi (170950) [56.752 hab.].
- Passo 3: Alvorada (170070) [9.868 hab.] e Paraíso do Tocantins (171610) [28.825 hab.].
- Passo 4: Almeirim (150050) [33.442 hab.].
- Passo 5: Guajará-Mirim (110010) [32.583 hab.].

Grupo	Nº de Municípios	Município Inferior	População	Município Superior	População
1	187	Porto Alegre do Tocantins (171800)	2.103	Garrafão do Norte (150307)	20.473
2	70	Miracema do Tocantins (171320)	20.815	Xinguara (150840)	48.024
3	31	Pimenta Bueno (110018)	48.759	Marabá (150420)	123.668
4	5	Boa Vista (140010)	144.249	Porto Velho (110020)	287.288
5	1	Manaus (130260)	1.011.501		

3.3.2.2.2 Região Nordeste

- Passo 1: Fernando de Noronha (260545) [1.686 hab.] e Santa Helena (251330) [6.127 hab.].
- Passo 2: Teofilândia (293150) [21.570 hab.].

Grupo	Nº de Municípios	Município Inferior	População	Município Superior	População
1	1.108	Miguel Leão (220630)	1.254	Curaçá (290990)	24.895
2	244	Itajuípe (291550)	24.931	Pedreiras (210820)	50.603
3	75	Caicó (240200)	50.640	Santa Luzia (211000)	116.525
4	15	Alagoinhas (290070)	116.894	Ilhéus/Itabuna (A)	409.027
5	6	Aracaju (A)	563.827	Natal (A)	826.208

3.3.2.2.3 *Região Sudeste*

- Passo 1: Águas de São Pedro (350060) [1.697 hab.] e Cruzália (351330) [5.251 hab.].
- Passo 2: Santa Cruz da Conceição (354620) [2.937 hab.].
- Passo 3: Analândia (350200) [3.020 hab.].
- Passo 4: Cerquilho (351160) [20.048 hab.].

Grupo	Nº de Municípios	Município Inferior	População	Município Superior	População
1	640	Borá (350720)	716	Bom Jesus dos Perdões (350170)	9.854
2	415	Pirangi (353900)	9.867	Aimorés (310110)	26.440
3	137	Tietê (355450)	26.446	Ponte Nova (315210)	56.678
4	78	Pirassununga (353930)	56.746	Montes Claros (314330)	250.062
5	16	Bauru (350600)	261.112	Santos (A)	1.220.248

3.3.2.2.4 *Região Sul*

- Passo 1: Paraí (431400) [5.110 hab.].
- Passo 2: Vista Alegre do Prata (432360) [1.783 hab.].
- Passo 3: Leoberto Leal (420980) [4.268 hab.], Botuverá (420270) [4.287 hab.] e Laurentino (420950) [4.326 hab.].

Grupo	Nº de Municípios	Município Inferior	População	Município Superior	População
1	569	André da Rocha (430066)	1.047	Agudo (430010)	16.718
2	111	Nova Petrópolis (431320)	16.767	Campo-Erê (420350)	26.272
3	84	Rio Negro (412230)	27.684	Pitanga (411960)	64.514
4	21	Telêmaco Borba (412710)	64.963	Foz do Iguaçu (410830)	190.123
5	12	Santa Maria (431690)	217.592	Londrina (A)	712.934

3.3.2.2.5 *Região Centro-oeste*

- Passo 1: Campo Verde (510267) [5.975 hab.] e Sorriso (510792) [16.107 hab.].
- Passo 2: Chapadão do Sul (500295) [5.383 hab.] e São Gabriel do Oeste (500769) [12.034 hab.].
- Passo 3: Nova Mutum (510622) [5.542 hab.] e Lucas do Rio Verde (510525) [6.693 hab.].
- Passo 4: Paranaiguara (521630) [7.479 hab.] e Primavera do Leste (510704) [12.523 hab.].
- Passo 5: Inocência (500440) [6.279 hab.], Campo Novo do Parecis (510263) [6.311 hab.] e Apiacás (510080) [7.361 hab.].

Grupo	Nº de Municípios	Município Inferior	População	Município Superior	População
1	203	Rio Quente (521878)	837	Firmiópolis (520780)	9.757
2	77	Paraúna (521640)	9.832	Palmeiras de Goiás (521570)	16.635
3	63	Campos Verdes (520495)	16.648	Peixoto de Azevedo (510642)	37.240
4	21	Paranaíba (500630)	37.654	Anápolis (520110)	239.378
5	2	Cuiabá (510340)	402.813	Campo Grande (500270)	526.126

3.3.2.2.6 Brasil

- Passo 1: Nova Roma do Sul (431335) [2.959 hab.] e São Bonifácio (421590) [3.373 hab.].
- Passo 2: Arroio Trinta (420160) [3.335 hab.] e Cândido Godói (430430) [7.454 hab.].
- Passo 3: Três Arroios (432163) [3.286 hab.] e Nova Petrópolis (431320) [16.767 hab.].
- Passo 4: Doutor Pedrinho (420515) [2.997 hab.] e Orlândia (353430) [31.319 hab.].

Grupo	Nº de Municípios	Município Inferior	População	Município Superior	População
1	224	Borá (350720)	716	São Jorge (431844)	2.874
2	2.511	Cumari (520660)	2.883	Veranópolis (432280)	16.916
3	1.083	Camanducaia (311050)	16.927	Araioses (210090)	44.029
4	304	Batatais (350590)	44.106	Caxias (210300)	145.725
5	43	Passo Fundo (431410)	147.318	Juiz de Fora (313670)	385.996
6	26	Blumenau (A)	388.250	Santos (A)	1.220.248

TABELA A.65

BRASIL E REGIÕES – ETAPA 2 – COMPARATIVO DAS CLASSES DE TAMANHO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A ANÁLISE DE AGRUPAMENTO (1991)

Regiões	Brasil			Norte			Nordeste			Sudeste			Sul			Centro-oeste		
Estratos/ Grupos	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior	Nº Munic.	Limite inferior	Limite superior
1	224	716	2.874	187	2.103	20.473	1.108	1.254	24.895	640	716	9.854	569	1.047	16.718	203	837	9.757
2	2.511	2.883	16.916	70	20.815	48.024	244	24.931	50.603	415	26.446	26.440	111	16.767	26.272	77	9.832	16.635
3	1.083	16.927	44.029	31	48.759	123.668	75	50.640	116.525	137	56.746	56.678	84	27.684	64.514	63	16.648	37.240
4	304	44.106	145.725	15	144.249	287.288	15	116.894	409.027	78	261.112	250.062	21	64.963	190.123	21	37.654	239.378
5	43	147.318	385.996	1	1.011.501		6	563.827	826.208	16		1.220.248	12	217.592	712.934	2	402.813	526.126
6	26	388.250	1.220.248	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	4.191	–	–	304	–	–	1.448	–	–	1.286	–	–	797	–	–	366	–	–

Fonte: *Análise de Agrupamento – Rede Urbana do Brasil* – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 (Nesur/IE/Unicamp, 1998).

TABELA A.66

BRASIL E MACRORREGIÕES – ETAPA 2 – COMPARATIVO DAS CLASSES DE TAMANHO DE MUNICÍPIOS, SEGUNDO A ANÁLISE DE AGRUPAMENTO – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS (1991)

Em %

Regiões	Brasil		Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste	
Estratos/ Grupos	Município	População	Município	População	Município	População	Município	População	Município	População	Município	População
1	5,3	0,51	61,51	23,40	76,52	39,06	49,77	10,30	71,39	26,22	55,46	17,46
2	59,91	22,31	23,03	25,81	16,85	23,67	32,27	20,60	13,93	13,43	21,04	15,77
3	25,34	28,26	10,20	26,49	5,18	14,61	10,65	16,19	10,54	20,36	17,21	25,04
4	7,25	21,12	4,93	12,51	1,04	10,14	6,07	24,91	2,63	12,81	5,74	24,29
5	1,03	10,56	0,33	11,79	0,41	12,52	1,24	28,00	1,51	27,17	0,55	17,44
6	0,62	17,21	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: *Análise de Agrupamento – Rede Urbana do Brasil* – Tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991 (Nesur/IE/Unicamp, 1998).

Obs.: Percentual da população classificada em cada grupo, excluídos os municípios que pertencem às regiões metropolitanas oficiais e não-oficiais.

II – Síntese da Metodologia dos Estudos Elaborados pelo IBGE

1 Aglomerações Urbanas para Pesquisas Estatísticas: Aspectos Metodológicos

1.1 Introdução

A identificação de aglomerações urbanas para levantamento, produção e divulgação de informações constitui, hoje, material de importância crescente para pesquisa e planejamento, pois, no Brasil, de acordo com o Censo Demográfico de 1991, 75% da população eram urbanos e, em 1996, esses valores atingiram a cifra de 78%, segundo resultados da Contagem de População.

As aglomerações urbanas para fins estatísticos são constituídas por grandes manchas urbanas no território, compostas por mais de um município apresentando elevado grau de integração. As aglomerações urbanas para fins estatísticos são constituídas, em sua maioria, por grandes cidades, principalmente as metrópoles, e seus entornos.

As aglomerações urbanas em nível metropolitano, no Brasil, constituem base para gestão do território e pesquisas estatísticas de caráter amostral realizadas em períodos intercensitários e que permitem apresentar um quadro genérico das condições de vida nas grandes áreas urbanizadas do país. Tal é o caso da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Mensal de Emprego, realizadas pelo IBGE.

As aglomerações urbanas em nível metropolitano e não-metropolitano atualmente vigentes no país foram, em sua maioria, identificadas em fins da década de 1960 e início da década de 1970, tornando necessário que se faça uma atualização desse quadro de referência para levantamento de informações estatísticas. Cabe explicitar que a definição de áreas metropolitanas e aglomerações urbanas para fins de planejamento é hoje atribuição dos estados, que definem esses recortes territoriais. Entretanto, para as pesquisas estatísticas em nível nacional, é importante a adoção de um único conjunto de critérios para identificação dessas áreas, para que se possa ter um quadro de referência em nível nacional.

A identificação de metrópoles e da área que constitui o seu entorno é objeto de inúmeros estudos e matéria de legislação em diferentes países. Os critérios adotados internacionalmente para identificação de aglomerações urbanas em nível metropolitano e não-metropolitano referem-se às características demográficas; às características de estrutura e às características de integração. Esses critérios foram utilizados nos estudos para definição das aglomerações urbanas no Brasil, entretanto o conteúdo dos grandes núcleos urbanos hoje não é o mesmo de 30 anos atrás. Naquela época, a população urbana representava 57% da população total brasileira e o número de municípios com população superior a 100 mil habitantes era de 70. Hoje com as transformações decorrentes do processo de urbanização, este quadro alterou-se para 75% de população urbana em 1991 e 78% em 1996 e o total de municípios com mais de 100 mil habitantes era de 185 em 1991. Assim, considerando-se que a alteração na dinâmica demográfica, na reestruturação produtiva, nos novos patamares tecnológicos e na mudança nos padrões de emprego, vem se refletindo nas escalas que assume a urbanização no país, os critérios utilizados, nos estudos anteriores, para delimitação de aglomerações urbanas, constituem base para reflexão acerca da pertinência para a sua manutenção, substituição ou adaptação.

1.2 Metodologia operacional

A identificação de aglomerações urbanas para fins estatísticos envolve a definição de alguns critérios. Objetivando-se a realização de estudos comparativos procurou-se respeitar os critérios utilizados nos estudos anteriormente realizados, buscando quando necessário uma correspondência/adaptação à atual realidade do país. Cabe observar que tanto as aglomerações urbanas em nível metropolitano, definidas por legislação específica, quanto as em nível não-metropolitano, identificadas na década de 70, foram consideradas integralmente, buscando-se apenas, em alguns casos, estudar o entorno que as constitui, com objetivo de atualização.

No presente estudo serão consideradas apenas as aglomerações urbanas constituídas por espaços urbanizados contínuos, pois os indicadores hoje disponíveis não permitem a identificação de aglomerações sem espaço urbanizado contínuo, cuja integração se dá por complementaridade de funções.

As aglomerações urbanas caracterizadas por espaço urbano contínuo podem ser de três tipos: decorrentes da expansão de um núcleo urbano central; da expansão de dois ou mais núcleos urbanos simultaneamente; ou ainda da integração resultante do sítio geográfico. (Davidovich e Lima, 1975, p. 51)

A delimitação dessas áreas requer que se estabeleçam critérios tanto para a definição dos núcleos urbanos centrais quanto dos municípios que constituem o seu entorno.

No caso da definição dos núcleos urbanos centrais, os estudos realizados indicam a manutenção do tamanho populacional mínimo como critério básico para esta identificação. Entretanto, as alterações no quadro urbano brasileiro, referidas acima, tornam necessário uma reflexão acerca dos valores numéricos adotados. Para as aglomerações urbanas decorrentes da expansão de um núcleo urbano central, pretende-se investigar os municípios com população total igual ou superior a 200 mil habitantes em

1991, o que corresponderia a aproximadamente 2% da população urbana do país, adotando-se assim, em termos percentuais, o mesmo patamar utilizado nos estudos anteriores. No caso das aglomerações urbanas decorrentes da expansão de dois ou mais núcleos urbanos, o patamar mínimo de população para o conjunto de núcleos será de 150 mil habitantes em 1991, preservando-se, da mesma forma que para o critério anterior, a correspondência aos estudos anteriores.

A delimitação de aglomerações urbanas envolve, também, a definição de critérios para identificação dos municípios que constituem o entorno da aglomeração. Esses critérios referem-se às características urbanas do município e a integração existente entre esses municípios.

As características urbanas dos municípios referem-se a indicadores de concentração populacional e de predominância de atividades urbanas. O indicador de concentração populacional a ser utilizado é de no mínimo 60 hab./km^2, mantendo-se o patamar utilizado, pois trata-se de uma relação que revela um mínimo de concentração populacional para áreas urbanas. O indicador para estabelecer a predominância de atividades urbanas a ser utilizado é de que o município apresente pelo menos 65% da População Economicamente Ativa (PEA) residente nos setores secundário e terciário. Neste caso, também optou-se pela manutenção do indicador anteriormente utilizado porque da mesma forma trata-se de uma proporção e não de um valor absoluto.

O grau de integração entre os municípios selecionados pelos critérios anteriores não poderá ser medido por deslocamentos pendulares da população entre os municípios que compõem a aglomeração, como foi feito na década de 70, uma vez que não há pesquisas atualizadas que forneçam a informação. Entretanto, estuda-se a substituição dessa informação pelo levantamento da infra-estrutura de transporte que possa ligar esses municípios, juntamente com levantamento localizado de informação acerca da regularidade e freqüência de transporte coletivo intermunicipal entre esses centros, para que se possa identificar um mínimo de integração.

A aplicação desses critérios fornecerá um quadro de referência para as principais aglomerações urbanas para fins de levantamento estatístico no país.

2 Regiões de Influência das Cidades

2.1 Rede de Lugares Centrais e Áreas de Atuação das Cidades Brasileiras

Regiões de influência das cidades é um quadro de referência do sistema urbano brasileiro utilizado para fins de gestão do território, planejamento regional e/ou municipal, estudos de urbanização e racionalização de decisões quanto à localização de diferentes tipos de atividades econômicas ou de infra-estrutura social, quer na esfera pública ou privada. Neste quadro, as cidades brasileiras aparecem classificadas e hierarquizadas segundo seus níveis de centralidade, bem como são definidas suas ligações espaciais e mapeadas suas áreas de atuação ou mercado. Outros indicadores socioeconômicos sucintos, tais como tamanho e crescimento populacional, atividades produtivas predominantes, rendimento, características das condições de vida (abastecimento de água, energia elétrica e esgotamento sanitário e analfabetismo, são agregados, procurando caracterizar a estrutura das áreas de mercado definidas na pesquisa, formando um painel das cidades e municípios brasileiros.

2.2 Abordagem e metodologia da pesquisa

Esta pesquisa vem dar prosseguimento a estudos anteriormente desenvolvidos na área de Geografia do IBGE e que produziram, entre outros trabalhos, as obras *Regiões funcionais urbanas* (1972) e *Regiões de influência das cidades* (1987), publicadas pela Instituição.

Trata-se de um estudo de Redes Geográficas, linha de trabalho do Departamento de Geografia, que pesquisa as redes de produção, de decisões e de lugares centrais, buscando dar conta dos movimentos ou fluxos existentes em nosso território.

No momento, desenvolve-se a Rede de Lugares Centrais e, conceitualmente, trabalha-se com a Teoria das Localidades Centrais e com o reconhecimento da centralidade como modificadora do quadro espaço-temporal numa perspectiva própria, ou seja, que existem cidades em situação de menor ou maior centralidade determinada pelas funções urbanas que possuem e pela concentração de transações privilegiadas em algumas delas.

A metodologia pressupõe, num primeiro momento, a análise de informações censitárias e de trabalhos geográficos para definição de um conjunto amplo de funções centrais – bens e serviços selecionados – capazes de caracterizar diferentes níveis de cidade. Após essa fase, confeccionou-se um questionário especifico com 46 funções centrais, ou seja, bens, serviços e informações, raros ou freqüentes, o qual foi aplicado em 2.106 municípios brasileiros, no ano de 1993. Genericamente, nesse questionário são registrados a intensidade e os direcionamentos – origem e destino – dos fluxos de pessoas para o atendimento da gama de bens e serviços investigados.

A apuração das informações obtidas no questionário foram o ponto de partida para a elaboração de matrizes de interações espaciais, que descrevem os relacionamentos existentes entre as cidades – origem, destino e intensidade dos fluxos –, permitindo, assim, estabelecer, através de procedimentos estatísticos, os oito níveis de cen-

tralidade ou patamares de cidades, bem como construir as áreas de atuação e mapeá-las.

Os níveis de centralidade foram definidos com base na posição que as cidades ocuparam quando se considera a intensidade da demanda – medida pelo total de fluxos de bens e serviços para a cidade, o alcance espacial – medido pelo número de municípios que procuram a cidade e o equipamento funcional – medido pelo número de itens de bens e serviços selecionados na pesquisa e existentes na cidade.

De forma simplificada, a construção desse quadro de referência do sistema urbano brasileiro chamado de *Regiões de influência das cidades 1993*, tem por base a intensidade dos fluxos e o traçado dos caminhos usuais percorridos pelas pessoas/consumidores, que se deslocam para os centros urbanos à procura de bens e serviços, raros ou freqüentes, e que vão ser encontrados de forma diferenciada, conforme o nível de centralidade das cidades, determinando, assim, as áreas de atuação ou influência dos centros urbanos.

Serão produzidos indicadores sucintos, obtidos a partir de variáveis dos Censos Demográficos e Econômicos do IBGE, trabalhadas estatisticamente e espacializadas, com o objetivo de permitir estabelecer as características socioeconômicas básicas populacionais, de renda e estrutura produtiva – permitindo definir os tipos de cidades/ municípios agrupados nas áreas de atuação.

3 Tipologia dos Municípios Brasileiros

3.1 Aspectos Metodológicos

A divisão territorial brasileira constituída por 4.491 municípios, em 1991, caracteriza-se por apresentar situação de grande heterogeneidade, tanto no que se refere ao número de municípios existentes nas Unidades Federadas, quanto no que tange ao contingente populacional que os mesmos compreendem.

Assim sendo, procurar-se-á simplificar essa complexidade através da reunião de municípios que apontem características estruturais e dimensionais semelhantes, definindo-se uma tipologia, isto é, classificando-os.

A classificação de municípios é uma generalização que se faz necessária através do agrupamento dos municípios sob a forma de tipologia, que, ao simplificar a realidade territorial brasileira, vai favorecer melhor entendimento da complexidade existente, permitindo inclusive subsidiar outros estudos e/ou direcionar a implantação de programas de gestão do território.

O objetivo do trabalho é construir uma tipologia dos municípios brasileiros que demonstre, com certo grau de generalização, como os mesmos se inserem na complexidade territorial brasileira, sendo o processo de urbanização o principal fator de diferenciação entre eles.

Portanto, os tipos de municípios encontrados deverão refletir os níveis de urbanização que, por sua vez, encontram-se atrelados à modernização imposta pela expansão do capitalismo no país.

A definição dos tipos de municípios deverá efetuar-se segundo um processo de classificação e cruzamentos matriciais sucessivos, com base nos seguintes elementos: dimensão demográfica, dimensão econômica e grau de urbanização.

No que diz respeito à dimensão demográfica, a variável considerada será a população total do município. Trata-se de um indicador discriminatório, já que o tamanho populacional pode ser tomado como uma *proxy* da massa de consumidores, bem como da complexidade da vida urbana municipal.

Em razão da grandeza do universo considerado – 4.491 municípios –, seria pouco significativo trabalhar com grupos de população divididos em pequenos intervalos. Assim, uma primeira simplificação da realidade territorial consistirá na identificação de três grandes grupos populacionais, discriminando o universo em municípios de grandes dimensões (acima de 250 mil habitantes), municípios de médias dimensões demográficas (entre 250 mil e 50 mil habitantes) e municípios de pequenas dimensões demográficas (abaixo de 50 mil habitantes).

No que concerne à dimensão econômica dos municípios, será tomada como indicador a estrutura produtiva, avaliada através da ocupação produtiva da população, ou seja, das atividades econômicas exercidas pela PEA dos municípios.

Para tanto, adotou-se um processo classificatório que levará em consideração três grupos de atividades: as agropecuárias, as industriais e as terciárias.

As variáveis a serem utilizadas serão a porcentagem da PEA nas atividades agropecuárias e nas atividades industriais em relação à PEA total do município. A complementação dessas duas variáveis indicará a PEA nas atividades terciárias.

Ainda com respeito às variáveis de percentual da PEA nas atividades agropecuárias e nas atividades industriais, a interrelação delas, segundo tratamento matricial, irá definir a estrutura produtiva dos municípios com base na estrutura da PEA.

Essa classificação, efetuada segundo a ocupação produtiva da população, representa uma segunda simplificação da realidade municipal sem, entretanto, dar conta da complexidade empírica da municipalidade brasileira.

A interrelação entre a realidade empírica e a matriz conceitual será utilizada para a definição dos tipos de estrutura produtiva dos municípios brasileiros.

A relação entre a classificação obtida com base na estrutura produtiva e a classificação segundo a dimensão demográfica dos municípios permitirá certo aprofundamento no entendimento da complexidade municipal do país.

A seguir, haverá novo cruzamento matricial que irá contemplar, além da estrutura produtiva e da dimensão demográfica, também o grau de urbanização dos municípios, aferido através da relação entre a população urbana e a população total do município.

A escolha desse indicador para aferir o grau de urbanização dos municípios baseia-se no fato de que quanto maior a proporção de população urbana, maior a expressão das atividades urbanas – comércio, indústria e serviços. Assim, entende-se que ele atende aos objetivos da tipologia por sintetizar a expressão do processo de urbanização no país, dado o nível de generalização considerado.

A análise desse cruzamento matricial, à luz do conhecimento da realidade empírica brasileira, resultou na elaboração de um esquema conceitual que retratará o posicionamento dos municípios brasileiros em face dos parâmetros adotados no processo classificatório, tendo em vista o poder discriminatório apresentado em cada um deles.

Tal esquema conceitual entende o urbano como expressão do processo de organização do espaço pelo desenvolvimento do capitalismo no país. Assim sendo, assume-se que o espaço geográfico nacional tende a uma organização pelo urbano, já que o setor agropecuário vem registrando crescente articulação ao setor industrial nas últimas décadas.

Após todas essas análises, cruzamentos e matrizes, chega-se à definição da tipologia dos municípios brasileiro com base nos resultados do Censo Demográfico de 1991.

Portanto, a tipologia dos municípios brasileiros deverá considerar que dois parâmetros dão conta da complexidade do real que se pretende conhecer – a divisão regional do Brasil, segundo seus municípios. Um deles é a Dimensão Demográfica, importante elemento discriminador para os municípios, tanto em termos produtivos como em termos de consumo. O outro parâmetro é a Estrutura da População Economicamente Ativa.

A divisão territorial do Brasil, representada neste estudo pelo município, caracteriza-se por apresentar situação de grande complexidade, relativa não só ao grande número de municípios existentes nas diferentes Unidades Federadas, como também às diferenciações entre eles no que tange a área, população e condições socioeconômicas.

Uma outra evidência dessa complexidade refere-se ao dinamismo com que se processa a divisão territorial, havendo em certos períodos grande desmembramento das células territoriais, como pode ser constatado ao se comparar o número de municípios existentes por região e por Unidade da Federação. No período 1987-91, o número de municípios brasileiros apresentou crescimento em cerca de 23%, mas se observarmos o período 1987-97, esse crescimento passar a representar quase 32%, o que vem comprovar que o dinamismo com que se processa a divisão territorial no Brasil continua crescente.

No período 1987-91, tem-se que a região Norte apresentou crescimento de 57,67% do número de municípios, enquanto a região Centro-oeste apresentou diminuição (-3,32%). Isso pode ser explicado pela criação do estado do Tocantins (1989/90), cujo território foi desmembrado do estado de Goiás, pertencente à região Centro-oeste, e, posteriormente, passando a integrar a região Norte.

Em 1991, as regiões Nordeste e Sudeste detinham a maior quantidade de municípios existentes no país (33,61% e 31,89%, respectivamente), com destaque para os estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia, que juntos reuniam 38,07% dos municípios brasileiros. Por outro lado, à exceção do Distrito Federal, aparecem Roraima e Amapá com apenas oito e nove municípios, respectivamente, representando 0,18% e 0,20% do total de municípios brasileiros.

As dimensões demográficas dos municípios brasileiros apresentam, igualmente, um quadro marcado por grandes diferenciações. Em 1991, enquanto São Paulo (SP) apresentava uma população de 9.946.185 habitantes, o municípios de Bora (SP) registrava o menor contingente demográfico do país: 751 habitantes.

Dos 4.491 municípios existentes em 1991, apenas 466 possuíam população superior a 50 mil habitantes, implicando a concentração de 61,27% da população brasileira em apenas 6,26% dos municípios. Por outro lado, os municípios com população inferior a 30 mil habitantes correspondem a 80,62% do total, abrigando 28,24% da população total brasileira. Desse conjunto, os municípios com menos de 10 mil habitantes (40,01% do total) compreendem apenas 6,98% da população total brasileira.

Desse modo, para o entendimento da complexidade territorial brasileira, como já visto anteriormente, faz-se necessário um agrupamento de municípios com características semelhantes. Para isso, dever-se-á recorrer a um processo classificatório que, ao simplificar aquela complexidade, favoreça melhor entendimento da realidade, simplificando-a, a tipologia se faz necessária para orientar outros estudos, como também na condução da gestão territorial na tomada de decisões em diversas políticas que tenham no município sua base de operacionalização.

III – Bases Teóricas dos Estudos Regionais

Introdução

Para caracterizar a rede urbana do Brasil, com base no exame das principais tendências do desenvolvimento socioeconômico regional, foram consideradas as principais contribuições teórico-metodológicas sobre rede urbana presentes na literatura. Essa sistemática impôs, por sua vez, a necessidade de revisão dos estudos disponíveis, a seguir apresentada.

Nos estudos desenvolvidos ao longo da pesquisa, adotou-se como referência territorial a divisão em grandes regiões do Brasil, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A despeito desse fato, as diretrizes metodológicas adotadas no desenvolvimento dos estudos regionais demonstraram que a dinâmica econômica regional recente e o próprio processo de urbanização do país, dadas suas características intrínsecas, tornam problemática a escolha dessa delimitação espacial, tendo em vista a interdependência econômica e urbana de espaços localizados em regiões geográficas distintas. Assim, nesses estudos, a identificação e a análise das correlações e interdependências entre espaços situados em diferentes regiões constituíram-se num objeto central, explicitando-se as articulações entre sistemas urbanos.

A escala de análise das economias regionais foi a das mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE, que abrange os seguintes aspectos: tendências locacionais da atividade produtiva; concentração e desconcentração dessas atividades; diversificação do setor de serviços e mudanças ocupacionais relacionadas a essa diversificação, especialmente para as aglomerações urbanas e principais centros da rede urbana brasileira; transformações das estruturas ocupacionais dos centros urbanos, segundo sua hierarquia e tamanho, procurando caracterizar a estrutura do emprego; e, finalmente, identificação e qualificação da infra-estrutura urbana, quando ela constituiu-se em vetor de transformação do sistema de cidades, em fator de indução da ocupação de novas áreas ou, mesmo, em elemento de reestruturação das relações interurbanas.

Nos estudos regionais, elaborados para as grandes regiões brasileiras, essas questões foram trabalhadas como mediações para se entender a articulação entre a dinâmica recente das economias regionais, as características da urbanização e as transformações da rede urbana. Dessa forma, adotou-se um procedimento metodológico que envolveu, de um lado, a análise da dinâmica recente da economia e da urbanização regionais e, de outro lado, a definição de critérios quantitativos, a fim de apreender os diferentes estratos que compõem as redes regionais de cidades.

Esses critérios quantitativos, contudo, foram submetidos a ajustes finais de caráter qualitativo, referentes às características regionais específicas. Partiu-se, assim, do princípio de que a análise quantitativa, por si só, não seria capaz de constituir um procedimento suficiente para definir a caracterização da rede urbana brasileira, tampouco para atender aos objetivos da pesquisa.

Com os estudos regionais, chegou-se a uma primeira classificação dos centros urbanos, segundo as características específicas de cada região, base para estabelecer critérios e para proceder a classificação da rede urbana do Brasil. A seguir, apresentam-se os detalhes sobre a definição e a aplicação dos critérios norteadores dessa classificação.

As referências teórico-metodológicas de análise da rede urbana fundamentaram a proposta adotada na pesquisa. Foi com base nessas referências metodológicas que se empreendeu a análise das diversas espacialidades do sistema urbano brasileiro e se desenvolveu o trabalho de classificação da rede urbana do Brasil. Essa classificação contempla as diversas espacialidades do sistema urbano brasileiro, bem como as diferentes formas de articulação física e de integração funcional nele presentes.

Na tradição do pensamento geográfico, a cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região. Como tal, não pode, nem deve, ser tratada de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assume a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região.

As implicações dessa concepção para o presente estudo são percebidas na própria orientação teórico-metodológica adotada, já que se partiu do pressuposto de que a classificação de rede urbana deveria contemplar não só a estrutura dos fluxos de bens, serviços e indivíduos, em um dado espaço econômico, em um momento específico, mas também os fatores econômicos e sociais que determinaram tal estrutura ao longo de um processo de desenvolvimento. Assim, não se pode considerar a cidade como *apartada* do processo de produção de uma economia regional.

A proposta não é esgotar a literatura sobre a questão urbano-regional, sobretudo no que tange às redes urbanas, o que certamente envolveria um levantamento multidisciplinar e por demais abrangente para os propósitos deste trabalho. O objetivo é tão-somente apresentar os fundamentos conceituais em que se baseou o estudo da rede urbana brasileira.

Optou-se, aqui, pelo desafio de articular, de um lado, a teoria neoclássica do pensamento geográfico, a respeito de hierarquias de redes urbanas, com a teoria histórico-materialista, de outro lado, cujo enfoque reside no processo de produção do espaço urbano-regional e seus determinantes, o que permite a identificação de dinâmicas recentes nos sistemas de cidades *pari passu* à evolução do capitalismo em escala internacional.

Com a articulação teórica dessas duas tradições, buscou-se obter as informações necessárias não só para a classificação da rede urbana brasileira, como também para uma análise prospectiva, com vistas à formulação de proposições para subsidiar a implementação de políticas públicas.

A Tradição Neoclássica de Estudos de Rede Urbana

Os estudos de rede urbana constituem parte relevante da tradição da chamada geografia quantitativa, inspirada em teorias funcionalistas e de sistemas. Têm produzido contribuições significativas com base em quadros referenciais empíricos sobre características sociais, econômicas e demográficas relacionadas a tamanhos de cidades, centrando a atenção na identificação de configurações de redes urbanas e na posição nelas ocupada por um dado centro urbano. Nas análises neoclássicas, a relação entre um centro e seu *hinterland* baseia a definição da posição hierárquica dos centros urbanos, configurando, assim, importante aspecto dos estudos dessa tradição.

É possível, em geral, reconhecer três formas elementares de configuração das relações entre cidade e região: a relação campo-cidade, a relação capital-província e a relação centro-periferia.

A primeira delas, conformando o *Estado isolado*, está na base da concepção de Thünnen (1966), que fundamentou todo um campo teórico sobre hierarquia urbana a que se convencionou chamar de *teoria dos lugares centrais*, como será apresentado mais adiante.

A relação campo-cidade, que também conformaria a concepção de *microssistema* na visão de Wallerstein (1979), reflete as trocas que se dão, segundo uma lógica puramente mercantil e fechada, em um modelo econômico fisiocrata, no qual o excedente agrícola é o motor da dinâmica econômica e principal fonte de financiamento do conjunto da economia. A lógica da economia marginal assume sua determinação maior na concepção dos anéis concêntricos de Thünnen (1966), em que a distância do mercado é o principal fator de organização do território e está na base da *construção ricardiana* da renda fundiária e da distribuição do produto social a partir da situação apresentada na pior terra[1].

Do ponto de vista da configuração da estrutura interurbana, o *Estado isolado* conforma o que Kayser (1960) denomina de *semis urbain*, isto é, a sementeira urbana, em que as cidades nascem e crescem isoladas, com fracas trocas entre elas. O caráter esporádico das trocas faz com que o mercado seja uma entidade temporária e móvel. As feiras, em muitos casos, constituem o principal elemento de ligação entre as cidades, assim como a presença esporádica do príncipe, isto é, do Estado. A metáfora da sementeira urbana assemelha-se à metáfora econômica dos *produtores independentes*: o mercado constitui a principal forma de socialização dos membros isolados da sociedade, sem que tenha existência espaço-temporal fixa e permanente. Do ponto de vista da regulação política da economia, sua principal expressão está nas normas de controle da propriedade e das corporações de ofícios, tendo um alcance territorial preferencial no nível da escala local[2].

A concepção de que a distância do mercado é o principal fator de organização do território – e que esta possibilitaria uma organização de rede de cidades em círculos concêntricos – inspirou a construção da chamada *teoria dos lugares centrais*.

A segunda forma de configuração das relações entre cidade e região – sem que com isso exista uma ordem determinista – é, da perspectiva espacial, a relação entre capital-província, ou capital-interior. Essa relação traduz a presença de uma relação hierárquica entre cidades determinadas pela lógica da extração tributária e pelas necessidades da circulação mercantil estabelecidas de forma permanente no território. Do ponto de vista conceitual, corresponde ao modelo das localidades centrais de Christaller (1966), no qual o princípio do mercado em uma planície isomórfica (livre-circulação) e com uma distribui-

[1] Harvey (1973) recuperou esse modelo em seu clássico trabalho, no qual mostra que a circulação do excedente e a renda fundiária são os principais elementos para a segregação socioespacial nas cidades. Mostra também como a distribuição social do rendimento é insumo e produto da distribuição espacial da renda em nível intra-urbano.

[2] Embora seja um modelo abstrato, é interessante observar que no Brasil, na escala local, correspondente à administração municipal, as principais fontes de recursos próprios das prefeituras são baseadas no controle da propriedade e das corporações de ofício, ou de seus formatos mais contemporâneos: o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cujas taxas incidem sobre a propriedade imobiliária urbana, e o Imposto sobre Serviços (ISS), que incide sobre o exercício das atividades dos profissionais autônomos, obedecendo à lógica clássica das corporações de ofícios.

ção hexagonal (livre-concorrência) responde pela hierarquia na rede de localidades centrais. Corresponde também à concepção de império-mundo de Wallerstein (1979), na qual a ordem espacial manifesta as determinações tributárias do Estado e a pequena divisão social e territorial do trabalho.

Do ponto de vista da estrutura intra-urbana, a lógica tributária e mercantil define localizações privilegiadas no território da cidade e as condições de reprodução social já espelham essa segregação espacial no que concerne ao acesso às redes de infra-estrutura e serviços urbanos, cuja lógica responde à dinâmica do sistema urbano como um todo e não às necessidades locais. As redes, na lógica do próprio modelo de Christaller (1966), já definem os mecanismos básicos de estruturação urbana, e os gastos públicos passam a orientar-se para manter e aumentar a arrecadação que os alimenta, ganhando dinâmica própria e ampliando a presença do controle estatal sobre o tecido urbano.

Quanto à configuração da estrutura interurbana, a relação capital-província manifesta-se na conformação da *bacia urbana* de Kayser (1960), em que os fluxos são orientados dos núcleos urbanos de menor porte para as capitais regionais, de maneira semelhante ao comportamento de uma bacia fluvial. Do ponto de vista da dinâmica econômica, a *bacia urbana* responde ao comportamento do mercado do bem dominante na estrutura produtiva regional; e quanto à política territorial, os principais mecanismos de alocação do gasto público respondem às demandas daqueles que detêm o controle dos bens de produção e à própria lógica da manutenção/ampliação do aparelho de Estado.

Tal modelo pode ser descrito como mercantilista, não em seu sentido vulgar, mas como descrito por Weber (1899), para quem o alcance da política territorial dá-se sobre os mecanismos tributários e de alocação do gasto público, buscando definir áreas cativas de mercado. A lógica da negociação é regionalizada, isto é, configura-se em uma estrutura em arquipélago, cujas negociação e concorrência fazem-se para capturar maior parcela dos fundos públicos disponíveis para cada ilha econômica.

Por fim, a terceira forma expressa-se nas relações entre centro-periferia, nas quais a dinâmica espacial está condicionada por níveis distintos de introdução do progresso técnico e, conseqüentemente, por diferenciais de ganhos de produtividade entre locais distintos no espaço. O modelo centro-periferia, que dominou o pensamento urbano e regional desde a década de 50 até os anos 70, é o modelo básico que procura explicar o comportamento da dinâmica urbana e regional, com a formação de estruturas hierárquicas e duais, quando o ritmo de desenvolvimento é diferenciado em razão da velocidade de introdução do progresso técnico.

No modelo clássico, a explicação das relações interurbanas, na visão centro-periferia, reside na própria rede urbana, caracterizada por uma estrutura em desequilíbrio: a uma parte industrial consolidada, na qual predominam as economias de escala, contrapõem-se outras partes menos desenvolvidas, em diferentes estágios. A planificação territorial por excelência do modelo centro-periferia seria uma forma de compensar os diferenciais de produtividade, mediante investimentos públicos em infra-estrutura, incentivos fiscais e creditícios, podendo, assim, ser vista, em sua essência, como uma política compensatória *ex post*.

A Tradição da Geografia Humana Radical

Embora não exatamente baseada em relações do tipo centro-periferia, mas considerando a configuração regional e urbana como resultante de processos desequilibrantes inerentes à expansão da acumulação capitalista, uma linha de análise funda-se dentro do chamado *paradigma radical* da geografia humana. Fundamentada em argumentos estruturalistas – que questionam a separação entre produção e distribuição assumida pelas teorias locacionais, e enfatizam aspectos históricos relacionados à constituição das cidades e dos conflitos entre os agentes sociais e econômicos que disputam o acesso à terra urbana –, essa escola privilegia o processo de urbanização, ressaltando as origens, a natureza e a organização espacial das atividades econômicas e da sociedade de um dado país ou região.

Nesse sentido, os estudos urbanos de inspiração estruturalista objetivavam proporcionar uma compreensão da localização, no espaço e no tempo, da economia e da população, as formas como estas determinam e são determinadas, distribuem e apropriam-se da produção, circulação e consumo, necessários à realização da acumulação de capital numa economia de mercado.

O foco desses estudos reside, portanto, na dinâmica do capitalismo e na estruturação de relações econômicas e sociais, no tempo e no espaço. Ademais, como registra Medici (1988), na concepção desse enfoque não é suficiente verificar como tais relações determinam-se no interior das cidades. É necessário também verificar como ocorrem as relações de produção e troca entre as cidades[3].

[3] Nesse sentido, os trabalhos de Castells (1972), Harvey (1973) e Lojkine (1977) são contribuições fundamentais.

Menos interessados, portanto, na configuração de redes urbanas e mais nas causas dos desequilíbrios apresentados entre regiões e centros urbanos, mesmo nos países mais avançados, Castells, Harvey e Lojkine muito contribuíram para as pesquisas urbanas em dois aspectos simultaneamente: por reconhecerem o severo limite analítico imposto por modelos baseados no equilíbrio geral (*general equilibrium*) que caracteriza as interpretações neoclássicas; e por perceberem que o desequilíbrio inerente à expansão capitalista traz consigo permanente movimento gerador de regiões dinâmicas, em contraposição às regiões estagnadas, encontradas não apenas em países menos desenvolvidos.

Esses estudiosos verificaram que espaços estagnados são produzidos nos países de tecnologia avançada, e não apenas naqueles menos desenvolvidos, o que põe em xeque, portanto, os pressupostos neoclássicos sobre estágios de desenvolvimento, assim como aqueles sobre equilíbrio, os quais fundamentam a estrutura urbana *thunniana*, baseada no acesso ao mercado. A concepção de desequilíbrio, bastante desenvolvida por Hirschman (1962) em seu clássico trabalho sobre desenvolvimento econômico, introduz a percepção histórica e dinâmica do processo de acumulação e de produção do espaço em sociedades capitalistas, na qual a forma como se articulam os diferentes fatores de produção para a geração de valor constitui a *pista* para explicar os diferentes estágios de desenvolvimento entre cidades, regiões e nações, assim como as relações estabelecidas entre elas.

A configuração das redes urbanas é conseqüência de um dado processo de acumulação, mas passa a ser igualmente determinante ao estabelecer requisitos a esse processo, em novos estágios de expansão caracterizados especialmente pela intensidade de capital e tecnologia adotados, e pela forma como se dá a relação entre capital e trabalho. Esta explicaria os diferenciais de renda e produtividade, bem como as diversas relações entre cidade e região (o desequilíbrio, portanto) que caracterizam a produção do espaço em economias de mercado.

A relação fundamental passa a ser, nessa concepção, a relação entre capital e trabalho, baseada na inovação tecnológica e na capacidade de gerar os excedentes necessários à intensificação da divisão de trabalho e à expansão dos mercados. Como argumenta Harvey (1973), as condições para o surgimento das cidades são dadas na passagem de modos de organização social igualitários para outros redistributivos. Isso porque, como registra Medici (1988), para Harvey a redistribuição envolve um fluxo de bens (ou, em alguns casos, o estabelecimento de direitos sobre a produção) para sustentar as atividades de uma elite. Tal redistribuição promove a concentração de excedentes capazes de propiciar o desenvolvimento de centros urbanos.

A organização social de modo estratificado, baseada numa integração por meio do mercado de troca, constituiria, pois, as condições amplas para o desenvolvimento urbano, aprofundando o grau de mercantilização característico da urbanização capitalista e o desequilíbrio a ele inerente – desenvolvimento e não-desenvolvimento seriam, desse ponto de vista, duas faces da mesma moeda. Daí o conceito de cidade defendido por Harvey: formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido. Sendo, então, formas concentradoras de valores, são igualmente responsáveis pela drenagem de valores de outras áreas, portanto, *desestruturadoras* no conceito defendido por Hirschman (1962). Ademais, dados os diversos processos históricos que originam as relações sociais, as cidades apresentam distintos perfis de desenvolvimento, estrutura, atividade e ocupação. Assim, o entendimento da dinâmica urbana estaria, necessariamente, associado à compreensão da dinâmica do processo de acumulação. Como propõe Massey (1977), o desenvolvimento espacial pode apenas ser percebido como parte do desenvolvimento geral do capitalismo.

A contribuição dessa corrente veio ampliar o entendimento do processo de formação dos centros urbanos e dos conjuntos que estes constituem, ao articularem as relações de produção, troca e de comunicação, propiciando, com isso, uma aproximação bastante detalhada da divisão de trabalho e das formas de organização da economia e da sociedade. Trata-se, portanto, de valioso instrumento para o planejamento, que objetiva tanto o incremento da acumulação, quanto a redução das disparidades resultantes dessa acumulação[4].

Em síntese, foi a partir da compreensão do espaço não só como o local onde acontecem as ações (função de receptáculo), mas, ao mesmo tempo, como o local geográfico da ação e da possibilidade de engajar-se na ação (Lefebvre, 1974), ou como o produto material de uma dada formação social (Castells, 1972), que se passou a compreender a rede urbana como a forma espacial privilegiada

[4] É bastante conhecido o debate a respeito da alegada inconsistência ou antagonismo entre objetivos de eficiência e objetivos de eqüidade. Tal antagonismo é considerado por essa corrente como uma ocorrência intrínseca ao processo de acumulação capitalista, o que inspirou o famoso questionamento de Harvey (1973): "que tipo de geografia para que tipo de política pública?". A escola radical introduz o elemento político à pesquisa geográfica, até então determinada pela visão convencional de que a ciência é neutra e apolítica (Johnston, 1996), além do reconhecimento da importância do Estado na distribuição mais eqüitativa dos benefícios do desenvolvimento econômico. A esse respeito, ver Johnston (1996).

por meio da qual, no capitalismo, ocorrem a criação, a apropriação e a circulação do excedente (Corrêa, 1988)[5]; ou como o

> conjunto funcionalmente articulado de centros hierarquizados e suas diferentes manifestações em termos de forças de suas unidades, constituindo-se uma estrutura territorial onde se dá a criação, apropriação e circulação do valor excedente. (Corrêa, 1988, p. 119)

Apesar de partirem de pressupostos bastante antagônicos, as duas escolas fornecem elementos de análise muito poderosos para os estudos de rede urbana. A reunião dessas teorias foi um dos desafios abraçados na pesquisa.

Nela, partiu-se da concepção de que o sistema brasileiro de cidades deveria ser assinalado pelas características funcionais de seus centros urbanos, agrupados em diferentes níveis de especialização, porém contrapondo-se os resultados obtidos de análises estatísticas quantitativas com os de análises históricas sobre a expansão da acumulação de capital em anos recentes. Assim, cabe ainda uma última referência aos conceitos de sistema de cidades e de lugares centrais, uma vez que constituem parte importante do esforço de análise da organização do espaço econômico brasileiro e, portanto, de classificação da rede urbana do país.

Os Sistemas de Cidades

A cidade compõe, como já mencionado, um sistema que integra outro sistema, ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico de uma região. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependências tanto entre elas, quanto entre elas e as regiões que polarizam dentro de determinado território. A expressão rede urbana é mais usada para evocar os fluxos de toda natureza existentes entre os pontos desse território. De acordo com Pumain (1992, p. 623), cada vez mais os geógrafos usam o termo *armature urbaine*, pois permite traduzir a mesma função de organização territorial por meio de fluxos de bens, de pessoas e de informações. Hoje, o conceito de sistema de cidades é também muito usado, por dar um sentido dinâmico às redes urbanas, que se transformam devido às mutações profundas do sistema produtivo em todas as escalas geográficas.

Característica marcante da estrutura dos sistemas de cidades é a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia sobretudo em razão do tamanho, da qualidade funcional e da extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações. Assim, os estudos sobre essa forma de organização territorial tornaram-se importante destaque no âmbito da geografia, suscitando um desenvolvimento teórico que foi realmente impulsionado pela formalização, nos anos 30, da teoria dos lugares centrais (Corrêa, 1989). Esse conceito, muito debatido, foi completado para a elaboração de uma teoria sobre a evolução das redes urbanas no espaço e no tempo.

A Teoria dos Lugares Centrais

A teoria dos lugares centrais busca explicar a hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização das cidades num espaço dado. Esse problema foi abordado por vários pensadores do século XIX (Reynaud, Kohl, Reclus e outros), mas só foi formalizado mais recentemente por Christaller (1966) e Lösch (1954). Esses estudiosos notaram que existem aglomerações urbanas de todos os tamanhos, dotadas de funções centrais que consistem na produção e na distribuição de bens e serviços a um *hinterland* em relação ao qual o centro urbano ocupa posição central. Segundo essa teoria, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierarquizado de cidades.

Apoiado na concepção de equilíbrio geral, Christaller (1966) postulava que:

- o espaço geográfico apresenta características físicas e humanas que lhe conferem uma homogeneidade (do quadro físico, da distribuição da população, concorrência perfeita entre os produtores etc.);
- os preços são fixos para todos os agentes sociais que convergem em direção a um centro elementar;
- para o consumidor, que sempre apresenta um comportamento racional, o transporte de um produto tem um custo que aumenta proporcionalmente com a distância, o que tende a levá-lo a freqüentar os pontos de venda mais próximos; daí, o conceito de limiar de um bem ou serviço;
- o patamar de consolidação de um produto corresponde ao volume mínimo de clientela potencial, que assegura renda suficiente ao produtor;
- as economias de escala na produção de bens propiciam a algumas cidades condição para concentrar a

[5] Corrêa está referindo-se ao texto de Harvey (1973).

produção a fim de revender em territórios mais ou menos estendidos[6].

Assim, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços fornece bens e serviços a uma região mais ou menos distante do centro fornecedor, o que representa a polarização espacial da aglomeração urbana. Desse modo, constitui-se uma hierarquia de cidades, cuja polarização territorial é bastante diferenciada. No nível mais baixo, estariam cidades produtoras, basicamente, de bens e serviços mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana. No outro extremo, encontrar-se-iam os centros urbanos maiores, que produzem produtos e serviços mais especializados para uma área territorial mais extensa. O número de cidades decresce, portanto, à medida que se sobe nessa hierarquia, enquanto a variedade e a sofisticação da oferta aumentam. A metrópole seria a aglomeração que oferece a gama mais completa de produtos e de serviços não só para seus habitantes, mas também para uma região de influência mais ou menos abrangente (Corrêa, 1989, p. 23).

A teoria dos lugares centrais foi amplamente aplicada, desde sua utilização original nos anos 20 e 30, no sul da Alemanha, pelo próprio Christaller. Desde então, variados estudos comprovaram a importância desses princípios para explicar a configuração geral das redes em várias regiões do mundo. Entretanto, apesar de sua validade na verificação da configuração das redes urbanas, os postulados da teoria não escapam a múltiplas críticas. A primeira delas é relativa à disposição espacial das cidades num território dado, que nunca obedece a uma distribuição rigorosamente geométrica. Da mesma maneira, a distribuição populacional está longe de ser homogênea. A região de influência (em termos de extensão geográfica) de um centro urbano é bem menor numa região densamente povoada do que numa área pouco povoada (exemplo disso são as grandes extensões geográficas das regiões de influência de centros urbanos no oeste nordestino, por exemplo). Além dessas deformações dos modelos espaciais, o entendimento do comportamento do consumidor, dado como perfeitamente racional, é altamente sujeito à crítica. Pesquisas mostram que, numa sociedade urbana caracterizada pela crescente mobilidade urbana e interurbana (multiplicação dos deslocamentos com objetos múltiplos, oferta crescente de meios de transporte eficientes etc.), o comportamento do consumidor é cada vez mais imprevisível. Ademais, a teoria dos lugares centrais não leva também em consideração uma série de serviços especializados, tais como serviços às empresas, turismo, defesa, transportes etc., muitas vezes considerados como *motor* do desenvolvimento regional (Pumain, 1992, p. 631-632).

Além disso, a ênfase dada nos custos de transporte, baseada nos pressupostos sobre o papel da acessibilidade na estruturação do espaço de Thünnen (1966), Weber (1899) e Launhants (1885), que estudaram a localização ótima considerando-se o custo mínimo, faz com que Christaller (1966) e Lösch (1954) tenham em comum a defesa da teoria de equilíbrio geral, a pressuposição da concorrência perfeita, a desconsideração da relação entre espaço e tempo nos processos econômicos e sociais, e a montagem de suas teorias fundamentada em objetivos de maximização do lucro e minimização dos custos de transação, pressupostos esses pouco eficientes para traduzir a dinâmica da expansão de capital. Enfim, ao não reconhecer a existência das variáveis tempo e espaço, o modelo aplica-se *ex post*, isto é, não apresenta nenhum fator que explique o maior desenvolvimento de alguns centros em relação aos demais. Por essa razão, buscou-se complementar a metodologia aplicada ao presente estudo com uma análise histórica dos impactos espaciais da evolução recente da dinâmica da economia brasileira, ou seja, do processo de produção do espaço, tanto no tocante ao conjunto da economia nacional, como no que tange às especificidades regionais.

A Especialização das Cidades

A especialização das cidades pode ser captada também mediante a leitura de suas funções urbanas numa determinada divisão territorial de trabalho. A diferenciação das cidades por classificação funcional é entendida, assim, como uma abordagem complementar à teoria do lugares centrais. A teoria de Christaller (1966), como já visto, baseia-se em funções decorrentes dos serviços destinados à população residente na área de influência de determinado centro urbano. Portanto, essas atividades representam apenas uma parte dos empregos e das atividades urbanas. No mundo contemporâneo, muitas empresas não trabalham para um mercado local. Elas produzem bens ou serviços destinados a áreas bem mais abrangentes que o clássico *hinterland*: finanças, transportes, turismo etc., como demonstram, por exemplo, os casos de Seattle e Toulouse, ou mesmo São José dos Campos, no Brasil, pólos aeronáuticos que não são necessariamente grandes aglomerações urbanas. Da mesma maneira, a projeção regional ou internacional de

[6] Para Béguin (1992, p. 501), a conclusão fundamental dos postulados da teoria dos lugares centrais é a de que a existência das cidades é justificada pela existência de economias de escala.

centros turísticos como Cancun, Florença ou Parati não está relacionada ao tamanho dessas aglomerações. Isso significa que a diferenciação funcional das cidades, e não apenas sua dimensão populacional, é elemento essencial na organização espacial de um território.

Alguns autores classificaram os centros urbanos usando a terminologia clássica por categorias de atividades econômicas. Eles propuseram, assim, distinguir cidades industriais de cidades terciárias, classificando-as em centros industriais, mineiros, siderúrgicos, centros turísticos etc. Se tal classificação apresenta a vantagem de seguir o recorte geralmente usado nos censos demográficos, os geógrafos e os economistas usaram-na sempre com muita reticência. De fato, uma atividade (os transportes, por exemplo) pode aparecer no setor terciário em alguns países e no secundário em outros, dependendo da classificação de atividades econômicas adotada. Além disso, nessa classificação, não se consideram as divisões internas dos setores, nem o fato de que muitos centros urbanos, especialmente os de maior porte, não podem ser considerados especializados em uma determinada função, desempenhando, ao contrário, papel multifuncional na divisão territorial de trabalho de uma dada formação socioeconômica. Essa parece ser a realidade da grande maioria dos centros urbanos brasileiros pesquisados.

Pode-se, também, destacar o caráter pouco dinâmico das classificações funcionais tradicionais, dado que a especialização funcional de uma região pode ser profundamente transformada em alguns anos. Assim, durante uma crise econômica, uma região pode sofrer uma reconversão econômica ao ponto de desenvolver atividades que rompem radicalmente com as do passado. É o caso dos espaços de industrialização mais antiga nas montanhas européias, por exemplo, que sofreram profunda crise depois do fechamento das indústrias têxteis e metalúrgicas, mas apresentaram capacidade de reconversão bem-sucedida em atividades turísticas e de lazer (Alpes franceses, em particular). De outro lado, a evolução da microeletrônica e das tecnologias de informação propiciou a emergência, a partir dos anos 70, de novas atividades e formas de organização da produção, e com elas a produção de novas regiões de grande dinamismo. O outro lado da mesma moeda é traduzido pela decadência de cidades cuja economia estava assentada em atividades que foram tornadas redundantes, como é o caso, por exemplo, das antigas áreas da indústria metalúrgica e de mineração de carvão no Reino Unido.

Se, como defende Pumain (1992, p. 634), é a valorização desigual de algumas inovações que cria especializações, então a especialização de determinada cidade exige a aptidão dos atores urbanos em valorizar constantemente suas vantagens comparativas naturais (cidade portuária, amenidades naturais excepcionais, existência de jazida mineral etc.), ou produzidas (mão-de-obra qualificada, qualidade das infra-estruturas etc.). Manter a posição dentro da hierarquia urbana requer, portanto, capacidade de inovação. Assim, as funções econômicas, que decorrem cada vez mais da capacidade de inovar, permitem apontar classificações elaboradas com base no nível de desenvolvimento econômico e nas estruturas mais ou menos complexas dos centros urbanos.

As Relações entre Cidade e Região

A rede urbana pode ser também abordada do prisma das relações entre cidade e região, como proposto pelas análises neoclássicas, conforme apresentado anteriormente. Esse tema impulsionou uma produção científica importante nos anos 60, em particular na França, onde a chamada Escola da Geografia Ativa, de inspiração crítica ao modelo neoclássico, desenvolvia seus estudos num contexto de busca de reorganização geral do território francês em torno de novos pólos metropolitanos. Essa abordagem pode ser considerada como o prolongamento e a transformação dinâmica da temática tradicional das relações entre cidade e campo numa época marcada por mutações profundas do sistema produtivo e pela transformação da sociedade rural numa sociedade urbana.

Os geógrafos passaram, então, a analisar as relações existentes entre uma grande cidade, os centros urbanos de menor porte e as zonas rurais, para demonstrar que, tanto no tempo como no espaço, as relações entre cidade e região são, histórica e geograficamente, muito diferenciadas. Apesar dessa diversidade, George (1964) tentou definir a organização territorial com base nas relações entre as aglomerações urbanas e suas áreas de influências. Corrêa (1989, p. 40-46) apresenta excelente síntese da abordagem utilizada por George, como segue:

- a atração exercida sobre a população regional pelo centro urbano dominante traduz-se pela existência de dois tipos de fluxos humanos: a migração campo-cidade, que tem origens (sobre produtividade agrícola, catástrofes naturais, guerras etc.), modalidades (primeira migração para um pequeno centro urbano ou direta para uma grande aglomeração) e conseqüências (em razão do nível de desenvolvimento econômico etc.) múltiplas; as migrações pendulares ou alternantes, que levam, diariamente, *commuters* das periferias expandidas das grandes metrópoles para os centros de emprego nos núcleos metropolitanos. Essas migrações mudaram muito nos últimos anos, em virtude das novas formas de urbanização já des-

critas, da reorganização dos circuitos tradicionais de distribuição comercial, da generalização do uso do carro individual nas classes médias etc., e no caso brasileiro, em conseqüência da multiplicação das aglomerações não-metropolitanas, as quais também apresentam tais movimentos;

- a comercialização pela cidade de produtos rurais deve ser também levada em consideração, mediante a análise de todas as transações comerciais, sobretudo no que se refere à natureza dos bens envolvidos (produtos agrícolas, minerais, artesanais etc.) e aos agentes participantes do processo de comercialização (empresas de transporte, cooperativas, atacadistas; supermercados, varejistas etc.);
- a drenagem da renda fundiária pela cidade – pela sua importância socioeconômica e política para a vida regional – também deve ser considerada nos estudos sobre redes urbanas, em particular as análises baseadas na teoria dos lugares centrais. É importante ressaltar a existência de grupos de proprietários fundiários que drenam nas cidades os benefícios de atividades rurais, assim como a capacidade da renda fundiária de dinamizar, por meio de investimentos, o desenvolvimento econômico de toda uma região;
- a expansão do fenômeno metropolitano – e suas deseconomias de aglomeração – propicia a distribuição de empregos mediante investimentos públicos e privados, em áreas periurbanas, cidades médias e, mesmo, em áreas rurais. Esses investimentos são de natureza múltipla: deslocamentos de grandes fábricas para regiões rurais; desenvolvimento de pólos tecnológicos ou turísticos; grandes equipamentos públicos (aeroportos internacionais, estádios etc.); revalorização de um patrimônio histórico etc. Todas essas intervenções geram novas atividades, empregos e contribuem, assim, para a reorganização do território. O grande centro urbano, *pari passu* seu próprio crescimento, tem, pois, poder de difusão do desenvolvimento regional;
- a intensidade da circulação e a distribuição dos produtos e dos serviços determinam, em parte, o nível de integração regional. As cidades tornam-se núcleos de distribuição de bens e produtos, que devem ser analisados por estudos sobre os fluxos e agentes envolvidos, a organização logística, as redes de comercialização etc.

Nesse sentido, a abordagem cidade-região parece ser complementar à teoria dos lugares centrais. Mas, apesar da inclusão de parâmetros mais dinâmicos, que ajustam essa teoria às constantes mutações espaciais regionais, ela ainda apresenta lacunas que não lhe permitem, isoladamente, definir as dimensões de um verdadeiro modelo de rede urbana.

Dinâmicas Recentes dos Sistemas de Cidades

Como a pesquisa objetivava não só caracterizar a rede urbana brasileira, mas também verificar suas tendências, fez-se necessário um esforço de entendimento dos processos geradores de dinâmicas econômicas recentes, capazes de alterar a distribuição da população e do emprego no território, e, portanto, da configuração da rede urbana estudada. Desse modo, um breve panorama desses processos recentes havia de ser efetuado. É o que se faz a seguir.

Até a revolução industrial, o emprego em atividades especializadas[7] destacava basicamente o comércio atacadista, as funções de abastecimento (em particular, o abastecimento alimentar) e a administração da região. A industrialização permitiu alargar o horizonte econômico das cidades, graças às economias de escala, que permitiram abastecer mercados cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo, cresceu o emprego nos diversos ramos do setor terciário, em especial nos serviços às empresas.

Com o surgimento da indústria, a rede urbana dos diferentes países foi profundamente alterada, assim como a organização de seus territórios (crescimento de centros urbanos existentes, multiplicação do número das cidades etc.). A evolução da sociedade industrial rumo a uma organização intitulada *fordista*, no pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), fundada na hegemonia da grande empresa industrial, produzindo em massa para consumo em massa, estabeleceu estratégias socioeconômicas que lhe permitiram (à grande empresa) um papel relevante na organização do território tanto nos países desenvolvidos, quanto nos demais, constituindo-se o que se convencionou chamar de *nova divisão internacional de trabalho* (Lipietz, 1987). Essa fase de desenvolvimento impulsionou a emergência das metrópoles, que, a partir de então, reforçam seu poder de decisão e sua participação nas economias nacionais e nos circuitos econômicos internacionalizados. Mas, a partir dos anos 70, mutações conjunturais e estruturais na economia mundial levam a novas transformações no padrão da urbanização.

Desde então, os países industrializados vêm passando, simultaneamente, por profunda reestruturação de suas bases produtivas e sociais, e por radical transformação da natureza, dos atores e dos lugares do crescimento econômico, a qual tem repercutido, por sua vez, em seus

[7] Esse termo é usado para diferenciar emprego em atividades mais comuns ou simples daquele em atividades complexas e intelectualmente mais exigentes.

vizinhos menos desenvolvidos. A abertura dos mercados domésticos e a flexibilização da regulação ao movimento de capitais internacionais causaram, nos países menos desenvolvidos, grande impacto na organização territorial da produção, dadas as transformações decorrentes da crise do padrão fordista nos países centrais.

As indústrias que foram os motores desse padrão (indústrias automobilística e metalúrgica, em particular) passam por grandes reestruturações para manter, ou recuperar, seu nível de rentabilidade (a partir do esgotamento progressivo dos mercados nos países centrais, assim como das fontes dos ganhos de produtividade), enquanto desenvolvem-se indústrias de alta tecnologia, associadas à emergência de um novo paradigma produtivo baseado na flexibilização da produção e das relações de trabalho. Inovações atingem também o setor terciário, que, a exemplo dos demais setores da economia, sofrem mutações relacionadas ao uso generalizado da informática e do grande desenvolvimento das tecnologias de comunicação.

Essas transformações não poderiam deixar de causar mudanças significativas não só no padrão de acumulação, como também na organização da produção no espaço, influenciando a organização da hierarquia urbana. Alguns grandes centros industriais tradicionais entram em declínio, como já mencionado, levando consigo sua região de influência, apesar de algumas reconversões bem-sucedidas, igualmente já citadas. Paralelamente, ao se reduzirem as restrições à localização de atividades, novas locações são consideradas vantajosas, induzindo certa desconcentração do investimento e do emprego. Passa a ocorrer, assim, um movimento contraditório: há uma tendência à reconcentração espacial, particularmente ligada aos imperativos da acumulação financeira internacional, à organização de alguns setores industriais e à qualidade dos mercados do trabalho, como demonstra a participação da metrópole de São Paulo no conjunto das atividades econômicas do estado e do país, ou seja, verifica-se que a aglomeração espacial ainda apresenta vantagens, ao reduzir custos de transações e ao aumentar externalidades positivas. Nesse sentido, no tocante à atividade produtiva, verifica-se que a grande metrópole ainda exerce fator de atração de novos e modernos investimentos, como demonstram os pólos de alta tecnologia em torno de Los Angeles (Manzagol, 1992) e mesmo a participação de São Paulo no conjunto de atividades de maior intensidade de tecnologia do país. Ao mesmo tempo, verifica-se, também, o desenvolvimento rápido de centros urbanos intermediários, cujo crescimento está cada vez mais relacionado aos circuitos do capitalismo mundial, como, por exemplo, as cidades da chamada *Terceira Itália*, assim como as novas áreas de atração industrial no estado do Paraná, além de diversos centros médios brasileiros, cujo crescimento está acima da média nacional.

Nesse caso, o responsável pela difusão do crescimento não é mais a empresa, mas o tecido produtivo e gerencial. Enfim, novas estratégias de gerenciamento da produção (como a terceirização, o *just-in-time*, dentre outros novos conceitos), ao lado da aplicação de novas tecnologias de produção e comunicação, permitiram o crescimento de cidades localizadas num raio de 50 a 150 quilômetros dos grandes centros metropolitanos, como Campinas, no entorno de São Paulo, ou Toyota, no Japão (Manzagol, 1992).

A Emergência de uma Nova Hierarquia Urbana

Parte das críticas feitas às abordagens tradicionais nos estudos de rede urbana decorre da defasagem histórica das teorias num contexto caracterizado por mutações significativas nos processos de produção ocorridas nos últimos 30 anos. A redução dos custos de transportes, que se tornaram hoje pouco significativos para alguns ramos industriais produtores de bens de alto valor agregado ou tecnológico, as facilidades crescentes na área das telecomunicações, as condições cada vez melhores para mobilidade das pessoas, a generalização de serviços, equipamentos e comércio, antes reservados às grandes cidades, e a explosão dos serviços de alto nível prestados às empresas são alguns dos fatores que contribuíram para as mudanças processadas na organização das redes urbanas (Mérenne e Schoumaker, 1996).

A hierarquia urbana inscreve-se, cada vez mais, num contexto econômico internacional que transforma a natureza das relações entre as cidades e seus *hinterlands*, entre as cidades de mesmo nível e entre os centros urbanos de diferentes categorias. A estrutura da rede urbana aparece menos piramidal devido à importância das relações de complementaridade e às sinergias que se desenvolvem entre aglomerações urbanas de mesmo nível. Essas sinergias podem até tornar-se, em alguns casos, mais significativas que as relações tradicionais entre os centros das aglomerações urbanas e suas periferias[8].

[8] Para Camagni (1992, p. 42), o número de níveis de cidades diminui: de sete a nove níveis propostos pelas abordagens tradicionais, cai para três nos estudos que consideram as mutações atuais nos padrões de urbanização. Para esse autor, há a rede das metrópoles internacionais, a rede das aglomerações nacionais especializadas e a rede das cidades regionais especializadas. Vale aqui registrar, no entanto, que não se pode afirmar que as interações que constituem redes de cidades de diferentes níveis foram substituídas por redes horizontais formadas por cidades de mesmo nível.

O fato mais relevante que se pode notar é certamente a intensificação das relações entre centros urbanos de mesmo nível, que, em alguns setores econômicos, monopolizam a quase totalidade dos fluxos. Se as relações verticais centro–periferia persistem em todos os níveis urbanos e no mundo em desenvolvimento em geral, as relações horizontais não param de crescer nas regiões integradas aos fluxos financeiros e de produção globalizados. O progresso dos transportes e das comunicações, assim como a redução de instrumentos reguladores do fluxo de capitais e a prática da oferta de benefícios fiscais e financeiros aos grandes empreendimentos permitiram às cidades intermediárias implementar novas estratégias de desenvolvimento, fora do esquema clássico centro–periferia.

No caso da União Européia, são os fluxos de bens, informações e pessoas entre centros metropolitanos médios, como Barcelona, Munique ou Toulouse, que crescem mais regularmente, desde os anos 80. Toulouse, por exemplo, então uma região pouco dinâmica, passa por um processo de desenvolvimento acelerado. Veltz (1997, p. 61) releva que são os fluxos entre as capitais os que mais rapidamente crescem na Europa. No caso brasileiro, por não se dispor de dados de fluxo, tal afirmação é de difícil aplicação, mas pode-se considerar plausível que as capitais estaduais tenham fortalecido suas interações, especialmente em associação à centralização de capitais ocorrida nos diferentes setores de atividade econômica, desde a implantação do Plano Real.

O conteúdo dessas relações horizontais variam, geralmente, em razão dos níveis urbanos considerados, das funções que os centros urbanos exercem na rede de cidades, do nível de renda que apresentam, bem como da inserção que propiciam no mercado doméstico ou no mercado internacional. Camagni (1992, p. 42) afirma que para as metrópoles de segundo e terceiro níveis prevalecem relações de complementaridade e de mercado (cidades da Terceira Itália, por exemplo), já na rede das metrópoles internacionais predominam os fluxos de informação, em particular os fluxos de informação financeira. Assim, se vários segmentos das classes médias e alta da população nacional e parte considerável das firmas localizadas em centros como São Paulo, Buenos Aires ou Bangcoc articulam-se entre si e com os pólos de comando da economia mundial, em contrapartida, particularmente no caso de países em desenvolvimento, verifica-se que vários segmentos das classes de menor poder aquisitivo da população e parte considerável das firmas desses mesmos centros ou de cidades médias apresentam-se mais articuladas com seus *hinterlands* imediatos, ou com outros centros dinâmicos das economias nacionais.

Entre os diferentes níveis urbanos, as relações tradicionais de hierarquia dos mercados do centro para a periferia permanecem; e também se pode notar a multiplicação dos fluxos de bens e serviços de alto nível das redes urbanas inferiores em direção às redes urbanas superiores. Esse processo é uma das conseqüências dos novos padrões de localização das atividades produtivas em geral e, em particular, das atividades terciárias. Mesmo se a proximidade física representa fator essencial na localização dos serviços, como ressalta Castells (1972), as mutações que ocorrem nas áreas de transportes e comunicações permitem a relocalização dos serviços em áreas mais ou menos distantes dos grandes centros urbanos. Essa tendência é setorialmente determinada, tendo-se maior importância no caso dos setores chamados *back offices*, que produzem serviços transmitidos aos usuários por telecomunicações e, assim, podem dispensar interações pessoais freqüentes, mesmo que inseridos no conjunto de articulações interindustriais de determinada cadeia produtiva. Portanto, são serviços que exigem mão-de-obra qualificada, mas que podem estabelecer-se em localidades de terrenos e salários mais baratos, na periferia dos grandes centros urbanos (ou mesmo em pequenas cidades de zonas rurais, no caso de países mais desenvolvidos e de menor dimensão territorial, como se pode observar no Sudeste da Inglaterra, na região parisiense e outras). Paralelamente, os serviços de alto nível prestados às empresas tendem a ficar relativamente concentrados nas grandes metrópoles, em virtude de suas restrições na localização, que supõe intensidade de interações interpessoais, redes de transportes e comunicações eficientes (sistemas de comunicação por satélites e por fibras óticas, modos mais velozes e regulares de transporte, redução de taxas de frete, implantação da *conteinerização* etc.), e um ambiente favorável à inovação, ao conhecimento especializado e às atividades culturais e de lazer mais sofisticadas.

Deve-se, por fim, salientar que os fluxos verticais entre centros urbanos de diferentes níveis são também alimentados pela intervenção do Estado, por meio do emprego público, dos investimentos em infra-estruturas diversas, dos circuitos de previdência social etc. Essas ações, de importância fundamental para o entendimento da territorialidade da economia e da rede urbana brasileira, objetivam compensar a desconexão crescente entre os pólos metropolitanos, ou as *ilhas de dinamismo*, assim chamadas na pesquisa, e as regiões menos dinâmicas, podendo ou não conter intenções de redução de disparidades de renda e produtividade decorrentes de tal desconexão. Uma vez que desde o desencadeamento da crise do regime fordista tem sido observado crescimento das desigualdades regionais, tanto entre os países mais desenvolvidos e os em desenvolvimento, quanto entre diferentes regiões infranacionais, mesmo nos primeiros, preocupações de que tais disparidades podem aumentar e atingir metrópoles mundiais, economicamente mais dinâmicas, têm estimulado investigações de questões dessa natureza, sobretudo

no tocante aos estudos e à gestão de redes urbanas.

Se em países menos desenvolvidos não é dada necessária atenção aos efeitos das disparidades infranacionais, nos países europeus, em contrapartida, verifica-se grande preocupação, que se reflete na formação de crescentes fluxos de solidariedade interterritorial, na instituição de fundos públicos para reduzir os desequilíbrios regionais e na destinação de significativo volume de recursos à gestão do território. Esses instrumentos, que fornecem condições para reduzir a heterogeneidade territorial, não estão livres de resistência, mesmo entre os países europeus. Parte da população das regiões mais avançadas (como Milão, na Itália, por exemplo) não aceita ter de arcar com os custos do desenvolvimento das zonas mais pobres de seus países, tendência também observada no Brasil em estados do centro-sul. Essa questão é, no entanto, de vital importância para o desenvolvimento nacional e para o fortalecimento da Federação brasileira, devendo suscitar debates amplos, uma vez que revela não apenas a ausência de solidariedade entre as regiões (base de uma Nação ou de uma Federação), mas também a dissociação crescente entre o espaço produzido pelas grandes firmas (geralmente, os pólos de crescimento metropolitanos e as mencionadas *ilhas de prosperidade*) e a reduzida regulação de estratégias corporativas que caracteriza cada vez mais o processo de *mundialização*.

Esse processo de mundialização não implica, entretanto, que deixe de existir uma estrutura hierarquizada de relações e articulações entre os diversos centros dentro do território nacional, mas que essas relações estão cada vez mais mediadas por novos determinantes, dentre os quais o fato de que o espaço passa, a cada dia, a ceder lugar ao tempo nas diversas articulações e conexões existentes. Como defende Harvey (1989), parafraseando Marx, estaria havendo uma nova rodada de aniquilação do espaço pelo tempo, que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista. O sistema globalizado contemporâneo de produção e, mais ainda, a mundialização dos fluxos financeiros – e com ela a determinação desses sobre as estruturas produtivas das nações, propiciada pelas reformas dos Estados nacionais – tornaram-se possíveis graças à implantação progressiva de tecnologias de comunicação e transporte sofisticadas, que viabilizam a movimentação financeira instantânea e em escala mundial, a operação simultânea, por grandes corporações, de plantas industriais em distintos locais e países, com custos financeiros, condições de venda e utilização de insumos vantajosos à ampliação das taxas de acumulação. Da mesma forma, esses avanços tecnológicos têm propiciado à indústria de produção de imagem a massificação da informação e a veiculação de idéias e costumes em escala planetária, por meio da comunicação de massa (em especial, pela televisão), associada à comunicação por satélites, viabilizando meios para ampliar os mercados e a acumulação.

Mas, alerta o autor, a redução de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Ao contrário, o aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem grande importância às vantagens locacionais relativas, precisamente porque a diminuição de barreiras espaciais permite às grandes corporações poder explorar minúsculas diferenciações espaciais. Assim, embora o controle do trabalho seja sempre central, há muitos outros aspectos da organização geográfica que assumiram nova proeminência. Isso significa que

> a diminuição de barreiras espaciais resulta na reafirmação e realinhamento hierárquicos no interior do que é hoje um sistema urbano global. A disponibilidade local de recursos materiais de qualidades especiais, ou mesmo a custos marginalmente inferiores, começa a assumir crescente importância. (...) As diferenças locais de capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais também contam, enquanto redes locais de influência e de poder e as estratégias de acumulação das elites dirigentes locais (em oposição às políticas do Estado-nação) também se tornam implicadas de maneira mais profunda no regime de acumulação flexível. (Harvey, 1989, p. 266)

Mas Harvey (1989) também lembra que se há maior sensibilidade às qualidades espacialmente diferenciadas que compõem a geografia do mundo, é igualmente possível que espaços específicos sejam alterados de modo a torná-los mais atraentes para o capital.

> Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio às crescentes abstrações do espaço. A produção ativa [em contraposição à simples exploração de vantagens naturais] de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. (Harvey, 1989, p. 266)

Desse modo, quanto menor a importância das barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras alternativas, em favor do processo de reprodução e ampliação do capital.

Um novo quadro conceitual, por conseguinte, está em gestação, em vista das mutações recentes ocorridas no processo produtivo em escala mundial, na expansão dos fluxos financeiros e na desregulamentação da relação entre capital e trabalho, o que tem repercussões objetivas no processo de urbanização. Nesse contexto, há na literatura a emergência de um novo conceito de redes, ou sistemas de cidades, que pretende traduzir as novas interações existentes entre as cidades e a importância crescente da noção de circulação entre os centros de dinamismo. Essa abordagem evidencia o progresso dos transportes e das telecomunicações numa época caracterizada pela importância das circulações dos bens, das pessoas e, cada vez mais, das informações. Ou seja, o poder de difusão da inovação representa fator essencial na dinâmica dos sistemas de cidades, o que introduz nova dimensão – especialmente a

dimensão *virtual* que a telemática propicia – ao estudo das relações entre os centros urbanos, antes desenvolvido com base apenas em fluxos e interações física e territorialmente mais definidas.

Esses novos fenômenos provocam, segundo Mérenne e Schoumaker (1996, p. 51), três mutações significativas:

- hierarquização dos centros urbanos de níveis intermediários, devido ao crescimento regular das relações horizontais entre eles, que tem como conseqüência maior a especialização crescente das cidades intermediárias;
- permanência e/ou reforço das polarizações nacionais tradicionais, uma vez que são as grandes capitais as cidades que mais se beneficiam do processo de mundialização da economia[9]; e
- emergência de metrópoles internacionais e de algumas cidades mundiais, que podem ser definidas como cidades que participam plenamente das redes econômicas, científicas e culturais supranacionais, graças à existência de serviços financeiros sofisticados, serviços de grande intensidade de conhecimento, grandes laboratórios de pesquisa, equipamentos culturais e de organização de congressos e feiras internacionais etc. Essa rede metropolitana incluiria, para muitos estudiosos, além das grandes cidades européias, japonesas e norte-americanas, os centros urbanos mais dinâmicos dos países em desenvolvimento, tais como: São Paulo, Cidade do México e Seul, dentre outras. Por outro lado, segundo Sassen (1994), a rede das cidades mundiais limita-se a Nova Iorque, Londres e Tóquio. Nessas três cidades, que têm o mundo por *hinterland*, registram-se, todos os dias, dois terços das transações financeiras mundiais.

Vale lembrar que essas mudanças provocam alterações na morfologia das redes de cidades. Se a organização tradicional em formato de teia de aranha é ainda uma realidade na maior parte do mundo em desenvolvimento, nos países industrializados as redes já apresentam um desenho em forma de estrelas. Esse modelo é a representação espacial dos maiores fluxos de bens, pessoas e de informações entre as grandes cidades que atravessam espaços intersticiais – de abrangência até internacional –, mostrando-se incapazes de captar aqueles fluxos impulsionadores do crescimento econômico, mesmo que parcialmente. Sugere-se, aqui, um *efeito túnel*, que produz zonas de exclusão no espaço entre os centros urbanos mais dinâmicos.

Assim, as referências metodológicas dos estudos de rede urbana não apenas são amplas, tendo inspirado numerosas contribuições à medida que cresce a importância da urbanização para o processo de acumulação, mas também têm passado por sucessivas revisões importantes, dadas as transformações recentes ocorridas no processo produtivo e nas bases tecnológicas, as quais propiciam as interações entre os centros urbanos em escala mundial.

Portanto, apesar do longo caminho percorrido pelos estudiosos da urbanização e da rede urbana, bem como das importantes diferenças que marcam as abordagens apresentadas, considera-se possível e necessária, para o entendimento da configuração e da dinâmica da rede urbana do Brasil, a reunião de instrumentos de interpretação de diferentes correntes teóricas.

Neste trabalho, adotou-se o seguinte procedimento: de um lado, realizou-se uma análise histórica com o objetivo de identificar os processos relevantes que têm marcado a economia e o perfil da rede urbana do Brasil, nos planos regional e nacional; de outro lado, fez-se uso de informações sobre as diferenças entre cidades segundo suas funções, dimensões, relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento, posição na hierarquia urbana e relações entre cidade e região (em contraposição à relação mais tradicional entre cidade e campo). Com esse procedimento, buscou-se detalhar os marcos mais gerais dos fluxos econômicos que articulam os diversos centros urbanos, sem perder de vista as determinações históricas, as características particulares existentes na formação socioeconômica estudada, bem como a perspectiva histórica que articula o espaço ao tempo e incorpora evidências de transformações recentes para o entendimento das relações entre os centros.

Nesse sentido, este trabalho pressupõe a existência de distintas estruturas produtivas regionais, muitas das quais especializadas ou articuladas a alguns poucos setores dinâmicos. Adota-se também, como pressuposto central, a forte heterogeneidade econômica e espacial existente entre as grandes regiões brasileiras. Esses pressupostos estão mais ligados às teorias que buscam explicar os desequilíbrios regionais, na linha de Myrdal (1968), do que às teorias de hierarquia funcional, de lugares centrais, ou de pólos de desenvolvimento[10]. Entretanto, pelo menos parte do arcabouço proposto pelas teorias locacionais ainda pode contribuir de forma substantiva para a caracterização da rede urbana brasileira. A classificação de cidades reflete a divisão territorial do trabalho expressa nos papéis (ou funções) que cada cidade cumpre no processo de acumulação, estando aí mantidos os pressupostos das teorias de localização, ao incorpo-

[9] Segundo os autores, 30 anos depois da tentativa de implementar pólos de equilíbrio territorial na França, o peso de Paris na economia francesa aumentou.

[10] Sobre esse debate, ver Pacheco (1996).

rar os métodos de verificação de função e centralidade na definição da classificação de cidades.

Além disso, apesar das transformações recentes por que tem passado a rede urbana brasileira, incluindo-se a possibilidade de interações horizontais ampliadas, articulando os grandes centros urbanos do país, bem como a existência de *cidades mundiais* em seu território, ainda existem no país amplos espaços em que é inegável a determinação de relações tradicionais de articulação e hierarquização dos diversos centros, notadamente em regiões ou áreas menos dinâmicas ou despreparadas para localizar novas atividades produtivas, onde a atividade econômica é comandada por setores tradicionais e a renda gerada é relativamente reduzida. Verifica-se, assim, que se mantém a correlação positiva entre renda e densidade da rede urbana, e que o processo de integração na economia mundial tende a intensificar não só a heterogeneidade mencionada, mas também o crescimento da renda dos espaços ou centros urbanos mais competitivos e a exclusão dos centros e espaços menos vantajosos. Com efeito, o Brasil deve continuar apresentando redes urbanas de configurações bastante diferenciadas, de região para região do país, diferenças essas que, não de hoje, vêm inspirando estudiosos preocupados com as relações entre o subdesenvolvimento e a configuração da rede urbana[11].

É incontestável também o fato de serviços e equipamentos de uso coletivo, principalmente aqueles mais sofisticados, não estarem homogeneamente distribuídos pelo território, tampouco foram universalizados nos diversos centros urbanos. Sua localização no território obedece a princípios de centralidade, cujo reconhecimento possibilitou o uso de trabalhos como o *Regiões de influência das cidades* (Regic), realizado pelo IBGE, o qual forneceu valiosas contribuições, baseadas na tradição neoclássica, para o entendimento da articulação entre os diversos centros urbanos brasileiros e a hierarquia de relações existentes, subsidiando a elaboração da classificação da rede urbana do Brasil, no âmbito deste estudo. Outros recursos também utilizados nessa tradição neoclássica foram a análise de agrupamento, as correlações multivariadas e a análise discriminante dos indicadores usados para a classificação dos centros urbanos.

Por fim, em que pese o fato de este trabalho ter sido ancorado em pressupostos distintos, não se aplicou nenhum modelo teórico rígido para o entendimento da realidade brasileira. Ao contrário, uma vez revisada a tradição teórica de estudos sobre a rede urbana, fez-se um trabalho empírico baseado na identificação da dinâmica da economia brasileira, no conjunto e por grandes regiões do país, mediante a construção de diversos grupos de indicadores, complementados com informações qualitativas sobre as distintas realidades urbanas e regionais brasileiras, para compor os argumentos e explicações dos processos espaciais encontrados.

Entende-se que aqui reside uma das principais contribuições deste estudo, dado o esforço despendido para reunir contribuições teóricas distintas e captar os efeitos das recentes transformações econômicas na configuração da rede urbana do Brasil, a fim de verificar suas tendências e de classificá-la.

A definição da classificação dos centros urbanos pressupõe, além da identificação das funções urbanas por eles desempenhadas e de suas áreas de influência – correlacionadas com o porte de cada centro urbano (e decorrentes de correlações multivariadas) –, a análise das recentes transformações da economia brasileira em processo de integração em uma economia mundial também transformada, assim como a análise dos impactos espaciais decorrentes de tais transformações.

[11] Corrêa (1988), baseando-se no conceito de *redes dendríticas* (que se caracterizam por sua origem colonial, originadas de uma cidade estratégica e localizada excentricamente ao conjunto que polariza – hinterlândia –, concentrando, nesse centro *primaz*, as principais funções econômicas e políticas de tal região), verificou a intensa correlação entre renda e densidade da rede urbana. Quanto menos desenvolvido o país ou região (portanto, de rendas médias inferiores), menos densas apresentam-se suas redes urbanas, sendo essas caracterizadas pela presença de uma cidade primaz, ausência de centros intermediários, presença de mercados periódicos (feiras semanais ou espaço de atuação de vendedores viajantes, onde não há renda suficiente para comércio regular, que têm a função de propiciar a integração entre espaços na fronteira econômica ao mercado mundial) e, também, de um número excessivo de pequenos centros indiferenciados entre si, atendendo a um estreito leque de demandas de sua população, os quais mantêm transações diretamente com o centro primaz ou com outros nas imediações deste, o que dificulta o aparecimento de centros intermediários. Apesar dos vazios que ainda apresenta, contudo, não se pode caracterizar a rede urbana brasileira como uma do tipo essencialmente dendrítico, como se verá mais adiante. A respeito, ver também Santos (1979).

IV – Síntese dos Estudos das Redes Urbanas Regionais*

* Os estudos das redes urbanas regionais constituem uma etapa parcial do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Portanto, a classificação da rede urbana das grandes regiões guarda diferença dos resultados finais do estudo apresentados anteriormente. Na finalização dos trabalhos, o processo de análise conjunta das demais redes urbanas das grandes regiões do país, bem como a consideração de outros indicadores e critérios resultaram em sua alteração.

Região Norte

1 Introdução

A configuração atual da rede de cidades da região Norte – e suas principais tendências de desenvolvimento, tendo por base suas relações com a dinâmica da economia regional – é o objeto deste tópico.

As últimas décadas constituem um período de profundas transformações no espaço regional, notadamente a intensificação do processo de urbanização, a partir de uma complexa combinação de fatores, entre os quais predominam os impactos das transformações experimentadas pela economia brasileira.

As mudanças na região Norte representam uma inflexão nas tendências regionais históricas. O aprofundamento da industrialização, centrada na região Sudeste, estabelece novas bases para as relações entre as economias regionais, o que é alcançado por meio de um intenso processo de mudança da base produtiva regional. As mudanças no campo econômico, resultantes de uma base produtiva com maior nível de diversificação e tecnicamente modernizada em relação à base extrativista anterior, fortalecem a produção interna de valores, à medida que se amplia e se aprofunda a divisão do trabalho. A geração de valores contribui para ampliar as bases do mercado regional, tanto em suas relações de trocas internas quanto nas suas interações com o mercado nacional. Esse movimento se efetiva, principalmente, entre as capitais dos estados da região Norte.

Dessa perspectiva, à medida que avança o processo de concentração dos gastos públicos, ampliando a oferta de equipamentos urbanos, avança, paralelamente, a concentração de elementos que concorrem para adensar o espaço social e econômico das capitais. Estas abrigam os setores hierarquicamente superiores dos serviços públicos; contam com a montagem de agências bancárias mais bem posicionadas na rede de cada banco e no sistema bancário como um todo; reúnem setores de operação comercial ao atacado e hospitais com maior diversidade de clínicas. Os centros de maior porte passam a contar com *campi* universitários.

O esforço desenvolvido neste estudo procura compreender o fato urbano na região Norte, tendo por referência as transformações experimentadas pelas capitais, bem como pelas redes de cidades do interior dos estados, polarizadas pelas capitais, as quais também mantêm articulações funcionais que não se restringem ao âmbito dos estados.

2 Caracterização da Rede Urbana Regional

2.1 Perfil da Rede Urbana Regional

O crescimento urbano da região Norte, nas três últimas décadas, foi significativo, com mudanças importantes na estrutura do povoamento regional. Enquanto a população total da região multiplicou-se por 2,7, no período 1970-96, a população urbana quadruplicou, passando de 1.754.589 habitantes em 1970 para 7.039.327 habitantes em 1996. O grau de urbanização da região, que era de 42,6% em 1970, atinge 50,2% em 1980 e chega a 62,4% em 1996.

Na fase de predominância da economia da borracha, o sistema de cidades da região Norte apresentava uma estrutura fortemente assimétrica, tendo Manaus e Belém como os dois principais pólos, de onde derivavam as determinações, conformando os fluxos principais entre as cidades da região Norte e entre esta região os mercados

nacional e externo. A estrutura econômica fazia convergir para seus pólos os fluxos mais significativos para a sua reprodução, o que era facilitado por uma estrutura de transportes assentada nas bacias hidrográficas.

São essas bases que se rompem a partir da década de 60 e de forma mais evidente na década de 70. Embora as atividades associadas à exploração dos recursos naturais (mineração, exploração florestal etc.) ainda perdurem como setores de convergência dos investimentos produtivos, ampliam-se os elementos da produção material na região, recriando-se as raízes das complementaridades regionais com a economia nacional.

Essas transformações têm rebatimentos importantes sobre as estruturas dos assentamentos urbanos no interior da região, implicando mudanças nas funções das cidades e no seu ordenamento. Cada cidade amplia o quadro de funções em seu interior e suas relações com as demais cidades. Por sua vez, as novas articulações com a economia e a sociedade nacionais passam a depender de um conjunto de centros, situação distinta daquela em que prevalecia a especialização econômica quase absoluta.

A modernização da base produtiva e a reconversão agrícola no Sudeste, com destaque para o período que se inicia nos anos 70, rebatem sobre as estruturas regionais, de forma associada e cumulativa com os processos internos, gerando e intensificando as transformações. Conquanto a região não avance de forma generalizada para novos patamares tecnológicos, aproximando-se das condições produtivas dos pólos da produção industrial do país, parcela significativa de suas áreas, notadamente aquela saída de uma base produtiva dominada pelo monoextrativismo vegetal, sofre mudanças importantes, incluindo alterações nas bases e na temporalidade predominante nas esferas da produção e da circulação econômicas e, também, nos processos de acumulação do capital, bem como no padrão do desenvolvimento da região. A esses movimentos estão associados o remanejamento da população e a determinação de novas territorialidades. Mendes (1971) detecta essas transformações referindo-se à emergência de "forças centrífugas, ao arrepio da geografia, que conduzem à desarticulação regional", construindo novas funções e hierarquias, formulando e configurando subespaços regionais, a partir dos segmentos da rede *linearmente hierarquizada* e fundada em uma economia apoiada no monoextrativismo – a economia da borracha.

Há, entretanto, particularidades sub-regionais, como no caso do estado do Pará, principalmente. A trajetória histórica desse estado corresponde a um longo processo constitutivo de uma rede associada à cidade de Belém, em torno da qual se formaram núcleos de assentamentos e de produção significativos para a determinação de economias de localização, e dos elementos constitutivos de atratividade para o movimento populacional. O mesmo se aplica a Manaus, para onde convergiram, nas últimas décadas, os principais investimentos voltados para a produção industrial, em busca do aproveitamento dos incentivos que sustentam o funcionamento da Zona Franca.

Desde a primeira metade da década de 60, intensificam-se as transformações dos movimentos de capitais e de populações no sentido da região Norte. O conjunto de rodovias federais pensadas no contexto das políticas públicas voltadas para a ocupação e o desenvolvimento regional – Belém/Brasília (BR-010); Cuiabá-MT/Cruzeiro do Sul-AC (BR-364); Transamazônica (BR-230); Porto Velho/Boa Vista; Santarém/Cuiabá; Rodovias Estaduais (PA-150 e PA-279) – modifica a posição relativa das terras agricultáveis a partir do Centro-oeste e para a região Norte. Esses *canais de transporte* viabilizam a realização das vantagens decorrentes da matriz nacional dos preços das terras. Com a reconversão da base produtiva agrícola no Sudeste, posta em marcha a partir da década de 60, elevam-se os preços da terra, deslocando as atividades terra-extensivas no sentido da fronteira amazônica.

As possibilidades abertas pela convergência dessas forças – desestruturação da base produtiva regional e movimentação de capitais desde o Sudeste – são estimuladas pelo regime militar, com o projeto de rápida modernização da sociedade e do território, levando ao auge a economia de fronteira. Para tanto, o Estado desenvolveu uma estratégia espacial, impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político – a *malha programada* –, constituída de um conjunto de programas e planos governamentais. Assim, abriram-se múltiplas fronteiras, a maior delas a Amazônia, considerada prioridade para estabelecer o equilíbrio geopolítico interno e externo[1].

Entre 1970 e 1980 ocorre na região Norte a concentração da população nas capitais dos estados, ao mesmo tempo que os centros urbanos, que se constituíam como bases logísticas das frentes de expansão da fronteira, também experimentam crescimento importante, a exemplo de Marabá, Araguaína, Altamira e Itaituba, municípios situados próximos aos grandes eixos viários.

Na década seguinte, essas tendências são reforçadas, e, em 1996, a região apresenta maior número de centros localizados nos grandes eixos de ocupação, bem como uma acentuada dispersão de cidades e núcleos urbanos pelo interior dos estados. Considerando também os municípios do estado de Tocantins, verifica-se que a região Norte apresenta um crescimento no número de municípios de 212 em 1970 para 298 em 1991. A Tabela 1, a seguir, mostra a distribuição da população por classes de tamanho de municípios para os anos de 1970, 1980, 1991 e 1996.

[1] A respeito, ver Becker (1997).

TABELA A.67
REGIÃO NORTE – POPULAÇÃO TOTAL POR CLASSE DE TAMANHO DE MUNICÍPIOS E REGIÃO METROPOLITANA (1970/80/91/96)

Habitantes/Município	1970		1980		1991		1996		Nº
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Mun.
Menos de 5.000	54.024	1,3	66.631	1,0	101.789	1,0	105.297	0,9	26
De 5.001 a 10.000	239.494	5,8	309.612	4,7	378.503	3,8	381.967	3,4	51
De 10.001 a 20.000	688.763	16,7	859.493	13,0	1.228.265	12,2	1.337.823	11,8	91
De 20.001 a 50.000	967.735	23,5	1.490.651	22,5	2.293.885	22,9	2.521.934	22,3	83
De 50.001 a 100.000	542.443	13,2	1.143.670	17,3	1.814.179	18,1	2.138.280	18,9	31
De 100.001 a 200.000	268.772	6,5	515.862	7,8	870.527	8,7	1.003.303	8,9	8
De 200.001 a 500.000	377.686	9,2	578.355	8,7	929.749	9,3	1.069.644	9,5	4
De 800.001 a 1.200.000	311.622	7,6	633.392	9,6	1.011.501	10,1	1.157.357	10,3	1
RMB	**669.768**	**16,3**	**1.021.486**	**15,4**	**1.401.305**	**14,0**	**1.574.487**	**13,9**	**3**
Total	**4.120.307**	**100,0**	**6.619.152**	**100,0**	**10.029.703**	**100,0**	**11.290.093**	**100,0**	**298**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

Verifica-se que, em 1970, mais da metade da população da região Norte (53,4%) concentra-se em municípios com tamanho variando de 10 mil a 100 mil habitantes; 23,5% concentram-se nos municípios com tamanho variando de 20 mil a 50 mil habitantes. Os municípios com mais de 100 mil habitantes abrigam 39,6% da população. Esse percentual cresce ao longo do período, atingindo 42,6% em 1996, ao mesmo tempo que diminui a população concentrada na Região Metropolitana de Belém.

Nos períodos intercensitários, 1970-80 e 1980-91, a população dos municípios de todas as classes de tamanho exibe taxas de crescimento significativas. No período 1970-80, as classes de municípios com população entre 50.001 e 100 mil e entre 100.001 e 200 mil habitantes apresentam as maiores taxas, 7,7% e 6,7%, respectivamente. No segundo período, todas as faixas entre 20.001 e 1,2 milhão mostram valores superiores a 4% para a taxa média de crescimento anual da população, com destaque para a classe dos municípios com população variando de 100.001 a 200 mil, com taxa de 4,9%. Essas taxas estão acima do crescimento médio regional, que foi de 3,9%. A Região Metropolitana de Belém apresenta taxas inferiores à média nos dois períodos: 4,3% (1970-80) e 2,9% (1980-91), conforme se vê na Tabela 2.

TABELA A.68
REGIÃO NORTE – TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, POR CLASSE DE TAMANHO DE MUNICÍPIOS OU REGIÃO METROPOLITANA (1970/80/91/96)

Habitantes/Município	Em porcentagem				Nº Municípios
	1970-80	1980-91	1991-96	1970-90	
Menos de 5.000	2,1	3,9	0,6	2,6	26
De 5.001 a 10.000	2,6	1,8	0,2	1,8	51
De 10.001 a 20.000	2,2	3,3	1,7	2,6	91
De 20.001 a 50.000	4,4	4,0	1,9	3,8	83
De 50.001 a 100.000	7,7	4,3	3,3	5,4	31
De 100.001 a 200.000	6,7	4,9	2,9	5,2	8
De 200.001 a 500.000	4,4	4,4	2,8	4,1	4
De 500.001 a 1.200.000	7,4	4,3	2,7	5,2	1
RMB	**4,3**	**2,9**	**2,4**	**3,3**	**3**
Total	**4,9**	**3,9**	**2,4**	**4,0**	**298**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

Observa-se, ainda, a intensificação da urbanização da região, que passa de 42,6%, em 1970, para 50,3%, em 1980, 59,5%, em 1991, e 62,4%, em 1996. O Amapá (80,9%) e o Amazonas (71,4%) são os estados que apresentam o maior grau de urbanização em 1991, com mais de 70% de suas populações urbanizadas. Nos dois casos, registra-se a concentração da população urbana estadual nas capitais: 65% no caso de Macapá e 66% no caso de Manaus. Em 1996, quatro estados apresentam grau de urbanização superior a 70%, conforme os dados da Tabela 3, a seguir.

Na configuração urbana que emerge entre 1970 e 1990, Belém e Manaus ainda situam-se como os principais núcleos urbanos regionais. Centralizam a maior parcela da população regional e os dois maiores núcleos produtivos, internalizando as principais transformações experimentadas pelos setores da produção, notadamente no setor da transformação industrial.

A convergência dos setores produtivos modernos para Manaus e Belém é uma resultante da posição dessas duas cidades como pólos da economia da borracha. Esses centros possuem condições de escala, de diversas naturezas, notadamente os de potencial de mercado, para catalisar os interesses criados pelas facilidades fiscais, creditícias e outras, decorrentes das políticas de governo no período. O desenvolvimento desigual se impõe a partir do movimento de valorização de capitais, e com ele se configura a formação de pólos de atração dos fluxos demográficos, como uma decorrência natural.

Um dos componentes da ação de governo, a rede rodoviária, que liga as ações de política econômica de caráter nacional aos esforços de desenvolvimento e ocupação regional, funciona como mecanismo de desmobilização da unidade regional que prevalecera na dominação da economia da borracha. O transporte fluvial, canal da mobilidade econômica da região, é submetido a rápido e intenso processo de obsoletismo econômico, isso na medida em que se impõe à esfera da circulação uma temporalidade inadequada aos tempos de rotação exigidos pelos novos capitais em operação. Nesse movimento é construído o distanciamento de Belém e de Manaus, que perdem contato com os pontos mais distantes da antiga rede de cidades.

Na nova configuração da rede urbana da região ocorre uma fragmentação no que antes era uma homogeneidade desenhada pela operação do sistema de aviamento regional[2], eixo condutor da economia da borracha. Nessas condições, as cidades posicionam-se de acordo com o esquema tradicional, proposto por Santos (1988), por meio de uma série de degraus, de etapas, e galgá-los era crescer em importância, subir na hierarquia, ascender na escala da rede urbana. Costurando essa linearidade, funciona Belém, e posteriormente acontece a Manaus, quando a luta concorrencial entre os capitais operadores da economia da borracha constrói a formação de dois espaços para operação.

A rede urbana da região, em 1991, mostra a redução da primazia de Belém e de Manaus, com a ascensão de outras cidades, notadamente as capitais dos atuais estados federados.

No período 1970-96, as taxas de crescimento da população variam de 1,6%, para os municípios com população entre 5.001 e 10 mil, a 5,4%, para os municípios da classe de tamanho de 5.001 a 100 mil, os que mais crescem no período. Belém apresenta uma taxa de crescimento de 3,3%, inferior à média regional. Esse comportamento é indicativo da dinâmica do processo de urbanização da região, elevando a concentração nas cidades de maior porte.

TABELA A.69
REGIÃO NORTE – GRAU DE URBANIZAÇÃO, POR ESTADO E REGIÃO (1970/80/91/96)

Em %

Estado	Grau de Urbanização			
	1970	1980	1991	1996
Roraima	42,8	61,6	64,7	70,5
Amapá	54,6	59,2	80,9	87,1
Amazonas	42,5	59,9	71,4	73,9
Pará	47,2	49,0	52,5	53,5
Rondônia	53,6	46,5	58,2	62,0
Acre	27,5	43,9	61,9	65,2
Tocantins	24,8	39,7	57,7	70,7
Região Norte	**42,6**	**50,3**	**59,5**	**62,4**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).

[2] Segundo Corrêa (1997, p. 47-48), "'aviamento' era o financiamento em bens de consumo, instrumentos de trabalho e dinheiro, feito pelas grandes casas atacadistas 'aviadoras' de Belém e Manaus, com o objetivo de obter, mais tarde, borracha, produto do extrativismo vegetal. A rede urbana regional era a cristalização, no espaço, desse sistema, cujo padrão de circulação era marcado pela rede de drenagem regional, tomando assim uma forma dendrítica".

Os dados da Contagem Populacional de 1996 mostram que a região Norte alcança um total de 130 centros urbanos com população superior a 20 mil habitantes. O número de municípios com população superior a 100 mil habitantes chega a 16, com Belém e Manaus ultrapassando 1 milhão de habitantes.

As novas rotas ligando a região Norte ao resto do país fundam uma nova fase das relações com outras regiões do país, mas, também, contribuem para redefinir as relações entre as suas próprias cidades. Acentua-se a dispersão de cidades pelo interior dos estados, com a população urbana concentrando-se ao longo dos eixos rodoviários e fluviais.

No caso da Amazônia, a configuração da divisão regional em mesorregiões e microrregiões geográficas consegue ser uma expressão dessa transformação. Se, por um lado, essa divisão capta a predominância dos antigos pólos regionais, que impuseram o seu potencial em termos de economia de localização aos fluxos destinados à região, por outro lado, a noção de mesorregião também traduz a construção do distanciamento entre esses pólos e os demais centros regionais. Impõe-se, assim, a necessidade da construção de uma nova compreensão para a natureza da articulação entre as cidades, fundada, agora, por relações mais complexas, explicitando e/ou tornando mais evidentes as novas territorialidades construídas a partir das transformações recentes.

As estruturas de governo, a partir de sua própria organização, contribuem para a formação de uma hierarquia entre os centros urbanos, à qual se combinam hierarquias de outra natureza, para dar sentido à noção de rede de cidades. A seleção de áreas de operação de incentivos resulta e produz a combinação de um conjunto de interesses das mais variadas naturezas. Regra geral, desde que essa seleção tenha por referência a combinação de interesses interiores e exteriores ao espaço regional, a mesma resulta no fortalecimento de concentrações existentes – população, infra-estrutura, serviços públicos, serviços privados etc. Esses pontos, também, dessa perspectiva, tendem a ser fortalecidos enquanto *nós* de redes mais amplas. Isso na medida em que funcionam como núcleos organizadores e/ou mobilizadores em função dos interesses envolvidos. Os objetivos econômicos podem e são atendidos pela combinação desses interesses.

Tendo em vista o período de tempo considerado neste estudo (1960-80), quando se constrói a estrutura que se desdobra até os dias atuais, afirma-se que um conjunto de interesses de ordem histórico-social, seja interno ou externo à região, ou suas interfaces, está refletido na ação de governo. A ocupação regional encaminha interesses regionais, mas necessariamente, na busca da incorporação dos recursos naturais da região, o faz articuladamente e como demanda da economia nacional. A possibilidade do aproveitamento das estruturas existentes é fatalmente considerada, até mesmo porque a sua construção implica uma lógica e interesses econômicos não restritos à economia regional.

O quadro das transformações da região Norte resultou num recorte do espaço regional por subespaços, onde se desdobram as relações que articulam redes de cidades em substituição à rede unitária articulada pelo sistema de aviamento. Assumindo uma perspectiva econômica para a compreensão das redes, os pontos de contatos entre Belém e outras cidades já não possuem a estabilidade/necessidade para dar consistência a uma noção de rede urbana na escala da região Norte como um todo. Ou, dito de outra forma, essa cidade já não organiza, direta ou indiretamente, a vida econômica de toda a região Norte. O mesmo pode ser dito em relação a Manaus, apesar da expansão da sua importância enquanto pólo de produção industrial. Ambas as cidades distribuem os serviços que centralizam para uma área reduzida do espaço regional e têm ligações fortes, no interior de cada estado, com as pontas hierarquicamente superiores das cadeias de serviços, distribuídas entre as cidades da rede, nas quais assumem o papel de centro metropolitano, no caso de Belém, e de centro regional, no caso de Manaus.

As capitais dos estados que compõem a região Norte assumem papel semelhante. No entanto, elas próprias, com maior intensidade e para determinados tipos de serviços, posicionam-se como elos de uma cadeia, cujo *nó* mais importante situa-se em cidades de outras regiões, notadamente em regiões metropolitanas, como São Paulo e Rio de Janeiro, e também Brasília.

Em síntese, como regra geral, as capitais formam pólos de articulação das cidades em cada estado e destes com outros segmentos da rede nacional de cidades.

2.2 Morfologia e Funções da Rede Urbana Regional

A morfologia e as funções da rede urbana são analisadas neste trabalho para cada um dos estados da região Norte, obedecendo-se, portanto, a territorialidade formal, com o objetivo de proceder a uma caracterização das relações de centralidade e de constituição de segmentos e *nós* de rede.

A compreensão funcional das cidades está centrada na explicitação das tendências que cada núcleo urbano apresenta, na concentração de pessoas e de atividades econômicas, sem que se eliminem, no entanto, outros indicadores disponíveis, mas, sim, buscando combiná-los. Essa opção decorre do reconhecimento de que é possível obter uma aproximação razoável do quadro urbano regional, por meio de um conjunto limitado de indicadores, dado o baixo nível de complexidade do processo da urbanização regional na fase atual.

2.2.1 Estado do Pará

Belém, que desempenhava a função de *cidade primaz* na estruturação da rede de tipo *dendrítica*[3], proposta por Corrêa (1997), tem sua função alterada quando se fortalecem as interações entre novos núcleos em franca expansão e diversificação funcional. Esses movimentos fundam novas relações e *nós* nas articulações com a rede urbana nacional.

A posição de Belém altera-se no contexto urbano regional como uma decorrência da combinação de dois movimentos principais. Em primeiro lugar, ocorre um redimensionamento da sua área de influência, quando se conformam quatro novas áreas regionais, submetidas à influência de outros centros, consubstanciando novos subsistemas urbanos regionais; notadamente nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas. A criação do estado de Tocantins, em 1988, administrativamente integrado à região Norte, forma uma adição regional, com formação histórica diferenciada do espaço amazônico. Em segundo lugar, o estado do Pará, graças ao posicionamento de Belém, herdado da configuração urbana anterior, avança no fortalecimento da rede urbana regional de maior complexidade, fundada em sistemas de integração em que Belém posiciona-se como núcleo. A nucleação exercida por Belém está ligada à sua posição na configuração de região metropolitana, bem como à constituição de uma área de influência sobre subsistemas, onde se destacam centros tais como: Santarém (população urbana de 123,4 mil habitantes); Itaituba (95,6 mil habitantes) e Marabá (106,6 mil habitantes), que ocupam a posição de centros urbanos nucleadores de subsistemas de cidades no estado do Pará.

A aglomeração metropolitana de Belém incorpora, no período, um dos padrões industriais em desenvolvimento na região, marcado por maior diversificação produtiva, e, em que pese a formação de pólos nitidamente voltados para o comércio externo, tem uma forte referência nos mercados internos como base de realização. O emprego formal na atividade industrial, apesar de apresentar uma queda, entre 1986 e 1996, passando de 40,2 mil para 31,9 mil empregos, o que implica uma queda na participação do emprego nacional (de 0,7% para 0,6%), ainda constitui o segundo maior contingente regional.

Do conjunto das mesorregiões que compõem a divisão administrativa do estado do Pará, apenas o sudeste paraense apresenta crescimento significativo no emprego formal na atividade industrial, quando melhora sua posição na formação do emprego nacional, passando de 0,2% para 0,3%. A variação positiva do emprego nas atividades industriais das demais mesorregiões não chega a compensar, em termos nominais, a perda na região metropolitana. É possível, no entanto, compreender que esteja ocorrendo uma redistribuição/descentralização da atividade produtiva industrial, em benefício do entorno metropolitano.

Belém tem uma distribuição muito particular da PEA, na medida em que o setor agropecuário tem baixa participação no emprego municipal (2,7%), sendo elevada a contribuição nos setores das ocupações administrativas (16,2%), ocupações técnicas (11%), da prestação de serviços (24,6%), setor dos serviços sociais (11,8%) e administração pública (8,2%). Centros urbanos do entorno metropolitano tendem a apresentar participações relativas mais elevadas de sua PEA no setor industrial. Ananindeua, Barcarena, Benevides e Castanhal têm participação na indústria de transformação de 12,5%, 16,1%, 12,8% e 13%, respectivamente, enquanto Belém contribui com 9,4%. No conjunto dos municípios da região metropolitana, ocorrem situações de franca predominância do setor de produção agropecuária: Santo Antônio e Santa Isabel têm, respectivamente, 49,7% e 31,5% da PEA alocada em atividades agropecuárias.

Distanciando-se da área de influência da região metropolitana, e apresentando, de acordo com o Regic, níveis de centralidade *forte para médio* e *fraco*, respectivamente, Marabá e Itaituba têm importante papel como *nós* na configuração da rede urbana do sul do estado. Marabá, na articulação do segmento que tem por eixo a rodovia BR-158; e Itaituba, nas proximidades da confluência das rodovias BR-163, BR-230 e da malha fluvial via Tapajós, que realiza o enlace com a cidade de Santarém.

Marabá, mantendo sob sua área de influência a região da província mineral de Carajás, posiciona-se de forma estratégica nos corredores de transportes, os quais permitem o contato com os estados do Maranhão e de Tocantins. O contato com regiões desse último estado é mais restrito. Mato Grosso articula-se ao sul paraense também pela área de influência de Itaituba.

Santarém exerce função de caráter regional mais amplo, ao se posicionar como *nó* na ligação entre a região de influência de Manaus e a de Belém, ou seja, funcionando como *nó* tanto da rede urbana estadual como da rede regional. Segundo o levantamento do Regic, este centro posiciona-se, em relação a Belém e a Manaus, em um nível de centralidade *médio*.

Desde uma perspectiva funcional, tomando-se como referência principal a distribuição da força de trabalho em cada centro urbano considerado, há indicações de uma tendência de diversificação do emprego:

[3] Rede caracterizada por um centro exportador (cidade primaz) excentricamente localizado em relação à sua hinterlândia, pelo excessivo número de pequenos centros que não se apresentam funcionalmente estratificados e ausência de centros intermediários (Corrêa, 1997).

- Santarém possui 8,5% da PEA em ocupações administrativas, 31,3% no setor agropecuário, 15,2% no setor do comércio de mercadorias, 15,4% no setor de prestação de serviços, 6,9% no setor da indústria da transformação, e 8% no setor de serviços sociais;
- Marabá tem 11% da PEA em ocupações administrativas, 18,9% no setor agropecuário, 9,7 % no setor da indústria de transformação, 15,3% no setor do comércio de mercadorias, 20% no setor de prestação de serviços, e 8,3% no setor de serviços sociais;
- Itaituba tem 9,1% da PEA em ocupações administrativas, 23,2% no setor agropecuário, 32,1% no setor 'outras indústrias', 13% no setor do comércio de mercadorias, 13,6% no setor de prestação de serviços, e 4,9% no setor de serviços sociais.

No setor da administração pública, Itaituba, Santarém e Marabá incorporam parcelas da PEA com pesos distintos para a formação do emprego: 3%, 3,9% e 7,7%, respectivamente. Esses indicadores podem estar revelando um padrão de desconcentração dos serviços públicos, os quais estiveram historicamente centralizados na sede do Poder Executivo estadual, no caso da região Norte, elemento de peso fundamental na classificação funcional dos centros urbanos.

2.2.2 Estado do Amazonas

Manaus constitui o centro urbano onde se desenvolve o segundo padrão de industrialização na região Norte. Núcleo da Zona Franca de Manaus, o município de Manaus funciona como pólo de atração do movimento migratório do interior do estado do Amazonas, sendo responsável, entre os municípios da Região Norte, pela maior contribuição na formação do emprego industrial do país. De acordo com os dados do levantamento de 1996, a mesorregião centro-amazonense, onde se localiza Manaus, contribui com 55.318 empregos formais na atividade industrial. No período 1986-96, houve perda, quando o emprego passou de 76.984 para 55.318. A participação da mesorregião na formação do emprego nacional caiu de 1,4%, em 1989, para 1,1%, depois de recuperar-se de uma queda no ano de 1992.

Manaus, município urbano de grande dimensão, de acordo com a classificação proposta pelo IBGE, fortalece-se como um pólo de produção voltado para o mercado nacional, centrado na montagem de produtos do setor eletroeletrônico. O fortalecimento de um pólo de produção industrial numa região deprimida, como é o caso da região de influência de Manaus, rebateu de forma intensa sobre as condições de geração da renda regional, promovendo um forte movimento de atração para o conjunto das cidades amazonenses. Levantamentos recentes sobre a dinâmica demográfica do estado do Amazonas[4] mostram que a principal origem dos migrantes que alcançam Manaus é o interior do estado, em que pese a pressão significativa de fluxos migratórios de origem interestadual. A tendência de expansão do núcleo urbano deve manter-se ao longo da década de 90, dado que persiste uma forte migração intra-estadual de tipo campo-cidade, de intensidade relativa, semelhante à verificada na década de 70.

A população total de Manaus alcança 1.157.357 habitantes em 1996, dos quais 1.150.193 estão urbanizados. A população na área rural do município é de 7.164 habitantes, segundo a Contagem Populacional de 1996. Ou seja, o grau de urbanização do município de Manaus é de 99,4%, valor acima da média estadual que está em torno de 70%.

A distribuição da PEA nas atividades produtivas, no município de Manaus, mostra uma composição do emprego marcada pelas atividades industriais, fortalecida com o desenvolvimento do Distrito Industrial de Manaus. Na formação do emprego municipal, destacam-se como setores de maior contribuição as ocupações administrativas e as ocupações técnicas, com 16,6% e 9%, respectivamente; a indústria de transformação, com 22,6% da PEA; o setor de comércio de mercadorias com 17,4%; o setor da prestação de serviços com 17,3% e o setor da administração pública com 13,2%.

O grau de especialização produtiva do município e o seu peso sobre o conjunto regional que o circunda têm características muito particulares no que tange às relações com as cidades da sua zona de influência. O padrão industrial que se desenvolveu não se volta para o mercado regional. Manaus é um pólo produtivo avançado da industrialização do Sudeste e, como tal, tem o mercado nacional como objetivo. Ou seja, a organização produtiva de Manaus não corresponde a um processo de adaptação às demandas do seu entorno regional. Esse tipo de integração poderia ter induzido o desenvolvimento de áreas de produção, bem como a formação de pólos centrados em atividades complementares na esfera industrial, ou no atendimento de outras demandas de consumo do centro urbano.

O grau de centralidade de Manaus está fortemente condicionado pela localização espacial dos assentamentos urbanos e as possibilidades de transportes existentes. A malha fluvial da região desenha o roteiro das cidades e as suas ligações. Dessa perspectiva é possível apreender momentos de articulação entre localidades do estado do Amazonas, formando espaços de centralidade, com centros urbanos de outros estados. É o caso de Eirunepé e Envira que, mesmo formando um eixo de comércio entre

[4] A respeito, ver Moreira e Moura (1997).

Manaus e Cruzeiro do Sul (AC), têm, nesse último centro, a base de fornecimento de serviços. O município de Boca do Acre está visivelmente subordinado a Rio Branco, centro ao qual se liga por rodovia, enquanto comunica-se com Manaus por via fluvial.

2.2.3 Estado de Rondônia

Rondônia constitui um dos mais fortes exemplos das transformações de fronteira em andamento desde os anos 70. Segundo os dados da Contagem Populacional de 1996, a população urbana de Porto Velho, capital do estado, chegou a 324.737 habitantes, dos quais 249.675 estão concentrados na área urbana e 75.062 na área rural do município, ou seja, o grau de urbanização do município é de 77%.

Praticamente todos os municípios do estado possuem uma forte característica agrícola, excetuando-se Porto Velho, Vilhena e Guajará-Mirim, que apresentam uma baixa participação do setor agropecuário na formação do emprego municipal. A participação predominante do setor situa-se em faixas que vão dos 40% a 80%.

Uma das marcas mais evidentes da formação das cidades do estado é a relação com o roteiro da ocupação espacial. O eixo rodoviário, notadamente a BR-364, constitui a principal referência de circulação entre as áreas de assentamento. Por outro lado, é possível identificar, na atual caracterização dos centros urbanos, a motivação dos movimentos de fronteira na Região Norte, voltados, predominantemente, para o setor agropecuário.

No tocante à centralidade, são evidentes as ligações de subordinação dos núcleos urbanos com a capital do estado, com alguma tendência à descentralização, no sentido dos centros em desenvolvimento, como é o caso de Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste e Cacoal.

O peso de Porto Velho na organização da base de serviços ainda é preponderante para que se verifiquem modificações significativas em termos de centralidade. Esse município detém 16,8% da PEA em ocupações administrativas; 14,9% no setor de comércio de mercadorias; 19% no setor de prestação de serviços; 11,2% no setor de serviços sociais; 13,6% no setor de administração pública. Na classificação proposta pelo IBGE, Porto Velho, ao lado de Manaus, formam os dois únicos municípios que podem ser considerados urbanos de grande dimensões demográficas.

É possível identificar alguma semelhança na composição da ocupação entre os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Cacoal e Porto Velho. Entretanto, cabe considerar os valores nominais das populações para que se explicite o peso de Porto Velho na organização e na prestação dos serviços, no conjunto da rede urbana do interior do estado.

No estado de Rondônia, em que pese a força da organização administrativa na tendência de estruturação dos serviços, que tendem a estruturar-se em pólos de concentração nas capitais, há evidências da possibilidade de crescimento dos níveis de centralidade no sentido de outros centros urbanos, que emergem da expansão demográfica e produtiva recente na região. Há que se considerar, nesse caso, a localização de Porto Velho, nos limites norte do estado, implicando distanciamento dos principais centros urbanos do país, e, conseqüentemente, das principais fontes de prestação de serviços.

2.2.4 Estado do Acre

A organização espacial do estado do Acre tem forte herança do período de auge da economia da borracha. A estruturação dos núcleos urbanos, no entanto, é profundamente marcada pelas transformações de fronteira, desde os anos 70.

O estado conta com apenas dois municípios com população urbana superior a 20 mil habitantes: Rio Branco, a capital do estado, com população municipal total de 243.624 habitantes, e Cruzeiro do Sul, com população municipal total de 75.818 habitantes. O primeiro com um grau de urbanização de 83,8%; e o segundo, com 46,8%.

O estado do Acre é marcado pela separação existente entre dois segmentos de redes urbanas resultantes das condições da localização espacial dada pelas características geográficas. Cruzeiro do sul, situado na mesorregião do Vale do Juruá, polariza os municípios acreanos localizados em seu entorno, e estende sua área de influência até municípios do estado do Amazonas, compondo um eixo de comércio que vai até Manaus. Pesam na definição dessas articulações as possibilidades de transportes restritas ao fluvial (bacias do Juruá e do Tarauacá). Cruzeiro do Sul tem 12,8% da PEA no setor de serviços sociais; 11,3% no setor de prestação de serviços; e 7,5% no setor do comércio de mercadorias. O centro urbano apresenta condições relativamente superiores aos municípios localizados em suas imediações, estabelecendo graus de centralidade em sua direção.

Rio Branco apresenta composição da ocupação com a marca das capitais dos estados na região: 16,3% da PEA na administração pública; 16,3% em ocupações técnicas; 17,4% no setor de serviços; e 14,3% no setor do comércio de mercadorias.

No caso do estado do Acre, o setor agropecuário constitui o principal *locus* da ocupação. Mesmo o município da capital do estado aloca parcela significativa da PEA no setor agropecuário (13,6%).

No tocante à centralidade, o conjunto dos núcleos urbanos do estado subordina-se a Rio Branco. É possível,

no entanto, identificar diferenças de grau: o conjunto de municípios da mesorregião do Vale do Acre subordina-se de forma mais efetiva à capital, enquanto os municípios da mesorregião do Vale do Juruá com ela estabelecem relações mais tênues. A ampliação da base de serviços em Cruzeiro do Sul desloca uma parte da demanda por serviços de Rio Branco. Há de se considerar, também, o grau de influência de Manaus sobre a região.

Por outro lado, Rio Branco, na fase atual, tem funcionado como *nó* de uma articulação da região Norte com a região Sudeste. Dada a inexistência de pólos de produção industrial intermediários significativos, ao longo do sistema rodoviário de articulação nacional, forma-se um eixo de comércio entre as mesorregiões polarizadas por Rio Branco e a região Sudeste.

2.2.5 Estado de Roraima

O estado de Roraima é formado por oito municípios, dos quais apenas a capital possui uma população urbana superior a 100 mil habitantes. Boa Vista possui uma população de 165.518 habitantes, dos quais 150.442 estão na área urbana. Ou seja, o município da capital possui um grau de urbanização de 90,9%.

Boa Vista apresenta uma distribuição da PEA entre os setores da produção muito próxima à dos demais municípios de capitais da região: setores do comércio de mercadorias, da prestação de serviços, dos serviços sociais e da administração pública, com 11,1%, 13,5%, 11,5% e 13,2% da PEA, respectivamente. Uma parcela significativa da PEA (23,6%) está alocada no setor outras indústrias. A ocupação no conjunto dos municípios, exceto a capital, caracteriza-se pela predominância do setor agropecuário.

No que tange à centralidade, existe um encadeamento de graus: Manaus como núcleo regional, e Boa Vista, funcionando como *nó* da rede, subordinando o conjunto de municípios no interior do estado.

2.2.6 Estado do Amapá

O estado do Amapá possui oito municípios, dos quais apenas três possuem população urbana superior a 20 mil habitantes: Santana, Laranjal do Jari e Macapá, a capital. Tais municípios apresentam os seguintes graus de urbanização: 89,3%, 71,6% e 91,8%, respectivamente.

Macapá tem uma distribuição da PEA entre os setores produtivos típica dos municípios de capitais na região: 15,5% em ocupações administrativas; 12,2% em ocupações técnicas; 13,5% no comércio de mercadorias; 18,8% no setor de prestação de serviços; 14,5% no setor de serviços sociais; 15,2% no setor de administração pública.

Macapá situa-se em um eixo de influência da Região Metropolitana de Belém, funcionando como um *nó* na ligação com os núcleos urbanos do estado.

2.2.7 Estado de Tocantins

Tocantins, o mais novo estado da região Norte, é formado por 79 municípios, dos quais oito possuem população urbana superior a 20 mil habitantes em 1996. Araguaína é o maior município, com população total de 105.019 em 1996.

O conjunto dos municípios tem no setor agropecuário o principal setor de ocupação da PEA. Palmas, a capital, teve a população de seu município mais que triplicada no período, passando de uma população total de 24.334 habitantes, em 1991, para 86.116 habitantes, em 1996, com um grau de urbanização igual a 76%, e uma base de ocupação da PEA muito semelhante à dos demais municípios de capitais da região: ocupações administrativas 18,5%; prestação de serviços 16,8%; e administração pública 11,5%.

De acordo com a classificação proposta pelo IBGE, apenas um município, Araguaína, figura como urbano de média dimensão demográfica; oito municípios estão incluídos na categoria de urbano de pequenas dimensões demográficas, inclusive Palmas, a capital do estado; 24 pertencem à categoria de municípios em fase de transição, e os demais como municípios rurais de pequenas dimensões demográficas.

No que tange à centralidade, dois aspectos marcam a rede urbana estadual: o primeiro diz respeito à semelhança nas estruturas internas dos centros urbanos, que se modificam apenas para o conjunto dos nove centros designados como urbanos, entre os quais se destaca Araguaína, com uma estrutura de ocupações e peso demográfico que caracterizam uma situação de maior peso na composição da rede. Há de se considerar, no entanto, a posição geográfica de Araguaína em relação ao conjunto da rede de núcleos urbanos, o que contribui para enfraquecer o grau de centralidade existente. O segundo aspecto a ser considerado diz respeito à possibilidade de existência de laços muito difusos dos centros urbanos entre si, como uma decorrência da dispersão geográfica que existe em relação a outros centros urbanos nos estados circunvizinhos.

Os dados do Regic indicam uma rede de trocas visivelmente mais intensa entre Tocantins e os demais espaços estaduais do seu entorno, entre as quais se posiciona a rede formada pelo estado de Goiás. Considere-se, também, a proximidade de pólos de negócios e de serviços, em outras áreas, como é o caso do Triângulo Mineiro, que podem projetar sobre o espaço estadual, tornando ainda mais tênues os laços internos na configuração da rede urbana de Tocantins.

3 Considerações Finais

A respeito da rede urbana da região Norte, os seguintes aspectos são fundamentais:

- não existe na região Norte, em qualquer dos centros urbanos de dimensões significativas, seja em termos demográficos, seja em termos das atividades produtivas em geral, uma *especialização produtiva ampla.* O conjunto dos centros tende a apresentar ampliação das atividades produtivas de forma generalizada, indicando muito mais o fortalecimento das bases que garantem a vida urbana e a criação dos estímulos que caracterizam uma cidade, por meio da formação da *autonomia urbana*, a qual se refere Santos (1994), e menos o encaminhamento de elementos que possam formar estruturas de redes de cidades, aqui entendidas em suas possibilidades e caracterização sistêmicas;
- as situações de *especialização restrita* são encontradas em pequenos municípios, na sua totalidade enquadrados, de acordo com os estudos do IBGE, na classe de municípios rurais. No caso, seus núcleos têm baixos níveis de renda, medidos pela renda familiar *per capita*, o que indica relações de troca descontínuas no tempo, e submetidas a baixos volumes. Ou seja, a especialização representa condição de pobreza;
- dos núcleos de maior expressão na região, apenas Belém apresenta elementos que possam levar a uma compreensão de uma aglomeração urbana que caracterize o fenômeno da metropolização. Ou seja, uma aglomeração que possua um nível de complexidade em que pode ser considerada como totalidade, o que não cabe aos outros tipos de formações regionais. Entre os núcleos urbanos que compõem a Região Metropolitana de Belém, existem nexos e indicações de laços de complementaridade que garantem as condições de reprodução auto-sustentada da vida urbana. No entanto, a sua posição não se refere ao conjunto da região Norte, limitando-se ao espaço compreendido pelo próprio estado do Pará e o estado do Amapá. A partir daí, a intensidade das relações se reduzem a situações de trocas não relevantes. Não existe nenhuma evidência que possa garantir que se formem laços significativos entre a Região Metropolitana de Belém e as demais redes ou subsistemas de cidades no espaço regional. Ao contrário, é bastante claro o afastamento entre Belém e os demais centros urbanos regionais. Considerando os aspectos anteriores, é possível, numa primeira aproximação, propor o enquadramento da Região Metropolitana de Belém numa categoria que explicite a sua feição metropolitana, mas de caráter restrito ou regional;
- a cidade de Manaus, apesar de constituir um núcleo de extraordinário ritmo de crescimento demográfico, possui limitações em suas ligações regionais. Na verdade, existe forte descompasso entre o volume e a importância da produção industrial da cidade, significativa para os níveis da produção nacional, e os laços e a sua importância em termos da dinâmica regional. A importância da produção industrial de Manaus não se reverte em *especialização restrita* no campo da produção industrial (apenas 22% da PEA está na indústria da transformação), e o seu desenvolvimento não decorre de um processo de adaptação recíproca entre a cidade e o seu entorno, como identifica Santos (1994) para explicitar a deflagração do fenômeno urbano. As condições de superdimensionamento das características urbanas, notadamente as demográficas, são resultantes do rebatimento da criação de um pólo de produção, marcadamente especializado, em área deprimida. O superdimensionamento, ou o grande porte demográfico, não é suficiente para uma caracterização de Manaus como metrópole. Mais adequado é sua classificação como centro urbano regional de grande porte; e
- as capitais dos estados assumem posições de centros urbanos regionais que funcionam na articulação de cada *subsistema de cidades* estadual e como *nós* na composição de redes mais extensas, as quais executam a ligação entre centros urbanos de maior porte e regiões metropolitanas.

Região Nordeste

1 Introdução

O Nordeste é a região brasileira com menor grau de urbanização e não só a que concentra o maior contingente de população rural, mas também a que abriga a maior parcela das famílias em situação de miséria.

Os três estados de maior peso na economia regional – Pernambuco, Bahia e Ceará – são historicamente os mais populosos. Juntos somavam 26,75 milhões de habitantes, mais da metade da população regional, em 1996 (44,76 milhões).

Mas, apesar de o Nordeste ainda concentrar a maior parte da população rural do país, este contingente tem-se reduzido em todos os estados. Entre 1980 e 1991, somente no Maranhão e em Alagoas não há perda absoluta de população rural. Entretanto, entre 1991 e 1996, em todos os estados da região, o contingente de habitantes rurais é reduzido. Há uma diminuição de 1,1 milhão de habitantes na área rural nordestina no período.

A participação da população rural nordestina no total da população rural brasileira apresenta uma pequena ampliação entre 1980 e 1991, passando de 44,7% para 46,7%. Entretanto, no último período intercensitário (1991-96), a participação é reduzida para 45,8%.

Em todos os estados da região, o grau de urbanização é inferior à média nacional, apesar de alguns deles terem registrado taxas anuais de crescimento da população urbana superiores à média nacional. No período 1980-91, as populações urbanas de Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia crescem acima da média nacional. Entre 1991 e 1996, apesar da queda na taxa média de crescimento urbano nacional, somente Sergipe e Ceará têm um crescimento urbano acima da média nacional. Nos outros estados, a taxa média de crescimento demográfico da população urbana é inferior à média nacional. Entretanto, a concentração urbana em cidades de médio e grande porte tem-se ampliado.

Esse movimento de urbanização da população regional e o maior crescimento dos estados de dinâmica econômica mais recente marcam transformações na morfologia e na hierarquia da rede urbana regional. A rede urbana do Nordeste tem por característica mais evidente a grande concentração no eixo litorâneo, resultado da ocupação secular ao longo do litoral, da importância das relações comerciais com o exterior e das grandes disparidades intra-regionais e interpessoais de produtividade, renda e instrução, além das condições naturais adversas, presentes em grande parte do território ocidental da região.

Em vista disso, a malha urbana é significativamente mais densa nesse eixo que não sofreu grandes alterações durante o período de desconcentração da economia brasileira, apesar dos movimentos em direção à expansão das fronteiras agrícola e mineral na área de cerrado e na área do Projeto Carajás.

Nos anos 70, ocorreu grande crescimento das aglomerações urbanas metropolitanas e capitais, as quais chegaram a responder por 35,3% da população regional, em 1980. Tal concentração reflete o quadro pouco denso da rede urbana nordestina, expresso também na menor intensidade do grau de urbanização da região (65,2%, em 1996), em comparação com a média nacional (75%).

Os dados da Contagem Populacional de 1996 (IBGE) mostram que a taxa de crescimento anual da população nordestina acentua a sua tendência declinante, passando de 1,80%, na década de 80, para 1,06%, no período 1991-96, acompanhando, de certa forma, a evolução da taxa de crescimento brasileira, que passa de 1,93% para 1,38%. O Nordeste continua a apresentar o menor grau de urbanização entre as regiões brasileiras.

As profundas transformações da dinâmica populacional do Nordeste manifestam-se sobretudo a partir da década de 80, quando ocorrem mudanças estruturais significativas, traduzidas em todas as variáveis demográficas: queda abrupta dos níveis reprodutivos; redução importante nos padrões de mortalidade; mudança na migração nordestina (contingentes menores foram enviados para outras regiões; retorno de parcelas importantes de migrantes e recebimento de um contingente de outras regiões), junto com uma transformação no padrão de urbanização[5]. Como bem salientam Martine e Wong (1994), essas alterações na trajetória demográfica não resolvem, por si, o problema social da região, embora criem condições mais favoráveis para o seu enfrentamento.

O saldo líquido migratório reduz-se de 2,3 milhões negativos para 1,3 milhão, também negativos, entre 1970 e 1980. No período 1980-91, o saldo positivo é de 1,1 milhão. Isso significa que os nordestinos saíram menos, voltaram de outras regiões e ainda receberam um contingente de migrantes de outras regiões. As explicações para tal fenômeno passam por duas interpretações. Uma sugere que a crise econômica da década de 80 impossibilitou a saída de migrantes e, ao mesmo tempo, obrigou uma parcela de nordestinos a voltar para a sua terra. A outra aponta a redução do crescimento vegetativo – contribuindo para a diminuição da necessidade de sair – e o melhor desempenho da economia nordestina durante a década, comparado ao nacional. Sem dúvida, ambas interpretações contêm elementos ponderáveis na explicação final, mas o peso das mudanças demográficas aliadas ao desempenho econômico da região parece ser bem maior (Martine e Wong, 1994, p. 42).

Com relação aos padrões migratórios das microrregiões, é possível fazer algumas inferências: na década de 80, 10 microrregiões tiveram um crescimento entre 3% e 4% a.a., enquanto oito cresceram acima de 4% a.a., indicando que, possivelmente, em todas houve um saldo positivo de dimensão considerável.

Martine e Wong (1994) identificam as manchas de maior crescimento demográfico como sendo fruto essencialmente de um processo de imigração e/ou retorno de mão-de-obra qualificada. Nesse sentido, salientam que na década de 80 as capitais da região, menos Recife, tiveram um crescimento relativamente elevado, decorrente de um padrão de migração rural-urbana. O caso de Pacajus é paradigmático, uma vez que representa uma área de expansão de Fortaleza, que deve ter sido severamente afetada pela seca de 1979-83.

Além disso, os autores destacam as microrregiões que merecem atenção especial, por experimentarem um processo de interiorização da urbanização. As microrregiões de Barreiras (BA), Balsas (MA), Porto Franco (MA), Imperatriz (MA), Santa Luzia (MA) e Turiaçu (MA), que formam uma malha de crescimento rápido na fronteira oeste do Nordeste, correspondem às frentes de expansão da soja. As microrregiões que vão desde Jeremoabo até Bom Jesus da Lapa, na Bahia, compõem uma grande faixa que corresponde às áreas ligadas à expansão das atividades agrícolas. As microrregiões de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), cujo crescimento ocorre desde a década de 70, em decorrência da fruticultura e da agroindústria para exportação, foram favorecidas pelos programas de irrigação. A microrregião de Valença (BA) tem seu crescimento ligado ao turismo, em torno da área de Porto Seguro, e aos empreendimentos voltados para a produção de celulose.

Em contrapartida, os mesmos autores salientam que existe uma mancha de microrregiões, dentro do chamado Polígono da Seca, que experimenta, nitidamente, durante a década de 80, movimentos emigratórios. Tais características mantêm-se na década de 90, uma vez que a problemática daquele espaço regional vem sendo agravada, consideravelmente, com as sucessivas secas. Uma outra mancha, de formação mais recente, dentro das zonas correspondentes aos agrossistemas cacaueiro e canavieiro, também apresenta características emigratórias, decorrentes das fortes crises que se abateram sobre eles.

Assim, no âmbito mais geral, é possível identificar dois movimentos populacionais simultâneos e claramente correlacionados. O primeiro refere-se ao dinamismo econômico de determinadas áreas, baseado na expansão das atividades agrícolas, acompanhado de crescimento populacional e da interiorização da urbanização em direção ao oeste maranhense, aos cerrados baianos e ao vale do médio São Francisco e do Açu.

O segundo movimento diz respeito à persistência de padrões tradicionais de expulsão das zonas rurais para as áreas urbanas. As microrregiões de emigração correspondem, sobretudo, às áreas sertanejas do Polígono da Seca – que incluem uma parcela significativa dos territórios de todos os estados do Nordeste, exceto a Bahia, a zona canavieira, da Zona da Mata –, nos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e à zona cacaueira na faixa litorânea sul da Bahia.

Assim, microrregiões dotadas de estruturas modernas e dinâmicas convivem com outros subespaços – zonas cacaueira, canavieira, e do sertão do semi-árido –, onde a resistência às mudanças continua a ser a marca principal do ambiente socioeconômico. Nessas zonas, manifesta-se, de forma acentuada a desigualdade estrutural da região Nordeste. As oligarquias tradicionais criaram sucessivos mecanismos de preservação, sendo a base fundiária um

[5] A respeito, ver Martine e Wong (1994).

dos seus principais pilares de sustentação. Segundo o geógrafo Mário Lacerda de Melo[6], tal contexto, aliado ao fechamento das fronteiras de expansão agrícola, vem definindo o que se pode qualificar de processo de *indianização*[7], cuja conseqüência é o agravamento da questão social nas áreas rurais, proporcionalmente mais intenso do que nas áreas urbanas, ocasionando um processo migratório rural-urbano, com concentração da pobreza nas periferias urbanas.

Antes de discutir a rede urbana, é importante pontuar uma questão. O atraso histórico da região e a pobreza que ela concentra são patentes, tanto quanto a distância entre a integração liderada por São Paulo e a proposta no modelo de Celso Furtado. Entretanto, o desempenho dos centros dinâmicos nos anos recentes, a incorporação de novas polarizações e o crescimento do grau de urbanização regional devem refletir uma tendência diferente da estagnação, embora o Nordeste ainda demande grandes inversões em infra-estrutura, educação, qualificação de mão-de-obra e na base produtiva, para haver convergências intra e inter-regionais de produtividade, renda e qualidade de vida.

Em suma, o processo de desenvolvimento regional deve ser entendido como resultante da articulação entre a formação econômica do Nordeste e as transformações recentes da economia brasileira, com destaque para:

- a heterogeneidade espacial;
- o novo perfil e padrão de atuação do Estado brasileiro;
- a interrupção da desconcentração e o acirramento de contradições do pacto federativo;
- o processo de abertura e o padrão de inserção da economia brasileira na globalização; e
- o novo paradigma tecnológico da produção globalizada.

Os efeitos dessas transformações sobre a rede urbana do Nordeste são o objeto da seção a seguir.

2 Caracterização da Rede Urbana Regional

2.1 Perfil da Rede Urbana Regional

A configuração espacial do sistema de cidades na região Nordeste caracteriza-se pela existência de três aglomerações urbanas metropolitanas, 16 aglomerações urbanas e 83 centros urbanos. Além destes, há municípios designados de *novas territorialidades*, dado seu potencial de atratividade e polarização, além dos municípios isolados com população inferior a 50 mil habitantes. Estes últimos abrigando 22 milhões de habitantes em 1996, praticamente a metade da população total nordestina.

É importante observar que a evolução da rede urbana, embora condicionada pelo meio físico, foi definida por diferentes processos. Alguns remontam ao período colonial, outros são mais recentes e foram fortemente afetados por políticas regionais. Tais processos, dotados de certa autonomia, foram identificados quando da evolução da economia e da sociedade regional. Resultam destes processos o que Mueller (1996) chama de sistemas sub-regionais, que para o autor são os seguintes: o sistema sub-regional agroexportador, o sistema sub-regional do semi-árido, o sistema sub-regional das zonas de expansão recente de fronteiras agrícolas, o sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais.

Nesses subsistemas, a rede urbana é um elemento fundamental e não respeita os limites administrativos de cada estado. Esta rede urbana regional, embora não possua maior capacidade *regionalizadora*, na escala de todo o território nordestino, representa um elemento de organização e comando espacial na escala de cada um dos sistemas sub-regionais. As principais características de cada subsistema serão a seguir apresentadas, com o objetivo de esclarecer a inserção de cada centro na rede urbana e no processo produtivo regionais.

2.1.1 Sistema sub-regional agroexportador tradicional

A faixa litorânea, que se inicia no norte do estado do Rio Grande do Norte e se estende até o sul da Bahia, correspondente ao sistema sub-regional agroexportador tradicional (associado ao complexo sucroalcooleiro da Zona da Mata e a outras atividades, como o plantio do cacau e a pecuária bovina). Esta área concentra um elevado número de aglomerações urbanas que remontam, inclusive, ao período colonial. Em geral, elas não estão estruturadas de modo a oferecer emprego e serviços à população. As aglomerações urbanas metropolitanas, aglomerações urbanas e centros regionais, cujas origens se devem a essas atividades, não fazem parte deste subsistema, mas do sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais.

[6] Em entrevista para a elaboração deste trabalho.

[7] Apesar de, nas últimas décadas, o Nordeste apresentar certo dinamismo econômico, a pobreza permanece sendo uma das suas características mais marcantes. Nesta macrorregião, vivem 32 milhões de brasileiros, dos quais 17,3% são indigentes – 55% do total de indigentes do país. Semelhante situação, embora descrita de forma sumária, aponta para a realidade socioeconômica da grande maioria dos 1.439 municípios nordestinos e, em extensão, para a magnitude do desafio a ser enfrentado pelos governos locais no atendimento das demandas sociais no quadro da descentralização (Araújo, 1994).

Sobre a organização do espaço canavieiro, caracterizado pela grande concentração fundiária, a observação de Melo (1978, p. 42), é de extrema atualidade:

> O espaço geográfico é compartimentado em porções centradas pelas usinas para onde se destina a matéria-prima que produzem e a que ficam economicamente subordinadas. Por isso, e porque as operações comerciais e financeiras são realizadas não em âmbito municipal, mas nas capitais estaduais, o arcabouço urbano tem papel pouco relevante na organização do espaço. São poucas as cidades com função de centros regionais.

Não se registra um único centro urbano regional de ordem um. Existem apenas sete centros de ordem dois, são eles com as respectivas populações totais municipais em 1996: Escada (57.374 habitantes), Palmares (56.439 habitantes), Goiana (67.242 habitantes), Timbaúba (56.554 habitantes), Carpina (55.060 habitantes) e, em Pernambuco, União dos Palmares (54.799 habitantes), e São Miguel dos Campos (49.504 habitantes), em Alagoas. Todos, com exceção de Goiana, perderam população no período 1991-96, como resposta à devastadora crise que se abateu, recentemente, sobre o complexo sucroalcooleiro.

A lavoura cacaueira iniciou o processo de povoamento e integração econômica da faixa territorial, onde se encontram os seus espaços produtivos (as microrregiões cacaueira e dos tabuleiros de Valença e manchas isoladas nos municípios de Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Prado, Alcobaça e Mucuri). Muito embora o contingente maior da produção seja o das grandes propriedades, a concentração de terras está longe de atingir o grau verificado nas regiões da agroindústria açucareira. Mesmo assim, o resultado tem sido de violentos contrastes sociais, com repercussões no subsistema urbano, que tem como cidades importantes aquelas que formam a aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus e Itabuna (425.848 habitantes no total municipal). Itabuna, situada no coração da zona cacaueira, perdeu população no período 1991-96. Ilhéus tem como função principal ser porto de cacau, mas possui raio de influência que chega à área pastoril do sudeste baiano. Mais recentemente, este município vem desenvolvendo um dinâmico setor de turismo e implantando, no seu distrito industrial, um pólo de eletrônica e informática. Os demais centros carecem de maior importância. Exercem, em geral, a função residencial para a população trabalhadora na lavoura cacaueira. Os municípios de Ipiau (42.407 habitantes), Uruçuca (23.859 habitantes) e Ubatã (24.999 habitantes) perderam população no período 1991-96, chegando Uruçuca a conhecer uma taxa anual de crescimento de menos 4,96%. Esta situação, como já foi evidenciado, é conseqüência da crise que se abateu sobre o setor, decorrente da praga "vassoura de bruxa" e da concorrência africana.

2.1.2 Sistema sub-regional do semi-árido

O semi-árido agrestino é a maior área de policultura do Nordeste e possui propriedades de diferentes tamanhos. As mais freqüentes são médias e pequenas propriedades, o que gerou um arcabouço urbano mais integrado à dinâmica econômica e à vida das populações, diferentemente das áreas de monocultura canavieira e daquelas com predominância da pecuária sertaneja. Não sem razão, várias cidades agrestinas, diferentemente do ocorrido nas áreas de monocultura, tornaram-se centros urbanos regionais, com áreas de influência definidas. Assim, o Agreste surge como o sistema sub-regional nordestino de maior número de aglomerações urbanas não-metropolitanas e centros urbanos regionais expressivos: Campina Grande (344.730 habitantes no total municipal), na Paraíba; Caruaru (231.989 habitantes no total municipal), Garanhuns (110.084 habitantes no total municipal), Arcoverde (58.722 habitantes no total municipal) e Limoeiro (55.916 habitantes no total municipal), em Pernambuco; Palmeira dos Índios (67.689 habitantes no total municipal) e Arapiraca (173.339 habitantes no total municipal), em Alagoas; Alagoinhas (122.838 habitantes no total municipal), Feira de Santana (450.487 habitantes no total municipal) e Jequié (165.345 habitantes no total municipal), na Bahia.

No agrossistema sertanejo, o declínio do algodão, iniciado no final da década de 70, e a decadência de outras lavouras (mamona, sisal, fumo e milho) provocaram um vazio, cujo resultado foi a significativa expansão da pecuária, atividade mais difundida e predominante neste amplo território. Tudo isso teve impacto sobre a rede de cidades do semi-árido.

> Vários dos pequenos e médios núcleos urbanos da sub-região tornaram-se decadentes e estagnados. Alguns sobrevivem, praticamente, de transferências às populações locais (remessas de parentes, aposentadoria rural etc.) e são agudos os seus índices de pobreza. Essas cidades e vilas são vulneráveis nas épocas de seca, quando recebem muitas levas de migrantes. (Mueller, 1996, p. 60)

Os municípios de Quixadá (64.442 habitantes no total municipal), Crateús (65.229 habitantes no total municipal), no Ceará, e Surubim (59.021 habitantes no total municipal), em Pernambuco, perderam população no período 1980-91, bem como no período 1991-96, revelando condições preocupantes e desfavoráveis de desenvolvimento deste subespaço nordestino.

No estado do Piauí, na área correspondente ao Meio-norte, parte não ocupada pelos cerrados, o baixo poder aquisitivo da população é responsável pela formação de um mercado consumidor incapaz de oferecer apoio à expansão das atividades comerciais e de serviços. Sendo as cidades locais de concentração de atividades desta natureza, não surpreende a existência de um sistema urbano

tão frágil e desequilibrado quanto o que ali se encontra. Parnaíba (131.885 habitantes no total municipal) e Picos (76.194 habitantes no total municipal) sobressaem-se como centros urbanos regionais de ordem um, sendo acompanhados de Campo Maior (59.300 habitantes no total municipal) e Piripiri (59.921 habitantes no total municipal). Esses três últimos municípios perderam população no período 1991-96.

No sistema sub-regional do semi-árido, nas áreas caracterizadas hoje pela agricultura irrigada, a ocorrência de áreas mais amplas, suscetíveis de aproveitamento agrícola, na margem pernambucana do rio São Francisco, explica por que a ocupação e o povoamento já tinham assumido ali maior expressividade. Sinal dessa expressividade é a linha de cidades de posição ribeirinha (Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Cabrobó, Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta e Petrolândia) que, atualmente, servem de sede a oito municípios, com destaque especial para Petrolina e Juazeiro, esta última na margem baiana. Além disso, as condições naturais da margem esquerda permitiram a agricultura irrigada, em vez de apenas cultura de vazante. As infra-estruturas básicas (energia e rodovias) e o apoio das agências públicas de assistência técnica (Emater, IPA), significando esta última inovações no plano da fitotecnia, assim como no melhoramento genético, são responsáveis pelo sucesso dos empreendimentos realizados. As mudanças profundas ocorridas na forma de uso dos recursos da área e da sua estrutura econômica tornaram-na uma área de elevada densidade demográfica, contrastando com as extensões imensas de espaços sertanejos de baixíssimo povoamento. A aglomeração urbana não-metropolitana de Petrolina/Juazeiro (363.303 habitantes[8]) capitaneia o subsistema urbano ali existente, que tem Floresta (21.150 habitantes no município) como segunda cidade.

Outra área irrigada que merece destaque no semi-árido nordestino é aquela formada pelo moderno e recente complexo agroindustrial de fruticultura, conhecido como Açu/Mossoró. Tal complexo, aliado ao complexo gás-sal, tem sido responsável pelo dinamismo desse subespaço regional. Mossoró (205.822 habitantes no município) é o mais importante centro urbano regional (ordem um). Estando a meio caminho de Natal e Fortaleza, subordina-se a esses dois centros e mantém estreitas ligações produtivas e comerciais com Açu (45.054 habitantes no município).

O agrossistema dos brejos configura *ilhas de umidade*, o que permite uma produção agrícola densa e diversificada. Essas áreas correspondem aos brejos de altitude, que ocorrem nos sertões pernambucanos, às serras agrícolas, como ocorre nos sertões cearenses, ou ainda aos pediplanos, como ocorre nos sertões paraibanos. As principais localidades com as suas respectivas populações municipais, que se situam nessas condições climáticas, são Triunfo (14.996 habitantes no total municipal), Araripina (63.841 habitantes no total municipal), Garanhuns (110.084 habitantes no total municipal) e Gravatá (61.631 habitantes no total municipal), em Pernambuco; Sousa/Cajazeiras (129.307 habitantes no total dos dois municípios) e Pombal (39.322 habitantes no total municipal), na Paraíba; e Crato/Juazeiro do Norte e Barbalha (328.240 habitantes no total da aglomeração urbana não-metropolitana), no Ceará. Assim como no Agreste, essas localidades estão mais integradas nos quadros econômicos e na vida das populações do que as localidades das áreas de monocultura canavieira e daquelas de predominância da pecuária sertaneja. As relações campo/cidade são mais intensas. Assim, tornaram-se núcleos urbanos regionais com áreas de influência definidas.

2.1.3 Sistema sub-regional de fronteiras agrícolas

A introdução da soja provocou alterações profundas na economia dos cerrados baianos, surgindo uma nova rede urbana superposta à antiga e capitaneada pela cidade de Barreiras, cujo raio de influência se estende sobre as cidades de Angical, Baianópolis, Cotegipe, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia e São Desidério. Cabe ressaltar que, além da soja, parte dos cerrados baianos, correspondente à microrregião de Bom Jesus da Lapa, vem-se sobressaindo no cultivo de lavouras tradicionais, como milho, feijão e arroz. Comanda um outro subsistema de cidades formado pelas cidades de Santa Maria da Vitória, Ibotirama, Igaporã, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. A BR-242 aproxima a área dos cerrados baianos de centros consumidores, como Brasília. Assim, os dois subsistemas são pouco articulados com os demais subsistemas nordestinos, uma vez que estão mais vinculados aos centros urbanos da região centro-sul.

A soja transformou também a economia dos cerrados maranhenses, cuja lógica é dada pelos modernos empreendimentos privados fundamentados na grande concentração fundiária. Tal economia foi responsável pela emergência do agronegócio (comércio de fertilizantes, calcário, máquinas, combustível etc.). Tudo isto fez com que Imperatriz (274.104 habitantes no total municipal) se transformasse em importante centro geoeconômico, e Balsas em um centro de apoio indispensável às atividades agrícolas. Próximo à Imperatriz encontra-se Açailândia (102.609 habitantes no total municipal), situada no entron-

[8] Total da população dos dois municípios da aglomeração, segundo dados do Censo Demográfico IBGE 1996.

camento da BR-349 com a estrada de ferro Carajás. Esta cidade conheceu um grande dinamismo econômico, devido aos grandes empreendimentos siderometalúrgicos e madeireiros ali localizados.

Ainda no estado do Maranhão, a área conhecida como Meio-norte caracteriza-se pelas atividades agrárias designadas como agropastoril-extrativista. É uma área que vem experimentando profundas mudanças, que começaram nos anos 50 e se intensificaram nas três últimas décadas. O fator básico foi uma nova e moderna infra-estrutura de circulação rodoviária no espaço regional, significando acesso aos mercados consumidores e, por extensão, estimulando um surto de expansão agrícola, particularmente a arrozeira, e, com ela, um deslocamento de populações e da fronteira agrícola. Caxias (90.369 habitantes na sede e 146.045 habitantes no total municipal) e Bacabal (70.015 habitantes na sede e 104.838 no total municipal) sobressaem-se como centros urbanos regionais de ordem um, seguidos por Codó (67.754 habitantes na sede e 110.292 habitantes no total municipal) e Santa Inês (58.235 habitantes na sede e 68.942 habitantes no total municipal), centros regionais de ordem três.

Nos cerrados piauienses, onde o arroz destaca-se como principal produto, a introdução de novas técnicas agrícolas ainda ocorre de forma lenta, como resultado das precárias condições de infra-estrutura. A eletrificação rural, o sistema de armazenamento e o escoamento da produção por estradas inviabilizam mudanças significativas no curto prazo. De qualquer forma, as cidades dos cerrados piauienses mudaram. Floriano (52.222 habitantes no total municipal) comanda o subsistema urbano, exercendo influência sobre os municípios de Antônio Almeida, Bertolínia, Bom Jesus, Guadalupe, Ataueira, Jerumenha, Landri Sales, Manuel Emídio, Marcos Parente, Palmeira do Piauí, Ribeiro Gonçalves e Uruçuí. Sendo Floriano a cidade mais importante do sul piauiense, o seu raio de influência extrapola os cerrados, atingindo outras localidades.

2.1.4 Sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais

O sistema sub-regional dos complexos e pólos industriais se apóia nos grandes núcleos urbanos da região Nordeste, com ênfase nas aglomerações urbanas metropolitanas e nas aglomerações urbanas não-metropolitanas. Tendo em vista as características mais gerais de seus respectivos parques industriais – empreendimentos voltados principalmente para o atendimento de demandas nacionais de bens intermediários –, os mencionados centros urbanos estão fortemente integrados ao núcleo dinâmico da economia brasileira, localizado no Sudeste. De qualquer forma, a industrialização impulsionou fortemente os serviços, conferindo a esses centros aspectos de modernidade.

O grau de urbanização da região Nordeste, que era de 50,5%, em 1980, amplia-se para 60,7% e 65,2%, em 1991 e 1996, respectivamente, significando a consolidação de uma sociedade predominantemente urbana. Ao mesmo tempo, houve um decréscimo absoluto e relativo da população rural, que passou de 17,2 milhões de habitantes, em 1980, para 16,7 milhões e 15,5 milhões de habitantes, em 1991 e 1996, respectivamente. Houve, portanto, uma redução de 525 mil habitantes no período 1980-91 e de 1,2 milhão no período 1991-96. Entretanto, o Nordeste continua abrigando o maior contingente de população rural do país (45,8% do total do país).

O crescimento populacional recente dos municípios do Nordeste aponta aspectos essenciais para a análise da rede de cidades, muito embora não se possa fazer uma correspondência direta entre a população de cada município e sua posição funcional no sistema de cidades.

O primeiro refere-se às três aglomerações urbanas metropolitanas (Recife, Salvador e Fortaleza), que vêm apresentando, desde 1980, um crescimento conjunto inferior à média da região. Para tanto, muito contribuiu a aglomeração urbana metropolitana do Recife, que nos dois períodos considerados apresentou as menores taxas anuais de crescimento: 1,8% e 1,1%, respectivamente.

O segundo refere-se ao conjunto das aglomerações urbanas, cujas taxas anuais de crescimento populacional foram de 3,58%, no período 1980-91, e de 2,2%, entre 1991 e 1996, as mais elevadas entre os diversos grupos de municípios, e bem superiores às taxas médias da região.

O terceiro aspecto concerne aos municípios que despontam como possíveis *novas territorialidades*, em decorrência do seu potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, culturais, ecológicas e de lazer. A taxa anual de crescimento populacional desses municípios, no período 1991-96, foi de 3,2,%, superior às taxas da região Nordeste e dos centros urbanos regionais, no mesmo período.

Outro aspecto a considerar refere-se aos centros urbanos regionais. A taxa anual de crescimento passou de 1,7% no período 1980-91 para 0,4% no período 1991-96, as menores taxas de crescimento entre os quatro primeiros grupos de municípios. Em relação ao último grupo – municípios de menos de 50 mil habitantes –, as taxas foram de 0,40% e 0,56%, respectivamente. Esta última, portanto, também superior à taxa dos centros urbanos regionais, no mesmo período.

A conclusão, em termos do comportamento das taxas de crescimento populacional por grupo de municípios, é que estas vêm aumentando, segundo a seguinte hierarquia: as aglomerações urbanas não-metropolitanas; as aglomerações urbanas metropolitanas e, em particular, os municípios periféricos; as localidades que despontam como *novas territorialidades*; os municípios com menos de 50 mil

habitantes; e, finalmente, os centros regionais. Por um lado, tal dinâmica aponta para uma rede urbana em que as aglomerações urbanas adquirem maior significado e, conseqüentemente, para uma distância menor entre estas e as aglomerações urbanas metropolitanas. Por outro lado, assinala uma perda de posição dos centros urbanos regionais.

Das três aglomerações urbanas metropolitanas, a do Recife, segundo o Regic (IBGE), destaca-se pelo seu raio de influência, que abrange, além do estado de Pernambuco, os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Piauí e, ainda, os municípios situados a noroeste do estado da Bahia (Paulo Afonso, Jeremoabo, Remanso, Santa Sé, Uauá, Sobradinho e Casa Nova). Exerce, ainda, uma influência muito forte em relação a João Pessoa, Natal, Maceió, Caruaru e Campina Grande. Além disso, diferentemente das demais aglomerações urbanas metropolitanas, possui um número considerável de municípios periféricos, que exercem importante centralidade.

A influência da aglomeração urbana metropolitana de Salvador, segundo o Regic, se estende por todo o estado da Bahia e por alguns municípios situados a oeste do estado de Pernambuco (Petrolina, Araripina e Ouricuri), além de exercer forte influência sobre as cidades de Petrolina e Aracaju.

A influência da aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza se restringe ao estado do Ceará e ao oeste do estado do Rio Grande do Norte (Mossoró, Açu, Macau, Pau dos Ferros e Patu).

Das 16 aglomerações urbanas, sete (as capitais regionais, com exceção de Teresina e as aglomerações urbanas de Ilhéus/Itabuna) estão na faixa litorânea, conformando, junto com as três aglomerações urbanas metropolitanas, um cinturão onde a rede urbana é mais densa.

As aglomerações urbanas de ordem um são todas capitais de estados e, portanto, com o núcleo apresentando uma importante participação da PEA nas atividades administrativas (entre 16% e 20%). Possuem, em geral, um raio de influência que se estende por todo o território dos seus respectivos estados. Com exceção da aglomeração urbana não-metropolitana de Teresina, as demais situam-se no litoral. As de ordem dois exercem forte influência sobre uma área mais restrita e apresentam uma participação da PEA ocupada nas atividades administrativas entre 13% e 15%. Das três, duas situam-se no interior. Finalmente, as de ordem três, embora apresentem uma influência semelhante às de ordem dois, detêm uma participação da PEA nas atividades administrativas entre 4% e 10%. Dos seis municípios, cinco situam-se no interior.

Assim, parte importante das aglomerações urbanas de ordem dois e três são interioranas, bem como parte significativa dos centros regionais de ordem um, compondo o que se pode chamar de rede urbana interiorana (aproximadamente 200 quilômetros da costa atlântica). Com a tendência da conformação de *novas territorialidades*, é evidente que ocorrerá um reforço a este conjunto de cidades.

Por sua vez, os centros urbanos regionais, localizados em sua grande maioria no interior do Nordeste, são em número reduzido, se consideradas as grandes dimensões territoriais da região. Embora desempenhem funções importantes nas sub-regiões onde se inserem, a dispersão entre eles evidencia a fragilidade da rede de cidades, quando se observa o interior nordestino. Muitas vezes, os núcleos a eles subordinados estão debilmente conectados entre si. Além disso, a perda de vitalidade econômica de um número considerável de centros urbanos regionais reforça ainda mais a fragilidade da rede.

Resumindo, apesar de a rede urbana do Nordeste ter conhecido um processo significativo de adensamento populacional, ao incorporar 64 novas localidades urbanas de mais de 20 mil habitantes ao conjunto existente no período 1991-96 e ter apresentado uma taxa de crescimento urbano relativamente elevada, ela ainda se caracteriza pela frágil organização, em termos não apenas de distribuição da população, mas também de produção e de distribuição de bens e serviços.

A hierarquia da rede urbana, neste estudo, é definida pelos seguintes critérios:

- grupo 1 – aglomerações urbanas metropolitanas que têm um papel de primazia na rede urbana nordestina, em decorrência da grande concentração populacional (acima de 2,5 milhões de habitantes), da elevada participação da PEA em atividades urbanas, das elevadas densidades populacionais e do nível de centralidade registrado no Regic, estudo do IBGE;
- grupo 2 – aglomerações urbanas não-metropolitanas (população entre 200 mil e 1 milhão de habitantes) que foram agregadas em três ordens, de acordo com a participação da PEA nas atividades administrativas. No interior de cada ordem, a hierarquia obedeceu à posição que cada uma dessas aglomerações ocupa no que se refere à sua região de influência (centralidade);
- grupo 3 – centros urbanos regionais (50 mil a 280 mil habitantes), também agregados em três ordens distintas[9];

[9] A localização dos municípios nas diferentes ordens obedeceu aos seguintes critérios: ordem um – municípios integrantes do grupo C (*Cluster*), apresentando um nível de centralidade (Regic) de cinco e seis, e uma PEA urbana superior a 60%; ordem dois – municípios inseridos nos grupos C e B (*Cluster*), apresentando um nível de centralidade (Regic) entre um e cinco, e uma PEA urbana superior a 50%; ordem três – municípios integrantes dos grupos C e B (*Cluster*), apresentando um nível de centralidade (Regic) entre um e quatro, e uma PEA urbana abaixo de 50%.

- grupo 4 – localidades que despontam com grande potencial de gerar novas centralidades;
- grupo 5 – conjunto dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em 1991.

2.2 Morfologia e Funções da Rede Urbana Regional

As três aglomerações urbanas metropolitanas (grupo 1) abrigavam, em 1996, 8,4 milhões de habitantes, representando 19,4% da população nordestina total. No período 1980-91, as três aglomerações urbanas metropolitanas apresentaram, em conjunto, uma taxa anual de crescimento de 2,7%, reduzida para 1,64%, no período 1991-96. A aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza apresentou as maiores taxas de crescimento populacional nos períodos considerados: 3,5% e 2,3%, respectivamente. Os municípios periféricos, em sua maioria, cresceram a taxas superiores aos núcleos metropolitanos.[10]

As 16 aglomerações urbanas (grupo 2)[11] abrigavam, em 1996, 7,6 milhões de habitantes, 17,6% da população regional. Trata-se de aglomerações cujos núcleos são capitais estaduais ou importantes centros hierarquicamente inferiores às aglomerações urbanas metropolitanas. O conjunto dessas aglomerações apresentou as maiores taxas anuais de crescimento populacional nos períodos 1980-91 e 1991-96, entre os diversos grupos de municípios.

Cabe destaque para a aglomeração urbana não-metropolitana de Teixeira de Freitas, na qual Porto Seguro apresentou uma taxa anual de crescimento de 7,13% e 13,39%, nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente, em função do crescimento do turismo e da implementação de grande projeto de celulose na região. Também chama atenção Nossa Senhora do Socorro, na aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju, com taxas anuais de crescimento de 15,62% e 9,37%, respectivamente, crescimento influenciado por dois grandes empreendimentos para a produção de fertilizante nitrogenado e de cloreto de potássio.

Os 83 centros urbanos regionais abrigavam, em 1996, uma população de 6,4 milhões de habitantes, 4,8% da população regional.

Os 15 centros urbanos regionais de ordem 1 abrigavam uma população de 1,9 milhão de habitantes, em 1996, 4,4% da população total da região. A taxa anual de crescimento da população deste subgrupo, no período 1980-91, foi de 2,6% e, no período 1991-96, de 1,1%, revelando um incremento populacional relativamente baixo. Desses 15 centros urbanos, três perderam população: Imperatriz, no Maranhão; Picos, no Piauí; e Serra Talhada, em Pernambuco. Os dois últimos inserem-se no Polígono das Secas.

Neste subgrupo, cabe referência especial a Barreiras, capital regional dos cerrados baianos, que nesses mesmos períodos alcançou taxas de crescimento de 7,5% e 4,2% a.a., respectivamente.

A rede urbana apresenta 43 centros urbanos regionais de ordem dois, que concentravam, em 1996, 6,6% da população da região. O crescimento deste grupo de cidades ocorreu a uma taxa anual de 1,5% e 0,2%, nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente. Quinze municípios perderam população, situando-se, em geral, nas mencionadas áreas de emigração.

Em termos de incremento populacional, destaca-se o município de Valença, que cresceu, no período 1991-96, a uma taxa anual de 2,2%, em decorrência do desenvolvimento da agricultura, da pesca e, principalmente, da infra-estrutura de comércio e serviços, impulsionada pelo turismo, que tem em Morro de São Paulo seu principal ponto de atração.

Os 25 centros urbanos regionais de ordem três, no conjunto, perderam população, apresentando uma taxa negativa de -0,2% a.a., no período 1991-96. Deste conjunto, 12 centros caracterizaram-se como áreas de emigração. A taxa anual de crescimento relativamente elevada de Açailândia (4,7% e 4,1%, nos períodos considerados) deve-se às transformações recentes ocorridas na economia do estado do Maranhão, relacionadas à exploração do minério de ferro e à expansão da fronteira agrícola.

As *novas territorialidades* são formadas por localidades que despontam pela grande potencialidade de crescimento de atividades voltadas para o turismo cultural, lazer e ecoturismo, com a ampliação da rede hoteleira e do sistema viário. Como exemplos, podem-se citar os projetos Costa Dourada (Rio Formoso, Sirinhaém, Tamandaré, em Pernambuco), Linha Verde (Bahia) e Costa do Sol (de Natal até Touros, no Rio Grande do Norte).

Entre as áreas litorâneas, a Bahia desponta como a principal em potencial turístico, não somente por sua extensão, como também pelos meios de hospedagem preexistentes[12].

[10] Cabe ressaltar que o município de Araçoiba, embora pertencente legalmente à Região Metropolitana do Recife, foi excluído por não atender ao critério definido pelo IBGE quanto à PEA urbana.

[11] População total dos municípios integrantes.

[12] É interessante notar, por exemplo, que no guia de praias *Quatro Rodas*, versão 1998, das 35 praias recomendadas para a região Nordeste, a Bahia possui 19, algumas das quais contendo infra-estrutura que comporta até hotéis de luxo, mas a grande maioria carece de melhoria acentuada tanto nos seus meios de hospedagem, quanto nos serviços relacionados à atividade.

Houve, ainda, um processo de interiorização do turismo ecológico, com destaque especial à Chapada Diamantina (onde Lençóis é o principal ponto de atração, mas também há fluxos destinados a Mucugê, Palmeiras e Andaraí, na Bahia); do turismo cultural (Garanhuns, em Pernambuco); e do turismo de lazer, (Gravatá, em Pernambuco)[13].

Os núcleos urbanos com população inferior a 50 mil habitantes abrigavam, em 1996, 22 milhões de habitantes, praticamente a metade da população nordestina. Apresentaram uma taxa anual de crescimento populacional, entre 1991 e 1996, de 0,7%. Aqueles com população inferior a 10 mil habitantes constituem, na verdade, *pseudocidades*, onde boa parte da população vive de transferências ou tem na agropecuária sua principal fonte de renda.

Analisam-se a seguir, em detalhes, essas distintas espacialidades.

2.2.1 Aglomerações urbanas metropolitanas

As aglomerações urbanas metropolitanas do Nordeste – Salvador, Recife e Fortaleza – concentravam, em 1985, 49,95% do total das atividades econômicas secundárias e terciárias. Constituem os principais pólos centralizadores de bens, de serviços e de população da região Nordeste, os quais, embora estejam submetidos ao movimento mais geral de urbanização e de industrialização regionais, apresentam trajetórias diferenciadas quanto às suas dinâmicas socioeconômicas. As estruturas preexistentes, a dotação de recursos locais e o perfil empresarial dominante, entre outros fatores, tiveram um papel diferenciado, ainda que apresentem traços comuns, traduzidos pelas precárias condições de existência a que está submetida parte importante de sua população.

Na análise conjunta da PEA das aglomerações urbanas metropolitanas nordestinas verifica-se que as três metrópoles apresentam uma PEA urbana da ordem de 99% (Recife), 99,2% (Salvador) e 98,4% (Fortaleza). Analisando-se, no entanto, a composição da PEA nesses três espaços metropolitanos, por municípios que os compõem, constata-se que a aglomeração urbana metropolitana do Recife tem uma posição privilegiada no conjunto, considerando-se, de um lado, o peso das ocupações técnicas e administrativas – vistas como atividades mais específicas da ótica do gerenciamento, da influência política e da capacidade decisória – e, de outro lado, o fato de os percentuais mais significativos extrapolarem os limites da capital metropolitana, estendendo-se a outros municípios componentes dessa aglomeração urbana metropolitana.

As atividades industriais têm maior realce percentual em Fortaleza (24,9%), vindo em segundo lugar Salvador (21,4%) e, por último, Recife (18,9%). Observa-se que os percentuais da PEA industrial são menores nas capitais do que na maioria dos demais municípios que compõem as aglomerações urbanas metropolitanas. Na aglomeração urbana metropolitana do Recife, por exemplo, o percentual apresentado ocupa o décimo segundo lugar em relação ao conjunto de seus municípios; na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, essa posição é a décima, enquanto na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza é a sexta. Embora tratando-se de números relativos – que não autorizam a afirmação de que existem, nas capitais metropolitanas, menos pessoas envolvidas nas atividades industriais –, o quadro apresentado sugere haver uma distribuição dessas atividades nas aglomerações urbanas metropolitanas, em que as capitais, cada vez mais, firmam-se como centros de prestação de serviços, transações comerciais e atividades ligadas à administração pública.

No que se refere às atividades administrativas, a aglomeração urbana metropolitana do Recife, comparativamente às duas outras metrópoles, apresenta um percentual mais significativo. Nota-se, inclusive, que, mesmo considerando o conjunto dos municípios que formam as três aglomerações urbanas metropolitanas, é na aglomeração urbana metropolitana do Recife que os percentuais da PEA ocupada em atividades administrativas mostram-se mais expressivos, vindo em segundo lugar a aglomeração urbana metropolitana de Salvador e, em terceiro, a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza. Quanto à prestação de serviços, as três metrópoles ficam praticamente no mesmo patamar (26%, 26,2% e 25,9%), muito embora se observe um dado diferenciador que privilegia a posição da aglomeração urbana metropolitana do Recife em comparação à de Salvador e à de Fortaleza e que se refere às ocupações técnicas, que, na aglomeração urbana metropolitana do Recife, absorvem parcelas maiores da PEA.

Com relação ao comércio de mercadorias, Recife e Fortaleza se sobrepõem a Salvador enquanto metrópoles. Na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, chama a atenção o município de Itaparica, que apresenta uma PEA, nesse setor, superior em quase quatro pontos per-

[13] É patente, no momento, o crescimento dos fluxos turísticos destinados àquela região (hoje, somente Lençóis recebe em média 70 mil visitantes por ano, para uma população de residentes de apenas 10 mil habitantes). Este fluxo tende a expandir-se, alavancado pela recente inauguração de um aeroporto, com capacidade para receber aviões do tipo Boeing 737-400 (capacidade para mais de 100 passageiros) ou Fokker 100. Localizado no distrito de Tanquinho, a 20 quilômetros de Lençóis, o aeroporto foi construído pelo governo do estado, em parte (40%) com financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

centuais ao da capital metropolitana. Situação essa também encontrada na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, onde o município de Maracanaú também supera a PEA da capital, muito embora com pontos percentuais bem menos expressivos (apenas 0,8%). Também Caucaia, na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, dá mostras de possuir um setor comercial dinâmico, ao apresentar um percentual significativo da PEA ocupada nesse tipo de atividade.

- **Aglomeração urbana metropolitana do Recife**

Recife conheceu um grande dinamismo na década de 70, quando se firmou como metrópole industrial regional. A partir, sobretudo, desse período, seguindo as diretrizes do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, foram implantados, no Nordeste, complexos industriais para a transformação de matérias-primas. Como Pernambuco não dispunha de uma base de recursos naturais, não foram registrados novos investimentos significativos, como foi o caso da Bahia, com o complexo petroquímico, Alagoas, com complexo cloro-álcool-químico, e o Maranhão, com o complexo mínero-metarlúrgico.

Além disso, Pernambuco, segundo Araújo (1994, p. 20),

> perdeu para o Ceará o essencial do parque de fiação e mesmo numerosos estabelecimentos de tecelagem e confecções. Um diferencial introduzido pela adoção de um sistema de faixa, na política de incentivos administrada pela Sudene (entre 1969 e 1985) dificultava a localização dessas indústrias na Aglomeração Urbana Metropolitana de Recife.

Embora continue sendo a segunda maior base industrial do Nordeste, Pernambuco perdeu posição relativa para a Bahia, o Maranhão e o Ceará, tendo a aglomeração urbana metropolitana do Recife, nestes últimos anos, reduzido, ainda mais, sua importância econômica industrial no contexto regional, em decorrência dos seguintes fatores:

- processo de redefinição do padrão nacional de localização das empresas industriais, devido às fortes mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas do setor;
- término do período de incentivos fiscais (Finor) para os investimentos realizados há mais de 20 anos;
- intensa guerra fiscal e de oferta de infra-estrutura entre os estados e os municípios, para atrair empresas de grande porte, nacionais e estrangeiras;
- redefinição de novas fronteiras regionais de industrialização, baseada na desorganização política do trabalho[14].

De acordo com levantamentos elaborados pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Pernambuco, a aglomeração urbana metropolitana do Recife abriga, hoje, alguns pólos considerados dinâmicos pelos volumes de investimentos que estão sendo realizados:

- pólo de bebidas (Suape, Igarassu, Itapissuma);
- pólo eletroeletrônico (Parqtel-Curado);
- pólo de cerâmica (Cabo, Ipojuca);
- pólo químico (Cabo, Ipojuca); e
- pólo têxtil (Ipojuca, Paulista, Camaragibe).

O comércio exterior também dinamizou-se nos últimos anos. Os valores das importações passaram de US$ 310 milhões, em 1991, para US$ 890 milhões, em 1995, representando um aumento da ordem de 250%. Os valores das exportações passaram de US$ 336 milhões, em 1991, para US$ 574 milhões, em 1995, significando um aumento de 60% (Araújo e Guimarães, 1997).

O dinamismo do setor terciário vem evidenciando o grande potencial da capital metropolitana para abrigar atividades modernas do setor de serviços – como as de intermediação financeira, as relacionadas à medicina (o Recife é considerado o segundo pólo médico nacional, depois de São Paulo), à informática (produção de *software*) e às atividades ligadas à consultoria, *marketing*, advocacia empresarial, seguros, propaganda etc.

Indicadores da Secretaria da Fazenda (Silva e Chagas, 1996) mostram que 60% do PIB estadual vem do setor de serviços, contra 25% da indústria e 15% da agricultura. No setor terciário, as comunicações e a tecnologia da informação respondem por 10% do PIB estadual, o que significou, em 1996, R$ 1,3 bilhão. A análise desses dados aponta para uma participação crescente destes setores na arrecadação estadual, nos últimos anos, o que indica o acerto do investimento na tecnologia da informação como estratégia do desenvolvimento estadual.

Além disso, os serviços públicos têm uma posição marcante no tecido socioeconômico da metrópole, já que esta sedia a administração pública estadual e concentra, graças à sua localização privilegiada, importantes órgãos regionais, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Sudene, o escritório regional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a agência regional do Itamaraty, entre outros.

A aglomeração urbana metropolitana do Recife também se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia, tanto públicos como privados, ao abrigar duas universidades federais, uma estadual, uma católica e diversos centros de pesquisa. De acordo com Araújo e Guimarães (1997), Recife tornou-se importante centro regional de produção de conhecimento, a matéria-prima do século XXI, e

[14] Os fatores apontados não esgotam o conjunto de motivos que explica a diminuição do ritmo de industrialização da aglomeração urbana metropolitana do Recife. Outras explicações de caráter global, nacional e mesmo local ajudam a compreender esse processo. Contudo, os fatores ora apontados acima são suficientes para delimitar o quadro de complexidade que enfrenta o decisor público e privado no processo de definição da localização de infra-estruturas e investimentos industriais no Nordeste brasileiro.

consolidou a sua condição de centro regional de formação de recursos humanos qualificados. A isso tudo se soma o seu patrimônio histórico, cultural e paisagístico, além de uma boa estrutura hoteleira e gastronômica, que abrem boas perspectivas de expansão do turismo, chamando particular atenção, neste aspecto, o bairro do Recife e o sítio histórico de Olinda, este último considerado Patrimônio Cultural da Humanidade. Acrescentam-se a esse patrimônio pequenos núcleos históricos como Igarassu e Ipojuca.

No tocante ao comportamento do emprego na aglomeração urbana metropolitana do Recife nas últimas décadas, traço marcante é a sua perda sistemática em favor de outros municípios integrantes desse espaço metropolitano, no que se refere ao número de pessoas ocupadas nos segmentos produtivos mais relevantes, principalmente nos chamados serviços pessoais – um subsetor tido como grande absorvedor de mão-de-obra.

O mercado de trabalho na aglomeração urbana metropolitana do Recife caracteriza-se por uma grande heterogeneidade: num extremo estão grandes empresas públicas e privadas, responsáveis pela geração de uma quantidade significativa de empregos que incorporam tecnologia e capital; e, no outro extremo, uma variedade de pequenos negócios que garantem ocupação a uma parcela também significativa de mão-de-obra e que são marcados pela baixa produtividade, pelos baixos rendimentos e pelas relações informais de trabalho. Nos anos mais recentes, chama a atenção o crescimento das atividades ligadas ao que se convencionou chamar de *terciário moderno*, entendido como aquele setor da economia constituído por atividades caracterizadas pelo emprego de equipamentos de alta tecnologia, pela absorção de mão-de-obra altamente qualificada e pela incorporação de conhecimentos especializados, típicos do novo padrão da economia mundial, que ocorre paralelamente ao crescimento daquelas atividades caracterizadas, sobretudo, pelas relações de trabalho não institucionalizadas, denominadas de *atividades informais*. Embora ainda não existam dados que permitam dimensionar o volume de empregos gerados pelo dinamismo desse segmento moderno do terciário, sabe-se que muitos postos novos de trabalho foram criados em função, principalmente, da expansão das atividades ligadas à informática, aos serviços médicos e hospitalares e ao turismo.

No espaço metropolitano, a importância do Recife expressa-se no tamanho de sua PEA, que corresponde a aproximadamente 47% da PEA da aglomeração urbana metropolitana do Recife – estimada em 1.123,2 mil pessoas[15] – e a 16,7% da PEA estadual, estimada em 3.153,3 mil pessoas.[16] A caracterização do Recife como cidade de vocação terciária deve-se à expressiva participação deste setor na formação do PIB municipal, ao contrário do que acontece com o setor industrial, particularmente com a indústria de transformação, cuja contribuição, na formação do PIB, é bem inferior à de outros municípios localizados no aglomerado urbano metropolitano do Recife. Quando se considera como indicador a composição setorial da população ocupada, a situação se repete, constatando-se a distância que existe entre os setores terciário e secundário, numa situação similar à que vem ocorrendo nas principais aglomerações urbanas metropolitanas do país.

Do ponto de vista do emprego, o setor terciário recifense se sobrepõe, significativamente, aos demais setores econômicos, ocupando 76,1% da PEA, salientando-se, dentro dele, as atividades ligadas à prestação de serviços (26%), ao comércio de mercadorias (19,3%) e aquelas de natureza administrativa (20,3%), todas elas superando, em termos percentuais, o setor secundário como um todo (18,9%). Este se mostra mais expressivo nos municípios metropolitanos de Abreu e Lima (39,7%), Cabo de Santo Agostinho (38,3%), Igarassu (34,1%) e Moreno (30,5%).

Um grau de heterogeneidade muito grande marca o mercado de trabalho recifense e, particularmente, o setor terciário, cujas atividades de comércio e de serviços se desenvolvem de forma diferenciada, apresentando uma grande dicotomia no seu conjunto. De um lado, um setor atrasado, constituído por atividades marcadas pela precariedade e informalidade; e, de outro lado, um conjunto de atividades modernas, perfeitamente sintonizadas com as exigências atuais do mundo globalizado e ligadas ao ramo comercial (com uma forte presença do varejo moderno e de grande cadeia de lojas de atacado) e ao ramo de prestação de serviços especializados (concentrados nas áreas de informática, saúde, intermediação financeira, entre outros). No que se refere ao comércio, por exemplo, Recife mostra uma tendência à modernização, apresentando uma significativa concentração de *shopping centers* e redes de supermercados, e com isto firma sua posição histórica de centro regional de comércio.

• Aglomeração urbana metropolitana de Salvador

Ao longo dos anos 80, a economia baiana manteve índices de crescimento econômico acima da média nacional. Esse comportamento específico decorria não só do complexo petroquímico, localizado na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, mas também da siderurgia do cobre, da produção de madeira, de papel e de celulose, da agroindústria de alimentos (inclusive decorrente de projetos de irrigação) e, mais recentemente, dos investimentos em turismo. A indústria de transformação cresceu até

[15] Dados referentes a junho de 1997 (Prefeitura da Cidade do Recife, 1997).

[16] Dados referentes a 1995 (Sudene, 1997).

responder por quase um quarto do PIB estadual, com a petroquímica passando a contribuir com mais de 50% do produto industrial baiano[17].

A aglomeração urbana metropolitana de Salvador é responsável por mais da metade da produção baiana e concentra mais de 80% da indústria de transformação do estado. A concentração industrial no espaço metropolitano fez com que grandes contingentes populacionais fossem consolidados, provocando extensas manchas urbanas, de espaços conurbados, principalmente entre o centro, Salvador e a Ilha de Itaparica, Lauro de Freitas e o litoral de Camaçari.

A cidade de Salvador e seu entorno metropolitano concentram a maior parte da circulação monetária do estado, sendo a principal praça financeira, comercial e de serviços. Salvador concentra a sede das grandes empresas do estado, assim como centraliza a burocracia estatal, atraindo serviços e grandes volumes de depósitos bancários. Dados do Banco Central mostram que a capital (79,5%), Simões Filho (0,4%), Lauro de Freitas (0,3%), Candeias (0,2) e Camaçari (1,27%) são responsáveis por mais 80% dos depósitos bancários do estado. Tais participações não refletem os resultados das atividades produtivas nos respectivos espaços urbanos. Se isto ocorresse, a produção de Camaçari, por exemplo, justificaria o maior volume de depósitos nas agências bancárias ali localizadas. Acontece que, em Salvador, concentra-se a maioria das atividades terciárias do estado que, por meio do comércio ou da prestação de serviços, ou ainda via pagamentos da burocracia estatal, movimenta e atrai recursos das diversas regiões produtivas do estado. Ao mesmo tempo, a automação do sistema financeiro facilita a concentração e a movimentação de recursos *on-line*, favorecendo praças mais sofisticadas, onde ocorre a maioria dos grandes fluxos monetários. Por outro lado, tais números mostram a fragilidade dessas cidades – principalmente pela falta de infra-estrutura urbana, pelo baixo dinamismo comercial e pela insuficiente ou inadequada oferta de serviços modernos –, uma vez que não conseguem reter recursos nelas gerados, sofrendo os efeitos da esmagadora concorrência que vem desde Salvador.

A aglomeração urbana metropolitana abriga uma zona portuária e aeroportuária de integração entre a produção industrial do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), Centro Industrial de Aratu (CIA), Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, e de outros municípios, com outras regiões do país e do mundo. Essa facilidade de acesso aos fluxos comerciais extra-regionais faz com que a aglomeração urbana metropolitana responda por cerca de 65% do total das exportações do estado e por 90% das exportações baianas que se destinam ao Mercosul (isso corresponde, em média, no período 1990-95, a mais de 60% dos fluxos de exportação nordestinos, com destino ao conjunto dos países do Mercosul), principalmente de produtos petroquímicos.

Apenas quatro municípios (Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde e Simões Filho) concorrem para a produção de mais de 55% do PIB estadual. Os demais municípios apresentam-se ou como *reservas territoriais* para futuros investimentos industriais de porte ou como áreas de expansão da conurbação que se observa ao longo da rodovia conhecida como *Linha Verde*, em direção ao litoral norte do estado.

A consolidação do CIA e do Copec modificou a estrutura urbana da aglomeração urbana metropolitana de Salvador e de diversas cidades de pequeno porte no interior do estado. O crescimento industrial concentrado fez surgir diversas atividades terciárias. O crescimento, principalmente de atividades industriais – mas também do turismo –, criou opções e atraiu novos investimentos, muitos deles ligados às correntes internacionais de capital, fazendo com que os capitais baianos, formados na agricultura, na especulação fundiária rural e urbana, nas empreiteiras e em outros setores, se convertessem em capitais articulados ao mercado financeiro internacional.

Este desempenho repercutiu na estrutura urbana estadual, mantendo fortes atrativos para a aglomeração urbana metropolitana, concentrando infra-estrutura e serviços especializados para além das já tradicionais funções de porto exportador e de sede político-administrativa do estado. Dessa forma, a cidade de Salvador conseguiu alcançar mais de 2,2 milhões de habitantes, e sua periferia metropolitana, mais de 500 mil. O município de Simões Filho é a sede do centro industrial de Aratu, importante pólo concentrador de indústrias. Camaçari concentra a produção petroquímica, enquanto São Francisco do Conde é responsável pela produção da única refinaria de petróleo do Nordeste. Outros municípios, como Lauro de Freitas, Candeias, Dias D'Ávila, Madre de Deus, Cachoeira, São Sebastião do Passé, Vera Cruz e Itaparica, complementam a rede urbana desta aglomeração urbana metropolitana com atividades industriais, principalmente de extração e refinamento de petróleo, ou atividades comerciais e de serviços, alguns com laços de conurbação, outros servindo apenas de dormitórios.

[17] A Bahia, que já fora pioneira no processo de integração produtiva do Nordeste, tendo alcançado taxas de crescimento acima da média regional nos anos 50 e 60, e elevado ritmo nos anos 70, partia de uma base produtiva relativamente maior nos anos 80. Em 1993, o PIB baiano correspondia a 5,7 vezes o do Rio Grande do Norte, por exemplo. Daí o porquê de o crescimento da economia baiana só ser superior ao do estado de Pernambuco, mas ainda com desempenho superior à média nacional.

O distanciamento populacional e econômico da aglomeração urbana metropolitana de Salvador, quando comparado ao restante da rede urbana estadual, é gritante. Uma primeira explicação estaria relacionada à presença crescente de investimentos que inserem relações tipicamente capitalistas, via complexos industriais e atividades modernas, o que não tem impedido a proliferação, em menor escala, de relações de produção não capitalistas. Esta constatação seria complementada pela observação da concentração de elementos infra-estruturais, tais como redes de saneamento, de distribuição de água, estradas e ruas adequadas, a concentração de meios de comunicação (emissoras de rádio, de televisão, jornais etc.), assim como a concentração de organismos financeiros, de instituições de ensino e pesquisa. A complementaridade entre os núcleos de atividade existentes nos subespaços metropolitanos (Camaçari, Simões Filho, São Francisco do Conde, com alta concentração industrial; Lauro de Freitas, como área residencial e comercial conurbada; litoral de Camaçari e Ilha de Itaparica, com crescentes fluxos de turistas e de investimentos derivados) contribui para o crescimento populacional e economicamente desigual e, ao mesmo tempo, combinado.

Ao longo dos anos pós-1980, Salvador foi crescentemente demandada para atender ao turismo de negócios – derivado do crescimento do Copec, do CIA e das novas atividades no interior do estado (Barreiras, Juazeiro, Porto Seguro e outros). Mas o aproveitamento das belezas naturais e do patrimônio histórico e cultural da cidade fez com que também se consolidasse o turismo voltado para o lazer. Com isto, a atividade turística passou a canalizar grandes volumes de capitais privados e estatais, que promoveram uma autêntica *reforma urbana* em Salvador. Aliás, desde os anos 70 o Estado investira na construção de amplas avenidas de fundo de vale e na implantação de um novo centro administrativo. A partir dos anos 80, os incentivos estatais para a ampliação de empreendimentos voltados para o turismo deram novo impulso ao surgimento e ampliação de hotéis de alto padrão, voltados para o turismo internacional. Em Salvador foi revitalizada a área do Pelourinho, considerada Patrimônio Cultural da Humanidade.

A aglomeração urbana metropolitana de Salvador concentra a maioria dos serviços especializados em educação de nível superior e de apoio científico e tecnológico da Bahia. Salvador abriga duas universidades públicas (uma federal, a Universidade Federal da Bahia, e o principal *campus* de uma estadual (a Uneb), e duas universidades privadas (Universidade Católica de Salvador e a Unifacs); diversas faculdades isoladas (Visconde de Cairu, Ruy Barbosa, Baiana de Medicina, entre outras) e centros de ensino superior (Unyahna, Faculdades Integradas da Bahia e outras) e, ainda, instituições de ensino técnico e de fomento à pesquisa científica e tecnológica, mantidas tanto com recursos públicos quanto pela iniciativa privada. Essa concentração – cuja oferta cresceu por necessidade dos capitais modernos que se instalaram na região desde os anos 40 até os anos 80 –, contudo, está aquém das efetivas necessidades sociais e culturais da população e também da necessidade de criar condições favoráveis à atração de capitais que utilizem novas tecnologias. Aliás, desde a consolidação do pólo petroquímico, a aglomeração urbana metropolitana de Salvador vem importando parte significativa de sua mão-de-obra técnica qualificada.

Na análise da distribuição da PEA na aglomeração urbana metropolitana de Salvador, os percentuais relativos ao ramo industrial colocam em evidência o município de Madre de Deus, que exibe um percentual (47,1%) que supera, de forma significativa, os verificados em todos os municípios das três aglomerações urbanas metropolitanas da região Nordeste. Este município é acompanhado de perto, neste aspecto, pelo município de Candeias, que, com um percentual de 40,9% no ramo industrial, se coloca em segundo lugar perante os demais municípios integrantes das demais aglomerações urbanas metropolitanas. Numa tentativa de hierarquização, desse ponto de vista e, agora, considerando os limites relativos à aglomeração urbana metropolitana de Salvador, aparecem: em terceiro lugar, o município de Camaçari (38,6%); em quarto lugar, o município de Dias D'Ávila (37,8%), e em quinto lugar, Simões Filho (37,2%).

As atividades agropecuárias apresentam percentuais maiores da PEA nos municípios de Cachoeira (29%), São Sebastião do Passé (23,3%), Vera Cruz (22,9%) e São Francisco do Conde (17,6%). É interessante observar que São Sebastião do Passé também apresenta uma PEA no ramo de prestação de serviços equivalente a 20,2%, e, no ramo industrial, uma PEA da ordem de 28%, demonstrando haver, dessa ótica de análise, um equilíbrio entre as funções rural e urbana.

O município de Itaparica se destaca no comércio de mercadorias (21%), mesmo quando confrontado com o de Salvador (17,1%). Os demais municípios integrantes dessa aglomeração colocam-se em patamares mais ou menos aproximados – entre 10% e 13,4% –, ficando São Sebastião do Passé, Madre de Deus e São Francisco do Conde com os menores percentuais (8,7%, 8% e 5,3%, respectivamente). No tocante às atividades administrativas, os percentuais superam a barreira dos 15% em apenas dois municípios: Salvador (18,5%) e Madre de Deus (12,9%).

A PEA da aglomeração urbana metropolitana de Salvador cresceu, entre dezembro de 1991 (990,6 mil) e dezembro de 1997 (1.140,7 mil), quase 15%. Já a População Ocupada (POC) cresceu, no mesmo período, apenas 12%, perfazendo, em dezembro de 1997, um total de 1.053.548 pessoas ocupadas. Isso representa uma relação POC/PEA

de 92%, também uma das mais baixas entre as aglomerações metropolitanas do país. A proporção de desocupados da aglomeração urbana metropolitana vem-se mantendo acima da média nacional.

- **Aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza**

Ao contrário do que ocorreu nas aglomerações urbanas metropolitanas do Recife e de Salvador, em Fortaleza os efeitos dos investimentos incentivados pela Sudene tornaram-se mais efetivos a partir da segunda metade da década de 70. Para tanto, muito contribuíram a deficiência de energia elétrica para uso industrial, a precariedade das infra-estruturas portuária, rodoviária e de comunicações, a ausência de importantes matérias-primas, o mercado limitado, a maior distância dos principais centros supridores de insumos e, por fim, a pouca influência das elites locais no cenário nacional[18].

Além disso, diferentemente da aglomeração urbana metropolitana do Recife, onde os gêneros dinâmicos conheceram crescimento superior aos dos gêneros tradicionais, Fortaleza praticamente manteve a mesma estrutura industrial, conservando os setores mais tradicionais à frente de seu desenvolvimento industrial. A despeito desse fato, a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza vem conhecendo grande dinamismo, sendo um dos mais evidentes a montagem do novo pólo têxtil e de confecções que, segundo Araújo (1994, p. 20), se concretizou graças

> a uma forte articulação entre os capitais locais e os capitais que se dirigem a Fortaleza na esteira dos benefícios fiscais e financeiros federais. Este fato se confirma pelos dados de participação de capitalistas locais, com 88% do capital integralizado pelos acionistas portadores de ações ordinárias nas empresas financiadas pela Sudene. Esse percentual é inferior a 34% nos casos de Pernambuco e da Bahia, onde, portanto, predomina largamente capital de fora da região. Nesses últimos estados, essa articulação entre capitalistas locais e extra-regionais é bem menor e, por isso, recebem, majoritariamente, filiais de empresas de outras regiões ou países, comandadas de fora.

Além disso, segundo a mesma autora, este moderno complexo industrial tem como fundamento atividades tradicionais do tecido industrial nordestino, ou seja, o têxtil e o de confecções; este último tem por trás toda uma tradição de artesanato local.

Levantamentos realizados dão conta de que 63,87% do PIB do estado do Ceará, em 1995, foi gerado no espaço metropolitano, verificando-se, no entanto, uma redução dessa participação no período 1993-95. O mapeamento das unidades industriais distribuídas no território cearense, feito com base nos dados da Secretaria da Indústria do Ceará (SIC), revela que, em 1996, 58,7% delas estavam instaladas na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza. É um índice de concentração ainda muito elevado, não obstante já se tenha apresentado mais alto (63%, em 1990). Essa redução de 6,8% é atribuída à política de descentralização industrial que vem sendo adotada pelo governo estadual. O alto grau de concentração de riqueza na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza revela-se também nos dados relativos à participação da capital metropolitana no PIB estadual. Em 1995, a região participava com quase 63,87% do total, o que significa, em termos monetários, R$ 8,16 bilhões (Iplance, 1998).

Diferentemente de Pernambuco e da Bahia, que possuem cidades relativamente importantes no interior do estado, o Ceará apresenta uma configuração espacial altamente concentrada. A capital, Fortaleza (1.965.513 habitantes no total municipal), tem uma população 10 vezes maior do que a segunda maior cidade do estado, Juazeiro do Norte (189.423 habitantes no total municipal), que, juntamente com Crato e Barbalha, formam (segundo o Regic – 1993) a aglomeração urbana não-metropolitana de Juazeiro do Norte (328.240 habitantes no total da aglomeração). As suas taxas anuais de crescimento, na década de 80 e no período 1991-96, foram as maiores entre as três aglomerações urbanas metropolitanas.

A conseqüência mais evidente dessa concentração populacional na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza foi uma enorme pressão por investimentos públicos nesse espaço metropolitano. A exemplo de outras capitais do país, a favelização em Fortaleza tem-se apresentado como a face espacial *da metropolização* e do processo de desequilíbrio econômico-espacial do estado. Ao atrair maiores investimentos públicos para uma região apenas, o estado também atraiu uma parcela expressiva da população rural que chegou à metrópole sem as condições mínimas necessárias para habitar dignamente tal espaço[19].

O governo do estado, especialmente a partir de 1987, começou a investir na formulação de políticas que revertessem essa realidade. Para tanto, o Ceará tem desenvolvido, desde 1995, um programa de atração de indústrias, segundo o qual foi firmado um protocolo de intenções com mais de 300 indústrias a serem distribuídas em 55 municípios cearenses, das quais 99 já se instalaram no estado. O principal fator de atração são os incentivos fiscais, com redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e em alguns casos, com isenção de outros impostos. Nesse contexto, o governo do Ceará utiliza seu sistema de incentivos para priorizar as indústrias interessadas em se instalar no interior do estado.

[18] Ver, a respeito, Santos (1997).

[19] O notável crescimento urbano, 3,63% a.a., mostra que o Ceará atraiu populações do campo para as cidades, já que o seu crescimento demográfico (1,7%) foi bem inferior (Centro Josué de Castro..., 1998).

No período 1987-95, o PIB do Ceará evoluiu positivamente, correspondendo a um acréscimo médio de 4,38% a.a., enquanto a economia brasileira, no mesmo período, teve uma expansão média anual de 1,45%, e a nordestina de 1,30% a.a.. O principal determinante do desempenho econômico do Ceará reside na reorganização das finanças públicas e na melhoria da qualidade da gestão governamental, que permitiram à regularização das despesas correntes e das dívidas públicas, internas e externas, gerando poupança e a conseqüente capacidade de investir, ao lado da já mencionada política de atração de novos investimentos privados.

Na aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, destacam-se os seguintes empreendimentos:

- o aeroporto internacional, que mobilizou recursos da ordem de R$ 65 milhões, gerando uma capacidade de 7,5 milhões de passageiros por ano;
- o complexo industrial e portuário de Pecém, cujas obras já foram iniciadas, e para o qual se prevê um investimento de R$ 135 milhões;
- o metrô de Fortaleza, em fase de construção, que mobilizará um total aproximado de R$ 268 milhões;
- a siderúrgica cearense, voltada para a produção de laminados quentes e frios e chapas galvanizadas, que significará um importante fluxo de investimentos na economia de Fortaleza, da ordem de R$ 800 milhões, o que acarretará profundas mudanças tanto no conjunto das forças de desenvolvimento como, particularmente, no dinamismo e na fisionomia da cidade;
- o gasoduto Guamaré-Fortaleza, que significará o aumento da oferta de gás natural e mobilizará recursos em torno de R$ 50 milhões.

A esses empreendimentos somam-se outros situados no interior do estado, como o Açude Castanhão, que mobilizará recursos da ordem de R$ 96 milhões, com capacidade prevista para gerar 22 *megawatts* de energia e irrigar 43 mil hectares de terra, e o Parque Eólico do Mucuripe, que deverá gerar 1,2 *megawatt*, consumindo, em termos de investimento, R$ 1,7 milhão.

Nessa estratégia do governo do estado em dotar o Ceará de uma infra-estrutura que o torne competitivo numa economia cada vez mais globalizada, tem lugar de destaque a indústria do turismo, muito embora, segundo dados do Iplance, em 1996, participasse com apenas 2% do PIB do estado, participação que, no entanto, tende a crescer em face dos investimentos que estão sendo realizados nesse ramo de atividades. A inauguração do novo aeroporto, a implantação de grandes projetos hoteleiros e o surgimento de novas rotas para a aviação, inclusive internacionais, consolidam todo um movimento nessa direção.

No que se refere ao emprego, partindo-se da análise da PEA, os dados mostram a preponderância do setor terciário, que é devida, sobretudo, às atividades de prestação de serviços e ao comércio de mercadorias. É interessante observar que, em relação à prestação de serviços, o município de Eusébio, também pertencente a aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, consegue superar a capital metropolitana em termos percentuais de absorção da PEA. Já no comércio de mercadorias, a capital é suplantada, em termos percentuais, pelo município de Maracanaú, também integrante da aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza. O setor secundário apresenta um percentual de absorção da PEA bastante significativo, notando-se, inclusive, que Fortaleza exibe percentuais superiores aos das outras duas capitais metropolitanas nordestinas, o que também reflete o dinamismo das atividades industriais naquele espaço. Analisando-se, porém, a PEA industrial dos demais municípios integrantes da aglomeração urbana metropolitana de Fortaleza, constata-se a mesma situação encontrada nas aglomerações urbanas metropolitanas do Recife e de Salvador, em que se verificam percentuais mais expressivos da PEA nesses outros municípios do que na capital.

Fortaleza também funciona como centro regional que atua sobre a mesorregião metropolitana, onde estão localizados nove municípios da microrregião geográfica de Fortaleza e dois municípios da microrregião geográfica de Pacajus (Centro Josué de Castro..., 1998). A distribuição da população e das atividades econômicas e sociais no Ceará é uma das mais concentradas do Brasil, encontrando-se em Fortaleza, como já foi dito, 10 vezes mais habitantes do que em Juazeiro do Norte – a segunda maior cidade do estado. Como causa e efeito da urbanização acelerada, os investimentos públicos e privados concentraram-se na capital e nos municípios da aglomeração urbana metropolitana, favorecendo um crescimento altamente desequilibrado entre as diversas regiões do Ceará (Governo do Estado do Ceará, 1995).

Uma análise da evolução do município, do ponto de vista demográfico, mostra, no entanto, que, se até os anos 80 Fortaleza cresceu mais do que a Região Metropolitana de Fortaleza, nos anos mais recentes este crescimento se processou de forma mais lenta, revertendo-se o ritmo de crescimento da população do município em relação à aglomeração como um todo. A conclusão que se tira é de que o foco de atração dos migrantes não é mais apenas Fortaleza, mas também outras cidades da aglomeração urbana metropolitana e outras cidades, localizadas próximo à capital, como Pacajus, Horizonte, Barreira e Acarape, as quais estão sendo industrializadas.

As alterações mais recentes verificadas no quadro demográfico do município de Fortaleza também são atribuídas a investimentos que vêm sendo realizados de forma espacialmente descentralizada, como a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a execução do Prodetur e a ponte sobre o rio Ceará. Entre os novos critérios estabelecidos para se definir a localização de novos

empreendimentos industriais, ressaltam-se os que privilegiam a interiorização e promovem a desconcentração industrial, não só de Fortaleza, mas da própria aglomeração urbana metropolitana para as demais regiões do estado (Governo do Estado do Ceará, 1995).

Num perfil semelhante às outras duas aglomerações urbanas metropolitanas do Nordeste, Fortaleza tem sua economia voltada fundamentalmente para os serviços e a indústria, o que pode ser comprovado tanto pela composição setorial do PIB gerado no município, como pela composição setorial do emprego.

Mesmo diante do dinamismo mais recente apresentado pelo setor industrial, Fortaleza mantém a sua característica terciário-comercial, notadamente nas áreas de confecções, calçados e artefatos de tecidos. A cidade se insere entre os três primeiros pólos comerciais do ramo de confecções mais importantes do cenário nacional e tem o que é considerado o maior centro comercial de autopeças da região Nordeste (Centro Josué de Castro..., 1998). Embora a participação das atividades comerciais do município, no conjunto do estado do Ceará, tenha diminuído nos últimos anos em função do dinamismo dessas atividades em outras áreas da aglomeração urbana metropolitana e do estado, o comércio de Fortaleza tem dado sinais de crescimento em termos de quantidade e, também, de qualidade.

Os indicadores do mercado de trabalho de Fortaleza, produzidos pelo Sine (Centro Josué de Castro..., 1998), registram uma PEA da ordem de 753.159 pessoas, em 1996, correspondente a 45,89% da população total. Numa situação análoga à dos outros dois centros metropolitanos nordestinos aqui considerados – Recife e Salvador –, Fortaleza também apresenta um setor informal bastante expressivo, com uma taxa de ocupação equivalente a 54,35%, o que corresponde a 368.817 trabalhadores engajados nas atividades informais.

Com relação à composição setorial do emprego, Fortaleza mostra uma predominância do setor terciário (69,9%) sobre os demais setores, apresentando um setor secundário mais expressivo (24,9%), do ponto de vista da absorção de mão-de-obra, que o do Recife e o de Salvador. O subsetor de prestação de serviços (25,9%) também se mostra nivelado ao dos outros dois centros metropolitanos, enquanto o comércio de mercadorias (19,1%) se nivela ao do Recife e supera o de Salvador.

2.2.2 Aglomerações urbanas não-metropolitanas

As aglomerações urbanas destacam-se pelo elevado incremento populacional ocorrido no período 1980-91. A taxa média de crescimento anual dessas áreas atingiu 3,58%, no período 1980-91, e 2,26%, no período 1991-96, revelando um padrão de migração rural-urbano. No período 1991-96, a taxa anual de crescimento ainda permaneceu elevada (4,84%).

2.2.2.1 Aglomerações urbanas de Ordem 1

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de São Luís (MA)**

Abrigando, em 1996, uma população urbana de 941.431[20] mil habitantes, a aglomeração urbana não-metropolitana de São Luís é formada pela conurbação de áreas urbanas dos municípios de São Luís, São José do Ribamar e Paço do Lumiar. Em 1970, não ocupava lugar de destaque entre os então denominados centros submetropolitanos. Para tanto, foram decisivos, em termos de fatos atuais e de perspectivas, os grandes empreendimentos referentes ao porto de Itaqui, à implantação da infra-estrutura necessária para a extração do minério de ferro, aos investimentos na indústria de alumínio e alumina, e à construção de importante terminal pesqueiro, que ocasionaram fluxo de investimentos de peso na economia da aglomeração, particularmente em São Luís, acarretando mudanças profundas tanto no conjunto das forças de desenvolvimento urbano como, particularmente, no dinamismo e na fisionomia da cidade-capital. No entanto, o tipo de desenvolvimento que vem sendo alcançado pelo referido elenco de grandes empreendimentos não está sendo capaz de solucionar o problema estrutural do interior maranhense, nem o problema gerado, na cidade, pelo efeito de deslocamentos humanos (Melo, 1983).

A aglomeração urbana não-metropolitana de São Luís tem um perfil ocupacional em que as atividades tipicamente urbanas, vistas a partir da capacidade de absorção da PEA de cada uma das localidades, apresentam-se de forma mais ou menos homogênea nos três municípios que a integram, salientando-se, em São Luís, as atividades administrativas que, naturalmente, se concentram na capital – principal centro decisório e administrativo –, muito embora Paço do Lumiar mostre um percentual que também pode ser considerado expressivo neste setor. O setor de prestação de serviços também se concentra em São Luís, enquanto o comércio de mercadorias e as atividades industriais apresentam, no município de São José do Ribamar, os percentuais mais elevados, significando um peso maior destes setores sobre a PEA local.

A cidade de São Luís destaca-se pela singularidade de seu patrimônio histórico e cultural, sendo o seu centro também considerado Patrimônio Cultural da Humanidade. São Luís constitui, na atualidade, quase uma

[20] Resultado da população municipal total dos três municípios da aglomeração urbana não-metropolitana de São Luís (São Luis, Passo do Lumiar, São José de Ribamar). Dados da Contagem Populacional de 1996, IBGE.

metrópole regional, da qual dependem importantes centros como Imperatriz (215.218 habitantes na sede e 274.104 habitantes no total municipal), Codó (67.754 habitantes na sede e 110.292 habitantes no total municipal), Santa Inês (58.235 habitantes na sede e 68.942 habitantes no total municipal), Chapadinha (33.648 habitantes na sede e 59.521 habitantes no total municipal), Coelho Neto (32.943 habitantes na sede e 41.504 habitantes no total municipal), Coroatá (32.146 habitantes na sede e 74.130 habitantes no total municipal), Zé Doca (28.035 habitantes na sede e 61.851 no total municipal), São Mateus do Maranhão (23.548 habitantes na sede e 32.245 habitantes no total municipal), Grajaú (22.769 habitantes na sede e 56.374 habitantes no total municipal) e Cururupu (20.392 habitantes na sede e 40.827 habitantes no total municipal). Pedreiras (44.112 habitantes na sede e 55.180 habitantes no total municipal), por conta de sua posição geográfica, mantém articulações não apenas com São Luís, mas também com Fortaleza e Teresina. Presidente Dutra (24.709 habitantes na sede e 44.118 no total municipal) e a Bacabal (67.754 habitantes na sede e 104.838 no total municipal) dividem as suas relações espaciais entre São Luís e Teresina.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de João Pessoa (PB)**

Desde 1950, João Pessoa disputa com Campina Grande a liderança econômica no estado da Paraíba.

Tanto João Pessoa como Campina Grande apresentaram, no período 1950-70, um aumento na diversificação das atividades econômicas internas, mas Campina Grande passou por um processo de diversificação mais notável do que João Pessoa (Lima, 1978). Nas décadas mais recentes, essa diversificação econômica vem aumentando, sobretudo em João Pessoa, que passa por um processo de expansão e diversificação industrial, superando, inclusive, Campina Grande, no que se refere ao número de indústrias existentes. Em ambos os municípios, concentra-se a parte mais expressiva do pólo de couros e calçados paraibano: 60% dos estabelecimentos encontram-se em Campina Grande e 14,1% em João Pessoa. As demais unidades produtivas do ramo se distribuem pelos municípios de Patos (17,7%), Santa Rita, Itabaiana, Cajazeiras e Pombal (8,2%). Campina Grande emprega, sozinha, 48,4% da mão-de-obra do setor, enquanto João Pessoa responde por 23,6% dos empregados neste ramo industrial (Fundação Joaquim Nabuco/Sudene, 1996). A implementação de um pólo calçadista, articulado com o de artefatos de couro, que, por sua vez, atrai produtores de insumos e componentes, formando um complexo industrial de dimensão significativa, está sendo apontado como responsável pelo ganho de posição relativa que o estado da Paraíba vem conseguindo há mais de uma década no Nordeste (Fundação Joaquim Nabuco/Sudene, 1996). A produção de calçados na Paraíba é, atualmente, a terceira maior produção estadual do país.

Chama a atenção o movimento de expansão industrial ocorrido no período 1992-97 tanto em João Pessoa como em Campina Grande. Em João Pessoa, o número de indústrias passa de 863 para 1.267 – o que significa um aumento percentual de 46,8% –, enquanto em Campina Grande este número passa de 780 para 1.269 – um percentual de aumento ainda mais expressivo, equivalente a 62,7%. No caso de João Pessoa, os ramos da construção civil e dos produtos alimentares continuam liderando o setor, observando-se, também, um aumento extraordinário (de 833%) do ramo da indústria mecânica e um aumento significativo (109%) da indústria têxtil. Os ramos concentrados na categoria Diversas – que corresponde a indústrias de pequeno porte – também crescem de forma notável (494%) no período, formando um conjunto que, do ponto de vista da geração de empregos, passa a ocupar o terceiro lugar, absorvendo 3.372 empregados. Analisando-se o perfil industrial de João Pessoa, a indústria da construção civil situa-se em primeiro lugar, gerando 8.213 postos de trabalho, e os serviços industriais de utilidade pública ficam em segundo lugar, com 5.888 empregados.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Teresina (PI)/Timon (MA)**

Com uma população total de 773.901 habitantes, em 1996, a aglomeração urbana não-metropolitana de Teresina/Timon conforma um importante centro comercial varejista, o que se explica pelo nível das cidades no seu entorno. A cidade de Timon representa, nesse contexto, uma expansão teresinense em território do Maranhão. Teresina é a única capital nordestina interiorana, além de ser a única planejada para desempenhar as funções de capital. Surgiu pelo condicionamento do rio Parnaíba, no ponto em que desemboca um dos seus principais afluentes, o Poti. Sem dúvida, sendo capital de estado, dificilmente deixaria de exercer função regional. Para tanto, foi essencial, a partir dos anos 50, a implantação do sistema de circulação rodoviário integrador do Meio-Norte aos sistemas nordestinos e nacional (Melo, 1988). A força do setor terciário é oriunda não apenas do comércio varejista, mas também dos serviços, da administração pública e das atividades financeiras. A análise da arrecadação dos impostos estaduais nos sete principais municípios do Piauí revela a importância de Teresina neste aspecto. Enquanto o conjunto dos sete municípios responde por 88,4% da arrecadação, Teresina responde por 76,13%. A segunda cidade mais importante em população, Parnaíba, responde por apenas 3,04%, e a terceira, Floriano, por 2,56% da arrecadação do estado, dados que revelam a grande fragilidade da rede urbana (Façanha, 1998).

Em termos da distribuição da PEA dos dois municípios que formam a aglomeração urbana não-metropolitana de Teresina, a maior concentração de pessoas se dá na prestação de serviços, vindo em seguida a indústria, o comércio de mercadorias e as atividades administrativas. Em Timon, a distribuição da PEA se apresenta numa ordem diferente: em primeiro lugar, as atividades industriais, e, depois, as de prestação de serviços e o comércio de mercadorias, cujo percentual nivela-se ao do setor agropecuário.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Natal (RN)**

Composta de áreas urbanas dos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Extremoz e Macaíba, esta aglomeração abrigava, em 1996, uma população total de 921.491 habitantes. Conforma, oficialmente, a Região Metropolitana de Natal, criada no início de 1997, muito embora Natal não exerça as funções de centro metropolitano. A aglomeração foi duramente atingida pelas crises que assolaram as economias tradicionais, representadas, particularmente, pela cultura do algodão herbáceo e da cana-de-açúcar. A cultura algodoeira de fibra longa – localizada na região do Seridó e cujo produto, na década de 70, era o mais importante na pauta de exportação estadual – foi sendo dizimada, a partir dos anos 80, pela seca (1980-85), pela praga do bicudo (1985) e, mais recentemente, pela concorrência, no mercado mundial, com o algodão de fibra curta, passível de ser misturado com a fibra sintética. A cultura da cana-de-açúcar foi também dramaticamente atingida pela seca, que alcançou o seu ápice em 1993. Tudo isso induziu um movimento migratório em direção à capital do estado.

A aglomeração urbana não-metropolitana de Natal, bem como os demais municípios do litoral oriental, vem conhecendo, a partir dos anos 80, um grande dinamismo na atividade turística, respaldado na beleza de suas praias e numa bem estruturada rede hoteleira. A implantação do projeto Rota do Sol, prolongamento da BR-101 de Natal até Touros, cujo objetivo é criar um pólo de desenvolvimento turístico, significará mais um elemento de atração para os investimentos no setor. Cabe ainda salientar a implantação do Centro de Convenções, que assumiu um papel fundamental na abertura do mercado de eventos para o estado. Tudo isso foi acompanhado por um intenso processo de modernização do terciário. Nos últimos anos, a aglomeração urbana não-metropolitana de Natal tem-se destacado por integrar o circuito turístico de Fernando de Noronha.

Na composição setorial da PEA, chama a atenção a inclusão do município de Extremoz, com atividades agropecuárias, o qual, embora ultrapassem em 0,9 ponto percentual o limite dos 35% adotado como critério, não perde a sua condição de integrante da aglomeração urbana não-metropolitana de Natal, dado o fato de encontrar-se conurbado com a capital e por manter, nos domínios do seu território, atividades expressivas na prestação de serviços, na indústria (parte do distrito industrial de Natal aí se encontra) e no comércio de mercadorias. As atividades industriais dessa aglomeração são mais significativas, em termos de absorção da PEA, nos municípios de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante – onde se concentra o distrito industrial natalense. Em Macaíba e Ceará-Mirim, tais atividades também aparecem com relativo peso. Os setores em que o município de Natal consegue manter os percentuais maiores, no conjunto dos municípios que compõem a aglomeração, são os de prestação de serviços, atividades administrativas – condizendo com a sua condição de capital – e o do comércio de mercadorias. O município de Parnamirim também chama a atenção por apresentar um percentual que pode ser considerado alto em se tratando das atividades administrativas, indicando que, no município, também ocorrem ações de caráter decisório e gerencial, o que pode ser atribuído à concentração industrial. De modo geral, os setores de comércio e de prestação de serviços encontram-se distribuídos de forma homogênea, em termos relativos, em todos os municípios que integram este aglomerado urbano, que também continua mantendo percentuais razoáveis de sua PEA no setor agropecuário: Extremoz (35,9%), Ceará-Mirim (27,8%), e Macaíba (24%).

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Maceió (AL)**

Formada por áreas urbanas dos municípios de Maceió, Rio Largo, Pilar, Marechal Deodoro, Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco, a aglomeração urbana não-metropolitana de Maceió contava, em 1996, com uma população total de 803.869 habitantes. A partir das diretrizes do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, Alagoas presenciou importantes investimentos no complexo cloro-álcool-químico. Isso representou um grande impulso à economia alagoana, fundamentada quase exclusivamente na produção açucareira. Segundo informações do porto de Maceió, a totalidade das exportações internacionais do estado é constituída pelos seguintes produtos: açúcar demerara, álcool anidro, álcool hidratado, dicloroetano, petróleo, PVC em contêineres e soda cáustica (Anuário Estatístico de Alagoas).

O perfil ocupacional da aglomeração urbana não-metropolitana salienta o fraco desempenho das atividades comerciais que, em três dos cinco municípios que a compõem, não conseguem absorver mais de 9,1% da PEA. Apenas Maceió mantém-se em torno do percentual médio, observado para as capitais, e Rio Largo, que, neste setor, consegue ultrapassar os 11%. Coqueiro Seco e Satuba conservam parte ainda expressiva da PEA nas atividades

agropecuárias, enquanto Santa Luzia do Norte e Rio Largo concentram mais pessoas no setor industrial.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju (SE)**

Formada por áreas urbanas dos municípios de Aracaju, São Cristóvão, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Maruim, Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, a aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju abrigava, em 1996, uma população total de 643.435 habitantes. Conforma um importante centro submetropolitano, do qual dependem outros centros de menor importância no estado de Sergipe. Foi a partir da década de 60 que a economia sergipana começou a experimentar significativos surtos de modernização, promovidos pela ação estatal. A Petrobrás, ao descobrir petróleo, gás natural e potássio, deu impulso à transformação da estrutura produtiva sergipana, fundamentada até então na atividade agropecuária e no pequeno setor industrial, dominado pelos ramos têxtil e alimentar (açucareiro). No segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, o estado de Sergipe conseguiu aprovar dois grandes projetos: produção de amônia e uréia – Nitrofértil, atualmente Fábrica de Fertilizante Nitrogenado (Fafen) – e a produção de cloreto de potássio – Petromisa, hoje Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Não sem razão, o estado de Sergipe alcançou o extraordinário crescimento de 472,7% do PIB industrial, no período 1970-95, sendo acompanhado pelo excepcional aumento de 284,6% no setor de serviços. Tais dados contrastam com a lenta expansão do setor agropecuário, que obteve, no mesmo período, um incremento de 81,1%. O aproveitamento industrial e comercial desses minerais permitiu grande impulso às atividades industriais e às de serviços na aglomeração urbana não-metropolitana de Aracaju. Ao mesmo tempo, cresceu o volume de investimentos das estatais em infra-estrutura e serviços públicos, a exemplo do terminal portuário situado no município de Barra dos Coqueiros, explorado pela CVRD.

Com relação à distribuição da PEA, esta aglomeração chama a atenção pelo fraco desempenho do comércio de mercadorias nos municípios de Laranjeiras e Maruim, que, por sua vez, concentram o maior contingente da PEA no setor industrial, no qual as atividades distribuem-se, em termos relativos, de forma eqüitativa no conjunto da aglomeração, desnivelando-se um pouco no município de Barra dos Coqueiros. Um outro dado que chama a atenção é o referente às atividades administrativas, que se mostram expressivas no município de São Cristóvão.

2.2.2.2 Aglomerações urbanas de Ordem 2

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Feira de Santana (BA)[21]**

Feira de Santana, mesmo não sendo capital estadual, é reconhecida como uma importante cidade regional, que se destaca como entreposto comercial pela sua localização estratégica, à margem da BR-116, *portal* da aglomeração urbana metropolitana de Salvador, e centro articulador dos fluxos do Centro-sul em direção ao Nordeste do Brasil e vice-versa. Aliás, do ponto de vista dos fluxos comerciais, financeiros e produtivos, tem havido uma crescente integração econômica desta cidade com o espaço metropolitano – o que, segundo alguns autores, estaria configurando uma possível *macrorregião de Salvador.*[22].

Com uma contribuição de 6% para o PIB estadual, Feira de Santana destaca-se não só pelo porte do seu comércio. A principal fonte de renda do município é a atividade industrial – trata-se da terceira concentração industrial do estado, localizada no centro industrial do Subaé –, que surge inicialmente voltada para o beneficiamento de matérias-primas vegetais (sisal, frutas, látex, piaçava, madeira etc.), animais (couro, leite e carne) e minerais (argila, mármore e ferro), mas que se diversifica para os gêneros da mecânica, metalurgia e química, entre outros, assumindo um perfil bastante diversificado e contribuindo para ampliar as interações espaciais entre Feira de Santana e outras regiões do estado, do país e do exterior, e também para fortalecer a economia do município.

A aglomeração urbana não-metropolitana de Feira de Santana possui uma universidade estadual. Com isto, forma-se na cidade uma mão-de-obra qualificada que, com a existência de economias de aglomeração industrial, proporcionadas pelo centro industrial do Subaé, consegue manter e atrair indústrias e garantir o funcionamento de atividades modernas no setor de serviços.

Feira de Santana (393.943 habitantes na sede e 450.487 habitantes no total municipal) é a segunda cidade em termos populacionais do estado, comportando um grande contingente de população desocupada. No ano de 1995, apenas 50% da População em Idade Ativa (PIA) estava ocupada. Observava-se uma taxa de desemprego de quase 22%, su-

[21] Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Feira de Santana não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

[22] "(...) Feira de Santana se coloca como uma das principais áreas integrantes do sistema urbano de Salvador, fazendo parte de sua região imediata, de forma até mais significativa, teoricamente, do que áreas mais próximas de Salvador, mas com menor inter-relação. Pode-se falar, neste caso, de um relevante espaço 'perimetropolitano', isto é, de um espaço imediato à metrópole, ou simplesmente, admitir que Feira de Santana esteja totalmente integrada à metrópole, mesmo sem uma contigüidade espacial, mais típica de espaços metropolitanos (...)" (SEI, 1995, p. 233).

perior à do aglomerado urbano metropolitano de Salvador naquele ano (Nascimento, 1996, p. 46).

A distribuição da PEA nos municípios desta aglomeração chama a atenção, primeiramente, para as atividades essencialmente urbanas – prestação de serviços, comércio de mercadorias e atividades administrativas –, que se concentram em Feira de Santana, em virtude, naturalmente, de sua condição de entreposto comercial naquela região. As atividades industriais, embora absorvendo 21,7% da PEA municipal, são menores, em comparação com as apresentadas pelos outros municípios da aglomeração. Conceição da Feira, por exemplo, consegue alocar 33% de sua PEA no setor industrial, seguida por São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues e Conceição do Jacuípe. Também chama a atenção a distribuição dos percentuais quando se confrontam os setores agropecuário e industrial que, à exceção de Feira de Santana, exibem um equilíbrio não observado nas outras aglomerações. Ainda se salienta a fraca representatividade do comércio de mercadorias nos municípios de São Gonçalo dos Campos, Amélia Rodrigues e Conceição da Feira.

• Aglomeração urbana não-metropolitana de Campina Grande (PB)[23]

A aglomeração urbana não-metropolitana de Campina Grande abrigava, em 1996, uma população total de 367.712 habitantes. Campina Grande conservava, até o início dos anos 70, hegemonia econômica sobre as principais cidades do estado da Paraíba, mantendo o maior percentual das atividades econômicas urbanas do estado. O decorrer da década de 70 marca a época da ruptura, em que Campina Grande perde sua hegemonia no estado enquanto centro comercial, desenvolvendo-se um processo de industrialização, que aos poucos se revela mais dinâmico. Na segunda metade dos anos 70, Campina Grande passa por um período de declínio em suas atividades, sendo prejudicada por um processo migratório descontínuo, em que a mão-de-obra imigrante, desqualificada, supera a mão-de-obra emigrante, qualificada. A década de 80 praticamente marca o fim do comércio atacadista de Campina Grande, e seu parque industrial é reduzido substancialmente. A partir de 1985, há uma retomada da atividade industrial, porém mais vinculada às pequenas indústrias.

A partir de 1985, o parque industrial de Campina Grande voltou a crescer. Hoje, o setor de couros e calçados é o mais expressivo, empregando, aproximadamente, 30% da mão-de-obra industrial, seguido do setor têxtil e de vestuário, empregando 18% e 20%, respectivamente. São os dois ramos industriais mais importantes, sobretudo em termos de absorção de mão-de-obra, e a parte mais expressiva de sua produção volta-se para a exportação. Os setores apresentam, ainda, perspectivas de crescimento, uma vez que mais 10 empresas estão sendo implementadas nesses dois ramos, com uma oferta de mais de 1,6 mil empregos diretos. São empresas cujas matrizes estão no Sudeste (como a Embratex e a Wentex). Observa-se, também, sobretudo nos últimos três anos, um crescimento muito grande do comércio varejista, com a criação de pequenos centros comerciais, ligados diretamente aos setores courocalçadista e têxtil, e o surgimento de supermercados modernos e de grande porte. Atualmente, encontra-se em construção um grande *shopping center* (Iguatemi), cujo funcionamento estava previsto para o ano de 1999. Campina Grande está, porém, perdendo sua posição superior enquanto centro regional de comércio de mercadorias do estado, uma vez que Guarabira e Patos conseguem gerar mais empregos neste setor (com 22,3% e 21%, respectivamente). Na mesorregião onde se encontra, no entanto, a sua função comercial é incontestável.

Pode-se dizer que Campina Grande é, hoje, uma cidade industrial, comercial e, principalmente, de serviços, funcionando, também, como pólo de educação e saúde, no interior da Paraíba. Como pólo difusor de conhecimentos, o seu raio de influência ultrapassa os limites do próprio estado, com as suas duas universidades, uma federal e outra estadual, recebendo alunos de outros estados do Nordeste, como o Maranhão, o Ceará e o Rio Grande do Norte. Os serviços de saúde também atendem outros municípios daquela região. De 1986 para 1993, por exemplo, os empregos na área de medicina e odontologia cresceram mais de 100%, segundo dados do Ministério do Trabalho.

Campina Grande é o segundo município paraibano em importância econômica. Possui uma PEA absorvida em maior percentual pelo setor de serviços (50,1%) e, em seguida, pelo comércio de mercadorias (18,7%) e pela indústria de transformação (14,3%). A cidade mantém um extenso raio de influência no interior paraibano, atingindo em média 50 municípios circunvizinhos (parte do Cariri, do Agreste, do Brejo e de Curimataú).

• Aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus/Itabuna (BA)

Situada no litoral sul baiano e inserida em zona onde predomina a cultura do cacau, a aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus/Itabuna possuía, em 1996, 425.848 mil habitantes. O município de Ilhéus, em que pese ser mais populoso que Itabuna, tem como sede uma cidade de porte menor. Possui distritos populosos, como Banco da Vitória, Olivença, Banco Central e Salobrinho. Além de populosos, esses distritos contribuem juntos com quase 9% do PIB estadual (Ilhéus com 6,5% e Itabuna com pouco mais de 2% da produção total do

[23] Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Campina Grande não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

estado). Com este núcleo bipolar, a aglomeração exerce forte influência sobre cidades como Ipiaú e Ubaitaba, além de um grande conjunto de pequenas cidades que integram ou o circuito produtivo da zona cacaueira, como Uruçuca, Aurelino Leal e Gandu, ou o circuito do turismo comandado por Ilhéus – Camamu, Itacaré e Ilha de Comandatuba até Canavieiras.

Ilhéus é o centro industrial, comercial e exportador, principalmente da produção cacaueira. Todavia, além dos fluxos relacionados ao cacau, crescem na cidade os investimentos, direta ou indiretamente, relacionados à atividade turística e, mais recentemente, observa-se a tentativa de consolidar, no seu distrito industrial, um pólo de informática, telecomunicações e eletrônica (em 1997, já estavam instaladas nove novas empresas no pólo[24]), com impactos ainda não devidamente mensurados na economia regional. Já a cidade de Itabuna, mais populosa, apesar de sua participação menor no PIB estadual, exerce maior influência nos fluxos comerciais de toda a região circunvizinha, constituindo-se no centro de referência regional para o comércio, o varejo e serviços.

A aglomeração urbana não-metropolitana de Ilhéus/Itabuna apresentava, em 1985, um considerável movimento comercial decorrente, em grande parte, da comercialização do cacau e da venda de produtos destinados à criação e engorda do gado, que se desenvolveu na área de influência dessas duas cidades. Desde a década de 80, porém, a lavoura cacaueira entrou em processo de declínio, ocasionado tanto pela disseminação da praga conhecida como *vassoura de bruxa*, quanto – e principalmente – pela perda de competitividade em relação à produção africana. Tal fato tem tido importantes desdobramentos sociais nessas duas cidades e na região, uma vez que esse tipo de lavoura caracteriza-se como grande empregadora de mão-de-obra.

Aliás, este é um dos principais fatores apontados como responsável pela evasão de população desde fins dos anos 80 – que se traduziu na redução drástica das taxas de crescimento populacional urbano, de 7,9% anuais, nos anos 80, para 1,8% entre 1991 e 1996. Enquanto o município de Ilhéus passaria por uma taxa de crescimento de apenas 1,62%, durante o período 1991-96, o município de Itabuna teria uma taxa anual de decréscimo populacional da ordem de 0,2%. Outros municípios da região sofreriam maiores perdas populacionais por conta dessa crise.

Mesmo assim, apesar da redução da importância econômica relativa do município de Ilhéus, este ainda representa a terceira maior renda do estado da Bahia, possuindo interações espaciais amplas.

Itabuna exibe uma das maiores densidades populacionais da Bahia. Nessa cidade, em que pese o crescimento das atividades comerciais e de serviços, apenas 65% da PEA está ocupada em atividades urbanas. Este percentual, quando comparado ao do município de Ilhéus (91%), pode transmitir uma falsa impressão de que as atividades agropecuárias são relativamente mais importantes no âmbito da região. Contudo, grande parte da PEA agropecuária de Itabuna emprega-se em atividades relacionadas à produção e à transformação do cacau, as quais se realizam não só em sua zona rural, mas, principalmente, nas zonas rurais de municípios vizinhos. Grande parte da PEA agropecuária desse município (35%) reside na zona urbana, o que confere uma característica de cidade-dormitório a Itabuna.

2.2.2.3 Aglomerações urbanas de Ordem 3

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Caruaru (PE)**

Situada no agreste pernambucano, a aglomeração urbana não-metropolitana de Caruaru abrigava, em 1996, uma população total de 250.444 habitantes. Com uma PEA equivalente a 164.720 habitantes – o que representa 77% do município –, Caruaru apresenta uma estrutura de distribuição de renda dos chefes de domicílio melhor do que a média apresentada pelo estado de Pernambuco, com cerca de 52% do total percebendo rendimentos mensais entre meio e dois salários mínimos. Vale também observar que, na faixa compreendida entre dois e três salários mínimos, o município de Caruaru apresenta, igùalmente, um desempenho melhor que o do estado; na faixa de renda compreendida entre cinco e 20 salários mínimos, a estrutura de distribuição de renda de Caruaru acompanha a média da distribuição de renda estadual.

O aumento do número de empresas, incluindo as de pequeno porte, formais e informais, no período 1985-95, expressa a dinâmica verificada nas atividades econômicas urbanas do município, principalmente nos setores ligados aos serviços e ao comércio. Cadastro elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PE), em 1995, identificou 7.699 estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços no município; 50% das empresas pesquisadas possuem de menos de um a dois anos de tempo de funcionamento; apenas 15% delas se encontram na faixa compreendida entre seis e 10 anos de instalação, dado que demonstra o peso dos novos empreendimentos nos diversos setores de atividade. Em 1995, o município de Caruaru possuía 3.630 estabelecimentos co-

[24] Conforme revista *VEJA*, via **http://www2.uol.com.br/veja/130897/p_096.html**. De acordo com o Secretário da Indústria e Comércio e Mineração do estado da Bahia, em entrevista concedida ao jornal *A Tarde*, o pólo de Ilhéus, com três anos de funcionamento, já produz 10% dos computadores fabricados no país, contando com 12 unidades industriais, entre as quais a Bahiatech, investimento da ordem de R$ 15 milhões.

merciais, destacando-se as atividades ligadas aos ramos de armazéns, mercearias e similares, além do comércio de roupas e acessórios. Verifica-se, também, que há um mosaico de pequenas unidades industriais espalhadas por todo o município, somando cerca de 1.125 estabelecimentos, destacando-se, entre eles, a indústria de confecções, pequenas unidades empresariais de mobiliários, a fabricação de massas, biscoitos, balas, sorvetes e similares, e a fabricação de estruturas e artefatos de madeira. O setor de serviços é o segundo de maior representatividade na economia da aglomeração, em termos de número de estabelecimentos, e o que mais cresceu no período considerado. Existem, neste setor, 2.727 estabelecimentos.

Os números referentes à distribuição da PEA, de cada um dos dois municípios dessa aglomeração, revelam o seu perfil ocupacional, confirmando a função comercial exercida pelo município de Caruaru, e o predomínio das atividades industriais e de prestação de serviços no município de Toritama, que apresenta, inclusive, uma PEA urbana superior à de Caruaru, superando-o também no índice referente às atividades administrativas.

Tudo isso comprova a importância da aglomeração urbana não-metropolitana de Caruaru, que comanda um subsistema urbano formado por importantes centros regionais: Garanhuns (110.084 habitantes no total municipal), Arcoverde (58.722 habitantes no total municipal), Palmares (56.439 habitantes no total municipal) e Surubim (59.021 habitantes no total municipal), em Pernambuco. Divide com Campina Grande a influência sobre Mamanguape, Itabaiana e Sapé, na Paraíba.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)**

As cidades de Petrolina e Juazeiro, situadas no semi-árido, no vale médio do rio São Francisco, abrigavam, em 1996, uma população total de 363.303 habitantes. Têm conhecido, nos últimos 15 anos, um intenso dinamismo econômico, fundamentado, principalmente, na produção e processamento de frutas destinadas à exportação. A agricultura irrigada do submédio São Francisco continua destinando grande parte de sua produção de uva e manga para o mercado externo. Aliás, o desempenho da agricultura irrigada, localizada tanto no oeste do estado quanto no submédio São Francisco, tem respondido por 80% das exportações brasileiras de uva e manga, com grandes possibilidades de ampliação, a partir de acordos comerciais com os países do Mercosul e com a Comunidade Econômica Européia.

A introdução da agricultura irrigada, nos anos 70, e a construção da Barragem de Sobradinho contribuíram para a consolidação da economia de Juazeiro (responsável por 2% da produção do estado), na margem baiana do rio.

Em processo semelhante ao que vem ocorrendo no caso de Barreiras, o dinamismo da agroindústria irrigada, utilizando tecnologia capital-intensiva, com o aproveitamento extensivo de áreas produtivas, vem contribuindo para uma descentralização populacional nos últimos anos, podendo ocorrer o crescimento de pequenas cidades próximas ao bipólo.

O segmento processador de frutas, instalado naquela região, tem implementado um crescente processo de verticalização da cadeia produtiva, diversificando processos de transformação e beneficiamento, mesmo com dificuldades de qualificação da mão-de-obra necessária, e algumas deficiências infra-estruturais, como condições de tráfego rodoviário e hidroviário, que encarecem os custos.

A base fundiária sobre a qual foram instituídos os projetos hortifrutícolas da região apresenta-se com grandes propriedades empresariais especializadas, convivendo com inúmeras pequenas áreas de produção, responsáveis pelo cultivo dos insumos da indústria processadora local. Mesmo assim, são cada vez mais comuns os esquemas de integração, que envolvem produtores rurais e unidades de processamento agroindustrial, formal ou informalmente.

Além de articulados fisicamente, estes dois municípios também apresentam um perfil da PEA muito aproximado – Petrolina superando Juazeiro (em poucos pontos percentuais) apenas nos setores de atividades administrativas e agropecuárias, e Juazeiro exibindo uma PEA urbana maior que a de Petrolina.

É crescente a importância dessa aglomeração urbana não-metropolitana, cuja economia vem atraindo grande contingente populacional, ao longo dos anos 80 e 90, quando cresceu a uma taxa anual de 3,95% e 3,62%, respectivamente. Acrescente-se, ainda, que essa aglomeração divide com as aglomerações urbanas metropolitanas do Recife e de Fortaleza os fluxos de bens e serviços, e comanda um subsistema urbano onde se sobressaem as cidades de Belém do São Francisco, Salgueiro, Remanso, Araripina, Ouricuri e Senhor do Bonfim, que, por sua vez, articulam 33 núcleos urbanos.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Juazeiro do Norte/Crato/Barbalha (CE)**

Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, na microrregião do Cariri cearense, contavam, em 1996, com uma população total de 328.240 habitantes. Com microclima de altitude, delas depende um número elevado de pequenas cidades do entorno, exercendo importante função de entreposto comercial. No que diz respeito à PEA urbana, Juazeiro do Norte destaca-se. Barbalha é o município que apresenta uma função urbana de menor expressão, embora o percentual referente ao setor industrial sobressaia-se no confronto com os outros dois municípios.

A aglomeração, ao situar-se a meio caminho entre as aglomerações urbanas metropolitanas de Fortaleza e do Recife, mantém, com as mesmas, estreitas relações em termos de fluxos de bens e serviços. A sua importância se traduz pela dimensão do subsistema urbano por ela comandado, em que as cidades de Campos Sales, Brejo Santo, Iguatu, Icó, Jaguaribe e Itauá servem de intermediárias entre os demais 57 núcleos urbanos que a compõem.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Teixeira de Freitas/Eunápolis/Porto Seguro (BA)[25]**

Nas duas últimas décadas, os três municípios apresentaram um acentuado processo de urbanização, por suas potencialidades para atividades turísticas. Isso alavancou o setor terciário, que, pela implantação de grandes projetos de celulose na mesorregião do extremo sul baiano, tem perspectiva de crescimento.

O crescimento populacional dos municípios da aglomeração urbana não-metropolitana foi de 4,6% a.a., entre 1980 e 1991, e de 5,34% no período 1991-96. Inicialmente, facilitado pela construção da BR-101, e acelerado, nos anos 80, o crescimento acentuou-se com o agravamento da crise da cacauicultura, a expansão da pecuária bovina e as mudanças na base produtiva local, com a forte inserção das atividades turísticas e de produção de papel e celulose. Além de contar com uma pecuária bovina moderna, a aglomeração urbana não-metropolitana passou a sediar um pólo de celulose, com base na silvicultura de eucaliptos, que tende a ocupar extensas áreas. O conjunto dos três municípios conta com 247 mil habitantes, tendo a PEA alocada, majoritariamente, em atividades urbanas (mais de 70%).

Porto Seguro (64.957 habitantes no total municipal) vem sofrendo acréscimos populacionais cada vez maiores, com taxas anuais de crescimento superiores a 2,4% a.a., durante o período 1980-96. Situada entre os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, Eunápolis (85.982 habitantes no total municipal) conseguiu emancipar-se, não só por seu contingente populacional – maior que o das sedes municipais vizinhas –, mas também por sua importância como elo comercial articulador dos fluxos que passam pela BR-101 em direção ao litoral sul baiano. O município de Teixeira de Freitas (96.512 habitantes no total municipal) detém 70% do rebanho bovino do extremo sul (SEI, 1996) e a cidade consolida-se como o principal centro de convergência de serviços e de atividades comerciais, que se irradia por todo o extremo sul do estado.

Além da facilidade de acesso, via BR-101, a aglomeração urbana não-metropolitana conta com infra-estrutura aeroportuária, tendo um aeroporto de grande porte, em Porto Seguro – que comporta o tráfego de jatos modernos, com linhas regulares mantidas pelas principais companhias de aviação comercial –, e outros de menor porte, localizados em Eunápolis, Teixeira de Freitas, Alcobaça, Itamaraju e Caravelas.

A oferta de serviços turísticos, concentrada em Porto Seguro, com reflexos sobre as cidades de Santa Cruz Cabrália, Prado, Alcobaça e Caravelas, é responsável pela absorção de mais de 25% do fluxo de turistas de todo o estado, perdendo apenas para Salvador (que absorve quase 50% deste fluxo) (SEI, 1997).

O pólo de papel e celulose baseia-se em dois grandes projetos sediados nos municípios de Eunápolis e Mucuri, que representam mais de 200 mil hectares de reflorestamento destinados à produção, com perspectivas de geração de quase 5.500 empregos diretos até o ano 2001[26].

Do ponto de vista da PEA, os três municípios que compõem esta aglomeração urbana não-metropolitana têm um perfil muito parecido, sobretudo no que se refere ao setor industrial. Na prestação de serviços, Porto Seguro se sobressai pela presença maior das atividades turísticas, que, por sua própria natureza, criam, em sua volta, uma gama mais diversificada de serviços. Eunápolis destaca-se nas atividades relativas ao comércio de mercadorias, enquanto elo comercial dos fluxos que passam pela rodovia BR-101 em direção àquela parte do litoral baiano.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Santo Antônio de Jesus (BA)[27]**

Esta cidade tem comandado, juntamente com Santo Amaro, Cruz das Almas e Nazaré, a formação de uma aglomeração urbana não-metropolitana, concentrando uma população total de 203 mil habitantes. O dinamismo do setor terciário de Santo Antônio de Jesus tem atraído grandes contingentes populacionais, gerando um crescimento de 2,56% e 2,26% a.a., respectivamente, nos períodos 1980-91 e 1991-96.

25 Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Teixeira de Freitas/Eunápolis/Porto Seguro não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

26 "A implantação da Bahia Sul Celulose, em Mucuri, tem sido responsável pela geração de 1.600 empregos diretos na área florestal, com rendimentos médios de US$ 600 mensais, além de 1.025 empregos na fábrica, com salários ainda mais elevados. Com a implantação prevista de outro grande projeto, da Vera Cruz Florestal, no município de Porto Seguro, espera-se a consolidação do pólo de celulose no extremo sul do estado. Tais atividades, juntamente com o turismo, têm contribuído para o crescimento da demanda de comércio de mercadorias e serviços cada vez mais sofisticados, atraindo investimentos e dinamizando economicamente a região. Conseqüentemente, exercem forte pressão emigratória sobre cidades menores próximas" (SEI, 1997).

27 Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Santo Antônio de Jesus não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

O centro desta aglomeração urbana tem a função de receber, redistribuir os excedentes da produção agrícola local e distribuir mercadorias industrializadas, com ligações que se projetam, inclusive, para fora do estado, por sua localização ao longo da BR-101. Funciona como centro aglutinador de parte dos fluxos provenientes das cidades do Recôncavo, como Nazaré (25.105 habitantes no total municipal), Valença (74.661 habitantes no total municipal), Cruz das Almas (49.629 habitantes no total municipal) e de outras localidades menos populosas. Entretanto, a falta de investimentos industriais ou infra-estruturais de maior porte fora da atividade comercial limita a capacidade de acumulação local aos circuitos do capital comercial de pequeno e médio porte, dificultando a integração produtiva com o restante do estado.

A PEA urbana do município de Santo Antônio de Jesus é maior no comércio de mercadorias e na prestação de serviços, devido a sua localização espacial. Santo Amaro e Cruz da Almas, principalmente o primeiro, concentram mais pessoas nas atividades industriais, cujos percentuais se nivelam aos apresentados pelas atividades ligadas ao setor primário. Nazaré é o centro urbano que mostra uma função urbana mais inexpressiva, no conjunto da aglomeração urbana não-metropolitana.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Sousa/Cajazeiras (PB)[28]**

Sousa e Cajazeiras, com uma população de 129 mil habitantes, em 1996, comandam vasta porção de terras sertanejas do oeste paraibano, favorecida pela presença de represas, que criaram as condições necessárias para as atividades de pecuária e lavoura. Até os anos 80, a produção de algodão predominava, acompanhada pela de banana e feijão. No entanto, a crise que se abateu sobre a produção algodoeira teve impactos sobre a economia da aglomeração urbana não-metropolitana. Não sem razão, o município de Sousa, no período 1991-96, tornou-se área de emigração (-0,31%). Os dois núcleos urbanos apresentam ligações produtivas e comerciais, resultando em fluxos de dinheiro, mercadorias e pessoas. Tal complementaridade reforça o papel dessa aglomeração no sistema urbano do qual fazem parte, entre outros, São José de Piranhas, Lavras da Mangabeira, Bonito de Santa Fé e Conceição.

Embora Sousa se sobressaia em termos populacionais (77.911 mil habitantes), Cajazeiras (51.396 mil habitantes) apresenta maior participação da PEA nas atividades urbanas (74,1%), principalmente na prestação de serviços e no comércio. As atividades administrativas (11,6%) e industriais (15,3%) também são mais representativas em Cajazeiras, devendo-se, estas últimas, à expansão mais recente verificada no ramo calçadista. Está localizada em Sousa, por outro lado, grande parte da produção de redes do estado da Paraíba, o que justifica sua PEA industrial (14,2%).

Embora Sousa se articule mais intensamente com Campina Grande, Cajazeiras mantém relações mais estreitas com João Pessoa. O raio de influência da primeira atinge 14 municípios, e o da segunda, por meio de Catolé do Rocha, Esperança e Pombal, para um conjunto de 28 municípios, formando um sistema que envolve 38 municípios.

- **Aglomeração urbana não-metropolitana de Mossoró/Açu (RN)[29]**

Situado no litoral norte do Rio Grande do Norte, a meio caminho de Fortaleza e Natal, sendo mais subordinado à capital administrativa do estado do Rio Grande do Norte, Mossoró é um porto salineiro. Embora o Rio Grande do Norte seja o segundo maior produtor de sal marinho do Brasil, a indústria salineira vem passando por uma situação difícil, decorrente das dificuldades de colocação do produto no mercado externo. Integra, juntamente com o município de Guamaré, o pólo gás-sal, sendo a Petrobrás um de seus principais esteios. Rio Grande do Norte é o segundo produtor de petróleo do país, sendo Mossoró o maior produtor estadual, acompanhado de Areia Branca, Alto do Rodrigues, Macau e Açu. A produção de gás também é significativa, com ligação por gasoduto para o complexo de Suape (PE). Mossoró integra igualmente o moderno e recente complexo agroindustrial Açu-Mossoró de fruticultura irrigada. A produção de frutas tropicais (caju, melão, manga, abacaxi, maracujá e uva) localiza-se na Chapada do Apodi e no Vale do Açu. Foi, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos 80 que ocorreu a implantação de grandes projetos privados de irrigação, caracterizados pela presença de grandes grupos econômicos nacionais. Os produtos (*in natura* e processados) estão direcionados ao mercado nacional e, principalmente, ao mercado mundial.

O confronto da PEA urbana dos dois municípios que formam essa aglomeração urbana não-metropolitana realça o perfil mais urbano de Mossoró, muito embora, no comércio de mercadorias, os dois registrem percentuais muito próximos. O que mais os distancia é o desempenho de Açu no setor agropecuário, que se reflete no percentual de absorção de sua PEA.

2.2.3 Centros urbanos regionais

Os centros urbanos regionais abrigavam, em 1996, 6,4 milhões de habitantes, mas conheceram as menores taxas de crescimento populacional entre 1991 e 1996, en-

[28] Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Sousa/Cajazeiras não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

[29] Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Mossoró/Açu não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

tre os diversos portes de cidades nordestinas. A análise que segue procura mostrar as funções desses centros urbanos regionais de ordem um. Entre os de ordem dois e de ordem três, são considerados aqueles que se sobressaem pela posição que ocupam no conjunto, pela dinâmica socioeconômica e/ou pelo nível de centralidade que apresentam.

2.2.3.1 Centros urbanos regionais de Ordem 1

No que se refere aos centros urbanos regionais de ordem 1, a análise da PEA mostra o aumento dos percentuais relativos às atividades agropecuárias, quando comparado o conjunto desses municípios com o conjunto dos municípios das aglomerações urbanas. Vistos isoladamente, escapam dessa comparação os municípios de Patos (PB), Alagoinhas (BA) e Parnaíba (PI), que exibem índices inferiores a 15% e, por isso, apresentam os percentuais mais altos de PEA urbana – acima de 80%. A PEA industrial tem maior realce em Sobral (CE) e, em ordem decrescente, Alagoinhas (BA) e Patos (PB). Nos demais, a variação percentual, nesse setor, fica em oito pontos percentuais. Diferentes dos municípios que integram as aglomerações urbanas, cuja ligação com as capitais é muito maior em função da localização geográfica e do entrelaçamento de suas atividades econômicas, os centros urbanos regionais, de modo geral, absorvem percentuais maiores da PEA em atividades administrativas. Os setores de prestação de serviços e comércio de mercadorias têm uma participação equivalente. No conjunto destacam-se (com percentuais que excedem 20%) os municípios de Patos – no comércio de mercadorias –, Sobral, Vitória da Conquista, Parnaíba, Garanhuns, Barreiras e Patos, na prestação de serviços.

A seguir, apresentam-se esses centros, segundo a importância de suas funções nos diversos subespaços onde se inserem.

Imperatriz (MA), situada no sudoeste maranhense, às margens do rio Tocantins, nos limites do Meio-norte com o Brasil central, é uma das cidades do Nordeste com mais rápido crescimento econômico e populacional. Foi a cidade pioneira no sentido da expansão da fronteira agrícola (produção de grãos) e no comércio de produtos extrativos da Amazônia. Possui uma boa capacidade de estocagem, estando integrada ao Corredor de Transporte Multimodal Centro-norte. Insere-se num importante eixo de desenvolvimento que tem no Porto de Itaqui seu canal de escoamento.

Merecem destaque no crescimento da cidade o complexo de papel e celulose (Celmar), da Companhia Vale do Rio Doce e sua posição estratégica no quadro mais geral de dotação de infra-estrutura da mesorregião. Exerce o papel de capital regional do oeste maranhense, subordinando Balsas, um importante núcleo urbano. As atividades urbanas – serviço, comércio e indústria – encontram-se eqüitativamente bem distribuídas, participando cada uma com aproximadamente 20%.

Sobral (CE), no noroeste do Ceará, tem população municipal total de 138.565 habitantes e destaca-se como pólo de produção de couros e calçados. Recentemente, recebeu uma grande indústria (Grendene), oriunda de investimento de capitais provenientes do Rio Grande do Sul.

Os dados da PEA apontam para a importância do setor industrial, com uma participação de 25,7% da PEA local, a mais elevada entre os centros urbanos regionais de ordem um. O setor de prestação de serviços (20,2%) e o de comércio de mercadorias (17,5%) são expressivos, conferindo a este centro importante função regional.

Vitória da Conquista (BA) responde por quase 2% da renda gerada na Bahia. Seu desenvolvimento inicial, alavancado pelos fluxos de passageiros e de mercadorias da BR-116, possibilitou o crescimento de atividades rurais cada vez mais expressivas, seja na agropecuária bovina, seja na cafeicultura, assim como criou condições para a implantação, na zona urbana, de plantas industriais nos setores têxtil, de calçados, de produtos alimentares e na metalurgia. Com o ingresso dos novos investimentos, ao longo das últimas duas décadas, a cidade conseguiu atrair grande contingente populacional que migrou para seu espaço urbano e para as cidades vizinhas.

Com uma população total municipal de 242.155 habitantes, é a quarta maior cidade do estado. O município abriga, também, o povoado de Sussuarana, considerado o maior distrito da Bahia, com mais de 9,5 mil habitantes. Atuando como centro econômico comercial e de serviços em torno da pecuária e da produção do café, a cidade absorve os fluxos de passagens para a zona cacaueira e o sudoeste baiano. A participação da PEA revela a importância das atividades comerciais e de serviços: 19,4% e 23,6%, respectivamente.

Arapiraca (AL) abriga uma população total municipal de 173.339 habitantes, apresentando taxas anuais de crescimento populacional superiores às médias do conjunto dos centros regionais desde 1980. Localizada no agreste alagoano, a lavoura fumageira é a principal cultura. A cidade tem uma estrutura de apoio à produção que tem impulsionado a ampliação da área produtiva. As atividades agropecuárias respondem por 30,9% da PEA, sendo acompanhadas pelas atividades comerciais, 19,8%.

Jequié (BA), com 165.345 habitantes no total municipal, é a sexta cidade baiana em população. Localizada ao longo da BR-116, no agreste baiano, entre Vitória da Conquista e Feira de Santana, constitui um importante entroncamento comercial. Abriga um pólo da produção

agropecuária e da indústria têxtil. Os dados da PEA registram que a participação do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias é de 23,6%, e nas industriais, de 19,3%. Divide com Vitória da Conquista os fluxos de circulação da BR-116, entre esta e a cidade de Feira de Santana, sendo responsável por 0,65% da renda estadual. Sua influência, contudo, é exercida sobre cidades de menor porte, como as de Maracás (30.134 habitantes no total municipal), Jaguaquara (41.621 habitantes no total municipal), Santa Inês (10.812 habitantes no total municipal), cujos municípios são produtores tradicionais de hortifrutigranjeiros.

Parnaíba (PI), com 131.885 habitantes no total municipal, foi, antes da fundação de Teresina, a cidade mais importante do estado, graças à função de entreposto comercial e portuário, proporcionada pela localização no delta do rio de mesmo nome. Seu desenvolvimento e sua decadência estão diretamente relacionados com o crescimento e o declínio da atividade extrativista vegetal (maniçoba, carnaúba e babaçu). É a segunda cidade do Piauí em termos populacionais e econômicos. A composição da PEA mostra que, atualmente, desenvolve importante função enquanto centro prestador de serviços, uma vez que a população ocupada nesta atividade representa 24,7%.

Alagoinhas (BA), com 122.838 habitantes no total municipal, é um importante centro regional, com 87,1% da PEA em atividades urbanas. Sua área de influência abrange todo o espaço microrregional do mesmo nome e se estende, também, por outras áreas do nordeste baiano. Responsável por 0,7% da produção estadual, situa-se em área de policultura e de pecuária. Nos últimos anos, tem conseguido atrair investimentos industriais, em particular no setor de alimentos e bebidas. Apresenta uma elevada participação de pessoal ocupado em atividades industriais (22,8%). Como centro urbano regional, possui interações espaciais com as cidades da *região econômica* do litoral norte baiano[30].

Garanhuns (PE), com população municipal total de 110.084 habitantes, localiza-se na mancha úmida e subúmida do agreste pernambucano, numa zona de policultura. Destaca-se no conjunto de municípios que constituem a bacia leiteira de Pernambuco. A PEA urbana, de 82,2%, revela sua importância enquanto centro urbano regional. É um centro educacional, cultural e turístico. Articula um conjunto de 19 municípios e tem uma participação elevada da PEA em atividades de prestação de serviços, 20,9%.

Barreiras (BA) abriga 113.695 habitantes no total municipal, é conhecida como a *capital da soja dos anos 80* e principal centro urbano dos cerrados baianos. Lá surgiu uma nova rede urbana, superposta à antiga, e, em via de constituição, reflexo e reforço das novas necessidades colocadas pela acumulação na região. Ao final dos anos 80, a agroindústria passou a diversificar sua produção, com a introdução de frutas e hortaliças, e uso de irrigação, revigorando a economia local. Os projetos industriais instalados, assim como as intenções de investimentos dos últimos anos, têm apontado para uma provável intensificação do movimento de verticalização do complexo da soja na região, com a instalação de plantas ligadas à suinocultura e à avicultura. Tem crescido, também, o número de projetos de hortifruticultura. Dedica-se às atividades agropecuárias 22,8% da PEA e às atividades industriais, 18,6%.

Responsável pela geração de quase 2% da renda estadual, Barreiras ampliou suas relações comerciais com as demais cidades da região, expandindo sua influência para além da Bahia, até Goiás e Tocantins. Tende a ampliar mais ainda as suas relações com seu entorno, substituindo o tradicional domínio que Barra mantinha na região. Os núcleos urbanos, nos cerrados baianos, ainda estão fragilmente conectados. A baixa densidade populacional da região deve-se a uma base fundiária com extensas propriedades, ocupadas gradativamente não só com a soja, mas também com frutas e hortaliças.

Os fluxos de investimento, tanto no surto inicial do *boom* da produção de grãos quanto agora no momento de diversificação da base agroindustrial, têm implicado vigorosos movimentos populacionais. A população urbana cresceu 7,58% e 4,18% a.a. nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente.

Patos (PB), situada na região sertaneja do semi-árido, abriga 86.036 habitantes no total municipal. Seu dinamismo deve-se à localização na rede de transporte e a suas melhores condições naturais. Tem uma elevada participação da PEA em atividades urbanas (90,9%), a maior entre todos os centros urbanos regionais. Parte destas atividades encontra-se eqüitativamente distribuída entre serviços, comércio e indústria, sendo, neste último caso, necessário ressaltar a importância que vem assumindo o ramo ligado à produção de couros e calçados. Patos concentra, hoje, 17,7% das unidades produtivas de couros e calçados da Paraíba, abaixo somente de Campina Grande.

Picos (PI), na região sertaneja do semi-árido piauiense, abriga 76.194 habitantes no total municipal. Seu surgimento e dinamismo foram influenciados pela localização na rede viária, formando um importante entroncamento. No entanto, as condições naturais, altamente desfavoráveis, transformaram-no em área de emigração.

[30] Região econômica é um conceito utilizado pelo governo do estado da Bahia, nos seus órgãos de planejamento. Na região litoral norte, estão os municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araças, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde Entre Rios, Esplanada Inhambupe, Itanagra, Jandaíra, Mata de São João, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, São Sebastião do Passé e Sátiro Dias.

Embora apresente importante participação da PEA nas atividades agropecuárias (36,6%), é um centro comercial e prestador de serviços, com baixos percentuais da PEA na indústria e nos serviços.

Jacobina (BA), com 85.556 habitantes no total municipal, apresentou estagnação econômica nas últimas décadas, resultante, em parte, do descenso do ciclo da mineração, há mais de um século, e do distanciamento das grandes rodovias que articulam as maiores cidades do estado. Funciona como pólo comercial e de serviços para uma rede de cidades localizadas em suas proximidades e, igualmente, isoladas dos grandes circuitos viários do estado. O setor industrial consegue absorver mais do que o do comércio de mercadorias, apesar de funcionar como pólo comercial local, mas o percentual mais significativo da PEA está na agropecuária. É responsável por quase 0,4% da renda total do estado (SEI, 1997), constituindo um vetor de interiorização da economia baiana no que se refere à exploração de recursos minerais.

Iguatu (CE), situada no semi-árido nordestino, às margens do açude de Orós, abriga 78.220 habitantes no total municipal. Encontra-se subordinada à aglomeração urbana não-metropolitana de Crato/Juazeiro e articula um conjunto de 21 municípios. Tal importância revela-se na participação da PEA na prestação de serviços (19%), que serve também de apoio às atividades agropecuárias (34,4%).

Serra Talhada (PE), situada no sistema sub-regional do semi-árido pernambucano, tem uma população municipal total de 70.305 habitantes. Apresentou uma taxa negativa de crescimento anual da população (-0,57), no período 1991-96, o que pode denotar uma ausência de dinamismo. A importância das atividades agropecuárias evidencia-se na participação da PEA neste setor (37,6%).

Guanambi (BA), com população municipal total de 68.603 habitantes, é subordinada a Vitória da Conquista e articula oito pequenos municípios da Serra Geral. A atividade que alimenta seu comércio é a agroindústria algodoeira. A maior parcela da PEA local está em atividades agropecuárias (38,8%), acompanhada pelas atividades industriais (16,3%) e pela prestação de serviços (16,2%). Ali se processa, comercializa e exporta o algodão, mas as grandes reduções nos preços comprometem o desenvolvimento deste centro urbano regional.

2.2.3.2 Centros urbanos regionais de Ordem 2

Caxias (MA), na margem da antiga estrada de ferro Teresina-São Luís, tem população municipal total de 146.045 habitantes. É um entreposto comercial e de processamento de produtos agrícolas, sobretudo o babaçu, cuja atividade de extração é muito mal remunerada entre as atividades extrativistas. Apesar de seu elevado contingente populacional, suas atividades urbanas apresentam desempenho relativamente baixo, quando comparadas aos demais centros: 51,1% da PEA se dedica às atividades agropecuárias, 12% às industriais e 9,5% às comerciais, só perdendo, neste aspecto, no conjunto dos centros urbanos regionais de ordem dois, para o município de Conceição do Coité (BA). Os percentuais de ocupação referentes aos setores urbanos estão entre os mais inexpressivos deste conjunto de municípios. É subordinado a Teresina, em decorrência da proximidade geográfica.

Vitória de Santo Antão (PE) tem PEA que representa 70% da população municipal. Os rendimentos dos chefes de família são baixos, com 55,42% situando-se na faixa de até um salário mínimo, quando no estado atinge-se o percentual de 49%. Com mais de um até três salários mínimos, há 33,35% dos chefes de família, e acima de três salários mínimos registram-se 11,23%.

No que se refere à composição do emprego, o setor de prestação de serviços aloca o maior percentual de pessoas (36,2%), seguido pelo setor agropecuário (21,5%). O comércio de mercadorias mostra-se também dinâmico, com um percentual de ocupação equivalente a 21,3% – que o coloca na terceira posição entre os demais centros urbanos regionais de sua ordem.

Paulo Afonso (BA), com população municipal total de 93.609 habitantes, é um centro urbano regional importante não só para a Bahia, mas para o Nordeste, pela geração de energia elétrica da Chesf. Esta característica garante-lhe o crescimento do comércio local e o afluxo de turistas, atraídos pela beleza natural de suas quedas d'água. Paulo Afonso contribui com 0,42% da renda estadual (SEI, 1997). Entre os centros urbanos regionais de ordem dois, é o segundo em PEA industrial, com percentuais relevantes também nos setores de serviços e comércio. A presença constante de grande número de técnicos especializados que aí residem com suas famílias contribui para elevar a renda média local, dinamizando, conseqüentemente, as atividades ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

Açailândia (MA), com população municipal total de 102.609 habitantes, surgiu a partir de empreendimentos siderometalúrgicos instalados no corredor da estrada de ferro Carajás e, também, pela expansão da fronteira agrícola. A participação da PEA, tanto nas atividades industriais como na agropecuária, é expressiva (26,7% e 34,9%, respectivamente). Conheceu altas taxas anuais de crescimento entre 1980 e 1996 (de 4,3%).

Senhor do Bonfim (BA), situada na BR-116, entre Juazeiro e Feira de Santana, abriga 84.752 habitantes no total municipal. Sua economia baseia-se na atividade mineradora, explorada também no vizinho Campo Formoso. É um centro comercial dinâmico,

articulador de pequenas cidades do entorno. O comércio de mercadorias é o setor urbano de maior expressão na PEA.

Serrinha (BA), com população municipal de 78.810 habitantes, é o centro comercial da zona sisaleira; apresentou taxas de crescimento demográfico de 8% e 2,7% a.a. nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente. Sua proximidade com Feira de Santana faz com que a ela cheguem mercadorias e serviços que se distribuem ao longo de uma rede de pequenas cidades, cujas atividades estão relacionadas fortemente à agroindústria e à cultura do sisal[31]. As atividades industriais são as que agregam o maior percentual da PEA urbana.

Palmares (PE), situada no subsistema regional agroexportador canavieiro, tem uma população municipal total de 56.439 habitantes. Subordinada à aglomeração urbana não-metropolitana de Caruaru, tem como principal atividade a canavieira. Nos últimos anos, com a forte crise que se abateu sobre o setor, vem perdendo importância econômica, apresentando um crescimento populacional negativo de -0,45% a.a.. As atividades características do setor primário ocupam o maior percentual da PEA, sendo, nas atividades urbanas, o setor industrial o mais expressivo do ponto de vista ocupacional, seguido do comércio.

Floriano (PI), abrigando uma população municipal total de 52.222 habitantes, constitui-se no mais importante centro urbano regional dos cerrados piauienses. As atividades de prestação de serviços e comerciais apóiam as atividades agropecuárias, de caráter extensivo, que convivem com culturas de manga, caju, arroz e, mais recentemente, soja. O arroz destaca-se como o principal produto, tendo sido a sua área aumentada por meio da implantação de projetos em vários municípios por ele comandados. Insere-se no pequeno grupo dos centros urbanos regionais de ordem dois, com PEA urbana superior a 80%, agregando a parcela maior de sua PEA na prestação de serviços.

Arcoverde (PE), situada no subsistema sub-regional do semi-árido pernambucano e abrigando população municipal total de 58.722 habitantes, sobressai-se pela elevada participação da PEA nas atividades urbanas (88,2%). A prestação de serviços ocupa 21,1% da PEA, o comércio 20,5% e a indústria 17,4%. As atividades pecuárias baseiam-se no criatório extensivo que se estende pelos municípios sobre os quais exerce influência. É o município que exibe a PEA urbana mais elevada (88,2%), concentrando os maiores percentuais nas atividades ligadas ao comércio, seguindo-se a prestação de serviços e o setor industrial. O percentual referente às atividades administrativas também lidera no conjunto desses municípios, fazendo com que ele apresente um perfil mais diferenciado em relação aos demais.

Estância (SE), terceira cidade de Sergipe, conta com uma população municipal total de 56.749 habitantes. Situada na Zona da Mata sul sergipana, na BR-101, sobressai-se pelo pólo industrial que está recebendo o maior investimento privado da história de Sergipe. É uma fábrica da Brahma, com investimento global da ordem de US$ 170 milhões e criação de mais de mil empregos. Tal empreendimento terá grande impacto na economia da cidade, com população de 45 mil habitantes (Seplan-SE, 1998). O maior absorvedor percentual da PEA local é o setor industrial (28,7%), superando, inclusive, o agropecuário.

Itapetinga (BA) tem população municipal total de 54.279 habitantes e localiza-se no sudoeste baiano. Constitui o maior pólo produtor e beneficiador de leite do estado e importante centro agroindustrial pastoril, responsável pela geração de 0,3% da renda estadual (SEI, 1997, p. 40). Com uma população de 50 mil habitantes, teve taxa de crescimento populacional de apenas 0,59%, no período 1991-96. Dentro do conjunto de centros urbanos regionais de ordem dois, é o que apresenta o maior percentual da PEA alocada em atividades de prestação de serviços (25,2%). Pertence ao escasso grupo de municípios deste conjunto, com PEA urbana acima de 80%.

Irecê (BA), abrigando população municipal total de 52.267 habitantes, é o município de maior produção e comercialização de feijão. Cresceu com base em incentivos fiscais e impulsionado pela construção da rodovia BA-052, conhecida como a Estrada do Feijão. O uso das técnicas de irrigação possibilitou o seu desenvolvimento agrícola, elevando-o à posição de centro sub-regional, pólo de comércio e serviços. Seu intenso crescimento econômico provocou uma taxa de crescimento anual de 6,25%, na década de 80. Porém, nos anos 90, passou por momentos de crise, provocada pelas secas e pela queda do preço do feijão. Esta crise e o desmembramento de três núcleos (América Dourada, Lapão e João Dourado) exerceram forte pressão para a redução de sua taxa anual de crescimento populacional para 2,29% entre 1991 e 1996. Mesmo assim, "participa de 0,3% no conjunto da renda do estado" (SEI, 1997, p. 45). A PEA municipal encontra-se alocada, na grande maioria, em atividades agropecuárias (31,6%) e industriais (30,1%), sendo o comércio de mercadorias o que absorve menos pessoas, apesar de sua condição de maior centro produtor e comercializador de feijão.

Caicó (RN), com população municipal total de 52.019 habitantes e situada no subsistema regional do semi-árido sertanejo do Rio Grande do Norte, vem conhecendo certo dinamismo ao desenvolver um parque fabril voltado para a confecção, em particular de bonés. Suas atividades industriais são responsáveis pela participação de 17%

[31] Coité, com mais de 22 mil habitantes, é o centro da zona produtora do sisal.

na PEA, enquanto as atividades de prestação de serviços por 23,3% e as atividades comerciais por 15,4%. Estas últimas constituem apoio importante não somente às atividades industriais locais, mas também às atividades dos municípios sobre os quais exerce influência.

2.2.3.3 Centros urbanos regionais de Ordem 3

O que se destaca no conjunto destes centros urbanos regionais é a aproximação maior dos percentuais relativos à distribuição da PEA local nos diferentes setores de atividades, o que confere aos municípios integrantes deste conjunto certa homogeneidade quando comparados aos dos outros conjuntos. No comércio de mercadorias, por exemplo, apenas dois municípios – Sapé (PB) e Zé Doca (MA) – conseguem, entre os 25, ultrapassar o percentual de 10%; no setor industrial, esse teto é superado por oito municípios; no setor de prestação de serviços, somente seis municípios o ultrapassam; nas atividades de natureza administrativa, quatro municípios não conseguem absorver mais de 3% da PEA. As atividades agropecuárias são o grande repositório das pessoas economicamente ativas, notando-se que o município de Monte Santo (BA) é o que apresenta o percentual mais elevado neste setor (84,9%); seis municípios, entre os 25 que compõem o conjunto, exibem percentuais de 70%; e 18 têm percentuais de PEA agropecuária entre 50% e 70%.

No conjunto desses 25 municípios, Araripina (PE) (63.841 habitantes no total municipal), no oeste do sertão pernambucano, registrou, nos últimos anos, um crescimento econômico e populacional decorrente da sua atividade gesseira. No entanto, a indústria mineradora de gipsita, apesar do grande volume de suas reservas, vem sofrendo dificuldades decorrentes do elevado custo do frete rodoviário, particularmente quando se considera que parte expressiva da produção é destinada à região Sudeste. Encontra-se subordinada a Petrolina e articula um conjunto formado por nove municípios.

3 Considerações Finais

Pode-se dizer que a configuração espacial do sistema de cidades do Nordeste brasileiro está diretamente associada às características socioeconômicas do macroordenamento de seu território. Entre estas características com peso significativo na conformação da rede urbana, destacam-se a estrutura fundiária e a influência desta sobre os indicadores sociais da região. Estudos disponíveis mostram que nos subespaços onde predomina a grande propriedade, alguns deles com grande dinamismo econômico, a produção, em geral, é verticalizada e voltada para o mercado externo, mas de capacidade extremamente limitada para elevar os níveis de renda e melhorar a qualificação da força de trabalho da região. A contribuição dessas economias para a solução do problema social regional está, portanto, longe de se apresentar como substancialmente expressiva. Evidentemente, tal fato tem tido imensas implicações para a criação de espaços de grande dinamismo, articulados a processos de abrangência nacional e de reduzida capacidade de internacionalização de efeitos multiplicadores, em oposição a outros espaços estagnados e dissociados de qualquer perspectiva de dinamização. Esta fragmentação apenas reforça o desequilíbrio característico da rede urbana nordestina.

Além disso, a recente dinâmica de conformação da rede urbana vem reforçando suas especificidades quanto:

- às disparidades entre os diversos grupos de centros urbanos, traduzidas pela perda de população dos municípios e de dinamismo econômico de um número elevado de centros urbanos regionais; e
- à má organização espacial reforçada pelo processo de interiorização da urbanização rumo, apenas, a determinados subespaços regionais e pelo processo de *litoralização*, que vem ocorrendo por meio do crescimento das aglomerações urbanas. Essa litoralização tende a adquirir ainda mais vigor com as *novas territorialidades* decorrentes do impulso ao setor de turismo, o que já vem ocorrendo especialmente em anos recentes.

Em síntese, os conhecidos contrastes que marcam a sociedade e a economia do Nordeste brasileiro estão materializados na estrutura de sua rede urbana e são, certamente, responsáveis pela baixa capacidade de atração desta enquanto espaço de reprodução de capital e, conseqüentemente, dos custos de atração de investimentos praticados pelos governos federal e estaduais da região. O desenvolvimento da rede urbana, sua integração e a elevação de índices de eficiência na oferta de serviços – tanto quanto da escolaridade e qualificação de sua mão-de-obra – são aspectos fundamentais para a expansão do mercado e da acumulação capitalista no Nordeste.

Região Centro-oeste

1 Introdução

O período fundamental para a compreensão da dinâmica urbana presente na região Centro-oeste remonta aos anos 60/70, quando se constituíram as bases para a introdução das frentes modernas de ocupação, que impactaram vigorosamente sobre sua malha urbana. Por sua vez, esse período representa o corolário das transformações que tiveram início na década de 30, com a implementação das políticas nacionais de colonização, integração e interiorização da economia, capitaneadas pelo Estado brasileiro, e, ainda, com a implantação, algum tempo depois, dos dois principais núcleos urbanos, que cumprem funções polares na região, respectivamente, Goiânia e Brasília.

O exame da constituição da base infra-estrutural, sobre a qual se desenvolveu o processo de ocupação econômica, torna-se importante para esta região que tem como característica grandes áreas desocupadas e baixa densidade populacional. Sua base logística representou um vetor fundamental na estruturação urbana e no processo de ocupação de novas áreas.

O Centro-oeste constitui exemplo típico de região de fronteira, que se consolida como área de moderna produção agroindustrial, após a transformação de sua base produtiva, impulsionada por forte ação estatal. Seu crescimento mais substancial deu-se nas décadas de 70 e 80, quando ali se implantaram importantes empresas agroindustriais, tanto de capitais nacionais quanto internacionais.

A economia do Centro-oeste vem sendo caracterizada, nas duas últimas décadas, por ser predominantemente baseada na pecuária extensiva de corte e de leite, e na agricultura extensiva de alimentos básicos, acrescida de experiências isoladas de indústrias extrativas minerais. Mais recentemente, a região vem-se destacando na produção intensiva de milho e soja, sistemas produtivos responsáveis pela produção de matérias-primas para a agroindústria e de produtos para exportação, como grãos e carnes, desencadeadores do próprio processo de agroindustrialização regional, que vem sendo empreendido por unidades modernas e de alta produtividade, com representativos impactos à montante e à jusante na economia regional. O resultado tem sido a transformação na base econômica primária do Centro-oeste, impulsionada pelos *linkages* promovidos nos setores secundário e terciário regionais.

A expansão econômica foi acompanhada por grandes fluxos migratórios, gerando taxas de crescimento populacional superiores às médias nacionais.

As transformações recentes em processo no Centro-oeste, inauguradas pela marcha modernizadora dos anos 70, implicaram tanto em expropriação de camponeses e pequenos produtores, dada a respectiva destruição das economias naturais existentes no campo, quanto em manutenção de bases socioeconômicas preexistentes, notadamente quando estas conseguiram reproduzir-se nas novas relações de produção.

As décadas de 50 e 60 marcaram, assim, a arrancada do desenvolvimento do Centro-oeste, puxada, no primeiro momento, pela intensa imigração atraída pela nova capital e pelos projetos de colonização, que contribuíram para um rápido adensamento do interior dos estados.

A infra-estrutura implantada e a expansão populacional deram então ensejo à transformação das estruturas produtivas e, em particular, à ampliação da circulação de mercadorias e à diversificação dos setores produtivos dos núcleos urbanos estrategicamente posicionados como entrepostos comerciais. Preparava-se, assim, a grande mu-

dança funcional do Centro-oeste: a modernização agropecuária das décadas de 70 e 80, responsável pelo salto produtivo e pela resposta exportadora do complexo grãos-carnes.

O suporte dado pelo setor público foi fundamental tanto para a ocupação como para a transformação produtiva recente do Centro-oeste, com destaque para, além dos investimentos em infra-estrutura de transportes, energia e armazenagem, as políticas de crédito rural subsidiado e de preços mínimos, bem como os programas de incentivo à pecuária de colonização (PIC) e, principalmente, o programa de incentivo às frentes comerciais (Polocentro). Esse conjunto de incentivos foi decisivo para a ampliação e melhoria do rebanho bovino de uma região que hoje possui o maior efetivo pecuário do país. Além disso, a política de preço único de combustíveis para todo o território nacional e a de preço subsidiado do óleo diesel reduziram os custos de transporte de cargas para a produção do interior e, em particular, o custo do combustível para a mecanização rural.

Sem este elenco de investimentos, a fundo perdido, responsáveis pela transformação dos cerrados em área de aptidão agrícola, com certeza estaria inviabilizado economicamente o principal eixo dinâmico do Centro-oeste, que foi a frente de agricultura comercial, com destaque para as *commodities* agrícolas.

No âmbito de cada estado, ainda foi criado um conjunto de incentivos fiscais, tendo por eixo central o fomento à agroindustrialização. Em 1993, 21 estados da Federação já possuíam programas de incentivos à industrialização, cujo vetor principal encontrava-se no recolhimento do ICMS. Os programas estaduais (e também municipais) vêm concorrendo para a consolidação da última grande frente de expansão no Centro-oeste: a dos complexos agroindustriais. Esta última, mais ainda do que as frentes de agricultura e pecuária tecnificada, tem sido norteada pelas infra-estruturas e externalidades preexistentes, reforçando o papel de centralidade de um número reduzido de centros urbanos, enquanto, por outro lado, ratifica-se e acentua-se a assimetria histórica da configuração e das funções urbanas dos municípios centroestinos.

Essas considerações apontam, por outro lado, para a fragilização do que poderia vir a se constituir em uma rede de cidades e, por outro, para o reforço da concentração populacional e econômica em torno de poucas aglomerações urbanas, que contribuem para a precarização e marginalização das condições de vida nos grandes centros e a insuficiência de oportunidades de emprego e de oferta de bens e serviços no conjunto dos demais municípios.

Pode-se afirmar que, a década de 70 foi marcada basicamente pela introdução e tecnificação das lavouras e pecuária. Largamente incentivada pelos programas públicos, essa tecnificação desencadeou um processo de agroindustrialização do Centro-oeste, favorecido pela proibição, por parte do governo federal (1974), de exportação da soja em grãos, estimulando o esmagamento. No primeiro momento, houve a expansão da produção agrícola para comercialização *in natura* nos mercados nacionais e internacionais e a modernização da produção pecuária, em grande parte beneficiada no próprio Centro-oeste.

A partir de meados dos anos 70, paulatinamente, foram sendo implantadas pequenas unidades agroindustriais no Centro-oeste, operando com baixo nível técnico e sob a tutela de pequenos grupos empresariais locais e regionais, em parte utilizando plantas industriais desmontadas do centro-sul. Dessa forma, a agroindustrialização do Centro-oeste teve, originalmente, sua base nas empresas de capital regional, em geral com suporte de capital acumulado no setor comercial, sendo favorecida pelos incentivos fiscais.

As empresas multinacionais, que no passado se limitavam a controlar a oferta de grãos do Centro-oeste, com unidades postadas em suas franjas – como no Triângulo Mineiro e no Paraná –, muito recentemente estão sendo levadas a implantar suas unidades em municípios da região.

Em meados da década de 80, entre os estados do Centro-oeste, Goiás é aquele que apresenta o maior dinamismo econômico, perdendo apenas para o Distrito Federal em receita de serviços, em razão da concentração das funções de governo na capital federal. Além do mais, Goiás também apresenta maior diversificação da atividade econômica.

As atividades tipicamente urbanas estão muito concentradas em um número reduzido de mesorregiões e, nestas, em alguns poucos municípios. No caso de Goiás, a mesorregião do centro goiano responde por mais da metade do Valor da Transformação Industrial (VTI) e da receita de serviços do Estado e por quase três quartos da receita total do comércio.

Para o estado de Goiás, os dados de 1985 já mostram a existência de dois principais subsistemas produtivos: o centro-noroeste, nucleado por Goiânia e, em escala bem menor, por Anápolis; e, o sul goiano, nucleado por Uberlândia (MG) e, em menor escala, por Ituiutaba (MG); Rio Verde (GO) e Itumbiara (GO). Assim, embora já em 1985 o sul goiano seja nitidamente a principal frente de agropecuária comercial, sua polarização externa por Uberlândia provoca a evasão da renda gerada e, com isso, fragiliza o potencial de diversificação dos núcleos intermediários goianos.

No caso de Mato Grosso, também ocorre o mesmo processo, estando as atividades de indústria, comércio e serviços concentradas, basicamente, na mesorregião do centro-sul mato-grossense, nucleada pelo aglomerado urbano de Cuiabá/Várzea Grande. A mesorregião do norte

mato-grossense desponta como a área de maior produção agropecuária e a segunda em VTI.

Com o incremento das atividades de beneficiamento de madeira e agropecuária em áreas típicas de fronteira, intensificaram-se as correntes migratórias provenientes do Centro-sul e Nordeste, acelerando o ritmo de crescimento populacional de alguns municípios dessa mesorregião, como Sinop, Alta Floresta, Colider e Juína. Entretanto, apesar da ausência dos indicadores econômicos, e considerando a distância em relação à Cuiabá, bem como a posição estratégica dessa área em relação à região Norte, pode-se apontar para a emergência de um novo subsistema produtivo nessa parte do território mato-grossense. Por outro lado, a mesorregião do sudeste mato-grossense desponta como a segunda em importância econômica no estado, mas sem chegar a configurar um outro subsistema produtivo, na medida em que sua porção oeste, nucleada por Rondonópolis, faz parte do mesmo subsistema do centro-sul mato-grossense, nucleado por Cuiabá.

No caso de Mato Grosso do Sul, a distribuição das atividades produtivas pelo seu território apresenta-se de forma menos desigual. Os indicadores apontam para a existência de quatro subsistemas no estado. Entre eles, despontam dois subsistemas principais, formados pelas mesorregiões do centro-norte de Mato Grosso do Sul, nucleado por Campo Grande, e pela mesorregião do sudoeste do Mato Grosso do Sul, nucleado por Dourados. E dois subsistemas de menor importância, formados, respectivamente, pelas mesorregiões do Pantanal sul mato-grossense e leste de Mato Grosso do Sul. A primeira ainda experimentando sua inserção passada, mas já em nítido processo de desestruturação, aguardando a emergência de novas oportunidades, notadamente nos setores do comércio exterior e turismo. A segunda, funcionando como uma frente de expansão da agropecuária paulista.

O que se vislumbra como corolário dessa forma concentrada de retenção dos efeitos difusores da expansão da base primária é a fragilização do potencial de constituição de núcleos intermediários, que poderiam engendrar uma rede interiorana de cidades. Ao contrário, o que ocorre, dada a heterogeneidade das funções urbanas no Centro-oeste, é que, apesar do avanço da atividade primária, os demais setores apresentaram condições locacionais que reforçaram as tendências à concentração. Portanto, pode-se concluir que o avanço da agropecuária do Centro-oeste, já sob o impacto das frentes modernas de expansão, não trouxe desdobramentos diretos para seus núcleos urbanos. Na verdade, as áreas de maior produção agropecuária não são as de maior dinamismo dos outros setores produtivos.

Transcorridos 15 anos das chamadas modernas frentes de expansão, Goiás e Mato Grosso do Sul são os estados de maior dinamismo produtivo e maior tecnificação. As mesorregiões de maior destaque, ainda que heterogêneas no seu interior, são respectivamente as do sul goiano e a do sudoeste de Mato Grosso do Sul. Nestas, os indicadores de tecnificação, como pastagem plantada, efetivo bovino, área de lavoura e produção agrícola, são os mais expressivos.

Deve ser observado que a agropecuária perdeu capacidade de geração de empregos diretos a partir da segunda metade da década de 80. Nos três estados, houve redução do pessoal ocupado, a partir de 1985, como decorrência do avanço das frentes de agricultura intensiva e, de forma mais decisiva, com o avanço da pecuária. Ou seja, o grande setor de ocupação no Centro-oeste, que chegou a responder por 90% do emprego total de algumas mesorregiões em 1985, perdeu sua capacidade de absorção.

Constata-se que a área de pastagem plantada ampliou-se continuamente entre 1970 e 1995, em especial no Mato Grosso, na última década, onde o acréscimo foi de mais de 8 milhões de hectares, cerca de 150%.

Em resumo, as ações combinadas do Estado e do capital privado transformaram a realidade econômica e social do Centro-oeste, infletindo a dinâmica demográfica, modificando o perfil do trabalho e do emprego, criando importantes complexos de armazenagem e submetendo a pesquisa e a extensão rural aos interesses dos grandes capitais. Estas transformações possibilitaram a expansão intra-regional do comércio, estabelecendo as condições regionais para a integração aos mercados nacional e internacional. Esse processo propiciou a implantação no território do Centro-oeste, de grandes empresas de *agrobusiness*, de amplitude nacional e mesmo multinacional.

Foi, assim, favorecida uma razoável integração da região, embora concentrada em um seleto grupo de pólos de atração de investimentos privados de grande porte, assim como a implantação de modernas indústrias processadoras de alimentos, enquanto se consolidava a produção de grãos com alta produtividade. Não obstante a instalação dessas unidades produtivas, a economia da região ainda se assenta, preponderantemente, no cultivo de grãos, na pecuária e extração mineral e florestal, refletindo na composição de uma pauta de exportações pouco diversificada, centrada, principalmente, no complexo grãos-carnes.

Portanto, do ponto de vista espacial, o avanço produtivo do Centro-oeste, objetivado pela transformação nas relações de produção primárias, ao contrário do desejado desenvolvimento socioeconômico regional, vem reforçando as disparidades regionais, pautada nas disponibilidades de infra-estrutura e na respectiva inserção de cada região nos mercados.

2 Caracterização da Rede Urbana Regional

A compreensão e a qualificação do sistema de cidades do Centro-oeste basearam-se na análise dos determinantes do desenvolvimento socioeconômico regional e suas inter-relações com a estrutura espacial. A seguir, são relatadas algumas de suas principais tendências.

A caracterização socioeconômica recente buscou identificar os fluxos e as articulações mercantis, a localização e diversificação das atividades produtivas e seus impactos demográficos e ocupacionais. Esta caracterização permitiu visualizar as implicações diferenciadas da dinâmica produtiva no sistema de cidades e, juntamente com os demais indicadores postos à disposição pela pesquisa, possibilitou a classificação e hierarquização das suas aglomerações, com as respectivas centralidades e áreas de influência. O resultado desta análise foi a apreensão da atual espacialidade do Centro-oeste, marcada pela heterogeneidade intra-regional e pela concentração das funcionalidades urbanas em um número reduzido de centros urbanos.

Enquanto região, o Centro-oeste, como um macroagregado político-administrativo, cumpre historicamente uma função geral complementar à economia do Sudeste e, por essa razão, encontra-se, no seu conjunto, submetido aos determinantes histórico-estruturais das dinâmicas econômicas nacional e internacional. No plano interno, emerge no Centro-oeste uma diversidade socioeconômica interestadual e mesmo intra-estadual, que conforma uma gama diversa de experiências e funções regionais e municipais, responsáveis pela emergência de um processo heterogêneo de adensamento populacional, de desenvolvimento das forças produtivas e de produção e acumulação de riquezas e capital. Apesar de vislumbrado como área de fronteira em expansão, as transformações recentes no Centro-oeste devem ser pensadas como novas relações que ocorrem sobre um longo processo de conformação territorial, no qual o sistema urbano e o conjunto de investimentos fixos no espaço são parâmetros, em alguns casos decisivos, para as novas alternativas de localização da atividade econômica e crescimento populacional.

Em termos gerais, o fenômeno de transformação produtiva do Centro-oeste, embora guarde suas particularidades, pode ser dividido em três fases[32]. A primeira fase começa ao final dos anos 60, com a chegada a Mato Grosso do Sul dos pioneiros da soja, marcando o período de adaptação dessa cultura ao cerrado e de implantação de algumas unidades de beneficiamento de grãos, especialmente em Goiás. A segunda fase, na primeira metade da década de 80, representa a expansão e a consolidação da produção intensiva de soja e milho, dominada pelas *tradings* do mercado de *commodities*. Por fim, a fase de consolidação do complexo grãos-carnes, iniciada a partir de 1985, é caracterizada pelo deslocamento para o Centro-oeste dos grandes conglomerados industriais do Centro-sul, agora com participação internacional.

A mudança no perfil econômico do Centro-oeste suscitou alterações significativas na dinâmica demográfica da região, com o incremento substancial dos fluxos migratórios. Ao longo da década de 70, fase de grande dinamismo demográfico, o Centro-oeste absorveu cerca de 1,3 milhão de migrantes, ostentando taxas de crescimento anuais duas vezes superiores às taxas nacionais. Após a década de 70, observa-se uma desaceleração generalizada das taxas de crescimento anual. Cabe destacar que as maiores taxas de crescimento, no período 1960-80, couberam ao Distrito Federal, reduzindo-se drasticamente a partir da década seguinte. A partir de 1980, Brasília teve uma dinâmica espacial peculiar, canalizando o fluxo populacional para o entorno goiano do Distrito Federal.

Nos anos 80, embora arrefecesse a intensidade dos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos, o norte mato-grossense e o leste goiano foram as mesorregiões que mais intensivamente se urbanizaram, enquanto o Pantanal sul mato-grossense e o sul goiano foram as regiões que tiveram as menores taxas de crescimento da população urbana, embora por razões distintas. Enquanto o Pantanal sul mato-grossense é uma mesorregião historicamente caracterizada como de baixa densidade populacional e de estagnação econômica, o sul goiano é uma área que experimenta a substituição de suas culturas tradicionais (arroz, milho e feijão) pelas monoculturas intensivas, tecnificadas, de grande escala, e pouco empregadoras de mão-de-obra, com destaque para a soja, a cana-de-açúcar e o próprio milho.

As mesorregiões do centro de Mato Grosso do Sul, do centro goiano e do sudoeste mato-grossense permanecem como as mais urbanizadas do Centro-oeste brasileiro. Observa-se, em todo período da análise (1970-96), que as diferenças entre os graus de urbanização das diversas mesorregiões do Centro-oeste tendem a se estreitar ao longo do período, tornando-se mais homogêneas.

No período considerado, o Mato Grosso apresenta uma dinâmica populacional que o diferencia de Goiás e de Mato Grosso do Sul, pois seu comportamento demográfico indica um perfil característico de área de fronteira. Nos anos 90, algumas taxas de crescimento urbano ainda foram bastante elevadas nos estados do Centro-oeste.

[32] A respeito, ver Castro e Fonseca (1995).

Esse movimento generalizado em direção às cidades é um desdobramento da dinâmica econômica da região, dada a predominância de uma agricultura produtora de *commodities*, altamente capitalizada e tecnificada. Além de não necessitar de trabalho vivo em grande escala, essas atividades acabam conformando a propriedade e o uso da terra segundo uma lógica de valorização, esvaziando o campo e provocando um fluxo migratório em direção aos centros urbanos de maior porte.

A análise do cruzamento dos indicadores econômicos e demográficos atesta o caráter diferenciado do comportamento socioeconômico intra-regional, bem como evidencia a capacidade transitória da chamada *fronteira agrícola* para sustentar e fixar fluxos migratórios expressivos. Além disso, observa-se que o incremento populacional passa a ocorrer substancialmente nas áreas urbanas, via fluxos migratórios oriundos do Sul e Sudeste.

Em 1996, a região Centro-oeste passa a contar com um contingente populacional de 10,5 milhões de habitantes, correspondendo a 6,7% do total nacional, o que representou um ligeiro aumento de seu peso relativo, uma vez que, em 1980, a população da região respondia por 5,7% da população brasileira. Em contrapartida, o contingente populacional rural vem decrescendo em números absolutos, passando de quase 2 milhões, em 1980, para 1,6 milhão, em 1996. Para o conjunto da região Centro-oeste, as altas taxas de crescimento verificadas nos pequenos municípios, inclusive com a recuperação demográfica de alguns, em especial no Mato Grosso, imprimem uma taxa de crescimento à região (3% a.a.) superior à média nacional (2,1% a.a.), no período 1991-96.

Predomina a população urbana na região e, mesmo com uma desaceleração no ritmo de crescimento, a taxa de crescimento desse contingente foi muito superior à média brasileira. Em 1996, a população urbana brasileira cresceu a 2,1% a.a., enquanto a do Centro-oeste chegou a quase 3% a.a. Esse ritmo mais elevado do crescimento urbano regional indica não somente a transferência de população rural do próprio do Centro-oeste para suas áreas urbanas, mas também a migração interestadual que ainda prevaleceu na última década.

Considerando, por outro lado, a emigração dos estados do Centro-oeste, observa-se que esses fluxos tiveram como destino mais o interior dos respectivos estados do que suas áreas metropolitanas ou capitais.

Nos anos 90 houve um arrefecimento da absorção migratória interestadual na região, com impactos significativos na rede urbana do Centro-oeste, uma vez que a mobilidade populacional, circunscrita aos principais eixos de crescimento regional, conforma espaços urbanos marcados por transferências internas de população.

Assim, o crescimento populacional das localidades urbanas na região Centro-oeste, a partir dos anos 90, está muito mais condicionado à própria dinâmica migratória inter-regional e intramunicipal do que aos fluxos provenientes de outros estados, como ocorreu em períodos anteriores. Esse fenômeno tem reflexos na rede urbana regional, principalmente em termos de concentração e consolidação de centros urbanos que já haviam emergido em outras décadas, sem o surgimento, contudo, de novos espaços urbanos de grande expressão.

2.1 Perfil da Rede Urbana Regional

O sistema de cidades desenhado entre as décadas de 30 e 60, com alto grau de dispersão e, ao mesmo tempo, com centros polares definidos e nítidas centralidades, suportou o avanço das frentes de expansão, sofrendo inevitáveis impactos. Embora provocadoras de alterações na estrutura urbana, como não poderia deixar de ser, as mudanças vividas pela economia do Centro-oeste nos últimos anos, ainda que profundas, não foram suficientes para alterar, na essência, a base urbana anterior. Quando muito, alteraram-se os pesos relativos de alguns centros intermediários ou ocorreram mudanças na funcionalidade das principais aglomerações urbanas.

Tanto as transformações na infra-estrutura como o surgimento das duas principais aglomerações urbanas, Goiânia e Brasília, com seus impactos consideráveis na economia e na espacialidade regionais, foram determinantes na configuração do sistema urbano do Centro-oeste, tal como ele se apresenta atualmente. Na verdade, houve reforço da espacialização preexistente, acentuando-se, ainda mais, o papel e a abrangência dos centros polarizadores. A análise da distribuição populacional por classes de tamanho de municípios baseada na classificação tradicional, examinada em série histórica, ajuda a corroborar essa constatação. Ela aponta para uma concentração progressiva da população do Centro-oeste nas principais aglomerações, Goiânia e Brasília, e respectivos municípios-satélites, e, em grau mais atenuado, nos poucos municípios de porte médio, acima de 100 mil habitantes.

Em contrapartida, todas as classes de tamanho de municípios até 100 mil habitantes perderam capacidade de retenção populacional no período 1970-96 (na classe de municípios de 20 mil a 50 mil habitantes, esse percentual reduziu-se de 21,6% para 16,2%, enquanto na classe de 50 mil a 100 mil passou de 7,8% para 6,6%, no período considerado). Juntas, a aglomeração urbana metropolitana nacional de Brasília e a aglomeração urbana de Goiânia, que detinham 25,8% do total da população em 1970, passaram a concentrar 37,7% de toda a população do Centro-oeste em 1996. Quando se considera apenas a população urbana, essa concentração fica ainda mais evidente: apenas esses dois centros, também detentores dos principais serviços e atividades de comércio, e seus respectivos

municípios-satélites, absorvem mais da metade do total da população urbana do Centro-oeste (52,3% em 1996).

Ainda em termos de população total, se a essas duas aglomerações forem acrescentados os municípios de Anápolis e Rio Verde, em Goiás, Campo Grande e Dourados, no Mato Grosso do Sul, os municípios da aglomeração urbana de Cuiabá/Várzea Grande e ainda Rondonópolis, no Mato Grosso, todos eles acima de 100 mil habitantes, alcança-se o percentual de 50,75% da população total (urbana e rural) de todo o território do Centro-oeste, evidenciando a tendência à concentração de população nas cidades maiores, justamente aquelas que também exercem funções de maior centralidade. Ressalta-se que, no caso de Brasília, a análise leva em conta que sua extraordinária expansão ultrapassou os limites do Distrito Federal, induzindo o crescimento das cidades que gravitam no seu entorno, e que fazem parte da microrregião goiana entorno de Brasília.

De modo geral, enquanto reduziu-se o poder de retenção dos municípios de até 100 mil habitantes, cresceu, em proporção significativa, o dos municípios acima desse patamar populacional, substancialmente as grandes aglomerações. É evidente, portanto, o processo de concentração.

De acordo com a Contagem Populacional de 1996 (IBGE), a região Centro-oeste possuía 379 municípios, dos quais 290 (77%) eram classificados como de pequeno porte (com menos de 20 mil habitantes). Tais municípios concentravam cerca de 2,5 milhões de habitantes, representando 23,4% do total da população regional. Em todos os estados da região, mais de 70% dos municípios encontravam-se na categoria de tamanho de cidades de pequeno porte; destes, 50% estavam no estado de Goiás, 17,6% no Mato Grosso do Sul e 24,5% no Mato Grosso. Na realidade, o estado de Goiás apresenta uma rede urbana mais adensada que os demais estados, contando também com um número maior de municípios: 54% dos municípios do Centro-oeste estão localizados em Goiás (211 municípios contra 95 no Mato Grosso, e 72 no Mato Grosso do Sul).

Os municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes totalizavam 64 localidades em 1996, correspondendo a 17% dos municípios do Centro-oeste e alocando 17,5% da população regional (1,8 milhão). Aqueles com 50 mil a 100 mil habitantes somavam 13 municípios, dos quais seis estavam situados em Goiás; esses municípios correspondiam a 8,5% da população do Centro-oeste, ou seja, 896 mil habitantes.

Já à classe de municípios de 100 mil a 300 mil habitantes, pertencem apenas oito municípios, sendo cinco no estado de Goiás, dois no Mato Grosso e um no Mato Grosso do Sul, somando cerca de 1,5 milhão de habitantes. Os municípios com 100 mil a 300 mil habitantes concentravam, em 1996, 14,4% da população regional. Em Goiás, dos cinco municípios pertencentes a esta classe de tamanho, apenas Anápolis e Rio Verde apresentam importância regional; os demais cumprem a função básica de periferia das aglomerações urbanas de Goiânia (Aparecida de Goiânia) e Brasília (Luziânia e Santo Antônio do Descoberto). No Mato Grosso do Sul, apenas Dourados pode ser considerado como centro urbano relevante, dado que o outro município nesta mesma classe de tamanho faz parte da aglomeração de Cuiabá/Várzea Grande, no estado do Mato Grosso. Portanto, nesta classe de tamanho, o Centro-oeste conta com apenas quatro municípios com potencial de cumprir funções de amplitude regional.

São poucos os municípios com mais de 300 mil habitantes, sendo um com população entre 300 mil e 500 mil habitantes no Mato Grosso (Cuiabá); um município no Mato Grosso do Sul, com população entre 500 mil e 1 milhão de habitantes (Campo Grande); e dois municípios com mais de 1 milhão de habitantes (Goiânia e Brasília).

Na *Análise de compartimento*, os cortes se diferenciam da classificação tradicional, permitindo a formação de mais grupos nas camadas com maior número de municípios de menor população.

De fato, no *cluster*, do total de 220 municípios, 58% têm menos de 11 mil habitantes, concentrando 1,28 milhão de habitantes (13,5% do total da população regional). Goiás possui 67% dos seus municípios com menos de 11 mil habitantes; Mato Grosso, 51%; e Mato Grosso do Sul, 43%.

Os 104 municípios com população entre 11 mil e 30 mil habitantes representam 27% do total de municípios da região e concentram cerca de 1,8 milhão de habitantes, representando 19% da população total da região. Goiás possui 18% de seus municípios neste grupo; Mato Grosso 36%; e Mato Grosso do Sul 44%.

Os 23 municípios com população entre 31 mil e 43,5 mil habitantes representam 6% do total de municípios da região, concentrando cerca de 825 mil habitantes, ou seja, 8,8% do total da população da região. Goiás possui 6,5% de seus municípios neste grupo; Mato Grosso 6,5%; Mato Grosso do Sul 5,5%.

Os 14 municípios com população entre 45 mil e 239 mil habitantes representam 3,7% do total de municípios da região; e concentram cerca de 1,36 milhão de habitantes, ou seja, 14,5% da população. Goiás possui 2,5% de seus municípios neste grupo; Mato Grosso 2,5%; e Mato Grosso do Sul 3%.

A despeito dessas diferenças, os resultados do *cluster* ratificam a predominância, no Centro-oeste, dos municípios de pequeno e de médio porte (menos de 30 mil habitantes), que juntos representam 85% do total de municípios da região.

Para o conjunto da região Centro-oeste, as altas taxas de crescimento verificadas nos pequenos municípios, inclusive com a recuperação demográfica de alguns, em

especial no Mato Grosso, imprimem uma taxa de crescimento à região (3% a.a.) superior à média nacional (2,1% a.a.), no período 1991-96. Predomina a população urbana na região, e, mesmo com uma desaceleração em seu ritmo de crescimento, a taxa de crescimento desse contingente foi muito superior à média brasileira; em 1996, a população urbana brasileira cresceu a 2,1% a.a., enquanto a do Centro-oeste chegou a quase 3% a.a.

2.2 Morfologia e Funções da Rede Urbana Regional

A despeito do avanço da agroindustrialização e do processo de ocupação recentes da região Centro-oeste, não ocorreram mudanças substanciais na hierarquia urbana, considerada em termos de peso populacional, embora o critério populacional apenas seja insuficiente para possibilitar maiores inferências. À exceção dos municípios surgidos nas áreas de fronteira, a exemplo de Alta Floresta, Sinop, Sorriso, Colíder e Juína, todos situados na mesorregião norte do Mato Grosso, não se constatam alterações de maior relevância no sistema de cidades, tais como a substituição na polarização e na funcionalidade dos centros urbanos.

Analisando-se tanto a distribuição espacial quanto a hierarquia urbana, a partir do Regic (IBGE, 1993), verifica-se, ainda, um forte grau de complementaridade do Centro-oeste às funções socioeconômicas desempenhadas pela Grande São Paulo e, também, pelos principais municípios do interior do estado de São Paulo e do Triângulo Mineiro, sendo possível identificar algumas peculiaridades, descritas a seguir.

Em primeiro lugar, ressalta-se que puderam se consolidar, de maneira mais efetiva, os principais centros urbanos regionais que guardam uma distância significativa da polarização paulista. Ou seja, em um claro movimento dialético, ao mesmo tempo que a integração com São Paulo representa um estímulo ao desenvolvimento produtivo do Centro-oeste, este somente se materializa espacialmente sob a forma de núcleos regionais de expressão socioeconômica quando há certa distância física que mediatiza a influência direta do próprio município de São Paulo e dos núcleos intermediários paulistas, triangulinos e paranaenses. Caso exemplar é Campo Grande (MS), que se tornou um centro tradicional de comércio de gado, aproveitando-se da sua posição estratégica no ramal ferroviário implantado no início do século[33]. O desdobramento dessa condição vantajosa originária, aliado à expansão rodoviária e ao crescimento do mercado interno, propiciou a gestação de uma acumulação de capital comercial, local e regional, abrindo espaço para que Campo Grande se transformasse no principal pólo de ligação da expansão moderna da fronteira com os grandes centros, em particular com São Paulo.

Constata-se que a consolidação dos principais núcleos regionais centroestinos está vinculada à histórica integração à economia paulista e ao desenvolvimento particularmente fragmentado de um pequeno número de núcleos regionais. Despontam poucos núcleos de maior porte, que concentram a maior parte da população, como também a quase totalidade das principais funções urbanas, circundados por um conjunto de estruturas urbanas que pouco expressam a base produtiva do seu entorno.

Em segundo lugar, observa-se que as áreas delimitadas pelas mesorregiões do leste do Mato Grosso do Sul e do sul goiano, apesar de terem passado por um grande avanço na produção agropecuária e serem bem próximas à São Paulo, não foram objeto de adensamento populacional expressivo, constituindo uma malha urbana esparsa e pouco representativa. Pode-se relacionar quatro prováveis fatores explicativos dessa peculiaridade:

- a não-ocupação pretérita da área com atividades mineratórias, importantes para a sedimentação de vários pontos de ocupação populacional no Centro-oeste;
- a ausência de projetos especiais de colonização dirigida, reconhecidamente responsáveis pelo adensamento de algumas áreas ao longo dos eixos rodoviários que cortam a região;
- a polarização exercida pelos núcleos urbanos de São Paulo e do Triângulo Mineiro, atraindo população e renda produzida nessa área; e
- a própria forma de ocupação produtiva, com predomínio da pecuária extensiva e da monocultura intensiva, tipicamente concentradoras de renda, pouco empregadoras de mão-de-obra e causadoras de deslocamento das atividades primárias tradicionais de pequena escala e baixa produtividade.

Em terceiro lugar, é possível perceber que as áreas mais adensadas do Centro-oeste encontram-se ao longo das principais vias de integração comercial com o Sudeste, notadamente nos pontos que guardam certa eqüidistância da polarização direta dos núcleos urbanos do Centro-sul, com destaque para aquelas que passaram pela experiência mineradora ou abrigaram programas de colonização. Essas áreas situam-se nos entornos de Dourados e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, ao longo da BR-364, principalmente em Rondônia e nos entornos de Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres, em Mato Grosso.

Já nos novos núcleos urbanos do norte matogrossense, anteriormente citados, apesar do crescimento rápido, a população ainda é escassa e distribuída em poucas cidades (Colíder, Juína, Sorriso, Alta Floresta e Sinop).

[33] Para mais detalhes, ver Oliveira (1993, p. 133-136).

Frutos de projetos de colonização predominantemente privados, com migrantes em sua maioria provenientes do Sul e Sudeste, esses municípios devem suas altas taxas de crescimento populacional à localização estratégica na área de influência da BR-163, MT-319 e MT-220, de acesso à Rondônia. Trata-se de uma área de baixa ocupação, na qual subsistem grandes extensões de terras devolutas, carente de infra-estrutura, inclusive energética, e com a presença de reservas indígenas, que vêm sendo prejudicadas pela ocupação desordenada e ilegal. O setor secundário é dominado pela atividade madeireira, com centenas de serrarias de baixo nível técnico, espalhadas pelo território. Dadas as grandes distâncias dos principais centros polarizadores, essas cidades conformam um subsistema econômico, embora de pouca expressividade, em que Alta Floresta e Sinop sobressaem-se como centros com funções terciárias mais ampliadas.

Complementando o papel de centralidade de São Paulo, a integração Sudeste/Centro-oeste fica visível a partir das áreas de atuação dos principais núcleos intermediários, nas franjas da região, e historicamente dotados de níveis de infra-estrutura. A influência do Triângulo Mineiro, com centralidade em Uberlândia, denota um estratégico poder de absorção dos estímulos da economia paulista e grande capacidade de irradiar sua área de influência no sentido do sudoeste goiano e leste do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Portanto, a pesquisa do Regic/IBGE ratifica a análise já esboçada anteriormente, acerca da necessidade de observar o desenvolvimento do Centro-oeste a partir do papel de intermediação exercido pelos núcleos urbanos do Triângulo Mineiro, em especial Uberlândia.

Os dados do Regic também demonstram, no mesmo sentido da influência triangulina, guardadas as peculiaridades, que São José do Rio Preto, Presidente Prudente e particularmente Londrina também constituem áreas de influência que adentram o território centroestino. Diferente de Uberlândia, esta influência está mais circunscrita a Mato Grosso do Sul. Na colonização de Mato Grosso do Sul, assim como na de Mato Grosso, houve uma importante participação de colonos do Sul, sobretudo de paranaenses, cabendo destacar que esse fato reforça as relações socioeconômicas entre os núcleos econômicos desses estados.

No trabalho do IBGE, fica confirmada a análise sobre as diferenciadas áreas de influência de Goiânia e Brasília na espacialidade do Centro-oeste. Goiânia consolidou-se como principal núcleo do estado de Goiás, expandindo sua área de influência, principalmente no sentido norte e noroeste, na direção dos estados de Tocantins e do leste mato-grossense. Brasília, ao contrário, não logrou desempenho de maior expressão regional, limitando-se à função de grande absorvedora de população e significativo mercado consumidor, decorrente da concentração das funções de governo e de receptora de repasses fiscais. Seu papel econômico, no Centro-oeste, fica praticamente limitado ao seu entorno. As ligações com o sudoeste da Bahia são mais resultado de fluxos populacionais do que econômicos.

Em virtude da inexistência de outros núcleos de maior expressividade no território goiano e no estado de Tocantins, Goiânia surge como o grande centro de referência, em particular ao longo dos eixos das principais rodovias. No sentido norte, como já foi ressaltado, a construção da BR-153 foi fundamental para projetar a influência de Goiânia para o conjunto do território tocantinense. Entretanto, a abertura de um novo eixo rodoviário ligando Gurupi (TO) a Barreiras, no sudoeste da Bahia, vem possibilitar a integração direta de Tocantins com a capital baiana, via BR-242. Assim, embora a pesquisa do IBGE, com ano de referência em 1993, não tenha captado essa recente interligação, ela tende a enfraquecer a projeção do núcleo goiano em território tocantinense e a fortalecer Gurupi como entroncamento de intermediação com o mercado baiano e internacional. Portanto, não só a construção da nova capital no estado de Tocantins, em rápido processo de expansão, como a concretização de novas vias de intercâmbio, seja para o leste, seja para o norte, poderão vir a constituir-se novas áreas de concentração populacional e econômica ao norte do Centro-oeste.

Partindo das espacialidades definidas para o conjunto do projeto de pesquisa, que podem melhor explicar a rede urbana nacional e regional, foi elaborada uma classificação dos principais centros urbanos componentes da rede de cidades centroestina, que é detalhada a seguir:

- aglomeração metropolitana nacional: Brasília.
- aglomeração metropolitana regional: Goiânia.
- aglomeração não-metropolitana regional: Cuiabá.
- centro urbano isolado regional nível 1: Campo Grande.
- centro urbano isolado regional nível 2: Anápolis, Dourados, Rondonópolis, Itumbiara, Rio Verde.
- centros urbanos isolados regionais nível 3: Ponta Porã, Sinop, Catalão, Cáceres, Barra do Garças, Três Lagoas, Alta Floresta, Aquidauana, Tangará da Serra.
- centros urbanos isolados locais: Naviraí, Jataí, Goianésia, Goiatuba, Uruaçu, Nova Andradina, Corumbá, Porangatu, Iporá, Mineiros, Coxim, Inhumas, Ceres, São Luís de Montes Belos, Morrinhos.
- centro turístico: Caldas Novas.

De forma geral, como já foi salientado, o crescimento econômico da região Centro-oeste concentrou-se no setor primário, configurando-se um setor secundário de expressão marginal na economia regional. Este arranjo econômico acabou conformando uma estrutura urbana regional incipiente, de poucos centros regionais, que se desenvolveram, sobretudo, como entrepostos de comerciali-

zação da produção agropecuária. O desenvolvimento da rede urbana regional está centrado em Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande.

Brasília e Goiânia são os centros de maior expressão regional; na hierarquia das centralidades urbanas (Regic, 1993), estas alcançam os maiores níveis de centralidade da região: Goiânia com nível máximo e Brasília com nível muito forte. Entretanto, a importância de Goiânia está relacionada ao seu papel socioeconômico regional, enquanto Brasília à sua função político-administrativa nacional. A composição dos municípios que conformam as aglomerações de Brasília e Goiânia é bastante heterogênea no que se refere aos indicadores demográficos, econômicos, de infra-estrutura de saneamento básico, bem como quanto aos níveis de centralidade do Regic, predominando, para esses municípios, o nível de centralidade muito fraco, como se discute a seguir.

2.2.1 Aglomeração urbana metropolitana de Brasília

O Distrito Federal e seus municípios limítrofes integram com outros municípios dos estados de Goiás e de Minas Gerais a denominada Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride)[34], com a seguinte composição[35] : Brasília (Distrito Federal), Abadiânia, Águas Frias de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, todos esses municípios no estado de Goiás, e Buritis e Unaí, no estado de Minas Gerais. Ao todo são 21 municípios, mais o Distrito Federal, perfazendo um total populacional de cerca de 2,5 milhões de habitantes, em 1996. Remarca-se que Brasília foi concebida como solução para superar problemas de integração do território nacional e como instrumento de interiorização do desenvolvimento, para ser o centro político de decisões do Estado Nacional. Como pólo de desenvolvimento, deveria incentivar, em seu espaço, atividades econômicas capazes de se reproduzir sobre o território nacional. Na década de 80, registra-se um movimento diferente do período 1960-70, com o transbordamento do crescimento deste centro em direção a vários municípios goianos limítrofes, como Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás e Padre Bernardo, num processo de conurbação com as cidades-satélites do Distrito Federal, passando a desempenhar a função de cidades-dormitório.

Por sua vez, a ampliação da área de influência de Brasília ocorreu em função da própria expansão de seu mercado consumidor e do setor de serviços, sem contudo passar a disputar com Goiânia a condição de pólo regional, mas, pelo contrário, estimulando o desenvolvimento de atividades produtivas no entorno de Goiânia. Além do mais, dada a concentração da função de serviços especializados de governo, se, por um lado, o espaço territorial do núcleo de Brasília passa a ser muito valorizado, por outro, sua periferia passa apresentar grande carência de equipamentos urbanos.

Em 1980, a população do Distrito Federal, que atingia 1 milhão de habitantes, era eminentemente urbana (97% da população), e a ocupação deste território ainda era muito dispersa entre as cidades-satélites, distantes umas das outras, com a população concentrada nas regiões administrativas de Brasília (Plano Piloto e adjacências), Guará, Taguatinga e Ceilândia. A baixa densidade de população imposta na área do chamado Plano Piloto constituía-se em fator de pressão por novos espaços. Já nesta década, iniciava-se um processo de periferização em direção aos municípios do entorno imediato do Distrito Federal, como Luziânia, com parcelamento do solo rural para fins urbanos, bem como um processo de favelização de uma população pobre que lá se instalava, para buscar emprego no Distrito Federal[36]. Nesta década, expandem-se bastante as áreas urbanas dos municípios do entorno do Distrito Federal. Para se ter idéia da dimensão desse processo, de 1970 a 1990 Luziânia quadruplicou sua mancha de ocupação urbana.

No período 1991-96, com uma taxa de crescimento de 3,5% a.a., a aglomeração de Brasília constitui uma das áreas de maior dinamismo populacional do país. Apesar do arrefecimento sofrido nas décadas de 70, destaca-se como fato marcante o ritmo ainda elevado de crescimento da população da cidade-sede tanto nos anos 80, quanto nos 90 (2,8% a.a. e 2,6% a.a., respectivamente).

As relações estabelecidas entre o Distrito Federal e os municípios periféricos inserem-se num contexto regional mais amplo, com influências intra e inter-regionais. Entretanto, diferentemente da vizinha Goiânia, Brasília não exerce uma função econômica com características polarizadoras, dada sua precária base econômica primária e secundária. É um caso peculiar de unidade territorial com concentração de funções administrativas, que recebe transferência de recursos fiscais e, por isso mesmo, desempenha uma função terciária importante. Trata-se de um grande mercado, tanto para seu entorno quanto para os principais pólos nacionais. Com isso, o Distrito Federal tem

[34] De acordo com a Lei complementar federal nº 94, de 19/2/1998.

[35] Composição oficial segundo a Divisão Territorial Básica (DTB) de 1991.

[36] Dados do governo do Distrito Federal/Gepafi.

atraído população (em geral, de baixa qualificação), que se desloca para este centro em busca de empregos e serviços, consolidando os fluxos de Brasília com uma ampla rede de cidades do país.

Quanto à composição atual desta aglomeração metropolitana, é possível encontrar nos municípios de seu entorno localidades com perfis diferenciados quanto aos níveis de centralidade, tamanho da população e, mesmo, quanto às taxas de crescimento. Exemplos desta heterogeneidade são: de um lado, municípios como Mimoso de Goiás, não contíguo ao Distrito Federal, com área de 1,4 mil quilômetros quadrados (DTB de 1991), 2,5 mil habitantes (população total de 1996), taxa de crescimento a.a. de (-) 7,18% (1991-96), e nível de centralidade fraco; Formosa, com 6,8 mil quilômetros quadrados de área, 71 mil habitantes (1996), taxa de crescimento de 2,5% a.a., e nível de centralidade médio para fraco; Unaí, que está localizado em Minas Gerais, mas é contíguo ao Distrito Federal, possui 9,8 mil quilômetros quadrados de área, com 73 mil habitantes, taxa de crescimento de 1,45% a.a., e nível de centralidade fraco; e, de outro lado, municípios como Luziânia, contíguo ao Distrito Federal, com 275 mil habitantes, taxa de crescimento de 5,83% a.a., e Santo Antônio do Descoberto, contíguo ao Distrito Federal, com 107 mil habitantes, taxa de crescimento de 24,8% a.a., e nível de centralidade fraco.

Os municípios de Padre Bernardo, Água Fria de Goiás, Cabeceiras e Alexânia apresentam um perfil da PEA que permite caracterizá-los como municípios de economia baseada na agropecuária. A porcentagem da PEA no setor agropecuário é de 44% em Padre Bernardo, 70,3% em Água Fria de Goiás, 58,9% em Cabeceiras e 36,2% em Alexânia. Os municípios de Planaltina e Santo Antônio do Descoberto caracterizam-se pela alta porcentagem de ocupados na construção civil, 20% e 18,5%, respectivamente. Luziânia, o município mais populoso da aglomeração, excetuando Brasília, possui o seguinte perfil ocupacional: 29,7% da PEA no setor de prestação de serviços, 13,7% na construção civil, 11,9% no comércio de mercadorias e 9% na administração pública. As ocupações administrativas e técnicas representavam, em 1991, 12,9% e 6,7%, respectivamente, do total de ocupações.

Brasília possuía o seguinte perfil da ocupação: 26,8% na prestação de serviços, 15,6% no setor de administração pública, 14,2% no comércio de mercadorias, 13,3% no setor de prestação de serviços sociais e 6,8% na construção civil. As ocupações administrativas e técnicas representavam 20,9% e 12,8% do total de ocupações.

No contexto da divisão funcional das localidades do conjunto da aglomeração, boa parte desses municípios desempenha papel de cidades-dormitórios, a exemplo de Santo Antônio do Descoberto e Luziânia. A não-industrialização de Brasília acabou levando a uma carência muito grande na oferta de empregos, especialmente para a periferia, resultando em concentração da oferta de trabalho no núcleo, ficando a população pobre da periferia na dependência de emprego nas funções residenciais. Mesmo dentro do Distrito Federal esta segregação social se reproduz, com a população de baixa renda instalando-se nas cidades-satélites. O perfil da distribuição espacial da renda (renda média mensal do chefe em salários mínimos de 1991) evidencia isso, quando se encontram 90% dos domicílios com menos de um salário mínimo concentrados nas cidades-satélites e 57% dos domicílios com mais de 10 salários mínimos localizados no Plano Piloto. Aí reside menos da quarta parte da população do núcleo e concentram-se cerca de 70% dos empregos formais, deixando a população mais pobre de 12 a 76 quilômetros de distância de seu local de trabalho, implicando uma tarifa de transportes coletivos das mais caras do país.

2.2.2 Aglomeração urbana metropolitana de Goiânia

Na categoria aglomeração urbana metropolitana encontra-se somente a cidade de Goiânia como sede. No contexto dos estudos parciais referentes a Rede Urbana da região Centro-oeste, esta denominação refere-se ao conjunto de municípios que integram uma unidade territorial polarizada pela cidade de maior expressão. Os municípios da área apresentam elevada população urbana, com contigüidade espacial, ou tendências à formação de espaços contíguos; demonstram relações de interação socioeconômicas intensas, decorrentes de especialização, complementação e/ou suplementação funcional. No caso desta aglomeração não-metropolitana de nível regional, a cidade-sede registra o grau mais elevado de centralidade, como já foi destacado, sendo a abrangência de sua polarização circunscrita à dinâmica do próprio estado de Goiás, bem como à parte sul de Tocantins e à faixa nordeste do estado de Mato Grosso.

De acordo com os índices referentes ao sistema urbano do Centro-oeste, esta aglomeração possui as seguintes especificidades: cidade-sede com Regic nível máximo (8); taxas de crescimento do entorno superiores à do núcleo; densidade populacional superior a 100 habitantes por quilômetro quadrado no centro; população de mais de 1 milhão de habitantes no centro da aglomeração. Esta aglomeração ocupa uma área de 2% do estado (6.943,3 quilômetros quadrados), totalizando, aproximadamente, 1,5 milhão de habitantes, em 1996, sendo composta pelos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Goianópolis, Guapó, Hidrolândia, Leopoldo de Bulhões, Santo Antônio de Goiás, Terezópolis de Goiás, Goianira, Nerópolis, Senador Canedo e Trindade. Entre

esses municípios, Aparecida de Goiânia registrava mais de 250 mil habitantes em 1996, sendo 42,2% de sua área urbanizada, superando Goiânia, que apresenta 30,7% da sua área urbanizada. Dos 16 municípios do entorno, nove apresentam contigüidade territorial com Goiânia.

Anápolis, embora esteja na área de influência de Goiânia, constitui-se em núcleo independente, tratando-se de um centro regional que, por sua vez, polariza as cidades de Goianópolis, Damolândia, Nova Veneza e Ouro Verde de Goiás. Embora pressionado entre duas grandes aglomerações, o que compromete seu potencial de expansão futura, dada a função de grande mercado exercida pelo Distrito Federal, Anápolis, pela sua posição geográfica e pelo seu papel histórico, ainda absorve relevantes estímulos econômicos na divisão territorial do trabalho no eixo Goiânia-Brasília.

Na aglomeração de Goiânia predomina também, assim como na de Brasília, a PEA em atividades urbanas: 98% no caso de Goiânia e 93% no de Anápolis, bem como altas taxas de crescimento populacional, em torno de 3% a.a., entre 1991 e 1996. Esta aglomeração tem-se caracterizado pelo intenso processo de urbanização nos últimos 20 anos, que se reflete na expansão urbana dos municípios componentes.

Mesmo sendo Goiânia uma cidade planejada, a malha urbana cresceu de forma espontânea e desordenada, ocasionando problemas físicos, demográficos e sociais, que transbordam para os municípios de seu entorno. De acordo com estudo da Seplan-Go em conjunto com o IBGE,

> este inchamento está intimamente atrelado ao parcelamento do solo urbano da capital estadual e núcleo da aglomeração urbana, o que ocasionou o surgimento de inúmeros loteamentos (...). Os municípios que compõem a aglomeração não possuem infra-estrutura capaz de oferecer os serviços básicos urbanos e sociais (...), [tampouco] possuem um mercado de trabalho compatível com a oferta de mão-de-obra, o que faz com que se cristalize mais fortemente no município-sede da aglomeração – Goiânia – toda a problemática econômico-social da região. (Seplan-GO/ IBGE, 1994, p. 40)

Apesar de contar com alguns municípios de base econômica agrícola, na aglomeração urbana de Goiânia predomina o setor secundário da economia, com destaque para o setor de produtos alimentares, sendo Goiânia o principal centro industrial, seguido por Aparecida de Goiânia e Trindade.

2.2.3 Aglomeração urbana não-metropolitana de Cuiabá

Em um terceiro nível da hierarquia regional, situa-se a aglomeração não-metropolitana regional de Cuiabá, composta apenas por mais um município, Várzea Grande. O nível de centralidade exercido pelo município-sede é forte, com uma PEA urbana de 97% em Cuiabá e de 94% em Várzea Grande; a aglomeração registra 626 mil habitantes, em 1996, com uma taxa de crescimento de 2% a.a., entre 1991 e 1996.

2.2.4 Centros urbanos isolados regionais

Em nível hierárquico semelhante ao anterior, mas com características específicas, encontra-se a capital regional de Campo Grande, classificada na categoria de *centro urbano isolado regional nível 1*. Nesta categoria, enquadram-se cidades que exercem influência polarizadora sobre determinada área, concentrando grande parte das funções regionais sem, contudo, formar com outras uma aglomeração urbana. Campo Grande, conforme Oliveira (1993), constituiu-se em tradicional centro de comércio de gado, aproveitando-se da sua posição estratégica no ramal ferroviário implantado no início do século. Como desdobramento, e acrescido da expansão rodoviária e do crescimento do mercado interno, propiciou a gestação de uma acumulação de capital comercial local e regional, abrindo espaços para tornar-se o principal pólo de ligação da expansão moderna da fronteira com os grandes centros, em particular com São Paulo.

Campo Grande apresenta nível de centralidade forte; a inserção de sua PEA em atividades urbanas chega a 95%; com uma densidade demográfica de 74 habitantes por quilômetro quadrado, o município alcançou os 600 mil habitantes em 1996.

Na categoria de *centro urbano isolado regional nível 2*, encontram-se importantes localidades do Centro-oeste, principalmente cidades que tiveram parte considerável de seu crescimento populacional em função dos fluxos migratórios em direção às áreas de fronteiras, em décadas passadas, e cuja dinâmica ainda se estendeu aos anos 80. Nessa definição de centro urbano, embora de âmbito regional, sua área de influência não conforma uma aglomeração urbana e seu poder de centralidade segundo o Regic situa-se entre os níveis médio e forte para médio. A PEA em atividades urbanas, nesses municípios, varia num intervalo de 75% a 93%, e os volumes populacionais estão entre 80 mil e 140 mil habitantes.

De modo geral, esses centros urbanos isolados passam por um processo de manutenção em seus ritmos de crescimento populacional, dos anos 80 para os 90, demonstrando o vigor dessas localidades na nova dinâmica econômica do Centro-oeste. São eles: Anápolis (GO), Dourados (MS), Rondonópolis (MT), Itumbiara (GO) e Rio Verde (GO). Os *centros urbanos isolados regionais nível 3* são localidades que vêm passando por diferenciados ritmos de crescimento populacional, resultado da localização em áreas de fronteira consolidada, ou em expansão, dinâmicas ou em esgotamento. São eles: Sinop, Catalão e Ponta Porã. A população total dos municípios onde estão esses centros

situava-se entre 40 mil e 75 mil habitantes, em 1996, com uma densidade demográfica ao redor de 15 habitantes por quilômetro quadrado, sendo expressivos os decréscimos nas taxas populacionais. A taxa de crescimento da população de Sinop foi de 11% a.a., no período 1980-91, passando para 8% a.a., entre 1991 e 1996; a de Catalão caiu de 3% a.a. para 1,4 % a.a., e Ponta Porã de 3,5% a.a. para 2,9% a.a.

2.2.5 Centros urbanos isolados locais

No último nível de hierarquia do sistema urbano do Centro-oeste, incluem-se os *centros urbanos isolados de nível local*. São eles: Aquidauana, Alta Floresta, Cáceres, Ceres, Naviraí, Nova Andradina e Tangará da Serra. Trata-se de centros que revelam alguma expressão em termos de funções na rede de cidades centroestina, embora seu raio de polarização não se estenda muito além de seu entorno imediato. Os níveis de centralidade desses municípios variam de médio e médio para fraco, demonstrando sua capacidade limitada de expandir suas funções urbanas às demais localidades. De qualquer modo, ainda é possível distinguir centros de ocupação e dinamismo mais antigos, como Cáceres e Ceres (GO).

Os volumes populacionais dos municípios com dinamismo recente, como Naviraí e Nova Andradina, oscilam de 20 mil a 75 mil habitantes, sendo a inserção em atividades agrícolas responsável por cerca de 30% da PEA total, indicando funções urbanas bastante restritas para essas cidades.

2.2.6 Centro turístico

No estado de Goiás merece atenção o crescimento acentuado de Caldas Novas e municípios do entorno (Água Limpa, Corumbaíba, Marzagão, Rio Quente, Santa Cruz de Goiás), apontando o incremento do turismo nessa área, que se situa entre as aglomerações de Brasília e Goiânia e o Triângulo Mineiro.

3 Considerações Finais

O estudo da dinâmica socioeconômica recente do Centro-oeste mostrou, em primeiro lugar, que não se trata de uma ampla inserção produtiva e funcional do conjunto desta área e, conseqüentemente, nem de pleno desenvolvimento regional. Ao contrário, há uma diversidade intrínseca, uma clara heterogeneidade espacial marcada por uma rede de cidades pouco estruturada. Observada em seu conjunto, essa rede apresenta fracos laços de articulação e complementaridade, predominando cidades de pequeno porte e baixo grau de desenvolvimento das atividades e dos serviços urbanos. Apenas um número reduzido de cidades, como se viu, logrou alcançar uma inserção mais expressiva no cenário regional e nacional.

É possível, portanto, afirmar que o dinamismo produtivo da economia do Centro-oeste não foi capaz de consolidar um desenvolvimento urbano regional, o que acabou promovendo concentração de população e retenção da renda em poucos subsistemas regionais, ratificando a divisão territorial do trabalho pretérita. Apenas a atividade agropecuária encontra-se mais bem distribuída no espaço regional e, mesmo assim, não vem sendo capaz de proporcionar uma distribuição espacial da renda menos concentrada, dado o predomínio da pecuária e das monoculturas intensivas. Nesse contexto, a agropecuária perdeu capacidade de geração de empregos diretos a partir da segunda metade da década de 80.

Desse modo, predomina no Centro-oeste uma grande concentração da população e das atividades secundárias e terciárias em poucos centros urbanos. O setor terciário é polarizado pelas quatro principais aglomerações urbanas do Centro-oeste (Brasília, Goiânia, Cuiabá e Campo Grande) e por núcleos paulistas, mineiros ou paranaenses. A transformação industrial é relevante apenas em poucos núcleos, seja pela centralidade das suas funções urbanas, seja, em casos específicos, pelo peso de alguns empreendimentos isolados de agroindustrialização, extração mineral (Corumbá) ou beneficiamento de madeira, como no caso de Sinop e Alta Floresta.

Os poucos núcleos urbanos de maior expressão consolidaram suas respectivas inserções na economia nacional em períodos que antecederam as três últimas décadas de incorporação e modernização produtiva regional, não guardando dependência desse processo mais recente. O que o estudo demonstra é que esses núcleos – localizados historicamente nos principais eixos rodoferroviários de integração ao Sudeste – foram fortalecidos em seus papéis regionais na medida em que, simultaneamente, condicionaram espacialmente as frentes modernas, e delas apropriaram os efeitos dinâmicos, acentuando a participação e a abrangência dos centros polarizadores no conjunto da rede urbana.

Em síntese, o adensamento da rede urbana ocorrido no período recente deu-se de forma concentrada nas cidades de maior porte, reforçando o sistema já desenhado anteriormente. A modernização agropecuária, responsável pelo salto produtivo e pelas grandes transformações na base produtiva do Centro-oeste, não foi suficiente para alterar, de forma substantiva, o sistema urbano da região. Apenas modificou-o na margem, com a formação de subsistemas em áreas de ocupação recente, como é o caso

do norte mato-grossense, embora com enormes precariedades e deficiências nas atividades urbanas, sem falar da destruição indiscriminada do meio ambiente. Independentemente do tamanho populacional dos municípios, as condições de infra-estrutura urbana do Centro-oeste são bastante precárias, em especial as de saneamento básico: a rede de esgoto sanitário é quase inexistente nos municípios da região e é baixa a cobertura dos serviços de rede geral de abastecimento de água.

Há que se destacar, entre os núcleos mais significativos, a especialidade de Brasília, que se constitui em uma espécie de enclave administrativo, cujas atividades urbanas estão, preponderantemente, associadas à administração pública federal. Diante disso, e diferentemente das demais cidades do Centro-oeste, a Capital federal não apresenta uma dinâmica econômica assentada na complementaridade à economia do Sudeste. Sua localização geográfica foi fruto de decisão política, e sua evolução populacional e econômica decorreu, basicamente, da transferência de recursos fiscais, não ostentando, até o presente, uma significativa integração ao mercado nacional.

Na verdade, pode-se dizer que o crescimento do núcleo de Brasília ocorreu de dentro para fora, tendo como força propulsora a transferência de recursos públicos. Dado o grande volume de renda movimentada e o expressivo mercado consumidor, o Distrito Federal exerce forte atração de fluxos populacionais, provocando, dada a potencialidade de sua demanda, estímulos produtivos para seu entorno.

Apesar dessa característica originária de enclave administrativo, à medida que o Distrito Federal se adensa e que seu mercado se fortalece, a acumulação regional de capitais é favorecida, projetando-se para fora do seu território e abrindo possibilidades efetivas de uma inserção mais estreita na economia nacional.

Outro importante papel de Brasília, desde sua construção, é o estímulo aos dois principais núcleos goianos. Anápolis, principal entreposto atacadista do estado até os anos 50, foi o núcleo goiano que, pela proximidade com a nova capital, capitalizou o surto de desenvolvimento por ela suscitado, passando a exercer algumas funções estratégicas de apoio. Goiânia, por sua vez, carregando o trunfo de ser a sede administrativa do estado, consolidou-se como o mais importante núcleo regional do Centro-oeste, reduzindo as vantagens da vizinha Anápolis.

Principal cidade-pólo do Centro-oeste, Goiânia apresenta uma base econômica mais diversificada, embora sua área de influência não abarque o conjunto da região, circunscrevendo-se aos limites dos estados de Goiás, Tocantins e à porção leste de Mato Grosso. A dinâmica de sua economia está estreitamente relacionada tanto aos estímulos provenientes do grande mercado consumidor do Distrito Federal quanto ao conjunto de atividades de apoio à expansão da fronteira agrícola.

No caso de Mato Grosso, houve o mesmo processo de concentração econômica e funcional das cidades, estando as atividades de indústria, comércio e serviços localizadas basicamente na mesorregião do centro-sul mato-grossense, nucleadas por Cuiabá e seu entorno, que inclui Várzea Grande. Em Mato Grosso do Sul – que teve sua história intimamente ligada ao processo de formação do mercado interno –, a centralidade de Campo Grande é notória, e a complementaridade à economia paulista muito direta, condicionando as funções urbanas e econômicas nesse estado. Em ambos os estados, a agropecuária constitui a base da economia, embora, nas principais cidades, as atividades comerciais sejam as que mais contribuem para a acumulação local e regional de renda.

Embora a infra-estrutura implantada e a expansão populacional tenham dado ensejo à transformação das estruturas produtivas e à ampliação da circulação de mercadorias, diversificando os setores produtivos dos núcleos urbanos estrategicamente posicionados como entrepostos comerciais, a base econômica do Centro-oeste continua sendo a agropecuária. Mas, o dinamismo das suas principais cidades, excluindo Brasília, não advém diretamente do potencial produtivo primário, mas da sua posição estratégica em relação ao Sudeste, a qual possibilita a concentração das atividades terciárias e, em alguns casos, a própria diversificação produtiva. Apesar de a construção da capital federal ter sido fundamental para justificar os melhoramentos na infra-estrutura da região, é o núcleo de Goiânia, e não o de Brasília, que melhor se posiciona na função de pólo regional.

Região Sudeste

1 Introdução

Esta parte do trabalho procura caracterizar a rede urbana regional, sua hierarquia e morfologia. Essa caracterização consiste na descrição do perfil e evolução da rede, e na apresentação da hierarquia e morfologia definida segundo critérios que levaram em consideração a região Sudeste como um todo, incluindo o estado de São Paulo.

Procurou-se, nesta parte, além de trabalhar as informações censitárias e demais dados secundários produzidos nacionalmente, recuperar dados produzidos em âmbito estadual e trabalhos analíticos existentes em instituições estaduais e universidades.

A obtenção de informações e de trabalhos analíticos não foi homogênea para todos os estados. Para São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, obtiveram-se análises da rede urbana e de níveis de centralidade elaboradas pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade) e pela Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais, respectivamente, as quais foram incorporadas a este trabalho e cotejadas com as informações do Regic. Para os outros dois estados, o mesmo não foi possível.

Por outro lado, os quatro estados que constituem a região Sudeste apresentam diferenças de várias ordens, obrigando muitas vezes abordagens distintas, e tornando um desafio a busca de uniformização da metodologia para compreensão do todo.

A análise da rede urbana desenvolvida tem por base a divisão dos estados em mesorregiões geográficas, definida pelo IBGE, o que exige algumas considerações. Em primeiro lugar, há uma incompatibilidade entre o recorte de mesorregiões e as delimitações institucionais dos estados, tanto no que diz respeito à delimitação das regiões metropolitanas quanto ao recorte regional adotado pelos estados para o planejamento de seu desenvolvimento econômico. Essa dificuldade obrigou a construção de algumas tabelas considerando as três agregações (mesorregiões, divisões estaduais e regiões metropolitanas), mas nem todas as bases de dados possibilitaram essa construção. Por outro lado, a agregação dos municípios nas mesorregiões nem sempre expressa os reais fenômenos socioeconômicos e demográficos ocorridos nos diversos espaços regionais.

2 Caracterização da Rede Urbana Regional

A rede urbana da região Sudeste tem por característica mais marcante o fato de sediar as duas metrópoles mundiais presentes na rede urbana brasileira, São Paulo e Rio de Janeiro. Reflexo nítido da primazia econômica da região no conjunto do país, as duas metrópoles constituem o topo da hierarquia da rede urbana brasileira, ressaltando-se, porém, tanto a predominância da metrópole como da rede paulista em relação aos demais estados da região. Esta última é destacadamente a mais ampla e complexa rede urbana do país, apresentando inter-relacionamentos com os estados vizinhos e causando impactos por todo o território nacional. Os estados aqui estudados apresentam grande diferenciação quanto às suas economias, áreas territoriais, número de municípios, população, densidade demográfica, participação relativa no total da população brasileira, bem como às suas redes urbanas.

A região possuía, em 1991, 1.452 municípios, dos quais 572 no estado de São Paulo, 723 no estado de Minas

Gerais, 70 no estado do Rio de Janeiro e 67 no estado do Espírito Santo. Os dados da Contagem Populacional de 1996 (IBGE) apontam 1.533 municípios, estando 625 em São Paulo, 756 em Minas Gerais, 81 no estado do Rio de Janeiro e 71 no Espírito Santo.

Além das duas metrópoles mundiais, a rede de cidades da região é formada pelas regiões metropolitanas das capitais estaduais, Belo Horizonte e Vitória, e no estado de São Paulo, pelas regiões metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas[37].

O processo de *interiorização do desenvolvimento*, ocorrido em diversas áreas da região Sudeste, reforçou a articulação da rede urbana e engendrou as atuais estruturas espaciais existentes, em que são observadas – além das regiões metropolitanas das capitais – diversas aglomerações urbanas. Essa interiorização engendrou um padrão de urbanização articulado ao grande capital imobiliário e com a existência de contingentes de excluídos, residentes tanto em pequenas cidades do interior como nas metrópoles, nas grandes e nas médias cidades.

Destaque-se, todavia, que mesmo nos pequenos núcleos urbanos, bem como no meio rural, existe uma parcela da população residente totalmente integrada, por meio dos circuitos de comunicações e transportes, ao mais avançado padrão de consumo ofertado pelos grandes centros, ao mesmo tempo em que, nos grandes e médios centros, existem contingentes marginalizados, totalmente excluídos. Além disso, o rural tem mudado de feição com o surgimento, ou ampliação, de um conjunto de atividades e ocupações não agrícolas – como pesqueiros, hotéis-fazenda, parques aquáticos e temáticos, sítios de recreio etc., notadamente no estado de São Paulo.

Em síntese, a principal característica da rede urbana regional, nas últimas décadas, é o crescimento de um número considerável de cidades médias, concentrando parcela crescente da população, muitas delas articuladas em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas. Este processo, engendrado a partir da interiorização do desenvolvimento, expressa-se em uma dinâmica socioespacial que se repete nas diversas realidades territoriais como ambientes construídos pelo capital e para o capital, gerando, assim, além da grande diversidade e da alta densidade de centros, interações espaciais as mais intensas e complexas de todo o país.

Vale salientar que o crescimento das cidades tem ampliado a divisão de funções urbanas entre algumas cidades e aumentado a atração que alguns centros exercem sobre o território. O processo de metropolização e a existência de diversas aglomerações urbanas são a face de uma estrutura territorial, cuja contraface está no grande número de municípios com população urbana inferior a 20 mil habitantes.

Em 1996, as populações das metrópoles capitais estaduais da região Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória – giravam em torno de 17 milhões, 10 milhões, 2 milhões e 1 milhão de habitantes, respectivamente. As duas outras regiões metropolitanas paulistas apresentavam população de 1,3 milhão de habitantes, no caso de Santos, e de 2,3 milhões de habitantes no caso de Campinas.

Fora dessas áreas metropolitanas, não existem cidades com mais de 500 mil habitantes. As cidades com população variando de 200.001 habitantes a 500 mil habitantes são em número de 18, localizando-se 10 no estado de São Paulo (São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto, Piracicaba, Jundiaí, Bauru, Franca, Limeira e Taubaté), três no Rio de Janeiro (Campos, Volta Redonda e Petrópolis) e cinco em Minas Gerais (Governador Valadares, Uberaba, Montes Claros, Juiz de Fora e Uberlândia). Na faixa de 100.001 habitantes a 200 mil habitantes, o número de municípios é de 36, estando 15 em São Paulo, seis no Rio de Janeiro, três no Espírito Santo e 12 em Minas Gerais. Dos 88 municípios com população variando de 50.001 habitantes a 100 mil habitantes, 38 localizam-se em São Paulo, oito no estado do Rio de Janeiro, quatro no Espírito Santo e 38 em Minas Gerais.

A rede urbana da região formada por esses quatro estados se apresenta bem mais densa em São Paulo, onde, apesar da forte concentração na Região Metropolitana de São Paulo (perto de metade da população do estado estava ali concentrada em 1996), é importante e tem crescido o número de cidades de médio porte no interior, de modo que este tem ampliado sua participação na rede urbana paulista. Nos demais estados, as áreas mais dinâmicas abrigam as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas de diferentes níveis e com diversificadas manifestações espaciais. Nas regiões mais dinâmicas, registra-se o fenômeno de cidades articuladas, onde dois ou três núcleos urbanos formam um conjunto com forte grau de complementaridade, dividindo a polarização, espacialidade aqui também denominada de aglomeração urbana.

Nas regiões menos dinâmicas, ou estagnadas, o perfil da rede urbana apresenta-se quase sempre com poucos – ou mesmo um único – centros urbanos com importância relativa quanto à centralidade, os quais tiveram diminuído seu papel polarizador, na medida em que a melhoria da infra-estrutura de transportes gerou facilidades de acesso às regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas e aos centros mais importantes e dinâmicos, mesmo que mais distantes.

---

[37] A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi instituída pela Lei complementar nº 870, de 19/6/2000, compreendendo 19 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte-Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

Ao se analisar, na classificação do Regic, os níveis de centralidade atribuídos aos municípios da região, verifica-se que 64 municípios possuem níveis de centralidade iguais ou superiores a forte/médio, dos quais 25 estão localizados em São Paulo. Com nível máximo de centralidade, aparecem, primeiramente, São Paulo, nível máximo no país, seguido do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Com nível muito forte, estão Campinas, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, no estado de São Paulo; e Vitória, Juiz de Fora e Uberlândia, nos demais estados da região. O nível forte é atribuído a quatro municípios paulistas e nove municípios mineiros, e o nível forte/médio a 15 municípios em São Paulo, três do Espírito Santo, seis do Rio de Janeiro e 16 de Minas Gerais, perfazendo um total de 40 municípios no conjunto da região Sudeste.

2.1 Evolução do Perfil da Rede Urbana Regional

Os dados sobre a população total dos municípios, organizados por faixas de tamanho, são apresentados nas tabelas a seguir, para a região Sudeste, considerando a base municipal de 1991. Dos 1.432 municípios dos estados da região, 1.070 (74,72%) tinham menos de 26.440 habitantes e abrigavam, no conjunto, 10.503.476 habitantes (15,68% da população). Deste total, 601 pertencem ao estado de Minas Gerais, 394 ao estado de São Paulo, 30 ao estado do Rio de Janeiro e 45 ao Espírito Santo. Merece destaque o grande número de municípios mineiros (cerca de 200) e paulistas (cerca de 150) com população inferior a 5 mil habitantes, enquanto no Espírito Santo só existe um município nessa faixa e no Rio de Janeiro nenhum. Os municípios de porte médio e grande, das faixas compreendidas entre 56.746 habitantes e 442.370 habitantes, foram os que apresentaram acréscimo na participação no total da população da região ao longo do período 1980-96 (Tabela 4).

Dos 34 municípios da faixa de 158.221 habitantes a 442.370 habitantes, 19 encontram-se em São Paulo, seis em Minas Gerais, cinco no Rio de Janeiro e quatro no Espírito Santo, pertencendo os quatro à Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

No estado de São Paulo, existem, no interior, 25 municípios com população superior a 100 mil habitantes, abrigando cerca de 16% da população estadual. Quinze deles apresentam população entre 100 mil e 200 mil habitantes e 10 têm população entre 200 mil e 500 mil habitantes. Dos 10 municípios com população superior a 200 mil habitantes, nove estão localizados nas mesorregiões próximas à capital, ou localizadas no nordeste do estado. São eles: São José dos Campos e Taubaté, na mesorregião do Vale do Paraíba paulista; Limeira na mesorregião de Campinas; Sorocaba e Jundiaí, na mesorregião macrometropolitana paulista; Piracicaba, na mesorregião de Piracicaba; Bauru na mesorregião de Bauru; e Ribeirão Preto e Franca, na mesorregião de Ribeirão Preto. Apenas São José do Rio Preto, que pertence à mesorregião de mesmo nome, localiza-se no oeste do estado.

Dos municípios com população superior a 500 mil habitantes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), destacam-se São Paulo e Guarulhos, que têm população

TABELA A.70
REGIÃO SUDESTE – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL, REGIÃO OU ÁREA METROPOLITANA (1980/91/96)

Classe de Tamanho de Municípios, RM ou Área Metropolitana	Municípios		População Total 1980		1991		1996	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
A – menos de 9.854 hab.	642	44,83	3.233.554	6,25	3.295.644	5,25	3.450.933	5,15
B – de 9.867 a 26.440 hab.	428	29,89	5.947.075	11,49	6.788.162	10,82	7.052.543	10,53
C – de 26.446 a 56.678 hab.	150	10,47	4.600.951	8,89	5.665.187	9,03	5.951.303	8,88
D – de 56.746 a 151.462 hab.	91	6,35	5.891.091	11,39	7.527.251	12,00	8.206.382	12,25
E – de 158.221 a 442.370 hab.	34	2,37	6.686.592	12,92	8.757.391	13,96	9.481.574	14,15
RM de São Paulo	38	2,65	12.588.749	24,33	15.444.941	24,62	16.583.234	24,75
RM do Rio de Janeiro	13	0,91	8.772.277	16,96	9.814.574	15,64	10.192.097	15,21
RM de Belo Horizonte	18	1,26	2.609.547	5,04	3.436.060	5,48	3.803.249	5,68
Área Metropolitana de Campinas	18	1,26	1.407.297	2,72	2.010.994	3,21	2.281.754	3,41
Total	**860**	**100,00**	**51.737.133**	**100,00**	**62.740.204**	**100,00**	**67.003.069**	**100,00**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; e Contagem Populacional de 1996).
Obs.: Agrupamento de municípios pela análise de *Cluster* (Unicamp/IE/Nesur).

superior a 800 mil habitantes, e Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo, que têm população entre 500 mil e 800 mil habitantes[38]. Campinas, com mais de 900 mil habitantes, é a terceira cidade do estado em tamanho populacional e a única com população superior a 500 mil habitantes fora da Região Metropolitana de São Paulo.

A Tabela 5 mostra a distribuição dos municípios por classes de tamanho para cada estado.

Para a região Sudeste foram definidas cinco classes de tamanho, conforme apresentado na Tabela 5. Na classe A estão os municípios com população de até 9.854 habitantes. Na classe B estão os municípios com população entre 9.855 e 26.440 habitantes. Similares entre si, mas com diferenças com as outras classes de tamanho, são os municípios que possuem população entre 26.441 e 56.678 habitantes. Outra faixa de tamanho, equivalente à de municípios de porte médio, no estado de São Paulo, abriga aqueles com população entre 56.679 e 151.462 habitantes. Foram considerados municípios de grande porte, pelo método de análise por agrupamento, os que têm população superior a 151.462 habitantes. Foram consideradas como categorias distintas a RMSP e a área metropolitana de Campinas, aqui considerada como composta pelos municípios integrantes da região de governo de Campinas,

TABELA A.71
REGIÃO SUDESTE – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL, REGIÃO OU ÁREA METROPOLITANA (1980/91/96)

Classe de Tamanho de Municípios, RM ou Área Metropolitana	Municípios		População Total					
			1980		1991		1996	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Minas Gerais								
A – menos de 9.854 hab.	388	53,67	1.962.047	14,66	2.007.278	12,75	2.033.697	12,20
B – de 9.867 a 26.440 hab.	213	29,46	3.094.614	23,13	3.369.411	21,40	3.441.920	20,64
C – de 26.446 a 56.678 hab.	62	8,58	2.003.454	14,97	2.331.389	14,81	2.402.533	14,41
D – de 56.746 a 151.462 hab.	36	4,98	2.438.990	18,23	2.973.859	18,89	3.192.157	19,15
E – de 158.221 a 442.370 hab.	6	0,83	1.271.446	9,50	1.625.536	10,33	1.799.541	10,79
RM de Belo Horizonte	18	2,49	2.609.547	19,50	3.436.060	21,83	3.803.249	22,81
Total	**723**	**100,00**	**13.380.098**	**100,00**	**15.743.533**	**100,00**	**16.673.097**	**100,00**
Rio de Janeiro								
A – menos de 9.854 hab.	3	4,28	23.317	0,21	21.756	0,17	22.320	0,17
B – de 9.867 a 26.440 hab	27	38,57	406.657	3,60	457.183	3,57	482.523	3,60
C – de 26.446 a 56.678 hab.	11	15,71	344.451	3,05	407.983	3,19	460.550	3,44
D – de 56.746 a 151.462 hab.	11	15,71	717.828	6,36	901.521	7,04	999.589	7,46
E – de 158.221 a 442.370 hab.	5	7,14	1.027.089	9,10	1.204.179	9,40	1.249.300	9,32
RM do Rio de Janeiro	13	18,57	8.772.277	77,69	9.814.574	76,63	10.192.097	76,02
Total	**70**	**100,00**	**11.291.619**	**100,00**	**12.807.196**	**100,00**	**13.406.379**	**100,00**
Espírito Santo								
A – menos de 9.854 hab.	13	19,40	92.993	4,60	102.112	3,93	107.930	3,85
B – de 9.867 a 26.440 hab.	32	47,76	437.231	21,61	492.948	18,96	511.100	18,24
C – de 26.446 a 56.678 hab.	13	19,40	405.199	20,03	478.899	18,41	505.304	18,03
D – de 56.746 a 151.462 hab.	5	7,46	405.111	20,02	505.606	19,44	543.513	19,39
E – de 158.221 a 442.370 hab.	4	5,97	682.804	33,75	1.021.052	39,26	1.134.860	40,49
Total	**67**	**100,00**	**2.023.338**	**100,00**	**2.600.617**	**100,00**	**2.802.707**	**100,00**
São Paulo								
A – menos de 9.854 hab.	238	41,61	1.155.197	4,61	1.164.498	3,69	1.286.986	3,77
B – de 9.867 a 26.440 hab.	156	27,27	2.008.573	8,02	2.468.620	7,81	2.617.000	7,67
C – de 26.446 a 56.678 hab.	64	11,19	1.847.847	7,38	2.446.916	7,75	2.582.916	7,57
D – de 56.746 a 151.462 hab.	39	6,82	2.329.162	9,30	3.146.265	9,96	3.471.123	10,17
E – de 158.221 a 442.370 hab.	19	3,32	3.705.253	14,80	4.906.624	15,53	5.297.873	15,53
Área Metropolitana de Campinas	18	3,15	1.407.297	5,62	2.010.994	6,37	2.281.754	6,69
RM de São Paulo	38	6,64	12.588.749	50,27	15.444.941	48,89	16.583.234	48,60
Total	**572**	**100,00**	**25.042.078**	**100,00**	**31.588.858**	**100,00**	**34.120.886**	**100,00**

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1980 e 1991; Contagem Populacional de 1996)
Obs.. Agrupamento de municípios pela análise de *Cluster* (Unicamp/IE/Nesur).

[38] A mesorregião metropolitana de São Paulo não coincide com o contorno da RMSP, instituída pela Lei complementar nº 14, de 1973. Essa é considerada pelo IBGE uma microrregião geográfica, e a mesorregião metropolitana abarca, além dos municípios da RMSP, alguns pertencentes à Baixada Santista.

bem como as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte.

Os cinco municípios que compõem a hoje Região Metropolitana da Grande Vitória abarcavam 34,90% da população do estado do Espírito Santo em 1980, passando para 40,95% em 1991 e atingindo 42,19% em 1996. Eles representam 3,59% do total da população dos três estados (Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

A área metropolitana do Grande Rio reúne três quartos da população do estado do Rio de Janeiro e 31% da população dos três estados numa concentração sem similar no país. Entre os nove municípios fluminenses com população superior a 250 mil habitantes, apenas dois não pertencem à metrópole, Campos dos Goytacazes e Petrópolis. Entretanto, essa tendência à concentração pode ser alterada em função da localização dos novos investimentos anunciados para o estado, pois quase metade dos novos investimentos industriais aprovados está localizada fora do Grande Rio. O peso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no total da população estadual sofreu pequena alteração de 1980 para 1996, passando de 77,69% para 76,02%.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que abarcava 21,83% da população do estado em 1991 e passou para 22,81% em 1996, reúne 11,57% da população do conjunto dos três estados.

A RMSP continuava abarcando em 1996 quase a metade da população estadual, a despeito da diminuição de seu ritmo de crescimento. Apesar da forte concentração populacional ainda existente na RMSP, no interior tem crescido o número de cidades de médio porte e ampliado sua participação na rede urbana paulista. Associada ao processo vivenciado pela economia, houve, na década de 70, a reversão de tendência nas estatísticas demográficas do estado. Na RMSP, que vinha contabilizando taxas crescentes de crescimento populacional, ocorreu um arrefecimento, enquanto no interior registrou-se aumento da taxa, alterando também seu padrão anterior.

No estado de São Paulo, a distribuição espacial da população, se considerada a participação relativa de cada mesorregião, tem apresentado uma dinâmica que expressa uma desconcentração populacional na RMSP. Entretanto, esse movimento é seguido por um forte componente de concentração numa área que abarca algumas mesorregiões do entorno metropolitano.

Além da RMSP e da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), instituída por lei estadual em 1996, em Campinas também há o reconhecimento de que a complexidade das funções urbanas e da articulação existente entre as diversas cidades de seu entorno já se caracteriza como um fato metropolitano[39]. Assim, neste trabalho, foi considerado que existem três áreas metropolitanas distintas no estado de São Paulo: a RMSP, a RMBS e a área metropolitana de Campinas.

As maiores cidades do interior estão localizadas nas regiões mais industrializadas e de maior desenvolvimento, o que demonstra a relação entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico no estado de São Paulo. O deslocamento das atividades econômicas e da população privilegiou as sedes regionais e/ou seus entornos imediatos, notadamente das mesorregiões de Campinas, macrometropolitana paulista, do Vale do Paraíba paulista e Ribeirão Preto, fortalecendo o papel daqueles centros na rede urbana estadual e levando para o interior um padrão de urbanização até então vigente somente na metrópole[40].

Analisando a distribuição dos municípios segundo classes de tamanho, nas 15 mesorregiões geográficas do estado de São Paulo, constata-se que, para seis delas, mais de 70% dos municípios estão nas faixas de população inferiores a 20 mil habitantes. São as mesorregiões de São José do Rio Preto (89%), Araçatuba (77%), Bauru (73%), Presidente Prudente (76%), Marília (83%) e Assis (80%), todas localizadas no centro-oeste paulista. Para outras seis mesorregiões, localizadas no centro-leste e no sul do estado, esse percentual varia de 50% a 70%: Ribeirão Preto (60%), Araraquara (56%), Piracicaba (58%), Itapetininga (60%), Vale do Paraíba paulista (53%) e Litoral sul paulista (53%). Apenas para três mesorregiões, esse percentual é inferior a 50%. Na mesorregião macrometropolitana, 34% dos municípios têm população inferior a 20 mil habitantes e abrigam 7% da população. Na mesorregião de Campinas, este é o caso de 31% dos municípios, com 5% da população, e na mesorregião metropolitana de São Paulo apenas três municípios pertencem às faixas referidas (7%), abrigando 0,24% da população da mesorregião. Ou seja, poucos são os pequenos municípios situados nas áreas metropolitanas do estado de São Paulo, comparativamente as mesorregiões do interior.

O Rio de Janeiro é o estado que mais concentra população nas grandes cidades, possuindo, em 1996, 21 municípios com mais de 100 mil habitantes. A evolução da distribuição dos municípios fluminenses segundo classes de tamanho mostra a crescente concentração da população estadual nas cidades de maior porte. Em 1980, à exce-

[39] Ver nota 37.

[40] São consideradas sedes regionais as sedes das regiões administrativas. O estado de São Paulo tem uma divisão administrativa em 15 regiões, sendo 14 regiões administrativas (RA) e a Região Metropolitana de São Paulo. As RA são as seguintes: RA de Registro, RA de Santos, RA de São José dos Campos, RA de Campinas, RA de Sorocaba, RA de Ribeirão Preto, RA de Bauru, RA de Marília, RA de São José do Rio Preto, RA de Presidente Prudente, RA de Araçatuba, RA de Franca, RA de Barretos e RA Central. Em 1996 foi instituída a RMBS, que coincide com a RA de Santos, e em 2000 a RMC (ver nota 37).

ção dos municípios da Região Metropolitana, o estado possuía cinco municípios com população superior a 100 mil habitantes e 10 municípios na faixa de 50 mil a 100 mil habitantes, que abarcavam 22,05% da população estadual. Em 1991, o número de municípios fora da Região Metropolitana com mais de 100 mil habitantes passa para sete; em 1996, para nove, abrigando neste último ano 12,62% da população estadual. A Contagem Populacional de 1996 mostrou que 58% dos municípios do estado (47 municípios) possuíam população inferior a 50 mil habitantes e abrigavam apenas 7,01% da população estadual. Os 10 maiores municípios em população são também os 10 mais importantes na formação do PIB estadual.

A análise da evolução dos municípios fluminenses mostra que quase todos apresentaram variação positiva de população na década de 80, com apenas sete apresentando decréscimos populacionais, pouco significativos. Em termos relativos, a mesorregião Baixadas foi a que sofreu maior acréscimo populacional, com destaque para os municípios de Cabo Frio e Casimiro de Abreu, que tiveram variações relativas de população superior a 50%. Este percentual foi atingido somente por mais um município em todo o estado, Macaé (51,96%), que praticamente dobrou sua população nesses 15 anos, reflexo da presença da Petrobrás.

As mesorregiões do estado do Rio de Janeiro apresentavam, em 1996, elevados graus de urbanização, variando de 73,11% na mesorregião centro a 98,45% na Metropolitana. Poucos são os municípios do estado com grau de urbanização inferior a 50%.

A rede urbana do estado do Espírito Santo tem-se caracterizado historicamente pela concentração da população na aglomeração de Vitória, hoje Região Metropolitana, que concentra 42% da população estadual. O processo de urbanização acelerada da Grande Vitória, a partir dos anos 70, deve ser compreendido no contexto da transformação econômica do estado, nos últimos 20 anos, e de sua inserção no modelo econômico nacional.

A localização dos grandes projetos industriais na capital e nas cidades em seu entorno contribuiu não só para a transformação do sistema urbano estadual, mas também para mudanças na estrutura interna da aglomeração, gerando o crescimento das demais cidades da área metropolitana[41]. Os quatro maiores municípios do estado – população entre 265 mil e 300 mil habitantes – aí se localizam.

Nesse processo, algumas cidades fora da área metropolitana que também foram beneficiadas diretamente por investimentos industriais, a exemplo de Aracruz e São Mateus, tiveram fortalecidos seus papéis de centros regionais, em paralelo a significativas taxas de crescimento populacional. Por sua vez, alguns centros regionais, já importantes no sistema urbano estadual, como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, mantiveram seus papéis, sem apresentar novos processos dinamizadores.

O estado do Espírito Santo, em 1996, possuía, fora da Grande Vitória, apenas três municípios com mais de 100 mil habitantes e quatro com população variando de 50.001 a 100 mil. Estes municípios de médio porte (população entre 50 mil e 200 mil habitantes) reúnem, com poucas exceções, as funções de centros regionais e microrregionais e abrigam 23,1% da população estadual. Com efeito, verifica-se que o perfil da rede de cidades capixaba não se alterou significativamente no período 1980-96. A faixa de 50 mil a 100 mil habitantes ganhou três novos municípios, que são Guarapari, Aracruz e São Mateus. Os dois últimos constituíram-se em localizações industriais vantajosas, e Guarapari tem seu crescimento associado ao setor terciário, recebendo também desdobramentos decorridos da localização da empresa Samarco Mineração no município vizinho de Anchieta. Os três municípios fora da região da Grande Vitória, que em 1980 possuíam mais de 100 mil habitantes, mantiveram-se na mesma faixa durante o período, tendo Colatina apresentado um acréscimo relativo de população, no período, de apenas 1,93%, Linhares de 17,97% e Cachoeiro de Itapemirim de 32,73%.

Em Minas Gerais, embora se observe uma concentração populacional na região metropolitana, esta é de dimensões menores que aquela existente nos demais estados da região. Aproximadamente um terço da população mora em grandes cidades, outro terço em cidades de porte médio e o outro em pequenas cidades. A rede mineira possui grande heterogeneidade e uma miríade de articulações entre suas cidades e outras regiões e estados brasileiros.

Parcela significativa da população mineira (32,84%) reside em pequenas cidades situadas em municípios, com população inferior a 26.446 habitantes. Cerca de 34% residem em municípios cuja população varia de 26.446 a 151.462 habitantes, outros 10,79% residem em seis grandes cidades (população na faixa de 158.221 a 442.370 habitantes no município), enquanto 22,81% vivem na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Esta distribuição equilibrada da população entre os centros urbanos de diferentes tamanhos é pouco, ou quase

[41] O processo de conurbação da capital com os outros quatro municípios que compõem a atual Região Metropolitana da Grande Vitória – Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana – teve início nos anos 50 e se reforçou a partir de década de 60. A população da Grande Vitória, que na década de 40 aumentou em 17,45%, praticamente duplicou nas décadas de 50, 60 e 70, com acréscimos de 43%, 50% e 45% respectivamente. Na virada dos anos 60 para os 70, a capital consolida-se como ponto de atração de população, e durante os anos 70 tem sua população total praticamente duplicada, passando de 386.300 habitantes, em 1970, para 706.244, em 1980.

nunca, ressaltada na literatura, que trata Minas Gerais apenas como um estado de pequenas cidades, devido à existência de um grande número de municípios com menos de 5 mil habitantes. Fala-se também em proliferação de municípios de pequeno porte, o que não se verificou nos últimos 15 anos. Apesar da criação de 33 novos municípios, entre 1980 e 1996, o percentual de municípios pequenos caiu.

Se de um ponto de vista global a rede urbana mineira pode ser considerada equilibrada, há que se ressaltar sua forte heterogeneidade. Algumas mesorregiões do estado possuem uma concentração populacional em grandes cidades, como é o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, enquanto outras se caracterizam por uma distribuição equilibrada entre cidades pequenas, médias e grandes, como é o caso do Triângulo Mineiro, enquanto em outras mesorregiões as pequenas cidades se sobressaem, como no caso do sul/sudoeste e do Campo das Vertentes.

As áreas economicamente mais deprimidas do estado (Norte, Vale do Mucuri e Jequitinhonha) apresentaram uma similaridade no perfil de suas redes urbanas, que pode ser resumido na imagem de uma rede com poucos *nós* de tamanho médio e distantes entre si. Trata-se de uma clara predominância das cidades médias, de baixa densidade (poucos municípios espalhados por uma grande área) e das menores presenças no estado de municípios com menos de 5 mil habitantes.

Já as mesorregiões economicamente dinâmicas apresentam redes urbanas bem diferenciadas, não sendo possível traçar um perfil único. Entretanto, cabe ressaltar que é nelas que se encontram os maiores percentuais de municípios com menos de 5 mil habitantes.

2.2 Hierarquia e Morfologia do Sistema Urbano-regional

Sendo o Sudeste a região mais desenvolvida e mais dinâmica do país, é também aquela que apresenta a mais complexa rede urbana, que se caracteriza por uma alta densidade de centros urbanos com interações espaciais intensas e grande diversidade. Isso se reflete em diferentes padrões espaciais, que variam segundo as especificidades das mesorregiões e às vezes das microrregiões geográficas, mais ou menos industrializadas, mais ou menos dinâmicas economicamente.

Os padrões espaciais presentes na região Sudeste compreendem nas suas escalas superiores:

- metrópoles de caráter mundial, nacional e regional;
- aglomerações urbanas que se desenvolveram a partir de um único núcleo;
- aglomerações urbanas constituídas de centros urbanos com complementaridade funcional, que dividem as funções polarizadoras e espacialmente se estruturam segundo uma contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários;
- aglomerações urbanas constituídas por centros urbanos que dividem as funções polarizadoras sem possuírem contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas; e
- centros urbanos que polarizam sozinhos os municípios de seu entorno, desempenhando o papel de centro regional.

Essas espacialidades nem sempre são perfeitamente identificáveis ou passíveis de serem isoladas, dada a complexidade da rede e as múltiplas inter-relações. Em regiões mais dinâmicas e de maior densidade de centros, as relações socioeconômicas dão-se segundo diferentes vetores, fazendo com que as articulações, sejam elas de subordinação, sejam de complementaridade, se dêem entre centros de diferentes aglomerações. O exemplo mais evidente desta situação é a região da metrópole paulista e as demais metrópoles e aglomerações que se situam num raio de 150 quilômetros da mesma.

Com efeito, cada centro urbano participa de diferentes processos de articulação ou redes[42], nacionais e mesmo internacionais, segundo os múltiplos papéis que possuem. Este fato faz com que a leitura e a análise dos processos espaciais urbanos, presentes na região, devam ser cautelosas e balizadas por diferentes fatores socioeconômicos.

Assim, para identificação das espacialidades presentes nos estados da região, foram utilizados dados de população, densidade, PEA em atividades urbanas e indicadores da especificidade regional, além daqueles definidos pelo Ipea/IBGE/Nesur. Foram, também, analisadas as funções econômicas desempenhadas pelos centros urbanos e aglomerações.

Para a identificação das metrópoles, foi considerada, também, a concentração da gestão do capital, por um segmento específico do setor terciário voltado para a alta gestão de empresas e serviços de atendimento ao capital[43].

A classificação dos centros urbanos segundo as diferentes ordens tem por consideração, também, o tamanho populacional, e pode abrigar processos urbanos de distintas complexidades, como apresentado no Quadro 1, a seguir.

Como já mencionado, a região possui duas metrópoles mundiais, São Paulo e Rio de Janeiro, duas metrópo-

[42] Ver, a respeito, Corrêa (1996).

[43] Para mais detalhes, consultar Rochefort (1998).

QUADRO A.3
ORDEM DOS CENTROS URBANOS (AGLOMERAÇÕES E NÃO-AGLOMERAÇÕES, METROPOLITANAS E NÃO-METROPOLITANAS) E SUA COMPLEXIDADE ESPACIAL (1996)

Ordem	População Total (hab.)	População Total do Núcleo (hab.)	Complexidade Espacial
Ordem 1	_	_	Metrópole Mundial
Ordem 2	mais de 2 milhões	mais de 900 mil	Metrópole Nacional
Ordem 3	mais de 1 milhão	mais de 600 mil	Metrópole Regional ou Aglomeração Urbana
Ordem 4	mais de 600 mil	mais de 250 mil	Metrópole Regional ou Aglomeração Urbana
Ordem 5	mais de 350 mil	mais de 150 mil	Aglomeração Urbana ou Centro Urbano
Ordem 6	mais de 250 mil	mais de 100 mil	Aglomeração Urbana ou Centro Urbano
Ordem 7	mais de 150 mil	_	Aglomeração Urbana ou Centro Urbano
Ordem 8	mais de 100 mil	_	Aglomeração Urbana ou Centro Urbano

les nacionais, Belo Horizonte e Campinas, e duas metrópoles regionais, Vitória e Santos. Possui 17 aglomerações urbanas (10 das quais no estado de São Paulo), com diferentes espacialidades e importância. São elas: São José dos Campos, de ordem 3; Ribeirão Preto, de ordem 4; Sorocaba, Jundiaí, São José do Rio Preto, Araraquara/São Carlos e Uberlândia, de ordem 5; Araçatuba, Bauru, Barra Mansa/Volta Redonda e Vale do Aço, de ordem 6; Limeira/Rio Claro, Guaratinguetá e Itajubá/Pouso Alegre, de ordem 7; e Cabo Frio, Itabira/João Monlevade e Varginha/Três Corações, de ordem 8. Possui ainda 23 centros urbanos, seis dos quais localizados em São Paulo, sendo Franca, Presidente Prudente, Marília e Piracicaba de ordem 7, Juiz de Fora de ordem 6; e os demais de ordem 8.

O conjunto de municípios que constituem o estrato superior da rede urbana dos estados do Sudeste, exclusive São Paulo, reunia em 1996 mais de 60% da população do conjunto dos três estados, estando 46% nas regiões metropolitanas, 7% nas sete aglomerações urbanas e cerca de 10% nos 17 centros urbanos. No estado de São Paulo, o conjunto das metrópoles, aglomerações e principais centros urbanos paulistas compreende 126 municípios e reúne 79% da população estadual. Cerca de 60% da população está nas três regiões metropolitanas, distribuídos por 70 municípios, 16% residem nas 10 aglomerações, em 50 municípios, e 3% da população estadual habita nos seis centros urbanos. Estes números mostram uma concentração de população residindo nos centros urbanos das oito ordens principais, em São Paulo, superior à registrada para o conjunto dos demais estados da região Sudeste.

2.3 Caracterização das Funções Urbanas

Neste item é feita a caracterização das funções desempenhadas pelas principais categorias da rede urbana dos estados do Sudeste, procurando-se contextualizá-las nas mesorregiões nas quais estão inseridas.

2.3.1 Região Metropolitana de São Paulo – Metrópole Mundial

A Região Metropolitana de São Paulo foi instituída pela Lei complementar nº 14, de 1973, e hoje é composta, oficialmente, de 39 municípios. Em função de sua complexidade e primazia na rede urbana nacional não entrare-

mos no mérito da inclusão ou exclusão de algum município, adotando a configuração oficial.

Maior centro urbano do país, a Região Metropolitana de São Paulo é a principal metrópole da América do Sul e concentra distintas funções que denotam sua primazia. A complexidade de suas funções no sistema urbano de cidades pode ser exemplificada pelo fato de, concomitantemente, abrigar as sedes das maiores empresas, de ser o maior centro financeiro da América do Sul, ao mesmo tempo que é o principal centro industrial do país. Possui o primeiro aeroporto internacional em movimento de passageiros e de cargas e dois dos três principais aeroportos em movimento de passageiros nacionais. Sua Bolsa de Valores (Bovespa) é a de maior movimento da América do Sul, além de ter uma das maiores Bolsas de Futuros e Opções de Commodities (BM&F) do mundo, em movimento. É, também, considerada a principal *cidade mundial* do hemisfério sul.

Com uma população total, em 1996, de 16,5 milhões de habitantes, não existem na Região Metropolitana de São Paulo municípios com menos de 10 mil habitantes. Nela se encontra a maioria dos municípios mais populosos do estado. São Paulo, com quase 10 milhões de habitantes, e Guarulhos, com quase 1 milhão de habitantes, abarcam 65% da população. Apenas três de seus municípios têm população inferior a 20 mil habitantes (Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis e São Lourenço da Serra).

A população economicamente ativa (PEA) dos municípios da Região Metropolitana, em sua grande maioria, exercia ocupações urbanas, segundo o Censo Demográfico de 1991. Em quase todos os municípios, a PEA urbana ultrapassava 90% do total. Somente Guararema (78,6%), Salesópolis (65,7%) e Biritiba-Mirim (32,1%) eram exceções.

Maior concentração industrial do país, ela abriga os setores mais complexos da estrutura industrial nacional e, em que pese haver um processo de desconcentração da localização industrial – com outras regiões do estado e outros estados da Federação ampliando suas participações na produção industrial nacional –, a Região Metropolitana de São Paulo ainda é responsável por mais de 20% da produção industrial do país. Apesar da perda relativa de participação na produção industrial – que, aliás, tem-se dado em ritmos mais lentos que o observado nos anos iniciais da década passada –, não há sinais de perda de dinamismo econômico e tem havido, inclusive, novos investimentos em setores de ponta, na região, nos últimos anos.

O setor terciário metropolitano continua apresentando uma expressiva taxa de crescimento, com maior diversificação e sofisticação que o do interior. Esse processo de terciarização da metrópole tem alterado sua inserção e sua articulação com a rede urbana. Assim, ela que foi conhecida como *o centro dinâmico da economia nacional*, nos anos 50, e assumiu o papel de *principal metrópole nacional*, nos anos 60, hoje é considerada a principal *cidade mundial* da América Latina e até de todos os países periféricos, de acordo com Friedmann (1986) (*apud* Levy, 1995).

A cidade de São Paulo é uma cidade global, pertencente à rede de cidades mundiais, e exerce o papel de cabeça-de-rede nacional e da América do Sul. Por sua posição estratégica, por sua rede de infra-estrutura e de apoio à produção, além do seu grande mercado consumidor, São Paulo tem sido considerada a capital do Mercado Comum do Sul (Mercosul). A Região Metropolitana de São Paulo tem, sem dúvida, um papel central na estrutura produtiva e na estruturação da rede urbana estadual e nacional.

A diversidade e a complexidade das atividades existentes na metrópole não permitem mais a distinção tradicional entre núcleo (capital) e periferia metropolitana (os outros municípios). As atividades industriais, desde os anos 50, não se localizam somente no núcleo, espraiando-se por outros municípios, principalmente naqueles conhecidos como ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema). Desde a década passada, o município de São Paulo tem sido o grande responsável pela perda de participação regional na produção industrial do estado. Isso porque os custos de localização têm recomendado a transferência de unidades fabris para outros municípios da região, como forma de liberar o terreno e permitir a implantação de empreendimentos imobiliários. As atividades do setor terciário, como *shopping centers*, escritórios e sedes de empresas, dentre outras, também têm passado por um processo de espraiamento. Ademais, apesar de não haver no Brasil, e em São Paulo, em particular, um processo de suburbanização da residência da classe média aos moldes norte-americanos, os municípios do entorno de São Paulo têm recebido um conjunto crescente de investimentos residenciais destinados à população que até há pouco tempo preferia residir no município-pólo, São Paulo[44]. Esses fatos levam a dizer que as funções de pólo não mais são exercidas somente pelo município da capital, mas estas têm abarcado um conjunto maior de municípios contíguos à capital, que têm dividido com ela as funções de núcleo.

A Contagem Populacional de 1996 mostrou que se manteve, no período, a tendência de redução da participação da metrópole e ampliação da população nas cidades médias do interior paulista.

[44] Apesar de não haver um processo clássico de suburbanização, nos moldes americanos, cada vez é maior o número de migrantes pendulares diários. Pessoas que optam por residir em chácaras, condomínios horizontais fechados ou em bairros residenciais de municípios situados fora da Região Metropolitana de São Paulo e próximos aos grandes eixos de comunicação formados pelas rodovias Anhangüera/Bandeirantes, Castelo Branco/Raposo Tavares, Fernão Dias, Presidente Dutra/Carvalho Pinto e Anchieta/Imigrantes.

Segundo estudo recente do IBGE, o Regic, além de São Paulo com nível máximo de centralidade no país, há na região quatro municípios com nível forte/médio – São Bernardo, Santo André, Osasco e Mogi das Cruzes; três com nível médio – São Caetano do Sul, Guarulhos e Barueri; três com nível médio/fraco – Cotia, Suzano e Taboão da Serra; ficando os demais com as classificações de fraco e muito fraco.

São Paulo pertence à mesorregião Metropolitana, que é a sexta mesorregião em número de municípios, e abriga 52% da população estadual. Esta mesorregião compreende a Região Metropolitana de São Paulo e seis municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. Possui o maior grau de urbanização entre as mesorregiões paulistas, 96,7%, e, no período 1980-96, perdeu dois pontos percentuais na participação relativa na população estadual.

2.3.2 Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Metrópole Mundial

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei complementar nº 20, de 1/7/1974, e está composta hoje por 19 municípios, que reúnem mais de 70% da população do estado. Sete entre os nove maiores municípios fluminenses com população superior a 250 mil habitantes aí se localizam.

A dinâmica do desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro continua marcada pela concentração das atividades industriais e terciárias no núcleo metropolitano. Apesar das alterações na estrutura industrial regional, os impactos sobre sua configuração espacial foram muito modestos. Historicamente concentrada na cidade do Rio de Janeiro e em alguns municípios da Baixada Fluminense, estima-se que ainda hoje a RMRJ seja responsável por cerca de 80% do PIB estadual. Na composição do PIB estadual, é inexpressiva a contribuição da agropecuária, que responde por cerca de 1,2% do PIB estadual. A indústria responde por 40,4%; o setor de terciário, por 58,4%.

Dos 10 municípios que mais contribuem para a formação da renda estadual, apenas Volta Redonda, Campos e Petrópolis (que respondem por 3,8%, 1,6% e 1,5% do PIB estadual, respectivamente) não pertencem à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O município do Rio de Janeiro, sozinho, responde por 62,7%.

A grande concentração populacional na metrópole – associada à existência, ainda hoje, de um grande número de sedes de empresas públicas e instituições da administração pública federal e também ao grande desenvolvimento do setor de turismo – faz com que seja expressiva e ascendente a participação do setor de serviços carioca para a composição do PIB setorial nacional. Este passou de 13,8% para 15,9% entre 1985 e 1994.

Na RMRJ, existem três municípios, além da capital, com população superior a 500 mil habitantes (São Gonçalo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias), que são também os que concentram maiores percentuais da PEA metropolitana, respectivamente, 7,82%, 11,89% e 6,60%. Para todos os municípios da RMRJ, o percentual da PEA em atividades urbanas ultrapassa 90% e para sete deles esse percentual atinge 99% da PEA.

A Região Metropolitana, com seus 19 municípios, apresenta diferentes padrões de infra-estrutura, com a cidade do Rio de Janeiro, juntamente com Niterói, apresentando sempre melhores coberturas de serviços, em contraposição aos municípios mais periféricos. Com efeito, alguns municípios de grande porte, Nova Iguaçu e São Gonçalo, por exemplo, da chamada periferia tradicional, ou consolidada, continuam com níveis muito deficientes de infra-estrutura.

A estrutura urbana da área metropolitana baseia-se em corredores rodoferroviários radiais, que têm como núcleo os centros do Rio de Janeiro e de Niterói. Este núcleo concentra a maioria dos equipamentos e serviços urbanos, bem como os melhores índices de renda e escolaridade. Na classificação do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros –, em 1996, Niterói aparece em 15º lugar e o Rio de Janeiro em 47º. Niterói é o município brasileiro com maior tempo médio de estudo da população (8,8 anos em 1996). Em 1991, para os municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os anos de estudos da população total variavam de 3,6 anos a 7,52 anos, com dois municípios com valores inferiores a quatro anos, estando a capital com 6,67 e Niterói com 7,52 anos.

Os outros espaços que caracterizam a Região Metropolitana carioca são:

- as zonas suburbanas ou o subúrbio tradicional, que abrigam camadas de renda média e são razoavelmente atendidos por infra-estrutura;
- a periferia consolidada ou periferia tradicional, que concentra a população pobre e tem baixos níveis de serviços e de equipamentos urbanos; e
- a periferia em expansão ou espaço rural em transição, que compreende os municípios mais distantes do centro, os quais têm crescido a elevadas taxas[45].

A mesorregião metropolitana, que possui 10 municípios a mais que a RMRJ, totaliza 27 municípios, que abrigavam em 1996 mais de 80% da população do estado. Em termos absolutos, essa mesorregião teve um acréscimo populacional superior 1,5 milhão de habitantes entre 1980 e 1996, ao contrário da Região Metropolitana, que teve uma ligeira queda. Sem dúvida, é a mesorregião que concentra

[45] A respeito, ver Ipea/Ippur/UFRJ (1994) e Marques (1993).

a atividade econômica estadual, os setores terciário e secundário, apresentando um grau de urbanização de 98,45%. Apenas sete municípios da mesorregião apresentavam, em 1991, percentuais de PEA ocupada na indústria inferiores a 10%.

Pela classificação do Regic, 15 municípios da mesorregião possuem nível de centralidade muito fraco, e três, nível fraco. Fazem parte deste grupo municípios como Duque de Caxias e Belford Roxo, que estão entre os 10 maiores em população e em contribuição para o PIB estadual. Dos nove restantes, cinco pertencem à área metropolitana e apresentam os seguintes níveis: Rio de Janeiro (máximo); Niterói (forte/médio); Nova Iguaçu (médio); Itaboraí e São Gonçalo (médio/fraco). Os outros quatro, todos com nível de centralidade médio/fraco, são Rio Bonito, Petrópolis, Teresópolis e Vassouras. A mesorregião Metropolitana foi a que apresentou menor variação relativa de população (11,80%). Entretanto, o somatório dos valores absolutos dos acréscimos de população das cinco mesorregiões, exclusive a metropolitana, representa 36% do total de população acrescido à mesorregião da capital.

2.3.3 Região Metropolitana de Belo Horizonte – Metrópole Nacional

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, instituída pela Lei complementar nº 14, de 1973, é composta de 26 municípios e considerada o principal pólo industrial mineiro, sediando empresas de diversos ramos de atividade, com destaque para a metalúrgica, de transportes, mineral não-metálico e mecânica. Em 1996, reunia cerca de 3,8 milhões de habitantes, que representavam 22% da população estadual. É a mesorregião mais dinâmica e moderna do estado, onde se concentra a maior atividade produtiva e o maior produto externo, além de ser o centro político administrativo. Possui alta densidade demográfica e população empregada basicamente no setor de serviços e na indústria. Os municípios de maior peso industrial são Contagem, Betim e Belo Horizonte. Esses três municípios abrigavam, em 1996, 74% da população da RMBH e 79% da PEA metropolitana. O município de Belo Horizonte empregava sozinho, em 1991, 37,06% da PEA estadual (Ferreira, 1996).

As cidades que fazem parte da RMBH desempenham funções urbanas distintas. Belo Horizonte possui múltiplas funções, tais como centro de serviços regionais (oferece uma série de serviços importantes para a economia mineira, com destaque para serviços de comunicação e técnicos/profissionais), centro financeiro e centro administrativo. Contagem, maior pólo industrial do estado de Minas Gerais, e Betim exercem a função de cidade industrial. Já Sabará, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Ibirité caracterizam-se pela função de cidades-dormitório[46].

A RMBH é classificada por Diniz e Crocco (1996) como uma aglomeração industrial relevante (AIR)[47] de rápido crescimento. Sua rede de prestação de serviços é de fundamental importância para a economia estadual, destacando-se neste setor a cidade de Belo Horizonte, com peso na administração pública, serviços de comunicação e serviços técnicos/profissionais. A capital Belo Horizonte destaca-se pelos bons indicadores de infra-estrutura urbana.

Os déficits na estrutura de saneamento básico são muito pequenos em Belo Horizonte, mas se mostram mais significativos em Betim, tanto para água quanto para esgoto e coleta de lixo, e em Contagem para esgotamento sanitário. No que se refere aos resíduos sólidos, apenas Belo Horizonte e Betim possuem aterro sanitário; a capital vem desenvolvendo um trabalho de altíssima qualidade nesta área nos últimos anos, com aumento da abrangência do atendimento.

No que tange à infra-estrutura de transportes, a RMBH é privilegiada, pois a maior parte das rodovias do estado passa por ela. Os maiores aeroportos de Minas Gerais também estão localizados nessa região: o aeroporto de Confins é o único do estado habilitado para transportes e atividades internacionais.

A RMBH concentra grande parte das unidades de ensino mais expressivas do estado, como as universidades federal e estadual de Belo Horizonte.

A RMBH pertence à mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, que é uma das mais densas do estado, possuindo várias cidades de médio e grande porte, umas próximas às outras. Sua população é fortemente concentrada em duas grandes cidades (53,45% da população reside em Belo Horizonte e Contagem). As cidades médias também possuem uma importância considerável na mesorregião, reunindo 35,72% de sua população em cidades como Betim,

[46] Para mais detalhes, ver Matos (1994) e Brito (1996).

[47] Diniz e Crocco (1996), com o objetivo de analisar o desenvolvimento regional da indústria no Brasil, selecionaram as áreas industriais mais relevantes do Brasil do ponto de vista de sua magnitude e de seu dinamismo. Foram consideradas AIR todas as microrregiões homogêneas (IBGE) com 10 mil ou mais pessoas agrupadas na indústria. Para 1991, foram encontradas 90 AIR, 16 delas localizadas no estado de Minas Gerais. No que se refere ao dinamismo, as AIR foram classificadas como: estagnadas, aquelas com taxas anuais médias de crescimento do emprego industrial abaixo da média brasileira; de lento crescimento, aquelas com média de crescimento entre a média brasileira e 25% acima desta; de rápido crescimento, aquelas com média de crescimento entre 25% e 50% acima da média brasileira; e de crescimento acelerado, aquelas com crescimento acima de 50% da média nacional. Como os dados mais recentes da pesquisa se referem a 1991, algumas reversões de tendências ocorridas após esta data serão aqui apontadas.

Sete Lagoas, Ribeirão das Neves, João Monlevade, Itabira, entre outras. Dentro deste segmento, o destaque são aquelas cidades cujos municípios têm população entre 50 mil e 100 mil habitantes. As pequenas cidades possuem uma participação pouco significativa, reunindo em seus municípios apenas 10,80% da população da mesorregião metropolitana. A região como um todo está sob a influência de Belo Horizonte, que é o centro polarizador regional, e aquele de centralidade máxima no estado, segundo o Regic. Contagem e Betim, que fazem parte da RMBH, possuem classificação 4 e 3, respectivamente.

2.3.4 Região Metropolitana de Campinas – Metrópole Nacional

Campinas reúne mais de 2,2 milhões de pessoas, superando, tanto em critérios populacionais quanto em critérios econômicos, diversas áreas metropolitanas já institucionalizadas do país.

A institucionalização da Região Metropolitana de Campinas foi muito discutida até sua aprovação em junho de 2000. Para efeito deste trabalho, anterior a tal institucionalização, foram considerados todos os municípios integrantes da região de governo de Campinas[48]. Contudo, o que é relevante salientar aqui é menos o quadro institucional e mais o significado econômico desta nova área metropolitana.

A área de influência do município de Campinas é constituída por uma rede urbana densa e articulada – com grande facilidade de acesso, pelas curtas distâncias e pelas boas características do sistema viário –, o que torna a região fortemente integrada. Além da Campinas, com mais de 900 mil habitantes, a Região Metropolitana de Campinas possui outras seis cidades com mais de 100 mil habitantes: Americana (167 mil), Hortolândia (115 mil), Indaiatuba (121 mil), Mogi-Guaçu (114 mil), Santa Bárbara d'Oeste (160 mil) e Sumaré (167 mil).

Hoje o município de Campinas apresenta-se conurbado com diversos de seus vizinhos. A mancha urbana da cidade transborda o território municipal em vários pontos, integrando diversos municípios contíguos numa malha única. Pode-se dizer que a cidade é formada pela junção de diversos municípios contíguos, além de Campinas, principalmente os municípios de Valinhos, Vinhedo, Indaiatuba, Jaguariúna, Sumaré, Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Monte-Mor, Paulínia e Cosmópolis. Praticamente todos apresentam, também, intensas relações urbanas. Este elevado grau de articulação e integração física e socioeconômica entre os vários municípios tem-se fortalecido, tornando mais complexas as relações entre eles, com grande ampliação dos fluxos de pessoas e mercadorias que circulam pela RMC.

Fora desta conurbação, em razão de barreiras físicas e/ou da maior distância entre as sedes urbanas, encontram-se outros municípios que também apresentam grande integração funcional com Campinas. São eles: Santo Antônio de Posse, Holambra, Engenheiro Coelho e Artur Nogueira. Além desses, também pertencem à região de governo de Campinas os municípios de Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e Itapira.

A RMC está situada na mesorregião administrativa mais importante do interior do estado, tanto em população quanto no que diz respeito ao desempenho econômico. Abarca sete regiões de governo, compreendendo 90 municípios, e abriga uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes, cerca de 90% concentrados em áreas urbanas, polarizadas diretamente pela RMC e por seu município-sede.

A RMC apresenta a mais expressiva concentração industrial do interior de São Paulo e a que tem observado a evolução mais pronunciada nas últimas décadas. Sua participação no valor adicionado da indústria estadual tem evoluído positivamente, retratando um crescimento de participação das atividades industriais da mesorregião e o seu papel de *locus* privilegiado para a localização industrial no interior. Destacam-se, no conjunto das atividades industriais, os complexos químico, metal-mecânico, agroindustrial e têxtil, com relevantes participações na produção estadual.

É importante destacar que a função industrial desempenhada pela RMC tem-se caracterizado por abrigar setores modernos e plantas industriais articuladas em grandes e complexas cadeias produtivas, como é o caso das montadoras automobilísticas Honda e da Toyota, recentemente instaladas em Sumaré e em Indaiatuba, respectivamente, e da Lucien Tecnologies, do ramo de telecomunicações, instalada em Campinas[49].

A RMC possui uma estrutura industrial complexa, diversificada e dinâmica, acoplada a um sistema universitário e de institutos públicos de pesquisa importante. Esse sistema científico e tecnológico é composto de três univer-

[48] Municípios integrantes da Região de Governo de Campinas: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Estiva Gerbi, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Monte Mor, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Ver também nota 37.

[49] Localizam-se na região, entre outras, a Replan – refinaria de petróleo de maior produção do país – e as empresas Bosch, Singer do Brasil, Mercedes-Benz do Brasil, IBM, Compaq e Hewlett-Packard, Microsoft, Caterpillar do Brasil, Pirelli Pneus e Pirelli Cabos, Champion Papel e Celulose, Ripasa Papel e Celulose, e as empresas de produtos têxteis Fibra, Ober e Polynka, que estão entre as 20 maiores empresas do estado de São Paulo nos seus respectivos ramos.

sidades, a Puccamp, a Unicamp e a Unip; dois institutos governamentais de pesquisa e desenvolvimento (P&D), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD-Telebrás) e a Fundação Centro Tecnológico para a Informática (CTI); e a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico (Codetec)[50]. Assim, pode-se dizer que diversas das funções exercidas pela Região Metropolitana de Campinas estão intimamente ligadas às suas vantagens locacionais e às potencialidades associadas à natureza do perfil industrial regional e à existência desse conjunto de instituições de ensino e pesquisa e à sinergia por eles possibilitada.

Também a agricultura regional é reconhecida como uma das mais modernas do estado, com participação expressiva na produção de diversas culturas. Apresenta grande articulação com a indústria, formando complexos agroindustriais, por meio do processamento ou da industrialização. São exemplos de culturas com grande integração industrial e expressiva produção: cana-de-açúcar, laranja e café.

O grande dinamismo da área metropolitana assegura ao município de Campinas um papel de destaque no atendimento de um conjunto de demandas regionais nas atividades comerciais, de abastecimento e de serviços especializados. Este fato é ainda reforçado por ser o município a opção preferencial de domicílio de parte da população de renda mais elevada, empregada em estabelecimentos industriais do conjunto da região.

Com isso, Campinas tem assegurado escala para desenvolver um conjunto de atividades tradicionalmente encontradas apenas nas grandes capitais do país: grande rede de serviços bancários; hospitais regionais e serviços médicos especializados; comércio de grande porte e comércio especializado; serviços pessoais diferenciados etc.

A RMC está localizada na segunda mesorregião em população e quinta em número de municípios do estado. É a mesorregião que mais cresceu no estado e a terceira em grau de urbanização. No período 1980-96 teve sua população acrescida em mais de 1 milhão de habitantes, aumentando sua participação relativa na população do estado.

Segundo a classificação do Regic, existem na mesorregião sete cidades com níveis de centralidade variando de muito forte a médio/fraco: Campinas – muito forte; São João da Boa Vista – forte/médio; Americana – médio; e outros quatro com classificação médio/fraco.

2.3.5 Região Metropolitana da Grande Vitória – Metrópole Regional

Criada em 1995, pela Lei complementar estadual nº 58, a RMGV é composta por cinco municípios que abarcavam 34,90% da população estadual em 1980, passando para 40,95%, em 1991, e atingindo 42,19%, em 1996. A RMGV possui um município com 47 mil habitantes e quatro municípios com população variando de 265 mil a 300 mil habitantes, sendo estes últimos os quatro maiores municípios do estado. Em 1985, a RMGV respondia por mais de dois terços do valor adicionado estadual, e esta concentração tem-se mantido ao longo dos últimos anos. Apesar da implantação de diversas plantas industriais em outras regiões do estado, a localização de atividades econômicas na Grande Vitória tem sido mais intensa, ocasionando uma ampliação da participação da metrópole na economia do estado, gerando a atual concentração demográfica e produtiva na RMGV.

Das 100 maiores empresas capixabas, segundo receita operacional bruta, em 1992, 73 localizavam-se na Grande Vitória e 38 no município de Vitória. Esta situação mantém-se em termos relativos em 1996, quando das 150 maiores empresas do estado, 110 localizavam-se na Grande Vitória e 57 na capital[51].

Na RMGV, a capital mantém seu papel de principal centro administrativo e terciário, com participação também significativa da indústria. Vila Velha segue um padrão de distribuição de atividades parecido com o da capital e divide com ela as funções de centro terciário; Serra e Viana apresentam participações do valor adicionado industrial superiores a 90% em 1985, e Cariacica, a despeito de uma participação de cerca de 60% do setor secundário, mantém participação importante do terciário. Existe certa distribuição de funções entre os municípios metropolitanos. Segundo a classificação do Regic, encontram-se na RMGV quatro dos nove municípios do estado que possuem nível de centralidade diferente de muito fraco. São classificados como de centralidade muito forte (Vitória), média (Vila Velha e Cariacica) e média/fraca (Serra).

Na análise do padrão de urbanização da região, destacam-se os municípios de Vitória e de Vila Velha, com padrões superiores aos outros três, a despeito de possuírem diferenças internas quanto a seus bairros e ainda do fato

[50] Cabe ressaltar ainda a presença de outras instituições que, nos mais diversos graus, vêm contribuindo para a formação do aglomerado de empresas de alta tecnologia, demonstrando o potencial de P&D existente na região: o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), o Centro Integrado de Assistência Técnica Integrada (Cati), o Instituto Tecnológico para Alimentos (Ital), o Instituto Biológico de Campinas (IB), o Laboratório Nacional de Luz Sincroton (LNLS), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Tropical de Pesquisa e Tecnologia André Tosello, e o Observatório de Capricórnio.

[51] Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Industrial do Espírito Santo (Ideies). A respeito, consultar Ideies (1993 e 1997).

de Vitória concentrar a maioria dos equipamentos de educação e saúde[52].

A Grande Vitória apresenta boa cobertura de abastecimento d'água, com todos municípios com 85% ou mais de seus domicílios servidos, o mesmo não acontecendo quanto ao esgotamento sanitário, cujos percentuais de cobertura variam de 53% a 87% considerando-se o esgotamento por rede e por fossa séptica. Com relação à coleta de lixo, Vitória e Vila Velha possuem o serviço para mais de 80% de seus domicílios, enquanto em Viana apenas 39% dos domicílios são atendidos. Destaca-se, na capital, o número de domicílios com telefone: 51,2%, um índice superior ao das demais capitais da região Sudeste.

2.3.6 Região Metropolitana da Baixada Santista – Metrópole Regional

Com mais de 1,3 milhão de habitantes em 1996, a Região Metropolitana da Baixada Santista tem como maior município Santos, com 412.243 habitantes. Guarujá, com 226.365 habitantes, é o segundo, seguido da Praia Grande, com 150.388 habitantes, e de Itanhaém, com 58.017 habitantes. Os menores municípios, em população, são Peruíbe, Mongaguá e Bertioga, com 41.398, 27.065 e 17.002 habitantes, respectivamente, de acordo com a Contagem Populacional de 1996 (IBGE).

Os principais vetores regionais de expansão da ocupação são: Bertioga, ao norte de Santos, que tem recebido grande número de novos moradores e apresentou a maior taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 1996 (8,33% a.a.); e os municípios de Mongaguá, Peruíbe, Itanhaém e Praia Grande, ao sul de Santos, que tiveram taxas anuais de crescimento demográfico de 7,43%, 4,87%, 4,80% e 4,09% entre 1991 e 1996, respectivamente.

O desenvolvimento da Baixada Santista se deu associado ao período de expansão da cultura do café, no século passado. Apesar de não integrar a área de plantio, sua condição de porto destinou função especial para a Região Metropolitana, a partir de sua integração com a ferrovia. Principal local de exportação do café, a economia regional se especializou nas atividades de comercialização, florescendo, na cidade de Santos, um grande número de atividades complementares.

A indústria de transformação e o setor terciário, baseado principalmente nas atividades portuárias, são os principais setores da economia regional. Principal porto do estado, a RMBS também abriga várias plantas industriais de bens intermediários, cujas matérias-primas são importadas via porto.

Entretanto, o relevo regional – composto de pequena faixa de planície litorânea e da serra do mar – e a baixa qualidade dos solos explicam a quase inexistência da atividade agropecuária. Por outro lado, a região apresenta poucas áreas com condições de receber uma construção industrial, pelo reduzido número de áreas planas existentes. Além da falta de grandes áreas para a ocupação industrial, os elevados níveis de poluição atmosférica fizeram com que Cubatão ficasse conhecida em todo o país como um símbolo nacional de poluição industrial e de degradação ambiental. Surgiram, então, movimentos pela preservação ambiental, pela recuperação das áreas degradadas e pelo controle da emissão de poluentes atmosféricos.

Esses fatos, somados à falta de áreas disponíveis – o que elevava o preço do solo –, tornaram a região pouco atrativa aos novos investimentos realizados nas décadas de 70 e 80. Por esses motivos, a Baixada teve pouca inserção no período que ficou conhecido como de *interiorização do desenvolvimento* e perdeu participação na produção da indústria estadual.

As atividades portuárias de Santos continuam sendo a principal fonte de crescimento regional. Ponto de escoamento de grande parte da produção paulista e maior porto do país em volume de mercadorias, o Porto de Santos gera grande número de empregos diretos e indiretos. A atividade portuária é a mais destacada atividade econômica da cidade de Santos e da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Entretanto, o turismo de veraneio tem sido o principal fator de crescimento urbano das cidades, com o lançamento de um grande número de novos empreendimentos imobiliários, em quase todas as cidades da região, principalmente em Bertioga, Praia Grande, Itanhaém e Peruíbe.

A grande proximidade com a cidade de São Paulo e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada tornaram especialmente interessantes os investimentos no setor de turismo. Recentemente, foram realizadas grandes obras de saneamento em alguns municípios, o que elevou a qualidade de suas praias e ampliou as possibilidades de exploração turística regional.

O crescimento urbano e a ampliação do turismo têm contribuído para o surgimento e ampliação de diversas atividades do setor de serviços, não só no segmento de alimentação e hospedagem, mas também nos segmentos de serviços pessoais e sociais. O comércio regional também tem recebido o impacto do crescimento das cidades, ocorrendo maior diversificação e ampliação da oferta de novos tipos de comércio, como hipermercados, lojas de conveniência e *shopping centers*.

Assim, as funções ligadas ao turismo e ao lazer, de maneira geral, têm ampliado sua participação e apresentado boas perspectivas de crescimento e contribuição para a economia regional.

[52] Sobre esta questão, consultar Abe (1996).

2.3.7 Aglomerações urbanas

- **Aglomeração urbana de São José dos Campos**

O processo de *interiorização do desenvolvimento*, com seu intenso crescimento econômico, a partir da década 70, fez-se sentir notadamente em São José dos Campos e no seu entorno, nos municípios de Taubaté e Jacareí. Algumas novas e grandes unidades implantaram-se na mesorregião, com destaque para a Revap – Refinaria Henrique Lage, da Petrobrás, e duas montadoras de veículos (General Motors e Volkswagen).

A especificidade da ocupação regional – condicionada pela posição estruturadora do rio Paraíba do Sul, pelo relevo (a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira) e pela rodovia Presidente Gaspar Dutra – fez com que os principais eixos de expansão urbana acompanhassem a rodovia ou o rio, ocasionando uma *urbanização em rosário*, onde os diversos centros se estruturavam a partir do mesmo eixo viário. Esses fatos favoreceram a conurbação, associada às grandes facilidades de circulação e comunicação pela via Dutra e, ultimamente, também pela rodovia Carvalho Pinto, e possibilitaram maior integração funcional entre as cidades, com São José dos Campos exercendo o papel de pólo regional. Assim, hoje é possível reconhecer a existência de uma aglomeração urbana formada pelos municípios de Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Tremembé e Pindamonhangaba, que possui pouco mais de 1 milhão de habitantes.

O principal centro é São José dos Campos, responsável por grande parte da produção industrial regional. Na cidade de São José dos Campos está localizado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), pertencente ao Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA); o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), dentre outras. Devido à grande concentração de instituições de pesquisa ligadas às forças armadas, localiza-se na região um pólo de alta tecnologia, voltado para pesquisa, desenvolvimento e produção industrial aeroespacial, que produz aviões, satélites e outros equipamentos de elevado conteúdo tecnológico.

A localização da região, entre os principais centros consumidores do país, a existência dos institutos de pesquisas, a disponibilidade de quadros técnicos de elevada formação e, também, a existência de um bom aparato de infra-estrutura – inclusive a possibilidade de utilização de gás natural como fonte de energia – transformaram a aglomeração urbana de São José dos Campos em um dos principais eixos de localização industrial do estado.

Os ramos industriais que mais se destacam na aglomeração urbana são: indústria de bebidas, líquidos alcoólicos e vinagre (instalada principalmente em Jacareí); a indústria de material de transporte (instalada em Caçapava, Taubaté e em São José dos Campos); de papel e papelão (instalada em Jacareí); e produtos químicos (instalada principalmente em São José dos Campos). Tanto a indústria de bebidas quanto a de papel e papelão ganharam destaque no valor adicionado industrial do estado de São Paulo a partir de 1990. Isso foi possível graças à instalação de novas plantas da indústria de bebidas em Jacareí e à modernização da indústria de papel e celulose.

A especificidade do crescimento econômico do Vale do Paraíba diz respeito ao fato de que esse processo não está subordinado ao desempenho agrícola, como em outras regiões do interior. Ao contrário, a frágil estrutura produtiva desse setor não acompanhou o crescimento industrial, embora tenha passado por transformações ao longo do período.

Já o setor terciário teve um significativo crescimento, induzido pelo desenvolvimento da produção industrial, do emprego e do crescimento da população regional, principalmente a partir da década de 80. Nesse período, São José dos Campos assumiu características de um centro regional.

Distante apenas 89 quilômetros da capital, São José dos Campos é um dos centros industriais e de serviços mais importantes do interior paulista. O município-pólo da aglomeração urbana fica junto à via Dutra (BR-116) e à malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), as quais ligam São Paulo ao Rio de Janeiro. O complexo industrial do município, atualmente, conta com 720 indústrias, que empregam cerca de 43 mil pessoas, embora tenha crescido seu destaque no setor de serviços. Suas funções de centro de apoio à produção têm-se ampliado com a instalação de diversos equipamentos e serviços novos, tanto no segmento de serviços prestados a empresas como no de serviços pessoais. Sua localização estratégica também tem atraído expressivo número de grandes equipamentos comerciais, tanto do segmento atacadista quanto do varejo, instalado em *shopping centers*. Seu aeroporto oferece vôos regulares para diversas localidades do país.

São José dos Campos é um centro de compras, atendendo, além das cidades do Vale do Paraíba e Litoral Norte, aquelas do sul de Minas Gerais, abrangendo mais de 2 milhões de consumidores potenciais. Em 1997, o comércio também cresceu significativamente: cerca de US$ 75 milhões foram investidos com a abertura de unidades das redes Magazine Luíza, Paes Mendonça, Mappin, Blockbuster Vídeo, Cinemark Theatres, Lojas Americanas e o Shopping Colinas (120 lojas).

Taubaté, localizada a 40 quilômetros do aeroporto de São José dos Campos, 191 quilômetros do Porto de Santos e 194 quilômetros do aeroporto de Viracopos, forma, com Pindamonhangaba (113,9 mil habitantes), a apenas 12 quilômetros, praticamente uma só malha urbana. É um

importante pólo industrial, com empresas nos setores automobilístico, metalúrgico, mecânica pesada, laticínio, mineração e distribuição de chapas de aço. O setor de serviços também se beneficia do desenvolvimento da indústria automobilística e de toda sua cadeia produtiva. A Universidade de Taubaté (Unital) tem tido relevante papel na região, na formação técnica e na pesquisa.

A localização estratégica da aglomeração urbana de São José dos Campos, próxima de São Paulo e Campinas, e a excelente infra-estrutura instalada, além da logística disponível e dos institutos de pesquisa e formação profissional, ligados às forças armadas, asseguram possibilidade de desenvolvimento tecnológico, a partir dos centros de pesquisas e oferta de mão-de-obra qualificada.

- **Aglomeração urbana de Guaratinguetá**

A aglomeração urbana de Guaratinguetá é formada pelos municípios de Aparecida, Lorena e Guaratinguetá. Sua principal característica, além da conurbação entre os três municípios, é a distribuição das funções normalmente exercidas pelo *pólo* entre os três integrantes.

A característica de *urbanização em rosário* é a mesma observada na aglomeração urbana de São José dos Campos, e as causas são, inclusive, as mesmas – articulação dos principais vetores de expansão através do eixo viário formado pela via Dutra.

Outra especificidade da aglomeração urbana de Guaratinguetá é o grau de especialização da economia da cidade de Aparecida, onde praticamente toda a economia gira em torno da Basílica de Nossa Senhora Aparecida e no atendimento dos visitantes e romeiros. Existe na cidade grande proliferação de serviços pessoais, principalmente pequenos hotéis e restaurantes populares.

A mesorregião a que pertencem as aglomerações urbanas de São José dos Campos e de Guaratinguetá tem seu contorno coincidente com a região administrativa de São José dos Campos. É a sétima em número de municípios e a quinta em população, no estado, abrigando cerca de 1,8 milhão de habitantes. Com um grau de urbanização de 91,61% de sua população em 1996, tem seus municípios distribuídos pelas faixas de população que variam de menor que 5 mil habitantes até 500 mil habitantes.

Os cinco maiores municípios, todos com população superior a 100 mil habitantes, reúnem 61% da população da mesorregião, enquanto os municípios com menos de 20 mil habitantes abrigam 8%. Nas faixas de 20 mil a 50 mil e de 50 mil a 100 mil encontram-se 33% dos municípios, com 30% da população. Os três maiores municípios (São José dos Campos, Taubaté e Jacareí) formam, juntamente com Caçapava e Pindamonhangaba, um contínuo urbano com mais de 1 milhão de habitantes.

Segundo a classificação do Regic, os centros regionais mais importantes são: São José dos Campos – nível de centralidade forte; Taubaté – nível forte/médio; Cruzeiro, Guaratinguetá e Jacareí – nível médio; e Lorena – nível médio/fraco.

- **Aglomeração urbana de Ribeirão Preto**

A aglomeração urbana de Ribeirão Preto, situada no nordeste do estado, tem-se destacado pela moderna agroindústria sucroalcooleira e pela capitalização do setor. A cidade de Ribeirão Preto é o centro de uma vasta área de influência, que, inclusive, extrapola os limites do território paulista. Além dessa polaridade mais difusa, exerce, também, grande atração sobre os municípios de seu entorno, dividindo, com alguns deles, algumas funções urbanas.

Assim, grande parte do parque industrial regional localiza-se em Sertãozinho, onde está instalada a maior in-

TABELA A.72
MESORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA PAULISTA – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho	Municípios		População Total		Grau de
(Hab./Município)	Nº	%	Nº	%	Urbanização (%)
Menos de 5.000	5	13,89	18.095	1,01	49,38
De 5.001 a 10.000	9	25,00	59.376	3,31	62,96
De 10.001 a 20.000	5	13,89	63.948	3,57	71,88
De 20.001 a 50.000	7	19,44	213.435	11,90	88,14
De 50.001 a 100.000	5	13,89	339.047	18,91	94,41
De 100.001 a 200.000	3	8,33	392.416	21,89	94,02
De 200.001 a 500.000	2	5,56	706.697	39,41	95,24
Total	**36**	**100,00**	**1.793.014**	**100,00**	**91,61**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

dústria de bens de capital sob encomenda, voltada para o setor sucroalcooleiro do Brasil, além de várias usinas de açúcar e destilarias de álcool. Cravinhos também tem-se beneficiado de sua localização no entorno da rodovia Anhangüera para atrair algumas indústrias pesadas. Mas, sem dúvida, as funções de pólo estão todas concentradas em Ribeirão Preto. Estas podem ser caracterizadas pela existência de modernos serviços de apoio à produção, de uma grande estrutura bancária e de apoio ao capital, além de modernos serviços pessoais e sociais.

Uma peculiaridade desta região é que, apesar de haver uma profunda integração funcional e intensos fluxos de pessoas e mercadorias entre Ribeirão Preto e as cidades mais próximas, praticamente não há pontos de conurbação. Este fato pode ser justificado pela grande produtividade conseguida com o uso agrícola do solo do entorno de Ribeirão Preto e das cidades vizinhas. Área de terra muito fértil e com o cultivo agrícola realizado em bases gerenciais e técnicas muito modernas, ao que parece, dificulta a transformação de parte desta terra em glebas urbanas, a não ser em casos de incorporação para implantação de condomínios horizontais, voltados para a classe média alta.

Por esse motivo, apesar do intenso fluxo existente na região, é mais difícil a definição dos limites de uma aglomeração urbana. Optou-se, então, por incluir, neste trabalho, como parte da aglomeração, os municípios contíguos a Ribeirão Preto e que, certamente, possuem um grau de integração nas funções urbanas com o município-pólo. Assim, a aglomeração urbana de Ribeirão Preto é composta pelos municípios de Cravinhos, Dumont, Guatapará, Jardinópolis, Pradópolis, Ribeirão Preto, Serrana e Sertãozinho, que juntos possuem uma população de 642 mil habitantes. É importante destacar o papel de pólo exercido por Ribeirão Preto, que sozinho abriga mais de 70% da população da aglomeração urbana: 456 mil habitantes.

Distante 313 quilômetros da capital, Ribeirão Preto possui intensa atividade no setor comercial e de serviços, dispondo de excelente oferta de ensino superior e de sofisticada infra-estrutura de saúde, pública e privada. Seu processo de industrialização mais intenso é relativamente recente e diversificado, com indústrias nos setores de alimentos, biotecnologia, bens de capital, máquinas agrícolas, equipamentos médico-odontológicos e informática.

O município é importante entroncamento rodoferroviário. O principal acesso é a rodovia SP-330 (via Anhangüera), que permite a ligação rodoviária entre a capital e o Triângulo Mineiro. Conta, também, com a linha-tronco principal da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), em processo de privatização, que liga Brasília ao Porto de Santos.

O recorte da mesorregião Ribeirão Preto corresponde, aproximadamente, a três regiões administrativas estaduais. Possui uma população de cerca de 2 milhões de habitantes e é a segunda mesorregião em número de municípios. Também está na segunda posição em grau de urbanização (93,2%), em 1996, ficando atrás apenas da mesorregião Metropolitana.

As duas maiores cidades da mesorregião, Ribeirão Preto e Franca, possuem população superior a 200 mil habitantes e abrigam nos seus municípios 37% da população da mesorregião. Existe ainda Barretos, com mais de 100 mil habitantes, e quatro municípios na faixa de 50 mil a 100 mil habitantes no município, abarcando quase 20% da população. A faixa que reúne maior número de municípios é a de 20 mil a 50 mil habitantes, que abriga 27% da população. Os 16% restantes dos moradores da região localizam-se nos municípios com população inferior a 20 mil habitantes, cerca de 60% de seus municípios. No interior desse grupo, o menor número de municípios fica com a faixa de menos de 5 mil habitantes (14%), abrigando 1,6% da população.

TABELA A.73
MESORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho	Municípios		População Total		Grau de
(Hab./Município)	N°	%	N°	%	Urbanização (%)
Menos de 5.000	9	14,29	31.743	1,62	76,64
De 5.001 a 10.000	16	25,40	100.396	5,13	80,84
De 10.001 a 20.000	13	20,63	187.035	9,56	87,02
De 20.001 a 50.000	18	28,57	533.748	27,27	91,12
De 50.001 a 100.000	4	6,35	274.282	14,01	92,91
De 100.001 a 200.000	1	1,59	100.646	5,14	95,07
De 200.001 a 500.000	2	3,17	729.586	37,27	98,58
Total	**63**	**100,00**	**1.957.436**	**100,00**	**93,20**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Segundo o Regic, Ribeirão Preto apresenta nível de centralidade muito forte, Franca e Barretos nível forte/médio, e algumas outras cidades níveis médio e médio/fraco.

- **Aglomeração urbana de Sorocaba**

A aglomeração urbana de Sorocaba é formada pelos municípios de Salto, Itu, São Roque, Alumínio, Votorantim e Mairinque, Salto de Pirapora e Iperó, além de Sorocaba. Juntos abrigam uma população de 919 mil habitantes. Somente Sorocaba e Votorantim, juntos, respondem por 517 mil habitantes (430 mil e 87 mil habitantes, respectivamente).

Há duas particularidades a serem destacadas na aglomeração urbana de Sorocaba. A primeira reside no fato de Votorantim ter sido desmembrado de Sorocaba quando já se encontrava com pontos de conurbação e intensa integração de funções. Votorantim era um bairro de Sorocaba, integrado à cidade. Não foi desmembrado; na verdade, foi secionado do tecido urbano, mas continuou mantendo grande integração de funções com Sorocaba, por muitos anos, recorrendo ao centro desta última como os demais bairros sorocabanos. Outra peculiaridade da aglomeração urbana de Sorocaba é fruto de sua proximidade da Região Metropolitana de São Paulo e das excelentes vias de transporte, representadas pelas rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares. A facilidade com que as pessoas acessam a Região Metropolitana de São Paulo inibiu, ou não incentivou, o surgimento em Sorocaba de segmentos mais complexos do setor de serviços. Para isso, contribuiu, também, o fato de Sorocaba ser a única sede de região administrativa do estado de São Paulo que não possui uma universidade pública estatal, tampouco institutos públicos de pesquisa e desenvolvimento.

Entretanto, Sorocaba é sede da região administrativa de maior extensão territorial e rota de passagem para o oeste paulista e os estados do Sul e Centro-oeste do país. A apenas 96 quilômetros da capital, é pólo da região de mais antiga industrialização do estado e beneficia-se de um posicionamento privilegiado em relação a importantes eixos viários. Sorocaba, que vive um momento de grande dinamismo, tem um perfil industrial bastante diversificado, que compreende desde o tradicional setor de fiação e tecelagem até o de componentes aeronáuticos, incluindo empresas do ramo eletroeletrônico, telecomunicações, metalmecânico, alimentos etc.

A estrutura da indústria regional é muito específica. Em parte se assemelha à localizada na metrópole e se distancia um pouco daquela instalada em outras regiões do interior pela pequena presença dos principais complexos agroindustriais existentes no interior do estado (cana-de-açúcar e laranja). Mas apresenta expressiva participação do ramo de produtos minerais não-metálicos.

Tem passado por grandes transformações, com a redução da participação dos três ramos de maior expressão regional. A indústria têxtil, a de produtos minerais não-metálicos e a metalúrgica, que juntas respondiam por grande parte da produção regional em 1980, tiveram sua participação reduzida em 1995. Por outro lado, novos setores industriais têm-se instalado na região, como a indústria de material de transportes e a química, por exemplo.

A indústria de material de transportes, a indústria química, de material elétrico e de comunicações e a metalúrgica cresceram sua expressão na produção regional no mesmo período. Essas alterações na estrutura produtiva regional refletem uma trajetória que tem sido percorrida por toda a indústria paulista: os setores mais tradicionais têm dado espaço para ramos mais complexos da indústria.

A produção industrial apresenta-se espacialmente concentrada, com os municípios de Sorocaba e Votorantim sendo os mais industrializados. As outras cidades, privilegiadas para a localização industrial, estão situadas ao longo das grandes rodovias de ligação com Campinas e com a Região Metropolitana de São Paulo: Itu e Salto, ao longo da rodovia Santos Dumont, e Mairinque, Alumínio e São Roque, no eixo formado pelas rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares.

Recentemente, Sorocaba e os municípios do seu entorno têm sido privilegiados pela localização de novas indústrias. As principais vantagens apontadas pelas empresas é a proximidade da Região Metropolitana de São Paulo e da área metropolitana de Campinas, a excelente estrutura viária, a proximidade do aeroporto de Viracopos e da hidrovia Tietê-Paraná, além da oferta de gás natural, com o gasoduto Brasil-Bolívia.

- **Aglomeração urbana de Jundiaí**

A aglomeração urbana de Jundiaí é formada pelos municípios de Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Louveira, Várzea Paulista e Jundiaí. Juntos, esses municípios possuem 485 mil habitantes, 60% em Jundiaí (293 mil habitantes). Localizada entre a regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas, a aglomeração urbana de Jundiaí é bastante industrializada e com grandes nexos de integração com as mesorregiões vizinhas.

Jundiaí é um local privilegiado para a localização industrial, dada a sua proximidade da RMSP; tem recebido diversos investimentos nos últimos anos em seu distrito industrial. Além disso, possui uma economia urbana estruturada com diversos segmentos do setor de serviços e grandes estruturas de comércio atacadista, de abrangência regional.

No que diz respeito à mesorregião onde estão localizadas as aglomerações urbanas de Sorocaba e de Jundiaí – a mesorregião macrometropolitana paulista –, esta abriga municípios pertencentes às regiões administrativas de

Sorocaba e de Campinas. Teve sua população acrescida, no período 1980-96, em mais de 700 mil habitantes, registrando o segundo maior aumento de participação relativa na população estadual entre as mesorregiões.

É a oitava mesorregião em número de municípios e a terceira em população, vindo em seguida de Campinas, com quase 2 milhões de habitantes.

Possui quatro municípios com mais de 100 mil habitantes, tendo dois deles população superior a 200 mil: Sorocaba e Jundiaí. Não possui municípios da primeira faixa de tamanho, menor que 5 mil habitantes, e apenas 34% de seus municípios estão nas faixas inferiores a 20 mil habitantes. Mais de 50% dos municípios possuem população variando de 20 mil a 100 mil, e neles se localizam 44% da população regional.

Sorocaba recebeu na classificação do Regic nível de centralidade forte; Jundiaí e Bragança Paulista, nível forte/médio; Itu, nível médio; e Atibaia, nível médio/ fraco.

- **Aglomeração urbana de São José de Rio Preto**

A aglomeração urbana de São José do Rio Preto é composta de dois municípios que apresentam pontos de conurbação: Mirassol e São José do Rio Preto. O município-pólo exerce grande influência sobre uma vasta área e é considerado capital regional. Mais de um terço da população da região administrativa (326 mil habitantes) reside naquele município.

Localizada no noroeste do estado, a região é caracterizada pela elevada capitalização do setor agropecuário e pela expansão da agroindústria. Com boas rodovias e a presença de um eixo ferroviário, aí se encontra importante via de escoamento da produção agrícola do Centro-oeste do país.

A estrutura econômica do município-sede é um retrato de suas funções regionais: comércio diversificado, serviços médicos e educacionais de âmbito regional – vários cursos superiores, com um *campus* da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e diversos hospitais especializados –, modernos serviços pessoais e de apoio à produção. O dinamismo derivado desse papel regional se expressa, também, no desempenho diferenciado do mercado imobiliário local e na capacidade atual de atrair investimentos ligados à atividade industrial.

A atividade econômica ganhou impulso nas últimas décadas em razão do incremento da produção agrícola, que se diversificou para cultivos como cítricos, arroz, milho, tomate e seringueiras, além das culturas tradicionais do café, algodão e cana-de-açúcar. Ao lado dessas culturas, tanto a pecuária de corte quanto a leiteira também ganharam expressão.

O próprio perfil da atividade industrial guarda forte correspondência com as atividades agrícolas, uma vez que predominam os gêneros ligados à agroindústria da laranja, da cana-de-açúcar e, mais recentemente, da fabricação de borracha natural a partir do látex da seringueira. Outra atividade que tem destaque em termos estaduais é a indústria moveleira, basicamente localizada nos municípios de Mirassol e São José do Rio Preto.

São José do Rio Preto e Mirassol apresentam coberturas superiores a 95% para os serviços de água, esgoto e coleta de lixo; 25% dos domicílios têm telefone. É a mesorregião com maior número de municípios e a sexta em população, abrigando cerca de 1,3 milhão de habitantes, o que corresponde a 3,92% da população estadual, em 1996. Possui mais de 87% de seus habitantes residindo em áreas urbanas.

Apenas dois municípios da mesorregião possuem população superior a 100 mil habitantes, Catanduva e São

TABELA A.74
MESORREGIÃO MACROMETROPOLITANA PAULISTA – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho	Municípios		População Total		Grau de
(Hab./Município)	Nº	%	Nº	%	Urbanização (%)
Menos de 5.000	0	0,00	0	0,00	0,00
De 5.001 a 10.000	4	12,50	33.069	1,68	77,25
De 10.001 a 20.000	7	21,88	97.268	4,93	73,41
De 20.001 a 50.000	9	28,13	275.140	13,95	71,62
De 50.001 a 100.000	8	25,00	598.383	30,34	87,22
De 100.001 a 200.000	2	6,25	243.339	12,34	88,34
De 200.001 a 500.000	2	6,25	724.934	36,76	97,21
Total	**32**	**100,00**	**1.972.133**	**100,00**	**88,01**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

José do Rio Preto, que sozinha abarca quase 25% da população regional. Ou seja, 98,9% dos municípios não atingem 100 mil habitantes, dos quais 89% possuem população inferior a 20 mil habitantes. Nestes municípios habitam 40% dos moradores da mesorregião. Mais de 40% dos municípios possuem população inferior a 5 mil habitantes, abrigando 9% da população.

Segundo a classificação do Regic, são os dois maiores municípios da região e apresentam maiores níveis de centralidade. Por outro lado, todos os municípios que apresentam alguma centralidade encontram-se ao longo dos eixos da ferrovia e da rodovia que ligam o estado com o Mato Grosso do Sul.

• Aglomeração Urbana de Araçatuba

Araçatuba é sede de região administrativa e polariza dezenas de municípios do seu entorno. É o segundo maior centro regional do oeste paulista, com cerca de 162 mil habitantes, e forma, junto com Birigüi, uma aglomeração urbana com mais de 247 mil habitantes.

As funções de pólo regional de Araçatuba se expressam nas atividades do setor de serviços que se desenvolveram na cidade: comércio, serviços de saúde e hospitais etc. Em Araçatuba existem, também, quatro instituições de ensino superior que oferecem 11 cursos.

Mas a aglomeração urbana de Araçatuba é conhecida sobretudo por ter, historicamente, se voltado para a atividade pecuária, resultando daí uma ocupação esparsa do território. Ainda hoje, Araçatuba é o principal centro estadual de comercialização de bovinos, com o título de capital do boi gordo, muito em razão da especialização progressiva da atividade paulista na engorda e abate. A boa estrutura viária transformou-a em rota de passagem de parte do tráfego destinado aos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, via ramal da Rede Ferroviária Federal, ou da rodovia SP-300, ambas cortando toda a região. Além dessas infra-estruturas, a hidrovia Tietê-Paraná potencializa ainda mais este papel de corredor comercial e traz novas alternativas de negócios para a aglomeração urbana de Araçatuba. Além da pecuária, a atividade primária também se faz presente pela ampliação de uma variada gama de cultivos, a exemplo do milho, do feijão e da cana-de-açúcar.

Assiste-se, também, à implantação, no município de Araçatuba, de empresas voltadas para a área médica, como a Teniscord (fios cirúrgicos) e a Hospimetal (equipamentos hospitalares). Ao lado dessas, no município de Birigüi, ganha destaque o desenvolvimento de uma competitiva indústria de calçados, voltada sobretudo para o público infantil.

Araçatuba vive, desde há alguns anos, momento de grande transformação em sua estrutura econômica. O início de operação da hidrovia Tietê-Paraná tem contribuído para atrair novos empreendimentos voltados para armazenagem, comércio ou, mesmo, para alguns nichos da indústria naval, como de reparos de barcos e barcaças, já em operação na cidade.

Possui um terminal hidroviário ligado ao distrito industrial, com empresas de reparos de barcos e de transporte e exportação. Situada às margens da hidrovia Tietê-Paraná e dispondo de extensas áreas férteis nas margens do rio, aptas para empreendimentos nas áreas de grãos, cítricos, cana-de-açúcar, calcário, cimento, fertilizantes e turismo, Araçatuba terá seu potencial econômico elevado por estar na rota do gasoduto Brasil-Bolívia. A oferta abundante de energia e a possibilidade de utilização de multimodalidade no transporte de mercadorias são fatores que se combinam e podem gerar uma sinergia que amplia o potencial da cidade e da região.

TABELA A.75
MESORREGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho	Municípios		População Total		Grau de
(Hab./Município)	Nº	%	Nº	%	Urbanização (%)
Menos de 5.000	37	40,66	120.459	9,01	71,33
De 5.001 a 10.000	27	29,67	199.128	14,89	79,76
De 10.001 a 20.000	17	18,68	210.402	15,73	81,55
De 20.001 a 50.000	7	7,69	247.251	18,48	88,69
De 50.001 a 100.000	2	2,20	130.514	9,76	94,88
De 100.001 a 200.000	1	1,10	103.511	7,74	97,51
De 200.001 a 500.000	1	1,10	326.315	24,40	93,44
Total	**91**	**100,00**	**1.337.580**	**100,00**	**87,12**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Situada no oeste paulista, a mesorregião é economicamente caracterizada pela atividade pecuária. É a nona em número de municípios e a 11ª em população, com cerca de 600 mil habitantes. No período 1980-96, ganhou população em termos absolutos, mas perdeu participação relativa na população estadual. Era a oitava em grau de urbanização em 1996.

Mais de 77% dos municípios da mesorregião possuem população inferior a 20 mil habitantes, abarcando 24% da população regional. Os municípios com menos de 5 mil habitantes são 42% do total, com grau de urbanização de 74% da população. Araçatuba é o único município com população superior a 100 mil habitantes, sendo 95,6% urbana.

O Regic classifica Araçatuba como de centralidade forte/média, registrando níveis de centralidade significativos para mais três cidades: Andradina (médio), Birigüi e Penápolis (médio/fraco).

• Aglomeração urbana de Bauru[53]

A aglomeração urbana de Bauru é composta dos municípios de Agudos, Bauru, Lençóis Paulistas e Pederneiras, que no conjunto abrigam 409 mil habitantes. Bauru, que possui quase 300 mil habitantes, sempre foi um importante entroncamento ferroviário de São Paulo. Na cidade, articulam-se diversos ramais, como a malha oeste da Rede Ferroviária Federal, recentemente privatizada, que se estende até Corumbá.

A malha rodoviária é outro componente importante da logística regional, viabilizando acesso a todo o território paulista. A partir da rodovia Castelo Branco, o principal acesso regional é propiciado pela rodovia Marechal Rondon, que corta a região no sentido leste-oeste, passando por Bauru.

Sede de região administrativa, Bauru é uma das mais promissoras cidades do interior do estado para novos investimentos. O município é considerado o maior entroncamento rodo-hidroferroviário do interior da América Latina. Tem ligação com a capital do estado por meio da rodovia Marechal Rondon com pista duplicada em todo o percurso. A cidade está integrada ao sistema rodoviário estadual e, por meio deste, às rodovias nacionais. O transporte ferroviário, operado pela Novoeste e pela Fepasa, é uma tradição na cidade e na região. Pela ferrovia, por meio da conexão sul, o município, há muito tempo, tem acesso aos mercados da Argentina e Uruguai. Em direção ao oeste paulista, chega-se ao Paraguai e Bolívia, norte da Argentina e, pelo Chile, ao Oceano Pacífico. A leste, as ferrovias levam aos portos de Santos e Paranaguá, e, ainda, permitem o acesso a zonas produtoras de matérias-primas siderúrgicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, e Cosipa, em Cubatão. A noroeste, que interliga os portos do Espírito Santo, Santos e de Paranaguá, também atua no transporte de minérios e combustíveis.

Bauru também é rota aeroviária. A cidade possui diversificado comércio atacadista, varejista e de prestação de serviços. No setor secundário, destaca-se o *agrobusiness* nos ramos de transformação de gêneros alimentícios, sucroalcooleiro e óleos vegetais. Seu parque industrial é diversificado.

A aglomeração urbana de Bauru é beneficiada diretamente pela hidrovia Tietê-Paraná, vivendo uma fase promissora com a entrega da eclusa da usina hidrelétrica de Jupiá. A hidrovia Tietê-Paraná passou a contar com 2.400 quilômetros navegáveis, ligando o interior de São Paulo até a Argentina. A consolidação da hidrovia Tietê-Paraná permite a estruturação de transportes intermodais

TABELA A.76
MESORREGIÃO DE ARAÇATUBA – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho (Hab./Município)	Municípios Nº	Municípios %	População Total Nº	População Total %	Grau de Urbanização (%)
Menos de 5.000	13	41,94	46.156	7,58	73,99
De 5.001 a 10.000	8	25,81	53.246	8,75	81,12
De 10.001 a 20.000	3	9,68	46.495	7,64	86,87
De 20.001 a 50.000	2	6,45	52.630	8,65	86,28
De 50.001 a 100.000	4	12,90	240.744	39,56	92,79
De 100.001 a 200.000	1	3,23	169.309	27,82	95,69
Total	**31**	**100,00**	**608.580**	**100,00**	**90,14**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

[53] Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Bauru não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

a partir de Pederneiras, que é hoje o principal terminal de cargas em funcionamento, pelo qual passa grande parte dos fluxos de mercadorias que circulam pela hidrovia. Já se encontra em funcionamento o terminal multimodal de Pederneiras, integrando os transportes rodo-hidro-ferroviários.

A aglomeração urbana de Bauru coloca-se como importante entreposto comercial de São Paulo, graças à logística ali instalada, e vem atraindo novos investimentos de diversos ramos de atividades, principalmente nos setores de alimentação e bebidas. Sua estrutura industrial está ainda muito concentrada na agroindústria, sobretudo no setor sucroalcooleiro. Mesmo assim, tem havido diversificação derivada dos novos investimentos instalados principalmente em Bauru e em Agudos.

Está localizada na mesorregião de Bauru, que abarca 3,5% da população estadual, e é a terceira em número de municípios. Localizada na região central do estado, situação privilegiada no espaço produtivo paulista, aí se encontra importante entroncamento rodo-hidroferroviário do interior.

A população da mesorregião apresentou crescimento absoluto no período 1980-96, com acréscimo na participação relativa da população estadual pouco significativo. É a sexta mesorregião do estado em grau de urbanização, com 90,66% da população morando em área urbana em 1996.

Possui três municípios com população superior a 100 mil habitantes: Bauru com mais de 200 mil, o que corresponde a 24% do total da mesorregião, Botucatu e Jaú, com pouco mais de 100 mil cada um. Possuem população inferior a 20 mil habitantes 73% dos seus municípios; 30% dos municípios têm menos de 5 mil habitantes e abrigam menos de 5% da sua população.

São cinco os municípios classificados pelo Regic/IBGE como de níveis de centralidade diferentes de fraco e muito fraco: Bauru – muito forte; Jaú – forte; Botucatu – forte/médio; Avaré – médio; Barra Bonita – médio/fraco.

- **Aglomeração urbana de Limeira/Rio Claro**

A aglomeração urbana de Limeira/Rio Claro tem por principal característica ser um conjunto de centros articulados, onde a articulação e a integração funcional ainda não são complexas. Cada centro exerce seu papel de cidade, mas estão todos articulados – quase conurbados – pelo eixo formado pela rodovia Anhangüera. São seis municípios: Limeira, Rio Claro, Araras, Leme, Iracemápolis e Cordeirópolis, que juntos abrigam uma população de 585 mil habitantes.

Limeira localiza-se na junção de duas das principais rodovias paulistas – Anhangüera (SP-330) e Washington Luiz (SP-310) – que ligam-na, respectivamente, à capital do país (Brasília) e ao interior do estado de São Paulo, na sua região noroeste. Está a 67 quilômetros do aeroporto de Viracopos e é servida pela malha da Fepasa . Está localizada no centro da produção de laranja e, também, na área de produção de cana-de-açúcar. Possui uma estrutura industrial diversificada, com destaque para a agroindústria, a metalurgia, metal-mecânica e bens de capital.

Rio Claro é beneficiada por expressivo conjunto de fatores, localizando-se nas proximidades de Limeira (30 quilômetros), Piracicaba (38 quilômetros), Campinas (82 quilômetros). A economia municipal está baseada na liderança da agroindústria sucroalcooleira. Seu parque industrial é diversificado, com destilarias de álcool e usinas de açúcar, indústrias de alimentos e de bens de capital.

TABELA A.77
MESORREGIÃO DE BAURU – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho	Municípios		População Total		Grau de
(Hab./Município)	Nº	%	Nº	%	Urbanização (%)
Menos de 5.000	16	30,77	58.217	4,79	74,05
De 5.001 a 10.000	10	19,23	75.525	6,21	78,02
De 10.001 a 20.000	12	23,08	163.344	13,44	81,04
De 20.001 a 50.000	8	15,38	238.246	19,60	90,20
De 50.001 a 100.000	3	5,77	183.001	15,06	94,39
De 100.001 a 200.000	2	3,85	204.477	16,82	94,05
De 200.001 a 500.000	1	1,92	292.566	24,07	98,28
Total	**52**	**100,00**	**1.215.376**	**100,00**	**90,66**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Limeira possui um *shopping center* de atuação regional, enquanto Rio Claro abriga um *campus* da Unesp.

A aglomeração urbana de Limeira/Rio Claro pertence à mesorregião de Piracicaba, que está localizada entre a mesorregião de Araraquara e a de Campinas. Na divisão administrativa estadual, ela localiza-se na região administrativa de Campinas.

No período 1980-96, a mesorregião de Piracicaba aumentou sua participação relativa na população estadual, tendo sua população acrescida em quase 400 mil habitantes.

Quase 60% dos municípios da mesorregião têm população inferior a 20 mil habitantes, reunindo 11% da população. Os dois maiores municípios, Piracicaba e Limeira, com populações superiores a 200 mil habitantes, abarcam quase 50% da população. A mesorregião tem, ainda, mais três municípios com população maior que 50 mil habitantes: Rio Claro com 150 mil habitantes, Araras com 95 mil habitantes e Leme com 77 mil habitantes, que abrigam outros quase 20% da população.

Piracicaba é classificada pelo Regic com nível de centralidade forte, Limeira e Rio Claro com o nível médio, Araras e Tietê com o nível médio/fraco.

- **Aglomeração urbana de Araraquara/São Carlos**

A aglomeração urbana de Araraquara e São Carlos caracteriza-se por ter as funções de pólo divididas entre os dois centros e não apresentar contigüidade, apesar da intensa inter-relação de funções. Compõem, também, a aglomeração urbana de Araraquara e São Carlos: Ibaté e Américo Brasiliense. Os quatro municípios abrigam uma população de 395 mil habitantes.

O sistema viário regional é composto de grandes rodovias. A rodovia Anhangüera, que corta a porção leste da mesorregião no sentido norte-sul, é a principal via de ligação de São Paulo com o Triângulo Mineiro e com a capital federal. A rodovia Washington Luiz passa por São Carlos e Araraquara, e liga a região a São José do Rio Preto. Além destas, existe um grande número de vias secundárias, muitas das quais com duas pistas de rolamentos.

Araraquara é uma das cidades mais prósperas da região central do estado. Cortada pelas rodovias Anhangüera e Washington Luiz, é servida pela Fepasa e em fevereiro de 1999 foi implantado um *citygate* (porta de entrada) do gasoduto Bolívia-Brasil.

Essas características tornam o município, que já se destaca pelo cultivo de cana-de-açúcar e da laranja, um importante centro de desenvolvimento de novos negócios e de escoamento de mercadorias, pela possibilidade de utilização multimodal dos meios de transporte. Entroncamento rodoferroviário, a 80 quilômetros da hidrovia Tietê-Paraná, o município beneficia-se de sua proximidade com São Carlos, pólo de alta tecnologia do estado.

São Carlos destaca-se como pólo de alta tecnologia graças às universidades existentes na cidade, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de São Carlos, com várias instituições de pesquisa. Sua localização estratégica, entre os principais municípios do interior paulista, e sendo servida por um sistema viário regional de bom nível, possibilitou o surgimento de um grande número de empresas industriais de grande e médio portes.

Sua estrutura industrial é ampla e diversificada, com vários compartimentos industriais, como a têxtil e a metal-mecânica, além de pequenas indústrias de alta tecnologia. É importante destacar que, com a entrada em operação da nova planta de motores da Volkswagen e da Audi, em São Carlos, deve ter ocorrido uma ampliação da participação da indústria de material de transportes na produção regional e, conseqüentemente, sua atratividade para receber outros investimentos produtivos, pois também contará com um *citygate* do gasoduto Brasil-Bolívia.

TABELA A.78
MESORREGIÃO DE PIRACICABA – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho	Municípios		População Total		Grau de
(Hab./Município)	Nº	%	Nº	%	Urbanização (%)
Menos de 5.000	6	25,00	19.072	1,70	69,76
De 5.001 a 10.000	2	8,33	16.976	1,51	80,02
De 10.001 a 20.000	6	25,00	83.628	7,46	84,81
De 20.001 a 50.000	5	20,83	136.156	12,14	84,61
De 50.001 a 100.000	2	8,33	173.822	15,50	94,34
De 100.001 a 200.000	1	4,17	153.389	13,68	96,90
De 200.001 a 500.000	2	8,33	538.495	48,01	91,31
Total	**24**	**100,00**	**1.121.538**	**100,00**	**90,71**

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

Além de grandes centros educacionais, as duas cidades-pólo possuem boa estrutura de serviços, com destaque para os *shopping centers*. O de Araraquara, já instalado há alguns anos; e o de São Carlos, recentemente inaugurado.

Contígua à mesorregião de Ribeirão Preto, a mesorregião de Araraquara tem sua economia voltada para agroindústria, notadamente da laranja e cana-de-açúcar. Está entre as menores mesorregiões em número de municípios e em décima posição em termos populacionais, sendo urbana 90% de sua população. A mesorregião aumentou sua participação relativa no total da população estadual nos últimos 16 anos.

Possui apenas um município com população inferior a 5 mil habitantes e 14 nas faixas que vão de 5 mil a 50 mil habitantes; 27% na faixa de 20 mil a 50 mil habitantes; 27% na faixa de 10 mil a 20 mil habitantes; e 22% na faixa de 5 mil a 10 mil habitantes. O único município na faixa de 50 mil a 100 mil habitantes é Matão, que abriga 10% da população da mesorregião. Os dois maiores municípios são Araraquara e São Carlos, com quase 200 mil habitantes cada um, e reúnem juntos mais de 50% da população regional. São esses dois municípios os classificados pelo IBGE no Regic como os de maiores níveis de centralidade: forte/médio. Todos os outros têm centralidade fraca ou muito fraca.

• Aglomeração urbana de Uberlândia[54]

Uberlândia é o principal centro regional do Triângulo Mineiro, cuja área de influência estende-se por municípios de Goiás e do Mato Grosso. Sua microrregião é a mais populosa do Triângulo Mineiro e as principais atividades econômicas são: uma agropecuária modernizada; um setor industrial com forte peso nos ramos do fumo e de alimentos, cuja dinâmica de crescimento propiciou à cidade a classificação como AIR (Diniz e Crocco, 1996) de crescimento acelerado e um setor de serviços dinâmico, com destaque para serviços sociais, de comunicação, de diversão e reparos e manutenção.

A rede urbana da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é a mais equilibrada de Minas Gerais, possuindo uma configuração parecida com a do estado visto como um todo, na qual predominam as cidades médias, que reúnem cerca de metade da população; a outra metade da população distribui-se de maneira equilibrada entre cidades pequenas e grandes cidades.

No Triângulo Mineiro, os municípios estão bem distribuídos dentro da classificação hierárquica, o que confere certo grau de complexidade na estrutura urbana[55]. Já no Alto Paranaíba a rede urbana é pouco densa. A mesorregião possui dois centros regionais e seis centros microrregionais, sendo polarizada por Ribeirão Preto (Lemos, 1991).

O Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba caracteriza-se economicamente por uma trajetória ascendente favorecida pela sua base mineral e baseada na agropecuária (e atividades complementares a ela) e em uma indústria em rápido crescimento. Possuindo fatores de atração como a dinâmica da economia regional, a malha viária, o potencial hidrelétrico e a proximidade de mercados consumido-

TABELA A.79
MESORREGIÃO DE ARARAQUARA – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR CLASSE DE TAMANHO POPULACIONAL (1996)

Classe de Tamanho (Hab./Município)	Municípios Nº	Municípios %	População Total Nº	População Total %	Grau de Urbanização (%)
Menos de 5.000	1	5,56	3.446	0,52	64,13
De 5.001 a 10.000	4	22,22	29.537	4,44	87,46
De 10.001 a 20.000	5	27,78	58.876	8,85	79,19
De 20.001 a 50.000	5	27,78	153.123	23,01	88,54
De 50.001 a 100.000	1	5,56	68.506	10,29	95,97
De 100.001 a 200.000	2	11,11	352.083	52,90	92,75
Total	18	100,00	665.571	100,00	90,53

Fonte: IBGE (Contagem Populacional de 1996).

[54] Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Uberlândia não foi considerada aglomeração urbana não-metropolitana.

[55] Segundo a hierarquia urbana da Fundação João Pinheiro, a mesorregião, possui uma cidade com nível de centralidade 2, uma com nível de centralidade 3, duas com nível de centralidade 5, duas com nível de centralidade 7, três com nível de centralidade 8, três com nível de centralidade 9, sete com nível de centralidade 10, quatro com nível de centralidade 11, duas com nível de centralidade 12 e cinco com nível de centralidade 13.

res, a mesorregião é uma das mais promissoras do estado.

Uberaba, segunda cidade da mesorregião, tem base econômica assentada em uma pecuária dinâmica na absorção de emprego e pioneira no aprimoramento genético do rebanho bovino, e em um setor industrial no qual se destaca o ramo de química, o que lhe confere a classificação como AIR de crescimento acelerado (Diniz e Crocco, 1996). Apesar de seu dinamismo, Uberaba vem perdendo capacidade de polarização para Uberlândia, que se consolida como o principal centro urbano da mesorregião.

A base econômica das demais microrregiões pertencentes a esta mesorregião é a agropecuária, com a exceção de Araxá, onde a extração mineral é o maior destaque, com presença significativa também da indústria, nos ramos moveleiro e químico. A extração mineral também ocupa lugar de destaque na microrregião de Patos de Minas.

A aglomeração de Uberlândia apresenta elevados percentuais de cobertura de infra-estrutura, com todos os municípios com esgotamento sanitário em 90% ou mais de seus domicílios. Na telefonia, Uberaba e Uberlândia destacam-se no percentual de atendimento. Isso se explica porque Uberaba e Uberlândia são atendidas pela CTBC – Companhia de Telefones do Brasil Central, sediada em Uberlândia, e considerada uma das mais modernas e eficientes empresas do setor. A energia elétrica é farta, devido à proximidade de usinas hidrelétricas. Uberaba e Uberlândia dispõem, também, de uma boa infra-estrutura de transportes. Sua rede viária é densa e ligada por rodovias asfaltadas até Belo Horizonte, São Paulo, Brasília, Goiânia, Pirapora e Montes Claros. A mesorregião, é atendida pelo serviço de transporte ferroviário da Fepasa e RFFSA, ligando-se a Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo e Santos. Conta, ainda, com aeroportos com linhas comerciais regulares. Uberlândia possui uma universidade federal e diversas faculdades privadas.

- **Aglomeração urbana de Barra Mansa/Volta Redonda**

Esta aglomeração está localizada na mesorregião sul, segunda em importância econômica no estado do Rio de Janeiro, e vem tendo sua economia fortalecida pelos novos investimentos. Sete municípios da mesorregião tinham, em 1985, percentuais de valor adicionado na indústria superiores a 65%.

É também a segunda mesorregião em tamanho populacional, compreendendo 12 municípios de porte variado, e com grau de urbanização elevado (90,36%). A distribuição de seus municípios por classes de tamanho é bastante equilibrada, com um município, Volta Redonda, com população superior a 200 mil habitantes, dois na faixa de 100 mil a 200 mil habitantes, três com população variando de 50 mil a 100 mil habitantes, três entre 20 mil e 50 mil habitantes e três com população inferior a 20 mil habitantes.

Metade de seus municípios tem centralidade muito fraca. Volta Redonda e Barra Mansa apresentam nível de centralidade forte/médio; Resende, Valença e Barra do Piraí, nível médio.

Na aglomeração urbana de Barra Mansa/Volta Redonda, destacam-se os municípios de Volta Redonda e Resende, com indicadores sempre superiores aos demais, com mais de 90% de seus domicílios atendidos por rede de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, e 99% dos domicílios atendidos com energia elétrica. Os demais municípios apresentam percentuais sempre acima de 60%.

- **Aglomeração urbana do Vale do Aço**

A aglomeração urbana constituída originariamente pela conurbação Ipatinga/Coronel Fabriciano/Timóteo vem atravessando um processo de redefinição espacial, com a expansão em direção a uma periferia em formação, onde facilidades de transporte e comunicação, ao longo do eixo rio/ferrovia/rodovia, orientam a localização das atividades econômicas e induzem a expansão urbana.

No que se refere às funções urbanas, cabe, em primeiro lugar, destacar que a aglomeração urbana do Vale do Aço funciona como uma única cidade, possuindo fortes tendências à complementaridade funcional[56] e um intenso fluxo de movimentos pendulares moradia/trabalho[57].

A aglomeração urbana do Vale do Aço é bastante importante no aspecto industrial, tanto para o país como para o estado. Nela estão localizadas empresas de grande porte, que respondem pelo segundo maior PIB (microrregional) do estado (FJP, 1996), o que seria, por si só, suficiente para classificar a aglomeração como *cidade industrial*. Há, no entanto, que se chamar a atenção para o fato de que a tendência à caracterização da aglomeração urbana do Vale do Aço apenas como pólo secundário pode perder significado ao longo do tempo, tendo em vista a ampliação de sua importância como centro regional de ser-

[56] A respeito, consultar Costa (1995) e Teixeira (1974).

[57] O Plano de Desenvolvimento Integrado da aglomeração urbana do Vale do Aço mostrava, por meio de contagem volumétrica de veículos no trecho da BR-381 dentro do aglomerado, que cerca de 90% dos movimentos diários eram internos ao aglomerado. Pesquisa domiciliar realizada pelo Geipot – Empresa Brasileira de Planejamento e Transportes, em meados da década de 80, detectou uma elevada taxa de deslocamento intermunicipal por ônibus, sendo a maior parte destas por motivo de trabalho.

viços. Internamente à aglomeração, a classificação por funções é ainda mais complexa, dadas as constantes transformações pelas quais este espaço vem passando. Até meados da década de 70 podia-se caracterizar Coronel Fabriciano como centro de serviços, e Ipatinga e Timóteo como cidades industriais. A partir daí, tal caracterização perde sentido. Nos últimos anos, Ipatinga vem tomando a dianteira como pólo terciário e na capacidade de absorção populacional; pequenos municípios do entorno recebem atividades industriais de peso (como Belo Oriente, sediando a Cenibra e Santana do Paraíso, sediando o distrito industrial de Ipatinga); Timóteo diversifica sua base econômica com o crescimento do terciário, e Coronel Fabriciano recebe um afluxo de pequenas indústrias.

Na aglomeração urbana do Vale do Aço, enquanto os municípios menores que funcionam como dormitório apresentam maiores carências urbanas e sociais, os três maiores municípios possuem melhor desempenho. Timóteo apresenta melhores indicadores de infra-estrutura urbana do que Ipatinga e Coronel Fabriciano. Falar sobre a infra-estrutura urbana da aglomeração implica explicitar heterogeneidade interna. Ipatinga e Timóteo possuem em seu interior duas cidades distintas: a cidade da empresa (bairros construídos pela Usiminas e Acesita para seus trabalhadores), com níveis de atendimento de água e esgoto próximos a 100%, e a cidade pública, com baixos níveis de atendimento em saneamento básico e telefonia. Cabe aqui ressaltar que, no caso de Ipatinga, os indicadores de 1991 encontram-se bastante defasados, pois entre 1992 e 1997 foi realizado um grande esforço na ampliação das redes de água e esgoto e na cobertura de coleta de lixo (a coleta de lixo atingiu, segundo dados da própria prefeitura, a marca dos 100% em 1996, e as redes de água e esgoto passaram a atender mais de 90% dos domicílios). No que se refere à destinação dos resíduos, apenas Ipatinga conta com um aterro sanitário, que recebeu prêmios nacionais e internacionais de qualidade.

A aglomeração urbana do Vale do Aço é atendida por uma rede de transportes completa. A Ferrovia Vitória Minas liga a aglomeração à Itabira, em uma ponta, e ao Oceano Atlântico, através do complexo portuário Vitória-Tubarão no Espírito Santo, na outra ponta. O aeroporto de Ipatinga possui linhas diárias regulares para Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. O sistema rodoviário, que liga a aglomeração urbana do Vale do Aço a Belo Horizonte e a Vitória, é, entretanto, inadequado para o seu volume de trânsito, contando com uma estrada estreita e em mau estado de conservação.

- **Aglomeração urbana de Cabo Frio**

Cabo Frio, o município mais importante da mesorregião das Baixadas, é o único com população superior a 100 mil habitantes. Dois outros municípios possuem população superior a 50 mil habitantes: Araruama e São Pedro da Aldeia. Estes três municípios são, segundo o Regic/IBGE, classificados com nível de centralidade diferente de muito fraco. Os dois primeiros possuem centralidade média/fraca e São Pedro da Aldeia centralidade fraca.

É a mesorregião fluminense que mais cresceu em termos populacionais no período. Tem no setor terciário a maior concentração de atividades da maioria de seus municípios, notadamente aquelas ligadas ao turismo. Em 1996, o grau de urbanização de sua população era de 85,92%, possuindo apenas um município com urbanização inferior a 83%: Silva Jardim.

Na aglomeração de Cabo Frio, o município de Arraial do Cabo, com população de cerca de 20 mil habitantes, é o que possui melhor infra-estrutura. A cobertura dos serviços está na faixa de 60% a 90% dos domicílios. Praticamente não existe rede de esgotamento sanitário, sendo a fossa séptica a solução utilizada.

- **Aglomerações urbanas de Itajubá/Pouso Alegre, Itabira/João Monlevade e Varginha/Três Corações[58]**

Essas aglomerações urbanas possuem espacialidades semelhantes, a despeito de desempenharem diferentes papéis funcionais.

Os subsistemas de cidades articuladas de Itajubá/Pouso Alegre e Itabira/João Monlevade cumprem a função de *cidade industrial*. O primeiro deles é uma AIR de crescimento acelerado, na qual se destacam os ramos de transporte, metalúrgica, eletroeletrônica, alimentícia e couros/peles/vestuário/calçados. O segundo subsistema, localizado na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte, possui uma indústria metalúrgica e uma extração mineral de porte – a indústria metalúrgica ocupa 30,53% da PEA de Monlevade e a extração mineral ocupa 34,50% da PEA de Itabira, segundo Ferreira (1996) –, mas é considerada uma área de baixo dinamismo, cujo ritmo de crescimento vem declinando nos últimos anos.

Já o subsistema Varginha/Três Corações apresenta múltiplas funções. Varginha, principal centro urbano do subsistema, funciona como centro de comercialização e como centro de serviços regionais, sobretudo nos setores de saúde, comunicação, diversão e serviços sociais. Três Corações, centro de segunda importância no subsistema, funciona como cidade industrial; 43,33% da sua PEA está ocupada no setor industrial , em que se destaca o ramo metalúrgico; a indústria metalúrgica ocupa sozinha 18,81% da PEA (Ferreira, 1996).

[58] Na classificação final da Rede Urbana do Brasil, Itajubá/Pouso Alegre e Varginha/Três Corações não foram consideradas aglomerações urbanas não-metropolitanas.

Os subsistemas Itajubá/Pouso Alegre e Varginha/ Três Corações, localizados no sul/sudoeste de Minas, apresentaram a maior parte dos indicadores de saneamento acima de 90%, assemelhando-se muito aos dois centros regionais de sua mesorregião. Também possuem infra-estrutura de transportes adequada, com a existência de um sistema viário regional e ligações com São Paulo e Belo Horizonte, pela rodovia Fernão Dias.

Já a aglomeração Itabira/João Monlevade possui indicadores um pouco piores, porém superiores àqueles apresentados pela Região Metropolitana de Belo Horizonte e pela aglomeração urbana do Vale do Aço. Internamente ao subsistema, João Monlevade destaca-se nos indicadores, mas perde lugar para Itabira quando se considera a qualidade dos serviços. Itabira, apesar de possuir uma cobertura de coleta de lixo mais baixa que a de Monlevade, possui aterro sanitário e coleta seletiva, enquanto Monlevade deposita seus resíduos em um lixão próximo ao principal rio da região. Da mesma forma que o Vale do Aço, ao mesmo tempo em que dispõe de um sistema rodoviário de má qualidade, possui uma rede ferroviária de importância-chave no escoamento de sua produção.

2.3.8 Centros urbanos[59]

No estado de São Paulo, foram identificados diversos centros urbanos isolados. Eles são apresentados a seguir.

Presidente Prudente, com população total municipal de 177.367 habitantes, tem uma forte concentração de atividades econômicas no setor primário. Prevalecem no município grandes propriedades destinadas à pecuária bovina extensiva ou ao plantio de culturas temporárias. Cana-de-açúcar e milho respondem pelos maiores cultivos da região; em seguida vêm o feijão, a mandioca e a mamona.

Em termos industriais, predominam segmentos relacionados com a produção de bens de consumo não-duráveis, em que se destacam os encadeamentos com a atividade pecuária, sobretudo frigoríficos, além de outros produtos alimentícios e de origem agrícola.

Em Presidente Prudente, além de um *campus* importante da Unesp, desenvolveu-se uma razoável estrutura comercial e diversos outros segmentos do setor de serviços.

Piracicaba, com população total municipal de 302.886 habitantes, é conhecida por ser um pólo regional ligado à agroindústria sucroalcooleira e por abrigar a sede da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), o Centro de Energia Nuclear na Agricultura, instalado dentro do *campus*, e a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep).

Tem uma localização privilegiada e beneficia-se de excelente infra-estrutura de transportes e elevado grau de especialização em tecnologia agrícola. Está a 37 quilômetros de Limeira, 30 quilômetros de Americana, 71 quilômetros de Campinas. Tem como principais acessos as rodovias SP-304 e SP-135, que se conectam com a via Anhangüera em direção a Campinas e São Paulo. Tem, também, um ramal ferroviário da Fepasa e está muito próxima da hidrovia Tietê-Paraná.

Franca, com população total municipal de 267.235 habitantes se caracteriza por ter as terras menos férteis da região. Especializou-se na pecuária e na atividade curtumeira até tornar-se o maior pólo calçadista do país, com forte presença no mercado nacional e grandes volumes de exportação para diversos países do mundo. Situada no nordeste do estado de São Paulo, é o principal pólo de calçados do país e o maior núcleo exportador de calçados masculinos, com cerca de 90 empresas vendendo para o exterior.

No seu entorno, desenvolve-se moderna agroindústria de açúcar e álcool e de processamento de soja, concentrada nos municípios de São Joaquim da Barra, Orlândia, Morro Agudo, Sales de Oliveira e Batatais. Franca e região são também centro produtor de café e desenvolvem tradicional pecuária de corte e de leite. Tem uma tradição colonial de pólo diamantário, especializado na lapidação e comercialização de gemas de diamante.

Em decorrência de sua proximidade com Ribeirão Preto e a fronteira com Minas Gerais (Triângulo Mineiro), é importante centro de redistribuição da produção beneficiada da região e de produtos industrializados para os principais centros consumidores de São Paulo e Minas Gerais.

Marília, com 178 mil habitantes, polariza ampla área do sudoeste do estado de São Paulo, com articulações que se estendem a vários municípios do norte do Paraná. Em parte, a estruturação dessa área de influência é resultado do processo de ocupação da região, a partir da expansão da lavoura cafeeira e, depois, do algodão, ainda ao final dos anos 30 e início da década de 40.

Marília retrata a história de cidades cuja estrutura cafeeira ainda não havia maturado às vésperas da crise dos anos 30, possibilitando, com isso, uma resposta rápida à erradicação do café e sua substituição pelo algodão. A cultura algodoeira viabilizou uma significativa expansão da indústria de beneficiamento, propiciando a acumulação de capital que sustentaria a posterior diversificação da indústria local.

[59] Constituem os centros urbanos que não integram aglomerações urbanas.

Hoje, a cidade é um importante centro universitário com três *campi* da Unesp, Universidade de Marília (Unimar) e de outro centro de formação superior. Possui *shopping center* de nível regional e diversos distritos industriais instalados para atrair novas empresas.

Bragança Paulista, com população total municipal de 110.083 habitantes, pertence à região administrativa de Campinas e tem a rodovia Fernão Dias cortando o município no sentido norte/sul. Possui um *campus* da Universidade São Francisco, que oferece grande gama de cursos universitários, de extensão e especialização em várias áreas, o que tem contribuído para a maior diversificação das atividades econômicas do município.

Bragança Paulista, que nasceu como um entreposto comercial para atender ampla área do norte de São Paulo e sul de Minas, continua sendo um centro de serviços para vasta zona que procura a cidade como ponto de abastecimento, centro de serviços médicos, de educação e serviços bancários.

Localizado em posição estratégica, entre importantes rodovias (Anhangüera, Bandeirantes e D. Pedro I), e próximo da Grande São Paulo e da aglomeração urbana de Campinas, Jundiaí é um dos centros mais dinâmicos do estado. Pertence à região administrativa de Campinas e fica a apenas 60 quilômetros da capital, 38 quilômetros de Campinas, 47 quilômetros do aeroporto de Viracopos e 70 quilômetros do aeroporto de Guarulhos. Jundiaí apresenta uma estrutura industrial em expansão.

Itapetininga, com população total municipal de 112.340 habitantes, teve seu apogeu no segundo *rush* cafeeiro no início do século. Situada às margens da rodovia Raposo Tavares, é um importante entroncamento na derivação da rodovia SP-127, que faz a ligação com todo o sudoeste do estado de São Paulo e com o norte do Paraná, por meio das rodovias SP-258 (que liga Capão Bonito a Apiaí e Ribeira) e SP-250 (que liga Capão Bonito a Itapeva e Itararé).

Dos centros urbanos mineiros, Divinópolis, no oeste de Minas, e Juiz de Fora, na Zona da Mata, são cidades industriais. A primeira é classificada como AIR de rápido crescimento (Diniz e Crocco, 1996), concentrando suas atividades industriais no ramo metalúrgico (que ocupa sozinho 15,65% da PEA de Divinópolis). Juiz de Fora, embora classificada como AIR estagnada, vem, nos últimos anos, revertendo o processo de estagnação e recebendo importantes investimentos industriais, em especial no ramo de transportes e metalúrgico, tendo também uma indústria consolidada nos ramos têxtil e de papel.

Como centros de comercialização, destacam-se Teófilo Otoni e Governador Valadares. Nos dois casos, o comércio atacadista cumpre a função de produção de pedras preciosas do nordeste mineiro, no caso de Teófilo Otoni, e de produção agropecuária tradicional e florestal da mesorregião, do rio Doce, no caso de Valadares.

Barbacena é um centro de serviços regionais, com destaque para serviços tradicionais como médico, de ensino e sociais. Poços de Caldas combina as funções de cidade industrial com as de centro de serviços regionais. Os demais centros regionais mineiros possuem múltiplas funções.

Os sistemas urbanos capixaba e carioca, marcados pela concentração não só da população, como também das funções e atividades urbanas nas regiões das capitais, conservam seus centros regionais tradicionais, em pequeno número, distribuídos pelo interior, mantendo seus papéis, ao mesmo tempo em que alguns novos centros surgiram nos últimos 20 anos em função principalmente de projetos implantados no norte e no litoral dos estados.

Assim, na mesorregião norte do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, com população total municipal de 389.597 habitantes, passa a dividir com Macaé, com 121.166 habitantes, as funções de centros regionais. O município de Macaé praticamente dobrou sua população nos últimos 15 anos, devido à presença da Petrobrás. Segundo o Regic, cabe a Macaé a classificação de nível de centralidade médio/forte; a Campos, de forte/médio. O grau de urbanização da mesorregião é de 81,29%.

Localizado na mesorregião centro, a que possui o maior número de municípios com predominância de atividades do setor primário do estado do Rio, Nova Friburgo, com centralidade forte para média, é o maior município da mesorregião. Apresentava os maiores percentuais da PEA nos setores da indústria de transformação e construção civil da mesorregião. O grau de urbanização para os municípios da mesorregião era, ainda em 1996, muito baixo. Petropólis e Teresopólis, com nível de centralidade médio/fraco, pertencem à mesorregião metropolitana do Rio de Janeiro.

O padrão de desenvolvimento urbano do estado do Espírito Santo diferencia-se dos demais estados da região Sudeste, apresentando poucos centros de porte comparáveis aos dos estados vizinhos. Linhares, localizado na mesorregião litoral norte espírito-santense, tem sua economia centrada nas atividades terciárias, comércio varejista e atacadista, apresentando ainda potencial no setor de turismo. Esta mesorregião tem passado nas duas últimas décadas por grande transformação econômica, a partir da implantação da Aracruz Celulose, com plantações de eucalipto que se estendem por vários municípios e com a indústria localizada no município de Aracruz e, também, com a presença da Petrobrás no município de São Mateus. São Mateus possui economia diversificada, destacando-se o setor terciário. No setor secundário, sobressaem-se as indústrias de metalurgia e produtos alimentares. Na microrregião de Linhares, apenas um município tinha percentuais do valor adicionado na agropecuária superiores a 59%. No que diz respeito

ao valor adicionado na indústria, três municípios nesta microrregião apresentavam percentuais superiores a 59%. O município de Linhares era o que apresentava maior percentual de valor adicionado da mesorregião nas atividades de comércio (54,2) e serviços (3,1) somadas. Em 1996, 72,58% da população da mesorregião era urbana. Os maiores graus de urbanização ficavam com os municípios de Pedro Canário (92,01%) e Aracruz (83,78%).

Segundo o Regic, esta mesorregião tem um município com centralidade forte/média (Linhares) e um município com centralidade média (São Mateus), os cabeças das microrregiões de mesmos nomes. Todos os demais têm centralidade muito fraca. Os municípios da microrregião de Montanha, no limite norte do estado, são polarizados por municípios baianos.

Colatina localiza-se na mesorregião noroeste espírito-santense, mesorregião menos urbanizada do estado e também a economicamente menos dinâmica. Metade dos municípios dessa mesorregião perdeu população em termos absolutos na década de 80. Predominam os municípios com população inferior a 20 mil habitantes (oito municípios). Apenas Colatina possui mais de 100 mil habitantes. A mesorregião não tem nenhum município na faixa de 50 mil a 100 mil habitantes. A maioria de seus municípios tem no setor primário a concentração de suas atividades. Na microrregião de Colatina, à exceção deste município, cujo valor adicionado nas atividades de comércio e serviços soma 70%, os demais possuíam participação do valor adicionado do setor agropecuário variando de 48,8% a 61,7%. Centro tradicional, Colatina possui economia diversificada, com destaque para o setor terciário, principalmente comércio atacadista e varejista.

O município de Colatina é classificado, segundo o Regic, como de centralidade forte para média. Os outros dois municípios que apresentam, segundo o IBGE, graus de centralidade na mesorregião são Barra de São Francisco e Nova Venécia, classificados como de centralidade média para forte. Os municípios localizados na fronteira com Minas Gerais, notadamente os da microrregião de Barra de São Francisco, são fortemente polarizados por municípios mineiros.

Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim, situados na mesorregião sul espírito-santense, eram, segundo dados dos censos econômicos de 1985, os únicos municípios da mesorregião que possuíam percentuais de valor adicionado na indústria acima de 25%, com, respectivamente, 43,8% e 62,2%. Nas atividades de comércio e serviços, considerando-se a soma do valor adicionado destes dois setores, destacam-se os municípios de Alegre (65,1%), Guaçuí (64,3%), Cachoeiro de Itapemirim (69,4%), Castelo (66,1%) e São José do Calçado (72,3%). Na década de 80, a mesorregião sofreu um acréscimo de população de 19%, compreendendo 72.335 novos habitantes, que se localizaram principalmente em Cachoeiro de Itapemirim, Itapemirim, Iúna, Alegre e Ibatiba. Em 1996, apenas Cachoeiro de Itapemirim tinha população superior a 100 mil habitantes. O Regic indica quatro municípios dessa mesorregião com centralidade diferente de muito fraca: Cachoeiro de Itapemirim – centralidade forte/média; Alegre – centralidade média; e Guaçuí e Castelo – centralidade média/fraca. A economia de Cachoeiro de Itapemirim é forte e bem diversificada, destacando-se a indústria e o comércio. O ramo de extração e beneficiamento de minerais é o que mais tem contribuído para o incremento industrial, embora esteja havendo uma diversificação na sua indústria. O município é o maior centro comercial e de serviços do sul do estado.

3 Considerações Finais

A região Sudeste, a despeito de ser a mais desenvolvida do país e onde há a mais densa e equilibrada rede urbana, apresenta diferenças intra-regionais patentes e muitos contrastes entre sub-regiões com altas taxas de crescimento e altos padrões de urbanização e qualidade de vida, e sub-regiões de grande pobreza, completamente excluídas dos movimentos da localização produtiva atuais, onde o leque das carências varia da falta de macroinfra-estrutura aos mais elementares serviços básicos nos centros urbanos.

No conjunto dos quatro estados da região, existem perspectivas de dinamização do desenvolvimento, em que se projeta a continuidade da ampliação da participação dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro no valor da transformação industrial do país, embora persista o peso destacado da economia e rede urbana paulistas no conjunto da região e do país. Ao mesmo tempo, a heterogeneidade interna presente nesses estados continua longe de ser sanada, posto que a localização dos novos investimentos previstos continua concentrada nas sub-regiões mais bem equipadas em termos de infra-estrutura e estrategicamente localizadas, apesar da guerra fiscal. Ou seja, as sub-regiões mais desenvolvidas, aquelas que receberam a maior parte dos investimentos e benefícios decorrentes do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento e da interiorização da indústria, no caso de São Paulo, continuam sendo *locus* privilegiado dos principais investimentos realizados na década de 90, assim como daqueles previstos para futuro próximo.

A rede urbana estruturada a partir desses processos tende, portanto, a manter o desenho que hoje apre-

senta. Nesse desenho, ressalta-se a forte concentração de população e atividades nas regiões metropolitanas, especialmente no caso da metrópole do Rio de Janeiro em relação ao seu estado. Esta metrópole forma, junto com São Paulo, o topo da rede urbana brasileira, o que, por si só, já configura um aspecto fundamental na caracterização da rede urbana da região Sudeste. Vale registrar, porém, que as duas aglomerações, especialmente a última, estão consolidando-se na posição de cidades mundiais, para o que muito têm contribuído a abertura comercial e a reestruturação industrial por que tem passado a economia nacional. Essas transformações recentes têm favorecido tanto o mencionado processo de interiorização do desenvolvimento e a relocalização de novos investimentos em cidades médias e de boa infra-estrutura econômica e social quanto o crescimento de importância dos chamados setores de serviço superiores, associados à integração da economia brasileira ao mercado internacional. Está consolidando-se, assim, o papel das metrópoles mundiais brasileiras enquanto centros decisórios, financeiros e do terciário de alto nível, integrados aos fluxos internacionais de capitais. A notória condição das disparidades internas de sua estrutura urbana – elevados índices de violência, precarização das relações de trabalho, subemprego, desemprego, carência de infra-estrutura urbana, além de condições aviltantes de moradia e transportes – deve, porém, ser destacada como parte importante da caracterização do perfil dessas grandes aglomerações.

Assim, as chamadas novas territorialidades resultam, no Sudeste, de pequenas alterações, que beneficiam e fortalecem estruturas urbanas dinamizadas nas duas últimas décadas (1980 e 90). Neste conjunto, estariam contidas, especialmente, aquelas sub-regiões decorrentes da interiorização da economia paulista, ou seja, um conjunto seleto de aglomerações com vantagens comparativas, em que se destaca a Região Metropolitana de Campinas, bem como aquelas que mais se beneficiaram das inversões associadas ao segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, realizadas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, como já foi mencionado.

O desafio das políticas territoriais consiste, portanto, na redução das disparidades intra-urbanas, verificadas nas grandes aglomerações, assim como no fomento a novas atividades, buscando potencializar as sub-regiões mais estagnadas. Estas, com inserção precária na divisão inter-regional do trabalho e incapazes de concorrer com as demais, em termos de infra-estrutura instalada, dificilmente poderão desenvolver suas potencialidades e sair dessa situação sem a intervenção estatal. Como exemplo dessa preocupação, pode-se citar a ação do governo mineiro, que vem buscando soluções para o Vale do Jequitinhonha, a mesorregião mais pobre do estado, apostando na agroindústria e no processamento de madeira. Pode-se citar, também, a ação do governo do estado do Rio de Janeiro, que busca reverter a situação do norte do estado, mesorregião eminentemente agrícola, porém decadente, por meio da agroindústria, ou, ainda, seus esforços com vistas a desenvolver uma base produtiva em direção a patamares de tecnologia superiores, o que implica não só a elevação dos níveis de escolaridade da mão-de-obra, mas também a dinamização das atividades de alta intensidade de tecnologia, as quais têm, na região Sudeste, as mais importantes expressões presentes na economia nacional.

Região Sul

1 Introdução

O objetivo deste capítulo é identificar os principais determinantes econômicos das transformações ocorridas na rede urbana da região Sul, articulando a avaliação das alterações no perfil e na morfologia do sistema de cidades aos processos correlatos de mudança socioeconômica e demográfica, ocorridos no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Neste contexto, procura-se avaliar os principais determinantes da evolução das economias regionais, identificando as espacialidades urbanas decorrentes das transformações e tendências do desenvolvimento regional.

Para realização do trabalho, procedeu-se a uma série de levantamentos de dados e informações junto a secretarias estaduais e órgãos produtores de dados, bem como foram feitas entrevistas qualificadas, visando apreender os processos de desenvolvimento peculiares a cada um dos três estados da região Sul.

As principais fontes de informação utilizadas pelo estudo são, assim, provenientes de pesquisa em órgãos públicos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bancos de dados produzidos pelo Nesur/IE/Unicamp, baseados em informações procedentes do IBGE e de outras fontes que contribuíram para melhor qualificar as análises realizadas. A partir da tabulação do Censo Demográfico de 1980 e da Contagem Populacional de 1996 para a base do Censo Demográfico de 1991, foi possível produzir um conjunto de mapas georreferenciados no banco de dados, que se encontram apresentados neste trabalho.

Integram este capítulo dois itens, além desta introdução. O item 2 – Caracterização da Rede Urbana Regional – sintetiza a evolução do perfil da rede urbana regional, discutindo a distribuição das classes de tamanho das cidades, com base na *Análise de Agrupamento*. Além disso, apresenta, ainda, o estudo da morfologia e das funções da rede urbana da região Sul, e de sua evolução ao longo do período 1980-96. O item 3 – Considerações Finais – contém um sumário de conclusões, contemplando, também, uma discussão preliminar sobre as tendências de desenvolvimento da rede urbana sulina.

2 Caracterização da Rede Urbana Regional

2.1 Perfil da Rede Urbana Regional

A principal característica da rede urbana da região Sul é a conjunção de dois movimentos simultâneos. De um lado, a concentração cada vez maior da população em aglomerações urbanas – espaços qualificados como áreas de concentração tanto populacional quanto da atividade econômica, constituídos por um conjunto de municípios com crescimento elevado (sempre superior ao crescimento médio do estado) e contínuo (desde os anos 70 ou 80) –, reforçando a concentração da população em determinadas áreas, um processo comum nos três estados do Sul. Em 1991, 61,3% da população da região Sul vivia em cidades com mais de 50 mil habitantes, a maioria integrando as espacialidades de concentração, numa participação que, em 1996, atingiu 62,37%. De outro lado, também é significativo o número de municípios que se enquadram na categoria de crescimento menor que 1% a.a., ou com decréscimo de população. No período 1980-91, o número de municípios nessa categoria chega a representar 76,2% dos municípios do Paraná, 54,9% dos de Santa Catarina e 66,6%

dos municípios do Rio Grande do Sul. Chama a atenção que, destes, a grande maioria já passava por um processo de esvaziamento desde a década de 70. Ou seja, dos municípios enquadrados nessa categoria de crescimento, entre 1980 e 1991, no Paraná, 81,7% já perdiam população desde a década de 70; em Santa Catarina, 61,3% dos municípios tinham essa condição; e no Rio Grande do Sul, 59%.

Até a década de 70, o crescimento da região Sul esteve associado à sustentação das áreas rurais, com a atividade agropecuária em expansão e a uma industrialização incipiente. Com a modernização da agropecuária e o incremento da atividade industrial, entre 1970 e 1980, o Rio Grande do Sul já vivia sinais generalizados de esvaziamento, e o Paraná já apresentava fortes áreas de evasão, principalmente no norte e noroeste do estado. Santa Catarina, por seu turno, ainda mantinha um crescimento elevado. Nos três estados, os núcleos concentradores de população já estavam se definindo: no Rio Grande do Sul, consolidava-se a área metropolitana de Porto Alegre e os centros urbanos de Caxias do Sul, de Ijuí e de Passo Fundo e Pelotas; no Paraná, além da configuração da área metropolitana de Curitiba, já despontavam como concentradores os núcleos de Londrina e Maringá; em Santa Catarina, definiam-se os núcleos de Blumenau, Joinville e Florianópolis.

Nos anos 80, o crescimento urbano expandiu-se associado à persistência do esvaziamento rural para novas áreas. Esse processo intensifica-se no noroeste do Rio Grande do Sul, passa a incluir as mesorregiões oeste e sudoeste do Paraná e também tem início no oeste catarinense. Consolidam-se as aglomerações metropolitanas e as aglomerações urbanas não-metropolitanas que se formaram na década anterior, ao redor de núcleos concentradores, e in ciam-se novas concentrações, como as de Cascavel/Toledo e Foz do Iguaçu, no Paraná; Itajaí, em Santa Catarina; e Pelotas/Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Concomitantemente, inicia-se a configuração de manchas urbanas contínuas nos centros urbanos concentradores dos três estados. Nessa época, também já se verifica um crescimento bastante intenso nos municípios litorâneos.

Os anos 90 apontam para a continuidade do esvaziamento rural generalizado, incorporando novas áreas sem, contudo, ter-se esgotado o esvaziamento das *áreas pioneiras*. Esse esvaziamento, em 1991, ocorria em 78,1% dos municípios da região Sul, significando que prosseguia seu curso, em que pese o fato de que, agora, sobre volumes de população já bastante reduzidos. O Paraná é o estado com a maior proporção de municípios nessa condição. Percebe-se, também, o início do decréscimo da população urbana em alguns centros, podendo-se considerar que, no contexto demográfico da região Sul, esse é o comportamento mais explicativo do momento de transição. Paralelamente, verifica-se a ocorrência da imigração de retorno, mais elevada no Rio Grande do Sul e Paraná[60].

As aglomerações urbanas reforçam-se, apresentando crescimento extremamente elevado dos municípios periféricos e pequena redução do crescimento da população dos municípios-núcleo dessas aglomerações. A aglomeração metropolitana de Porto Alegre começa a expandir-se na direção de pequenas aglomerações vizinhas, como Lajeado/Estrela, Santa Cruz do Sul/Montenegro, inserindo-as numa dinâmica comum. Articulação similar também ocorre nas aglomerações do leste catarinense e nas do norte do Paraná.

As taxas de crescimento, em ritmo mais intenso, ocorrem em municípios integrantes das aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas, bem como dá-se a ampliação das áreas de polarização dessas aglomerações, de sua densidade e do conjunto de localidades envolvidas na contigüidade da ocupação.

A maior parte do pequeno número de municípios que apresentam taxas de crescimento da população rural de até 1% a.a. situa-se em áreas ou de fraca dinâmica rural, ou de reconversão agrícola, próximas aos centros consumidores, como é o caso de municípios localizados nas aglomerações urbanas e metropolitanas. Acima de 1% a.a., entre 1980 e 1991, encontram-se apenas 16 municípios no Paraná, 22 em Santa Catarina e 83 no Rio Grande do Sul.

Nesse período 1980-91, verifica-se, também, o aumento do grau de urbanização em todo o território sulino. Paralelamente a este movimento, eleva-se, em termos absolutos e relativos, o número de centros com mais de 20 mil habitantes.

[60] Os movimentos migratórios da região Sul, que refletem as diferentes etapas do processo de transformação da estrutura produtiva regional, marcam ritmos diferenciados de crescimento demográfico, ora determinando a elevação das taxas de incremento populacional, ora revertendo tendências. Assim, a intensidade dos fluxos emigratórios inter-regionais vem sofrendo redução, ainda que, no Paraná, o saldo migratório negativo tenha sido muito elevado. A imigração de retorno começa a ter impulso nos anos 80, provavelmente devido ao esgotamento das oportunidades de inserção produtiva na fronteira agrícola do norte do país e às dificuldades impostas pela crise econômica, que estreitou as possibilidades de sucesso no mercado de trabalho urbano-industrial do Centro-sul brasileiro. E também verifica-se a importância dos deslocamentos intra-estaduais, com o predomínio de trocas entre áreas do próprio interior dos estados responsáveis por novas aglomerações constituídas a partir do reforço de grandes e/ou médios centros, que se tornam áreas de atração, incluindo nessa atratividade seus municípios adjacentes. Mesmo assim, as aglomerações metropolitanas continuam representando focos receptores importantes, tanto da imigração inter quanto intra-estadual.

O comportamento do crescimento da população municipal por classe de tamanho, definida por análise de *agrupamento*, demonstra que o grupo A (municípios com população total, em 1991, de até 16.718 habitantes) está perdendo população, com taxas de -0,26% a.a., sendo o único grupo nessa condição. É também o grupo menos urbanizado, com grau de urbanização de 44,4%. Essa situação de perda está muito condicionada pelo comportamento do estado do Paraná, cujo conjunto de municípios deste grupo perde população à taxa de -1,13% a.a., enquanto nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o grupo tem taxas de crescimento pequenas, porém positivas. A maioria dos municípios com baixo crescimento, ou perda de população total, localiza-se nesse grupo. Essa condição aparece em menor proporção nos demais grupos, influenciada pela redução da população rural.

Numa ordem crescente, o grupo B (população entre 16.767 e 27.504 habitantes) apresenta um pequeno crescimento de 0,53% a.a., também condicionado pelo Paraná, que registra decréscimo, enquanto os demais municípios apresentam crescimento próximo às respectivas médias dos estados. Seu grau de urbanização é de 58,1%.

O grupo C (população entre 27.684 e 76.592 habitantes) tem seu crescimento situado em 1,29% a.a., e uma urbanização mais expressiva, com grau de 72,2%. É curioso que o Rio Grande do Sul, contrariando a tendência de maior crescimento, conforme maior volume de população, tem nesse grupo taxa inferior à do grupo B. No Paraná, é o primeiro grupo com taxa positiva, porém inferior à média do estado. Apenas em Santa Catarina o crescimento populacional desse grupo é superior ao crescimento médio do estado.

A maior intensidade de crescimento verifica-se no grupo D, que reúne municípios maiores (população entre 76.968 e 390.100 habitantes), e mais urbanizados. Sua taxa de crescimento é de 2,43% a.a., e seu grau de urbanização, 89,8%. Tal crescimento é muito condicionado por Santa Catarina, que apresenta a maior taxa de crescimento entre os três estados, de 3,07% a.a. Esse comportamento resulta da intensificação dos deslocamentos populacionais tanto os de origem rural quanto os que procedem do próprio meio urbano, em direção aos centros com mais de 50 mil habitantes na área urbana, provocando o incremento significativo do contingente de população urbana.

Esses centros são os pontos fundamentais da organização da rede urbana regional. Distribuem-se de maneira equilibrada em toda a extensão geográfica dos estados do Rio Grande do Sul e Paraná e, em Santa Catarina, de forma mais concentrada no eixo leste. Muitos deles aglutinam-se nos espaços das aglomerações urbanas e metropolitanas, mas o arranjo espacial, ao longo das décadas, reforça, também, a importância de poucos centros isolados, hoje correspondendo exatamente aos pólos regionais consolidados do interior.

Os municípios das áreas metropolitanas – considerando-se apenas as regiões metropolitanas oficialmente instituídas – distinguem-se nesse conjunto por apresentarem um crescimento ainda mais elevado, 2,7% a.a., e grau de urbanização bem superior aos demais, 95,6%. Esse comportamento ressalta a importância da atratividade exercida por essas regiões, no Sul. Os pólos dessas aglomerações ainda apresentam crescimento elevado, especialmente Curitiba, que entre 1980 e 1991 cresceu à taxa de 2,28% a.a., mantendo essa intensidade no período 1991-96, com taxa de 2,31% a.a. Porto Alegre, já com sinais de arrefecimento, cresceu 1,06% a.a. entre 1980 e 1991, reduzindo esse ritmo para 0,41% a.a., no último período. No entanto, essas aglomerações aumentam a participação de sua população no total dos respectivos estados – Porto Alegre passa de 28,7%, em 1980, para 32,2%, em 1996; e Curitiba, de 18,8% para 26,2% –, enquanto os pólos metropolitanos também reduzem sua participação no total regional de 1980 para 1996 – de 50,4% para 41,5%; e de 71,1% para 62,3%, em Porto Alegre e Curitiba, respectivamente.

O padrão concentrador de população fica explicitado em taxas de crescimento mais elevadas para grupos de municípios de maior volume populacional e, paralelamente, na tendência crescente da participação desses mesmos grupos. De modo geral, o grupo de municípios de menor tamanho vem perdendo participação em favor dos grupos de maior tamanho. No Paraná e Rio Grande do Sul, se somadas as participações dos municípios do grupo D e daqueles que compõem as áreas metropolitanas, obtém-se uma participação próxima a 50%. Em Santa Catarina, essa concentração se dá entre os grupos C e D. Ressalva-se que, para este estado, não há separação na investigação dos municípios metropolitanos, por inexistir, no período, região metropolitana oficialmente instituída.

Esse padrão não rompe, contudo, o equilíbrio da rede urbana da região Sul, comparativamente ao das demais grandes regiões geográficas brasileiras. Enquanto em alguns estados do Norte, Nordeste, e até mesmo no Rio de Janeiro, mais da metade da população urbana concentra-se nas capitais, no Sul, Porto Alegre concentra, em 1996, 16,5%, Curitiba, 21,1% e Florianópolis, 7% da população, sendo esta última a capital brasileira que retém a menor proporção da população urbana do estado.

De acordo com a tipologia de municípios (IBGE/ Ipardes, 1996), na rede urbana da região Sul ainda predominam municípios rurais (49,08%), ou seja, com grau de urbanização inferior a 50% e atividades centradas no setor primário. Um grande número de municípios (26,52%) encontra-se em transição para o urbano, com grau de urbanização já superando os 50%. Os municípios desses dois tipos, contendo um volume de 33% da população da região Sul, estão inseridos num processo

de esvaziamento que fortalece as áreas de concentração, exceto quando inseridos nessas próprias espacialidades de concentração.

Entre os municípios pequenos, porém com grau de urbanização superior a 75%, e características de ocupação tipicamente urbanas, a grande maioria está associada ao processo de evasão rural, situando-se nas espacialidades de esvaziamento. Esses municípios têm uma economia predominantemente rural e um mercado de trabalho mais voltado para o segmento terciário, dependente, muitas vezes, de atividades da administração pública municipal. A fragilidade de sustentação econômica dessas atividades garante a permanência apenas de uma população mínima, com níveis de crescimento abaixo do vegetativo, ou perda absoluta.

Para outros municípios desse tipo, situados nas espacialidades de concentração, e, portanto, integrando-se na dinâmica das aglomerações, a tendência é de um processo de urbanização crescente, com taxas de crescimento da população muito elevadas. São os municípios urbanos de média e grande dimensão, com população superior a 50 mil habitantes, grau de urbanização superior a 75%, com atividades centradas principalmente na indústria, comércio e serviços, que polarizam ou configuram as aglomerações da região, com tendências de continuidade de seu processo concentrador.

2.2 Morfologia e Funções da Rede Urbana Regional

Os indicadores principais para a identificação e o escalonamento das categorias espaciais da rede urbana, para a região Sul, foram as taxas geométricas de crescimento anual nos períodos 1970-80, 1980-91 e 1991-96, selecionando-se como espacialidades de concentração, ou principais categorias na escala da rede urbana, os municípios com crescimento superior à média dos estados em dois ou três intervalos.

Também foram considerados outros indicadores, tais como: tamanho da população e nível de centralidade (Regic) – principalmente para identificação dos pólos das aglomerações e demais centros destacáveis; grau de urbanização; população economicamente ativa ocupada em atividades urbanas; densidade demográfica; e participação no total do valor adicionado fiscal do estado. Dentro da disponibilidade dos dados e informações, foram considerados, ainda, levantamentos de fluxos de passageiros e, para o caso das aglomerações urbanas, complementarmente, a mancha de ocupação urbana.

Ressalva-se que os contornos das aglomerações identificadas obedecem exclusivamente a critérios explicitados, desconsiderando-se os recortes institucionais, oriundos de legislações estaduais e/ou federais, que tenham criado regiões metropolitanas e/ou aglomerações urbanas[61].

De acordo com os critérios adotados, foram identificadas como principais categorias na escala da rede urbana da região Sul as aglomerações metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, e a aglomeração pré-metropolitana de Florianópolis. Além destas, integrando níveis inferiores, porém de destaque na rede urbana, foi identificado um conjunto de centros e aglomerações, a partir de suas diferentes localizações geográficas, possibilitando a definição de uma escala hierárquica também composta de centros e aglomerações não-metropolitanas. Estas últimas distinguem-se ora por configurarem manchas caracteristicamente de ocupação contínua, ora por guardarem uma proximidade geográfica, serem densas e populosas, porém com descontinuidade de mancha de ocupação, mas fortemente articuladas na mesma dinâmica econômica, e, ainda, ora por integrarem eixos menos populosos, ou densos, mas também fortemente articulados numa mesma dinâmica econômica, de relevância na base produtiva dos estados. Identificaram-se, também, os centros isolados da rede urbana do interior, com forte atuação como pólos e subpólos regionais. Nessa escala, integram-se, ainda, ocupações contíguas e/ou contínuas de municípios, com elevado crescimento da população em áreas litorâneas ou conurbações fronteiriças.

Centros regionais e/ou sub-regionais isolados, que não se enquadraram na categoria de crescimento elevado, foram incluídos no final da escala de classificação, quando confirmada sua importância na rede urbana local.

2.2.1 Centros e aglomerações urbanas metropolitanas

Correspondem a centros e/ou aglomerações de caráter metropolitano, com importância econômica e funcional de abrangência nacional. Caracterizam-se por terem uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes, com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação, com elevada

[61] Como é o caso da Lei federal nº 14/73, que instituiu as regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, bem como das legislações estaduais, alterando sua composição original; das leis estaduais nº 162/98, instituindo as regiões metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e do norte/nordeste Catarinense; nº 81/98 e nº 83/98, instituindo as regiões metropolitanas de Londrina e Maringá; e nº 10.335/94, instituindo a aglomeração urbana da região nordeste do Rio Grande do Sul.

população urbana, densidade demográfica elevada, forte articulação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais, com comutação diária, complementaridade funcional, população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário).

Na região Sul, as aglomerações metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, pelo seu padrão funcional e abrangência da polarização, foram categorizadas na ordem das aglomerações metropolitanas nacionais (2ª ordem). A aglomeração urbana de Florianópolis, pelas suas características como pólo catarinense de maior complexidade e função de capital administrativa do estado, é classificada como aglomeração pré-metropolitana (4ª ordem).

Os centros de Porto Alegre e Curitiba sobressaem-se por exercerem funções de alta e média complexidade, com especialização em serviços de saúde e educação superior; pelo comércio de produtos e equipamentos de ponta nas áreas de informática, saúde e educação e equipamentos de precisão; pela localização de agências de publicidade, escritórios de consultoria, além do desempenho de funções especiais de meios de comunicação. A estrutura ocupacional terciária desses centros apresenta as maiores proporções de ocupações da região Sul em atividades bancárias e em serviços técnicos profissionais, e proporções secundárias no comércio geral e de máquinas e veículos. Florianópolis, como exceção, apresenta proporções similares às dos pólos metropolitanos, ou seja, a segunda maior proporção da região Sul da ocupação em bancos – posição intermediária entre Porto Alegre e Curitiba –, e logo abaixo de Curitiba, no que se refere ao peso das ocupações em serviços técnicos profissionais.

As principais características dessas aglomerações são descritas a seguir.

- **Aglomeração metropolitana de Porto Alegre**

A aglomeração metropolitana de Porto Alegre (Ampa), que abriga a capital do Rio Grande do Sul, engloba 39 municípios. Numa mancha contígua a Porto Alegre, estão Alvorada, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Gravataí, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Viamão. Continuamente, Araricá, Dois Irmãos, Glorinha, Guaíba, Ivoti, Nova Hartz, Parobé e Portão. Em continuidade de mancha, e com forte integração econômica, estão Charqueadas, Triunfo e São Jerônimo, e também Três Coroas, Igrejinha, Taquara e Rolante, assim como São Sebastião do Caí (contínuo a Portão), Bom Retiro do Sul, Nova Santa Rita (contígua a Canoas) e Teutônia. Com descontinuidade da mancha, estão as pequenas aglomerações de Lajeado/Estrela, de Santa Cruz do Sul/Venâncio Aires e Vera Cruz e Montenegro, que configuram manchas contíguas entre si.

A Ampa agrega 3.752.469 habitantes e tem um ritmo de crescimento que se vem reduzindo em intensidade, com taxas de crescimento de 2,3% a.a. e de 1,2% a.a., respectivamente, nos períodos 1980-91 e 1991-96. Caracteriza-se pela elevada densidade demográfica de 321,4 habitantes por quilômetro quadrado. É nesta aglomeração que está localizado o principal pólo industrial do Rio Grande do Sul, respondendo por 49,79% do valor adicionado total. Porto Alegre possui nível de centralidade máxima (Regic), exercendo influência sobre toda a rede do estado, penetrando no oeste catarinense.

Outros centros de destaque no Rio Grande do Sul são: São Leopoldo, uma das mais importantes e antigas cidades da região metropolitana, que concentra atividades industriais, comerciais e de fornecimento de serviços, como o de educação de nível superior, e tem uma das mais importantes universidades gaúchas, fora a da capital; Canoas, assim como Novo Hamburgo, com centralidade de nível médio para forte, desde 1980 integrando o conjunto das cinco maiores cidades do estado e estabelecendo-se com o pólo forte intercâmbio em termos de moradia e trabalho; Novo Hamburgo, uma das mais importantes cidades do circuito coureiro-calçadista do Vale do Rio dos Sinos, também exercendo, junto com São Leopoldo, forte influência sobre os demais municípios de base calçadista da aglomeração metropolitana; Lajeado e Santa Cruz do Sul, que a despeito do nível de centralidade forte para médio, têm sua polaridade limitada pela proximidade ao pólo metropolitano. Santa Cruz do Sul tem destacada sua importância econômica, por localizar o principal pólo exportador de fumo do estado.

Como principais características da economia desta aglomeração, registra-se que ela é a mesorregião mais importante do estado, por apresentar em seu âmbito as atividades mais dinâmicas, reunindo o maior volume de investimentos públicos e privados.

A economia desta região está fundamentalmente centrada em atividades urbanas, dado que a agropecuária representa apenas 2,5% (1990) do seu produto total, sendo o restante distribuído entre a produção industrial (42%) e os serviços (55,5%). Essa estrutura pode ser explicada pelo fato de no território desta mesorregião localizar-se o maior conglomerado urbano-industrial do Rio Grande do Sul.

A área onde está inserida a Região Metropolitana de Porto Alegre foi responsável, em 1990, por 45% do PIB estadual, isto representou um avanço na participação relativa no total do estado que se deveu a aumentos verificados em todos os setores econômicos, com destaque para as atividades terciárias, que apresentaram um crescimento mais elevado do que a média esta-

dual[62]. Contribuíram decisivamente para este processo a entrada em funcionamento, em 1981, do III Pólo Petroquímico, a política de estímulo às exportações[63], os novos projetos no setor comercial, particularmente no segmento dos supermercados e *shopping centers*, e também uma queda relativa dos gastos governamentais em serviços fora desta região. Do ponto de vista espacial, o aspecto mais relevante ocorrido nas últimas décadas foi o rearranjo, ainda em curso, caracterizado pelo esgotamento relativo da capacidade de atrair, ou manter, os investimentos industriais em certas áreas desta aglomeração. Esse processo, que se pode denominar de *desindustrialização* relativa, teve início em Porto Alegre, já no final dos anos 60, tendo-se acelerado nos anos 70 e 80[64]. Isto não significa uma tendência à *desindustrialização* absoluta de Porto Alegre, mas apenas uma redução relativa do seu papel industrial, uma vez que ainda há espaço para indústrias na sede metropolitana.

A evolução econômica desta região revela uma tendência de aumento das atividades terciárias na composição do PIB, cuja distribuição é altamente concentrada em poucos municípios. No topo da hierarquia está Porto Alegre, que gera 28,5% (1990) dos serviços do estado, vindo a seguir Canoas, com 6% (1990). Em terceiro lugar, está Novo Hamburgo, com 3,5% (1990), seguido de Esteio, com 3%, e São Leopoldo, com 1,5% do produto terciário do Rio Grande do Sul.

- **Aglomeração metropolitana de Curitiba**

A aglomeração metropolitana de Curitiba (AMC), onde se situa a capital do estado do Paraná, compreende 19 municípios; destes, somente 10 encontram-se numa mancha de ocupação contígua a Curitiba, abrangendo Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais. Essa contigüidade decorre do extravasamento do pólo sobre áreas vizinhas, num típico processo de periferização, com alta densidade e elevado grau de urbanização. Essa ocupação, com o passar dos anos, vem alongando-se num sentido contínuo, abrangendo, na mesma mancha, municípios já não limítrofes ao pólo, como Balsa Nova, Campo Magro, Contenda, Mandirituba, Itaperuçu e Rio Branco do Sul. Outros municípios, fora dessa mancha contínua de ocupação, já apresentam um processo de inserção regional, como Bocaiúva do Sul, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. A população desse conjunto, em 1996, corresponde a 2.381.195 habitantes, com uma densidade demográfica de 260,13 habitantes por quilômetro quadrado, tendo apresentado taxas de crescimento elevadas e crescentes, 3,03% a.a. e 3,44% a.a., nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente.

A AMC concentra 39,7% do valor adicionado total do estado. Essa participação é crescente, ao longo dos anos, e caracteriza-se por uma estrutura industrial diversificada, com a presença dos principais segmentos industriais modernos, da metal-mecânica, assim como por um setor terciário mais complexo. Seu mercado de trabalho é principalmente urbano. Neste conjunto, evidencia-se uma nítida hierarquia dos centros urbanos, privilegiando Curitiba, com centralidade de nível máximo, e abrangendo todos os municípios do Paraná e grande parte dos de Santa Catarina. Campo Largo, com nível de centralidade médio para fraco, subpolariza praticamente apenas Balsa Nova. Em sua área metropolitana estão sete municípios com população superior a 50 mil habitantes: Piraquara, Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo e Pinhais, bem como Colombo e São José dos Pinhais, estes com mais de 150 mil habitantes.

O fenômeno de concentração econômica desse aglomerado tende a intensificar-se diante da elevada proporção de investimentos previstos para a região, privilegiando-a comparativamente ao restante do estado.

A consolidação e o adensamento da AMC destacam essa região, entre as áreas metropolitanas brasileiras, como uma das que mantém as mais altas taxas de crescimento. Curitiba é um pólo que não demostra sinais efetivos de arrefecimento do crescimento, sendo considerado o município que mais cresce entre os pólos metropolitanos brasileiros oficiais.

A atividade econômica paranaense está muito concentrada na AMC, e nesta, altamente concentrada em Curitiba. Mais da metade da renda estadual é gerada pelo município de Curitiba, que se destaca como o mais importante pólo industrial e de serviços do Paraná.

O município de Curitiba, entre 1975 e 1996, dobra sua participação no valor adicionado estadual (de 13,5% para 25,7%), dadas as condições favoráveis do quadro nacional, aliadas às possibilidades abertas pelos mecanismos institucionais de estímulo, proporcionados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico do estado, que foram capa-

[62] A agropecuária passou de 2,86% em 1980 para 3,36% em 1990; a indústria de 52,70% para 54,10% em 1990; e o setor terciário, de 43,70% para 47,40%, no mesmo período.

[63] Mesmo nos anos de pior desempenho da economia em geral no país, algumas regiões, que dispõem em sua matriz produtiva de segmentos ligados ao comércio internacional, foram beneficiadas pela política de estímulo às exportações, que tinha como finalidade a realização de superávits comerciais. A Região Metropolitana de Porto Alegre tem em seu âmbito importantes segmentos ligados ao setor externo, o que lhe assegurou uma posição crescente no quadro rio-grandense.

[64] Para mais detalhes, ver Alonso e Bandeira (1988).

zes de atrair, para a região, alguns segmentos modernos da metal-mecânica, com empresas de grande porte, como é o caso da Volvo, New Holland, Bosch, entre outras, todas sediadas na Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Esse desempenho de Curitiba envolveu, tangencialmente, alguns dos demais municípios da região. Araucária, o segundo município da região metropolitana em participação no valor adicionado estadual, teve a particularidade de se beneficiar da localização do pólo petroquímico, e mais ainda com a criação do Distrito Industrial, que favoreceu a agregação de outras atividades, garantindo para o município essa posição de destaque na participação da renda.

A indústria instalada na AMC é dominante em quase todos os principais gêneros do estado, particularmente nos gêneros papel e papelão, têxtil, confecções e alimentos.

A implantação, nas últimas décadas, de segmentos importantes da metal-mecânica na região, principalmente do grupo transportes, garantiu-lhe um perfil no qual os segmentos modernos representam cerca de 40% do valor adicionado da indústria de transformação. As indústrias montadoras da área de transporte, instaladas na AMC, respondem por mais de 90% do valor adicionado do gênero no estado em 1996, com destaque para as empresas Bosch e Volvo. Nos gêneros de comunicações e mecânica, a região participa com mais de 90% do total do estado; neste último, os destaques são para as empresas Eletrolux e New Holland.

Os segmentos tradicionais respondem pela grande maioria dos empregos formais da indústria e vêm demonstrando um movimento de crescimento (alimentos, têxtil, e papel e papelão). Os segmentos modernos ofertam 29% dos empregos da mesorregião, num desempenho não tão positivo (mecânica, transporte, material elétrico, comunicações e metalúrgica). A química, responsável por uma grande oferta de empregos, tem tido comportamento de queda.

Com tendência de um processo de industrialização pautado em segmentos mais modernos, poupadores de mão-de-obra, a mesorregião onde se insere a AMC, com 52% do valor adicionado do setor secundário, oferta pouco mais que o dobro dos empregos gerados pela Norte-Central do estado, cuja participação no valor adicionado é de 11%.

Curitiba, embora com forte peso de atividades na indústria, tem o dobro do volume de ocupação no setor terciário. Este setor é bastante diversificado, porém seletivo, com concentração da ocupação no sistema bancário e em serviços técnicos profissionais.

Ao contrário do setor agrícola, que é muito pouco expressivo, a mesorregião possui uma das mais importantes bacias leiteiras do estado, com a produção de leite e derivados centrada em São José dos Pinhais. Destaca-se a atuação da Cooperativa de Lacticínios Curitiba (Clac), uma das maiores na área, hoje em processo de fusão com a Witmarsun, vindo a compor a Centralpar, acompanhando a dinâmica cooperativista atual.

Essa concentração de atividades coloca a AMC como a mais alta em faixa de renda familiar *per capita* do Paraná, posicionando-a, porém, abaixo da maioria das mesorregiões catarinenses e gaúchas, e principalmente em relação à Região Metropolitana de Porto Alegre. As diferenças internas são muito grandes, podendo-se encontrar municípios como Cerro Azul, com renda média cinco vezes menor que Curitiba.

- **Aglomeração pré-metropolitana de Florianópolis**

A aglomeração urbana de Florianópolis agrega oito municípios, três numa mancha contígua ao pólo: São José, Biguaçu e Palhoça. Sua ocupação, sofrendo as limitações de um substrato natural permeado por áreas inadequadas, adensou a porção territorial continental, extravasando-se sobre municípios vizinhos, constituindo, assim, uma densa aglomeração urbana. Continuamente, inserem-se Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz e Antônio Carlos, e mais distante, Tijucas. Seu volume de população é de 595.128 habitantes, com uma densidade demográfica de 258,86 habitantes por quilômetro quadrado, e vem apresentando um crescimento em declínio, de 3,49% a.a. para 1,75% a.a., nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente.

Florianópolis, capital administrativa, tem o segundo maior volume populacional do estado. Seu nível de centralidade é muito forte e sua estrutura ocupacional confirma uma seletividade dos serviços financeiros e técnicos especializados, com um terciário moderno e complexo, reforçado por importantes unidades de ensino superior, qualificando-a distintamente das demais aglomerações catarinenses. Nessa aglomeração, além de Florianópolis, apenas São José apresenta nível de centralidade significativo; mesmo assim, de forte para médio. Esta aglomeração tem forte articulação espacial com as aglomerações de Itajaí, Joinville e Blumenau. Sua participação no valor adicionado total de Santa Catarina, praticamente advinda de Florianópolis, é pequena, porém se distingue por um desempenho crescente com ganhos percentuais, que dobram sua contribuição no período, passando de 4,64%, em 1980, para 8,17%, em 1996.

Mais recentemente, Florianópolis tem-se valido de sua condição de capital administrativa e pólo turístico nacional, e vem constituindo um terciário mais complexo, passando a acumular vantagens locacionais, com indicativos de atratividade para atividades de alta tecnologia. Os efeitos dessas condições são ainda muito restritos à periferia imediata ao centro metropolitano.

O turismo, com seus efeitos no setor de serviços, é a atividade principal na economia dessa região, envolvendo Florianópolis e adjacências litorâneas. Essa atividade é,

provavelmente, uma das grandes responsáveis pelo salto dessa região na participação da renda estadual.

Em termos industriais, a mesorregião da Grande Florianópolis apresenta pequena participação no valor da transformação industrial dos principais gêneros, com algumas atividades pontuais sobressaindo-se na dimensão estadual, com destaque para o segmento de minerais não-metálicos, devido, principalmente, à instalação de uma grande unidade cerâmica da Portobello, uma das grandes empresas desse ramo, no município de Tijucas.

O que vem sinalizando mudanças no perfil industrial da mesorregião é a crescente atividade da indústria de informática e automação industrial, a exemplo da Weg, ademais a concentração de diversos grupos articulados a empresas, universidades e estado, o que faz com que ela já assuma o patamar de pólo tecnológico. A presença da Universidade Federal e a existência da incubadora tecnológica asseguram-lhe vantagens comparativas, que devem reforçar a consolidação e a concentração dessa atividade na mesorregião.

A mesorregião da Grande Florianópolis apresentou, em 1991, o terceiro melhor nível de renda familiar *per capita* em Santa Catarina e também um dos maiores índices de desigualdade regional. Enquanto Florianópolis tem a mais alta renda do estado, Major Gercino apresenta uma renda cinco vezes menor, uma das mais baixas de Santa Catarina.

2.2.2 Centros e aglomerações urbanas não-metropolitanas

Nessa categoria, foram identificadas seis ordens. As cinco primeiras integrando conjuntos com elevado crescimento populacional, caracterizadas pela importância econômica, pela continuidade ou descontinuidade de mancha de ocupação; e a sexta, integrando um grupo de pequenos e médios centros urbanos com polaridade destacável.

As duas primeiras ordens são polarizadas por centros de reconhecida importância na rede urbana regional e têm a abrangência da polarização mais restrita ao âmbito de seus próprios estados. A especialidade funcional desses centros, além da prestação de serviços de média complexidade, está no comércio geral e de máquinas e veículos, para atendimento da demanda regional. Sua estrutura ocupacional apresenta, no terciário, as maiores proporções de ocupação nas atividades de comércio e proporções secundárias em atividades bancárias e serviços técnicos e profissionais.

2.2.2.1 Aglomerações urbanas de maior porte

No início da escala estão os centros e aglomerações com abrangência regional de 1ª ordem, reunindo as mesmas condições de uma aglomeração metropolitana, mas distinguindo-se desta pelo menor volume populacional, por serem polarizados por centros com nível de centralidade igual ou superior à forte para médio e por uma distribuição de bens e serviços mais voltada para parcelas da própria região Sul, ou para os estados. São elas: aglomerações urbanas de Londrina e Maringá; aglomeração urbana de Joinville; aglomeração urbana de Pelotas; aglomeração urbana de Blumenau; e aglomeração urbana de Caxias do Sul.

- **Aglomerações urbanas de Londrina e Maringá**

Essas aglomerações, que compõem um fenômeno espacial único, foram objeto de institucionalização por lei estadual de duas regiões metropolitanas, Londrina e Maringá. Esta institucionalização não incorporou a totalidade dos municípios que conformam a aglomeração, além de esbarrar numa inconveniência conceitual ao instituir uma unidade metropolitana num espaço onde ainda não se configuram características tipicamente metropolitanas.

Em um eixo de intensa complexidade, articulam-se as aglomerações de Londrina e Maringá – dois dos principais pólos regionais do estado do Paraná –, ambos municípios urbanos com centralidade muito forte e de grande dimensão. Londrina forma com Ibiporã e Cambé uma mancha de ocupação contígua. Continuamente, sua aglomeração integra os municípios de Apucarana, Arapongas, Jandaia do Sul e Rolândia, com níveis de centralidade significativos, em ordem decrescente de forte para médio até médio para fraco, além de Tamarana e Jataizinho. Aponta um vetor de ocupação ao longo da ligação Londrina/Cornélio Procópio. Essa aglomeração tem 773.604 habitantes, com uma densidade de 172,29 habitantes por quilômetro quadrado, e cresce a taxas elevadas, porém decrescentes, de 2,07% a.a. entre 1980 e 1991 e de 1,65% a.a., entre 1991 e 1996. A aglomeração de Maringá agrega contiguamente Sarandi e Paiçandu, e continuamente, Marialva. Possui 380.527 habitantes, com a densidade demográfica de 306,38 habitantes por quilômetro quadrado, numa das áreas de maior densidade de ocupação do norte do estado. Suas taxas de crescimento permanecem muito elevadas, 3,73% a.a. e 2,70% a.a., nos períodos analisados. Esse conjunto configura a principal aglomeração urbana não-metropolitana do Paraná, e a polarização concorrente entre Londrina e Maringá exerce muita força em todo o interior do estado, penetrando no Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e São Paulo (regiões de Presidente Prudente e Assis). Deve-se ressaltar a importância regional de Londrina, por oferecer funções que a equiparam a Curitiba no atendimento a demandas de alta e baixa complexidade.

Concentrando o segundo maior volume de população urbana do estado, seguramente essas aglomerações vêm exercendo o papel de principais absorvedoras do movimento migratório inter-regional

interiorano. Um papel que tende a ser mantido, dado o peso de sua economia – detêm a participação de 10,47% do valor adicionado total (7,10% correspondente à aglomeração de Londrina e 3,37% à de Maringá). O conjunto pode ser considerado como o mais importante do interior, com peso elevado de participação das atividades urbanas, especialmente as de comércio e serviços, localizando as duas mais importantes universidades estaduais, e por ter um setor industrial caracterizado por uma estrutura diversificada, com predominância agroindustrial.

Embora estes dois centros venham perdendo participação relativa no valor adicionado, provocada pela concentração da atividade econômica na Região Metropolitana de Curitiba, a mesorregião onde se situam vem-se consolidando como a mais importante do interior.

O setor industrial caracteriza-se por ampla diversidade, pautada nos gêneros mais tradicionais, como o mobiliário, confecções, alimentos e têxtil. Com uma distância significativa da Região Metropolitana de Curitiba, detém no Estado a segunda maior participação nos segmentos da indústria mais moderna, como mecânica, comunicação e transporte. Internamente à mesorregião, essa diversidade se reforça, uma vez que a produção de alimentos vem perdendo participação.

As atividades estão alocadas, preferencialmente, em torno de dois pólos regionais, estendendo-se na direção de municípios próximos. Londrina e o conjunto polarizado por ela apresenta indicadores de uma dinâmica mais forte que a de Maringá, particularmente na produção de alimentos. O segmento mais forte é o do café solúvel, seguido por laticínios, porém sem indicativos de processamentos mais avançados, e frigoríficos, também em retração. Na indústria de confecção, Londrina é marcadamente mais forte. A mesorregião é sede de grandes empresas dos setores de processamento de soja e refino de óleo, como a Cooperativa Agropecuária de Maringá (Cocamar) e a Ceval, entre outras.

Maringá tem as maiores participações no gênero têxtil, com a maior capacidade do estado na fabricação de fios a partir do algodão e da seda, enquanto em Londrina essa atividade se restringe ao primeiro beneficiamento do algodão. Maringá tem também expressiva participação no gênero mobiliário, porém é Arapongas (Região Metropolitana de Londrina) que se destaca, com a participação de 31,64% do gênero no estado, constituindo-se no segundo maior parque de fabricação de móveis do país.

As possibilidades da indústria da mesorregião vêm sendo sinalizadas, por um lado, pelo esgotamento de algumas atividades e, por outro, pelo reforço da diversificação econômica, com projetos de implantação de atividades de maior agregação de valor e/ou base tecnológica, como evidenciam os projetos da Dixie Toga, Kumho e da Betasul, assim como a construção de um centro de excelência em telecomunicações, em Londrina.

Caracterizada por uma industrialização intensiva em mão-de-obra e predominância de pequenas e médias indústrias, a mesorregião onde está inserida esta grande aglomeração, com 11,20% do valor adicionado do setor secundário do estado, emprega 66.116 trabalhadores no mercado formal da indústria, enquanto a Região Metropolitana de Curitiba, com uma participação cinco vezes maior no valor adicionado, não chega a empregar o dobro de trabalhadores no setor industrial. O desempenho de sua atividade industrial sustentou, no período 1986-96, um crescimento do emprego em 2%, enquanto a Região Metropolitana de Curitiba reduziu sua oferta de trabalho em -0,1%. Os gêneros que mais empregam são o de alimentos, que respondem por quase um terço desse mercado, seguido do têxtil e do mobiliário.

Ressalte-se a importância do setor agropecuário na mesorregião onde se situam estas duas aglomerações. Sua participação no valor da produção agrícola do estado é uma das maiores. Na pecuária, essa posição não se repete, uma vez que ela se diferencia apenas por uma pequena inserção nas atividades da avicultura.

Os produtos agrícolas dominantes são as *commodities* (soja, trigo, milho e café), que representam 63,8% do valor da produção dos principais produtos da mesorregião. Segue-se a produção de insumos, com o algodão e cana, colocando-a como a maior produtora do estado. A cana é um produto que tem aí efeitos agroindustriais importantes, associados à indústria do açúcar e do álcool. Já o algodão vem apresentando acentuado recuo da produção, dada a crise da cotonicultura, sem sinais de retomada da produção, a partir de um novo padrão produtivo. Da mesma forma, o café conserva certa importância, já tendo sido o seu principal produto, mas sendo uma lavoura afetada fortemente pela crise do setor e, mais recentemente, pelas oscilações dos preços internacionais.

Ao contrário do padrão das atividades industriais, que ainda mantém um relativo nível de emprego, a agricultura já apresenta uma proporção menor de ocupação, se comparada com outras regiões do estado, e acentua essa trajetória com as mudanças na produção do algodão.

Esse fato consolida a continuidade do processo de urbanização, reforçando a periferização dos pólos e qualificando-se com expressivas contradições. Tomando a renda média familiar *per capita*, a média regional, para 1991, situava-se entre as maiores das mesorregiões paranaenses. Porém, internamente, seus municípios apresentam o considerável desnível de cinco vezes entre os menores e maiores valores, sendo estes nos maiores centros. A proporção relativamente reduzida (45,96%) de chefes de domicílios com rendimento

de até dois salários mínimos aproxima a região do comportamento de outras áreas metropolitanas brasileiras.

- **Aglomeração urbana de Joinville**

A aglomeração urbana de Joinville (AUJ) desenvolve-se a partir do litoral, penetrando nos vales em direção ao planalto. Integra-se às aglomerações de Blumenau e Itajaí. A AUJ agrega oito municípios, com 582.626 habitantes e uma densidade de 156,83 habitantes por quilômetro quadrado. Sua dinâmica de crescimento é notória: entre 1980 e 1991 apresentava taxas de crescimento de 3,77% a.a., tendo uma pequena redução do ritmo entre 1991 e 1996, quando passa a apresentar um crescimento da ordem de 2,8% a.a. O pólo de Joinville, num processo de periferização, extravasou seu crescimento sobre os municípios de São Francisco do Sul e Araquari, com contigüidade de mancha de ocupação, e vem definindo vetores de expansão em direção a Schroeder, Garuva, Guaramirim e Jaraguá do Sul, num processo intenso de comutação. Sua rede de cidades estrutura-se a partir do centro principal, Joinville, com nível de centralidade forte e tipo urbano de grande dimensão. Com nível de centralidade médio, Jaraguá do Sul, centro urbano de média dimensão, compõe a rede urbana da aglomeração. A aglomeração participa na renda do estado com 21,1%, com uma estrutura setorial nitidamente industrial e com um perfil caracterizado por segmentos modernos. Detém a sede dos pólos metal-mecânica e plástico de Santa Catarina. Essa estrutura industrial tem reforço nas unidades de ensino superior e técnicos, fundamentalmente sediados em Joinville.

Este centro comanda uma parte da mesorregião Norte que apresenta duas feições bastante distintas. Ao mesmo tempo que articula os municípios mais industrializados do estado, também articula o conjunto dos mais deprimidos. Isso implica uma rede de pólos que crescem a taxas elevadas, os quais envolvem nesse crescimento um conjunto bem mais amplo, consolidando aglomerações e conferindo sobrevida a centros que mal sustentam seu próprio crescimento. O grau de urbanização dessa região, em 1996, só é superado pelo da Grande Florianópolis.

O valor adicionado da mesorregião onde se situa a aglomeração de Joinville vem crescendo em participação desde os anos 80, mantendo-se sempre acima de 20% do total do estado. Divide essa posição com as regiões Oeste e do Vale do Itajaí – as três principais do estado –, apontando para um processo de mudança do perfil econômico de Santa Catarina, onde passam a prevalecer os segmentos modernos da metal-mecânica.

Joinville concentra as atividades da metalurgia, mecânica e plástico. Polariza uma aglomeração com grandes empresas especializadas nas linhas de compressores-refrigeradores, como a Embraco e Multibras, ambas com expressão mundial, encadeando um significativo número de fornecedores com graus de avanço diferentes; a Weg, principal produtora de motores elétricos da América Latina, em Jaraguá do Sul, seguida pela Kolback, no município de Schroeder, também encadeando uma rede considerável de fornecedores. Na linha de fundição, destaca-se a Tupi, com planos de expansão, e na de carrocerias de ônibus, a Nielsen, entre outras na linha de metais. No segmento dos plásticos, este centro tem liderança nacional na produção especializada de tubos e conexões, com a Tigre/ Hansen. Essas atividades vêm sendo desenvolvidas com um bom nível de atualidade tecnológica e organizacional, e alta competitividade no mercado.

As indústrias têxtil e de confecções ingressaram em uma fase de baixo dinamismo, dada a retração do mercado interno e a perda de importância nas exportações, sofrendo os impactos da abertura de mercado e com dificuldades para se reestruturar, em face da elevada defasagem tecnológica e organizacional, principalmente entre as pequenas e médias empresas. Algumas das mais importantes empresas localizam-se na mesorregião , como a Marisol e a Marcato, em Jaraguá do Sul, a Lepper e Dohler, em Joinville.

A indústria alimentar tem como principal representante a Ceval, que atua no beneficiamento de soja, com plantas em Jaraguá do Sul e também em São Francisco do Sul, onde se localiza o principal porto exportador de grãos do estado.

Em 1996, a mesorregião onde se situa a aglomeração urbana de Joinville detinha o maior mercado absorvedor de empregos no mercado formal da indústria de transformação do estado, centrado principalmente em Joinville e Jaraguá do Sul. Mesmo com essa diversidade e expressão no setor industrial, ela apresentou um crescimento do emprego formal negativo no período 1986-96, de -0,9%, de certa forma condicionado pelo desempenho dos gêneros têxtil, metalúrgico, da madeira e de material elétrico.

Essa dinâmica mantém o Norte Catarinense com a segunda maior renda média familiar do estado, embora com amplo desnível entre seus municípios, favorecendo os mais industrializados – Joinville e Jaraguá do Sul.

- **Aglomeração urbana de Pelotas**

A aglomeração de Pelotas possui 506.901 habitantes e uma densidade de 91,47 habitantes por quilômetro quadrado. Suas taxas de crescimento são baixas, 1,58% a.a. e 1% a.a., respectivamente, nos períodos 1980-91 e 1991-96. Os dois centros contíguos que integram essa aglomeração têm uma população urbana superior a 100 mil habitantes.

Pelotas, pólo da aglomeração, tem centralidade de nível muito forte. Como parte dessa aglomeração tem-se

Rio Grande, a mais importante cidade portuária do estado. A participação da aglomeração no valor adicionado do estado do Rio Grande do Sul é de 4,79%, oriunda, de modo equilibrado, de Pelotas e Rio Grande. Nesses municípios, localizam-se importantes unidades de ensino superior, reforçando a polarização da aglomeração como um todo.

Pelotas polariza uma região que apresenta algumas peculiaridades em sua rede urbana. A hierarquia desta rede é muito vertical, na medida em que existem dois centros urbanos com tamanho bem acima dos demais: Pelotas e Rio Grande.

Apesar das dificuldades impostas pela perda do dinamismo da atividade básica original, a economia do charque, Pelotas continuou a crescer com base na introdução de outros ramos industriais[65] e, também, como centro de comércio e serviços. Todavia, o crescimento experimentado por esse município sempre foi menor do que a média do estado, e bem abaixo de outros centros urbanos que emergiram na última metade de século, como Caxias do Sul, por exemplo. Nos anos 80 e 90, essa tendência se confirmou, como resultado da sobreposição das crises nacional e internacional.

Nos anos 80, houve perda relativa na participação da mesorregião no total do estado, na agropecuária, na indústria e no total do PIB. A exceção foi o setor de serviços, que acumulou um pequeno avanço.

Do ponto de vista industrial, essa mesorregião vem amargando acentuado processo de *desindustrialização* relativa. Em alguns segmentos, chegou a ter perdas absolutas. O seu parque industrial está concentrado geograficamente em Pelotas e Rio Grande, à exceção da indústria de minerais não-metálicos, que se encontra situada em Caçapava do Sul (calcário) e Pinheiro Machado (cimento).

As atividades terciárias estão concentradas, principalmente, em Pelotas. Com a indústria e a agropecuária perdendo posição relativa no conjunto do estado, os serviços passaram a se constituir no setor mais dinâmico da economia dessa localidade, pelo menos no que diz respeito à criação de novas oportunidades de ocupação. O setor de serviços de Pelotas atende às demandas básicas da maioria das cidades do seu entorno, além de haver grande intercâmbio entre os agentes econômicos e as populações das duas cidades.

- **Aglomeração urbana de Blumenau**

Essa aglomeração urbana foi objeto de institucionalização, com a criação da região metropolitana por lei estadual. Ela apresenta alta densidade populacional e clara definição de sua dinâmica econômica, integrando-se espacialmente às aglomerações de Joinville, Itajaí e Florianópolis. Possui 443.131 habitantes e uma densidade demográfica de 188,01 habitantes por quilômetro quadrado. Vem mantendo níveis bastante elevados de crescimento, com taxas de 2,5% a.a., entre 1980 e 1991, e 2,1% a.a., entre 1991 e 1996. Existe uma mancha contígua de ocupação entre os municípios de Blumenau, Gaspar, Indaial e Timbó, e contínua com Brusque, Guabiruba e Pomerode, agregando, descontinuamente, Ilhota. Seu principal centro é Blumenau, com centralidade de nível forte e tipo urbano de média dimensão, seguido por Brusque, que apresenta centralidade de nível médio. Sua participação no valor adicionado catarinense é de 15,3%, tendo uma dinâmica que se pauta, fundamentalmente, nas atividades da indústria têxtil e de confecção. A polaridade da aglomeração é reforçada pela presença de uma universidade.

A mesorregião onde está inserida a aglomeração urbana de Blumenau (AUB) possui um elevado crescimento urbano na grande maioria de seus municípios. Seu conjunto de centros urbanos, bem estruturados e solidamente articulados, configura a existência de uma importante rede urbana em Santa Catarina; Blumenau polariza a área industrializada dessa mesorregião.

O perfil industrial da mesorregião, embora altamente especializado nas indústrias têxtil e de confecções, é, ao mesmo tempo, diversificado, com uma inserção expressiva na metal-mecânica, material elétrico e comunicações, material de transporte e mecânica. É significativo também nos gêneros madeira, alimentos e fumo, concentrando quase 100% do valor da transformação industrial do gênero no estado.

No complexo têxtil/confecção, atuam grupos locais, que se qualificam entre as grandes empresas nacionais, com elevado grau de abertura para o mercado externo. Em Blumenau, concentra-se a maioria dessas empresas, como a Cremer, Hering, Maju e Sulfabril, entre as mais importantes; em Brusque, a Renaux e Buettner; em Gaspar, a Leopoldo Schmalz; e em Apiúna, a Brandili.

Na metal-mecânica, destacam-se na mesorregião as empresas Metisa Timboense, Germer, Linshalm e Müeller; em Timbó, a Aço Altona e a Mega, e a Weg, em Blumenau; a Netzsch, em Pomerode; a Zen, em Brusque, entre outras. A indústria cristaleira também se concentra em Blumenau, com três grandes empresas: Hering, Blumenau e Strauss.

A indústria alimentar localiza-se principalmente em Gaspar, com a Ceval atuando na produção de óleo e farelo de soja, e em Ilhota, com a Refinadora Catarinense na refinação de açúcar, além de Itajaí e Rio do Sul.

A mesorregião Vale do Itajaí onde se situa a aglomeração Urbana de Blumenau tem a segunda maior concentração de empregos formais da indústria catarinense.

[65] A indústria de conservas de frutas, máquinas e implementos agrícolas, alguns segmentos da química (farmacêutica) e beneficiamento de arroz.

Os segmentos têxteis e confecções encontram-se num cenário muito crítico, com retração do mercado interno e externo. No caso dos têxteis, com dificuldades, algumas empresas realizaram investimentos em reconversão e modernização, exigidos para acompanhar o acelerado ritmo de inovação tecnológica e de expansão produtiva, que se verifica no plano mundial. As maiores indústrias têxteis locais também tendem a expandir-se, ou transferir-se, em especial para o Nordeste brasileiro, na busca das vantagens comparativas.

É alarmante o volume de dispensa de mão-de-obra já verificado. O complexo têxtil/confecção mesorregional, no período 1986-96, apresentou uma queda de mais de 8 mil postos de trabalho. Os poucos segmentos que vêm apresentando crescimento não chegam a compensar as perdas existentes, que no total significam -1,2%.

Na estrutura ocupacional, evidencia-se uma diversidade superior na ocupação das atividades do terciário, principalmente as mais especializadas, em Blumenau.

A importância da produção agrícola é pequena na formação da renda regional, e ainda menor na estadual, porém sustenta um numeroso conjunto de pequenos produtores de mandioca e cebola, além da batata e do arroz.

- **Aglomeração urbana de Caxias do Sul**

A aglomeração de Caxias do Sul detém 611.946 habitantes e uma densidade de 131,69 habitantes por quilômetro quadrado. Seu crescimento é intenso, com taxas crescentes de 1,84% a.a. e 1,96% a.a., respectivamente, nos períodos 1980-91 e 1991-96. Caxias do Sul é o principal centro urbano, com centralidade de nível forte e tipo urbano de grande dimensão, seguido por Bento Gonçalves, com centralidade de nível forte para médio.

Caxias do Sul apresenta contigüidade de mancha de ocupação com Farroupilha e São Marcos, sua área de expansão. Abrange continuamente Bento Gonçalves – que, por sua vez, tem ocupação contígua com Garibaldi, Carlos Barbosa e Flores da Cunha – e descontinuamente Antônio Prado, Guaporé, Nova Prata e Veranópolis.

É uma das áreas mais dinâmicas do Rio Grande do Sul, com participação de 11% no valor adicionado total do estado, tendo elevado sua participação no total da produção, em todos os setores econômicos, entre 1980 e 1992. Esse dinamismo é dado por uma estrutura industrial relativamente diversificada, destacando-se o pólo metal-mecânica, que, junto com a aglomeração metropolitana de Porto Alegre, forma o mais importante eixo industrial do estado, estendendo seu raio de influência para além da mesorregião onde se localiza. Possui uma ampla oferta de serviços, dos quais se destaca o ensino superior.

Este centro polariza uma mesorregião de ocupação antiga aberta pela imigração européia. Nos anos 80 e 90, os indicadores apontaram para um avanço da economia da mesma, em relação ao cenário estadual, tendo contribuído, significativamente, para esse desempenho os segmentos exportador e produtor de bens intermediários, este último vinculado à indústria do Sudeste brasileiro.

2.2.2.2 Aglomerações urbanas de menor porte

Com as mesmas condições que os de 1ª ordem, os de 2ª ordem diferem por apresentar centros urbanos e aglomerações de menor peso econômico e pela não-existência de contigüidade de mancha de ocupação. São eles: aglomeração urbana de Cascavel; aglomeração urbana de Foz do Iguaçu; aglomeração urbana de Criciúma e aglomeração urbana de Itajaí.

- **Aglomeração urbana de Cascavel**

A aglomeração Urbana de Cascavel possui 353.533 habitantes e uma densidade demográfica de 77,26 habitantes por quilômetro quadrado. Apresenta ritmo de crescimento da população em declínio, com taxas de crescimento reduzindo-se de 2,38% a.a., entre 1980 e 1991, para 1,33% a.a., entre 1991 e 1996, configurando uma mancha de ocupação contígua com Toledo e Santa Tereza do Oeste e com vetores de expansão definidos na direção de Marechal Cândido Rondon. Forma anéis de intenso crescimento de população nos municípios vizinhos a Cascavel, como Cafelândia, Corbélia e Ibema.

Cascavel, com nível de centralidade forte, é o núcleo da aglomeração, que se coloca entre as principais cidades paranaenses. Este centro tem como forte característica a diversidade das atividades e funções que desempenha. Sua especificidade está tanto em sua localização estratégica como no fato de ser entroncamento de acesso às fronteiras internacionais e, ainda, no acúmulo de funções de alta e média complexidade para o atendimento das demandas regionais. Toledo é o centro secundário, com nível de centralidade médio.

Várias unidades de ensino superior localizam-se nesses centros. Trata-se de uma aglomeração que comanda uma mesorregião agroindustrial. Sua participação no valor adicionado do estado é de 4,14%, dada principalmente pela participação de Cascavel e Toledo.

Cascavel, junto com Foz do Iguaçu, polariza uma mesorregião inserida numa espacialidade de esvaziamento, tendo sido a última fronteira de ocupação do estado do Paraná, integrando-se à dinâmica estadual apenas a partir dos anos 70, época em que teve início a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Sua evasão rural acentua-se apenas mais recentemente, porém seu crescimento urbano já é intenso desde os anos 70, sofrendo também os efeitos da construção de Itaipu. Essa mesorregião caracteriza-se por uma especialização na produção de grãos (soja, trigo e

milho), respondendo por mais de 20% do valor da produção de grãos comercializados no estado, bem acima das demais regiões produtoras, e tem as maiores participações no valor da produção agrícola e pecuária do estado. É a região que tem a maior proporção de terras consideradas de melhor qualidade para o cultivo mecanizado e a maior proporção de terras ocupadas por lavouras.

Juntamente com a agricultura, a mesorregião especializa-se na produção de aves e suínos, e também de leite, com alto nível tecnológico e forte integração agroindustrial, através do regime de cooperativas, com empresas como a Cooperativa Agropecuária Cascavel (Copavel), a sexta maior do estado em termos de valor comercializado, com relevância regional, porém com receitas muito distantes das principais cooperativas do estado, sediadas na mesorregião de Ponta Grossa. A particularidade da ação cooperativada na economia está na sua disseminação entre a maioria dos municípios e produtores regionais. Dos produtores cooperativados do Paraná, quase 50% estão nessa mesorregião.

Internamente, é uma das que apresenta maior grau de concentração de atividades na agroindústria e, dentro desta, na produção de alimentos. Isso a coloca como a terceira com maior participação no gênero alimentos do estado. As atividades da indústria de transformação repercutem no emprego formal, com a quarta maior concentração do estado, sendo o gênero de alimentos o principal empregador.

• Aglomeração urbana de Foz do Iguaçu

A aglomeração urbana de Foz do Iguaçu possui forte integração socioeconômica e proximidade geográfica à de Cascavel. Com 248.317 habitantes e uma densidade demográfica de 282,50 habitantes por quilômetro quadrado, apresenta as maiores taxas de crescimento entre as aglomerações da região Sul: 3,75% a.a., entre 1980 e 1991, e 3,98% a.a., entre 1991 e 1996. Configura uma mancha de ocupação contígua com Santa Terezinha do Itaipu, e contínua com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazu (Argentina), cumprindo Foz do Iguaçu o complexo papel de polarizar uma aglomeração de fronteira internacional, desempenhando funções ora complementares, ora concorrentes, num movimento de oportunidades regido pela política econômica e institucional de cada um dos países envolvidos. É um centro importante na rede urbana paranaense e cumpre papel de destaque entre os centros nacionais. Destaca-se pelas atividades de turismo – devido ao Parque Nacional do Iguaçu, as Cataratas e Itaipu – e do comércio de fronteira. Sua participação no valor adicionado do estado é de 6,16%, muito influenciada pela geração de energia de Itaipu.

Como aglomeração internacional, Foz do Iguaçu tem sua estrutura de arrecadação fortalecida pelos repasses dos *royalties* de compensação financeira pelas terras alagadas para geração de energia elétrica.

• Aglomeração urbana de Criciúma

A aglomeração urbana de Criciúma abriga 329.511 habitantes, com uma densidade de 174,62 habitantes por quilômetro quadrado. Vem crescendo expressivamente, com taxas de 3,34% a.a., entre 1980 e 1991, e 2,86% a.a., entre 1991 e 1996. Seu centro principal é Criciúma, com centralidade de nível forte para médio, e volume elevado de população, dada sua importância na economia estadual, atraindo para seu entorno um processo de ocupação crescente, percebido na ocupação contígua que desenvolve com Içara. É seguido por Araranguá, com centralidade de nível médio. Agrega em continuidade Cocal do Sul, Forquilhinha, Maracajá, Morro da Fumaça e Sombrio. Responde por 4,98% do valor adicionado total do estado, e é o mais importante parque de cerâmica existente no país.

Este centro está inserido numa mesorregião de pequenas espacialidades de esvaziamento, ligadas às atividades agrícolas, cuja dinâmica, além da indústria cerâmica, está ligada ao subpólo de vestuário e à produção de alimentos, localizada no eixo da BR-101.

Alguns dos municípios dessa aglomeração urbana, a maioria dos quais possuindo atividades agrícolas ligadas a pequenos produtores, mantém, desde os anos 70, um decréscimo acentuado em sua população total. Com o declínio da atividade extrativa do carvão, acentuado nos anos 80, a economia da mesorregião evolui para a indústria de revestimento cerâmico – pisos e azulejos –, viabilizada pela qualidade da argila ali existente. Atualmente, é o mais importante parque cerâmico existente no país, representando cerca de 40% da produção nacional e 70% das exportações brasileiras do setor.

Os principais grupos são: Cecrisa, Eliane (Gardzinski), Vectra, Portinari e De Lucca, que estão entre os maiores grupos econômicos do estado.

Contudo, esse desempenho regional não tem garantido a manutenção da sua expressão na estrutura de renda do estado. Sua contribuição nessa renda, em 1996, é de 10,2%, com um declínio de 2,2 pontos percentuais em relação a 1980.

A agricultura tem uma presença significativa na economia dessa mesorregião, incluindo as áreas de grande produção de arroz, mandioca, banana e fumo. Os municípios ligados à atividade pesqueira, que já foi de grande importância, sofrem hoje um declínio devido à poluição ambiental carvoeira.

Da perspectiva social, essa mesorregião situa-se entre as localidades intermediárias no que se refere à proporção de chefes com rendimento de até dois salários mínimos (45,5%) e à renda média familiar *per capita*.

• **Aglomeração urbana de Itajaí**

A aglomeração urbana de Itajaí agrega quatro localidades contíguas – Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú e Navegantes – e duas localidades contínuas – Itapema e Porto Belo. É fortemente integrada à aglomeração de Blumenau. Possui 285.375 habitantes e a elevada densidade de 342,18 habitantes por quilômetro quadrado. Apresenta taxas de crescimento entre as mais elevadas da região Sul e em ritmo crescente: de 4,04% a.a. para 4,11% a.a., nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente. Itajaí tem centralidade de nível forte para médio e tipo urbano de média dimensão.

Itajaí exerce uma função portuária fundamentalmente voltada à exportação de industrializados da confecção e da metal-mecânica, polarizando a área litorânea com os importantes balneários de Balneário de Camboriú e Itapema. É a sede da Univale, uma das mais importantes universidades catarinenses.

A aglomeração participa com 5,41% do valor adicionado total do estado, fortemente influenciado por Itajaí.

O dinamismo dos segmentos da metal-mecânica, cada vez mais concentrados em Joinville, levou a uma perda relativa da importância dos gêneros tradicionais da têxtil e confecção, concentrados no Vale do Itajaí.

2.2.2.3 Aglomerações descontínuas

Também com as características de elevada população e densidade, alto grau de urbanização e PEA urbana, esse tipo de centro difere das aglomerações anteriores por apresentar menor peso econômico, inexistência ou apenas tendência à formação de manchas contíguas de ocupação, porém com centros descontínuos fortemente articulados e envolvidos na mesma dinâmica socioeconômica.

• **Aglomeração descontínua de Ponta Grossa**

Esta aglomeração descontínua reúne os municípios de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, e agrega 323.855 habitantes, apresentando taxas de crescimento da população de 2,13% a.a. e 1,68% a.a., respectivamente, nos períodos 1980-91 e 1991-96. Ponta Grossa tem nível de centralidade forte, sendo o quarto maior município do Paraná em população. Os limites às especialidades funcionais de Ponta Grossa dão-se devido à proximidade com Curitiba. E embora se reforce como pólo regional, Ponta Grossa está longe de concorrer com a metrópole na oferta de funções de média e alta complexidade e na abrangência da polarização. Participa com 3,9% do valor adicionado total do estado, em função de uma indústria diversificada, mas com forte peso agroindustrial na linha de lacticínios.

Este centro polariza uma mesorregião com espacialidades de esvaziamento em que a diversidade de atividades econômicas e, principalmente, os segmentos mais modernos ainda são embrionários e centrados apenas em Ponta Grossa. Principal pólo do Paraná antigo, Ponta Grossa era o ponto de confluência das relações Sul/Sudeste brasileiro e de penetração para o interior do estado. Essa mesorregião mantém, ao longo do período 1980-96, uma participação de, aproximadamente, 7% do valor adicionado fiscal, quarta posição entre as mesorregiões do estado.

Com uma estrutura industrial diversificada e centrada em Ponta Grossa, a mesorregião responde pela maior produção de papel-papelão do estado, abrigando plantas das indústrias Klabin, Pisa e Inpacel. Numa tendência de complementaridade, o gênero madeira é mais expressivo em Ponta Grossa, onde também avança o gênero mobiliário e o têxtil, com a presença da COT Kurashiki do Brasil – multinacional com sede em São Paulo, atuando em fios mais finos, o que não a submete às exigências de reestruturação do gênero –, não apresentando nenhum encadeamento com a indústria da confecção.

É expressiva sua participação na indústria metalúrgica e na mecânica, únicos gêneros que integram sua indústria com a da Região Metropolitana de Curitiba , com especialidade na fabricação de implementos agrícolas.

É no segmento agroalimentar que ainda reside a principal dinâmica econômica da mesorregião, sustentado por duas grandes bases: uma moderna produção agrícola e uma forte expressão na produção de lácteos. Sua expressiva produção agrícola provém da soja, trigo e milho, com uma atuação de empresas que lhe garantem a maior capacidade de moagem de soja e trigo, e de produção de óleo de soja do estado, com a presença das empresas Cargil, Moinho Santista e Sanbra.

A mesorregião é a mais importante bacia leiteira do estado e tende a consolidar-se como o principal pólo de derivados lácteos. Essa atividade desenvolve-se na produção cooperativada, destacando-se a atuação de grandes cooperativas, como a Batavo e a Castrolanda, formadoras da Cooperativa Central de Lacticínios do Paraná (CCLPL), que industrializa os produtos da marca Batavo. A atividade vem sofrendo processos de expansão e de fusão, incluindo cooperativas de outros estados, com o objetivo de atender às exigências de competitividade no mercado. Nesse processo de expansão, recentemente a Parmalat adquiriu o controle acionário da CCLPL, para o uso da marca Batavo.

A ocupação da mão-de-obra da mesorregião é preponderantemente agropecuária, mas as atividades urbanas respondem por parte expressiva da sua ocupação. No mercado formal da indústria, os segmentos da madeira e papel respondem por aproximadamente 50% dos empregos gerados, ambos com decréscimo na ocupação, nas décadas de 80 e 90, em função da forte reestruturação tecno-

lógica e organizacional que atinge esses segmentos. O padrão do emprego no setor terciário da mesorregião reforça a centralidade de Ponta Grossa.

- **Aglomerações descontínuas de Ijuí e Passo Fundo**

Estas duas aglomerações estão inseridas na mesorregião Noroeste Rio-grandense.

Ijuí compõe um conjunto fortemente articulado com mais cinco municípios, sendo três com população superior a 50 mil habitantes: Cruz Alta, Santa Rosa e Santo Ângelo, e mais Horizontina e Panambi. Tem uma população de 333.414 habitantes e taxas de crescimento mínimas, passando de 0,2% a.a. (1980-91) para 0,5% a.a. (1991-96). Ijuí tem um nível de centralidade forte, distinguindo-se dos demais centros da aglomeração, e uma das mais importantes universidades do interior do estado. Outra importante universidade gaúcha localiza-se em Santo Ângelo. A aglomeração constitui um importante eixo industrial, respondendo por 3,08% do valor adicionado do Rio Grande do Sul.

Já a aglomeração de Passo Fundo, Carazinho, Erechim e Maraú reúne 320.572 habitantes e apresenta taxas de crescimento de 1,31% a.a. e 1,10% a.a., nos períodos 1980-91 e 1991-96, respectivamente. Passo Fundo é o mais importante pólo regional, com nível de centralidade muito forte, tendo uma unidade de ensino de nível superior. Como Ijuí, Passo Fundo compõe um importante eixo industrial no estado, respondendo por 2,8% do valor adicionado total.

Essas duas aglomerações, Ijuí e Passo Fundo, estão inseridas na mesorregião de maior produção agrícola do estado, sendo sua estrutura agrária de pequenas e médias propriedades produtoras de trigo, soja e milho. O parque industrial regional está vinculado à agropecuária, sendo os gêneros mais expressivos os de produtos alimentares, máquinas e implementos agrícolas e de bebidas. A partir dos anos 70, a produção e a modernização da agricultura desencadearam o aumento das atividades urbanas no setor de serviços. Já os anos 80 e 90 foram duros para a economia dessa mesorregião. A crise tornou-se explícita nos primeiros anos deste período. Ainda assim, é a mesorregião que possui o maior produto agrícola do estado. Todavia, cabe ressaltar que o produto resultante das atividades urbanas (indústria e serviços) tem elevado a sua participação na composição do produto regional.

O parque industrial implantado nessa área do estado também é formado por pequenos e médios estabelecimentos, vinculados à base agropecuária, os quais estão disseminados por toda a mesorregião. Sua participação no total da indústria rio-grandense pode ser considerada pequena, com predominância dos gêneros alimentícios, de máquinas e implementos agrícolas, e bebidas, absolutamente vinculados aos movimentos que a agropecuária assumiu, particularmente os dois primeiros ramos.

Nessa porção do território do Rio Grande do Sul, houve um expressivo crescimento nos anos 60 e 70, elevando substancialmente a sua participação no produto agrícola do estado e gerando demandas urbanas tanto no setor industrial quanto no de serviços, constituindo-se em fator de crescimento das cidades da mesorregião, que já contava com uma rede urbana bastante densa (158 cidades).

Os anos 80 e 90 foram duros para a economia dessa região, cuja base depende fundamentalmente do desempenho do setor agrícola, reduzindo suas possibilidades de crescimento. Alguns produtos importantes, como a soja por exemplo, tiveram seus preços reduzidos no mercado internacional.

Apesar de o setor industrial ter mantido sua participação no total do produto industrial do estado, o comportamento do emprego foi oscilante, com modificações importantes na sua composição, caindo verticalmente o emprego do gênero mecânica. Essa queda deveu-se à intensa crise que se abateu sobre o setor agropecuário e à reestruturação experimentada pelas firmas, resultando em redução dos postos de trabalho. A elevação nos níveis de emprego de outros setores não compensou a queda que esses segmentos tiveram.

A expansão da produção industrial de alimentos parece confirmar uma tendência de períodos anteriores que apontava para a interiorização da agroindústria[66].

Do ponto de vista da territorialidade, o desenvolvimento econômico das últimas décadas acabou por consolidar algumas centralidades em meio a uma rede urbana constituída por pequenas e médias cidades, que ocupam toda a mesorregião, tendendo a comporem-se aglomerações descontínuas, agregando pólos e subpólos, com dinâmica comum/complementar, associada a atividades agropecuárias, integradas com agroindústrias e com atividades terciárias razoavelmente desenvolvidas.

Essas aglomerações urbanas estruturaram-se a partir do sistema viário que conforma essa mesorregião. O primeiro é constituído por Erechim, Passo Fundo e Carazinho, que estão ligados pela rodovia RS-135, BR-285 e BR-377, respectivamente, localizados mais ao centro e nordeste dessa mesorregião. O segundo eixo é constituído pelos municípios de Panambi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa e Horizontina, localizados mais ao sul e a oeste da mesorregião, todos ligados por rodovias federais e estaduais asfaltadas.

A consolidação da liderança desses principais centros, formadores desses eixos, estabeleceu-se mediante o avanço das atividades terciárias nos locais. Cabe registrar

[66] Consulte-se, a respeito, Alonso e Bandeira (1990, p. 95).

o papel das universidades comunitárias, há várias décadas em funcionamento em algumas dessas cidades, como a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – com sede em Ijuí – e a Universidade de Passo Fundo.

Para o futuro, estes centros tendem a manter a sua "hegemonia" no âmbito regional. As perspectivas apontam para um cenário urbano constituído por pequenas e médias cidades, que continuarão desenvolvendo funções de apoio às atividades agrícolas predominantes. Alguns poucos centros deverão ser sedes de plantas agroindustriais vinculadas à lavoura de grãos e à criação de pequenos animais (suínos e frangos).

- **Aglomeração descontínua de Chapecó**

Chapecó é o centro de um importante eixo do complexo da carne do Rio Grande do Sul, com nível de centralidade forte e tipo urbano de média dimensão, mas distinguindo-se por possuir uma estrutura ocupacional com grande diversificação e grande peso em atividades urbanas. Os municípios da aglomeração abrigam 317.270 habitantes e vêm crescendo a taxas de 3,79% e 0,44% a.a., entre 1980 e 1991 e entre 1991 e 1996, respectivamente. Participam com 9,08% do valor adicionado de Santa Catarina, com forte influência de Chapecó, um dos municípios mais importantes do estado.

Esse centro está inserido numa região com fortes características rurais, compreendendo um dos principais eixos da agroindústria do estado (carne, soja, frutas e madeira). Essa diversificação de atividades no setor primário tem garantido um ritmo de crescimento populacional no qual a evasão rural ainda vem sendo, em boa parte, absorvida pelo conjunto das cidades da região, cuja dinâmica urbana garante essa sustentação.

Chapecó, junto com Videira e Fraiburgo formam eixos dinâmicos contínuos de importância relevante no arranjo urbano do estado, com uma dinâmica definida por uma economia assentada na agroindústria, predominantemente ligada à comercialização e ao processamento da soja, como parte do complexo de aves e suínos. Esta economia sustenta uma estrutura fundiária de médios e pequenos produtores, a qual vem conseguindo assegurar um ritmo menor de evasão rural e, ao mesmo tempo, garantir que o modelo de produção qualifique o oeste catarinense para uma competitividade internacional. Atualmente, a mesorregião responde por 90% das exportações de suínos e 60% das exportações de frango do Brasil, sendo o principal pólo do país nessas atividades.

Esse complexo agroindustrial reúne os principais grupos econômicos da indústria alimentar de aves e suínos, como o grupo Sadia, com sede em Concórdia, o grupo Perdigão, com sede em Videira, as Organizações Chapecó e a Ceval Agroindustrial, que, embora não esteja sediada na mesorregião, possui nela inúmeras unidades, destacando-se pela produção de óleos e farelo de soja, e detendo a primazia no processamento de soja no Brasil.

Na década de 80, e ainda nos anos 90, a atividade agroindustrial apresenta um dinamismo acentuado, confirmando as condições de competitividade dessa mesorregião no mercado mundial. Os empregos industriais ainda são bastante representativos entre as atividades urbanas.

Dois dos eixos que sustentam a atividade econômica da mesorregião, o da madeira e o da agroindústria da carne, apontam para tendências de uma reestruturação produtiva associada ao seu deslocamento para outras regiões do país. Isso implicaria, a médio prazo, um esgotamento da capacidade de sustentação do crescimento populacional, com o processo de evasão passando a não restringir-se às áreas rurais.

2.2.2.4 Eixos articulados

Este tipo integra eixos ou centros de menor porte, fortemente articulados, em localizações próximas, porém descontínuas, com menor volume populacional e menor densidade, mas integrados por uma dinâmica socioeconômica comum. Os centros de 4ª ordem podem ser formados a partir de eixos econômicos articulados pela presença de algum elemento estruturador natural e/ou construído.

- **Eixo da avicultura de Pato Branco/Francisco Beltrão**

Pato Branco, Francisco Beltrão e, secundariamente, Dois Vizinhos são os centros principais de uma mesorregião que tem sua base produtiva com características predominantemente agropecuárias, voltada à agroindústria de aves e suínos, como extensão do eixo da agroindústria do oeste catarinense. Sua participação no valor adicionado total do Paraná é de 1,36%. Juntos, eles somam 155.564 habitantes e apresentam taxas de crescimento baixas e em queda: de 1,25% a.a. no período 1980-91 para 0,83% a.a., no período 1991-96. Esses centros são muito próximos e não exercem polarização entre eles, estando inseridos numa espacialidade de esvaziamento.

A atividade econômica em desenvolvimento não viabiliza uma ampliação na oferta de postos de trabalho, nem na geração de maiores efeitos multiplicadores no sudeste paranaense, já que seu processo de reestruturação modernizador passa por padrões sujeitos a maior seletividade e exclusão. O papel desses centros é sustentar localmente as atividades da base produtiva regional, com características predominantemente agropecuárias.

Essa mesorregião vem registrando perdas populacionais nos últimos anos, num quadro de evasão que tende a intensificar-se. Esse comportamento populacio-

nal tem estreita relação com uma estrutura fundiária centrada na pequena propriedade, com utilização intensiva de mão-de-obra familiar, produzindo com grandes desvantagens, fato esse agravado pelo relevo mais acidentado e clima mais frio, em comparação com outras mesorregiões do estado.

Esse nível de atividade traduz-se num dos menores mercados de trabalho industrial do estado. Na estrutura ocupacional, Francisco Beltrão e Pato Branco têm um peso mais significativo no setor terciário. Essa estrutura ocupacional permite caracterizar Pato Branco como o principal centro de atividades terciárias da mesorregião, destacando-se no comércio em geral e de máquinas e veículos, e Francisco Beltrão como o centro industrial.

- **Eixo da fruticultura e da madeira de Caçador e Fraiburgo**

Caçador e Fraiburgo, na mesorregião oeste catarinense, formam um eixo cuja dinâmica é definida pela fruticultura e pela madeira. Possuem 88.885 habitantes e taxas elevadas de crescimento (3,51% e 2,30% a.a.) nos períodos analisados. Caçador tem nível de centralidade médio. A participação desse eixo no valor adicionado de Santa Catarina é de 1,93%.

- **Eixo do mobiliário de São Bento do Sul**

São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra constituem o eixo do mobiliário mais importante da região Sul, incluindo também os municípios do Paraná, Piên e Rio Negro. Destaca-se, como pólo, São Bento do Sul, com nível de centralidade médio para fraco e tipo urbano de média dimensão. Reúne em seu conjunto 174.783 habitantes, e suas taxas de crescimento são elevadas, mas em declínio, 2,30% (1980-91) a.a. e 1,80% (1991-96) a.a. Participa com 3,81% do valor adicionado de Santa Catarina, tendo em São Bento do Sul a maior contribuição.

- **Eixo turístico de Gramado e Canela**

Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Nova Petrópolis formam no Rio Grande do Sul um importante eixo turístico entre as aglomerações de Porto Alegre e de Caxias do Sul. Embora com algumas indústrias moveleiras, Gramado tem sua economia ligada fortemente ao turismo. Em seu conjunto, alguns municípios deste eixo crescem com taxas elevadas e, na média, apresenta taxas crescentes de 1,21% a.a. para 1,61% a.a. Reúnem 89.825 habitantes e respondem por 0,68% do valor adicionado estadual.

A vocação do eixo turístico de Canela, Gramado, Nova Petrópolis e São Francisco de Paula vem-se consolidando nas últimas décadas. O setor industrial do eixo, formado predominantemente por pequenas e médias empresas, experimentou uma relativa expansão entre 1980 e 1992, principalmente dos gêneros vestuário, calçados e artefatos de tecidos, madeira e mobiliário. A indústria da madeira faz parte da história da mesorregião, que no passado deteve reservas nativas, particularmente nos municípios de Canela e São Francisco de Paula, cujos territórios são limítrofes com os campos de cima da serra, área madeireira do Rio Grande do Sul. A indústria do mobiliário (uma extensão do segmento madeireiro) também é tradicional no eixo turístico, tendo inclusive estabelecido um estilo denominado *móveis de Gramado*, cujo mercado amplia-se para além das fronteiras do país.

2.2.2.5 Ocupações contínuas

São ocupações contínuas formadas por conjuntos de municípios urbanizados, com crescimento populacional contínuo, acima da média dos estados. Correspondem às ocupações contínuas de fronteira, com contigüidade de mancha de ocupação em parcelas territoriais de diferentes estados ou países, apresentando intensos fluxos de relações, complementaridade funcional, integração social e econômica. Correspondem também às ocupações litorâneas, com contigüidade ou continuidade da mancha de ocupação da faixa litorânea e padrão funcional peculiar a de balneários.

- **Centros fronteiriços de Santana do Livramento e Uruguaiana**

Santana do Livramento está conurbado a Rivera, no Uruguai, e Uruguaiana, a Paso de los Libres, na Argentina. Constituem espaços urbanos contínuos, assentados sobre territórios político-administrativos distintos. A importância destes dois centros decorre de sua função estratégica, reforçada pelo comércio de fronteira. Ambos têm nível de centralidade médio para fraco, mas reúnem volumes significativos de população (Santana do Livramento tem 85.554 habitantes e Uruguaiana, 124.881 habitantes).

Estes centros estão inseridos numa mesorregião do Rio Grande do Sul que é produto histórico de uma sociedade pastoril, com uma estrutura agrária de grandes latifúndios. É uma das áreas mais estagnadas do estado, com incapacidade de alcançar uma inserção favorável, pelo menos nos ciclos expansivos da economia brasileira e do próprio estado, e de diversificar a sua base produtiva, constituída praticamente por dois produtos (carne e arroz); é a mais homogênea das mesorregiões do estado.

O movimento de modernização na pecuária (bovina e ovina) do Rio Grande do Sul não está ocorrendo nessa mesorregião, com um enfraquecimento de sua estrutura produtiva, principalmente nos anos 90, como decorrência da abertura comercial, dos juros altos e do fechamento do mercado internacional, devido a controles sanitários.

Sua agricultura não está em situação mais decadente devido ao bom desempenho da lavoura de arroz. Esta

cultura obteve elevação importante dos índices de produtividade, em virtude da adoção de insumos modernos, sementes melhoradas, máquinas e implementos agrícolas adequados, bem como linhas de financiamentos oficiais compatíveis com a economicidade da atividade.

O setor industrial foi o que apresentou os piores resultados nas últimas três décadas. O parque industrial dessa mesorregião sempre esteve centrado em ramos ligados à base agropecuária, com predominância do gênero de produtos alimentares. Deve ser feito, ainda, um registro sobre o gênero têxtil, ligado à produção de lã ovina, produto tradicional da pecuária regional. A mesorregião experimentou, ainda, a introdução de um segmento inédito no ramo de bebidas nessa zona do estado, a indústria vinífera[67], sem ter tido o impacto que se esperava na mesorregião.

Apesar de estarem localizadas numa das áreas mais estagnadas do estado, esses centros são dotados de algumas peculiaridades que as distinguem das demais. Uma delas é estarem contíguas a cidades pertencentes a outros países, com áreas urbanas em alguns casos conurbadas. Outra especificidade é dada pelo processo de integração estabelecido pelo Tratado de Assunção, em vigência nos anos 90, e por estarem localizadas justamente nas principais rotas de transporte, sofrendo um impacto direto do próprio processo de integração. O aumento substancial de comércio Brasil-Argentina, a partir do Tratado, elevou a pressão sobre as rotas de transporte tradicionais. No caso do Rio Grande do Sul, o principal eixo de transporte rodoviário tem como ponto de entrada/saída do país a cidade de Uruguaiana. Este ponto, em pouco tempo de funcionamento do Mercosul, já é insuficiente para a circulação internacional, levando à busca de rotas alternativas, como São Borja-Santo Tomé.

O centro urbano de Uruguaiana, limítrofe com Passo de Los Libres, na Argentina, é o mais importante dessa parte da fronteira. Trata-se da maior cidade da mesorregião. Teve, no passado, uma agropecuária forte, calcada na produção de carne e lã. A ovinocultura foi duramente atingida pela concorrência do fio sintético, fazendo com que o rebanho do município caísse a menos da metade em 35 anos. Esta perda não foi compensada pelo aumento da produção de arroz, que cresceu rapidamente no mesmo período. A produção agropecuária, que representava 2,20% do total do estado em 1980, caiu para 1,79% em 1990. O setor de serviços também apresentou queda na participação relativa no total do estado, entre 1980 e 1990, ainda que a cidade tenha se mantido como maior centro de atividades terciárias desta parte do Rio Grande do Sul. Aproximadamente 58% do PIB local é gerado por atividades terciárias.

O centro urbano de Uruguaiana é o que vem sofrendo maior impacto do Mercosul, devido ao aumento do fluxo de comércio entre Brasil e Argentina, que vem exercendo forte pressão sobre a estrutura de serviços local, principalmente os serviços governamentais de apoio ao transporte de mercadorias entre os dois países. Em muitos momentos, nos últimos cinco anos, essa estrutura de serviços pareceu estar com a capacidade esgotada, resultando em gargalo neste ponto do território. É possível que, com a conclusão da ponte São Borja-Santo Tomé, parte da demanda exercida sobre Uruguaiana/Passo de Los Libres seja remetida para o aglomerado mais ao norte.

Além desses aspectos, cabe comentar sobre uma especificidade do comércio de cidades de fronteira, do tipo de Uruguaiana, que sempre teve uma rede de comércio varejista importante na mesorregião. O comércio é um segmento que nestas circunstâncias é influenciado por diferenças cambiais entre as moedas dos dois países, que ora beneficia o comércio de um lado da fronteira, ora do outro. Assim, em muitos momentos da história recente, ocorreram verdadeiros *booms* comerciais, elevando as vendas, o emprego e a renda deste segmento por algum tempo, para depois voltar ao movimento que a dimensão da demanda local estabelece. A situação de fronteira, associada às diferenças cambiais, favorece também, em momentos de crise, o funcionamento de atividades informais de comércio.

A condição de maior centro urbano da mesorregião e a posição até certo ponto estratégica no contexto da fronteira entre Brasil e Argentina, o que permite alguns ganhos com a expansão das atividades terciárias, não têm sido suficientes para sinalizar alguma dinamização da economia local. Na verdade, a dupla crise que sofre a economia da chamada *Metade Sul* do Rio Grande do Sul é ampla e profunda, anulando as eventuais circunstâncias favoráveis a uma retomada do desenvolvimento, as quais possam emergir em um ou outro ponto do território.

Na fronteira com o Uruguai, as cidades de Santana do Livramento e Rivera estão conurbadas desde as suas origens, sendo separadas apenas por uma rua. Em conjunto, possuem uma população urbana de 141.781 habitantes (1996)[68]. Estes dois centros representam a mais bem-sucedida experiência de integração entre cidades de países distintos que se conhece.

[67] Os dois empreendimentos foram liderados pela Almadén (norte-americana da Califórnia) e pelo grupo Hombo (japonês). Este último ainda continua produzindo uvas e vinhos e realizando pesquisas com fruticultura, visando a uma possível produção de sucos no futuro. O grupo da Califórnia vendeu o negócio a outra multinacional do ramo de bebidas (Seagram), que numa reestruturação do grupo acabou por transferir a fase de engarrafamento para as plantas industriais da serra gaúcha.

[68] Rivera tem uma população urbana de 62.314 habitantes e população rural de 7.982 habitantes (1996). Santana do Livramento tem uma população urbana de 79.467 habitantes e população rural de 6.087 habitantes (1996).

Houve queda relativa na participação da economia de Santana do Livramento no estado em todos os setores. Os anos 90 apontam igualmente para a manutenção dos níveis de participação do município no PIB estadual, em torno de 0,68% (1994).

Os desempenhos fracos da agropecuária e da indústria levaram as duas cidades a aumentar sua dependência das atividades do setor terciário. Este setor é revestido de alguma importância regional, na medida em que atende parte da demanda por alguns serviços, provenientes de outros centros menores. O segmento mais relevante dos serviços, neste caso, é o comércio varejista.

A decisão uruguaia de estabelecer um sistema de comércio livre de qualquer gravame sobre mercadorias importadas na cidade de Rivera acabou por impor sérias dificuldades ao comércio da aglomeração de Santana do Livramento, que, não tendo o mesmo tratamento do lado brasileiro, e em meio à crise da própria mesorregião, não teve outra alternativa a não ser reduzir drasticamente o seu tamanho. O comércio de Rivera vem atraindo fluxos importantes de compradores de todo o Rio Grande do Sul, justamente aquela demanda representativa de classes de renda média e alta. Este movimento tem proporcionado a expansão do setor de hotelaria, do lado brasileiro, e também de alguns serviços. Mas, infelizmente, isto não é suficiente para compensar as perdas acumuladas com a retração da agropecuária local e a desindustrialização absoluta que a aglomeração acumulou nas últimas décadas.

2.2.2.5 Ocupações litorâneas

No Paraná, corresponde ao eixo de ocupação contígua de Matinhos e Guaratuba, e contínua a Pontal do Paraná, com taxas de crescimento superiores a 10% a.a., entre 1991 e 1996; em Santa Catarina, a Barra Velha, Penha e Piçarras, com taxas superiores a 3% a.a., e contigüidade de mancha de ocupação; e no Rio Grande do Sul, em descontinuidade, a Capão da Canoa e Tramandaí, com taxas superiores a 5% a.a., e a Osório e Torres, centros já consolidados, com taxas menores. São ocupações que se alteram em termos de densidade e demandas sazonais, mas que, principalmente em Santa Catarina e no Paraná, já indicam alterações no perfil das cidades, criando uma dinâmica local que extrapola a sazonalidade de uso.

Os centros urbanos localizados na orla sempre tiveram como principais atividades econômicas aquelas relacionadas com o turismo interno, devido à sua função balneária.

A área litorânea do Rio Grande do Sul perdeu capacidade competitiva para a outra área com a mesma vocação, mas com atributos relativamente superiores que é o litoral de Santa Catarina.

2.2.2.6 Centros regionais

- **Centro Regional de Santa Maria**

Este centro regional possui 233.351 habitantes e apresenta taxas de crescimento semelhantes às dos importantes pólos regionais do estado, 1,79% a.a. entre 1980 e 1991, e 1,73% a.a., entre 1991 e 1996. Santa Maria exerce forte centralidade regional como centro provedor de comércio e serviços especializados. Situa-se entre os municípios com participação significativa no valor adicionado estadual (1,24%), sendo o mais importante centro de uma região especializada na produção de alimentos. Seu setor terciário é constituído predominantemente por atividades organizadas em bases modernas, quando comparado com a média de outras cidades, exceto as atividades informais. A principal especificidade dos serviços neste município é dada pela natureza pública (estatal) de grande parte dos mesmos, onde se destacam o ensino superior (Universidade Federal de Santa Maria) e a segurança nacional, atendida por diversas unidades do Exército Nacional e uma Base Aérea.

Este centro polariza uma região cujos avanços foram alcançados nos anos 60, justamente pelos investimentos públicos realizados. A crise dos anos 80 e 90 está impondo uma dura restrição à sua economia, uma vez que não só os investimentos privados, mas também o gasto público diminuíram sensivelmente.

A atividade agropecuária regional é desenvolvida sobre uma estrutura diversificada da propriedade, convivendo ora pequenas e médias ora médias e grandes propriedades. A produção lavoureira é relativamente diversificada nos municípios, com pequenas e médias propriedades[69], e relativamente especializada em bovinocultura e grãos (soja e arroz), nas áreas onde predominam os médios e grandes estabelecimentos.

Em função da pouca expressividade da indústria desta parte do Rio Grande do Sul, alguns esforços industrializantes têm sido desenvolvidos nas últimas quatro décadas sem, contudo, terem obtido qualquer resultado positivo. O setor terciário é o carro-chefe da economia regional, juntamente com a agropecuária.

A rede urbana desta mesorregião é constituída predominantemente por pequenas cidades que operam, na sua maior parte, articuladas com Santa Maria.

Santa Maria divide com Passo Fundo e Pelotas a maior oferta de serviços médicos do interior do estado. O comércio (atacadista e varejista), um dos elementos importantes da centralidade exercida por Santa Maria, tem expressão regional, na medida em que abastece grande parte da população dos municípios no seu entorno imediato, através dos segmentos mais modernos deste setor. Além disso, outras atividades ter-

[69] Os principais produtos da pequena e média lavoura são: feijão, batata doce, batata inglesa, melancia, fumo, mandioca, cebola, laranja.

ciárias, como serviços jurídicos, contábeis e financeiros, reforçam a centralidade local. Some-se a estes atributos o fato de Santa Maria ser um dos centros políticos e religiosos mais relevantes do Rio Grande do Sul.

- **Centro regional de Guarapuava**

Guarapuava é um centro regional com 155.835 habitantes, com taxas de crescimento expressivas de 2,17% a.a. e 2,02% a.a., nos períodos 1980-91 e 1991-96. Destaca-se como município urbano de média dimensão e nível de centralidade forte para médio. Com uma estrutura urbana ainda não consolidada, começa a viver a pressão da evasão populacional das proximidades. Lidera uma região agroindustrial que integra a produção da soja e milho, e a indústria da madeira. Responde por 1,52% do valor adicionado do Paraná.

Este centro está inserido numa região com grau de urbanização muito baixo e elevado volume de população rural, que apenas mais recentemente começa a dar sinais de evasão, tendendo a se acentuar, pois, além de sua proximidade com a área metropolitana de Curitiba, forte pólo de atração regional, não tem, em seu interior, uma dinâmica econômica capaz de garantir bases de sustentação.

É uma região de campos naturais, que se caracterizou, até os anos 80, pela pecuária extensiva e pelas reservas naturais de madeira em grandes propriedades. Sua inserção na modernização agrícola dos anos 70 ocorreu mais lentamente e atuou como fronteira interna de ocupação, absorvendo parte dos fluxos rurais, particularmente do norte e oeste do estado.

A estrutura ocupacional deste centro confirma a predominância do terciário, que é o setor maior absorvedor de mão-de-obra, e o único que reúne funções mais complexas e diversificadas.

A base produtiva rural integra, atualmente, a produção agrícola da soja e milho de elevado padrão tecnológico, situando-se entre as mesorregiões produtoras importantes do estado, com predominância de grandes e médios produtores de origem européia, organizados numa forte cooperativa, a Agrária Mista Entre-Rios Ltda., localizada em Guarapuava. Uma especialidade desse grupo é a produção de cevada e a fabricação do malte, com a Agromalte, também em Guarapuava.

O setor industrial persiste centrado na indústria da madeira e também em um segmento papeleiro restrito a algumas empresas de pasta mecânica e celulose, com processos produtivos bem simplificados.

- **Centro regional de Paranaguá**

Paranaguá é o centro portuário mais importante do Paraná. Tem uma população de 124.920 habitantes e vem apresentando expressivo crescimento, com taxas de 2,48% a.a. e 2,97% a.a., nos períodos 1980-91 e 1991-96. É um moderno porto, especializado na exportação de grãos.

Com participação expressiva na renda e articulado à dinâmica econômica metropolitana de Curitiba, Paranaguá, na sua função portuária, é especializado na exportação agroindustrial e qualifica-se para responder às novas exigências da produção metropolitana, especialmente no que se refere à comercialização e ao escoamento de produtos. Entretanto, sua participação no valor adicionado fiscal estadual não se sustentou ao longo do período 1980-96, com 3,4% em 1980, diminuindo progressivamente, até atingir 1,32% em 1996.

2.2.2.7 Centros sub-regionais

No Paraná, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama polarizam mesorregiões de base agropecuária, firmando-se como centros de comércio e serviços; e União da Vitória polariza uma mesorregião madeireira, situando-se numa posição de fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, formando uma ocupação contígua com Porto União. Todos esses centros têm uma população superior a 50 mil habitantes e nível de centralidade forte para médio.

Em Santa Catarina, São Miguel do Oeste faz parte do complexo agroalimentar, e Rio do Sul polariza uma mesorregião de agricultura de pequenos produtores; Tubarão possui uma usina termelétrica, na porção sul do estado, e Lages é o centro tradicional de uma mesorregião madeireira, com o maior volume de população destes pólos: 148.860 habitantes. Todos os municípios apresentam nível de centralidade forte para médio.

No Rio Grande do Sul, Bagé e Cachoeira do Sul, embora com nível de centralidade inferior (médio), possuem volumes populacionais expressivos, de 115.657 habitantes e 88.612 habitantes, respectivamente. Bagé localiza-se no sul do estado, polarizando uma mesorregião agropecuária; e Cachoeira do Sul situa-se próximo à aglomeração metropolitana de Porto Alegre.

3 Considerações Finais

Aglomerações, em suas diferentes escalas, são a marca da morfologia da rede urbana do Sul. Em torno delas, giram as questões centrais relativas às transformações

socioespaciais da região. Prioridades e recomendações devem, portanto, direcionar-se para administrar e maximizar as vantagens comparativas e, ao mesmo tempo, superar as suas contradições. Alguns pontos as sintetizam:

- a implementação de um processo de planejamento que defina as referências nacionais em termos de prioridades setoriais e locacionais para os grandes investimentos urbanos, articulado a uma discussão local que inclua os vários agentes intervenientes na gestão urbana, do governo e da sociedade, com garantia de maior contrapartida da iniciativa privada;
- a regulamentação das políticas de incentivos – com a finalidade de minimizar os efeitos da *guerra dos lugares* – é necessária, tais como estratégias ao fortalecimento de centralidades, sem que se torne precário o atendimento às demandas sociais e sem que se comprometa a coesão regional/nacional;
- a política compensatória deve dirigir-se aos municípios-dormitório, preteridos pelo investimento econômico, porém absorvedores de grande contingente de população e pressionados por crescente demanda, já que os mesmos estarão fragilizados em sua capacidade financeira e onerados pelos compromissos da descentralização das políticas sociais;
- o reconhecimento da precarização do emprego, oriunda da reestruturação e modernização das atividades econômicas, criando instrumentos que facilitem o desenvolvimento de atividades alternativas e priorizem programas que atuem na atenção às demandas sociais ampliadas – políticas habitacionais, de saneamento básico e de oferta de equipamentos urbanos sociais;
- a viabilização e a implementação de instrumentos de controle do uso e ocupação do solo que garantam o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, a sustentabilidade ambiental; e
- a agilização da institucionalização de legislações adequadas às aglomerações urbanas e metropolitanas, pautadas em critérios nacionais, bem como a constituição de canais de representação que amenizem os conflitos entre a autonomia municipal, os interesses regionais e os da pluralidade dos segmentos, estabelecendo pactos territoriais que *repriorizem* investimentos e redirecionem políticas públicas, efetivando a redistribuição da renda e da receita, respeitando e reforçando as funções regionais de cada município.

Referências Bibliográficas da Série

A ARRANCADA gaúcha (1998) *Amanhã: Economia & Negócios*. Porto Alegre, Plural Comunicação, n.129, abr.

ABE, André T. (1996) *Vitória nos contextos metropolitanos e estadual*. Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória (Projeto Vitória do Futuro – Estudos básicos), abr., mimeo.

ABLAS, L. A. (1982) *A Teoria do lugar central*. São Paulo, IPE/USP.

ABREU, M. A. (1996) "Pensando a cidade no Brasil do passado". In CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p.145-184.

ABREU, M. P. (org.) (1990) *A Ordem do progresso: cem anos de política republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus.

AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (orgs.) (1995) *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, Editora de Unesp/ Fundap (Federalismo no Brasil).

AGRIANUAL – Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira (1996). *Agrianual*. São Paulo, FNP Consultoria e Comércio.

AJARA, C. (coord.) (1988) "Tipologia dos municípios brasileiros – 1980". In: *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro, IBGE, n.1.

ALBUQUERQUE, A. P. (1975) *Política urbana para a Amazônia – objetivos e instrumentos*. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 78 p.

ALONSO, J. A. F. (1984) *Evolução das desigualdades inter-setoriais de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70*. Porto Alegre, FEE (Teses, 9).

_____ (1987) "Reflexões sobre a (des)industrialização de Santa Maria (RS). In: SOCIEDADE DE ECONOMIA de Santa Maria, Seminário sobre o Desenvolvimento Local Integrado. Santa Maria, *Anais*. Santa Maria, Sociedade de Economia, p.100-118.

_____ (1989) "Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo (RS): 1939/87". In: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, FEE, n. 10, ano 2, p. 285-302.

_____ (1997) "Panorama da economia do Rio Grande do Sul em 1996". In: *Indicadores Econômicos*. Porto Alegre, FEE, n. 15, ano 1, maio, p. 137-154.

ALONSO, J. A. F. ; BANDEIRA, P. S. (1988) "A 'desindustrialização' de Porto Alegre: causas e perspectivas". In: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, FEE, n. 9, ano 1, p. 3-28.

_____ (1990) "Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80". In: ALMEIDA, P. F. C. (org.) – *A Economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre, FEE, p. 67-130.

ALONSO, J. A. F. *et alii* (1986) *Áreas estatisticamente comparáveis do Rio Grande do Sul – 1940/80: renda interna*. Porto Alegre, FEE, 192 p.

ALONSO, J. A. F. *et alii* (1994) *Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas*. Porto Alegre, FEE.

ALONSO, W. (1964) *Location and land use*. Cambridge, Harvard University Press.

ALVES, A. C. (1993) *O Emprego em Minas Gerais nos anos oitenta*. Belo Horizonte, UFMG/Face (Monografia de conclusão de curso).

ALVES COELHO, R. L. (1990) "Análise das redes urbanas nordestinas". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 52, n. 2, abr./jun., p. 59-74.

ALVES, L. F. ; FONTES, R. (1998) "Convergência de renda em Minas Gerais: uma análise empírica". In: CEDEPLAR, VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Cedeplar.

AMADEO, E. (1994) *Natureza e funcionamento do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea, out.

ANDRADE, M. V. (1994) *Setor de serviços no Brasil: a dualidade revisitada (1981/1990)*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, T. A. (1979) *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 146 p.

ARAÚJO, E. A. (1981) *Fronteira agrícola e formação de centros comerciais urbanos em Goiás (1930-1955)*. Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, Maria de Fátima I. ; PACHECO, Carlos Américo (1992) "A Trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80". In: CANO, W. (coord.) – *São Paulo no limiar do século XXI: cenários da urbanização paulista – a região administrativa da Grande São Paulo*. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/SPG/Seade, v. 6, p. 55-92.

ARAÚJO, T. B. (1981) "Crescimento industrial do Nordeste: para quem e para quê". In: *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*. Recife, n. 8, ano 1, p. 11-20.

_____ (1994) "Nordeste: evolução recente da economia regional". In: *Balanço e perspectiva do federalismo fiscal no Brasil*, São Paulo, Fundap/Iesp, v. 9, tomo 2.

_____ (1995a) "Planejamento regional e relações intergovernamentais". In: AFFONSO, R. B. A. ; SILVA, P. L. B. (orgs.) – *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*, São Paulo, Fundap.

_____ (1995b) "Nordeste, Nordeste: que Nordeste?". In: AFFONSO, R. B. A. ; SILVA, P. L. B. (orgs.) – *Desigualdades regionais e desenvolvimento*, São Paulo, Editora de Unesp/Fundap, p. 125-156 (Federalismo no Brasil).

_____ (1996) *Pernambuco competitivo: uma economia em transformação*. Recife, TGI, mimeo.

_____ (1997) "Dinâmica regional brasileira e integração competitiva". In: ANPUR, 7º Encontro Nacional da Anpur. Recife, *Anais*, Recife, Anpur.

ARAÚJO, T. B. ; GUIMARÃES, L. (1996) *Região Metropolitana do Recife: características, tendências e desafios socioeconômicos*. Recife, Fidem.

ASCHER, F. (1995) *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris, Editions Odile Jacob, 347 p.

ASE/SEPLAN-MG (1994) *Indicadores do desenvolvimento de Minas Gerais*. Belo Horizonte, ASE/Seplan-MG, mimeo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Rio Grande do Sul (1997) *Os Municípios do Rio Grande do Sul. Evolução cronológica*. Porto Alegre, Comissão de Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (1998) *Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico*. Florianópolis, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Granfpolis.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (1998) *Plano básico de desenvolvimento ecológico-econômico*. Florianópolis, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, AMMVI.

ASSOCIAÇÃO dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (1998) *Plano básico de desenvolvimento regional*. Florianópolis, Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda, Amunesc.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil (1988). Brasília, PNUD/Ipea; Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Rio de Janeiro, IBGE, 1 CD-ROM.

AYDALOT, P. (1985) *Economie régionale et urbaine*. Paris, Economica (Col. Economie), 487 p.

AZZONI, C. R. (1990) "La nueva dirección de la industria en São Paulo: reversión de la polaridad en Brasil". In: LLORENS, F. A. *et alii* (org.) – *Revolución tecnológica y reestructuración productiva*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, p. 367-394.

BAENINGER, R. (1994) "Processos recentes de redistribuição espacial da população em São Paulo, Brasil". In: FUNDACIÓN BARILOCHE/CENEP/PROLAP, Seminário "Distribuición y Mobilidad Territorial de la Población y Desarollo Humano". Bariloche, *Anais*. Bariloche, Fundación Bariloche/Cenep/Prolap.

BAGGIO, E. C. *et alii* (1991) "Desempenho recente das economias brasileira e paranaense". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v. 13, n.11/12, nov./dez., p. 7-10.

BAHIA – CONDER (1975) *Diagnóstico urbanístico da região metropolitana de Salvador*. Salvador, Conder.

BAILLY, A. ; COFFEY, W. (1991) "Activités de services et systèmes de production flexibles". In: *L'espace Géographique*. Paris, PUF, n. 4, p. 335-342.

BAILLY, S. (1975) *L'organisation urbaine, théories et modèles*. Paris, CRU, 272 p.

BAIROCH, P. (s.d.) *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris, Gallimard (col. Arcades), 708 p.

BALÁN, J. (1974) "Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa". In: BALÁN, J. (org.) – *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*, São Paulo, Difel.

BALEEIRO FILHO, A. (1972) "Áreas metropolitanas a nível médio". In: *Revista da Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, jul./ago., 19 (113), p. 5-29.

BALTAR, P. ; MATTOSO, J. (1996) "Transformações estruturais e emprego nos anos 90". In: *Cadernos do Cesit*, Campinas, n. 21.

BANDEIRA, P. S. (1988) *O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira: 1940-1980*. Porto Alegre, FEE, v.1 (15 anos FEE).

_____ (s.d.) *Eixo costeiro sul, eixo da franja de fronteira*. Porto Alegre, mimeo.

BANDEIRA, P. S. ; GRÜNDLING, N. A. (1988) *Distribuição geográfica do crescimento industrial no Rio Grande do Sul. Década de 70*. Porto Alegre, FEE/Codesul.

BARAT, J. (1976) *Política de desenvolvimento urbano; aspectos metropolitanos e locais*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 334 p.

BARCELLOS, T. M. de (1996) *Migrações no Sul: caminhos para terras e cidades*. Porto Alegre, UFRGS (Dissertação de Mestrado).

_____ (1997) "Distribuição das atividades econômicas no território: anotações para elaboração de uma tipologia dos municípios gaúchos". In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Dinâmica da urbanização no RS: temas e tendências*. Porto Alegre, FEE, p. 51-106.

BATAILLON, C. (1990) "Vivre dans les mégapoles: le cas de Mexico". In: *L'Etat du monde 1989-1990*. Paris, La Decouverte, p. 580-596.

BATISTA DA SILVA, Eliezer (1996) *Sustainable infrastructure integration of South America*. Mimeo.
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1989) *Economia mineira: 1989, diagnóstico e perspectivas*. Belo Horizonte, BDMG.
BEAUJEU-GARNIER, J. (1995) *Géographie urbaine*. Paris, Armand Colin (coleção U Geographie), 349 p.
BEAUREGARD, R. A. (1995) "Edge cities – peripheralizing the center". In: *Urban Geography*, v. 16, n. 8, nov.- dez., p. 708-721.
BECKER, B. K. (1982) *Geopolítica da Amazônia – a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
_____ (1986) "Fronteira e urbanização repensadas". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 47, n.3/4, p. 357-371.
_____ (1988) "Significância contemporânea da fronteira". In: AUBERTIN, C. (org.) – *Fronteiras*, Brasília, Editora da UnB/Orstom, p. 60-89.
_____ (1990) *Amazônia*. São Paulo, Ática.
_____ (1997) "Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica". In: BECKER, B. K. ; MIRANDA, M. (orgs.) – *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, UFRJ.
BECKER, B.; EGLER, C. (1994) Brasil – uma nova potência regional na economia – Mundo. 2ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 268p.
BÉGUIN, H. (1992) "La Distribution des activités banales". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica, p. 497-513.
BENETTI, M. D. (1985) *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul*: uma análise do desenvolvimento da Cotrijuí, Cotrisa e Fecotrigo 1957/1980. Porto Alegre, FEE (Teses, 5).
BENKO, G. (1992) "Espace industriel, logique de localisation et développement regional". In: *Espace et Sociétés*. Paris, PUF, n. 66/67, p. 130-146.
BENKO, G. ; LIPIETZ, A. (orgs.) (1992) *Les Régions qui gagnent, districts et réseaux: les nouveaux paradigmas de la geographie économique*. Paris, Press Universitaires de France.
BERRY, B. ; HORTON, F. E. (1970) *Geographical perspectives on urban systems*. Englewoods-Cliffs, Prentice-Hall.
BERRY, B. (org.) (1976) *Urbanization and counter-urbanization*. Los Angeles, Sage, 334 p.
BERRY, B. C. (1964) "Cities as systems within systems of cities". In: *Papers and proceedings of the Regional Science Association*. n. 13, p. 147-183.
BERTRAN, P. (1978) *Formação econômica de Goiás*. Goiânia, Oriente.
BERTRAND, M. J. (1984) "Une approche de la forme urbaine de la centralité – des indices de localisation et d'affinités d'équipements publics". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 93, n. 520, nov./dez., p. 666-686.
BEZERRA, V. M. C. (1998) *Tipologia dos municípios brasileiros. Aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE/Degeo, mimeo.
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1997) Edital de Licitação n. PBA/CN-01/97 – *Programa Brasil em Ação* – Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. (Mimeo).
BONELLI, Regis (1994) "Productividad, crescimento y exportaciones industriales de Brasil". In: *Revista de la Cepal*, Santiago, Cepal, n. 52, abr., p. 71-89.
BONETTI, E. (s. d.) "A Teoria das localidades centrais, segundo W. Christaller e A. Lösch". In: *Centralidade – Regionalização*. Rio de Janeiro, IPGH/Comissão de Geografia, p. 1-17 (Textos Básicos, 1).
BORCHERT, J. R. (1978) "Major control points in american economic geography". In: *Annals of the Association of American Geographers*. v. 6, n. 2, p. 214-232.
BRANDÃO, C. A. (1989) *Triângulo capital comercial, geopolítica e agroindústria*. Belo Horizonte, UFMG (Dissertação de Mestrado).
BRANDÃO, C. *et alii* (1998) "Os Eixos nacionais de integração e desenvolvimento do programa 'Brasil em Ação': possíveis impactos sobre Minas Gerais". In: CEDEPLAR, VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Cedeplar.
BRASIL/MPO (1997) *Bases para um programa de desenvolvimento integrado: região Centro-oeste (ações do governo federal no Centro-oeste)*. Brasília, MPO/Secretaria Especial de Políticas Regionais/Universidade Católica de Brasília
BRASIL. Presidência da República (1996) *Brasil em Ação: investimentos para o desenvolvimento*. Brasília. http://www.mpo.gov.br/Br/index.htm
_____ (1985) Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente/Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. *Evolução da rede urbana do Brasil – período 1970-1980*. Mimeo.
BRASILEIRO, A. M. (1974) "Organização das regiões metropolitanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, nov./dez., 21 (127), p. 5-21.

BREITBACH, A. C. M. (1997) "Estudo sobre a rede urbana do estado do Rio Grande do Sul: abordagem preliminar". In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Dinâmica da urbanização no RSl: temas e tendências*, Porto Alegre, FEE, p. 107-151.

BREMAEKER, F. (1970) "Redes urbanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, nov./dez., 17 (103), p. 9-33.

_____ (1997) *Evolução demográfica dos municípios das regiões metropolitanas brasileiras, segundo a base territorial de 1997 (1960/1991)*. Rio de Janeiro, Ibam (Série Estudos Demográficos, 19).

BRITO, F. (1996) "Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da região metropolitana de Belo Horizonte". In: ABEP, Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Abep.

BRUNET, R. *et alii* (1989). *Les Villes européennes*. Paris, La Documentation Française.

BRUNO, E. S. (1967) *História do Brasil geral e regional – o grande Oeste*. São Paulo, Cultrix.

BUAINAIN, Antônio Márcio ; REZENDE, Gervásio de Castro (1995) "Ajuste, inflação e agricultura no Brasil: a experiência dos anos 80". In: RAMOS, Pedro ; REYDON, Bastian P. (orgs.) – *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas, Abra, p. 23-41.

BUARQUE, S. C. *et alii* (1995) "Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte". In: AFFONSO, R. de B. A. ; Silva, P. L. B. (orgs.) – *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo, Editora da Unesp/Fundap, p. 93-123 (Federalismo no Brasil).

BUNKER, S. G. (1997) *Underveloping the Amazon. Extraction, unequal exchange, and the failure of the modern state*. Chicago, The University of Chicago Press.

CAIADO, A. S. C. (1992) *A Aglomeração urbana de Ribeirão Preto*. Campinas, Nesur/IE/Unicamp, Convênio SPG/Fecamp (Relatório de pesquisa do projeto Urbanização e Metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana).

_____ (1994a) *Regionalização e dinâmica socioeconômica*. Campinas, Nesur/IE/Unicamp. Fundação Seade/Fecamp (Relatório de pesquisa do projeto A Nova Realidade Socioeconômica do Estado de São Paulo).

_____ (1994b) *Metrópoles comparadas*. Campinas, Nesur/IE/Unicamp. Fundação Seade/Fecamp (Relatório de pesquisa do projeto A Nova Realidade Socioeconômica do Estado de São Paulo).

_____ (1995) "Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista". In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 9, n. 3, jul./set. p. 46-53.

_____ (1996) "Globalização, reestruturação e desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial – o caso de São Paulo". In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 10, n. 2.

CAIADO, A. S. C.; VASCONCELOS, L. A. (1994) "As Políticas de atração municipal: localização industrial e os distritos industriais". In: *A Nova realidade regional da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo*. Campinas, IE/Unicamp, Fundação Seade, Fecamp.

CALIMAN, Orlando (1996) *Vitória do futuro. Vitória nos contextos nacional e internacional*. Vitória, Prefeitura Municipal de Vitória, mimeo.

CAMAGNI, R. (1992) "Organisation économique et réseaux de villes". In: DERYCKE, H (ed.) – *Espace et dynamiques territoriales*. Paris, Economica (Col. Bibliothèque des Sciences Régionales).

CAMPOS LEME, H. J. (1992) "A Região administrativa de Bauru". In: CANO, W. (coord.) – *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, Fundação Seade/Seplan.

CANO, Wilson (1977) *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel.

_____ (1983) "Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos". In: COUTINHO, R.; BELLUZZO, L. G. M. (orgs.) – *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense (Ensaios sobre a Crise, 2).

_____ (1985) *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo, Global/Unicamp/PNPE.

_____ (1988) "Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930". In: ABEP, 6º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda, *Anais*, Olinda/Belo Horizonte, Abep, v. 2, p. 67-100.

_____ (1989) "Urbanização: sua crise e revisão do seu planejamento". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 9(1): p. 62-82.

_____ (1991) *Concentración, desconcentración y descentralización en Brasil*. Campinas, IE/Unicamp, mimeo.

_____ (1995a) "Auge e inflexão da desconcentração econômica regional no Brasil". In: FUNDAP/IESP, Seminário internacional Impasses e Perspectivas do Federalismo no Brasil. São Paulo, *Conferência*. São Paulo, Fundap/Iesp, mimeo.

_____ (1995b) *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo, Global/Unicamp.

_____ (1997) "Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95". In: *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/Unicamp, n. 8, jun./set.

CANO, W. (coord.) (1988) *O Processo de interiorização da indústria paulista – 1920 a 1980*. São Paulo, Fundação Seade (Coleção Economia Paulista).

_____ (1992a) *Metropolização e urbanização: desafios da política urbana*. Campinas, IE/SEP, Fecamp.

_____ (1992b) *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, Fundação Seade/Seplan.

CANO, W. *et alii* (1991) *Recent transformations in the Brazilian regional and urban growth*. Lisboa, Portugal (Paper rad at the 31st European Congress of the Regional Science Association), ago.

_____ (1995) "A Nova realidade da indústria paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo". In: *Ensaios FEE*. Porto Alegre, FEE, ano 16, n. 1.

CANO, W. ; PACHECO, C. A. (1992) "Cenários demográficos para as décadas de 1980 e 1990: implicações econômicas para as projeções populacionais do estado de São Paulo". In: CANO, W. (coord.) – *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, Fundação Seade/Seplan, v. 4.

CANUTO, Otaviano (1994) *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo, Nobel.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel (1984) *O Capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense.

CARDOSO, L. ; RIBEIRO, L. C. Q. (1996) *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ/Fase, 110 p.

CARLOS, A. F. A. (1982) "A Cidade e a organização do espaço". In: *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, USP, n. 1, p. 105-111.

CARNEIRO, M. C. (1994) *Redes geográficas*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 7 p.

_____ (1998) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE/Degeo, mimeo.

CARNEIRO, M. C. *et alii* (1994) *Considerações sobre as redes geográficas pesquisadas pelo IBGE*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 16 p.

CARNEIRO, M. C. ; MATTOS, R. B. ; FERRAZ, V. N. (1995) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 9 p.

CARNEIRO, R. (1993) "Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89". In: *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 2.

CARVALHO, C. M. *et alii* (1998) "Minas Gerais, uma nova região de atração populacional?". In: CEDEPLAR, VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Cedeplar.

CASTAN, N. B. ; TARGA, L. R. P. (coord.) (1983) *A Produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista*. Porto Alegre, FEE.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. (1996) *Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas – aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE/Degeo, mimeo.

CASTELLO, I. *et alii* (orgs.) (1997) *Fronteiras na América Latina, espaços em transformação*. Porto Alegre, Editora da UFRGS/FEE.

CASTELLS, M. (1972) *La Question urbaine*. Paris, Maspero.

_____ (1985a) "High technology, space and society". In: *Urban Affairs Annual Reviews*. Sage Publ., Berkeley, Cal., v. 28.

_____ (1985b) "Technological change, economic restructuring and spatial division of labour". In: *International Economic Restructuring and the Territorial Community*. Londres, Unido.

_____ (1988). *The Rise of network society*. London, Blackwell Publishers.

_____ (1989) *The Informational city*. Oxford, Basil Blackwell, 448 p.

CASTELLS, M. ; GODARD, F. (1974) *Monopolville. L'entreprise, l'Etat, l'urbain*. Paris, Mouton & Co., 496 p.

CASTELLS, M. ; HALL, P. (1994) *Las Tecnópolis del mundo. La formación de los complejos industriales del siglo XXI*. Madri, Alianza Ed.

CASTELLS, M. ; HENDERSON, J. (1987) "Techno-economic restructuring, socio-political processes and spatial transformation: a global perspective". In HENDERSON, J. ; CASTELLS, M. (eds.) – *Global restructuring and territorial development*. London, Sage Publications Ltda., p.1-17.

CASTELO BRANCO, M. L. (1996) *Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas: aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo (Relatório 1: Metodologias e enfoques adotados para o estudo da rede urbana).

CASTRO, Ana Célia ; FONSECA, Maria da Graça D. (1995) *A Dinâmica agroindustrial do Centro-oeste*. Brasília, Ipea (Série Ipea, n. 148).

CASTRO, Antônio Barros de (1975) *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária

CENTRO Josué de Castro/ INSTITUTO Pólis (1998) *Desafios da gestão municipal democrática*. Recife, mimeo.

CERQUEIRA, H. ; SIMÕES, R. (1997) "Modernização e diferenciação econômica em Belo Horizonte". In: *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG/Departamento de História, n. 18, nov., p. 443-63.

CHALINE, C. (1990). *Les Villes du monde arabe*. Paris, Masson, p. 128.

CHAVES, M. (1995) " A Heterogeneidade regional em Minas Gerais: como combinar o dinâmico e o estagnado" . In: CEDEPLAR, VII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*, Belo Horizonte, Cedeplar.

CHAVES, M. ; DE MATTOS, M. (1990) "Perspectivas para a economia mineira". In: GOMES, E. C. C. *et alii* (org.) – *Minas não há mais*, Belo Horizonte, Arte Escrita.

CHRISTALLER, W. (1966). *Central places in Central Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall (edição original em alemão publicada em 1933).

_____ (1966) *Central places in Southern Germany*. Tradução do alemão por Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

CLAVAL, P. (s. d.) "La Teoria de los lugares centrales". In: *Centralidade – Regionalização*. Rio de Janeiro, IPGH/Comissão de Geografia, p. 19-37 (Textos Básicos, 1).

CLAVAL, P. (1977) *La nouvelle géographie*. Paris, PUF.

_____ (1981) *La Logique des villes*. Paris, Librairie Technique, 633 p.

_____ (1989) "L'avenir de la métropolisation". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 98, n. 550, nov./dez., p. 692-706.

COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná (1997) *Programa de atuação em favelas: perfil socioeconômico das favelas do Paraná*. Curitiba, Cohapar.

CONCEIÇÃO, O. A. (1984) *A Expansão da soja no Rio Grande do Sul, 1950-75*. Porto Alegre, FEE (Teses, 6).

CONGRESSO Nacional (1993) *Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro*. Brasília, Congresso Nacional/ Comissão Especial Mista (Relatório Beni Veras, v. I).

COORDENAÇÃO da Região Metropolitana de Curitiba (1997) *Levantamento das áreas invadidas: Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba, Comec.

CORDEIRO, H. K. (1987) "Os Principais pontos de controle da economia transnacional no espaço brasileiro". In: *Boletim de Geografia Teorética*. Rio Claro (SP), Unesp, v. 16/17, n.31/34, p. 153-196.

CORRAGIO, J. L. (1997) "La Política urbana metropolitana frente a la globalización". In: *Revista EURE*. Santiago, PUC, v. 23, n. 69, jul., p. 31-54.

CORRAGIO, J. L. *et alii* (1971) *Caracterización funcional de las aglomeraciones urbanas argentinas*. Santiago, Ilpes, 27 p.

CORREA DE LAGO, L. ; QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (1994) "Brésil: évolution métropolitaine et nouveaux modèles d'inégalités sociales". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 269-281.

CORRÊA, R. Lobato (1968) "Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 30, n. 2, abr./jun., p. 56-57.

_____ (1978) "Funções urbanas no Nordeste". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, ano 40, n. 2, p. 142-191, abr./jun.

_____ (1986) *Região e organização espacial*. Rio de Janeiro, Ática.

_____ (1987) "A Periodização da rede urbana da Amazônia". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 3, jul./set., p. 47-52.

_____ (1988a) "As Redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 1, jan./mar., p. 61-83.

_____ (1988b) "O Estudo da rede urbana: uma proposição metodológica". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, abr./jun., p. 107-124.

_____ (1993) "Redes, fluxos e territórios: uma introdução". In: AGB, III Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, *Anais*. Rio de Janeiro, AGB, set., p. 31.

_____ (1994) *A Rede urbana*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 96 p.

_____ (1995a) "Identificação dos centros de gestão do território no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 57, n. 1, jan./mar., p. 83-102.

_____ (1995b). *Espaço urbano*. 3ª ed., São Paulo, Ática, 94 p.

_____ (1997) *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 302 p.

CORREIA DE ANDRADE, M. (1973). *Espaço, polarização, a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. São Paulo, Brasiliense, 125 p.

_____ (1974) *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 223 p.

_____ (1978) "A Estrutura portuária e a organização do espaço no Brasil". In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, *Anais*. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. XIX, p. 62-103.

_____ (1995) *Questão do território no Brasil*. São Paulo, Hucitec.

COSTA, H. S. M. (1995) *Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à diversificação do meio ambiente urbano.* Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar (Tese de Doutorado).

COUTINHO, Luciano G. ; FERRAZ, J. C. (coords.) (1994) "A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica". In: *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/Unicamp, n. 1, p. 31, 69-87.

COY, M. (1988) "Desenvolvimento regional na periferia amazônica". In: AUBERTIN, C. (org.) – *Fronteiras*, Brasília, Editora da UnB/Orstom, p. 167-194.

CUNHA, I. J. (1982) *Evolução econômico-industrial de Santa Catarina*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.

_____ (1992). *O Salto da indústria catarinense: um exemplo para o Brasil*. Florianópolis, Paralelo 27.

_____ (1996) *A Indústria catarinense rumo ao novo milênio: desafios, evolução e oportunidades*. Florianópolis, Fiesc/Sebrae-SC.

_____ (1997) "Os movimentos migratórios no Centro-oeste na década de 80". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da região Centro-oeste. Brasília, *Anais*. Brasília, Codeplan.

CUNHA, José Marcos (1997) "Os Movimentos migratórios no Centro-oeste na década de 80". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais*. Brasília, Codeplan, jun.

CURI, W. F. (1997) *Eficiência e fontes de crescimento da agricultura mineira na dinâmica de ajustamento da economia brasileira*. Viçosa, UFV (Tese de Doutorado).

DAVIDOVICH, F. R. (1978) "Funções urbanas no Nordeste". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, ano 40, n. 2, abr./jun., p. 142-191.

_____ (1984) "Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, v. 4, n. 13, p.12-89.

_____ (1986) "Um foco sobre o processo de urbanização do estado do Rio de Janeiro". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 48, n. 3, jul./set., p. 333-371.

_____ (1987a) "Elementos da urbanização no sudeste do Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, ano 49, n. 2, abr./jun.,. p. 1-160.

_____ (1987b) "Transformação do quadro urbano brasileiro: período 1970-80". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 4, out./dez., p. 7-24.

_____ (1989) "Tendências da urbanização no Brasil: uma análise espacial". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 1, jan./mar., p. 73-87.

DAVIDOVICH, F. R. ; BUARQUE DE LIMA, O. M. (1975) "Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, ano 37, n. 1., jan./mar., p. 50-84.

DELGADO, G. C. (1985) *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-85*. São Paulo, Campinas, Ícone/Unicamp.

DEPARTAMENTO Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul (1998) *Relatório RSTC 016, 6/5/98*. Porto Alegre, Daer.

DERYCKE, H. (ed.). (1992). *Espace et dynamiques territoriales*. Paris, Economica (col. Bibliothèque des Sciences Régionales).

DERYCKE, H. (1983). *Economie et planification urbaines*. Paris, PUF.

DEZERT, B. ; VERLAQUE, C. (1978) *L'espace industriel*. Paris, Masson, 301 p.

DEZOUZART CARDOSO, E. ; ZULAR ZVEIBIL, V. (orgs.) (1996) *Gestão metropolitana: experiência e novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Ibam, 188 p.

DIAS, Guilherme L. S. (1990) *Ajustamento da economia e setor agrícola*, Campinas, IE/Unicamp (Tese de Doutorado).

DIAS, L. C. (1995) "Redes: emergência e organização". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 141-162.

DIAS, L. C. D. (1995) *Réseaux d'informations et réseau urbain au Brésil*. Paris, L'Harmattan, 172 p.

DI MÉO, G. (1992) "Les Métropoles des pays développés". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 624-641.

DINIZ, C. C. (1987) *Capitalismo, recursos naturais e espaço*. Campinas, IE/Unicamp (Tese de Doutorado).

_____ (1988) "Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho no Brasil: alterações recentes e perspectivas". In: CEDEPLAR, IV Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Cedeplar.

_____ (1993a) "Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização". In: *Nova Economia*. Belo Horizonte, UFMG/Face/DCE, v. 3, n.11, set., p. 35-64.

_____ (1993b). *Competitividade industrial e desenvolvimento regional no Brasil*. Campinas, IE/Unicamp, IEI/UFRJ, FDC, Funcex (Relatório de Pesquisa do projeto "Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira").

_____ (1995) *Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília, Ipea (Texto para Discussão, 375).

DINIZ, C. C. ; CROCCO, M. A. (1995) "O Novo mapa da indústria brasileira: aglomerações industriais relevantes". In: CEDEPLAR, VII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Cedeplar.

_____ (1996) "Reestruturação econômica e impacto regional: o Novo mapa da indústria brasileira". In: *Nova Economia*, Belo Horizonte, UFMG, v. 6, n. 1, jul.

DINIZ, C. C. ; LEMOS, M. B. (1986) "Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, ano 8, n. 2, p. 32-42.

_____ (1997) "Impacto regional da privatização da infra-estrutura no Brasil". In: IPEA/MPO – *Infra-estrutura: perspectivas de reorganização. Casos estaduais*, Brasília, Ipea/MPO.

DINIZ, C. C. ; MARTINE, G. (1989) *Economic and demographic concentration in Brazil: recent inversion of historical patterns*. Ahmedabad, Índia (Paper read at the Seminar on Urbanization in Large Countries, IUSSP).

DINIZ, C. C. ; SANTOS, Fabiana Borges T. (1995) "Sudeste: heterogeneidade estrutural e perspectivas". In: AFFONSO, R. B. A. ; SILVA, Pedro L. B. (orgs.) – *Desigualdades regionais e desenvolvimento*, São Paulo, Editora de Unesp/Fundap (Federalismo no Brasil).

DOLLFUS, O. (1967) *Le Rôle des villes sur leur environnement et dans la formation des régions dans les pays sous développés*. Strasbourg, CNRS.

DROULERS, M. ; SIEBRA COELHO, M. (1994) "Brésil: des capitales universitaires aux technopoles". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 163-179.

DUARTE, A. *et alii* (1998) "Tipologia dos municípios brasileiros 1980". In: *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro, IBGE/Diretoria de Geociências, p. 53-102.

DUARTE FILHO, F. C. (1986) "Desempenho e fontes de crescimento da economia mineira no período pós-75". In: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1., n. 2, maio/ago., p. 31-52.

DUARTE, R. (1989) "Dinâmica e transformação da economia nordestina na década de 70 e nos anos 80". In: *Revista de Economia do Nordeste*, Fortaleza, v. 20, n. 4, p. 339-378, out./dez.

DUGRAND, R. (1963). *Villes et campagnes en Bas-Languedoc*. Paris, PUF, 638 p.

EGLER, C. A. G. (1979) *Reflexões sobre espaço e periodização: origens da indústria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ/Coppe (Dissertação de Mestrado).

_____ (1996) "Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

_____ (1999). *Dinâmica dos sistemas urbano-regionais no Brasil*. [s.l.], mimeo.

EMATER/PR (1997) *Banco de dados cooperativista: agropecuário, crédito, eletrificação, ano base 1996, exercício 1997*. Curitiba, Ocepar, v. 21.

ESTADO DE MINAS (1998) "A Dinâmica do crescimento em Minas". In: *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 maio (Caderno de Economia).

ESTEVAM, Luis Antonio (1997) *O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás*. Campinas, IE/Unicamp, mimeo (Tese de Doutorado).

EXAME (1992) "ABC: A capital da indústria muda de cara". In: Revista *Exame*, São Paulo, Abril, 2 set., p. 34-38.

_____ (1995) *Exame*. São Paulo, Abril, v. 22, n. 24, nov.

_____ (1996) "O Rio de Janeiro tem saída?". In: Revista *Exame*, São Paulo, Abril, n.664.

_____ (1997) *500 maiores empresas do Brasil: 1995-96*. In: Revista *Exame*, São Paulo, Abril.

_____ (1998a) "Santa Catarina em exame". In: Revista *Exame*, São Paulo, Abril, n. 668, ago. (Encarte).

_____ (1998b) "Rio Grande do Sul em exame". In: Revista *Exame*, São Paulo, Abril, n. 661, 6 maio, p. 1-22. (Encarte).

FAÇANHA, A. C. (1998) *A Evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade*. Recife, Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (Dissertação de Mestrado).

FAISSOL, E. (1972) "A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro de desenvolvimento econômico". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 34, n. 3, p. 19-23.

FAISSOL, S. (1971) "Tipologia de cidades e regionalização do desenvolvimento econômico: um modelo de organização espacial do Brasil". In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, ano 30, n. 223, jul./ago., p. 25-57.

_____ (1975) *Urbanização e regionalização*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____ (1978) "Teorização e quantificação na geografia". In: *Tendências atuais na geografia urbano/regional*. Rio de Janeiro, IBGE.

FAO (1994) *The State of food and agriculture*. Roma, FAO (Agriculture Series, 27), p. 162-180.

FARIA, Vilmar E. (1976) "O sistema urbano brasileiro – um resumo das características e tendências recentes". In: *Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 18, out./dez., p. 91-115.

_____ (1983) "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos". In: SORJ, B. ; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.) – *Sociedade e política no Brasil pós-1964*, São Paulo, Brasiliense, p. 118-163.

_____ (1991) "Cinqüenta anos de urbanização no Brasil". In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 29, marr., p. 98-119.

_____ (1992) "A Conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas". In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 33, jul.

FAVA, V. L. (1984) *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. São Paulo, IPE/USP.

FERNANDES, A. C. (1996) *Conflicts in regional and trade policies: a case study of Northeast Brazil in th 1980s*. University of Sussex, Dept. of Geography (PhD Thesis).

_____ (1997) "Substituição de importações, promoção de exportações e disparidades regionais no Brasil recente: lições para os anos 90". In: ANPUR, 7º Encontro Nacional da Anpur. Recife, *Anais*, Recife, Anpur, p. 1.014-1.035.

_____ (1998) *A Course through economic integration of peripheral region: from state developmentism to globalisation in Northeast Brazil*. (s.l., s.n.).

FERNANDES, C. L. L. (1997) *A Inserção de Minas na economia nacional*. Rio de Janeiro, UFRJ (Tese de Doutorado).

FERNANDES, D.; CORDEIRO, L. (1997) "Notas sobre o entorno do Distrito Federal". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais*. Brasília, Codeplan, jun.

FERNANDEZ, Y. ; FERNANDEZ, E. (s.d.) "A Energia nuclear e o estado do Rio de Janeiro". In: *Homepage* do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

FERREIRA, A. H. F. ; DINIZ, C. C. (1994) *Convergência entre as rendas* per capita *estaduais no Brasil*. Belo Horizonte, Cedeplar (Texto para Discussão, 79).

FERREIRA DOS SANTOS, N. (1984) *Formações metropolitanas brasileiras: mecanismos estruturantes*. São Paulo, USP/FAU (Tese de Doutoramento).

FERREIRA, M. S. (1996) "Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista". In: *Nova Economia*, Belo Horizonte, UFMG/Face/Cedeplar (IX Prêmio Minas de Economia).

FERRO, José Roberto (1990) *Para sair da estagnação e diminuir o atraso tecnológico da indústria automobilística brasileira*. Campinas, IPT/Fecamp, NEIT/IE/Unicamp, mimeo.

FIESC (1990) *Santa Catarina em dados*. Florianópolis, Fiesc/Departamento de Apoio Industrial, v.8.

FIGUEIREDO, B. C. (1994) *Vale do Aço – uma área metropolitana sem metrópole*. Belo Horizonte, UFMG/Face (Monografia de Conclusão de Curso).

FOLHA DE S.PAULO (1998) São Paulo, 12 de maio.

FONSECA, Rinaldo Barcia ; SALLES FILHO, Sérgio (1992) "A Agropecuária brasileira". In: CANO, Wilson (coord.) – *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, Fundação Seade/Seplan, v. 2, p. 47.

FONTES, B. *et alii* (1996) "O Poder local no Nordeste do Brasil: a busca de novos paradigmas". In: *Gestão Contemporânea*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

FRIEDMANN, J. (1986) "The World city hypothesis". In: *Development and Change*. (s.l.), v. 17, n. 1.

FRIEDRICH, O. M. B. L. ; DAVIDOVICH, F. R. (1982) "A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 44, n. 4, p. 541-590.

FUNDAÇÃO João Pinheiro (FJP) (s.d.) *PIB de Minas Gerais: municípios e regiões 1985-1995*. Belo Horizonte, FJP/Ipea.

_____ (1988) *Estrutura espacial do estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, FJP/Ipea.

_____ (1990) *Análise regional da funcionalidade da economia mineira*. Belo Horizonte, FJP/Centro de Estudos Econômicos e Regionais.

_____ (1995) *Avaliação do programa de integração e diversificação industrial – Pró-Indústria*. Belo Horizonte, FJP/Centro de Estudos Econômicos e Regionais.

_____ (1996a) *Produto interno bruto de Minas Gerais – 1980-1995*. Belo Horizonte, FJP/Centro de Estatística e Informação.

_____ (1996b) *Condições de vida nos municípios de Minas Gerais 1970, 1980 e 1991*. Belo Horizonte, FJP/Ipea.

FUNDAÇÃO Joaquim Nabuco/ SUDENE (1992) *Centro do Recife: atores, conflitos e gestão*. Recife, mimeo (Relatório de Pesquisa).

_____ (1996) *Investigação sobre o setor informal na RMR: os trabalhadores autônomos de baixa renda*. Recife, mimeo (Relatório de Pesquisa).

FUNDAÇÃO Seade (1992) *O Novo retrato de São Paulo – avaliação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991*. São Paulo, Fundação Seade.

_____ (1996) *Pesquisa de condições de vida (PCV)*. São Paulo, Fundação Seade.

FURTADO, Celso (1962) *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

_____ (1992) *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GALINDO, O. ; DUARTE, R. (1998) *Infra-estrutura econômica: um desafio à consolidação da grande fronteira do Brasil*. Brasília, Ipea (Trabalhos para Discussão, 77/98).

GALVÃO, M. V. *et alii* (1969) "Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, V. 31, n. 4, out./dez.

GARREAU, J. (1992) *Edge City*. Nova York, Anchor Books.

GASPAR, J. (1988) "Réseau urbain et régionalisation". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 97, n. 541, p. 291-307.

GAZETA Mercantil (1994) "Novo perfil da indústria paulista". In: *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 dez.

_____ (1998) *Balanço anual 98*. In: *Gazeta Mercantil*, Florianópolis, set., v. 5: Santa Catarina.

GEIGER, P. P. (1963) *A Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura (Coleção Brasil Urbano, 1).

_____ (1988) "Industrialização e urbanização no Brasil: conhecimento e atuação da geografia". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, jul./set., p. 59-84.GEORGE, Pierre (1964) *Précis de géographie urbaine*. Paris, PUF, 287p.

GEORGE, P. (1964) *Précis de géographie urbaine*. Paris, PUF, 287 p.

GODARD, F. (1994) *Les Transports dans les villes du Sud*. Paris, Codatu/Karthala.

GODDARD, J. B. (1975) *Office location in urban and regional development*. Londres, Oxford University Press.

GOLDIN, Ian ; REZENDE, Gervásio (1993) *A Agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise*. Rio de Janeiro, Ipea (Série Ipea, 138).

GOMES, Gustavo Maia (1992) *Uma Estratégia para acelerar o desenvolvimento do Nordeste*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco/Pimes (Texto para Discussão, 233).

_____ (1996) *Conflicts in regional and trade policies: a case study of Northeast Brazil in the 1980s*. Universidade de Sussex, Departamento de Geografia (Tese de PhD).

GOMES, G. M. *et alii* (1995) *Desenvolvimento sustentado no Nordeste*. Brasília, Ipea.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. (1994) *A Macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960-1994*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco (Relatório de Pesquisa).

_____ (1997) *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)*. Brasília, Ipea (Texto para Discussão, 533).

GONÇALVES, L. A. dos R. (1997) *Metodologia e construção da rede de centros de saúde do estado do Rio de Janeiro: um subsídio ao repasse de recursos destinados à saúde*. Rio de Janeiro, UERJ/Departamento de Geografia, mimeo, 80 p.

GONÇALVES, M. F. (1994) "Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 38, p. 39-53.

_____ (org.) (1995) *O Novo Brasil urbano*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

GOSCH, A. ; MCLAFFERTY (1987) *Location strategies for retail and service firms*. Lexington, Health.

GOTTDIENER, M. (1997) *A produção social do espaço urbano*. São Paulo, Edusp.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1995) *Plano de desenvolvimento sustentável: 1995-1998*. Fortaleza, mimeo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/Secretaria dos Transportes e Obras Públicas (1993a) *Estudo preliminar para obras de implantação do novo aeródromo de Cachoeiro de Itapemerim*. Vitória, Secretaria dos Transportes e Obras Públicas/Coordenação de Transportes Especiais, mimeo.

_____ (1993b) *Estudo preliminar para obras de implantação do novo aeródromo de Colatina*. Vitória, Secretaria dos Transportes e Obras Públicas/Coordenação de Transportes Especiais, mimeo.

_____ (1993c) *Estudo preliminar para obras de implantação do novo aeródromo de Guarapari*. Vitória, Secretaria dos Transportes e Obras Públicas/Coordenação de Transportes Especiais, mimeo.

_____ (1993d) *Estudo preliminar para obras de implantação do novo aeródromo de Linhares*. Vitória, Secretaria dos Transportes e Obras Públicas/Coordenação de Transportes Especiais, mimeo.

_____ (1993e) *Estudo preliminar para obras de implantação do novo aeródromo de São Mateus*. Vitória, Secretaria dos Transportes e Obras Públicas/Coordenação de Transportes Especiais, mimeo.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS/SEPLAN-MG (1994a) *Perfil socioeconômico*. Belo Horizonte, Seplan.

_____ (1994b) *Plano multimodal de transportes*. Belo Horizonte, Seplan.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (1990) *Santa Catarina: Estado onde investir*. Florianópolis, Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (1998) "O Novo ciclo de investimentos". In: *Investimentos*. Porto Alegre, SCP/FEE/Metroplan (Projeto RS 2010).

GRAL/CREDAL (1994) "Villes intermédiaires, vitalité économique et acteurs sociaux in la ville et l'Amérique latine". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 127-139.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1996) *A Nova dinâmica de agricultura brasileira*. Campinas, IE/Unicamp.

GUGLIELMO, R. (1996) *Les Grandes métropoles du monde*. Paris, Armand Colin.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes (1990) *Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, E. N. ; LEME, H. J. C. (1998) "Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-oeste". In: *Textos Nepro*, Campinas, Unicamp, n. 33.

GUIMARÃES NETO, Leonardo (1984) "O Programa de desenvolvimento industrial do Nordeste". In: PIMES – *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*, Recife, Sudene, v.3, cap. I.

_____ (1989) *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife, Editora Massangana/Fundaj.

_____ (1990) "Questão regional no Brasil: reflexões sobre processos recentes". In: *Cadernos de Estudos Sociais 6* (1). Recife, Fundaj/INPSO, p.131-164.

_____ (1994) "Desigualdades regionais e federalismo: exame do conjunto das regiões brasileiras". In: *Balanço e perspectivas do federalismo fiscal no Brasil*, São Paulo, Fundap/Iesp, v. 9, tomo 1.

_____ (1997) *Dinâmica regional no Brasil*. Brasília, Ipea (Relatório de Pesquisa).

HADDAD, P. R. (1975) *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro, Ipea, 218 p.

HARVEY, D. (1969) *Explanation in human geography*. Londres, Arnold.

_____ (1973) *Social justice and the city*. London, Edward Arnold.

_____ (1982) *The Limits to capital*. Chicago, University of Chicago Press.

_____ (1988) "The Geographical and geopolitical consequences of the transition from fordist to flexible accumulation". In: STERNLIEB, G ; HUGHES, J. W (Eds.) – *America's new market geography*. New Brunswick, NJ, Rutgers Center for Urgan Policy Research, p. 101-134.

_____ (1989) *The Condition of postmodernity*. Oxford, Basil Blackwell.

HARTUNG, O. (1997) *As 150 maiores empresas do Espírito Santo: 1997*. Vitória, Ideies, mimeo.

HILHOST, J. G. M. (1997) "Desarollo local/regional e industrialización". In: *Revista EURE*. Santiago do Chile, PUC, v. 22, n. 68, abr., p. 7-27.

HIRSCHMAN, A. (1962) *The Strategy of economic development*. New Haven, Yale University Press, 3th printing.

HOFFMANN, Rodolfo (1987) "Distribuição da posse da terra no Brasil em 1980 e 1985". In: *Dados Conjunturais da Agropecuária*. Brasília, Ipea/Coordenadoria de Agricultura, jul., p. 14-16.

IBAM (1993) "Carta de Brasília". In: IBAM, Seminário Municipalização das Políticas Públicas, Rio de Janeiro, *Anais*, Rio de Janeiro.

IBGE – FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1957) *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Brasília, IBGE.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1972) *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 112 p.

_____ (1972) *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 112 p.

_____ (1980) *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____ (1987) *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 210 p. (Co-patrocínio do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente).

_____ (1988) *Uma Visão geográfica do Brasil nos anos 80*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____ (1993) *Rede de influência de cidades*. Brasília, IBGE.

_____ (1991) *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____ (1991a) *Divisão territorial básica (DTB)*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo.

_____ (1991b) *Tipologia dos municípios brasileiros – 1980*. Rio de Janeiro, IBGE (Cadernos de Geociências especial).

_____ (1996) *Contagem da população*. Rio de Janeiro, IBGE.

IBGE/IPEA – FUNDAÇÃO Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (1996a) *Dimensões das carências sociais: informações municipais*. Rio de Janeiro, IBGE/Ipea, v. 16: Paraná; v. 21: Rio Grande do Sul; v. 24: Santa Catarina.

_____ (1996b) *Dimensões das carências sociais: informações municipais: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBGE/Ipea.

IDEIES – INSTITUTO de Desenvolvimento Econômico e Industrial do Espírito Santo (1993) *As 100 maiores empresas do Espírito Santo: 1993*. Vitória, Ideies.

_____ (1997) *As 150 maiores empresas do Espírito Santo: 1997*. Vitória, Ideies.

INDI – INSTITUTO de Desenvolvimento Industrial do Estado de Minas Gerais (s.d.) *Homepage:* www.indi.mg.gov.br

IPARDES – INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1991) *Diagnóstico da base produtiva do Paraná: anos 80*. Curitiba, Ipardes.

_____ (1997a) *Dinâmica demográfica da região Sul: anos 70 e 80.* Curitiba, Ipardes (Convênio Ipardes, MEC/FNDE e IE/ Unicamp).

_____ (1997b) *Projeto de desenvolvimento para a região sudoeste paranaense: termo de referência.* Curitiba, Ipardes.

IPEA – INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (1987) "Análise dos dados do Censo Agropecuário de 1985". In: *Dados Conjunturais da Agropecuária,* Brasília, Ipea (Edição Escpecial), jul.

_____ (1996) *Produto interno bruto por unidade da federação.* Brasília, Ipea (Texto para Discussão, 424), maio.

_____ (1997a) *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano. Avaliação específica da eficácia dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo nos municípios de Porto Alegre e Canoas (Rio Grande do Sul).* Brasília, Ipea, mimeo.

_____ (1997b) *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano. Avaliação específica da eficácia dos instrumentos de controle do uso e ocupação do solo nos municípios de Curitiba e Almirante Tamandaré (Paraná).* Brasília, Ipea, mimeo.

_____ (1997c) *Gestão de uso do solo e disfunções do crescimento urbano – aglomerado urbano de Brasília,* Brasília, Ipea, mimeo, jul.

_____ (1997d) *Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil.* Recife, Ipea/Fundação Joaquim Nabuco.

IPEA/Fundação Joaquim Nabuco (1997) *Transformações recentes da fronteira agrícola e implicações para a dinâmica espacial do Brasil.* Recife, FJN, jul., mimeo (Relatório de Pesquisa).

IPEA/IBGE/UNICAMP/NESUR (1999) *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil.* Campinas, Unicamp/Nesur/ Ipea/IBGE, 2v. (Coleção Pesquisas 3).

IPEA/IPPUR/UFRJ (1994) *Levantamento e análise dos problemas do uso e da ocupação do solo e proposições de políticas públicas: região metropolitana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Ipea/Ippur/UFRJ (Relatório de Pesquisa).

IPEA/MPO (1997) *Infra-estrutura: perspectivas de reorganização. Casos estaduais.* Brasília, Ipea/MPO.

IPEA/PNUD (1998) *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil.* Brasília, Ipea/PNUD; Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro, IBGE (CD-ROM).

ISARD, W. (1956) *Location and space economy.* Nova York, John Wiley and Mit Press.

JALFIM, A. ; GRANDO, M. Z. (1990) "Os Novos rumos da vitivinicultura no Rio Grande do Sul". In: *Indicadores Econômicos FEE* . Porto Alegre, FEE (Desempenho da Economia do RS – 1989), v. 17, n. 4, jan., p. 194-206.

JOHNSON, E. J. (1970) *The Organization of space in the developing countries.* Cambridge, Harvard University Press, 452 p.

JOHNSTON, R. J. (1996) "Paradigms and revolution or evolution?" In: AGNEW, J. *et alii* (orgs.) – *Human geography – an essential anthology.* Oxford, Blackwell, p. 37-53.

KAGEYAMA, Ângela A. ; SILVA, J. Graziano da. (1983) "Os resultados da modernização agrícola dos anos 70". In: *Estudos Econômicos,* n. 13, p. 537-559, set./dez.

KANSKY, K. J. (1963) *Structure of transportation networks.* Chicago, The University of Chicago/Department of Geography (Research Paper, 84).

KAYSER, B. (1960) *Campagnes et villes de la Côte D'Azur.* Monaco, Editions du Rocher, 593 p.

KATZ, Fred ; LIMA, Policarpo (1992) "Inovações tecnológicas e desenvolvimento na periferia: estudos de casos no Nordeste brasileiro". In: XX ENCONTRO Nacional de Economia. Campos do Jordão, *Anais,* Campos do Jordão.

KIRBY, A. (1984) *Urban systems.* Essex, Longman Group, 82 p.

KON, Anita (1995) *A Estruturação ocupacional brasileira: uma abordagem regional.* Brasília, Sesi.

KRUGMAN, P. (1996) *La Organización espontánea de la economía.* Barcelona, Antoni Bosch Editor, 167 p.

_____ (1998) *The Accidental theorist and other dispatches from the dismal science.* Nova York, W. W. Norton, 204 p.

LACERDA, N. ; LIETÃO, L. (1997) *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano – região metropolitana de Recife.* Brasília, Ipea, mimeo (Relatório de Pesquisa).

_____ (1998) *Sistema de cidades do Nordeste do Brasil.* Brasília, Ipea (Projeto Áridas – Relatório preliminar do Grupo de Trabalho IV – Organização do espaço regional, organização e ordenamento do espaço urbano).

LAHORGUE, M. A. (coord.) (1986) *Projeto Eixos Industriais do Interior do Estado do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, MIC/SIC/ Cedic.

LANDÓ, D. *et alii* (1968) *Delimitação da área metropolitana de Porto Alegre.* Porto Alegre, Conselho Metropolitano de Municípios.

LAPLANE, Mariano Francisco ; SÍLVA, Ana Lucia G. (1994) "Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo". In: *Economia e sociedade.* Campinas, IE/Unicamp, n. 3, dez., p. 81-97.

LAUNHANTS, W. (1885). *Mathematische Begründung der Volkswirtschaftslehre.* Leipzig.

LAVINAS, L. ; NABUCO, M. R. (1994) "Regionalização: problemas de método". In: *Espaço e Debates.* São Paulo, Cortez, n. 38, p. 21-26.

LAVINAS, L. *et alii* (1997) *Desigualdades regionais: indicadores socioeconômicos nos anos 80*. Rio de Janeiro, Ipea (Texto para Discussão, 460).
LEÃO, I. Z. C. C. (1990) "Anos 90: as incertezas continuam". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v. 12, n. 9/10, set./out., p. 1-2.
LEFEBVRE, H. (1968) *Le Droit à la ville*. Paris, Seuil.
_____ (1974) *La Production de l'éspace*. Paris, Anthropos.
LEME, Heládio (1997) *Eixo centro-leste*. Uberlândia, mimeo, out.
LEMOS, M. B. (1988) *Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro-periferia*. Campinas, Unicamp/IE (Tese de Doutorado).
LESSA, Carlos (1981) *Quinze anos de política econômica*. São Paulo, Brasiliense.
LEVY, E. (1995) *Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial – um estudo comparado de Londres e São Paulo na década de 80*. São Paulo, FGV/SP (Tese de Doutorado).
LIMA, J. P. R. (1994) *Nordeste: emprego, pobreza e exclusão social*. Brasília, Ipea (Projeto Áridas – Relatório preliminar do Grupo de Trabalho III – Desenvolvimento humano e social, emprego).
LIMA, M. J. de (1990) *Capital e pequena produção*. Rio Branco, Ed. Casa da Amazônia.
_____ (1993) *Tempos e temas do Acre*. Rio Branco, Ed. Casa da Amazônia.
_____ (1994) *Capitalismo e Amazônia – um ensaio sobre a economia do extrativismo*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Tese de Doutorado).
_____ (1995) "Capitalismo e região". In: *Economias Ensaios*, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia/Deeco, v. 9 e 10, n. 1 e 2, jul./dez.
LIMA, Policarpo (1993) "Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas". In: ANPEC, XXI Encontro Nacional. Recife, *Anais*. Recife, Anpec, mimeo.
LIPIETZ, A. (1987) *Mirages and miracles. The crisis of global fordism*. London, Verso.
_____ (1994) "O Local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade?". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez,, n. 38, p. 10-20.
LOEW, S. (1989) *Le Sud est anglais. La politique d'aménagement dans la région capitale*. Cahiers du Crepif, mar., p. 108.
LOJKINE, J (1977) *Le Marxisme, l'état et la question urbaine*. Paris, Presses Universitaires de France.
LÖSCH, A. (1954) *The Economics of location*. New Haven, Yale University Press (edição original em alemão publicada em 1940).
LOURENÇO, G. M. (1993) "A Economia paranaense em 1993". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.15, n.11/12, nov./dez., p. 4-6.
_____ (1994) "Evolução recente e perspectivas das economias regionais segundo a FGV". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.16, n.1/2, jan./fev., p. 3-6.
_____ (1995a) "Reflexos do Plano Real sobre a economia paranaense". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.17, n.11/12, nov./dez., p. 4-9.
_____ (1995b) "A Economia paranaense em 1994: síntese executiva". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.17, n.1/2, jan./fev., p. 21-23.
_____ (1996a) "Plano Real: balanço de dois anos". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.18, n.5/6, maio/jun., p. 3-4.
_____ (1996b) "A Recuperação do investimento e as oportunidades da economia paranaense". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.18, n.1/2, jan./fev., p. 3-8.
_____ (1996c) "Atração de empresas e concentração industrial no Paraná". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.18, n.11/12, nov./dez., p. 3-10.
_____ (1997a) "Oportunidades regionais no Paraná". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.19, n.9/10, set./out., p. 3-7.
_____ (1997b) "Reconfiguração da dinâmica econômica regional: breve interpretação". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.19, n.1/2, jan./fev., p. 3-7.
_____ (1998) "Cenários do agronegócio no Paraná: restrições e oportunidades". In: *Análise Conjuntural*. Curitiba, Ipardes, v.20, n.7/8, jul./ago., p. 3-9.
LOYOLA, C. de B. (1974) "Urbanização e funções metropolitanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, jan./fev., 21 (122), p. 40-48.
LUCARELLI, H. Z. ; INNOCENCIO, N. R. ; FRIEDRICH, O. M. B. L. (1989) "Impactos da construção de Brasília na organização do espaço". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 2, abr./jun., p. 99-138.
MACHADO, A. F. (s. d.) *Trabalhador por conta própria: heterogeneidade e desigualdade de renda em regiões metropolitanas*. Belo Horizonte, mimeo.

MANZAGOL, C. (1980) *La Logique de l'espace industriel.* Paris, PUF.
_____ (1992) "La Localisation des activités spécifiques". In: BAILLY, A. *et alii* (orgs.) – *Encyclopédie de géographie*, Paris, Economica.
MARICATO, E. (1995) "O Urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção sistemática". In: GONÇALVES, M. F. (org.) – *O Novo Brasil urbano. Impasses, dilemas, perspectivas.* Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 261-287.
MARQUES, Eduardo César (1993) "A Região metropolitana do Rio de Janeiro e seus espaços". In: *Cadernos Ippur/UFRJ*, Rio de Janeiro, UFRJ/Ippur, ano 7, n. 3.
MARSHALL, J. (1989) *Structure of urban systems.* Toronto, University of Toronto, 394 p.
MARTINE, George (1989) *Internal migration in Brazil.* Rio de Janeiro, Ipea (Texto para Discussão, 13), jun.
_____ (1990) "Fases e faces da modernização agrícola brasileira". In: *Planejamento e políticas.* Brasília, Ipea/Iplan, n. 3, jun., p. 3-44.
_____ (1992) *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações.* Brasília, ISPN (Documento de Trabalho, 11), maio.
_____ (1995) *A Trajetória da urbanização brasileira: especificidades e implicações.* Belo Horizonte, mimeo (Trabalho apresentado no Seminário Processo Brasileiro de Urbanização. Diagnóstico Global).
_____ (s.d.) "O Significado demográfico da fronteira agrícola". In: *Repensando o Brasil pós-60: as mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas*, n. 13, p.74-83.
MARTINE, G. ; DINIZ, C. C. (1991) "Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico". In: *Revista de Economia Política.* São Paulo, Centro de Economia Política, v.11, n. 3, ano 2, jul./set., p.121-134.
MARTINE, G. ; GARCIA, Ronaldo C. (orgs.) (1987) *Os Impactos sociais da modernização agrícola.* São Paulo, Caetés.
MARTINE, G. ; TURCHI, L. (1988) "A Urbanização da Amazônia: realidade e significado". In: ABEP, Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda, *Anais.* Belo Horizonte, Abep, v. 2, p. 161-189.
MARTINE. G. ; WONG, L. (1994) *Projeto Áridas – Demografia.* Brasília, Ipea, mimeo, set.
MASSEY, D. (1977) "Towards a critique of industrial location theory". In: PEET, R. (ed.) – *Radical geography: alternative viewprints on contemporary social issues.* London, Metheuen/Chicago, Maaroufa, p. 181-196.
MATOS, R. (1994) "Crescimento populacional e migração interna nos principais municípios de Minas Gerais". In: ABEP/IPARDES, I Encontro Nacional sobre Migração, *Anais.* Curitiba, Abep/Ipardes.
MEC/FNDE/FECAMP (1997) *Estudos da dinâmica regional recente: tendências da urbanização e do crescimento populacional em idade escolar: 1991-2000.* Campinas, MEC/Fundação de Economia de Campinas, mimeo.
MEDICI, A. C. (1988) *Subsídios para a elaboração de uma metodologia para os estudos sobre urbanização e estrutura ocupacional.* Campinas, Unicamp/IE (Relatório de Pesquisa), mimeo.
MELO, Fernando Homem (1989) "O Crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90". In: – *Os Desafios da agricultura brasileira nos anos 90.* Brasília, IICA, p. 27-36.
MELO, H. *et alii* (1998) *O Setor de serviços no Brasil: uma visão global – 1985-1995.* Rio de Janeiro, Ipea, mar. (Texto para Discussão, 549).
MELO, M. L. de (1978) *O Açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro.* Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
_____ (1980) *Os Agrestes – estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso dos recursos.* Recife, Sudene/CPR – Divisão Política Espacial.
_____ (1988) *Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco.* Recife, Sudene/CPR – Divisão Política Espacial.
_____ (1993) *O Meio-norte.* Recife, Sudene/CPR – Divisão Política Espacial.
_____ (1998) *Regionalização agrária do Nordeste.* Recife, Sudene.
MELO, N. L. ; SANTOS, L. L. (1997) *Sistema de cidades do Nordeste do Brasil.* Recife, mimeo (Relatório de Pesquisa do Projeto Áridas – versão preliminar).
MENDES, A. (1971) "Um Projeto para a Amazônia". In: *Revista Econômica.* Belém, Basa, v. 1, n.4, set./dez.
MÉRENNE, O. ; SCHOUMAKER; B. (1996a) *La Localisation des industries.* Paris, Nathan Université (col. Géographie d'aujourd'hui).
_____ (1996b) *La Localisation des services.* Paris, Nathan Université (Col. Géographie d'aujourd'hui).
MERLIN, P. (1988) *Géographie de l'aménagement.* Paris, PUF.
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA (1991) *Plano aeroviário: estado do Espírito Santo.* (s.I.), Ministério da Aeronáutica/Departamento de Aviação Civil/Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas, mimeo.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO (1998) *Levantamento de oportunidades, intenções e decisões de investimento industrial no Brasil 1997-2000*. Brasília, Secretaria de Política Industrial.

MIOSSEC, J. (1976) "Espace et pouvoir. La localisation de forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique". In: *L'espace géographique*, Paris, Doin Éditeurs, n. 3, p. 165-175.

MONIÉ, F. (1997) *Transports collectifs et production de l'espace urbain no Rio de Janeiro*. Paris, Université Paris III – La Sorbonne Nouvelle (Tese de Doutorado).

MONTE-MOR, R. L. (1994) "Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental". In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. (orgs.) – *Território: mobilização e fragmentação*, São Paulo, Hucitec.

MOREIRA, M. M. ; MOURA, H. A. (1997) *Estudos da dinâmica demográfica regional recente: região Norte*. Campinas, MEC/ Fundec/Fundação Economia de Campinas (Projeto Tendências da Urbanização e do Crescimento Populacional Brasileiro: população em idade escolar: 1991-2000) (Relatório de Pesquisa), jul.

MORI, A. ; CORI, B. (1969) "L'area di attrazione delle maggiori cittá italiane". In: *Rivista Geografica Italiana*, Roma, mar., p. 1-14.

MORICONI-EBRARD, François. (1993) *L'urbanisation du monde depuis 1950*. Paris, Anthropos (col. Villes), 372 p.

MOTTA, D. *et alii* (1997) *A Dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro*. Brasília, Ipea (Texto para Discussão, 530).

MOURA, R. (1988) "Metropolização e segregação sócio-espacial na RMC". In: *Experimental*. São Paulo, Humanitas, USP/ FFLCH, n.4-5, set., p.57-69.

MOURA, Rosa ; MAGALHÃES, Marisa V. (1996) "Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas". In: ABEP, Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10. Caxambu, *Anais*. Be lo Horizonte, Abep, v. 2, p. 835-860.

MOURA, Rosa *et alii* (1994) "RMC: o censo confirma a metropolização". In: ULTRAMARI, Clovis ; MOURA, Rosa (orgs.) – *Metrópole – Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba, Ipardes, p. 21-33.

MPO/SEPRE (1997) *Bases para um programa de desenvolvimento integrado da região Centro-oeste*. Brasília, jun.

MUELLER, Charles C. (1990) *Políticas governamentais e expansão recente da agropecuária no Centro-oeste*. Brasília, Ipea.

_____ (1996) "Organização e ordenamento do espaço regional do Nordeste". In: *Planejamento e Políticas*. Brasília, Ipea, v. 13, p. 35-110.

MUNFORD, L. (1961) *The city in history*. New York, Harcourt, Brace and World, 657 p.

MYRDAL, G. (1968) *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2ª ed., Rio de janeiro, Saga.

NATAL, J. L. A. (1991) *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas*. Campinas, IE/Unicamp (Tese de Doutorado).

NEGRI, Barjas (1992) *O Novo espaço da indústria paulista*. Campinas, Unicamp/SPG (Relatório de Pesquisa), jul.

_____ (1996) *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas, Unicamp.

NEGRI, B. ; PACHECO, C. A. (1993) *Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista*. Campinas, SCTDE/Fecamp/IE/Unicamp (Projeto Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira; Relatório de Pesquisa).

NEP – NÚCLEO de Estudos e Pesquisas (1993) *Proposta de estratégias de interiorização do desenvolvimento e descentralização de investimentos no Espírito Santo*. Vitória, Ufes/Departamento de Economia.

NETWIG SILVA, B. C. ; MELLO, S. B. de (1990) "As cidades da Bahia no ano 2000". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 52, n. 1, jan./mar., p. 189-198.

NEVES, G. R. (1971) "Contribuição ao estudo da rede urbana do Rio Grande do Sul". In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, IBGE, ano 30, n. 222, maio/jun., p. 19-57.

_____ (1990) "A Rede urbana e as fronteiras: notas prévias". In: OLIVEIRA, N. ; BARCELLOS, T. (orgs.) – *O Rio Grande do Sul urbano*. Porto Alegre, FEE, p.118-140.

NOGUEIRA, M. A. *et alii* (1998) *Projeto 2010: investimentos, o mapa da nova economia gaúcha*. Porto Alegre, Secretaria de Estado da Coordenação e do Planejamento do Rio Grande do Sul.

NÚCLEO AGRIBUSINESS (1997) *Documento temático*. Porto Alegre, Secretaria da Coordenação e Planejamento, FEE, Metroplan.

OFFNER, J. M. (1993) "Les 'effets structurants' du transport: mythe politique, mystification scientifique". In: *L'Espace Géographique*. Paris, PUF, n. 3, p. 233-242.

OLIVEIRA, Francisco de (1977) *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____ (1990) "A Metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste". In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 27, p. 67-92.

OLIVEIRA, L. A. (1997a) "A Nova dinâmica demográfica recente da região Centro- Oeste". In: CODEPLAN, I Encontro de

Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais*. Brasília, Codeplan, jun.

_____ (1997b) "Dinâmica da urbanização gaúcha na perspectiva populacional". In: *Dinâmica da urbanização no Rio Grande do Sul: temas e tendências*. Porto Alegre, FEE, p. 8-50.

OLIVEIRA, N. (1997) "Dinâmica da urbanização gaúcha na perspectiva populacional". In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Dinâmica da urbanização no RS: temas e tendências*. Porto Alegre, FEE, p. 8-50.

OLIVEIRA, N. *et alii* (1990) "O Processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes". In: ALMEIDA, P. F. C. (org.) – *A Economia gaúcha nos anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Porto Alegre, FEE, v. 1, p. 131-163.

_____ (1996) *A Fronteira oeste do Rio Grande do Sul na integração latino-americana*. Porto Alegre, FEE (Documentos FEE).

_____ (org.) (1997) *Fronteiras na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre, UFRGS/FEE.

OLIVEIRA, Tito Carlos de M. (1993) *Agroindústria e reprodução do espaço: o caso da soja em Mato Grosso do Sul*. São Paulo, USP (Tese de Doutorado).

PACHECO, Carlos Américo (1992a) "A Terciarização dos 80: de tudo um pouco". In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Seade, v. 6, n. 3, jul./set.

_____ (1992b) "Dinâmica econômica regional dos anos 80: notas para uma discussão dos resultados do censo de 1991". In: ABEP, VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasília, *Anais*. Brasília, Abep, ago.

_____ (1993) "Evolução recente da urbanização e da questão regional no Brasil: implicações econômicas para a dinâmica demográfica". In: IV Conferencia Latinoamericana de Población, México, mar.

_____ (1996) "Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional". In: *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/Unicamp, n. 6, jun./set., p. 113-140.

_____ (1997) *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Campinas, Nesur/Unicamp, mimeo.

_____ (1998) *A Fragmentação da Nação*. Campinas, Unicamp/IE.

PACHECO, C. A. ; NEGRI, B. (1993) *Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da indústria paulista*. Campinas, SCTDE/Fecamp, IE/Unicamp (Relatório de Pesquisa do Projeto Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira).

PACHECO, C. A. *et alii* (1994) *A Dinâmica industrial e financeira na especialização das regiões*. Rio de Janeiro, Ipea (Relatório de Pesquisa).

PAELINCK, J. ; NIJKAMP, P. (1976) *Operational theory and method in regional economics*. London, Saxon House.

PAQUOT, T. (org.). (1996) *Le Monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles, Editions Complexe, 699 p.

PATARRA, N. *et alii* (1992) *O censo de 1991 e a nova realidade regional de São Paulo*. Campinas, Fapesp/Nepo/IE-Unicamp (Relatório de Pesquisa), mimeo.

PATARRA, N. ; BAENINGER, R. (1994) *Regionalização em São Paulo: novas tendências ou consolidação de processos recorrentes?* Campinas, Nesur/IE/Unicamp, Convênio Fundação Seade/Fecamp (Relatório de Pesquisa do Projeto A Nova Realidade Socioeconômica do Estado de São Paulo).

PAULINO, L.A. (1998) *São Paulo e o novo mapa da indústria brasileira*. São Paulo, Seade, mimeo.

PELIANO, A. M. T. M. (coord.) (1993) *O Mapa da fome II: informações sobre a indigência por municípios da Federação*. Brasília, Ipea (Documento de Política, 15).

PENALVA SANTOS, A. M. S. (coord.) (1997) *Economia e dinâmica populacional: um estudo sobre descentralização no estado do Rio de Janeiro 1994-1996*. Rio de Janeiro, CNPq/UERJ/Faculdade de Economia (Relatório de Pesquisa).

PEREIRA, Guilherme (1997) *Política industrial e localização de investimentos: o caso do Espírito Santo*. Vitória, Edufes.

PEROBELLI, F. S. (1998) "Avaliação do potencial de desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz de Fora: uma aplicação de análise fatorial". In: CEDEPLAR, VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Cedeplar.

PETRUS BEY, J. M. ; SEGUI PONS, J. M. (1991) *Geografía de redes y sistemas de transporte*. Madrid, Sintesis, 231 p.

PIMES (1984) *Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro*. Recife, Sudene, v. 1, p. 42.

PNUD/IPEA (1998) *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Rio de janeiro, IBGE (CD-ROM).

PLANO BÁSICO de desenvolvimento ecológico-econômico – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI (1998). Florianópolis, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, AMMVI.

PLANO BÁSICO de desenvolvimento ecológico-econômico – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – Granfpolis (1998). Florianópolis, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Granfpolis.

PLANO BÁSICO de desenvolvimento regional – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina – Amunesc (1998). Florianópolis, Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda, Amunesc.
POLESE, M. (1992) "Urbanisation et développement économique". In: BAILLY, A; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie.* Paris, Economica, p. 725-743.
PRADILLA COBOS, E. (1997) "Regiones y territorios, totalidad y fragmentados. Reflexiones críticas sobre el estado de la teoría regional y urbana". In: *Revista EURE.* Santiago do Chile, PUC, v. 22, n. 68, abr., p. 45-55.
PRADO JÚNIOR, Caio (1969) *Formação do Brasil contemporâneo.* 9ª ed. São Paulo, Brasiliense.
PREFEITURA do Cabo de Santo Agostinho (1997) *Plano estratégico de desenvolvimento sustentável: 1997-2010.* Cabo de Santo Agostinho, mimeo.
PREFEITURA Municipal de Porto Alegre (1997) *Moradia popular: Porto Alegre construindo este direito.* Porto Alegre, Comathab (Documento final da 1ª Conferência Municipal de Habitação).
PREFEITURA Municipal do Recife (1997) *Conjuntura econômica da cidade do Recife.* Recife, mimeo.
PRETECEILLE, E. (1994) "Cidades globais e segmentação social". In: RIBEIRO, L. C. de Q. ; SANTOS JÚNIOR, O. A. (orgs.) – *Globalização, fragmentação e reforma urbana.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
PROGRAMA de atuação em favelas (1997). Curitiba, Cohapar (Perfil socioeconômico das favelas do Paraná).
PROJETO de desenvolvimento para a região do sudoeste paranaense (1997). Curitiba, Ipardes. (Termo de Referência)
PRUD'HOMME, Rémy (1996) "Mégavilles: économie et gestion". In: PAQUOT, T. (org.) – *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète.* Bruxelles, Editions Complexe, 699 p.
PUC/FESC (1997) *Meninos e meninas em situação de rua em Porto Alegre: Quem são? Qual seu modo de vida?* Porto Alegre, PUC/ Fesc (Relatório de Pesquisa).
PUMAIN, D. (1989) "Les Réseaux urbains". In: *Géographiques, la géographie dans tous ses états.* Paris, CNDP (col. Autrement dit), p. 59-76.
_____ (1992) "Les Systèmes de villes". In: BAILLY, A. *et alii* (orgs.) – *Encyclopédie de géographie,* Paris, Economica, p. 624-641.
PUMAIN, D. ; SAINT JULIEN, T. (1976) "Fonctions et hiérarchies des villes françaises". In: *Annales de géographie.* Paris, n. 470, p. 387-440.
PUV/FESC (1997) *Meninos e meninas em situação de rua em Porto Alegre. Quem são? Qual seu modo de vida?* Porto Alegre, PUV/ Fesc (Relatório de Pesquisa).
QUANDT, C. (1997) *Tendências recentes do desenvolvimento regional da indústria de transformação.* Curitiba, UFPR, mimeo.
RAFFESTIN, C. (1993) *Por uma geografia do poder.* São Paulo, Ática, 269 p. (Série Temas, 29).
RAUD, C. (1997) "Potentiel et modalités de l'industrialisation diffuse au Brésil". In: *Espace et sociétés.* Paris, n. 88/89, p. 161-183.
REMY, J. (1993) "Le rural et l'urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes-campagne". In: *Espace et sociétés.* n. 72, p. 31-47.
RIBEIRO, M. A. C. (1994) *Amazônia: rede de edição de jornais diários e transmissão de programas radiofônicos.* Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, mimeo, 101 p.
RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa (s.d.) *Evolução municipal do Rio Grande do Sul: 1809-1992.* Porto Alegre.
RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. Comissão de Assuntos Municipais (1997) *Os Municípios do Rio Grande do Sul: evolução cronológica. Porto Alegre.*
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas (1974) *Proposição de organização territorial do estado para fins de programação regional e urbana.* Porto Alegre.
_____ (1992) *Aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre.
RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Fazenda (s.d.) *Valor adicionado fiscal do ICMS (1980-1990).* Porto Alegre.
RIOS NETO, E. L. G. (1998) "Diagnóstico do mercado de trabalho em Minas Gerais". In: CEDEPLAR, VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais.* Belo Horizonte, Cedeplar
ROCHEFORT, M. (1960) *L'organisation urbaine de l'Alsace.* Paris, Belles Lettres, 384 p.
_____ (1993) "Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui". In: *Métropoles en déséquilibre.* Paris, Economica, p. 4-8.
_____ (1998) *Redes e sistemas – ensinando sobre o urbano e a região.* São Paulo, Hucitec.
ROCHEFORT, M. ; HAUTREUX, J. (1963) *La fonction régionale dans l'armature urbaine française.* Paris, Ministère de la Construction et de l'Equipement.
RODRIGUES, D. A. (1997) *Cenários de desenvolvimento regional.* (s.l.), mimeo.
RUAS, C. (1997) "Os Movimentos migratórios no Distrito Federal". In: CODEPLAN, I Encontro de Demografia da Região Centro-oeste. Brasília, *Anais.* Brasília, Codeplan, jun.

RUIZ, R. ; BRUM, B. (1998) "Exclusão definitiva ou há uma reinserção possível? A trajetória do distrito industrial de Nova Serrana nos anos 90". In: CEDEPLAR, VIII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, *Anais*. Belo Horizonte, Cedeplar.

SALGADO, Eduardo (1998) "Vinho de verdade". In: Revista *Veja*, São Paulo, Abril, v.31, n.26, p.96, 1 jul.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni (1997) "As Ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos?" In: BECKER, B. K. ; MIRANDA, M. (orgs.) – *A Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, UFRJ.

SANTOS, M. (1979a) *Economia espacial – críticas e alternativas*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1979b) *O Espaço dividido*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

_____ (1980) *Manual de geografia urbana*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec.

_____ (1982) *A Urbanização desigual*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Vozes.

_____ (1988) *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1989) *Manual de geografia urbana*. São Paulo, Hucitec, 214 p.

_____ (1990a) "Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo". In: RIBEIRO, A. C. ; MACHADO, D. P. (orgs.) – *Metropolização e rede urbana – perspectivas para os anos 90*. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ.

_____ (1990b) *Por uma economia política da cidade*. São Paulo, Hucitec, 160 p.

_____ (1993) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1994a) *Por uma economia política da cidade*. São Paulo, Hucitec/Educ.

_____ (1994b) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1996) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 157 p.

_____ (1997) *Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec.

_____ (1998) "O Meio técnico-científico e a urbanização no Brasil". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 25, p. 58-62.

SANTOS, Valdeci dos (1997) *Plano Diretor de desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Recife*. Recife, Fidem.

SANTOS FILHO, M. (1988) "O Retorno do território". In: *Território, globalização e fragmentação*, São Paulo, Hucitec/Anpur.

_____ (1989) *O Processo de urbanização no oeste baiano*. Recife, Sudene.

_____ (1993) "Les Espaces de la globalisation". In: *Analyse du sistème monde et de l'économie mondiale*, Paris, Gemdev.

SASSEN, S. (1991) *The Global city*. Princeton, Princeton University Press.

_____ (1994) *Cities in a world economy*. California, Pine Forge Press.

SAVEDOFF, W. D. (1990) "Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação *versus* dinamismo da demanda". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, Ipea, 20 (5), p. 521-556.

SCHAFFER, Neiva O. (1993) *Urbanização na fronteira: expansão de Sant'Ana do Livramento/RS*. Porto Alegre, UFRGS.

SCHMINK, M. ; WOOD, C. H. (1992) *Contested frontiers in Amazonia*. Nova York, Columbia University Press.

SCOTT, A. (1988) *New industrial spaces*. London, Pion.

SCOTT, A. J. ; STORPER, M. (ed.) (1986) *Production, work and territory. The geographical anatomy of industrial capitalism*. London, Allen & Unwin, 344 p.

SCOTT, A. J. (1988) *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley, University of California Press, 260 p.

SCUSSEL, M. Conceição B. (1996) *Emancipações no Rio Grande do Sul: o processo de criação de novos municípios e seu impacto em aspectos de qualificação do espaço urbano*. Porto Alegre, UFRGS/Propur (Dissertação de Mestrado).

SEADE – FUNDAÇÃO Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (1992) *O Novo retrato de São Paulo – avaliação dos primeiros resultados do censo demográfico de 1991*. São Paulo, Seade, mimeo.

SECRETARIA de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Rio Grande do Sul (1974) *Proposição de organização territorial do Estado para fins de programação regional e urbana*. Porto Alegre, mimeo.

SECRETARIA de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo de Santa Catarina (1990) *Santa Catarina: estado onde investir*. Florianópolis.

SECRETARIA de Estado da Coordenação e Planejamento (1997) *Agribusiness*. Porto Alegre, FEE, Metropolitan (Projeto RS 2010).

SECRETARIA do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEI (1995). Salvador, Governo do Estado da Bahia.

_____ (1996). Salvador, Governo do Estado da Bahia.

_____ (1997). Salvador, Governo do Estado da Bahia.

SECRETARIA de Planejamento do Estado de Sergipe – SEPLAN-SE (1998) *Potencialidades, prioridades e incentivos fiscais e financeiros*. Aracaju, Governo do Estado de Sergipe.

SECRETARIA do Planejamento Territorial e Obras do Rio Grande do Sul (1992) *Aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, mimeo.

SEPLAN-GO/IBGE – Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1994) *Zoneamento ecológico-econômico da área do aglomerado urbano de Goiânia*. Goiânia, Seplan-GO/IBGE (Sumário Executivo).

SET – Secretaria dos Transportes (1996) *Paraná: logística e multimodalidade*. Curitiba, SET/Coordenação dos Programas de Concessão da Infra-estrutura.

SHACAR, A. (1983) *A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global*. São Paulo, Fipe/USP (Trabalho para Discussão, 31), mar., 74 p.

SHIKI, Shigeo (1997) *Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos?* Uberlândia, Edufu.

SILVA, F. ; CHAGAS, F. (1996) *A Fábrica de empresas: a experiência de geração de novos empreendimentos em Pernambuco*. (s.l., s.n.).

SILVA, J. Graziano da (1996) *A Nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas, Unicamp/IE, mimeo.

SILVA, J. Graziano da *et alii* (1977) "O Emprego rural e a mercantilização do espaço agrário". In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 11, n. 2, abr./jun.

SILVA, M. J. S. *et alii* (1992) *A Indústria da carne bovina no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, BRDE (Informe Preliminar).

SILVA, M. Corrêa da (1996) *O Paiz do Amazonas*. Manaus, EDUA, 1996.

SILVA, Sérgio (1981) *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega.

SIMONSEN, R. (1958) *História econômica do Brasil*. 8a ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

SINGER, P. (1968) *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 377 p.

_____ (1974) *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Editora Nacional.

_____ (1990) *Economia política da urbanização*. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense.

_____ (1998) *A Economia política da urbanização*. São Paulo, Contexto.

SOUZA, Aldemir do Vale (1986) *Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Recife, UFPE/Pimes (Dissertação de Mestrado).

_____ (1996) *Limites e possibilidades de expansão do emprego num contexto de integração regional: o caso do Nordeste do Brasil*. Campinas, Unicamp/IE (Tese de Doutorado).

SOUZA, M. A. A. (1990a) "Conexões geográficas: um enfoque metodológico". In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 71, p.113-127.

_____ (1990b) "Urbanização". In: *São Paulo em Temas*. São Paulo, Instituto Geográfico e Cartográfico/SEP/CAR.

_____ (1995) "O Novo Brasil urbano: integração ou fragmentação?" In: GONÇALVES, Flora (org.) – *O Novo Brasil urbano. Impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre, Mercado Aberto.

SOUZA, Maria Carolina A. F. (1992) *Cooperação interempresas e difusão de inovações organizacionais*. Campinas, SCTDE/Fecamp, NEIT/IE/Unicamp (Relatório Parcial), mimeo.

STORPER, M. (1991) *Industrialization, economic development and the regional question in the Third World – from import substitution to flexible production*. London, Pion Limited.

STRICKLAND, D. (1984) "Corporate influence and the german urban system: headquarters location of german industriel corporations, 1950/1982". In: *Economic Geography*. v. 60, n. 1, p. 38-54.

SUDAM/PNUD (1990) *Avaliação da política de investimento do Finam*. Belém, mimeo.

SUDAM/SDR (1992) *Sustainable development of the Amazon – development strategy and investiment alternatives*. Belém.

SUDENE (1993) *Boletim conjuntural do Nordeste do Brasil – 1993*. Recife, Editora Massangana/Sudene.

_____ (1994a) *Agregados econômicos regionais – 1965-92*. Recife, Sudene.

_____ (1994b) *Boletim conjuntural do Nordeste do Brasil – 1994*. Recife, Editora Massangana/Sudene.

_____ (1997) *Região Nordeste do Brasil em números*. Recife, Sudene.

SUL renasce, O (1998). In: *Empreendedor*. Florianópolis, v.4, n.43, maio.

SUZIGAN, Wilson (1992) "A Indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para uma política industrial". In: *Economia e Sociedade*. Campinas, IE/Unicamp, n. 1, p. 89-109.

SWYNGÈDOUW, E (1989) "The Heart of the place: the resurrection of locality in an age of hyperspace". In: *Geografiska Annaler*, [s.l.], 71 B, ano 1, p. 31-42.

SZMRECSÁNYI, T. (1983) "Análise crítica das políticas para o setor agropecuário". In: *Cadernos IFCH*, Campinas, IFCH/Unicamp, jul.

TOLOSA, Hamilton (1973) "A Macroeconomia da urbanização brasileira". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. São Paulo, n. 2, p. 585-644.

_____ (1995) *Rio de Janeiro as a world city*. Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes (Texto para Discussão, 3).

TORRES RIBEIRO, A. C. ; PINHEIRO MACHADO, D. (1990) *Metropolização e rede urbana. Perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro, Ippur, 263 p.

ULLMAN, E. (1980) *Geography as spatial interaction*. Seattle, University of Washington Press.
ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (1994) *Metrópole – Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba, Ipardes.
UNICAMP/IE – Universidade de Campinas/Instituto de Economia (1993) *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, Unicamp/IE (Nota Técnica Setorial da Indústria de Abate e Preparação de Aves), mimeo.
UNICAMP/IE/NESUR (1998) *Caracterização e tendências da rede urbana brasileira*. Campinas, Unicamp/Nesur (Relatórios Técnicos), mimeo.
UNICAMP/IE/NESUR – Universidade de Campinas/Instituto de Economia/ Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (s.d.) *Agrupamento de municípios (Cluster)*. Campinas, Unicamp/IE/Nesur, mimeo.
URBAN, M. L. de P. (1995) *Indústria paranaense: estrutura segundo tamanho, composição e características relevantes*. Curitiba, Citpar.
URBAN, M. L. de P.; BESEN, G. (1997) *Paraná: repensando sua economia*. Curitiba, mimeo, 20 p.
VALADARES, F. E. C. (1994) *O Sul de Minas como alternativa locacional para a indústria paulista*. Belo Horizonte, UFMG/Face (Monografia de Conclusão de Curso).
VALVERDE, O. (1989) *A Organização do espaço na faixa da Transamazônica*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 2.
VEJA (1989) 11 jan., p. 48.
_____ (1998) "Consumo: vinho de verdade". In: *Revista Veja*. São Paulo, Abril, ano 31, n. 26, ed. 1.553.
VELTZ, P. (1996) *Mondialisation, villes et territoires*. Paris, PUF (col. Economie en Liberté).
_____ (1997a) "L'économie mondiale, une économie d'archipel" In: *Collectif 1997: Mondialisation: au delà des mythes*. Paris, La Découverte, p. 60.
_____ (1997b) "Le Retour des villes". In: *Sciences Humaines*, Paris, La Documentation Française, n. 17, jun./jul., p. 61.
VERAS, B. (1993) *Desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro*. Brasília, Congresso Nacional, v. 1 (Relatório da Comissão Especial Mista).
VON THÜNNEN, J. H. (1966) *Isolated state*. Oxford, Pergamon Press (tradução do original alemão Der isolierte Staat, de C. M. Wartenberg, publicado em 1826).
WALLERSTEIN, I. (1979) *The Capitalist world-economy*. Cambridge, University Press, 238 p.
WEBER, A. (1899) *The Growth of cities in the 19th century*. New York, Macmillan.
WEBBER, M. (1964) "The Urban place and the non place urban realm". In: WEBBER, M. *et alii* (org.) – *Explorations in urban space*. Philadelphia, University of Pennsylvania.
WITT, J. de (1992) "A Revolução industrial na passagem para uma sociedade pós-industrial: a geografia dos Estados Unidos da América". In: *Revista de Geografia*, Pernambuco. UFPE, v. 8, n. 1/2, p. 71-79.ZANCHETI, S. M. ; JOKILHETO, J. (1997) "Values and urban conservation planning". In: *Journal of Architetural Conservation*, n. 1, March.
ZIMMERMANN, T. J. (coord.) (1997) *A Crise na indústria do calçado. Visão e propostas dos trabalhadores*. Porto Alegre, Fase/POA.

Série: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil
Volume 1: Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana
Número de Páginas: 396
Formato: 21 cm x 27,5 cm
Mancha: 17 cm x 25,5 cm
Tipos: Palatino 10/12; Geometric 231 BT; Helvética
Papel (capa): Cartão Supremo 250 g
Papel (miolo): Couchê fosco 90 g
Tiragem: 3.850 exemplares

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana

A série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* reúne estudos sobre o processo de urbanização do país e as mudanças funcionais e espaciais no sistema de cidades, nas décadas de 80 e 90. Sua finalidade é contribuir para a definição de estratégias de apoio a formulação e execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

Este volume, *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana,* reúne os resultados finais dos estudos sobre a rede urbana brasileira.

Organizado em quatro capítulos, discute no primeiro as transformações ocorridas nas décadas de 80 e 90, com enfoque para as principais mudanças espaciais na economia e seus impactos no processo de urbanização do país e em sua rede urbana; no segundo apresenta as orientações metodológicas do estudo, suas diretrizes e os critérios que orientam a classificação das aglomerações urbanas, bem como a classificação da rede urbana brasileira. O terceiro capítulo reúne os resultados do trabalho, que consistem na classificação da rede urbana do Brasil, na identificação das aglomerações urbanas e dos sistemas urbano-regionais. Esse capítulo traz ainda a dinâmica espacial desses sistemas e o papel desempenhado por São Paulo e Rio de Janeiro como metrópoles globais. No quarto capítulo é apresentada uma síntese das tendências de desenvolvimento regional, que discute, a partir das principais conclusões do estudo, implicações para a formulação de políticas públicas.

O volume é finalizado por um Apêndice no qual se encontram indicadores, tratamentos estatísticos, a síntese da metodologia dos estudos elaborados pelo IBGE e dos estudos das redes urbanas regionais que fundamentaram os trabalhos da rede urbana do Brasil.


ISBN 85-86170-36-4
9 788586 170362